UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

A AVENTURA QUINHENTISTA PORTUGUESA: VERDADES E MITOS NA HISTÓRIA MARÍTIMA

ASCENSO LUÍS SEIXAS SIMÕES

Orientadores: Prof. Doutor Francisco José Rogado Contente Domingues
Prof. Doutor Luis Jorge Rodrigues Semedo de Matos

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Marítima

2022

B

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

A AVENTURA QUINHENTISTA PORTUGUESA:

VERDADES E MITOS NA HISTÓRIA MARÍTIMA

ASCENSO LUÍS SEIXAS SIMÕES

Orientadores: Prof. Doutor Francisco José Rogado Contente Domingues
Prof. Doutor Luis Jorge Rodrigues Semedo de Matos

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Marítima

Júri:
Presidente: - Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado com Agregação e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:
- Doutor João Paulo Oliveira e Costa, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1º Arguente);
- Doutor Sérgio Carneiro Campos Matos, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2º Arguente);
- Doutor António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Professor Catedrático Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutor Nuno Pires Severiano Teixeira, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor Luis Jorge Rodrigues Semedo de Matos, Professor Associado Convidado da Faculdade de Letras a Universidade de Lisboa (Orientador).

2022

Nesta página estava uma dedicatória a meus pais.
Ainda está e estará sempre.

Ao saudoso **Professor Doutor Francisco Contente Domingues**
Pelo facto de ter aceitado embarcar nesta nau sem rumo,
neste mar sem fim, dobrando ignotos cabos,
neste delírio de ir tão longe quanto possível
no questionamento das certezas.

Ao **Professor Doutor Jorge Semedo de Matos**
Pela enorme dimensão pessoal demonstrada
ao aceitar patrocinar esta tese depois do falecimento do
Prof. Doutor Francisco Contente Domingues.

Aos que leram as minhas páginas, contestaram as minhas asseverações,
colocaram os limites a uma loucura que é filha dos que fazem História
por paixão, por dever e por imposição de um futuro avisado.

Aos parlamentos português, espanhol e brasileiro, em especial aos
seus arquivistas e bibliotecários, pela preciosa ajuda
na recolha e sistematização de bibliografia e outras fontes.

RESUMO

As grandes navegações dos séculos XV e XVI marcaram, de forma determinante, a História Universal e colocaram as nações ibéricas no centro de um novo *sistema-mundo*.

A História de Portugal liga-se com a História de Espanha nessas mesmas navegações. Porque foram os portugueses a romper o Atlântico e a assinalar pela costa as terras já conhecidas de África e da Ásia e porque foram, também, os espanhóis a assinalar, primeiramente, num novo sistema cartográfico que não mais parou de ser aprimorado, as Américas.

A estas navegações consagrou-se uma definição historiográfica muito própria - Descobrimentos. Os historiadores portugueses juntaram-lhe outros conceitos como o de Expansão e de Império, e os espanhóis, mantendo o de Império com outra dimensão e outro simbolismo, assumiram a Conquista como conceito central.

A historiografia sobre a Aventura Marítima dos portugueses e a presença em territórios de África, Ásia, América e Oceânia assumiu-se sempre muito marcada por um certo patriotismo, por vezes nacionalismo exacerbado. Essa construção histórica determina esta sociedade vivente que transforma os humanos em autómatos de conceitos que, no tempo da desconstrução da história, podem não fazer já muito sentido.

A presente investigação incide sobre a validade dos velhos mitos: o da ação determinante no que se pode considerar os Descobrimentos olhados pela representação eurocêntrica; e os do Império, como se Portugal tivesse consagrado um artefacto político, administrativo e militar que lhe permitisse garantir, em contínuo, esse lugar. Não se partiu do mesmo ponto da crítica contemporânea sobre "os impérios", porque não se promoveu a concordância com o princípio de que os impérios não funcionam e que a longo prazo não é possível governar eficazmente um grande número de povos conquistados. Também se relativizou, mesmo dando-lhe um valor facial mais respeitador, o princípio de que os impérios são motores maléficos de destruição e exploração.

Mas há também três novos mitos que se criaram e desenvolveram na historiografia do final século XX e que importa também questionar. O mito da Bonomia Portuguesa,

como se se comportasse uma forma diferente de submeter os povos invadidos; o mito da existência de um Conceito Estratégico que tivesse sempre comandado a ação dos protagonistas das navegações e da construção do tal império; e o mito das grandes navegações enquanto ato fundador da Globalização.

A todos estes novos mitos se deverá questionar o sentido e recolocar a sua importância no património de uma historiografia mais sufragada.

Esta investigação segue, portanto, uma leitura sobre a Aventura, sobre a Verdade e o Mito. Não desagradando os feitos ou fazendo dessa aventura uma história infantil, nem assumindo o mito como uma consideração corrente, seguindo Fernando Pessoa, de que pode ser tudo.

As conclusões a que se chegou não menorizam o papel dos portugueses e dos espanhóis na História Universal. Antes o colocam em perspetiva, assumindo as novas implicações que as outras ciências sociais determinam à história. Se os testes de ADN ou as confirmações por Carbono 14 questionam nas proclamações tidas por certas, não se deve deixar de fazer os desvios corretos para que a tese não se veja atropelada pelas evidências.

A construção historiográfica não pode ser despida da influência da literatura, ou não fossem as crónicas fontes coevas essenciais; nem deve esquecer a filosofia e a teologia para incrementar as motivações dos aventureiros a cada tempo na relação entre temporal e intemporal. E esse trilho também se seguiu.

Esta tese é, pois, um caminho para o questionamento, um recolocar do pensamento e da investigação desenvolvida ao longo do último século numa outra perspetiva que, sendo sustentada, não tem sido comum na academia portuguesa.

Palavras-chave: aventura; mito; descobrimentos; estratégia; escravatura; globalização

ABSTRACT

The great sailing navigations from the XV and XVI centuries marked decisively Universal History and put both Iberian nations at the centre of a new world-system.

Regarding these navigations, Portuguese History and Spanish History are tightly linked. This is due to the fact that while the Portuguese were the ones to break into the Atlantic and delineate, along the coast, the well-known lands from Africa and Asia, it was also the Spanish who, through a new and constantly refined cartographic system, delineated American lands.

Such navigations have come to gain a very particular historiography definition – The Discoveries. Portuguese historians refer to it in relation to other concepts, such as expansion and empire, while Spanish historians, also using the term empire (although with a different dimension and symbolism), establish conquest as their central concept.

The historiography that covers Portugal's maritime adventures and the presence of lands from Africa, Asia, America and Oceania has always been assumed to be marked by patriotism, even over-nationalism at times. This historical framing affects our society and transforms us into concept automatons, even though these concepts may not be as sensical in today's deconstruction of history.

The present investigation reflects on the validity of these old myths: that of our defining action in what can be considered the Discoveries as seen by Eurocentric representation; and the myth of the empire, as if Portugal had developed a political, administrative and military mechanism which could have continuously guaranteed such title. We do not depart from the same contemporary critique of "empire" because we do not promote agreement with the principle that empires do not work and that, in the long term, it is not possible to effectively govern a great number of conquered people. While giving it a more respectful face value, we also relativize the principle that empires are evil engines of destruction and exploitation.

However, there are also three new myths that have emerged and evolved in the XX century's historiography which are equally deserving of questioning. The myth of Portuguese humaneness, as if our way of submitting the invaded nations had been different from others; of the existence of a strategic concept that, linked to the grand

design, had always led the action of the Discoveries protagonists and the construction of said empire; and the myth which states that these great navigations could be the founding act for globalization.

We must question the meaning of all these myths and relocate their importance in the heritage of a more established historiography.

This way, our investigation reads into Adventure and Myth, without undermining the accomplishments made and turning such adventure into a children's story, or seeing the myth as a current consideration that, as Fernando Pessoa defends, might be everything.

The conclusions we reach do not belittle the role of the Portuguese and the Spanish in Universal History. Instead, they put it in perspective while assuming our implications which other social sciences assign to History. If DNA tests or Carbon 14 results question proclamations that were taken for granted, we must not seize avoid making the right remarks in order to not get knocked down by evidence.

The construction historiography cannot be stripped down of the influence of literature, with chronicles being essential coeval sources. It also must not forget philosophy and theology in order to increment the adventurers' motivations in each time regarding the relation between temporal and timeless. And we follow this trail as well.

This thesis is, then, a way for questioning, for the relocation of the thought and investigation developed during the last century in another perspective, one which, being sustained, has not been common in the Portuguese academy.

Key-words: adventure; myth; discoveries; strategy; slavery; globalization

NORMAS DE SISTEMATIZAÇÃO

As transcrições aproximam-se o mais possível do original. As alterações que foram inseridas procuraram simplificar a leitura e o trabalho de registo, preferindo-se escrever, por exemplo, as nasais sobrescritas -"õ" aparecerá "o*n*" ou "o*m*"; como regra geral, optou-se por desdobrar quase todas as abreviaturas.

Substitui-se similarmente a barra [/] pela vírgula. Como obsessão na redação respeitaram-se, quase em absoluto, os espaços entre palavras e letras dos textos originais.

Ainda para descomplicação da leitura e melhor entendimento das notas de rodapé, corrigiram-se, sem qualquer indicação, erros nos documentos impressos, decorrentes de gralhas tipográficas, como a troca de "n" por "u". De resto, conserva-se a lealdade à grafia dos impressos e manuscritos, distinguindo "v" e "u" e conservando, em geral, quieta a pontuação original. Entre parêntesis retos ("[ ]") anotam-se observações, correções; as complexidades de leitura são marcadas entre barras verticais ("| |") no caso de ser exequível recompor o sentido das palavras, ou com ponto de interrogação entre barras verticais ("|?|"), no caso de uma complexidade genérica.

Optou-se ainda por não introduzir alterações nos textos fixados nas últimas edições dos autores referidos a cada tempo.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1	Inserções, por anos de edição, de matérias sobre os Descobrimentos	150
2	Inserções, por anos de edição, de matérias sobre o Império Português	221
3	Posições estimadas entre Impérios	223
4	Bandeira do Reino de Portugal no reinado de D. João I	247
5	Guião da Mocidade Portuguesa	247
6	Salazar nos Painéis de São Vicente	253
7	Garantia de Capital pelos Estados	310
8	Mapa das Capitanias Hereditárias	312
9	Brasil – Capitanias em 1534	316
10	Brasil – Território conhecido em 1580	316
11	Brasil – Território conhecido em 1645	316
12	Produção de ouro no Brasil durante o século XVIII	325
13	Setores da despesa do Estado entre 1879 e 1980	360
14	PIB per capita a preços constantes entre o século XVI e o século XX	368
15	Tipologias de intrusão nos territórios	410

ÍNDICE GERAL

	Dedicatória	iii
	Agradecimentos	v
	Resumo e Palavras-Chaves	vii
	Abstract and Key-words	ix
	Normas de sistematização	xi
	Índice de Ilustrações	xii
	Índice Geral	xiii
	Introdução	1
1.	A Epistemologia da Aventura, da Verdade e do Mito	17
1.1.	Da Aventura	19
1.1.1	O confronto do positivismo com a ideologia da ditadura	20
1.1.2	As marcas inicial e final da Aventura	23
1.1.2.1	De Ceuta a Tânger	23
1.1.2.2	Alcácer Quibir	29
1.1.3	A economia e a sociedade nos primórdios da Aventura	32
1.2.	Da Verdade	37
1.2.1	Verdade e Liberdade	40
1.2.2.	Verdade e Fé	42
1.2.3.	Verdade e História	44
1.2.4.	Verdade Transversa	45
1.3.	Do Mito	47
1.3.1	O simbólico	49
1.3.2.	O Mito Político	54
1.3.3	O Mito de Origem	66
2.	As verdades transversas da Aventura Marítima	77
2.1.	As implicações civilizacionais	81
2.1.1.	A língua portuguesa no mundo	82
2.1.2.	O enredamento de culturas	85
2.1.3.	A difusão de uma religião	92
2.2.	Os incrementos técnico-jurídicos	96
2.2.1.	Na Geografia	99
2.2.2.	Na Náutica	101
2.2.3.	No Direito do Mar	108
2.3.	Término	113

3.	Mitos no estudo dos Descobrimentos e do Império	119
3.1.	Mitos no estudo dos Descobrimentos	121
3.1.1.	Ainda faz sentido falar em Descobrimentos?	125
3.1.1.1.	As comemorações dos séculos XIX e XX	125
3.1.1.2.	O *wokeismo* enquanto anacronismo histórico	132
3.1.1.3.	Descobrimentos – um conceito a caminho da oclusão?	136
3.1.2	O debate entre ciências	151
3.1.2.1.	África como início	151
3.1.2.2.	Os Descobrimentos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos	157
3.1.3.	Eurocentrismo e outros *centrismos*	160
3.1.3.1.	Eurocentrismo	162
3.1.3.2.	Outros *centrismos*	165
3.1.4.	As investigações em aberto na historiografia dos Descobrimentos	168
3.1.4.1.	O Brasil e o mito do descobridor	168
3.1.4.2.	Os fenícios e chineses em linhas de investigação inconclusiva	182
3.1.4.3.	Os espanhóis e outros portugueses antes de 1500	190
3.1.4.4.	Cabral, o notário oficial do Brasil	195
3.1.5.	Os arquipélagos da Madeira e dos Açores	198
3.1.5.1.	Os genes do ratinhos caseiros	200
3.1.5.2.	A cartografia	201
3.1.5.3.	Registos *circumeuntibus hominem*	203
3.1.6.	Término	207
3.2.	Mitos no estudo do Império	215
3.2.1.	O Império Messiânico e o Império da Fé	227
3.2.1.1.	O Império Messiânico	227
3.2.1.1.1.	Gonçalo Anes (Bandarra)	227
3.2.1.1.2.	António Vieira, Padre	231
3.2.1.1.3.	Luís Vaz de Camões	234
3.2.1.1.4.	Fernando Pessoa	237
3.2.1.1.5.	Agostinho da Silva	241
3.2.1.2.	O Império da Fé	243
3.2.2.	O Império nos Tratados e nas Constituições	255
3.2.2.1.	Os Tratados	255
3.2.2.1.1.	Atravessando o interesse entre Estados	255
3.2.2.1.2.	Os tratados medievais	256
3.2.2.1.3.	Os tratados do mar	263
3.2.2.1.4.	Os tratados da Idade Moderna	265
3.2.2.2.	As constituições e o caminho para o fim do Império	272
3.2.2.2.1.	As aflorações constitucionais	273
3.2.2.2.2.	Cádis 1812 e Lisboa 1822	274
3.2.2.2.3.	De 1822 a 1911	283
3.2.2.2.4.	O império constitucional do Estado Novo	288
3.2.3.	O império económico e social nas suas contingências	293
3.2.3.1.	O empório inorgânico – 1415/1580	295
3.2.3.1.1.	A privatização dos primeiros negócios	302
3.2.3.1.2.	O comércio na e da Ásia em jogo de resultado negativo	305
3.2.3.1.3.	A privatização dos interesses portugueses no Brasil e as capitanias	311

3.2.3.2.	O império dos Habsburgo e o reino de Portugal 1580/1640	314
3.2.3.3.	Da recuperação da independência à fuga ou exílio 1640/1807	321
3.2.3.4.	A colonização do colonizador – o império do Brasil 1808/1821	328
3.2.3.5.	Da tentativa de refazer o reino à ameaça aos território africanos 1821/1885	331
3.2.3.6.	Da Conferência de Berlim à Constituição do Estado Novo 1885/1933	334
3.2.3.6.1.	A Conferência de Berlim	334
3.2.3.6.2.	O Mapa cor-de-rosa e o *Ultimatum*	337
3.2.3.6.3.	A república, o Império e a participação na Grande Guerra	341
3.2.3.6.4.	O Estado Novo e a (des)construção do Império Constitucional 1933/1975	350
3.2.4.	O ciclo longo da "idade de ouro" – estudo em aberto	365
3.2.5.	Término	369
4.	Sobre o aparecimento de novos mitos	377
4.1.	Sobre o Conceito Estratégico	379
4.1.1.	Os fundamentos	381
4.1.2.	O enquadramento histórico da estratégia marítima	386
4.1.3.	Os elementos do conceito estratégico joanino	390
4.1.4.	Término	393
4.2.	Sobre a Bonomia Portuguesa	395
4.2.1.	As tipologias de relação	397
4.2.2.	A intrusão	406
4.2.3.	Terrorismo e Crime Organizado	411
4.2.4.	Término	417
4.3.	Sobre Portugal pioneiro da Globalização	419
4.3.1.	Os conceitos	420
4.3.2.	Os primeiros elementos de um novo *sistema-mundo*	426
4.3.3.	A Aventura Marítima enquanto elo integrador	429
4.3.4.	Término	432
	Conclusão	437
	Fontes e Bibliografia	447

Introdução

Quem busca uma nova leitura da investigação, principalmente quando se propõe construir uma base sólida que se contraponha às estruturas conhecidas e às bases publicadas, deve questionar-se sobre o que determinou o passado e o que formata o presente perante o tema que se propõe estudar.

Aqueles elementos mágicos do *quem*, *porquê*, *como*, *quando* e *onde*, tão válidos na investigação criminal como na academia, levaram à pergunta primordial: em que tempo histórico se consagrou a primeira "tese de doutoramento"?

A essa resposta poucos se dedicaram, o que parece quase estranho. O elemento que se atravessa na construção e consolidação do saber, o seu veículo e designação universais, ao que o mundo passou a designar por "tese de doutoramento", não recebeu uma ponderação profunda que fosse útil para que todos se possam entender, se possam conhecer neste construir de ideias.

Simpson (1983), na sua análise a propósito da educação pós-graduada britânica, faz uma leitura sobre o caminho que conduziu à consagração do estatuto e da elevação imortal das teses doutorais. Se se conseguiram identificar menções a preferências de sistematização do conhecimento que podem ter enformado a matriz de uma "tese de doutoramento" já no século XII, elas não se confirmam em elemento absolutamente confiável. Só a partir do século XV, em Munich (1473), se vieram a consagrar referências que alguns investigadores alargam a Leiden (1580) e a Ultrecht (1644).

Em *How the PhD came to Britain*, Simpson, nas palavras de David Bogle, Pro-Vice-Provost of the Doctoral School, UCL[1], podem encontrar-se as principais linhas que levam à assunção de datas finas. Assim, Berlim e Paris registaram, em 1810 e 1811, os primeiros títulos do que hoje se podem considerar teses, que já não se situavam na lista de textos da área da medicina, do direito, da filosofia ou da teologia.

Φ

[1] Texto *100 Wears of the PhD in the UK* ver em: https://tinyurl.com/y7gj2l8r - último acesso em 20 de dezembro de 2019.

Criticismo – esta foi a motivação central da empreitada que aqui começa. Poderia, poderá Portugal, tantos séculos depois das idas pelos mares, consagrar novos contributos e novas preocupações para uma visão que questione o eurocentrismo, o nacionalismo e o provincianismo, elementos que se fundem em leituras várias sobre o acontecido?

Claro que pode! Afinal, a Academia vem fazendo um caminho, desde a década de 1980, para eliminar ou enquadrar esses elementos na investigação em Ciências Sociais e, especialmente, em História. Primeiro a Universidade Nova, depois a Universidade de Lisboa, concederam novas abordagens que este trabalho incorpora sobremaneira.

Logo nas primeiras palavras desta tese assume-se um objetivo central que passa por ir tão longe quanto possível, mas com humildade académica, nas observações e nas indagações com suportes que não se fixem em baias garantidas pela cultura e pela história dadas por consolidadas.

A História Marítima, aqui numa visão ampla, levada ao prelo pelos mais recentes investigadores, parece assumir a necessidade de um cisma, um arrumar de outra forma os tempos e os resultados, um impulso que faça elevar as sociedades e reduzir as luzes dos heróis. Também aqui se podem encontrar "atletas" em diferentes posições na grelha de partida, uns mais universais, outros mais contidos ao espaço pátrio.

O que esta investigação se propõe fazer, com as limitações que sempre se assumem no trabalho de um doutorando, é tentar cumprir um dever patriótico de ajudar a negar um certo nihilismo progressivo sem ceder ao básico de uma história "popular".

Esta tese está atravessada por conceitos filosóficos e proposições literárias. Não poderia ser de outra forma para se consagrar a história pelas verdades congénitas, Verdades, e pelas verdades construídas através de símbolos, Mitos. A Aventura Marítima, que aqui se constrói, tenta ser uma nova mas simples lente que acrescente visão de Portugal sobre si próprio, uma desnecessidade de parecer *tarouco* perante a insignificância do território, de se apresentar mitómano perante um mundo que nascia e para o qual deu o possível, sempre relevante, mesmo que por agora pouco reste.

J. P. Oliveira e Costa e Sérgio Campos Matos, no estudo da história quinhentista e oitocentista, são exemplos de investigadores que assumem a interdisciplinaridade[2]

[2] Henrique Madeira, em *Por que não temos mais investigação interdisciplinar?,* indica o que se pode entender por multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Assim, o caminho seguido nesta tese optou pela existência de uma síntese cognitiva em alguns dos âmbitos da sua construção. Porém, também se pode dizer que

como condição essencial para a sustentação das suas teses e dos fundamentos das suas leituras historiográficas.

Em *Mare Nostrum, Em Busca de Honra e Riqueza* (2013), Oliveira e Costa faz atravessar a Ciência Política, por vezes as Ciências Económicas, as Ciências Religiosas e a Diplomacia numa visão moderna que assume essa interdisciplinaridade; Matos, em *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso dos Liceus 1895-1939* (1990) entra pela Filosofia e pelas Ciências Religiosas para conceder, ou não, uma sustentação para a presença do mito enquanto motor de um tempo ou de uma sociedade, e atentando na sua análise em *História, memória e ficção: que fronteiras* (2015) leva a não se dispensar a sociologia, até a psicologia, na abordagem de uma história sustentada em grandes epopeias[3]. Foi com estas luzes que se foi incrementando na investigação.

A interdisciplinaridade que aqui se apresenta não é uma bissetriz entre a ciência a a *vox populi*, não é um compromisso entre as proclamações das redes sociais e as fontes primárias. Trata-se de uma leitura que vai além de cada uma das disciplinas para um compromisso lógico e progressivo da ciência.

Φ

Como se pode pensar em concretizar o sonho de promover uma investigação sustentada, cientificamente validada, profunda nas linhas de rumo de cada tempo e, por outro lado, inovadora e surpreendente? E como se passa dessa mesma empreitada para uma tese de doutoramento que possa ser uma marca pessoal e, no mesmo uso, abertura de novas portas perante o repositório de pensamento consolidado que já se dispõe?

Foram estas as perguntas de natureza metodológica que se colocaram ao transpor as áreas económicas e da prática da gestão, base da vida académica e profissional do autor, para a submersão dos muitos séculos de Nação.

Em boa verdade, não se trata de uma inovação completa nas abordagens individuais, uma vez que a longa vida política e a docência, aos diversos níveis, foi

caminhou na transdisciplinaridade, porque procurou, também em alguns âmbitos, uma visão integrada do conhecimento, transcendendo as fronteiras das disciplinas. (pág. 5) – ver em: https://tinyurl.com/yc6des7s - último acesso em 20.04.2022.

[3] A este propósito ver a intervenção de Sérgio Campos Matos no Curso Livre – Ínclita Geração: Política, Cultura e Mito com o Título*: A ínclita geração: construção historiográfica de um mito na modernidade* – Batalha, 2020.

obrigando a uma estruturação de pensamento, a um buscar de sustentação no passado. A história, como se usa e aprofunda, é a cola que tem suportado a ação, uma base em que assentam outras ciências sociais com que se refaz o dia-a-dia.

Mas o que é a história, que suporte ela concede para que este trabalho possa ser a surpresa, o agrado e a validação de relevantes académicos e de cientistas?

Não se assumirá o princípio nefasto de George Orwell que a desconsiderava quando a dizia escrita pelos vencedores. Sim, o estudo da história foi, pela decorrência das fontes, muito do que restou dos vencedores, muito do que estes quiseram legar para o futuro. Zurara poderia concordar, talvez! Mas, resumir a história a uma particular obsessão pelas vitórias de cada tempo é o mais insignificante posto de miragem do processo científico que se quiser aplicar.

Há um ponto prévio que se assume neste caminho. Não advém da história enquanto estudo, nem da história enquanto elemento básico das civilizações exercidas. Resulta da leitura filosófica que todo o trabalho científico deve ponderar.

Olhe-se Kant, na sua profundidade, para se confirmarem os modos de conhecimento. Ele concede o que hoje é intuitivo, que se incorpora na ação humana: o conhecimento *a priori* e o conhecimento *a posteriori*. Ou seja, conhece-se uma verdade *a posteriori* se for através da experiência; conhece-se *a priori* se se indicar para além de toda a experiência. "Todas as proposições *a posteriori* são sintéticas e todas as proposições analíticas são *a priori*" (Kenny, 2011, pp: 114 - 122).

O presente estudo não é mais do que isso: o conhecimento que parte de uma proposição que se verifica, mas que dela não restam mais que conjuntos de partes.

Quase no mesmo fio de prumo, Karl Krauss, em *Palavras em Verso,* indica a história em *zoom* – a origem é o alvo. Para ele "(…) a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogéneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de 'agoras' que ele fez explodir do *continuum* da história. Por isso, a Revolução Francesa se via como a Roma ressurreta. Ele citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente" (Benjamim, 1987, pp: 222 - 232).

Krauss confirma, pois estamos perante o ato sequente da análise histórica, o ponto cruz da historiografia enquanto arte. A cada passo, olhando os dados que chegavam e quando chegavam, foi-se concluindo que há quase um papel químico em muito do que se adivinha e se quer vir a seguir.

Quando se tem como objetivo olhar de forma diferente os papéis de Portugal ao longo do processo de Aventura Marítima Quinhentista tenta-se garantir que importa despir algumas das roupagens da leitura de alguns dos autores que fizeram o repositório bibliográfico.

O Século XIX, ainda assumido numa visão eurocêntrica, impôs abordagens importantes, descerrando o universo da análise a outras contingências.

A história é "(…) um dentre uma série de discursos a respeito do mundo (…)" concretizando que esses discursos "(…) não se apropriam do mundo, mas lhe dão os significados que tem (…)" (Jenkins, 2001, pág. 23). Abre-se, ainda mais, o horizonte de uma profícua demonstração de vontade.

E Jenkins que vai mais longe ao afirmar que passado e história, ao serem coisas diferentes, porque o primeiro não pode ser revisitado e a segunda deixa sempre o leitor com limitações de visita, indica o exemplo: "Digamos que você está estudando parte do passado inglês (…). Vamos imaginar que você usa um renomado compêndio: *England under the Tudors*, de Geoffrey Elton. Na aula em que se trata de aspetos do século XVI, você faz anotações na aula. Mas, para os trabalhos e o grosso da revisão, usa Elton. Na hora do exame escreve à sombra de Elton. Ao passar, está aprovado em história inglesa, ou seja, está qualificado na análise de certos aspetos do passado. No entanto, seria mais acertado dizer que você passou não em história inglesa, mas em Geoffrey Elton – pois, nessa fase, o que é |a| sua leitura do passado inglês senão uma leitura de Elton?" (pág. 26).

Ora, este é o caminho – ao iniciar-se a investigação, desde os mais longínquos dos historiadores até aos mais sustentados e recentes académicos, importa que ninguém se fixe na leitura *eltoniana* que Jenkins consagrou, interessa que se vá tão longe quanto a sustentação científica, a erudição, o empirismo e a intuição autorizarem, na incorporação de novos conhecimentos e outras fontes.

Antecipando, por exemplo, o mito, se se recuar a Heródoto, que se identifica como o primeiro historiador, mesmo que se possa reclamar de filósofo (como se filosofia e história não assumissem o mesmo tronco inicial), encontra-se o elemento que habilita ao desenvolvimento do trabalho. Ao reivindicar velhos e novos mitos em que se desenvolve a investigação, assume-se que *mythos* e *logos*, sendo elementos diferentes, nascem para se conjungir a cada entroncamento discursivo. Assim, "(…) o mito é uma narração que busca as origens do cosmos num tempo primordial (…)" e mais, os mitos "(…) contam não somente a formação do cosmos, mas também a genealogia e atributos dos deuses e as histórias de heróis e seus antepassados (…)" (Parada, 2012, pág. 16). Amplitude na investigação é exigência máxima.

O texto presente propõe que haja um questionamento sobre a ligação entre tempos. Se na dissecação dos mitos no estudo dos Descobrimentos ou do Império, os elementos centrais se fixam abundantemente no tempo passado, os mitos em torno do Conceito Estratégico, da Bonomia Portuguesa e da Primeira Globalização não podem deixar de se estruturar em tempos hodiernos.

Seguiu-se o caminho de Barros (2013, pág. 163) em que "A narrativa histórica (…) pode ficar com deslocamentos através do tempo, para a frente e para trás, aos saltos e por degraus, unindo personagens distintos, separados uns dos outros no tempo e no espaço (…)". E "(…) deslocar-se para a frente, ultrapassando certo horizonte de expectativas, ou para trás, explorando determinado campo de experiências em múltiplas direções, é prerrogativa do historiador que constrói a sua narrativa (…)".

O estudo que se desenvolveu assentou, ainda, em alguns pensadores que marcam. Há em Voltaire, no início do esclarecimento e da razão, a garantia de que a história resulta de homens dotados dessa mesma razão e só esses podem ser capazes de elaborar, de milagrosamente esculpir. uma história que seja, de facto, autêntica.

Voltaire considerou como medida e norma do caminho histórico a libertação da razão humana dos preconceitos e a sua posição de guia da vida individual e social do Homem (Abbagnamo, 2000, pág. 504).

Assim, marcando este labor, importará encalçar numa leitura em que história e fábula se separam, em que a crónica ensimesmada e a narrativa despudorada só possam servir para abrir linhas de pensamento que se oponham ao dogmatismo que, por exemplo, amparava a religião suporte de epopeias.

O conceito democrático[4] da historiografia, que Tocqueville insta a que se olhe com atenção, leva ao ponto em que se analisam os mitos no estudo do Império. A sua consagração de espectadores de um teatro traz a uma (o)posição entre democracia e aristocracia, confluência da construção histórica dos homens pelos homens ou dos povos pelos povos.

Sobre aquela leitura de Tocqueville importa considerar que "(…) enquanto os historiadores que escrevem sob os séculos aristocráticos fazem, via de regra, depender todos os acontecimentos da vontade particular e do humor de certos homens, e de bom grado ligam aos menores acidentes às revoluções mais importantes, aqueles que vivem no contexto da igualdade moderna não atribuem quase nenhuma influência do indivíduo sobre o destino da espécie, nem dos cidadãos sobre a sorte do povo. Mas, por sua vez, fornecem grandes causas gerais a todos os pequenos factos particulares (…)" (Tocqueville, 1990, pág. 82).

Não se optou pela leitura exclusivista de Tocqueville, porque seria pura arrogância, porque seria danosa para uma boa interpretação dos factos e das enunciações, mas será de ter em conta que, quando se olhar para as razões de ser da consagração da dinastia de Avis importará ir mais longe do que a mera leitura de Fernão Lopes; ou quando se cruza a vida pouco sobreposta cronologicamente do Infante D. Henrique com a Aventura Marítima interessa que não se fique só sob o manto de Zurara. Como escreve Santos (2020, pág. 57) também interessaria que houvesse questionamento sobre o "(…) misantropo, com pouco interesse por pessoas, sentimentos, esperança. A sua atenção ia toda para os planos e para as metas." Esta visão pragmática, quase primordial, que se atravessou nesta aventura, não ingressou nesta tese.

Já na linha de uma conspeção sobre o mito no estudo da Bonomia Portuguesa, será relevante que não haja cansaço na ponderação do que Tocqueville diz, pela sua abordagem da tirania na aceção aristotélica. Para ele, o verdadeiro poder entre os homens só pode ser encontrado no concurso livre das vontades. E quando um poder se exerce contra o consentimento, ele é tirânico e, em última instância, não-político, não merecendo a qualificação de "(…) verdadeiro poder (…)" (Jasmin, 1995, pág. 23).

[4] Deve ler-se "democrático" numa leitura puramente clássica, uma visão elitizada de democracia. Trata-se, portanto, de um conceito mais filosófico do que histórico ou político. A partir Nicola Abbagnano, 1993, *Dicionário de Filosofia*, Editrice Torinese, Turin, pp: 291-292)

Faça-se agora um *raid* sobre os autores da história europeia que mais marcaram esta investigação no processo de integração bibliográfica e historiográfica geral que a presente tese obrigou como primórdio. Parta-se de dois períodos e de dois autores relevantes – Leopold von Ranke e Eric Hobsbawm.

A consideração de Mata: "Para aqueles que iniciaram os seus estudos em filosofia ou em história na década de 1980, o século XIX começava com Hegel e terminava com Marx. Para tudo o mais lançava-se mão de *um kampfbegriff*: positivismo" (2001, pág. 2) enquadra, como nenhuma outra, os dois historiadores referidos.

Ranke, que parece ter sido crismado como empirista, assumiu a história como uma arte que só poderia advir de uma criação humana superior. Assim, era o homem que lhe dava o contexto, a alegria de reavivar os que tinham sido passado relevante. Porém, também detestava o romance histórico que sempre considerava inverosímil. Mas, apesar de o "não querer", parece não ter perdido o desafio de quase romantizar a sua narrativa, de lhe atribuir um contexto elegantemente exagerado dos acontecimentos resultado das fontes.

Um dos grandes elementos da história em Ranke situa-se na assunção de uma leitura europeia dos factos nacionais. Era natural ao tempo como é habitual ainda hoje. E, olhando as grandes potências, considerou o ponto em que os contactos entre individualidades (indivíduos) criam movimentos históricos e estes influenciam, por sua vez, cada um dos seus componentes. Por isso asseverou: "(…) atenho-me, de caso pensado, aos grandes acontecimentos, ao progresso das relações externas entre os Estados. Destarte, o estudo não poderá deixar de enfocar também muito dos acontecimentos internos que se entrelaçam com aqueles de modo vário e recíproco (…)" (Holanda, 1979, pág. 146).

É nesta visão voluntarista que se faz entretecer, quiçá surpreendentemente, Ranke e Hobsbawm.

Eric Hobsbawm, que muitos foram consagrando como historiador marxista, é muito mais que isso, é uma luz de inspiração que se afirma a cada esquina de dúvida, a cada cruzamento de opiniões e refutações.

O facto de ter caminhado ao lado do dececionante mundo soviético, pôs Hobsbawm em crise consigo próprio, obrigou-o a construir modelos de análise que permitem segregar o passado e construir sobre ele novas leituras.

Mesmo usando os paradigmas e ferramentas marxistas, em que se propõe garantir o papel da ação humana no processo histórico, consagrando o lugar do homem enquanto figura não histórica (o que hoje se pode questionar), parece tentar encontrar no seu caminho, em especial na última parte da sua vida, uma negação da história marcada pelo determinismo económico. Ou seja, o que Hobsbawm obriga a fazer é a regressar ao tempo de se construir história olhando as contingências sociais e não ficando pelos feitos, pessoas e economias, mas não podendo eliminá-los por pré-formação mental.

Claro está que uma tese de doutoramento não se pode ficar pela imensa teoria hobsbawminiana, devendo mergulhar em tudo o que de relevante se pode encontrar. É isso que se irá tentar fazer, abrindo caminhos. E nesse trilho tentar-se-á identificar cada um dos autores que marcam o trabalho presente e todas as visões que deles se extraíram.

Φ

O início do estudo remeteu para as formas de investigar em história. Em boa verdade, tratava-se de uma opção pelo radicalismo de uma abordagem que seguiria pela provocação de leituras diferentes dos acontecimentos, tentando negar uma visão idílica prévia e para, a partir das mesmas fontes, se despirem os campos de análise e se voltar a vestir cada opção, cada passo e cada tempo com uma outra leitura científica.

Parece não se poder assegurar um percurso histórico sem a confirmação de assentamentos como *influência*, *impacto*, *transmissão*, *comunicação*, *divulgação* ou *disseminação*. No caminho que seguiu tentou-se perseguir estes atributos, assumindo-os ou negando-os, mas, em todo o caso, olhando-os. Foi esta a obrigação que resultou de: "A new scientific idea or practive is transmitted from one individual to another if the second individual learns about the innovation from the firts, directly or indirectly, and accepts it as a knowledge or uses it in his own work". (Dolby, 1977, pág. 1).

O título desta tese *A Aventura Quinhentista Portuguesa – Verdades e Mitos na História Marítima* remete para uma colossal empreitada. O que se pretende com cada

uma das consagrações nele presentes? A resposta é arriscada : encontrar formas de se poder assumir uma realidade do passado sem se ficar numa enormização de um "eu".

Pretende-se indicar que Portugal poderá não ter garantido, em grande parte do tempo da sua aventura, um desígnio estruturado. Um olhar sobre a ida a Ceuta e as opções seguintes, as leituras que se constatam em cada reinado, avanços e recuos nas conspeções do avançar, a demarcação da geração de Avis especialmente entre os Infantes D. Pedro e D. Henrique, todas elas pareceram conceder campo de corroboração no estudo[5]. Tenta-se questionar, com singeleza, a opção eurocêntrica da história na confirmação dos Descobrimentos a partir de leituras várias nos âmbitos político e social.

Parece assistir-se, nas últimas décadas, a um recuar dessa confirmação ontológica de Descobrimentos, como que a remeter obrigatoriamente para uma fundação científica e tecnológica complementares que também interessará abordar.

Como elo complectivo interessou seguir até à leitura complexa do Império. Ao longo de séculos, entre os cronistas de quinhentos e a descolonização, ter-se-á assumido a visão, com mais ou menos intensidade, de um império real, institucional e jurídico e isso escassamente poderá ter existido, mesmo que não se possa negar um império comercial. O império simbólico, de Camões, de António Vieira e Pessoa, sem se negar o questionamento de Agostinho da Silva, tem dimensões tão díspares que remetem para um apólogo histórico sem sustentarem um ente real. Estas leituras de império, porque relevantes para a história, não podiam deixar de se obrigar a exame.

A investigação trabalhou ainda mitos com abordagens mais recentes. O primeiro é a leitura dos mitos que circulam em volta do Conceito Estratégico, uma análise das componentes de decisão entre os reinados de D. João I e D. Sebastião que pode levar à consagração de um curto período em que se poderá indicar a existência dos componentes da estratégia, o reinado de D. João II. Olha-se, ainda, para outras leituras que se podem enquadrar em cartas/objetivos de missão no reinado de D. Manuel I.

Pode perguntar-se: os conceitos podem recuar a um tal tempo em que se possam verificar conformes aos princípios? A estratégia tem tantos fundamentos e tantos suportes científicos e até teológicos que impede uma afirmação de inexistência. Quando, no

[5] Em *As Duas Políticas Nacionais* (1984, pág. 78) in *António Sérgio – Uma Antologia*, organização de Joel Serrão, Sérgio escreve: "Podemos chamar às duas escolas, portanto, a política da fixação e a política do transporte; a política da produção e a política da circulação; a política da estabilidade e a política do aventureirismo; a política nuclear e a política periférica; a política de D. Pedro e a política de D. Henrique; a política da boa capa e a política do mau capelo."

Sermão da Montanha, se propõe uma opção pela não-resistência, oferecendo a outra face ou consagrando o princípio ético de não matarás, mesmo que ela seja interpretada por um certo anarquismo cristão, o que se está a reclamar é um elemento reverente da estratégia e, por isso, a autorizar estudos e promoções que se afirmam ancestrais. Sun Tzu ou Maquiavel são suportes centrais da ontologia da estratégia que habilitam, hoje, a este recuar.

O segundo universo de mitos contemporâneos é o que anda em volta da Bonomia Portuguesa. No final do século XIX e na primeira metade do século XX foi sendo atestada uma certa visão bondosa da presença dos portugueses em todos os territórios por onde passaram. Ora, interessa reclamar um ponto de situação que imponha algum realismo. Se se quiser, este capítulo poderá parecer o mais ideológico de todo o texto, não deixando sequer uma abordagem sobre o terrorismo, elemento polémico que poderá merecer uma complementaridade de análise.

O último acervo de mitos anda à volta da consideração de que a empreitada marítima lusa se poderá ter afigurado como a primeira/pioneira globalização. Tenta-se questionar esta abordagem cada vez mais comum[6]. Neste ponto comprometeram-se as consagrações científicas, em especial na ciência política, que concedem a visão de mundialismo, mundialização[7], globalismo e globalização[8]. Tenta-se, ainda, assumir a

[6] Campos & Canavezes (2007, pág. 17) referem-se a globalização partindo de Fernand Braudel e vão mais longe na verificação escatológica a que regressaremos no último capítulo. "(…) o que pode designar-se por economia-mundo, ou seja: uma economia que ocupa um determinado espaço geográfico, e que, portanto, tem limites: uma economia-mundo submete-se a um polo, um centro, representado por uma cidade (país, dizemos nós…) dominante, outrora estado-cidade, hoje uma grande capital económica. Em alguns períodos históricos podem mesmo coexistir, de forma prolongada no tempo, dois centros numa economia-mundo, por exemplo: Roma e Alexandria, no tempo de Augusto e de António e Cleópatra: Veneza e Génova, entre 1378 e 1381; Londres e Amsterdão, -seno século XVIII, antes da eliminação da Holanda enquanto centro. Por outro lado, podem coexistir várias economias-mundo e assim aconteceu muito antes de o mundo ser totalmente conhecido pelos europeus."

[7] Pode encontrar-se a consagração do conceito de mundialização em Borges Coelho, nos escritos sobre João de Barros; em Luis de Albuquerque, na *História dos Descobrimentos Portugueses*; ou em Barradas de Carvalho em *Europa ou Atlântico – perspetiva histórica*. Considera-se que a influência da cultura francesa nestes historiadores os leva ao uso de conceitos que sempre se mantiveram na produção histórica do espaço francófono.

[8] Na construção do capítulo encontra-se uma interessante abordagem, por parte de Maria de Deus Beites Manso, no seu texto *No tempo da protoglobalização: a reescrita e um passado comum.* Foi-se à procura de outras dimensões no universo da investigação portuguesa sobre essa mesma *protoglobalização,* o que se mostrou terreno a desbravar. As ciências económicas dizem que se pode dividir o processo de globalização em três momentos: 1º A globalização arcaica que insere o processo mercantil das civilizações mais antigas (conectando em tempo vários a India, a China, o Império Mongol, o Médio Oriente, o Egipto e a Europa) e que teria vindo até ao início do século XVII; 2º A *protoglobalização* que seria marcada pelos mares conhecidos e livres e pela importância da Companhia das Índias Orientais na determinação dos modelos de comércio e gestão que terão dado início ao capitalismo e ao processo de industrialização; 3º A globalização moderna, a partir de 1870 com os ciclos de comércio global, o nascimento dos mercados financeiros.. O conceito de globalização é mais recente e pode ser encontrado em Luis Miguel Almeida em Descobrimentos *e Globalização*; em Jorge Nascimento Rodrigues e Talasseno Devezas em *As Lições dos Descobrimentos*; e em J.P. Oliveira e Costa, o historiador que mais tem afirmado esta proclamação, em *Os Descobrimentos Portugueses: O Início da Globalização*.

consideração dos elementos político e económico nos predicados dessa tal globalização e segue-se pela atualização de conceitos e leituras que poderão contribuir para uma colocação diferente dos feitos portugueses.

Φ

Avocou-se, nesta via, que "(…) tudo aquilo que os historiadores investigam é real" e que a história resultante estaria "(…) empenhada num projeto intelectual coerente, e fez progressos no entendimento de como do mundo passou a ser como é hoje (…)" (Hobsbawm, 1998, pág. 10).

Assume-se que no estado da arte do processo de investigação da Aventura Marítima, quando se olha a História de Portugal, se poderá ter fixado um certo conceito de epistemologia da suspeita e da subjetividade. Tentou-se fugir.

Em toda esta investigação se atravessam Luís de Albuquerque, o mais inquieto dos autores do século da reconversão da historiografia e Vitorino Magalhães Godinho, mestre das ciências sociais. Como antes se tinha feito o primeiro caminho com Ranke e Hobsbawm, foi com estes dois vultos portugueses que se fez o trilho de instigação e investigação.

Mas o país, como a tese, também deu como adquiridos os pressupostos historiográficos, em tempos diferentes, de Alexandre Herculano, Jaime Cortesão, José Mattoso, não os tendo deixado de fora na construção do projeto inicial[9].

Olhando o resultado das suas crónicas, não se podia deixar de enquadrar o legado literário de Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, figuras que assumiram o confim de nunca negar, com maior ou menor ardil, o bom nome dos seus mecenas e senhores. Ir-se-ia mesmo mais além no retrato fragmentário, incorporando Fernão Lopes, o primordial, como fundador das substruções estritas da investigação.

[9] Oliveira Martins acompanhou toda a tese. Não sendo olhado como historiador, mas como provocador da História, fato que bem lhe assenta na investigação histórica.

Nestas últimas décadas parece assumir-se um olhar mais intenso de desconfiança, não na consagração "teológica"[10] da suspeita, mas na estimação de uma ponderação pelo olhar alternativo. Tenta recuperar-se aqui, porque autores recentes e relevantes parecem ter-se olvidado, Fernando Oliveira (c.1507-c.1585), para se olhar uma primeira meditação dos efeitos da tal bonomia portuguesa e da presença temporal.

Iniciou-se a restituição histórica sobre a ontologia da Descoberta e do Império e sobre as incríveis chegadas ao Brasil, em textos de Francisco Contente Domingues; sobre o Oriente nas investigações de J. P. Oliveira e Costa. Lê-se Portugal económico em perspetiva pela pesquisa de Pedro Lains; e na escrita militar em Severiano Teixeira. Reponderam-se os feitos numa apresentação desprendida do Portugal global de quinhentos na opção litúrgica de Nascimento Rodrigues e na dureza da análise histórica, sobre a luta anticolonial, em Fernando Rosas. Por último, interligam-se as diversas ciências sociais com o pensamento de Isabel Castro Henriques.

No início da empreitada embateu-se na escolha prévia dos autores a ler ou reler. Separaram-se os universos em cinco campos: história medieval (1) seguindo Baquero Moderno, Oliveira Marques e Adão da Fonseca; leituras políticas e administrativas ultramarinas (2) retirando de Charles Boxer, Borges de Macedo e de Maria Manuela Mendonça as linhas centrais; nos aspetos sociais e económicos (3) começou-se por Borges Coelho e Romero de Magalhães; na visão processual do itinerário seguido, recursos e resultados (4), elegeram-se Teodoro de Matos, Dias Farinha e Joel Serrão; na história náutica e militar (5) o início afirmou-se na criação de Fontoura da Costa, na linha de pensamento de Semedo de Matos e, posteriormente, na visão holística de Silva Ribeiro.

O período inicial do Estado Novo veio a retomar, como mais à frente se indicará com o cuidado que o tempo de hoje em profunda polarização obriga, a exaltação pátria. Quando se olhava a *História da Colonização Portuguesa*, que integrava alguns dos acima referidos, logo apareceu a *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, da autoria de A. Baião, Hernâni Cidade e M. Múrias. De capas verdes, monumentais, não alcança, apesar de tudo, o topo dos elogios da portugalidade que parece regressar por estes dias.

Faria sentido desenvolver uma estratégia de investigação sem escolher o que de mais referente se pode encontrar entre os pensadores do Sec. XIX? A resposta abeirou-se

[10] Esta tese contempla, amiúde, a palavra teológico ou teologia. Deve ler-se assumindo-se uma interpretação coloquial e que nos leve a um conceito de doutrina ou doutrinário.

negativa. Ramos Coelho, conhecedor profundo do espólio da Torre do Tombo, dá a ler textos soltos que se ponderaram nas reflexões iniciais, o mesmo acontecendo com Sousa Viterbo, Braamcamp Freire e Pinheiro Chagas. No mesmo caminho atentou-se em Teófilo Braga e em António Sérgio pelo olhar de Sérgio Campos Matos.

Foi este último que levou, a partir do seu texto *História e identidade nacional*[11], a outra das questões centrais da investigação, questão que não obteve resposta. O que impõe uma visão minifundiária da investigação histórica das Aventuras Marítimas de Portugal e Espanha numa leitura conjunta e renovada?

Ora Pinheiro Chagas, em 1892, com a sua obra para-histórica *Os Descobrimentos Portugueses e os de Colombo* aventurou-se nesse caminho, mas que se não revelaria central no universo historiográfico geral. Adivinharão, no entanto, que ao referir Portugueses e Colombo em título tenha escolhido um campo de apreciação muito próprio, provocador e até desgraduador para Espanha, como que seguindo a visão de *Os Lusíadas* em que o herói é um ser coletivo.

A densidade das obras *Dicionário da Expansão Portuguesa*, sob a coordenação de Francisco Contente Domingues, e *Dicionário de História dos Descobrimentos*, sob direção de Luís de Albuquerque, permitem compreender cada detalhe da análise, cada referência mais elitizada. Por exemplo, não teria sido possível caminhar para a consideração de existência dos mitos no estudo dos Descobrimentos sem a abertura que Domingues concede. Em boa verdade, estas duas obras, com décadas de intervalo na sua publicação, perecem ser a primeira enunciação conjunta de uma falência do eurocentrismo histórico ou do etnocentrismo ocidental passando, ambas, a consagrar a aventura que aqui se elege como que um novo e cada vez mais consolidado *enredamento de culturas* e de esforço da tecnologia.

Φ

Resta, pois, resumir as questões que estão na base desta investigação doutoral. Existem, no estudo hodierno dos Descobrimentos Portugueses e do Império Português verdades que se possam afiançar sujeitas aos crivos das ciências históricas e de outras

[11] Lusotopie 2002, pp: 123-139

ciências sociais? E são facilmente reconhecidos mitos, mais antigos ou mais recentes, que se atravessem na historiografia já consagrada?

A tese deve assumir como grande objetivo um olhar sobre as circunstâncias históricas de Os Descobrimentos e do Império Português por novos prismas. Em primeiro lugar, encontrando certezas, verdades transversas, que se possam apontar na História Universal sem qualquer questionamento; em segundo lugar, indicando os mitos que se foram transportando ao longo dos últimos cinco séculos e que se entrelaçaram com a gesta marítima. Mitos que não sejam as elaborações em torno do espírito e da matéria, mas que, partindo destes, possam indicar e/ou negar (?) o eterno retorno, o destino manifesto, o povo eleito, a grandiosidade da obra.

Os mitos em torno dos Descobrimentos abrirão novas portas, alargarão outras já conhecidas e avisarão para os perigos de novos centrismos, que não tardarão, para a eliminação do velho eurocentrismo que, quer se queira quer não, continua a ser a matriz das ciências sociais do tempo de hoje. Os Descobrimentos deverão fazer sentido nesta época, desempoeirando-se a sua velha carcaça e impondo-lhes olhares relevantes que os façam perenes.

A análise sobre o Império andará em torno da elaboração do mito e da fé, do mito do fundador e do combatente, da relação da Igreja poder com o poder temporal. Mas também se pretende olhar a realidade económica tentando mostrar o insucesso da empreitada, a eliminação do mito da idade de ouro, bem como a realidade tardia do Império normativo só nascido com Salazar.

A investigação irá ainda à indicação de novas inquietações a partir de conceitos mais recentes. A existência de um sentido estratégico, a generosa bonomia portuguesa na relação com o outro e o pioneirismo da globalização deverão levar a novas abordagens e a posteriores quesitos.

Em suma, esta tese deverá ir ao encontro de linhas de abordagem ainda não tratadas, coisa difícil num mundo de criação académica vastíssimo e profundamente marcado por historiadores valorosos.

É a todos estes questionamentos que se deverá responder, dando a conhecer, de antemão, o mar imenso dos autores, das fontes e da bibliografia em que se moverá o seu autor.

1. Epistemologia[12] da Aventura, da Verdade e do Mito

A discussão sobre a autoria do conceito de epistemologia não é de hoje e não vai ficar pelos tempos correntes. A história da filosofia parece indicar que ao escocês James Frederick Ferrier terá cabido a inicial consagração do termo enquanto universo de estudo da essência do saber, da fundamentação e da racionalidade.

O alargamento do conceito é reconhecido a Jonathan Dancy, ao ponderar sobre as posturas cognitivas, que abarcariam todas as crenças, no universo do conhecimento.

É Dancy[13] quem prefere as áreas da epistemologia. A identificação de como o conhecimento se relaciona com a verdade e com as crenças (1); as implicações do ceticismo e como este implica na leitura epistemológica (2); como se pode considerar o que é conhecido e se pode justificar esse conhecimento (3); e, por último, qual o alcance do mesmo conhecimento e em que fontes se sustenta.

A prática de Ferrier assentava num tripé muito simples: Importa *saber que;* interessa *saber como*; e é essencial a relação do conhecimento por proximidade ou por familiaridade.

Esta tese enraíza também neste *tripé implicante*. Porque assenta na segregação do conhecimento teórico e do conhecimento prático, que são os reflexos do *saber que* e *saber como*.

A análise que foi desenvolvida confirma-se, porém, na herança de Bertrand Russell, como se se estive observando o princípio da inferência histórica. Ora, é exatamente este princípio que poderá estruturar a investigação histórica, que dela poderá fazer o caminho do conhecido para que se possa inferir o que é desconhecido.

---

[12] "(…) à epistemologia histórica cabe aperfeiçoar teoricamente o conhecimento histórico, sedimentando o caminho da abstração, a partir não mais das categorias filosóficas *a priori* ou como desveladora de uma arquitetura velada pelas "aparências" ou pela falsa "consciência", mas da permanente interação entre a teoria e a prática da pesquisa. Esta interação baseia-se cada vez mais no suposto epistemológico que define o *objeto histórico* como o fenómeno (e não mais o facto), o *método histórico* como a equação do problema (e não mais a formulação da lei) e o *produto* como sendo o conceito (e não mais a descrição) " *Arno Wehling, em Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões*, 1992.

[13] Sobre Dancy e a epistemologia: Principais linhas epistemológicas contemporâneas, de Gelson João Tesser, 1994, Educar, nº 10 - https://tinyurl.com/yxu3tqa2 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

É também Russell quem alerta para um dos perigos da próxima abordagem: este investigador tem um conhecimento em si mesmo, insuficiente decerto, e, embora possa ter o conhecimento do saber de um vastíssimo conjunto de autores, por familiaridade com a sua criação e investigação, convém ter presente que a sua interação com esse conhecimento é limitada e restrita. Reverência é, pois, imposta.

Não chega, portanto, o princípio cartesiano *cogito ergo sum*, que a filosofia moderna parece desgraduar, para seguir em frente. É essencial na abordagem da aventura, da verdade e do mito, que se confirme, para além do pensamento e da existência deste coletor de questionamentos que se transformou em investigador de história e doutorando na valentia marítima dessa história, a habilitação mínima para investigar.

1.1. Da Aventura

"Portugal é onde se encontre um português. Nas nossas fronteiras físicas ou, por todo o mundo, nas nossas fronteiras espirituais. Aí vivendo ou servindo em missão nacional." Esta citação da mensagem de ano novo (2018) de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, diz bem da dimensão plural que se assume no simbolismo do ser português[14].

Os portugueses são mais do que Portugal e Portugal é mais do que o seu espaço físico. A mensagem, ao referir a dimensão espiritual das fronteiras, impele para um tempo em que os portugueses se fizeram aos mares para tentarem construir novos espaços para si, novas oportunidades para o seu futuro. Um mundo desconhecido, uma aventura difícil de prever. É esta aventura que importa recolocar na leitura histórica do hoje.

Uma parte da historiografia do século XIX e da primeira parte do século XX parece ter assumido a dimensão simbólica como realidade, terá construído uma ideia de comunidade organizada para um destino, como se o reino (país/nação) se tivesse consumido na preparação de uma empreitada global. Estar-se-á perante uma narrativa mítica?

A investigação presente não se aproxima dessa interpretação dos factos históricos. Em primeiro lugar porque a realidade intelectual e o conhecimento do planeta ainda não o permitiam; em segundo lugar, porque o caminho seguido, com exceções temporais muito restritas, como mais tarde se desenvolverá, não terá observado uma linha afirmada que tivesse consagrado a opção por um processo estruturado.

Claro está que a historia se engrandece (ou se deixa vencer) perante a necessidade de se afirmar como matriz ideológica de um povo a cada tempo. Nesse aspeto os textos históricos revelam as características da narrativa de aventuras – uma narrativa é um suporte literário que indica acontecimentos numa perspetiva sequêncial. Assinalam também um jogo de causa e efeito, de onde sempre acontece uma transformação. Os

[14] Este conceito, aqui apresentado pelo Presidente da República, assume relevância nas opções estratégicas de Karl Ernest Haushofer e de Rudolf Heb, influenciadores das opções expansionistas de Adolf Hitler – ver Costa Freitas, Revista Militar 2434, novembro de 2004.

acontecimentos que marcam as relações de causa e efeito vão-se repetindo até ao momento do desfecho. Esse é o momento feito da construção literária, aquele que é esperado pelo leitor.

Autopsiando uma narrativa de aventura, qualquer texto deve apresentar um ou mais personagens heróicos, os acontecimentos mais marcantes, com resultados fantásticos, inéditos (Castelucci, 2013, pág. 17). Tudo isto está nas histórias da história que se submeteram ao crivo do pensamento temporal.

Há, porém, antes de tudo, a obrigação de sustentar o conceito. Aventura, do que se fala? Nada como se apelar a dois suportes reverentes, A *Enciclopédia Universal Ilustrada*, que consagra a aventura como um sucesso extraordinário, um acontecimento estranho e inesperado, e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* que leva a Aquilino Ribeiro e se situa no arriscar "O que queria era a aventura. A aventura em si, para se bater, fazer brilhar uma espada".

É ainda esta última quem dá o conceito mais amplo e retirado de Luís Vaz de Camões, em Lusíadas VII, onde se oferece o risco, a incerteza e a contingência como elementos confirmadores da aventura de quinhentos. Risco, incerteza e contingência.

1.1.1 O confronto do positivismo com a ideologia da ditadura

Se a história, no período liberal, quer monárquico quer republicano, se haveria de consagrar numa outra leitura menos compassiva dos feitos dos portugueses, como consideraram os ideólogos do Estado Novo, a verdade é que, mesmo passado meio século do nascimento da democracia abrilista[15], o simbolismo sobre o período da Aventura Marítima se vai apresentando, em certos tempos, exacerbado.

Tal parece decorrer da asseveração ideológica das décadas de 1930 e 1940 que é bem clara nas afirmações de um conhecido salazarista e figura da "historiografia doutrinária", dizendo aquando do lançamento da História de Portugal em 1940: "A vida de uma Nação que deveria explicar-se à luz dos Evangelhos, dos Roteiros e das Crónicas - foi descrita à luz da Declaração dos Direitos do Homem e da teoria do materialismo

[15] Considera-se "democracia abrilista" o processo que resulta da revolução de 25 de abril de 1974 e que veio a dar lugar à terceira república. A Constituição da República Portuguesa de 1976 é a mãe do Portugal democrático que hoje se vive e que se consolidou com a nossa assunção de Estado pertencente ao espaço atlântico, ao espaço europeu e à comunidade dos falantes da língua portuguesa.

histórico. Assim se falsificou, se corrompeu o passado português: - é tal a influência do passado que, uma vez corrompido e falsificado ele, muitos portugueses se falsificaram e corromperam. O declínio nacional acelerou-se – resultante das interpretações pessimistas, dos ferozes sarcasmos, das absurdas diatribes com que se nos estacava a maior fonte de energia: a confiança de nos próprios" (Ameal, 1942, pp: 7 - 15).

A determinação do período da ditadura do Estado Novo[16] terá ido no sentido de inventar uma história, de a consagrar exacerbando-a, de crucificar a bondade da normalidade, até da dogmática extraída dos cronistas e dos acervos, para uma invenção de imortalidade.

Os decretos nºs 19 605, de 16 de abril de 1931, e 21 103 de 15 de abril de 1932, dizem bem da marcação ideológica que a História de Portugal virá a ganhar. Gustavo Cordeiro Ramos, à altura Ministro da Instrução, determinaria neste segundo diploma: "(…) estes livros, como didácticos que são, têm por fim ensinar, formar os espíritos – e espíritos ainda naturalmente vibráteis, com capacidade receptiva superior às possibilidades criadoras e sem recursos críticos eficientes e legítimos. A História de Portugal visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora. Até ao presente, mercê de circunstâncias conhecidas, o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Péssima foi a semente que lançou no espírito da nossa mocidade escolar a obra histórica de alguns escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores, nada mais fazendo que desgostar os portugueses de serem portugueses. A Ditadura Nacional, inspirada em princípios opostos aos que, até ao seu advento, determinaram os governantes, entende que ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino da história. Nesta há uma parte meramente expositiva, em que são indicados os factos, as datas, os nomes, e, portanto, inalterável, mas há também no ensino uma parte crítica – e essa é a função do historiador. Tal historiador, tal atitude. Na falta de um juiz infalível dessas atitudes que são meramente subjetivas, o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional – quer dizer, a verdade que convém à Nação. Se os autores dos compêndios de história são responsáveis pelos erros ou pelas verdades que defendem nos seus livros, o Estado é responsável pelo ensino que ministra nas suas escolas oficiais. Nestas condições os compêndios de História de Portugal procurarão, para poderem ser aprovados pelo

[16] Estado Novo – regime político-constitucional formatado pela Constituição da República de 1933.

Estado, fazer passar através dos princípios expostos neste decreto os conhecimentos históricos sobre o que tiverem de se pronunciar. Tudo neles deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo." (Torgal, Mendes & Catroga, 1998, pp: 134 - 135).

Entre a evolução historiográfica que se havia consagrado no período liberal e a glorificação da história amordaçada da ditadura há, porém, marcas que nunca deixaram de existir. Os feitos marítimos sempre foram considerados como Descobrimentos ou como Expansão e o espaço conquistado tido como Império.

Num olhar atento sobre a realidade sociológica do século XIX, num tempo muito posterior à Revolução Francesa, foi possível constatar que não há, em muita da observação histórica, uma análise dos direitos dos povos indígenas, uma perspetiva de autoridade jurídica sobre os territórios que ocupavam.

A Conferência de Berlim confirmou isso mesmo e terá assegurado o poder "mineiro" das grandes potências coloniais sobre África. Observando por esta perspetiva, olhando ao tempo, pode considerar-se, e compreender-se, a legitimidade histórica de um conceito amplo que parece ser o de Descobrimentos.

Por outro lado, a consideração da Expansão portuguesa pode verificar-se na perspetiva da sagração dos primeiros marcos de um "novo direito internacional global"[17] como sejam os Tratados de Alcáçovas (1479) e de Tordesilhas (1494), mas não parece verificar-se, com exceção do Brasil (posteriormente e por pouco tempo nos territórios africanos e asiáticos) por confirmar balizas muito relativas quanto ao poder formal e à presença da autoridade real.

"Os portugueses e os espanhóis eram os povos geograficamente mais bem situados para tentarem a grande aventura. Basta olhar para um mapa para verificá-lo. Eram também os mais bem preparados para esse efeito, quer quanto a condições políticas, quer quanto a mentalidade." E "Além disso, os portugueses tinham sido os primeiros a expulsar os mouros do seu território, sendo, naturalmente, também os primeiros a procurar novas rotas marítimas que os conduzissem às fabulosas Índias". (Grimberg, 1967, pp: 179 - 180).

Olhando Grimberg, fossem o que fossem essas rotas marítimas, o oriente seria, enquanto marca mental, pouco e muito na perspetiva da navegação, seria a esperança de

[17] Ver o conceito em: *1494 – Tratado de Tordesilhas*, (2012), de Stephen R. Brown, Casa da Letras, Lisboa

encontrar uma outra forma de assegurar a chegada das especiarias à Europa sem se perderem na tributação excessiva do caminho por terra. Seria a forma de vencer o monopólio de uma imensidão de povos e comunidades que intermediavam o comércio e o transporte.

Mas essas Índias de Grimberg eram onde? Foi isso que os portugueses tentaram saber e souberam, foi isso que as missões espanholas tentaram adivinhar sem o conseguirem de antemão.

1.1.2. As marcas inicial e final da Aventura

1.1.2.1. Ceuta e Tânger

Como se afirma a conquista de Ceuta e o contraparte infortúnio de Tânger na marca inicial do período da ida para outros territórios e da saída para os mares? Como se revela Alcácer Quibir e o sebastianismo[18], que ainda hoje marca Portugal, enquanto fim do período da Expansão e/ou Descobrimentos?

A consolidação do reinado de D. João I[19], a estabilização da vida política interna, as obrigações que o reino de Castela assumia na perspetiva de, por um lado, encontrar uma paz e, por outro, prosseguir a expulsão dos árabes do território peninsular, consentia ao reino de Portugal, novas oportunidades.

As premissas centrais advinham do facto de haver que responder a três movimentos de interesses: 1) a nobreza "nova" que esteve na base da consagração da dinastia de Avis não se quedava pelo território do Minho ao Algarve; 2) a burguesia, em parte financiadora e suporte da nova ordem política, requeria negócios; 3) os filhos barões de D. João I careciam de confirmação pela sua chegada à maioridade.

As razões, apesar de reconhecidas e aparentemente lúcidas, não permitiam, porém, mais do que impulsos. D. João I, olhando a realidade das contas da coroa, ainda não sentia que houvesse disponibilidade para novas aventuras. Por outro lado, não era lógico, no seu

[18] Em *Portugal, um perfil histórico*, Pedro Calafate escreve: "Povo com uma 'alma grávida do divino', como Pascoaes, a seu ver, tinha percebido, albergando no seu seio uma religião popular a que dera o nome de sebastianismo e cujas potencialidades importava erguer e transformar em nova religião…" (2016, pág. 89).

[19] Tratado de Ayillón, de 31 de outubro de 1411 e que veio a ser confirmado em 30 de abril de 1423. A paz definitiva entre Portugal e Castela só haveria de se considerar adquirida pelo Tratado de Medina del Campo de 30 de outubro de 1431.

pensamento cauteloso, que o Magrebe se afirmasse espaço de fixação da ordem lusa. Faltava uma confirmação que se fizesse valer.

O rei tinha, porém, no seu íntimo e nos conselhos dos mais apegados, uma outra e obrigatória preocupação – a da legitimidade da dinastia. Esta deveria ser sustentação relevante para qualquer decisão que se viesse a tomar. (Ramos, 2009, pp:171-183)

Portugal tinha, desde 1297[20], uma fronteira a oriente e a norte minimamente garantida e o Mestre de Avis não observava opção pela invasão de um outro território ibérico que, ainda na posse de reinos muçulmanos, estaria inserto no espaço simbólico de Castela e/ou Aragão.

Partindo de uma certa minimização do elemento proto-histórico que terá levado autores vários a indicar a opção por Ceuta como um sucedâneo para o teatro de "armar cavaleiro" de D. Duarte, D. Pedro e de D. Henrique, filhos mais velhos de João e Filipa, fundadores da dinastia de Avis, através de um grande "torneio"[21], olhando com relativo abono para as missões que D. João I haveria de fazer circular por vários portos e cortes para tentar manter como enigma a empresa de Ceuta, a verdade é que parece ter faltado uma leitura integrada do que ali se iria fazer e como ficar.

Posteriormente e sobre o enquadramento social e económico que se vivia na primeira década do século XV, progredir-se-á na análise que interessa em ponto seguinte, mas não é despiciendo indicar, desde já, que Portugal havia verificado uma profunda desvalorização da sua moeda (Vieira, 2017, pág. 27), situação quase sem paralelo em toda a história económica do país, e que Ceuta se afigurava como uma forma de poder ajudar a resolver essa situação de falência.[22]

A preparação da viagem, iniciada em 1412, só haveria de se confirmar de 25 de julho de 1415. Escreve Serrão (1980, pág. 138) que "(…) o número de velas seria superior a 200 e que mais de 20 000 homens a constituíam. Notícias de Valência referiam 200

[20] O Tratado de Alcalizes é firmado entre D. Dinis de Portugal e Afonso IV rei de Leão e Castela. Fixa definitivamente as fronteiras entre Portugal e Castela (PT/TT/GAV/18/9/13).

[21] Uma leitura atenta da Crónica da Tomada de Ceuta não nos permite assumir, com confiança, esta razão base da investida. (PT/TT/CRN/9)

[22] Em *História Económica de Portugal*, (1981, pp: 230-231), Armando de Castro diz-nos bem da circunstância financeira do reino, de praticamente toda a economia do reino se desenvolver afastada das leis do mercado e a atividade comercial depende particamente da estrutura senhorial sem provocarem relações de interdependência. E sobre a mesma circunstância escreve Oliveira Martins (1992, pág. 181) em *Política e Economia Nacional*: "Vemos, nas rudes instituições da Idade Média, o Tesouro nacional – Tesouro então régio – acumular funções que na economia atual se consideram antinómicas com o seu princípio. Vemos que o Tesouro era verdadeiramente um banco, sendo o rei banqueiro, armador e negociante. O rei, porém, não comerciava senão determinados objetos de que o comum dos mercadores se não ocupava. Será temerário ver neste facto o princípio dos monopólios posteriores da pimenta, do pau-brasil, quando as descobertas deram a Portugal o Oriente e a América? Parece-me que não."

navios, 25 galeras e 45 000 combatentes". Era tudo o que parecia existir em Portugal, requisição real do património mobiliário dos portugueses (Costa 2009).

Os portugueses viviam tempos de epidemia, circunstância que haveria de vitimar a rainha consorte dias antes da partida (Hoffmann, 2019, pp: 11 - 13). Indiferentes ao tempo, obcecados pela ilusão do combate e da pilhagem, muitos partiram já em febres sem o mínimo de cuidados[23].

Os tais 20 ou 45 mil homens que assaltaram a praça no dia 21 de agosto de 1415, apinhados e com poucos recursos, saquearam o que havia, surpreenderam e consagraram o principal templo dos infiéis à religião oficial e a Maria Santíssima. Assistiu-se, em terra, a uma arte próxima da usada pelos salteadores marítimos, habituais frequentadores do espaço mediterrânico.

Em curto período tudo se haveria de confirmar discutível. Os quase 2.500 homens[24] que se fixariam em Ceuta, sob o comando de D. Pedro de Meneses, não só não ofereceram um retorno, em ouro, prata ou produtos agrícolas, como era esperado para corrigir a bravura despendida com a missão, como o país se consumia num esforço suplementar para manter o pavilhão de Avis em território magrebino.

O envio sistemático de provisões, em especial de trigo, degradava o estado da economia e a qualidade já de si miserável da vida dos portugueses continentais (Mesquita, 2017, pp: 21 - 24 e 41 - 47). Esta situação grave terá implicado uma divergência profunda na corte, mesmo entre os infantes de Avis.

Parece não haver nesta opção qualquer outro responsável que não tenha sido o Infante D. Henrique. O rei determinaria mesmo: "(…) os contadores, almoxarifes, recebedores, etc., em especial Joanes Mendes (…) que tem cargo de fazer arrecadar os direitos e rendas do mestrado de Santiago, arcebispado de Lisboa, bispados, câmara apostólica, etc., ordenados para defesa de Ceuta, deverão fazer despender quanto lhes ordenar o mesmo Infante por suas cartas e alvarás, como se fosse de ordem d'el-rei (…)" (Cortesão, 2016, vol. III, pág. 320).

Encarando as opções entre o abandono, que fragilizaria o reino perante Castela e os ataques corsos[25], ou a manutenção e reforço da posição estratégica, com novas conquistas, foi esta segunda a vencedora.

---

[23] A bordo vivia-se o "ar de pestelença" que haveria de levar mesmo os mais próximos como Fernando Alvares Cabral, vedor da Casa de D. Henrique.

[24] O número de integrantes da guarnição às ordens de D. Pedro de Meneses não se revela unânime. Segue-se a referência de Nuno Campos Silva em *D. Pedro de Meneses – o primeiro capitão de Ceuta* (2008).

[25] Diz Matos (2005, pág. 137), "O corso faz-se da seguinte maneira: um grupo mais ou menos numeroso de corsários organiza-se, constrói os seus próprios navios, escolhendo para os guarnecer homens de bravura comprovada. Estes

Matos (2015, pp: 288 – 289) diz-nos, porém, da importância determinante sob o ponto de vista estratégico que a partir daí Ceuta recebia. Os portugueses, quando " (…) aventuraram em Ceuta, alargaram |o seu| valor à boca do Mediterrâneo, exercendo um poder de natureza diferente daquele que estamos habituado a considerar: o poder sobre o uso do mar (…).

Seria por isso que Tânger se afirmaria como a outra parte da moeda em que se haveria de transformar a primeira investida africana dos portugueses.

A pergunta que se deve colocar, por agora, é simples – porquê guerrear em Tânger?

Para Zurara, D. Henrique tinha planos concretos para continuar a navegação pela costa ocidental de África, ou seja, um famoso Plano das Índias[26]. O reino de Portugal não comunicava, em termos territoriais, com o território do que é hoje Marrocos. Contudo, somente era separado pelo estreito de Gibraltar e pelo território que haveria pertencer a Castela. A convicção aparente de D. Henrique, de que o continente era navegável pela costa ocidental, terá levado à elaboração de um estratagema complexo de pontos de apoio que tanto dariam acesso a África por terra como por mar. Por isso, D. Henrique quereria ir o mais além que lhe fosse possível, não só tomar Tânger, mas também Arzila e Alcácer-Ceguer (João, 1999, pp: 273 - 284).

Esses pontos, uma vez conquistados, dariam empoderamento territorial e acesso livre ao continente africano por terra. A ideia de que haveria um reino cristão no interior de África, cujo soberano seria, segundo relatos anteriores de aventureiros que por lá teriam passado, o tão afamado Preste João das Índias, ajudava no simbolismo e na justificação das empreitas. (Moreira, 2009, pág. 33).

A preparação da missão a Tânger não foi o que se esperava. Desde logo o efeito do recrutamento que se apresentou quase impossível dada a situação crítica da realidade rural portuguesa. Em segundo lugar, muitos dos nobres mostraram-se desconcertados com a opção porque não haviam visto qualquer resultado significativo após a conquista de Ceuta. Em leitura seguinte, porque Portugal parecia não se revelar, ainda, capaz de

guerreiros efectuam desembarques no litoral e nas ilhas habitadas pelos francos, surgindo de surpresa e levando tudo o que lhes cai nas mãos. De igual modo, atacam os navios dos infiéis, tomando-os e regressando a casa com espólios volumosos e com prisioneiros."

[26] O Plano das Índias, juntamente com a existência da Escola de Sagres, é uma das sugestões da historiografia portuguesa nunca verificadas. Vários autores tentaram uma abordagem programática a este plano, mas tal não se revelaria consistente ou validado.

aprontar uma frota completa e apta que sustentasse a missão e que comparasse com as centenas de embarcações de 1415[27].

O desequilíbrio financeiro da coroa, fruto das guerras joaninas e da expedição a Ceuta, nunca liquidada, fariam crescer, de forma inaceitável, os impostos e impeliriam a uma revolta silenciosa. A partida, em 22 de agosto de 1437, não indicava bom fim. D. Henrique, só teria conseguido 200 homens a cavalo, 1000 besteiros e 3000 peões[28]. Faltariam 6000 soldados (Leão, 1975, pp: 750 - 755). Haveria a juntar mais 2000 homens de armas, alguns mercenários.

A abalada indicava preocupação, mas a realidade que vieram a enfrentar dizimou a força expedicionária. Não se terá asseverado um comando permanente, não se terão consagrado as técnicas de combate, não se terão garantido as formas taticamente certas de retirada, não se afirmariam heroicidades que impedissem a imensa perda de vidas. Portugal sofreria uma pesada derrota. (Teixeira, 2017, pp: 193 – 196)

O acordo de rendição, aceite em condições de desonra, permitiria a saída livre dos portugueses que restavam, mas obrigaria à apreensão de quase todo o material militar e, mais preocupante e grave, à ponderação da entrega (ou não) de Ceuta. Para tanto, D. Henrique deixa em calabouço o Infante D. Fernando, seu irmão e irmão do rei.

Perante a circunstância, salvar D. Fernando ou perder Ceuta, D. Duarte convoca cortes para Leiria (1438) de onde sai a decisão de não entregar a possessão. O mais velho de D. João I não mais se recuperaria. Portugal ponderaria a sua linha de rumo, D. Henrique não desistiria e entrar-se-ia numa nova fase que iria levar os portugueses a outras etapas territoriais (Duarte, 2005, pág. 248).

Oliveira Martins, num momento de inspiração pérfida, apelida D. Duarte de indeciso, fraco, tíbio, condescendente, temeroso, ingénuo, pusilânime e irresoluto, a quem um destino injusto fizera rei, e que ia esconder a sua mediocridade no plácido silêncio da livraria (Saraiva, 1948, pp: 319 - 345). E vai mais longe ao considerar que a responsabilidade do insucesso de Tânger se deve a um conluio entre D. Henrique, D. Fernando e a rainha D. Leonor. Esta terá aceitado a promessa de "adoção" de D.

[27] As considerações sobre a ausência de critérios de análise, na preparação da empreitada de Tânger, podem ser verificadas na leitura histórica de Domingos Maurício dos Santos, em *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1437)*, Lisboa, 1960, pp: 97-103.

[28] A opção pelos indicadores de Leão, como aconteceu anteriormente com Sanceau, não determinam uma vinculação definitiva ao valor real, torna-se irrelevante para a análise a discussão em torno da composição, em homens, da missão.

Fernando, filho dos monarcas, fazendo-o herdar todos os bens. Colocando Martins no muro meeiro entre a história e o romance histórico, não será possível deixar de ponderar a valia das considerações feitas.

A narração histórica de um certo tempo, porque precisava, construiu um mito a que apelidou de Infante Santo. Camões, no seu Canto IV, diz:

... viu ser cativo o santo irmão Fernando (que a tão altas empresas aspirava)
Que, por salvar o povo miserando
Cercado, ao Sarraceno se entregava
Só por amor da pátria está passando
A vida, de senhora feita escrava
Por não se dar por ele a forte Ceuta.

O Santo, o amor da pátria, a forte Ceuta, estes são elementos simbólicos que não mais sairão do imaginário português (Fernandes, s.d., pp: 14 - 16).

Porém, neste registo ensimesmado nem todos se engajaram e outros romancearam com alguma clareza. Enquadrando o tempo da criação do mito, sobre D. Fernando haveria de ser dito: "Este príncipe, orgulhoso, perdulário, mas escrupuloso, formalista, frio como a mãe inglesa, singular figura sobre a qual se tem feito, até hoje, mais hagiografia do que história, rodeou-se dum esplendor que contrastava com a sobriedade dos irmãos, adquiriu hábitos de dissipação que as próprias rendas da administração do mestrado de Avis não comportavam, lançou-se nas mãos dos judeus Abravanel e Jacob Maçou, a quem pediu dinheiro emprestado, empenhou as pratas de sua casa – e, num dado momento, reconhecendo que a pouquidade dos bens que tinha não chegava à opulência em que pretendia viver, associa-se ao Infante D. Henrique e arrancou a esse pobre neurasténico que era o rei seu irmão[29], o consentimento para a empresa de Tânger, por ele considerada como uma forma de criar riqueza e de resolver o seu caso pessoal (Dantas, 1921, pp: 101 - 109).

[29] Importa, para uma mais larga análise do tempo indicado, ler a Crónica de Rui de Pina na edição organizada e prefaciada por António Borges Coelho (Lisboa, Editorial Presença, 1966). Borges Coelho indica as três linhas políticas que existiam na corte de D Duarte; a primeira, relativa à retirada de Ceuta e a eliminação das praças africanas enquanto política a seguir; a segunda, a conquista de terras no litoral atlântico; a última, o domínio dos campos marroquinos. D. Duarte terá sido atraído pela derradeira possibilidade e que "os acontecimentos narrados pela crónica levam a condenar".

1.1.2.2. Alcácer Quibir

De Ceuta a Alcácer Quibir percorre-se toda a dinastia de Avis. Num olhar rápido, para toda a monarquia portuguesa até 1910, sempre se poderá dizer que esta nasce de uma traição e de duas bastardias[30]. Avis é uma bastardia que marca dois séculos da História de Portugal.

D. João I é ainda o consagrador de uma outra visão do domínio real, o incentivador de uma gestão articulada do poder entre classes. A aventura, a expansão e a colonização, começam consigo. De Ceuta (1415) à Madeira (1419) e aos Açores (1427), cercando as Canárias.

D. Duarte é autorizador da descida da costa de África vencendo-se o Cabo Bojador (1434). D. Afonso V herda o trono com apenas seis anos, assumindo a tutela sua mãe. Conflitos no reino autorizariam ao Infante D. Pedro, seu tio, a regência. Em 1458 assalta Alcácer Ceguer, de novo Tânger e Arzila. Guerreia Castela pelo trono, campeia sem amparo e regressa para entregar o reino ao filho.

As ordenações Afonsinas, de 1446, seriam um marco jurídico-constitucional de enorme relevância e que distinguiriam a determinação de um país completo para o seu tempo e sob o ponto de vista normativo.

D. João II, sendo já regente na prática desde 1474, é aclamado rei em 1481. Centralizou o poder, anulou a velha nobreza à lei da espada. Não é, porém, o norte de África que o vai fazer quedar na Aventura Marítima[31]. É negociado o Tratado de Tordesilhas, Duarte Pacheco Pereira conhece o Brasil antes da viagem fundadora de Alvares Cabral.

D. Manuel I é rei em 1495, depois do curto tempo de seu cunhado D. João II. Em 1488 é dobrado o Cabo das Agulhas e em 1498 chega Vasco da Gama à Índia. Em 1500 é a marcação oficial da Terra de Vera Cruz. Conforma-se, neste reinado, o começo do ensino do português, cria-se o estilo manuelino, a obra de Gil Vicente é iniciada entre as

[30] A traição de Afonso Henriques a sua mãe; a bastardia do Mestre de Avis; e bastardia do filho de D. João I, genro de Nuno Alvares Pereira, figura nascente da Casa de Bragança.

[31] Martins (1923, pág. 45) escreve sobre a visão de D. João II o seguinte: "O que restava, pois, querendo salvar para a nação um ideal inspirador? Voltar-se Portugal mais uma vez para o Oceano. Realizar os planos do Infante Navegador. Prosseguir por outra forma no pensamento primário de Afonso V, substituindo às guerras de Marrocos as descobertas e viagens em busca do Oriente, realizando a conquista da Costa da Mina, da Guiné e do Congo, descobrindo Angola, dobrando o Cabo Tormentoso, voltando em Boa Esperança, organizando finalmente as expedições por terra à India, e a expressão marítima de Vasco da Gama, primórdio feliz da conquista do Oriente."

paredes da corte, é feita nova reforma do território e das normas do reino, mas Portugal parecia caminhar profundamente endividado e frágil.

D. João III é o rei a quem todos os problemas se colocam. Apesar de continuar o "processo" dos mares, não parece conseguir uma administração integrada, os custos das idas e da presença afirmam-se insuportáveis. A população portuguesa vive fomes e epidemias, as mais graves da dinastia de Avis (Rodrigues, 2009, pág. 129). Os problemas económicos e financeiros do reino parecem confirmar a insuportabilidade da Aventura Marítima. Portugal sempre se financiou para as idas e o resultado era dividido entre pagamento de empréstimos e juros, exageros da coroa e da nova aristocracia, maus negócios da burguesia emergente. Era nítida a inexistência de elites competentes (Paes, 2007).

O fim da aventura, enquanto pseudo-destino de um povo[32], vem com D. Sebastião. O protetor, Cardeal D. Henrique, aceleraria a perda da independência. D. Sebastião avoca o governo do reino aos catorze anos e predispõe-se a organizar o exército como chave mestra do seu percurso inicial. Parecendo assumir a doutrina de um Portugal indeciso e inconsistente, voltará ao norte de África. D. João I e D. Duarte primeiro, D. Afonso V depois e, por último, D. Sebastião. Um avançar/recuar que poderá suportar a tese, sempre secundarizada, de um Portugal sem visão, de um Portugal que se faz sem se fazer de forma consequente[33].

Assumindo a preocupação com a pressão que os mouros estavam a promover, em *continuum*, sobre as fortalezas portuguesas, D. Sebastião organiza uma expedição militar de 20 000 soldados e que integrava, em quase um terço, mercenários de várias nacionalidades. Não era caso único o uso de "tropas" estrangeiras em processo de conquista ou de ocupação, já tinha acontecido nos territórios orientais e da novas américas.

A falta de preparação da missão, o enquadramento europeu na relação entre potências, a ausência de um planeamento cuidado da viagem, a forma desordenada que se seguiu, criaram, entre Arzila e Larache, o primeiro grande problema – a saturação estratégica da força (Feio, 2013, pp: 173 - 197).

[32] Foi grande a pressão sobre D. Sebastião, advinda em especial pelos papas Pio V e Gregório XIII, para que Portugal se reclamasse referência no combate ao "turco". O último incentivo papal haveria de chegar já em 1578 quando já estava pronta a expedição a África. A bula *Christianus Filius Sebastianus*, elege o jovem monarca português como o destinado e impele os restantes reis e príncipes católicos a oferecerem todo o seu apoio.

[33] Ponderações insertas em *Factos Memoráveis da História de Portugal* (2017) e em *História de Portugal em Datas* (1994).

A opção tática correta, que a expedição portuguesa tendo em conta a conhecimento do território deveria ter seguido, seria a de um ataque em terra com suporte de mar, uma duplicidade de usos perante a força inimiga.

Ora, a preferência final de Sebastião é negacionista da força marítima, apesar de ter saído de Portugal com duas centenas de embarcações, assumindo o campo chão como única solução e ignorando as obrigações da estrutura de guerra perante o clima e o abastecimento.

Em 4 de Agosto de 1578, os portugueses encarariam a força inimiga que rondaria as três vezes o universo soldado luso, não susteriam os arcabuzeiros e os cavaleiros. Desmembraram o comando, retiraram desordenadamente e mais de metade dos combatentes lusos morreu. A outra metade foi feita refém, poucos conseguiram regressar e o rei concede à história simbólica e ao misticismo português o novo conceito para-bíblico de "sebastianismo"[34].

Essa consideração mítica não é só portuguesa. Em *La tragedia del rey don Sebastián y bautismo del principe de Marruecos*, publicada na *Oncena parte das Comedias de Lope de Veja Carpio* (1618), a ação inicia-se com um encontro histórico nunca existente entre D. Sebastião e o deposto rei marroquino Mulei Mohamed. Nesse tempo de peça, Sebastião consagra ao seu homólogo um "asiente igual" para que ambos possam, em conjunto com Filipe II, analisar a expedição a África (Lourenço, 2015, pág. 59). Observa-se assim, em Espanha, tal como em Portugal, na literatura das Grandes Aventuras, um registo quixotesco que se ampliará.

Quanto ao Império, elemento da política de D. Sebastião, Reynaert (2018, pp: 225 - 231) escreve: "O edifício pacientemente construído no início do século XVI tem, no entanto, fraquezas que o impedem de durar muito tempo. Portugal já tem muitas dificuldades para constituir as guarnições encarregadas de guardar as suas posições. Não tem gente suficiente para desenvolver uma política de colonização. A sua existência é frágil, mesmo na Europa." D. Sebastião é só o símbolo da ausência de tudo: população, economia e organização político-militar.

[34] Rafaela Favarin Somera, *O Mito da Grandeza Futura, Fernando Pessoa: um olhar sobre o sebastianismo,* ver em: https://tinyurl.com/2s4ycymp - último acesso em 12 de outubro de 2022

1.1.3. A economia e a sociedade nos primórdios da Aventura

Um observar sobre o todo, antes de se entrar no retângulo lusitano, não é desprezível. Olha-se a Idade Média, mesmo que se possa considerar, nos olhares e ponderações de hoje, já a aproximar-se do seu declínio (Mendonça, 2006, pp: 142 - 154).

Em finais do século XIV, também no século XV, " (…) a cavalaria era ainda, depois da religião, a mais forte de todas as conceções que dominavam o espírito e o coração. Era tida como a coroa de todo o sistema social". Por isso se valorizam os feitos com base na predisposição para a guerra, para a conquista da salvação da alma e de bens terrenos, tudo em complemento, tudo em estreito entendimento (Huizinga, 1924, pp: 58 - 59).

Os apoderamentos eram a expressão das relações sociais em que assentava toda a estrutura económica e social do modo de produção. Assegurava-se assim a existência e a reprodução, e tal resultava da apropriação senhorial da terra. Era uma marca do país não muito diferente de todos os restantes europeus, mesmo depois da crise de 1383-1385, em que só se teriam verificado mudanças de matriz predial, mas não de comportamento nem de dependência.

Terá sido o espírito de cavalaria a estar na base da aventura primeira, que a fez avançar mesmo quando se revelou insucesso. Mas a realidade portuguesa parecia afigurar-se profundamente pulverizada, de difícil agregação para a matriz base de um desafio maior que Portugal (Castro, 1977, pp: 71 - 75).

Neste período tardo-medieval, a mais insistente referência simbólica[35] que a história da história concede, é a que promove a rotura com a linha sucessória da dinastia afonsina. Emerge D. João I, como que aclamado em situação de salvador do reino.

Parece haver, porém, em todo o século XIV, um longo processo de decadência que coloca em causa a sustentabilidade do reino e que escava a pobreza permanente da generalidade dos portugueses. A crise agrária, com o esgotamento das terras agrícolas e graves incidências meteorológicas que eliminaram, quase em absoluto, as colheitas, comprometeram o abastecimento alimentar.

Não se tratava só de uma ocorrência portuguesa, uma vez que em toda Europa se vivia situação semelhante, mas em Portugal era ampliada de forma dramática. O processo

[35] Sobre o "simbólico", enquanto elemento central da nossa História, ver a análise que se desenvolve na parte desta tese relativa ao Mito do Império.

inflacionista, em especial nos cereais, levaria a uma profunda crise económica e financeira.

A acompanhar a circunstância, como aliás sempre acontece perante estados prolongados de fome, constataram-se graves problemas sanitários e a chegada da Peste Negra que, sendo conhecida em Portugal a partir do final da década de 1340, viria a alastrar a todo o país.

Muitos são os relatos da chegada dessa peste. O eclipse total da lua de 18 de março de 1345 haveria de ser considerado como a indicação divina do que estava a acontecer. Fortunato de São Boaventura escreveria mais tarde: "*Era MCCCLXXXVI fuit generalis pestilentia per totó mundo in qua mortui due partes hominum*"[36].

A crise política e institucional decorrente da morte do rei D. Fernando, depois das guerras com Castela entre 1369 e 1381, doze anos trágicos de fome, doenças e conflitos, a inexistência de solução visível perante da regência de D. Leonor Teles e inverificável sucessão através de D. Beatriz, impele a uma associação entre nobres, em regra bastardos e filhos segundos, o clero mais afoito, a burguesia emergente e carente de negócios e o povo (Marques, 2000, pp: 242 - 268).

Importa indicar, por este momento, que a consagração da participação do povo sempre se afigura meramente instrumental. Trata-se de uma das mais antigas opções pelo movimento de massas que se verificam em Portugal ao longo da sua história.

As caríssimas[37] batalhas dos Atoleiros e Aljubarrota, em 1384 e 1385, aprofundaram a debilidade das contas do reino. Mesmo assim, se se usasse um olhar do tempo de hoje, não muito recomendável pelo labor científico da história, D. João I, o novo rei, não se terá autolimitado nos perdulariados com a distribuição de prebendas, terras e distinções a todos os que o haviam apoiado.

Só em 1411 se viria a consagrar uma paz com Castela, e logo, em 1415, se assistiria a um entrar pelo norte de África. Como parece ser sina dos portugueses, saíram de um tempo mau e entrarem logo em mau tempo.

A enormização do aparelho régio e o crescimento dos gastos com os integrantes da corte terá feito crescer a despesa como nunca se havia visto. Tal contexto levou a um permanente desvalorizar da moeda e ao escalar do endividamento (Coelho & Homem,

---

[3636] Fortunato de São Boaventura, *História Chonologica e Critica da Real Abbadiaa de Alcobaça*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827, pág. 43 – Códice CLXXXIII, nº 66 do *Inventário de Códices Alcobacenses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1930, pág. 62, Tomo 1.

[37] Em *Luzes e Sombras na Operação Militar da Tomada de Ceuta, em 1415* (2016), Gouveia Monteiro diz-nos bem (pp: 105 - 107) da circunstância financeira em que encontrava o reino depois de Aljubarrota com a necessidade de cunhagem de moeda nova e desvalorização monetária.

1999, pp: 95-111). Esta circunstância, de preocupante insuportabilidade dos expendidos da coroa, parecia caminhar em degradação acelerada, levando a que, já depois de uma parte considerável da aventura inicial se ter verificado, a fazenda régia tivesse determinado recolhas extraordinárias de impostos.

Em 1460, exatamente no ano da morte do Infante D. Henrique, a situação das contas régias era tal que seria determinada uma nova recolha de tributos. Na carta que foi remetida aos procuradores é dito: "(…) grandes ocupações (…) e as muy grandes despesas que, per muitas maneiras, pollo que dicto he, em diversas cousas fazemos … nossa Fazenda he tanto emcarregada (…) que nom podemos soprir as despesas que pera governança de nossos regnos e estado, e conservaçon das terras (…) que em Africa temos (…)"[38] (Faro, 1965, pág. 289).

A tomada de Ceuta parece ter acentuado o processo de descontrole progressivo das contas reais. Se já se havia assistido a gravíssimos problemas no reinado de D. Fernando[39], como já se dilucidou, se as batalhas iniciadoras da dinastia de Avis ampliavam a necessidade de nova moeda, terão sido o caminho de Ceuta e a gestão do seu território, a importação e fabrico de armamento caro e o uso de mão-de-obra dispendiosa para o seu manuseio e manutenção, a levar à insolvência do reino. Tudo parecia de valia, levando ao recolher de pratas em conventos e igrejas, para custear as pesadas empreitadas e para manter a corte (Gomes, 2006, pág. 173).

As circunstâncias financeiras que se descreveram parecem demonstrar, pois, que a opção pelo norte de África terá sido um pouco mais que um lance, uma imponderação que não era alheia à realidade fidalga da Idade Média.

Olhe-se agora para a realidade social que se vivia. Vencida a Peste Negra assiste-se em Portugal a uma recuperação demográfica lenta. O mesmo acontece com quase todos os países da Europa. Portugal teria cerca de um milhão de habitantes, um número próximo de 1/7 da população espanhola e metade da população austríaca. Os Países Baixos teriam duas vezes e meia a população portuguesa e a Suécia metade (Maddison, 2001, pág. 241).

Porém, quase todas a décadas seguintes, nos séculos XIV e XV, assistirão ao regresso cíclico das epidemias. Estão assinalados novos surtos em 1369-1375, 1379-

[38] Documento solto inserto em *Chancelaria de D. Afonso V*, Torre do Tombo, PT/TT/CHR/I.

[39] O reinado de D. Fernando afirmou-se também na atenção ao comércio externo e ao mar. A concessão gratuita de madeira das matas reais para construção de barcos de mais de cem tonéis; a isenção de impostos na compra de navios no estrangeiro ou de materiais destinados à sua construção; e a criação da Companhia das Naus (c.1380) onde se registavam todos os barcos com mais de 50 tonéis e se estimava o imposto de 2% sobre o transporte de mercadorias destinado à compra de embarcações que substituíssem a perdidas por naufrágio. Está-se em presença do primeiro seguro de risco português. (Barreira & Moreira, 2018, pág. 202.

1383, 1400-1401, 1420, 1433-1434, 1438-1439, 1457-1458, 1481-1485, 1490-1492. (Blockmans & Dubois, 1997, pág. 194).

Dever-se-á juntar à rarefação da população os conflitos armados. Os mais significativos em termos de perdas humanas ocorreram em 1355, 1369-1370, 1372-1373, 1381-1382, 1383-1385, 1438-1441, 1449 e 1449-1477 (Serrão, 1980, vol. 2). E esta ordenação dual, de peste e guerras, parecia criar uma tripla circunstância ao nível da sustentabilidade demográfica portuguesa e que aconselharia prudência na Aventura Marítima. Em primeiro lugar, reduzia-se a esperança média de vida; depois, os níveis fecundidade; em terceiro termo, remetiam-se para outras terras e outros mares os mais capazes de promoverem as mudanças internas, designadamente na produção agrícola e pecuária que o país precisava.

Mattoso diz que é neste enquadramento que se regista a leitura das Índias. "A Índia foi vista, durante quase toda a Idade Média, por um aspeto fantasista que seduzia simplistas com a imagem das suas riquezas fabulosas, dos seus habitantes estranhos". É durante o século XII que se espalha um boato da existência de "(…) um poderoso soberano cristão, ao mesmo tempo sacerdote e rei, que deseja combater o Islão e aliar-se, para isso, com qualquer monarca europeu. Atribuíram-lhe a autoria de uma carta escrita ao Imperador do Oriente, na qual ele afirmava que o seu país era riquíssimo (…)".

Para além do Preste João das Índias, o tal soberano e sacerdote, surgem no século XIII outros boatos que se transportaram como histórias em "Segredo dos Segredos", "Mapa-Mundo de Pedro" e "Livro do Tesouro". Todas tinham o que de revelante se apresentava para consagrar a dimensão simbólica para a Aventura – " (…) montanhas de ouro, (…) minas de pedras preciosas, árvores de pimenta e da canela (…)" (1952, pp: 259 - 261).

Portugal e as Espanhas viveram os séculos XII e XIII em processo de conquista e de guerras internas. A consolidação territorial foi marca e destino. Porém, assistia-se já, em alguns reinos europeus, ao nascimento de uma forte iniciativa comercial, a uma negação do ócio, à imposição de novas ordens sociais.

Nos territórios da Itália de hoje avançava o comércio com todos, Inglaterra assumia a modernização técnica da agricultura e da pecuária e um " (…) largo passo em frente tinha permitido que em poucas décadas o rendimento do cultivo dos campos aumentasse bastante através da conquista das terras virgens e do aperfeiçoamento dos utensílios. O cultivo de cereais tinha aparentemente chegado ao seu limite e os avanços mais nítidos na produção agrícola serão, de ora em diante, registados, não nos campos de

cultivo, mas nos pastos e florestas, para ir ao encontro das necessidades mais urgentes de uma economia urbana (…)" (Duby, 1993, pp: 280 - 286).

1.2. Da Verdade

"A escrita da história é sempre um projeto do presente. Porventura, este será também um dos seus principais paradoxos: apesar de se referir ao que já foi, já passou e já deixou de ser, a pergunta que guia o nosso olhar rumo ao passado nasce sempre num tempo que é atual. Só que esta atualidade não é fixa, ela move-se. Logo, o estado da arte – ou seja, o conjunto dos temas, protagonistas ou principais preocupações que, cumulativamente, formam a historiografia – tende a mudar.[40]"

A circunstância que Marcos acima refere parece ser o elemento estrutural da investigação histórica, a base em que se assenta quando se propõe olhar um tempo, nas suas diversas dimensões, cumprindo um roteiro que nunca será isento de dúvidas e divergências.

Assim sendo, a questão da verdade assume aqui um papel central que limita, e ao mesmo tempo obriga, à determinação do campo em que se quer trabalhar sem se permitir flancos e sem se autorizar dislates.

O historiador Miguel Cardina, na sua interessantíssima tese sobre o maoismo em Portugal nas décadas de 1960 e 1970[41], desenvolve o seu pensamento sobre as questões das fontes, a sua habilitação para o estudo e a sua valorização. Claro que Cardina se interessa, dado o tempo quase atual em que labora, pelas questões da oralidade no trabalho histórico, mas não deixa de afirmar condimentos que vão além disso.

Certo de que cumpriria um ritual essencial na academia coimbrã do tempo presente, Cardina vai a Boaventura Sousa Santos para inquirir sobre o "(…) paradigma dominante na ciência moderna e alguns aspetos da sua crise (…)". Santos, dizia, propôs-se derrubar as linhas que parecem continuar a existir entre ciências naturais e saberes humanísticos, assumindo que as obsessões da objetividade, neutralidade, evidência e

[40] Citação do texto "*O magnânimo museu da mitologia colonial*", de Patrícia Martins Marcos, Público de 13 de junho de 2018.

[41] Cardina Codinha vence a leitura tradicional relativa aos títulos a conceder às teses de doutoramento. Ao usar uma consideração poético-ideológica que não nos transporta, no imediato, para o campo, usando o subtítulo para dizer ao que vem, abre uma vontade de atrevimento para que este texto se não fique pela convenção dos historiadores quanto aos primarismos de título, tão do seu gosto, que retiram atratividade a qualquer texto ou documento, logo na sua leitura de capa.

distanciamento não chegam para quem se quer dedicar a criar, para quem se potencia na afirmação de novas linhas de visão e outros horizontes de provocação (Cardina, 2010, pp. 33 - 38).

Um dos problemas que Cardina avança (e que atravessa a história ao longo do tempo) é da reprodução dos "vencidos" na sua escrita e na sua representação. Esta obrigação ontológica do investigador é quase sempre desgraduada, porque a história, enquanto presença na vida quotidiana, quase se não quer referente ao insucesso, porque muito tarde se irmanou com outros campos do saber para se fazer mais completa. E diz que há história alternativa em que se promove a valorização " (…) dos vencidos, dos marginalizados e dos silenciados: camadas populares, indígenas, mulheres, crianças, minorias culturais, políticas e sexuais."[42]

A História Marítima, sempre especialidade que rumou pouco às memórias, mesmo nos grandes pensadores como Albuquerque, ou nas mais recentes produções que colocam dúvidas sobre conceitos como a chegada ao Brasil ou Descobrimentos na forma incontestável de abordagem de Domingues, é um dos universos em que a visão dos vencedores se terá espraiado.

Tanto Marcos como Cardina abrem as portas para uma consideração que é tão velha quanto o *homo-pensante* – o que é a verdade?

Este questionamento deve propor-se neste texto, porque ele convive com os conceitos de aventura e de mito que atravessam os longos palcos e as imensas ideias incitativas que se retirarão a cada passo e no final da leitura desta tese.

A verdade, enquanto elemento histórico, já se verá. Mas há outra verdade primeira e que não pode deixar de se tratar de relance.

Murcho diz que "(…) quando não havia pessoas ou outros organismos capazes de formar crenças, não havia verdade (…)" (2011, pág. 89). Este é o ponto, as crenças são o elemento central da verdade.

Ora, a crença é conviva dos elementos de constatação. Ou seja, o verdadeiro aparece, logo no início, como algo palpável, constatável, assumível. Porém, como Murcho também diz, essas decorrências são bem mais largas. "Ser verdadeiro que o Ega

[42] Ver ainda *A História como poética*, de Rui Bebiano (2002)

está no Grémio é muito diferente de alguém crer que ele lá está. Ser verdadeiro que o Ega está no Grémio é também muito diferente de se poder confirmar ou não que ele lá está. Ser verdadeiro que o Ega está no Grémio é haver alguém que crê que ele está no Grémio quando ele está no Grémio."

Há, nestas leituras, o elemento central de como cada um se posiciona, quem é, em que realidades vive. E são todas estas circunstâncias que formatam a implicação da verdade nas humanidades.

No mesmo sentido vai Silva, quando diz "(…) eu só posso compreender o que outra pessoa diz se o meu método de interpretação do seu discurso não supuser que o seu sistema de crenças é fortemente errado. Se eu suponho (por exemplo, porque ela o diz) que outra pessoa acredita que (A) = "uma nuvem está a passar em frente do sol", suponho que essa pessoa tem uma malha de crenças (α) relacionada com (A). E, para eu poder interpretar a crença dessa pessoa como sendo a crença em (A), tenho de supor que (α) seja suficientemente parecida com a minha própria malha de crenças relacionadas com (A). Isto é: interpreto a outra pessoa na base das minhas próprias crenças: eu só posso compreender o que os outros dizem se os interpretar como partilhando comigo um vasto (…) acordo acerca do que está relacionado com o que é dito. Mesmo para poder discordar de algumas coisas em que o outro acredita, tem de haver uma ampla base de acordo entre nós: é sobre o pano de fundo das concordâncias que as discordâncias são inteligíveis. Mas o que garante que o nosso domínio de acordo coincide precisamente com o que é verdade? Nada garante. Não posso garantir quais são as partes do domínio de acordo entre mim e os meus interlocutores que são verdadeiras: no entanto, muito tem de ser verdade para que algo seja falso." (2012, pág. 149).

O trabalho do historiador não é distinto, no essencial, do policial. É bom que se reveja nele o comummente conhecido "método Reid"[43]. Todas as leituras históricas são de "confronto", entre os documentos, entre os tempos, entre as famílias e as linhagens, entre as relações de poder; também carecem de desenvolvimento de um tema, porque não se chegará a lado algum se todos se fecharem no já conhecido, se não se utilizarem novos dados e novas leituras (mesmo que em velhas formatações) para consagrar novas

[43] Modelo teórico de Reid, de Inbau, Reid & Buckley (in Pearse et al., 1998), por Ramón Arce e Francisca Fariña – https://tinyurl.com/y4b8wmup - acesso em 13 de outubro de 2022.

interpretações e outras conclusões; um estudo académico de natureza doutoral não pode sofrer do mal de cada filme de Chaplin - ser aberto.

Será determinante, portanto, que se barrem as negativas, que se eliminem as insuficientes considerações por carência de suporte, por *manquês* de sustentação, mas nada deve quedar o caminhante. Ele precisa de se suplantar no medo, precisa de arriscar mesmo subjugado à sova alheia, ao insucesso que o faz voltar atrás.

Importa que vença as objeções; a história é um conjunto vivo de atos de malvadez[44] e perante cada um dos diversos tipos de malvados interessa mantê-los atentos no plano de trabalho, na narrativa criada. É essencial atrair a atenção de cada suspeito, de o moldar perante os factos a vencer ou de o enaltecer para ter um lugar no escrito. Que alternativas existem perante cada dúvida? Se a verdade só existe depois da dúvida, não se pode deixar de considerar alternativas para se arribar a essa verdade alcançável.

Há ainda o fazer falar cada figura, cada sociedade, cada tempo, há que negar a superação do isolamento na verificação de cada agente, há que por todos e cada um em conflito. Eles, todos ou um por um, darão a verdade histórica. Por último a confissão. Esta confissão é a do autor, a sua verdade perante as linhas que se propôs estudar. Cada autor, sustentado em atores anteriores, em documentos singulares, em olhares e depreensões únicas, faz a nova etapa da história que se quer viva e questionadora, que importa sustentável mesmo que da verdade já tida como consequente possa advir uma outra verdade futura.

1.2.1 Verdade e liberdade

As sociedades assistem hoje a uma realidade que vai determinar, avassaladoramente, as ciências sociais e, em especial a investigação em história. Claro está que história é tempo e, por isso, a questão virá mais tarde. Mas também é certo que os ciclos históricos são cada vez mais curtos e são influenciados por universos novos nos campos da comunicação e do digital, abordagem que também se fará quando se analisarem os mitos no estudo do Império.

[44] Deve observar-se este conceito à luz da consideração *churchiliiana* dos próximos e dos adversários, cada qual com os seus papéis inversos e transversos.

Eric Hoffer, na sua obra *Do fanatismo* antecipa o poder dos novos pastores perante os rebanhos deste século e do anterior. O poder de mercado dos *media* formata uma vida irreal de difícil separação daquela que se estimava real. Em ambos os casos, como diria Murcho, a verdade está presente, com roupagens e pressupostos iguais, com instrumentos idênticos, mas que determinarão verdades finais diversas.

O *post-truth politics*, assumido no tempo do hoje, é, portanto, um lugar de uma outra verdade, a leitura de que há um homem que se suplanta, que se antecipa, e, ao mesmo tempo, que se molda ou reparte. Este homem saltimbanco, verdadeiro e falso, não é muito diferente de uma certa leitura das crónicas medievais, em que as *fake news* assumiam história e se transportavam para a eternidade. Um olhar sobre a *Peregrinação*, uma atenção a Bandarra, dão notícias falsas que se fizeram história, que a moldaram na leitura de fontes primárias e determinaram a intuição necessária à construção dos missais da memória.

Os partidos totalitários, que foram proeminentes na primeira metade do século XX, fizeram mais pela dicotomia verdade/liberdade que todos os restantes de tempos anteriores ou posteriores (Galvão, 1950, pp: 215 - 216). A verdade era limitada pela liberdade, porque esta segunda só poderia existir se se conformasse, *a priori*, com a matriz genética da pertença. Foi assim que se fez a História de Portugal dos anos do Estado Novo, foi assim que se construiu uma memória coletiva que ainda faz pensar numa imensidão de país, uma exacerbação de comunidade.

Não parece ter havido, na historiografia construída em Portugal e que teve como atenção a Aventura Marítima Quinhentista, quem tivesse olhado, com a profundidade, a verdade como objeto. Sempre se terá suplantado essa verdade porque não existia liberdade para a negar ou porque o caminho para novas verdades é sempre lento.

Frankfurt, num pequeno ensaio *Sobre a Verdade*, escreve que: "Vivemos num tempo em que – por estranho que pareça – muitos indivíduos cultos consideram que a verdade não merece respeito particular (…)" e diz ainda que, pelos nossos dias, pensadores de diversas origens "(…) negam rebelde e presunçosamente que a verdade tenha qualquer realidade objetiva genuína (…)" (2017, pp: 18-21).

Estas leituras de Frankfurt remetem para uma apreciação comum no estudo das ciências sociais – a do fingimento da verdade. Não é raro ver, em universos tão díspares como a história ou a sociologia, a antropologia ou a filosofia, a assunção da liberdade

para uma reclamação de uma verdade fingida. Tal se deve à necessidade de juntar as peças, de suscitar uma justificação lógica para um acontecimento ou para uma hipotética realidade. É aqui que se encaixa também a outra dimensão de liberdade, a liberdade outorgada para, na decorrência de uma autorização teleológica, afirmar a liberdade de fingir a verdade.

1.2.2. Verdade e Fé

"Deus é a própria Verdade e como tal não se engana e não pode enganar. Ele é luz e n'Ele não há Trevas. O Filho eterno de Deus, sabedoria encarnada, foi enviado ao mundo para dar testemunho da Verdade." (Catecismo, 41)

Esta teorização feita sobre a verdade questiona sobre a assunção da epistemologia e sobre o seu papel. Importa parar para afirmar, sem receios, que as tentativas para se chegar a "uma verdade", olhando essa mesma ciência do conhecimento, se não mostraram finais, determinantes.

A forma como os seres humanos usam os sentidos, o corpo e a mente transumanos, vai ditando muito do que permite adivinhar a verdade. Porém, a infalibilidade é uma impossibilidade perante essa verdade absoluta que se ambiciona, e o insucesso do achado, o *clímax* nunca atingido, levam sempre ao ponto da obra inacabada, à não ponderação sobre a continuidade da procura.

E a epistemologia e a teologia encontram-se nos atalhos da procura da verdade. Melhor, a primeira aí se mantém, sendo que a segunda a adequa para tentar fazê-la absoluta.

Pilatos questionou Jesus sobre o que era a verdade. Jesus não respondeu. Na realidade ele sabia, naqueles inícios, que ainda interessava construir "uma verdade" que se enquistasse, que se transformasse em dogma. As religiões fazem da verdade, uma certa verdade muito própria, o grande elemento da construção de uma sociedade partilhada de valores.

Em João 14[45], Jesus olhando Tomé, não se terá esgueirado à palavra verdade. Pilatos era de outro tempo. Nasce em S. Tomé a realidade do ver, do constatar para não negar. "Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim.", revela-se na figura única de um messias e, portanto, no detentor de uma única salvação. Esta verdade absoluta, intangível, porém sentida profundamente ao longo dos séculos, não deixou de se transportar para a história e de a fazer verdade. Na análise sobre o mito político que à frente se desenvolve, a centralidade de Nuno Álvares Pereira, retoma a leitura de uma verdade que a fé transportou para a memória[46].

Santo Agostinho, filósofo e teólogo, marca, até hoje, o conceito de verdade mais entendível entre o sagrado e o profano. Ele diz, "Eu tinha prometido, se te lembras, de haver de provar que existe uma realidade muito mais sublime do que a nossa mente e a nossa razão. Ei-la diante de ti: é a própria Verdade." Confirma-se assim um estádio superior, não suportado pela mente ou razão, não dependente de cada um para se fazer valer.

Em *De libero arbitrio* (2009) vai mais longe e consolida o que se podem considerar como os três tipos de verdade. O primeiro é o que existe só por existir, formado por todos os seres e utilidades que não contêm espírito ou inteligência; o segundo é o dos que são dotados de alma e que se munem de sabedoria e ciência; o terceiro e mais relevante tipo, só Deus, que se revela como nascente de verdade, justificação das restantes verdades, autorização de um sistema de verdades completo.

Ao homem, este que pensa e assume as considerações intermediárias de Agostinho, compete a partilha da ciência e da sabedoria, mas elas nunca podem ir além da superior sabedoria de Deus. Este fixa-se no campo da tutela afirmada, da limitação da verdade humana, ou seja, de uma verdade incompleta.

O que pode esta verdade assumida pela fé dizer à história? Numa leitura intemporal diz em dois pontos: o primeiro, que se situava na delimitação do pensamento, era a imposição de um limite à liberdade que só se negaria quase três séculos depois da Aventura Marítima; o segundo, porque é o motor, a razão de ser explícita ou implícita,

[45] Bíblia Sagrada

[46] Sobre memória e imaginação importa atentar no que nos dizem Barrio e Fullat (1981, pp: 74-76): "Hay gran conexión entre la imaginación reproductora y la memoria: podríamos decir que la memoria se sirve de la imaginación sobrepasándola, es decir, la memoria es algo más que la imaginación. Y esse 'algo más' consiste en la vinculación com el passado. De ahí que se defina la memoria como la capacidade de repoducir ls imágenes del passado. En la memoria la imagem se hace recuerdo y se vincula com un determinado momento del passado".

para a gestão dos poderes e para a outorga dos direitos de uso sobre o caminho já seguido ou desconhecido.

1.2.3. Verdade e História

Sennett, sociólogo e autor de *Construir e Habitar: Ética para uma cidade aberta*, em recente entrevista ao El País[47], quando questionado sobre as leituras de cada tempo, afirmou: "Simplesmente vejo o que acontece. Muitas pessoas enxergam mais com a imaginação do que com os olhos."

É relevante, para este questionar sobre a verdade e a história a consideração dual do ver e do imaginar, ver para certificar a realidade momentânea, imaginar para fundar um pensamento que não se limite a uma mera constatação fotográfica à qual faltariam cores e elementos reverentes.

A história assume sempre a imaginação como central. Muitas vezes ela surge com outra identificação, a de se fazer intuição. Aqui, por agora, imaginação e intuição são quase sinónimos, parelha essencial para a construção normativa de um período que se quer revolver e dar a conhecer.

Acontece, como atrás se disse, que o tempo corrente dá outras leituras da história porque se caminha para uma outra etapa. Não se situa, nas centenas de textos que se consultaram aquando da intensa revisão bibliográfica, qualquer abertura para uma nova escola ou qualquer nascente movimento. Se houvesse necessidade de caraterizar este tempo, com atrevimento, sempre se diria que talvez se esteja a assistir à historiografia pós-contemporânea onde todos os sinais anteriores submergem perante novas realidade e factos. E talvez Hobsbawn, em *Era dos Extremos*, conceda a porta aberta para tal etapa.

Neste tempo, a verdade está quase ao nível de uma outra realidade a que a política e a justiça, elementos centrais dos estudos históricos, sempre levam. Rudy Giuliani, antigo Mayor de Nova York e depois advogado de Donald Trump, pode considerar-se o inventor da "verdade não verdade"[48]. Para ele, não importa nada qualquer verdade que

[47] Edição de 19.08.2018 – ver em: https://tinyurl.com/yc8xhgmx - último acesso em 12 de outubro de 2022.
[48] Expresso de 20.08.208

não tenha interesse[49]. A verdade que se apresenta inatacável perante um determinado universo deve ser vencida pela verdade individual se ela não puder ser mais do que meramente intuitiva, se ela não for cabal perante um parcial de documentos, testemunhos, em suma, fontes.

Seguindo pelo uso da verdade e do mito, considerações e "consignações teológicas" essenciais para esta encomenda, interessa tornar minucioso o entendimento do ser verdadeiro antes de o confrontar como o tal mito.

1.2.4. Verdade transversa

Caminha-se sobre a verdade em diversas consignações e não deixa de se atentar nos prismas em que a história a coloca. Mas esta verdade que aqui se traz, que se espera blindada perante as críticas que, desde sempre, envolveram a sua dimensão ontológica, é subjetiva ou objetiva? É a do tempo vivido, quem a diz por vezes olhada, como se os olhos vissem todos a mesma coisa? Ou é a do tempo da incorporação de todos os outros sentidos e sujeita ao critério da razão e do poder?

A verdade em análise e uso não pode ser nenhuma delas, porque sofreria de insustentação, submergiria nos olhares parciais do inquisidor.

A verdade que aqui interessa, esta que aqui se vai desenvolver, assume-se transversa, uma dimensão de confirmação mais ampla que a história ciência confirma, uma verificação que deverá passar no crivo de outras leituras e de outras ciências.

Welsch é credor nesta visão de transversalidade histórica, ele concede uma história lógica, uma razão diagonal. Não há aqui primarismo na forma como se encara cada passo da Aventura Marítima, antes pelo contrário. Também não se revela na simplificação da análise, antes se assoalha na construção lógica dos factos e a sua inter-relação entre áreas do saber (1995, pp: 101-115).

Esta verdade transversa é um olhar compósito para cada uma das verdades que se indicaram, porque elas, cada uma, se confirmam em mínimos perante ciências próximas, mas sempre mais do que duas na leitura dessa verdade.

[49] A *autoverdade*, como aqui se indica, é comummente referida como pós-verdade. Encontramo-la em primeira leitura em 1992, usada por Steve Tesich. O dicionário Oxford define-a como "relacionando ou denotando circunstâncias em que os factos objetivos são menos capazes de moldar a opinião pública do que o apelo às emoções e crenças pessoais".

A verdade transversa do enredamento de culturas não se vê pela história em exclusivo, vê-se também pela sociologia e pela antropologia, aqui e ali pela psicologia e pela ciência política; a oceanografia e a náutica não se observam só pela arte de marear, mas assentam, de igual, na geografia, na física e na matemática como testemunhas da grandeza dessa verdade.

Esta verdade transversa é, portanto, uma outra, mas inerente à verdade histórica do hoje, porque se afirma justificada em cantões de erudição que, contíguos ou longínquos, confirmam a intuição, assumem uma proximidade maior à verdade objetiva que não seja só a do olhar e vencer as limitações da verdade subjetiva em que parte da historiografia se terá fundado e alguns homens da comunicação, que não historiadores, querem continuar a fundar.

1.3. Do Mito

A consideração comum, de que o mito se não encontra no universo dos motivos fundadores da ciência, tem levado a que se esqueçam inúmeros campos de investigação, se não avancem elementos reverentes do pensamento para o entendimento do homem em cada um dos seus tempos (Rêgo, 1998, pág. 57).

A asseveração que Rego afiança não será seguida na presente investigação. Interessa desafiar a consideração de que o mito se não encerra nas fundações da ciência porque se acredita que faz sentido que se importunem as visões acomodadas avançando com construções que obriguem a ler a história ao longo dos tempos com mais regra e, em especial, com mais sentido interpretativo.

Inicia-se por Eliade (1949, pp: 231-271). Para Mircea Eliade, que a academia lusa conhece bem, há no mito uma caraterística firme – a do permanente retorno. Observando os tempos históricos, Mircea vai até ao século XVIII e ao " (…) linearismo da conceção progressista da história (…)" em que o mito se passou a relativizar. O progresso infinito, as luzes, estavam a criar uma outra realidade cientifica, aparentemente despojada de elementos essenciais ao ser humano como, por exemplo, as implicações religiosas.

Mas o tal linearismo, partindo de Eliade e seguindo Sorokin, ter-se-á afirmado desvantajoso por ter desconceituado o permanente retorno de elementos para-humanos essenciais, como sejam as questões da criação do universo, a que nenhum tempo histórico conseguiu dar resposta. Se existe um mito em permanente reaparecimento é porque ele se liga a cada tempo e a cada forma de vida do homem, que o determina em todos os seus aspetos.

Mas o que se poderá considerar mito numa perspetiva das ciências sociais e, em especial, em história no tempo do agora?

Hubeñak escreve (1997, pág. 21): "Uma série de autores contemporâneos, procedentes de distintas disciplinas, coincidem, na atualidade, em resgatar a existência e importância dos mitos. Assim, por exemplo, Van der Leeuw no seu estudo sobre o homem

primeiro defende que o mito é uma forma de vida que habita em nós, antes de tudo na religião, mas também na arte, na ciência, na política que não podem prescindir dele".

Mais cuidado, Ginzburg (1998, pp: 37-72) desenvolve as dimensões de que se pode revestir o mito ao longo do tempo. Em *Distance et Mensage,* um dos seus livros mas marcantes, caminha dos gregos até ao tempo atual interligando as diferentes dimensões de mito. Da inacessibilidade à intemporalidade, do medo ao elemento de apelo, das figuras às lendas, elabora-se através de um enquadramento filosófico fundador.

O que de mais interessante se pode retirar do pensamento de Carlo Ginzburg é a extensão da sua leitura sobre o mito que entra, até, na interpretação de um simples silogismo. E é, talvez, na forma como analisa Napoleão, na antecipação da universalização do poder de decidir por todos os humanos, que avalia a dimensão mística do fascismo italiano sustentado em visões do passado, utilizando métricas que provocavam leituras imemoriais. Por esta via, este historiador/filósofo aproxima-se dos tempos diversos dos portugueses e das suas marcas noutros lados do mundo.

Usando a declaração do imperador francês: "Dans cinquante ans, l'Europe será republicaine (…)" insta o leitor a concluir que se assume o *bonapartismo* como a nova religião burguesa. E olhando a evolução do mito dos últimos três séculos, Ginzburg (pág. 68) afiança que o mito antigo deu lugar a um novo mito, deixou a religião para se fundar no nacionalismo.

Gil (2017, pp: 303-319) parece entroncar a sua análise na de Ginzburg. Escreve: "Es de rigor, em efecto, que el sistema mítico, compuesto sempre de diversos estratos, esté sujeto a una dinâmica constante, de modo que unos mitos sucumben antes que otros sin que su ausência suponha un corte fundamental com el passado ni su presencia introduzca novidades esenciales en el modo tradicional de enetender las cosas, de la misma manera que la lengua sufre constantes cambios sin que por ello se altere sustancialmente su estrutura."

Será, a partir daqui, que também se poderão olhar os diversos mitos que em Portugal se afirmaram ao longo do tempo.

Ginzburg e Gil remetem a Campos Matos (2008, pp: 85-95). Matos escreve: "A crença no progresso, ligada ao racionalismo iluminista, e o sentido crítico perante as

teologias contribuía para minar a credibilidade dessas tradições tão difundidas, até em meio populares mas, na verdade, nunca fundamentadas em evidências históricas".

E indica, ainda, seguindo essa ausência de fundamentação, considerações de uma história primeira em que a cruzada e a decadência, o milagre de Ourique ou as Cortes de Lamego se consagravam mitos.

O estudo de Campos é muito relevante para deixar clara a escrita da história. Mas ao abordar o mito que se encontra em marcas antigas da mesma história parece não querer abordar o efeito desses mitos na construção da mesma história.

Bonifácio (1993, pp: 628-629) sustenta o caminho seguindo o que atrás se indicou. A história, diz, é essencialmente narrativa, não como ciência social, mas como disciplina literária. E mais diz, não há, para as perguntas que o historiador faz, respostas que sejam cientificas, isto é, que sejam verdadeiras. Ou seja, a verdade ou o mito, enquanto elementos do historiador, só o são na perspetiva em que lhe permitem julgar homens, avaliar factos, ponderar situações, por forma a determinar o que é que foi a causa de quê.

E a partir de Campos avança-se para Lévi-Straus. Diz ele (1981, pp: 83-64): "Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a história substitui a mitologia e desempenha a mesma função, já que para as sociedades sem escrita e sem arquivos a mitologia tem por finalidade assegurar, com alto grau de certeza - a certeza completa é obviamente impossível -, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado (…) mas, apesar de tudo, o muro que em certa medida existe na nossa mente entre mitologia e história pode provavelmente abrir fendas pelo estudo de histórias concebidas não já como separadas da mitologia, mas como uma continuação da mitologia."

1.3.1. O simbólico

Algum do discurso científico parece consagrar, portanto, o mito como uma inexistência, como uma determinação menor de uma certa vida habitual, comum, vulgar.

Tal circunstância não implica sobremaneira, porque a vida é mesmo bem mais simples, é bem mais ignorante[50], do que quase todos os humanos acreditam que seja.

O que implicou com a gestão do conhecimento, com a elaboração do discurso público e, por conseguinte, com o que restou de cada um dos tempos vividos, foi a consideração elitizada, mas errada, de que o mito é um elemento inferior na concretização de uma civilização ou na determinação de uma circunstância histórica (Cassirer, 2003, pp: 43 - 45).

Fontes (2013) diz bem do potencial dos mitos na aprendizagem da história. Citando Eliade (pág. 10) escreve que o mito tem hoje um sentido dual em que, para além de se identificar um elemento ficcionado ou ilusório é, nas ciências sociais, utilizado para se olhem elementos de tradição sagrada, de revelação primordial, modelo exemplar.

Escoltando Eliade, sempre se poderá dizer que uma parte da realidade confirmada nasce da existência de um mito que a frutifica, que lhe permite a apreciação posterior de verdade comum.

Quando se utiliza, por exemplo, a mitologia grega para conceder à pintura ou à escultura novos entes de representação, o que se está a sustentar é a realidade do mito que fecunda uma outra e nova realidade, a da arte. Sempre realidade, portanto, uma etérea e outra material. Assim, os " (…) mitos, em suas mais diversas formas de representação, se moldam e reconfiguram a partir da época em que são retratados, cumprindo seu papel social de dar sentido ou explicar aspetos da vida humana (…)" (Santos, 2015, pág. 81).

Mas o mais relevante de tudo é que o mito é um constituinte essencial do progresso humano, é quase um elemento provocador do caminho que as comunidades arrogam seguir. Ou seja, o mito é o tudo antes de tudo, é mais do que uma insubstancial realidade.

Armstrong (2005, pp: 7-16), em *Uma pequena História do Mito*, confirma esta proposição. Nunca há uma versão de um mito ortodoxa, ímpar, pois à medida que os contextos mudam é relevante uma diferente apresentação dos factos para que se lhe possa dar uma verdade histórica intemporal.

O mito é, em resultante e sempre, uma história, por vezes uma singela e transversal história a que se dá uma dimensão que é sempre verdadeira. O facto de se identificar

[50] Diz Paulo, apóstolo de Jesus Cristo, sobre a ignorância: "eu não teria conhecido o pecado senão por intermédio da lei; pois não teria eu conhecido a cobiça se a lei não dissera: não cobiçarás" (Romanos 7:7).

singela não lhe retira a provocação das grandes mudanças, do valor da semente perante a colheita. "A função do mito consiste, portanto, em revelar modelos que fornecem significado ao mundo e à existência humana, ajudando-nos a perceber o que está além do cotidiano, a interpretar a razão das nossas motivações últimas. Trata-se de material coletivo, cujos temas se repetem, de forma quase idêntica, na mitologia e no folclore de diversos povos, como imagens simbólicas que pertencem a qualquer tempo e lugar (…)" (Athayde, 2015, pág. 63).

Está então claro que o entendimento que se pode fazer das fantasias, das lendas, da imaginação em certas narrativas é sempre distante das primárias considerações de que se tratava de elementos de sociedades arcaicas. Assim, e por essa via, o mito, não sendo uma verdade de São Tomé[51], era um estado superior a essa verdade. Ou seja, o mito era a luz que determinava a verdade, era inquestionável verdade porque possuidora de autoridade sobrenatural, porque espada limitadora do espaço humano, porque central de reverência a todos os comuns.

O mito é assim, confirmando Armstrong, como que " (…) um conceito primordial, sobressai o símbolo indispensável para o tornar inteligível, no sentido de lhe dar 'corpo', presença." (Pais, 2014, pág. 53).

Ao estruturar-se a Aventura Marítima Quinhentista não se pode deixar de olhar o mito como elemento central dos feitos. Alguma da historiografia está implicada de dimensão mítica, assente em leituras que eram essenciais para a concretização da empreitada. Retoma-se Eliade (1986, pp:12-13) para se trazer uma consagração que atravessa o tema desta tese. Assim, está-se em presença do " (…) mito |que| é considerado como uma história sagrada e, portanto, uma 'história verdadeira', porque se refere sempre a realidade (…)".

Se o avanço das realidades exploratórias lusas em África se deveu em grande parte à dimensão religiosa que determinava o apoio e a bênção de Roma, não pode deixar de ser ponderado o mito como estrutura mental prévia das decisões tomadas.

O sentido intemporal da Aventura Marítima não é tão diferente da obrigação que os gregos se impuseram de encontrar Zeus para justificar a existência deste cosmos, olhado, mas nunca justificado. Tanto em Zeus como em Deus encontram-se os

[51] *Novo Testamento*, João 20:24-29

fundamentos para a ação humana, para a presente justificação humana (Eliade, 2016, pág. 128).

Assume este autor os textos sagrados como base de vida, de comunidade. Ora, esses textos não são mais do que mito[52], mas sempre se repassam para a verdade assumida. As sagradas escrituras avocaram, em séculos, o lugar do dogma assente no mito. Ambos, dogma e mito, sustentaram de tal forma cada tempo que foi com eles que se criaram os mundos diversos até onde chegou o homem. Já antes, as tentativas de supremacia religiosa se forjaram no mito, prévio estado cedente da razão para expulsão do infiel. Importa que se consagre uma leitura justa do infiel, nunca a consagração ocidental de que o turco, o árabe, eram o negro civilizacional, que o Deus cristão era o branco esperançado do amanhã bendito. É por isso que o mito é a erupção do sagrado que transformou o mundo e o homem no que são hoje.

Campos Matos (2008), analisando a História de Portugal e a sua relação com o mito, elenca os cinco grandes universos em que esta se constituía exceção, remete ao segundo elemento e diz: " 2) a ideia de uma missão histórica da nação, diversa consoante os pontos de vista doutrinários - por exemplo o espírito de cruzada (…)"

Não terá havido um espírito de cruzada único, mas não pode negar-se a existência de um espírito de cruzada que atravessou as duas primeiras dinastias. Já voltaremos a Matos.

Mas quais seriam as funções estruturais do mito? Esta parece ser uma pergunta de resposta fácil - conceder valor à existência, porque sem o mito não se consagra um significado mobilizador do todo.

A função dos deuses que sempre fundamentaram a chegada do homem a este mundo, que sempre o justificaram, assume assim um sentido. Portanto, " (…) a mesma lógica opera no pensamento mítico e no pensamento científico e o homem sempre pensou igualmente bem. O progresso – se é que o termo se aplica – não teria tido por palco a consciência, e sim o mundo, em que a humanidade dotada de faculdades constantes teria continuamente se deparado, no decorrer da sua longa história, com novos objetos (…)" (Lévi-Strauss, 2009, pág. 248)

[52] Ver entendimento de Strauss ao considerar que através das Escrituras não seria possível aceder ao Jesus histórico, mas apenas ao Cristo da fé. Ver em: https://tinyurl.com/y2ghkgr2 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

Na Aventura Marítima Quinhentista houve dois tempos que se podem identificar nesta análise. O primeiro que já volatilizava, por absorção, o mito, porque era o olhar consagrado, vivido. O avançar para o norte de Africa era pós-mítico porque o mito já se havia passado para o dogma e deste para a crença absoluta e para o sacrifício por Deus[53]. O segundo, o que se estendeu com a descida de África, a entrada em mares desconhecidos, o encontro de outros seres que pouco se haveriam de assemelhar ao cortejador. Aqui o mito, assente em texto válido ou em romanesco escrito, assume a parte central do processo de desjuízo que esteve na base da aventura.

Regresse-se então a Matos para completar esta abordagem das primeiras viagens. Em *Historiografia e mito de Portugal oitocentista – a ideia de carácter nacional* (1998, pp: 245-246)[54], diz que os mitos são relevantes na historiografia moderna, assumindo-se como uma certa forma de fazer agregar a comunidade, a nação, num tempo anterior e acrescentar-lhe legitimidade interna e externa. Poderíamos ficar por esta consideração excecional de Matos…

Porém, a construção mitológica da Aventura Marítima Quinhentista avoca-se num quase mimetismo em referência à antiga tradição grega. As musas, esses elementos cénicos, encantatórios ornamentos de realidade e de felicidade, arcam, no processo primário de consagração da historiografia e da literatura, uma similitude impressionante. Não deixa de ser relevante, quando se olha para os mais antigos documentos suporte de investigação do período em que se desenvolveu a análise fundamental, que se obtenha uma consideração paragráfica sequencial – mitologia.

Ora, o mito e o logos sequenciais são essenciais nesta referência primária para o enquadramento dos mitos que se pretende desenvolver. Sendo o mito uma ausência de vivência prática, uma eliminação da representação sensorial, mas realidade em sentido imaterial, entra-se numa espécie de filiação entre o profano e o sagrado (Eliade, 2016, pág. 19). A contrário, a eleição do logos é a representação das coisas como símbolo. Tal circunstância, por estranha que possa parecer, faz com que o mito se afirme concreto e o logos abstrato.

[53] A Bíblia consagra a irrevogabilidade dos princípios. A virgindade de Maria, a Santíssima Trindade, Jesus, filho natural de Deus, são imutáveis, veneráveis, totalmente inquestionáveis.
[54] In Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais (7 a 12 de julho de 1997). Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1998, Vol. 3, pp: 245 a 258.

A civilização ocidental foi promovendo, porém, uma quase inversão de sentidos. Ao ofuscar a grandeza do sagrado, ao eliminar progressivamente a crença no intemporal, assumiu a palavra, o logos, como verdade, e o mito transforma-se em manifesta ficção.

Ao longo dos dois últimos milénios assistiu-se a uma lenta desvinculação da religião quando academicamente se coloca, enquanto elemento relevante, entre mito e verdade. Já se disse que em ambos o conceito amplo de verdade se afirma, mas o cristianismo veio a conferir ao mito uma desgraduação que se atravessa na hodierna forma de pensar. Quando olhamos a *Paixão de Cristo*, se se fizer uma atenta leitura do hoje, ela não é mais do que mito. Porém, não há um só retrato catequético que não afirme a *Paixão* como vida, logo como verdade inteligível.

Não há na *Paixão de Cristo*, em referência à historiografia, nada mais do que mito, um mito que assume uma realidade corpórea, não contestável, elemento básico onde assentaram os fundamentos de uma sociedade e de uma cultura, garantias da estruturação das motivações que fizeram progredir, que fizeram avançar e que também fabricaram a saída aventurosa pelos mares dos portugueses.

1.3.2. O mito político

"O mito político, tal como definido até aqui, é uma poderosa força motriz para a ação política, tendo como característica básica sua recusa à razão. Ele se opõe, portanto, à visão da política como feita de opções racionalmente motivadas (…)[55]"

Seguindo Miguel, a consideração mais comum, entre filósofos e cientistas políticos, vai no sentido de considerar a existência do mito político como uma consagração programática que decorre do pugilismo dialético entre racionalistas e irracionalistas. Porém, tal meditação poderá afirmar-se redutora, porque tanto uns como outros se alinham na vitalidade do mito para o enformar ou sublimar.

A análise que aqui se faz não segue unicamente o caminho do pensar filosófico, mesmo que ele se afirme presente em todos os campos da história. O que interessa é a

[55] Ver em: https://doi.org/10.1590/S0011-52581998000300005 - Luis Filipe Miguel, 1999, *Em torno do conceito de mito político* - último acesso em 13 de outubro de 2022.

verificação do mito e em especial deste mito político, mais individual, em referência a entidades singulares ou coletivas, que consagrem motores de ordenamento dos factos narrados e as investigações induzidas.

O mito político foi sempre, desde que o homem é homem, um elemento básico. Quando se antecipava o seu fim, já nos anos primeiros do século passado, ele regressa decorrente dos grandes movimentos ideológicos e bélicos que atacaram, primeiro, a parte mais oriental da Europa com a Revolução Soviética e, posteriormente, com todos os movimentos nacionalistas e fascistas, de diversos graus e matizes, que alastraram a quase todo o continente.

Também antes, nos movimentos de libertação da América Latina, na assunção primeira do papel de Bolivar, se assistiu ao mito político em presença, mito esse que se alastrou, nos dois últimos séculos, em quase toda a América do Sul.

Che e Castro, mas também Perón ou Getúlio (Araújo, 1986, pág. 104), assumem o mito político como elemento central da sua ação narrada, dita, transmitida. Mas mais, esse mito é alargado ao campo da consagração doutrinária por derivação dos movimentos socialistas e nacionalistas ou por consagração de especificidades internas como é o caso do peronismo argentino.

Souroujon (2013, pág. 128) diz que os mitos políticos "(…) se presentam, junto quizás com los ritos, como lás construcciones imaginarias más 'longevas', más perenes del imaginario politico, sedimentada en los tiempos largos de la existência social."

Tal consideração vai direta à para-religião que Marx veio a permitir ao socialismo dialético, contestando a organização social milenar, bem como à intemporalidade mística que os regimes fascistas e nacionalistas assumiram na primeira metade do século XX.

Ranke e Hobsbawn, que acompanharam esta tese no início do observar sobre a história, também olharam o mito político e não deixaram de o tentar desvalorizar. Diga-se que sem sucesso, porque na base da sua investigação, no concentrado da sua aprendizagem inicial, o mito era um elemento presente e avassalador, fundador. No processo que levou à reinvenção de Tucídides (Bernardini, 2006, pág. 118), Ranke bem tentou opor o cientista a uma aceitação de qualquer coisa que fosse referenciada como mito, mas sem o conseguir.

Ranke, quando estuda Heródoto e Tucídides e o seu papel na história moderna, não deixa de confortar o leitor com a negação do seu eu, de rejeição ao mito. Diz ele: "Desde sempre se observou o quanto Tucídides está afastado da fé de Heródoto nos deuses. Não se trata de uma oposição absoluta: pois, se fosse este o caso, teriam sido retomados os antigos conceitos sobre os deuses que Heródoto rejeitara." E diz mais: "Ele também admitia um elemento divino nas coisas humanas; lamentava que as pessoas não se unissem para preservar as leis divinas, mas para as infringir. Fala em termos desaprovadores da profunda falta de sentimento religioso.[56]"

Ranke e Tucídides funcionam aqui como siameses, ou melhor, como alter-ego, mesmo que o primeiro se exponha, em muitos dos seus pensamentos e criações, na tentativa de negação das leis divinas que implicam, sobremaneira, no mito político.

Hobsbawm, que invade o leitor na sua leitura esdrúxula da história, transporta para esta um posicionamento do mito político deveras interessante. Poderia seguir o princípio da negação absoluta, da terra queimada, para prosseguir uma afirmação de verdade inquestionável. Em certa medida, o marxismo, em que ele entra e sai, aporta essa tentativa mesmo que não conseguida.

Na sua obra *Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade*, Hobsbawm não se joga só em carrear argumentos para as suas teses de uma nova historiografia. Ele faz mais, usa, como elementos estruturantes, conceitos que em passagens anteriores parecia esquecer. A parte mais interessante do conjunto de textos deste título é a que se refere ao conceito de Nação (1998, pp: 14 - 25). Apesar de haver uma observação do papel das massas, na sua ligação aos estágios de desenvolvimento tecnológico ou económico, Hobsbawm discorre, em abundância, sobre o mito da nação que não é mais do que um conjunto de mitos políticos explícitos que levam a um novo conceito de protonacionalismo plebeu. Talvez se possa ver esse mito plebeu em Dantas (1973, pp: 255 - 257) quando escreve: "No retorno universal dos tempos e das almas, os mortos ressurgirão dentro de nós: a alma da Raça, purificada e liberta, renascerá, estuará em torrentes de poder e de força. – e Portugal, que ainda ontem suplicava uma cruz para morrer, gritará por umas asas – para voar!".

[56] Referência a partir de Sérgio da Mata e Walkíria Oliveira Silva. Traduzido por Francisco Murari Pires a partir da versão italiana do texto de Ranke: *Tucidide nela Storiografia Moderna*, a cura di C. Montepaone, G. Imbruglia, M. Catarzi e M.L. Silvestre. Napoli: Morano Editore, 1994, p. 107-117, 1921 (vol. 1, p. 217-224).

Regresse-se a Campos Matos (1998, pág. 246) para se confirmarem dois elementos que acima se referiram: 1º a noção de uma índole ou caráter nacional próprio, claramente diferenciado de outros povos; 2º a ideia de uma missão histórica da nação. Encerra-se aqui uma leitura cruzada com Hobsbawm que se revela importante, sobre as obrigações da nação e do seu povo (massas).

O mito político atravessa quase toda a historiografia portuguesa. Haveria muitas razões para que assim fosse, mas há uma que se deve indicar – o complexo da insignificância.

Se todas as grandes nações se afirmaram por elementos intemporais, pela ligação a crenças infindas que suportavam a dureza dos tempos, não era (é) desajustado que este pequeno país, nos confins da Europa, se revisse nesse elemento permanente. Matos (pág. 246) volta aqui, num outro ponto de vista quando olha Portugal e os portugueses pelo seu biorritmo histórico. De um ponto em que se atingia o auge, a prosperidade, e logo se antecipava ou outro, a decadência.

Importará situar o que muitos consideram ser o primeiro momento da negação de elementos mitológicos na historiografia lusa.

Em 1850, Alexandre Herculano dirige-se ao Patriarca de Lisboa solicitando a sua intervenção para o que considerava um inaudito processo de menorização. Em *Eu e o clero*, Herculano afirma-se sincero na sua fé e respeitador da dogmática católica. Porém, não era possível inscrever o milagre de Ourique na sua *História de Portugal*. (Matos, pág. 256)

O milagre de Ourique, enquanto constituinte reverente do simbolismo pátrio, não poderia ser olvidado no tempo futuro e nem mesmo Herculano o conseguiria fazer esquecer enquanto elemento essencial para o nascimento de Portugal, por ausência e por polémica. Claro que Herculano seguia as mais recentes linhas de pensamento europeu, mas era também claro, como continuou a ser até muito tarde, que Portugal não se podia fazer valer sem uma relação com um intemporal que se mantivesse enraizada para se preservar enquanto povo (Herculano, 1896, pp: 26 - 30).

O questionamento sobre Ourique[57], que levou à eliminação pura das páginas da sua *História de Portugal*, não deixou, porém, de alinhar muitos outros fatores que afirmavam o mito político. Aliás, essa obra não esvanece no entendimento das mais relevantes figuras de cada uma das dinastias, porque a seguir uma outra formatação nada sobraria de interessante e de encantatório.

Escreve Carvalho (2013, pp: 47-49) recuperando Herculano: " (…) surgisse um povo, cheio de atividade e vigor, para cuja acção fosse insuficiente o âmbito da terra pátria, um povo de homens de imaginação ardente, apaixonados do incógnito, do misterioso, amando balouçar-se no dorso das vagas ou correr por cima delas envoltos no temporal, e cujos destinos eram conquistar para o cristianismo e para a civilização três partes do mundo, devendo ter em recompensa unicamente a glória. E a glória dele é tanto maior quanto, encerrado na estreiteza de breves limites, sumido no meio dos grandes impérios da Terra, o seu nome retumbou por todo o globo." Espraiam-se aqui, em pleno, o mito político coletivo, as massas de Marx ou a grandeza do povo ariano do nacional-socialismo alemão.

É relevante, para a esta elaboração histórica portuguesa, o que diz Sampaio Bruno em *O Brazil Mental* (1898). Para Bruno, "A Pátria é um princípio de solidariedade coletiva. A Pátria é uma religião." E como Quadros também escreve (2020, pág. 350), "É |de|certo correta a justificação encontrada por António José Saraiva para um Fernão Lopes, apesar do seu escrúpulo documentalista e do seu espírito realista, ter dado acolhimento ao que chama uma fábula milagreira, mas precursora de um sentimento providencialista da História de Portugal".

Esta leitura providencial que Bruno sempre assevera (e que Pascoaes parece confirmar quando afirma ser um dos propósitos da Renascença Portuguesa "Criar um novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa") é bem clara quando quase submerge, se vence, e diz "Deus não nos abandonará. Ele nos veja e julgue:

[57] Sobre o milagre de Ourique diz D. Manuel Gonçalves Cerejeira: "Eis, em resumo, o estado da questão: 1º Não há até ao século XV nenhum documento que fale da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, na véspera da batalha de Ourique. Os que se têm apresentado, não são concludentes. 2º Há, porém, cinco documentos do século XII que falam da batalha – mas nenhum fala da parição (que seria facto muito mais notável que a batalha, notando-se que, entre esses, há-os que narram milagres. 3º As primeiras referências certas ao milagre são do meado do século XV: nascido então, o milagre vai-se amplificando pouco a pouco, até achar nos escritores de Quinhentos, e especialmente em Duarte Galvão, a sua forma definitiva. Olha-se, pois, de um lado, o silêncio dos três séculos mais chegados à batalha, sobre o milagre da aparição; e, do outro, o aparecimento tardio da lenda, em condições que denunciam um processo evolutivo."

misericordiamente nos ajudaria a sua graça." Encontra-se aqui o coletivo, de novo, num futuro glorioso.

Há quem se questione sobre o grande mito político da história lusa. Sempre se poderá dizer, partindo da análise que se vem fazendo, que esse mito é o povo português. Camões aqui o quer em *Os Lusíadas*. Mas importa olhar pelo farol da historiografia dos últimos dois séculos e utilizar um critério "sebastianista".

A investigação histórica, tão pulverizada como se confirma, dividir-se-á em torno de figuras mais ou menos óbvias. O rei primeiro, o infante D. Henrique, porque a cronística, como instrumento da consagração do mito político, o transportou para um lugar que já importaria, por estes tempos, reposicionar; D. Sebastião, porque assumiu a leitura do permanente regresso a que se voltará quando se indicarem os mitos de origem; Salazar, porque foi o primeiro grande protagonista que usou as técnicas de manipulação de massas em Portugal. Tardará em se confirmar Mário Soares, quem fez cessar o permanente afastamento dos portugueses em relação ao continente de que sempre fizeram parte.

Não parece ser relevante, por agora e neste gabo do mito político, desenvolver referências a cada um dos indicados. Porque alguns assumirão uma leitura e uma corelação em capítulos que se seguem.

Girardet, olhado a partir de Schmidt (2000, pp: 27-32), consagrava os mitos políticos através de quatro constelações mitológicas. Eram elas: a *conspiração*, o *salvador*, a *idade do ouro* e a *unidade*.

É partir daqui, observando os campos de Girardet, que se poderá avaliar o mito político em que se transformou Nuno Alvares Pereira.

E sobre o mito político diz Schmidt: "Através do exame destas constelações, Girardet apresenta o mito político como um elemento polimorfo e ambivalente, mostrando que a sua atuação em relação às pessoas é configurada a partir de diferentes horizontes, dependendo da situação que esteja vigorando. Este fado faz com que o mito político nunca tenha uma posição totalmente definida, podendo assumir posições de (…) vencido ou vencedor, mocinho ou bandido. Em síntese, o que o mito político tem de definitivo é uma forma de ação para cada circunstância histórica."

Numa análise mais desenvolvida, Campbell (1959, pp: 177-197), ao promover a psicanálise do mito político, amplia os quatro tempos de Schmidt. Assim, situa o herói em campos como a *guerra*, o *amor*, o *estadista* ou o *tirano*, o *redentor do mundo*, o *santo* e a sua *eternidade*.

E como que sintetizando o mito político assente num ser especial, diz ainda: "Si los hechos de una figura histórica real lo proclaman como un héroe, los que hicieron su leyenda inventarán para él aventuras apropriadas en profundidad. Éstas serán descritas como jornadas a reinos milagrosos y han de ser interpretadas como simbólicas, por una parte, de los descensos al maar nocturno de la psique, y por la obra, de los reinos o los aspectos des destino del hombre que se manifestan en sus respectivas vidas (…)" (pág. 180).

Gibardet, Schmidt e Campbell obrigam pois, a uma inventariação dos heróis que se deverem ponderar para situar os mitos políticos na História Marítima.

Foi através das caraterísticas indicadas que se caminhou no encontro da descomunal figura que atravessa todos os séculos, do XV até ao XXI, e que implicou, de forma determinante, na vida da nação portuguesa desde os finais dos século XIV.

Desenvolvendo as considerações de Campbell, encontra-se, logo de início, entre essa figura e a primeira do reino português, um elemento simbólico de ligação que, carecendo de qualquer suporte documental, como Herculano bem indicou, faz uma leitura de *continuum quae fuimu et sumus*. Essa figura, como atrás já se tinha dito, é Nuno Alvares Pereira[58].

"Nun'Álvares tinha consigo apenas 300 cavaleiros e 1000 infantes que se recusaram a dar combate aos castelhanos, argumentando ser muito poderoso o exército inimigo. O Condestável desceu do cavalo, rojou-se aos pés da sua misteriosa bandeira e, elevando piedosamente os olhos para a imagem de Jesus Crucificado, pintada entre a

[58] Cidália Viegas de Carvalho, em Memória e Mito dos Descobrimentos na Literatura do Século XX (2013), escreve: "Paralelamente, as figuras históricas que concorrem para a formação e desenvolvimento a comunidade nacional são evocadas e apontadas como exemplos, operando como agregadores da comunidade nacional e estabelecendo um verdadeiro núcleo duro, quer da formação, quer do discurso, a identidade. Os heróis pátrios operam como modelo, tal como seu legado, que enobrece, não só a si próprio, como o grupo a que pertencem. É o caso de Viriato, Afonso Henriques, Egas Moniz, Nuno Alvares Pereira, D. João I ou o Infante D. Henrique, referência às suas proezas acaba por justificar uma das vias da constituição na narrativa nacional (…)" (pág. 41). E olhando Camões e Pessoa, no que consideram ser " (…)figuras cujo contributo o(s) poeta(s) considera fundamental pata a fundação da nacionalidade ou que abriram o caminho de um futuro grandioso, Carvalho (pp: 71-72) recupera Alvares Pereira. E por último, reafirmando o papel mítico de Pereira, Carvalho escreve (pág. 226) sobre o passado mítico, sobre o mito político em concreto referindo à Batalha de Aljubarrota, que esta veio contribuir para a formação da identidade nacional, garante da independência de Portugal.

Virgem e a do amado discípulo João, tendo por debaixo a de S. Jorge, estendeu as suas mãos suplicantes, pedindo fervorosamente a proteção do Salvador do Mundo. Incitado por este exemplo a pequena hoste, procurando imitar o seu chefe, caiu de joelhos, junto dele, repetindo incessantemente os mesmos rogos". Esta passagem, referenciada em inúmeras edições da História de Portugal, como sendo da autoria de Francisco Duarte de Almeida, reportando-se à Batalha dos Atoleiros, assumindo Campbell na dimensão mítica do *guerreiro* e Girardet na do *soldado,* vem entroncar numa outra, igualmente abundante, relativa à Batalha de Aljubarrota. "Nun'Álvares não quebrava. Era audácia e ímpeto, mas sobretudo uma grande liberdade de falar a todos, mesmo ao mais poderoso, ao rei. (…) Era um falar e agir firme, mas também sereno, sem crispação, perante os poderosos deste mundo. E leve e alegre, com aquela segurança dos que eram ou se sabiam mensageiros de um Senhor justo e todo-poderoso." Jaime Nogueira Pinto in '*Nuno Álvares Pereira'* (2009)[59], impele para a figura. Pinto, assume aqui a *unidade* de Girardet e a dimensão de *estadista* de Campbell.

As citações que se indicaram formatam um mito político que faz de uma batalha um momento determinante, tão essencial como a de Ourique.

Assim, esta construção do mito histórico em Nun'Alvares, que se torna presença na imagética portuguesa ao longo de séculos, liga-se ao que haveria sido dito a Afonso Henriques: *"*— Afonso! Não te apareci deste modo para acrescentar a tua fé em mim, mas para fortalecer teu coração neste conflito, e fundar os princípios do teu reino sobre pedra firme. Confia, Afonso, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as outras em que pelejares contra os inimigos da minha Cruz. Vai! Vai, que acharás a tua gente alegre, esforçada para a peleja, e pedir-te-ão que entres na batalha com o título de rei. Não ponhas dúvida! A quanto te pedirem, deves conceder facilmente. Eu sou o fundador e destruidor dos reinos e impérios. Em ti e teus descendentes, quero fundar para mim um império, por cujo meio seja meu nome publicado entre as nações mais estranhas. E para que teus descendentes conheçam quem lhes dá o reino, comporás o escudo de tuas armas com o preço com que eu remi o género humano. Olha para o meu corpo e contempla as minhas chagas! A elas juntarás o preço com que fui comprado aos Judeus. Assim esse reino ser-me-á santificado, puro na fé e amado por minha Piedade!"[60].

[59] Lisboa, Esfera dos Livros
[60] Texto de Tânia Saraiva em https://tinyurl.com/yxwfh35s - acesso em 13 de outubro de 2022.

A memória histórica consagrara, pois, Nuno Álvares Pereira como fiador de um sentir português. Recebe, em simbolismo, a verificação do mesmo Senhor que apareceu a Afonso Henriques, confirma-se como tabelião de uma segunda vida de Portugal.

Ourique, a partir do estudo aturado de Matos sobre a insistência de Herculano em o fazer eclipsar, deve ser vista aqui como que o elemento primordial do mito político português.

Sendo certo que Álvares Pereira foi um militar relevante (disso não parece haver dúvidas em qualquer dos autores que estude o período joanino que inicia a segunda dinastia) já não se pode autorizar qualquer benevolência para a sua consagração, enquanto figura que se quer dispor no domínio celeste dos Santos, arcando mais uma das caraterísticas identificadas por Campobell.

Fundador da Casa de Bragança, Nuno de Santa Maria, como haveria de ser também conhecido, assume a leitura temporal de forma inteira. A subida ao universo religioso, que se haveria de dar ainda em vida de D. João I e , segundo dizem as razões da canonização, com a morte de sua estimada esposa, não parece, porém, contemplar qualquer vontade de santidade.

Na inscrição que haveria de se saber num túmulo do Convento do Carmo desparecido no Terramoto de 1755, estaria dito, "Aqui jaz aquele famoso Nuno, o Condestável, fundador da Sereníssima Casa de Bragança, excelente general, beato monge, que durante a sua vida na terra tão ardentemente desejou o Reino dos Céus depois da morte, e mereceu a eterna companhia dos Santos. As suas honras terrenas foram incontáveis, mas voltou-lhes as costas. Foi um grande Príncipe, mas fez-se humilde monge. Fundou, construiu e dedicou esta igreja onde descansa o seu corpo.".

Se se quiser atentar na leitura tradicional da Igreja Católica, no ato de despedida terrena dos mortos em que os irmãos encomendam a alma ao Senhor, poder-se-á encontrar: “Senhor e Deus de misericórdia, concedei às almas dos vossos servos e servas o lugar do descanso eterno, na beatitude da paz e da claridade. por Nosso Senhor Jesus Cristo na unidade do Espírito Santo. Amém.” E ainda, “A Vós, Senhor, encomendamos a alma do Vosso servo N., que defunto para este mundo, viva agora conVosco; E os

pecados que cometeu pela fragilidade humana, perdoe-lhe a Vossa benigníssima Misericórdia.”.[61]

A consideração de vida e epitáfio tumular de Nuno Álvares Pereira não seria, portanto, nada de extraordinário perante a realidade comum dos demais servos. Em boa verdade, os elementos valiosos dessa inscrição eram os que se referiam ao militar e ao príncipe, que Nuno nunca haveria deixar de ser, mas afirma em si a função de redentor, de santo, de estadista, de fonte de unidade e do amor aos seus e a Cristo. Todas caraterísticas do mito político como as identifica Campbell.

Nuno Alvares Pereira haveria de ser o proprietário das rendas de mais de seis dezenas de vilas portuguesas. De tão beato e temente, despido de todos bens terrenos, não liga a condição com a realidade conhecida e sufragada, ainda mais que o seu legado, por filha que se quer bem, se entrelaça com D. Afonso, bastardo de D. João I, a quem fez Conde Barcelos. O poder foi presente com a glorificação da Sereníssima Casa de Bragança a que haveria de ser confiada a retoma do reino a partir de 1640. É aqui que se mostra a sua presença relevante numa putativa idade de ouro que Girardet certifica.

É relevante, porém, o que se vai proclamando sobre Nuno e as visões de Fátima. D. Duarte Pio (atual Chefe da Casa de Bragança) haveria de dizer: “A tradição secular afirma que em Fátima, quando passava de Tomar a caminho de Aljubarrota, a 13 de agosto de 1385, D. Nuno foi atraído à Cova da Iria, onde, na companhia dos seus cavaleiros, viu os cavalos do exército ajoelhar, no mesmo local onde, 532 anos mais tarde, durante as conhecidas aparições marianas, Deus operou o Milagre do Sol. Foi, por esta razão, intitulado, por vários historiadores carmelitas de “Precursor de Fátima”[62]. Esta ligação de Aljubarrota a Fátima enquadra-se numa relação de providência divina, leitura intemporal que haveria de consagrar Oliveira Salazar como figura ímpar e centro elevado do Estado Novo onde a pátria e a fé se fundem (Pereira, 2000, pág. 42).

Passar a chamar-se Nuno de Santa Maria, orar à Mãe a cada tempo e modo, fazedor de templos marianos e fundador da Casa de Bragança, todas estas foram considerações e referenciais na consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição. D. João IV, em 1646, assim o viria a determinar, fazendo de um reino de homens um outro de fé obedecida. Tal implica na petição do mesmo João, em 1641, para a

[61] Do Breviário em https://tinyurl.com/y24qcro5 - acesso em 13 de outubro de 2022.
[62] Intervenção *D. Nuno Alvares Pereira: Um Santos para o nosso tempo*, proferida no Colóquio “D. Nuno Alvares Pereira, o Homem e a Memória”, maio de 2004. Texto policopiado para a imprensa.

canonização prévia do Condestável. Assevera-se aqui a dimensão de salvador e de promotor do amor, antecipador da salvação de Portugal no século de todas as grandes guerras, ele que foi o vencedor das batalhas mais relevantes na independência da nação.

Nuno foi, sempre que Portugal se permitiu viver nas dinastias de Avis e de Bragança, um lugar onde o mito político (aqui num sentido amplo e decorrente da providência que Matos sempre indica) se situou no altar-mor da historiografia de interesses. Um curto período haveria de o desgraduar - o da primeira República. Talvez tenha sido por isso que o processo de beatificação de Nuno segue nesse tempo. Tanto a revolução bolchevique como as visões de Fátima se fixam em 1917; importava que Portugal se sagrasse no apoio romano de uma certa conspeção de país e de mundo; implicava-se tudo numa formatação mental que impedisse, como impediu, a desgraduação da fé num outro país que parecia estar emergente e que apareceria uma década depois, em 1926.

Nuno veio a ser beatificado em 1918, por Bento XV, e retornou ao seu espaço de esquecimento mesmo no tempo das comemorações dos Centenários onde Portugal se quis fazer valer enorme.

Porém, uso deste mito político é tão insistente que, em 1945, Josemaria Escrivá, fundador do Opus Dei, afirmava: "D. Nuno era o avô de dois povos, que eram primos, Portugal e Espanha". E mais: "Ó abençoada batalha de Aljubarrota que permitiu que a Virgem tivesse dois braços, Portugal e Espanha, com que abraçou e evangelizou o mundo". Foi também esta, por implicação divina, a leitura que Bento XVI consagrou no ato de canonização de Nuno, em abril de 2009.

Na homilia, o Papa disse sobre o que importa hoje quanto a Nuno: "Os setenta anos da sua vida (...) viram aquela nação consolidar a sua independência de Castela e estender-se depois pelos Oceanos – não sem um desígnio particular de Deus – abrindo novas rotas que haveriam de propiciar a chegada do Evangelho de Cristo até aos confins da terra."

É nesta passagem, sobre o imaginário do mito feito santo, que se caminha na fundação da História Marítima portuguesa. Este mito, enquanto central no primeiro reinado da dinastia de Avis e fundador da dinastia de Bragança, reflete todos os elementos bastantes para a análises dos mitos que aqui se produzem.

Mas que sentido faz, para a Igreja Católica, a valorização de uma figura sem que se cumpram os requisitos exigidos à consagração dos Santos, em séculos tão distantes e em momentos tão historicamente impenetráveis? Dir-se-ia que o Espírito Santo tem em suas mãos o caminho do mundo, obrigando a que a Bento XVI cumprisse o ponto seguinte de Bento XV[63].

Hobsbawm (1998, pág. 19) escreve, em referencia ao mito político, que: "Mito e invenção são essenciais para a política de identidade pela qual grupos de pessoas, ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável dizendo: somos diferentes e melhores do que os outros." No mesmo sentido segue Girardet (1996, pág. 94): " (…) mito em seu sentido mais completo, isto é, como um sistema de explicação e uma mensagem mobilizadora (…)" revela-se na capacidade de contornar as esquinas da história para a fazer cristalina, para lhe eliminar o molinete permanente que a limita e para a fazer musicalmente aceitável a partir de fontes sempre incompletas. E Campbell (pág. 54) ajuda a justificar esta escolha de Nun'Alvares enquanto espelho do mito político. Escreve que: "O politólogo André Rezler, (…) inclina-se para considerar o mito como 'uma história ou um fábula simbólica que esclarece um número ilimitado de situações mais ou menos análogas, a partir de um acontecimento histórico ou um feito que teve lugar' (…)".

E, como clímax, olhando o mito político, regista Barthes (2018, pág. 144): "A significação do mito é constituída por uma espécie de torniquete incessante, que alterna o sentido do significante e a sua forma, uma linguagem-objeto e uma metalinguagem, uma consciência puramente significante e uma consciência puramente representativa; esta alternância é, de certo modo, condensada pelo conceito, que se serve dela como de um significante ambíguo, simultaneamente intelectivo e imaginário, arbitrário e natural." Nuno de Santa Maria consagra todas as portas abertas para ligar o tempo histórico antes e depois da sua vida.

[63] Esta leitura sobre o mito político remete para o seu complemento no capítulo sobre o Mito do Império e no que ao Império Intemporal diz respeito.

1.3.3. O mito de origem

Todas as nações têm mitos de origem. Estes desempenham a função cimeira que impõe o entendimento para a sua particularidade no contexto global. O ponto é sempre o mesmo - por que somos distintos? Para esta contestação o mito encontra respostas astuciosas que se estruturam em função de cada tempo, olhando as consequências de cada conjuntura política e das quais resultam inevitáveis repercussões históricas.

Todo o mito de origem narra e justifica uma situação nova - nova no sentido em que ela não existia desde o princípio do mundo. Os mitos de origem prolongam e complementam o mito cosmogónico: contam como o mundo foi modificado, enriquecido ou empobrecido, dizem como se fez vida, sociedade, cidade, nação (Eliade, 1989, pág. 25)

A nação, enquanto vida, sociedade ou cidade, para Ernest Renan[64], é uma alma, um princípio espiritual. Ora, seguindo este primórdio de alma, nada se assemelha mais ao mito que essa realidade de nação. Mais, para Renan há ainda outra linha que transporta a nação para a similitude mitológica, a da obrigatória constatação de um referendo permanente. Tal se verifica também com o mito, uma espécie de adequação durável perante a necessidade de suporte de cada realidade.

Anderson (1983) caminha ainda mais próximo do conceito de mito que acima se desenvolveu ao compor as nações como comunidades imaginadas. Está claro que Anderson se estrutura numa leitura anticolonial e anti-imperialista, mas, ao desenvolver a criação do "caso americano" enquanto produto de uma sociedade mais justa e inclusiva, um nacionalismo novo, um coletivo cheio de oportunidades e terra sem limites, está a consagrar uma comunidade imaginada, um ente mítico que ao mesmo tempo se afigura impossível de atingir, mas que a cada dia se consagra[65].

Ora, esta leitura é tal e qual o mito inicial, o antes que se assevera no depois, uma imaginação que permite a realidade, uma confirmação antecipada dos feitos.

---

[64] Do texto da Conferência de Ernest Renan *O que é a nação?,* proferida em 11 de março de 1882. Texto original da Biblioteca da Universidade de Sorbonne.

[65] *Obituário de Benedict Anderson (1936-2015): sociologia história e imaginação social*, publicado em Análise Social 218 em 2016, por Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo.

O mito de origem dos Estados Unidos da América é, assim, um elemento central para se poder retrogradar à Aventura Marítima Quinhentista. O desembarque de 1620 dos puritanos assume uma dimensão quase intemporal[66]. A consideração de uma ambição mítica que consagrasse a cidade brilhante no alto da colina, enquanto exemplo de pureza, era o primórdio da sociedade igualitária, livre e democrática, fosse o que fosse cada um desses conceitos que agora se podem aplicar. O mito de origem americano é, pois, o mito de um sistema em que todos os homens serão o que quiserem, todos assumirão um papel pelo seu trabalho, pela sua força e inteligência únicas (Raphael, 2006).

Raphael (pág. 17) diz bem da leitura mítica que os Estados Unidos da América encarnam. Para ele, há como que uma representação concebida através de atitude permanente em que se revelam, escondem, distorcem e até mesmo se inventam elementos que passam a compor a imagem daquela nação. E diz mais, esta representação mitificada, advinda de um passado também mítico, é perpetuada através da narrativa nacional que, de certo modo, serve os interesses da própria nação, pintando um retrato que inspira admiração e patriotismo.

Encarando Raphael não restam muitas dúvidas sobre a forma como os portugueses se consagraram à história universal, como criaram uma narrativa nacional que tenta inspirar admiração e patriotismo. Só que o tempo de hoje nega a admiração sem sustentação e o patriotismo, cedendo à globalização e à transumância, foge enquanto elemento agregador.

Quando se estuda um outro mito que diz respeito a Portugal de forma relevante, o mito da origem do Brasil, encontra-se nele as razões principais da sua existência. Em primeiro lugar, o mito de origem do Brasil quer explicar e fundar a realidade anterior à chegada dos portugueses, quer encontrar razões intemporais para que tenha nascido e se tenha mantido com uma certa realidade geográfica. Em segundo lugar, pretende organizar relações sociais, primazias de ocupação de direitos, que garantam a permissão dos povos nativos. E em terceiro lugar, este mito da origem garante o passado casual, acontecido, mas impossível de replicar (Chauí, 2000, pág. 162). Ora, este mito parece ter sentido e a ele iremos regressar na análise dos Descobrimentos.

[66] "Faz dez dias que vimos terra pela última vez. Hoje é 19 de novembro de 620 e eu agradeço a Deus por ter cuidado de mim durante a travessia do oceano a bordo do Mayflower. Precisamos de 66 dias exatos para finalmente nos tornarmos livres. Livres das más influências do mundo." Do *Livro de Salmos da Baía*, de 1640, o primeiro livro impresso em território americano.

A ideia de *ilha Brasil*, enquanto território delimitado por rios, fez, faz, com que se encontre uma razão de ser para que o território se tenha mantido quase indivisível perante a incursão europeia. Este sentido metafórico, unidade contra a improbabilidade, é ainda mais afirmado quando se constatam formas difusas de organização dos territórios restantes das Américas Central e do Sul.

O mito de origem do Brasil pode identificar-se em referências náuticas anteriores a 1500. Aparece em cartografia diversa, num mapa da Catalunha de 1378, num outro veneziano de 1436, ainda num outro em que se poderia identificar como uma ilha dos Açores, e ainda numa peça gráfica de Battista Beccario de 1435 (Oliveira, 2012). Todas estas realidades atestadas indicam que o Brasil era uma procura, uma realidade que se buscava, um mito antes de haver terra corporificada.[67]

Olhando agora para Portugal e para os Portugueses, a pergunta que se coloca é: há um mito de origem português? E esse mito de origem determinou a realidade viajante dos portugueses?

"Os mitos históricos são uma forma de consciência fantasmagórica com que um povo define a sua posição e a sua vontade na história do mundo" (Saraiva, 1982, pág. 118). Esta é consagração máxima que leva à procura de um certo eu, um guia para que os portugueses entendam o seu passado coletivo.

Haverá aqui, mais do que mito, uma experiência de mitomania? É o entendimento que Saraiva concede a si próprio. Este povo ter-se-á afirmado primeiro no mito da cruzada que vem da fundação da nacionalidade até ao avançar joanino. Desenvolve-se num segundo tempo no período da Aventura Marítima.

Tal mito em dois tempos, vindo até tarde como sustentação de uma imagem enormizada, era um reflexo providencial da ação divina (Cruz, 1989, pág. 86).

Saraiva encaminha para a consagração de um Portugal que é mito de origem e de destino coletivos. Como que um mito circular que sempre regressa à casa de partida. Talvez seja neste mito que entronca a permanente saudade, que implica com a errância inconsequente, que leva cada português, mas sem saber para onde e para quê.

[67] Referências insertas em *Lugares Mágicos de Portugal: Paraísos Perdidos e Terras Prometidas* sobre algumas referências a cartografia dos dois séculos anteriores à Aventura Marítima Quinhentista.

Neste "processo mitológico circular" fazemos entroncar Matos (2008, pp: 85-89) quando diz, com uma clarividência impressionante, que o "seu" mito é recheado em sete pontos. 1) a noção de uma índole ou carácter nacional próprio, claramente diferenciado de outros povos; 2) a ideia de uma missão histórica da nação; 3) a existência de um *segredo intimo* que acompanharia todo o período entre o séculos XVII e XIX; 4) a partilha e a ausência de despotismo; 5) a unidade com o povo como se a nação estivesse em permanente condenação dos privilegiados; 6) o pioneirismo nas caraterísticas de algumas nações modernas – território, unidade étnica e língua; 7) a bipolaridade do povo português.

Sem sistematizar como faz Matos, olhando pela visão melancólica que o fazia também bipolar, escreve Pascoaes, "A História de Portugal é uma tragédia infindável, escrita pela loucura e pelo fado: a tragédia do excesso que nos eleva e precipita de encontro à realidade, e a tragédia da embriaguez saudosa que nos arrasta a cambalear para a morte. É a tragédia do tédio bebendo até ao suicídio... a tragédia dos povos inconformáveis e idealistas... A História de Portugal é uma tragédia infindável, no mais belo cenário que Deus fez. Mas daí sua grandeza e o sonho de redenção que germina nas fragas de todos os Calvários... Por isso, a dor, síntese do amor e da morte, é a própria essência da poesia lusitana. As lágrimas duma pátria caem sempre no coração dos seus poetas, para que eles as redimam nos seus cantos. Todo o canto é redentor. A eterna angústia do mundo é eternamente redimida nas canções dos poetas. Assim no lirismo lusíada, se redimem as lágrimas dos lusitanos, nascidas da névoa originária, em que aparece a nossa alma saudosa e aventureira: sebastianista..." (Casulo, 2004, pág. 56). Saraiva e Pascoaes seguem no mesmo fado, versam sobre um destino de origem que assenta numa visão intemporal da realidade do povo português.

Mas há marcos pertinentes que se possam elaborar para identificar o mito de origem português? Ou o mito de origem e destino de Portugal?

Da mais antiga à história mais recente, poder-se-ão indicar os sete principais marcos cronológicos do surgimento, formação e consolidação do mito de origem e destino de Portugal: 1139-1140 (Batalha de Ourique e fundação da nacionalidade), 1415-1697 (Da expansão ao anúncio do fim), 1697-1870 (A consagração da decadência), 1910-

1928 (República), 1933-1961 (O Estado Novo e o fim do Estado da Índia) 1961-1974 (O fim dos Impérios) 1974 até hoje (Portugal Europeu)[68].

O aparecimento de velhos homens que determinam o sentido do caminho ou da vida não é incomum nas histórias imaginárias. Se se quiser, pode assumir aqui a imagem dos velhos anciãos que a própria *Bíblia Sagrada* consagra em Apocalipse 4 e também no Capítulo 19.

Igualmente na Grécia antiga, os homens velhos eram a sabedoria, o exemplo. No conselho de anciãos de Esparta, chamado Gerúsia, eram mestres, possuíam até o poder máximo de avaliar e decidir qual recém-nascido deveria viver ou morrer.

Não é, pois, secundária a imagem do velho que se terá revelado a Afonso Henriques em 25 de julho de 1139 e lhe confiou a primazia de um reino, a progenitura que o haveria de prolongar até à décima sétima descendência.

Ao rei o velho abriria as portas da mensagem do Senhor, a consagração de uma vitória e a constituição de um império. Essas conquistas seriam a solidez de uma missão que não deixaria de ter o sangue que adviria das chagas de Cristo. Ungido de intemporalidade, Afonso assumiria as quinas, cinco, que eram cristo em chagas, mas também eram os reis infiéis vencidos. Sevilha, Badajoz, Elvas, Évora e Beja, tantos quantos os que se lhe apresentavam pela frente (Martins, 2016, pág. 247).

Com o primeiro elemento do mito de origem português, na lenda da Batalha de Ourique, a tradição oral épica, que as crónicas do século XIV vieram a repor, em especial as que chegaram através da *Crónica de Portugal* de 1419, consagra Afonso Henriques como o personagem instituidor, ímpar, heroico, inventivo de um cosmos primordial (Saraiva, 1996, pp: 158-165).

O segundo elemento assume-se entre 1415-1697, da expansão ao anúncio do fim. Trata-se tão só do período temporal em que se debatem as verdades e os mitos em que esta investigação se centra. Nela se encaixam as perspetivas com que se vai construindo uma nação, elementos centrais que Hobsbawm dá na sua leitura da história, como já se referiu. Território, povo, constituição desse povo, línguas, artes, religião e história, sim,

[68] Adaptação pelo autor da leitura de Manuel Cândido Pimentel em *O Mito de Portugal nas suas Raízes Culturais*, pág. 12.

por esta ordem porque o texto escrito advém de tudo o resto, da interconexão da história com tudo o resto (Carvalho, 2014, pp: 345 - 351).

Nesta leitura, bem se sabe quem são os pais da pátria, aqueles que a construíram, os que lhe deram corpo. E se pátria é a terra dos pais, como etimologicamente se concebe, não se pode dizer, algum dia, que os territórios onde Portugal esteve se tenham transformado em pátria portuguesa (Catroga, 2008, pp: 9 - 14). Ou seja, a pátria que segue o mito, como diz Matos, é aquela que tem as caraterísticas das nações modernas – território, unidade étnica e língua.

É por isso que se torna relevante partir para o segundo elemento do mito de origem português olhando cada uma das realidades territoriais invadidas, com o centro no que lá existia e não no que de cá se conviesse como existência.

Se em Ourique se venera o elemento fundador, se a dinastia de Avis se revela no caminho para Ceuta, depois, nas consagrações seguintes, que se examinarão e desenvolverão, campeia a aventura como elemento central da composição máxima da fé. Era pela fé que Afonso, o primeiro, seguia os cinco reis árabes, e era pela fé que se encalçava, agora com João, primeiro e seguintes na sua linha de sucessão, dilatando a fé através do império.

Há quem consagre uma predestinação dos portugueses na sua saída permanente. Ela seria "análoga à do povo de Israel – povo santo para uma missão santa -, leitura que enformará o sebastianismo e que sustenta os tributos do imaginário messiânico do judaísmo. Se as Cruzadas agiram no plano mental e imaginário dos portugueses, agiram também na prática ao transformarem o seu ideal em modos de acção…" (Pimentel, 2008, pág. 30).

O elemento seguinte (1697-1870) resulta de uma mudança profunda na realidade política e cultural da Europa. Em Portugal assiste-se a um reaver da independência e à descoberta do ouro do Brasil, essa fatalidade. Aportar à metrópole novos recursos não consagrará uma vida nova, antes pelo contrário, cada unidade monetária se esvai de forma inaudita. Por outro lado, a emancipação de elites letradas estrangeiradas assume uma contradição de pressupostos, uma progressiva negação da importância do mundo português. Está-se perante a leitura e ambição europeias das elites culturais e políticas, a afirmação de uma ponte que eliminaria a passagem castelhana e prosseguiria para universos bem mais emprestáveis às inovações e ao progresso.

O ouro do Brasil é um componente de estudo que ainda hoje divide opiniões. Confirma-se que uma parte reduzida de famílias se afirmou benfazeja; que a coroa ganhou, por momentos, alguma folga e que, por isso, se vieram a iniciar obras de vulto que se mantêm como símbolo de um tempo de aparente glória. Mas em tudo o que interessa, como se tratará no estudo dos mitos em torno do Império, não se pode negar a limitação ao desenvolvimento de Portugal que os acordos estabelecidos com Inglaterra, a partir de 1642, vieram a determinar. O Tratado de Paz e Comércio de 1642, o Tratado de Paz e Aliança de Westminster de 1654, O tratado de Paz e Amizade de 1661 e o Tratado de Methuen de 1703, permitiram a assunção de enormes privilégios comerciais aos ingleses e a liberdade das rotas do Brasil e da Índia, uma influência política determinante e quase avassaladora.

"Todo o ouro deles, assim como o açúcar e tabacos, são os lucros dos nossos industriais pelos produtos que lhes vendemos a crédito para serem pagos com o lucro do comércio com o Brasil. Três partes, em quatro, do trigo consumido neste país e todos os panos tingidos são importados de Inglaterra, de modo que isto explica porque é que esta gente vive para nós e não pode viver sem nós"[69]. Este relato de 1710 é como que uma marca de água que atravessa a economia portuguesa ao longo dos séculos, é o assentamento da cíclica pobreza e do pousar de desnorte. Talvez só uma revolução que parta da inteligência e da tecnologia possa vir, ao fim de quase um milénio, a consagrar um espaço no mundo onde não se viva de ciclos de miséria e de períodos de desperdício.

Há aqui como que um primeiro momento de confronto das duas partes do mito português, os de origem e de destino. O mito do ir sem saber para onde e o mito do regressar ao mundo de onde se saiu muito pior do que quando se partiu. Este é estado da arte em Antero em *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares – 1872*, quando se conduz pela crítica feroz a Camões considerando que "era o futuro velado e lutuoso que o poeta entrevia num deslumbramento profético"[70].

---

[69] Tese de concurso à livre docência do Prof. Manuel Nunes Dias na Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ver em: https://tinyurl.com/yyzyjysx - último acesso em 13 de outubro de 2022.

[70] Na folha volante assinada pelos promotores (Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queiroz, Germano Vieira Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, J. P. Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga e Teófilo Braga), lia-se: «Abrir uma tribuna, onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos; / Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; / Procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa; / Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna; / Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa […].» (in Antero de Quental, *Prosas Sócio-Políticas*,

O posterior elemento desta análise é o que se enreda na situação crítica da economia portuguesa, a instabilidade politica e governativa que levaria ao 28 de maio de 1926.

Na perspetiva que interessa a esta tese há, para os republicanos, uma valorização do ser português no mundo, uma garantia da bandeira em territórios ainda não perdidos e que se situavam em África.

No final do século XIX, o continente africano era quase o resultado das pertenças de França, hegemónica no Norte, de Inglaterra, que assumia uma linha paralela ao Índico e que quase ligava a África do Sul ao Egipto e Portugal, pela relevância de Angola e Moçambique.

Espanha era residual a Norte, Itália controlava a Líbia, a Eritreia e a Somalilândia, a Bélgica assumia o seu domínio no Congo e a Alemanha ficava-se pela Namíbia e pela Tanganica.

O *Mapa Cor-de-rosa*, resultante de uma ambição lusa de continuar a ser parte do clube dos impérios europeus depois de perdido o Brasil, de quase abandonados os padrões no Oriente, de retiradas as presenças no Mediterrâneo, impunha uma ligação territorial entre Angola e Moçambique.

As explorações de Hermenegildo Capelo, Serpa Pinto e Roberto Ivens, excessivamente caras para o débil orçamento português, visavam garantir um processo colonial efetivo e não só a mera reivindicação de históricos direitos. Suportava o mapa a incorporação de territórios que hoje se indicam como Malawi, Zâmbia e Zimbabué.

Alguma história parece resumir o *Ultimatum* a um problema de domínio territorial. Sim, há uma questão territorial que determina a relação diplomática entre Portugal e Inglaterra. Esta, visando uma presença económica e uma leitura de mineração dos territórios, não se propunha só ligar o Cabo ao Cairo, assumia a grandeza da obra que seria o caminho-de-ferro em toda esta extensão.

Uma análise imperfeita sobre o processo de colonização de África já no início do século XX diz bem da distância em que estavam os planos de fomento de Inglaterra e de

publicadas e apresentadas por Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, pp. 253-254. Substituiu-se os parágrafos pelo símbolo "/".) (Pimentel, pág. 47)

Portugal para as suas colónias, a pouca visão (se poderia haver alguma visão) que se assumia na lusa política africana.

O peso económico dos mares, que Inglaterra haveria de consagrar a partir do século XVII, garantia-lhe uma presença capitalista à escala global. A aliança entre Itália e Alemanha para a salvaguarda das suas presenças compunha um triângulo de negociação que faria submergir qualquer tentação de Portugal. A marginalização das opções e interesses portugueses na Conferência de Berlim (1884-1885) seria o elemento externo que comprovaria a falência da monarquia portuguesa e o caminho para o fim.

Como já se disse, há aqui uma quase inversão de papéis que os acontecimentos impõem. Seria crível que a Casa Real se afirmasse salvaguarda da história e que o movimento republicano, implicado numa outra visão do mundo iluminado ou impregnado do positivismo histórico e do relativismo social, aportasse a desgraduação do Império. Este é um dos momentos históricos em que se reafirma o primado da utilidade em política, a emergência de um qualquer bom argumento que faça derrubar, sem cedências, o inimigo que merece expirar.

O regime saído da Revolução de Maio de 1928, confirmado pela Constituição Portuguesa de 1933 e pelos seus documentos complementares, assume, pela vez primeira, o Império como ente constitucional, o elemento quinto do estudo do mito de origem e destino português.

Não é caso único nas ditaduras que se impuseram na europa a partir dos anos 1920. Muito menos resulta de uma excentricidade quando se olha para a afirmação da garbosa pátria de Francisco Franco quando a consagra de "Grande Espanha"[71].

Em terminal elemento assume-se a forma como Portugal se retira dos últimos territórios da nova Índia, já independente de Inglaterra. Poderia Portugal manter-se nesta região depois de um processo doloroso de afirmação da Índia soberana? Eram as presenças portuguesas uma aceitação semelhante a Macau? Todas estas perguntas se afirmam negativas. O Império era, portanto, um elemento da construção de novo homem português, descomunal em passado, aceitante de um presente difícil e dócil. A perda da

[71] Decorrência do texto *A Historiografia sobre a Guerra Civil espanhola no início do século XXI: entre a política e a renovação* da autoria de Hugo Garcia, Relações Internacionais, junho de 2006.

Índia portuguesa inicia o término da tal ideia de império que se confirmaria com a revolução de 25 de abril de 1974.

Regresse-se agora ao mito de origem e de destino por onde se começou esta abordagem. Qual é o destino de sempre dos portugueses? A geografia não permite outra resposta que não seja - Europa. Os portugueses foram pelos mares porque não quiseram sucumbir à integração ibérica, porque aceitaram a pobreza permanente em troca de uma vivência comum com todos os restantes reinos católicos deste fim continental.

Essa linha histórica, de aventuras e de desventuras, permite uma presença simbólica de Portugal nos anais da história universal? Poder-se-á dizer que sim, mas há quem discorde.

"Era convicção funda (e, sem dúvida, fundada) da maioria dos intelectuais portugueses, a de supor que uma certa cultura e, sobretudo, a respiração normal dela, era um manjar celeste para a nossa pobre mesa de eternos provincianos." (Lourenço, 2018, pág. 173). Eduardo Lourenço abre aqui a porta do que foi Portugal até há bem pouco tempo – os eternos provinciais apesar do mundo por onde andaram. Lourenço não indica, em *Labirinto da Saudade*, uma realidade que sempre fez Portugal pobre a cada tempo, que sempre impediu que a miscelanização consagrasse uma nova etapa cultural a cada conjuntura, fornecesse nervo ao Portugal retangular. Em boa verdade, só agora, no universo em que habitamos, se poderá dizer que Portugal é mundo, porque "nos libertámos realmente de um obstinado complexo cultural" (pág.177).

Interessa, neste termo, questionar se houve um momento em que se tenha verificado uma desmitologização da história. Pimentel (pp: 14-16) afirma que os Estrangeirados, que construíram a primeira ideia de decadência, iniciaram também o processo de transmutação desse mesmo mito. Antecipava-se um novo olhar mítico dirigido à Europa, como se desta viesse (agora já não do interior sentimental do ser português nem do eixo da política atlântica do reino que formara a gesta dos Descobrimentos) a salvação de Portugal. Um novo destino!

Carvalho (2013, pág. 74) escreve: "Com um império moribundo desde o século XIX e sendo, no século XX, apenas uma realidade imaginária, resta a *alma portuguesa*, a dimensão de cadáver, a saudade do que fomos enquanto nação." E a terminar, continua: "Assim, é a visão da pátria já não com uma missão profética a cumprir, como um povo eleito constituído por heróis, mas a imagem de uma nação quase amputada e moribunda

- um antigo colonizador que agora se transformou em colonizado das outras potências europeias (…)".

Pergunta-se: depois do funeral mitológico que Cidália Viegas de Carvalho atrás determinou, finou-se mesmo o mito de origem e de destino português?

Não parece! Para Bonazzi & Eco (2004, pág. 761), o "(…) mito, portanto, não é a representação de momentos irracionais ou primitivos do homem, mas consequência de seu modo peculiar de ser e enfrentar os problemas (…) que nascem de seus impulsos constitucionais e das relações entre estes e o meio-ambiente. Por isso, o mito é inextinguível; a desintegração das sociedades tradicionais, se bem que tenha trazido consigo a destruição da mitologia como organização cultural global, não destruiu os mitos: modificou apenas suas funções e formas". E Cassirer (2003) diz, ainda, que o mito nunca desapareceu em qualquer tempo da história da humanidade e que importa considerar a sua magnitude, compreendê-lo, conferir-lhe o peso adequado para que se não deixe à solta.

Continuar-se-á a caminhar em novos tempos, mas sempre com novos mitos.

2. As verdades transversas da Aventura Marítima

Koselleck, ao questionar sobre os problemas teóricos e práticos dos conceitos históricos (1992, pp: 134 - 146), encaminha o investigador para a obrigatória compreensão do universo de análise e das consequentes opções enformadoras de uma construção especulativa.

Foi olhando essa obrigação que atrás que se estruturaram os conceitos de aventura, verdade e mito, que se encaminhou a redação desta tese para a opção de uma verdade transversa na promoção de uma avaliação das verdades da Aventura Marítima, aquelas que, olhadas de que prisma forem na floresta das ciências, evidenciam desfalecidas as dúvidas e os atrevimentos.

Mattoso vem em auxílio desta construção quando a suporta na opção deduzida de uma mescla de origens em que a história se assume, na verificação da filosofia, por vezes mesmo na metafísica, para construirmos a narrativa histórica consistente (2019, pp: 31 - 25). A verdade transversa não é mais do que isso, a opção pela integração de várias ordens do saber, de várias matrizes de pensamento, para a construção de uma leitura holística da história.

Porém, a mais criteriosa investigação histórica é sempre companheira de viagem do pânico histórico. Este, enquanto elemento essencial da investigação, limita a desconstrução das fontes na obsessão do encontro da verdade, na leitura, ao tempo, do que seria consagrado como realidade.

Ao longo de todo o processo engenheiral de edificação da presente estrutura teleológica esteve quase sempre presente, até à deceção, uma afirmação de Veríssimo Serrão que motivou e desmotivou os avanços construtivos.

Dizia ele: "Os homens agem no seu condicionalismo próprio, por força das estruturas mentais e dos mecanismos sociais que vigoram na sua época. Por isso, o verdadeiro historiador tem de situar-se no quadro temporal dos seus personagens, procurando inquirir como viveram, como agiram e como pensaram." E mais nos diz: "(…) o encontro de civilizações na Idade Moderna é visto, muitas vezes, por tal ótica, chegando-se ao atrevimento de historiadores de hoje censurarem os atores de ontem, numa falsa perspetiva da realidade histórica."

Compreende-se bem a obsessão com a pureza de uma certa opção historiográfica, estática cronologicamente, mas engrandecedora e impressionante. Contudo, é essa visão que parece autorizar a indulgência perante os grandes massacres, perante os horrores das guerras.

Serrão não o nega, mesmo esclarecendo a impossibilidade de se poder ter essa história compreensiva, ao dizer: "É que a matéria e o espírito sempre coexistiram no mundo: ao lado da violência nasceu a tolerância, com a conquista dos espaços fortaleceram-se os sentimentos, a par do comércio lucrativo desponta a sementeira da missionação." E para consagrar tal atitude passiva ainda considera: "E encarando a história numa ampla perspetiva, vê-se que assim se forjou a epopeia da Humanidade, com a violência que gera paz, com as dores de crescimento das novas sociedades e com os inevitáveis sacrifícios que conduzem ao melhor entendimento dos homens e dos povos." (1985, pp: 278 - 279)

Serrão não deixou espaço, infelizmente, para com ele se partilhar o caminho. Porque a leitura determinista é, no tempo corrente e também pela história, impossível de se afiançar. Mas também porque é ele próprio quem diz que a sua opção foi sempre a da elevação de uma visão de mundo que se desgradua com o direito à autodeterminação e com o reaparecimento da importância histórica de culturas e civilizações antigas[72].

A abordagem das verdades históricas assume, portanto, uma outra leitura. Se se quiser caminha na peugada de Pierre Bayle na crítica das fontes históricas que se revela nas fontes subjetivas (Cassirer, 1994, pág. 279). Por isso, não chega para esta verdade a encomenda histórica, mas assume, também, uma opção de interdisciplinaridade no conceito de Xavier & Soares que afirma que esta deve ser sempre validada por duas áreas científicas[73].

Vem em auxílio do caminho feito, de novo, Mattoso (2019, pp: 260 - 269) quando instiga a seguir por uma nova História de Portugal que não tenha medo das marcas e das contendas ideológicas, que a faça voltar a desabrochar depois de um século XX muito marcado pela unicidade panfletária.

---

[72] Joaquim Veríssimo Serrão, ainda hoje referência de uma parte substancial da academia, não nega a sua visão da História. Para ele havia lugar à adjetivação, à valoração dos feitos ou dos propósitos. Quando considera D. Manuel I como "excelente" não segue os critérios que impunha aos restantes obreiros do seu *metier*. O mesmo quando olha para o pontificado do Cardeal Cerejeira e o considera brilhante. Ou seja, a História em Serrão não é só uma certa condescendência com o tempo em que terá decorrido, mas é também uma obrigação na construção de uma autoimagem, uma consagração propagandística da arte histórica. Ver em: https://tinyurl.com/y647zd26 - Entrevista a O Mirante em 11 de março de 1998 – último acesso em 13 de outubro de 2022.

[73] Ver em: *Desafios da interdisciplinaridade* - https://tinyurl.com/y6kzfy6m - último acesso em 13 de outubro de 2022.

Mattoso obriga a optar pela história política, num permanente enlace com as outras ciências sociais, que autorize uma história total.

Mas também vem Fátima Bonifácio[74], quando diz que "(…) a história não é uma ciência. Porquê? Porque através da história não se consegue estabelecer leis gerais, não se consegue prever o estádio próximo da história - e muito menos o fim da história. Esse tipo de história teleológica é uma fraude completa. A história é aberta. Cada caso é um caso. Porque a história tem como protagonistas pessoas, homens e mulheres… Portanto, a narrativa é a forma natural da explicação histórica." (2019, pp: 58 - 74)

É assim que se chega às verdades que aqui se vão elencar e desenvolver. Não negacionistas de uma visão política, não ausentes dos fundamentos que a arqueologia, a antropologia, a sociologia, a ciência política ou mesmo a psicologia concedem, construindo uma base para-ideológica de um Portugal que depois de quinhentos inculcou, em si e no mundo, assinaláveis marcas.

[74] História JN nº 23 – dezembro de 2019.

2.1. As implicações civilizacionais

Não há uma forma de conceder um olhar absoluto sobre a consideração de *implicações civilizacionais* nesta análise a respeito da Aventura Marítima Quinhentista. Porque seria sempre uma discussão interminável, porque o ponto de vista de cada um dos questionadores abriria novas e infindáveis portas a que uma só tese não saberia (nem poderia) responder.

Essas *implicações civilizacionais* não são as de hoje, como se compreende facilmente, as que resultam dos conceitos jurídicos e das valias morais que as diversas sociedades incorporam.

A normalização que as instituições internacionais, designadamente a Organização das Nações Unidas, inseriram no direito internacional, reforça uma visão ocidental do mundo em que habitamos. Considera-se que seja a mais normal e mais bondosa, sem que se saiba se é o mais apropriado.

Essa normalização caminha, sem ponderações, para a construção de um homem livre de esquinas, isento de qualquer pecado, mas profundamente amargurado por ausência de desafios. As *implicações civilizacionais* de hoje, diferentes de todos as outras em qualquer tempo, não podem impedir, porém, que se saibam os mínimos denominadores comuns dos encontros e desencontros, das cara e coroa que estiveram na base do conhecimento global do planeta.

É neste ponto que merece segmentária concordância a afirmação de J. P. Oliveira e Costa[75] quando diz: "os portugueses agregaram o mundo" e ainda mais "Não fomos os maiores, mas fomos importantes - e somos".

Esta relativização, que faz colocar as análises e os analistas, a história e os historiadores num sítio bem mais modesto do que aquele que, ao longo de séculos reivindicaram, é essencial para a consideração das verdades a que se quer dar nome e sentido.

[75] Ver em: https://tinyurl.com/yyysyuw7 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

2.1.1. A língua portuguesa no mundo

Expansão, essa consideração ontológica que atravessa a História Marítima e que é tratada de forma díspar pelos diferentes autores. A expansão poderia ser vista por distintos prismas. E o primeiro seria o da presença total, nas diversas componentes instrumentais de Westfália[76], do Estado em todos os territórios. Tal existiu de forma desigual ao longo dos séculos e só é institucionalmente garantida no século XX. Mas há outro prisma, mais modesto e mais recente, que importa referir como único (?) sucesso dessa Expansão - a língua portuguesa[77].

Ela, a língua, não resultou de uma opção do Estado perante a realidade de cada espaço, mesmo que, aqui ou ali, por ação mais atenta dos monarcas, possa ter havido incrementos primários na educação e na cultura[78]. Ela, a língua generalizada, afirmou-se por três razões essenciais: a imposição de uma religião, o uso enquanto expressão de comércio e a dimensão militar[79].

Se a primeira foi decisiva, como se verá mais à frente, as duas restantes não elaboraram muito no crescimento do idioma, mais se consagrando na incorporação de elementos linguísticos que advieram dos localismos e dos temerários sem pátria, mesmo que a tivessem.

Foi pela língua que se pôde começar a vencer, mais cedo do que em qualquer outro universo de antigas relações coloniais, os conflitos que se colocaram na separação das partes do Império e no nascimento de novas nações.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa[80], criada em 1996, afirma-se como entidade que eleva o idioma comum ao máximo denominador de uma política externa

---

[76] Em *História da Civilização* (1962, pp: 268-270) Oliveira Lima consagra a mudança radical do paradigma das relações internacionais. Ali se iniciou o encerramento da era dos conflitos religiosos para se iniciar a era dos conflitos políticos. Constituições e não credos passaram a ocupar a atividade revolucionária e os direitos do universo político europeu.

[77] Não quer esta tese deixar de considerar abordagens únicas sobre a nossa ida pelo mundo, em especial a nossa presença no Brasil. Agostinho da Silva, em conversa com António de Sousa (2006, pág. 185) afirma: "E uns portugueses que emigraram para o Brasil, encontraram os índios, entraram na tribo dos índios, mais se tupizaram eles do que cristianizaram os índios, esses cavalheiros se portaram como um partido vencido em Portugal, que ia procurar noutras terras a possibilidade de ser aquilo que eram. E, segundo me parece, foi isso que deu ao Brasil aquela característica de ser gente que fala português, claro, que descende de portugueses, claro, mas que tem características que são muito diferentes das que têm os portugueses de Portugal e todas elas orientadas num sentido de maior crença na capacidade e na força da imaginação."

[78] Dever-se-á prevenir quanto ao uso destes conceitos. Eles são marcados por uma visão contemporânea que serve para a identificação coloquial, mas que devem ser aprofundados numa leitura da História.

[79] Ver em: *A Internacionalização da Língua Portuguesa* – Comunicação ao colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, Lisboa, 16 de junho de 2009, da autoria de Ivo Castro (FLUL/CLUL)

[80] Ver em: https://www.cplp.org/ - último acesso em 13 de outubro de 2022.

partilhada? Em abstrato sim, mas há uma ameaça que paira no ar. O número de verdadeiros falantes do português nas suas várias expressões não tem aumentado. Os países africanos, que assumem o português como língua oficial, desenvolvem duas linhas de ação: a primeira é a da valorização dos dialetos locais como forma de promover a autonomia (até segregação) das comunidades tribais; a segunda, a da aceleração de incorporação de fonemas que são aportados pelas etnias e culturas de origem para o suporte linguístico comum.

A repulsa em se acelerar a integração, um português que seja amplo e policêntrico nas origens, não pode cristalizar a comunidade. Tal circunstância leva a que o Acordo Ortográfico mais recente se não tenha, ainda, consagrado operativamente em vários dos territórios.

Por outro lado, o desconhecimento filológico dos criadores de língua portuguesa do tempo de hoje bem como de todos os espaços do mundo que a influenciam, afasta-a dos povos e inicia um processo de degeneração[81].

Independentemente de tudo, há a consagrar uma realidade que se exprime em números claros. Assumindo-se o inglês técnico/comercial como hiper-central, a portuguesa, com outras onze línguas, assumem a posição de super-centrais. O português segue-se ao espanhol e ao inglês nativo que, apesar de tudo, estão longe do primeiro universo que se revela pelo mandarim (Reto, 2012).

A identificação dos falantes do português é insuficiente, porém, para a avaliação da saúde e da vivacidade que a língua pode demonstrar. Contrariando opções de outras potências coloniais, só no século XX se estruturou, em universidades públicas ou emergentes da sociedade, o ensino superior no Brasil. No século XIX, havia no Brasil três tipos de cursos superiores: os militares (da marinha e do exército); os dos seminários episcopais; e os cursos das carreiras liberais (direito, engenharia e medicina). Esta chegada tardia do ensino superior criou graves problemas na afirmação e consolidação da língua e da cultura (Razzini, 2000, pp: 23-30).

A situação em África e na Ásia seria ainda mais dramática no tardio decidir de fazer educação superior fora de Coimbra e Lisboa (Pereira, 2009, pág. 278). Talvez seja esta a razão que leva a que a literatura portuguesa se fixe muito numa leitura de saudade, sem os atilhos que as novas proveniências, implicadas pelas realidades de cada uma, dão a uma coisa tão viva como é uma língua.

[81] A capacidade de influenciar linguisticamente a oralidade dos nativos terá estado na base da criação de um crioulo falado pelos *burghers* portugueses de Ceilão (Sri Lanka) que ainda hoje mantêm a prática restrita à família.

Por outro lado, a negação dos diversos crioulos, a sua não estruturação como complemento ou como língua para além da língua, fez com que houvesse a obrigação, imposta, (do escrever português) mas não se consagrasse a aceitação do falar, comummente, o português (Banza & Gonçalves, 2018, pp: 38-45).

A língua portuguesa existe e está enredada em simbolismos que vão para além dela. Talvez por isso, os processos de identificação se façam de forma menos integradora.

Almeida, em *A Obsessão da Portugalidade* (2018, pág. 104), diz bem como se deve encarar o papel da língua portuguesa. "Uma língua plural como os seus falantes, que tanto podem ser conservadores, como comunistas ou liberais. Que foram monárquicos e inquisidores, comerciantes e missionários, descobridores e traficantes de escravos, colonialistas e aventureiros. A língua deles foi registando tudo isso e daí que hoje se procure limpá-la, arejá-la, modernizá-la. Mas isso só acontece porque se está a tentar fazer o mesmo à própria cultura que ela expressa e que nós vivemos". Acrescenta-se: para que a língua se continue a construir é necessário contextualizar o passado de apoderamento que se levou pelo mundo através dela.

Camões é o grande símbolo da língua. Mas foi, durante décadas, agregado à raça, ao poder colonial, à aventura. Não que algum dia tivesse havido a intenção de dele fazer bode expiatório, mas é inerente à sua função de máximo papel.[82]

Quando se indicam os grandes escritores universais, retirando as marcas do pensamento filosófico, talvez Dante e Homero não careçam de justificação. Cervantes e Camões situam-se nas listas que se vão fazendo, como sendo marcas e ícones, mas não afirmando um universalismo incontestado.

De Camões restou uma realidade única: a da construção de uma epopeia coletiva, visão incomum perante a eleição de figuras que a história recomenda. Não fora a sua incomensurável inspiração para dos portugueses fazer mundo em *Os Lusíadas* e não seria na sua poética restante que se vislumbraria o relevo que se lhe concedeu (Barreiros, 1976, pp: 335 - 388).

[82] Em *Breve Interpretação da História de Portugal*, (1979, pág. 87), António Sérgio que fez nascer e depois submergir o humanismo científico português fundado nos Descobrimentos, escreve: "O humanismo moral português culmina no discurso do Velho do Restelo. Camões, quando descreve a partida de Vasco da Gama, faz condenar pela boca de um velho (…) a própria façanha que se propôs celebrar. É que, para o poeta, há dois planos no mundo moral: o plano ou ordem das capacidades humanas de energia, de valor, de saber, de faculdades de realização, que permitem acometer as grandes empresas, como o descobrimento da Terra pelos Portugueses; e, acima desse plano, o dos mais altos fins da consciência (paz interior, bondade, liberdade, fraternidade perfeita), bens a cujo atingimento, sob um ponto de vista absoluto, aquelas mesmas capacidades se deviam aplicar." Deviam, mas não aplicaram. A isso induzem-nos Camões e Sérgio.

Esse papel de Camões, ensinado, mas progressivamente desgraduado pelos restantes países de língua comum, assume-se já *ex aequo* com Machado de Assis, porque este se mostra mais parecido com quem o lê, mais eleito perante a realidade do país em que se fez.

Independentemente do caminho que cada país constrói, integrando Pepetela ou Craveirinha, Germano Almeida ou Luís Cardoso, o que é certo é que todos se entendem ainda, todos se confirmam no rendilhado da *litteris*.

Não se pode deixar, porém, de ter em conta os alertas de Gilvan Oliveira (2013, pp: 409 - 433) quando indica as fragilidades da lusofonia: Estados fracos, protagonismo da potência colonial com um reduzido mercado, promoção externa dual através de políticas estanques entre o Brasil e Portugal, perda de importância para as línguas vizinhas e para os crioulos. A obrigação urgente de uma ponderação deste diagnóstico imporá medidas de grande alcance nas próximas décadas.

2.1.2. O enredamento de culturas

Um inquérito simples, sobre o posicionamento cultural de Portugal e do Brasil nestes tempos, diria da relevância que os portugueses tiveram na construção daquele outro país, mas não consideraria a nova colonização que a cultura brasileira concedeu à vida e aos olhares lusos a partir da década de 1970.

Não é anormal tal comportamento, porque não se incorporam conscientemente as influências, porque não se medem no dia-a-dia, e só o tempo e longos períodos de análise social as poderão validar. Intui-se, naturalmente, vive-se por decorrência do vestir, do falar, do amar, até.

Porém, as telenovelas brasileiras fizeram mais pelo conhecimento luso de todo o território sul-americano que os quatro séculos anteriores e influenciaram, de modo determinante, a forma de ser dos portugueses do final do século passado[83].

A isto também se chama *enredamento de culturas*, hoje com veículos e configurações diferentes e com interesses também dissemelhantes.

---

[83] Ver em : *As telenovelas brasileiras em Portugal*, de Isabel Ferin Cunha, Universidade de Coimbra https://tinyurl.com/yxcl5tyw - último acesso em 13 de outubro de 2022.

O Brasil tem presentemente uma comensuração que não se compadece com a leitura primordial de um Portugal pai. Pela sua dimensão e pela sua multiculturalidade, pelas muitas vindas que assumiu ao longo dos séculos, é diferente falar a mesma língua (até isso se poderia discutir…) ou ser a mesma cultura.

Portugal e o Brasil não têm, de todo, a mesma cultura teleologizada, mesmo que cada uma delas se tenham influenciado mutuamente. Se Camões e Pessoa observam atenção escolar, mais nada se atravessa no tempo brasileiro e que seja português, nem a história que se refaz a cada dia.

As representações dos imensos pintores da Renascença, financiadas pelos grandes mecenas italianos, dizem que também não foram os portugueses a colocar no espaço europeu o conhecimento das culturas orientais[84]. Mais, o conhecimento dessas culturas, pelo comércio ancestral e pelas guerras continuadas, havia confirmado mundos do outro lado que era longe mas que se conheciam e com quem se promovia a maior fonte de implicação de culturas - o comércio (Weber, 2004, pp: 81 - 84).

A relevância dos portugueses na implicação cultural dos séculos seguintes às chegadas a cada uma das terras aconteceu por confirmação e por novos conhecimentos. Na Ásia os portugueses conheceram culturas e mundos de milénios; em África confirmaram uma realidade social e cultural muito diferente e indefesa; na América do Sul avalizaram outra realidade social e outra vida cultural, igualmente indefesas.

A força das armas impôs-se perante a realidade de sociedades que respondiam a ataques completamente inauditos e que se organizavam de forma mais natural, e olhadas pelos tempos das preocupações coetâneas hodiernas, mais sustentável.

As apreciações do hoje dirão que se tratou de intrusão, de exploração, de extermínio cultural. Mais à frente se analisará uma parte desses argumentos quando se tratarem os mitos em torno da Bonomia Portuguesa. Mas o poder da força impôs-se, como sempre acontece. As armas, a pólvora, levadas pelos portugueses, fizeram na Ásia novas guerras e novos heróis.

Como escreve Phillips (2019, pág. 154) o que teria feito a diferença na Aventura Marítima, olhando as relações entre o Velho Mundo e o Novo Mundo, teria sido se alguém tivesse conseguido conter o impulso natural e inicial de destruir ou rouçar as

[84] Ver em : *Encontro de duas culturas: América e Europa* – comunicação apresentada dia 3 de abril de 1992 na sessão "*Descobrimento e Invención" do Simpósio "El Descobrimiento de Occidente*", promovido pela Fundación San Telmo, Sevilha.

primeiras pessoas que lhe apareciam pela frente. Phillips é radical. Nem sempre aconteceu assim, até porque os europeus se engajaram com Estados, tribos e grupos étnicos.

Sendo assim, que *enredamento de culturas* é este que parece apresentar-se profundamente descompensado e negacionista do outro, do diferente? Há em todas as circunstâncias um negativo para um positivo. Mesmo que desgraduado, um, ele não vive sem o outro.

Quando se olha, por exemplo, para as novas doenças que o europeu levou para as Américas está a falar-se de um *enredamento de culturas* que, pelo lado pérfido, importa fazer referência. Quando se trazem, para Lisboa ou para qualquer outro espaço, outros escravos para além dos servos que já por cá existiam, eles, os chegados, são portadores de outros saberes e outras imagens, mesmo que considerados primários, que talvez não fossem, implicaram na estrutura social existente (Henriques, 2002, pp: 3 - 5).

A mestiçagem, com muitos tipos e dimensões, é um exemplo de *enredamento de culturas* que leva mais longe ainda a consideração das origens e se revela em novos patamares de estruturação social (Barazal, 2017, pág. 363). Esta dimensão de incorporação genética também esteve patente, ao longo do tempo, no debate parlamentar português.

"No Brasil temos portugueses brancos europeus, e portugueses brancos brasileiros: temos mulatos, que são filhos de todos aqueles portugueses e de mulheres pretas, ou estas sejam crioulas do país ou sejam da costa da Mina |ou| Angola; temos também mulatos, filhos da combinação dos mesmos mulatos; e temos cabras[85], que são filhos dos mulatos com as pretas. Temos caboclos ou índios naturais do país, temos misturas destes, isto é, os mamelucos, que são o produto dos brancos misturados com os referidos caboclos; e temos os mestiços, que são a prole dos índios combinados com a gente preta. Além disso, temos também pretos crioulos, que são nascidos no país; e finalmente temos os negros da costa da Mina |ou| Angola. É por isso que eu digo que a palavra "português", no Brasil, é equívoca." Foi assim que o deputado Cipriano Barata[86] se dirigiu aos deputados na sessão parlamentar do Verão de 1822 em trabalhos das Cortes Constituintes[87].

[85] Depreende-se desta consideração o conceito mais recente de "cabritas" para identificação de indivíduos nascidos de uma relação entre duas pessoas um(a) mulato(a) e um(a) preto(a). Utiliza-se neste comentário os termos usados pelo parlamentar.
[86] Ver mais sobre Cipriano Barata em - http://www.historiabrasileira.com/biografias/cipriano-barata/ - último acesso em 13 de outubro de 2022.
[87] Actas das Cortes Constituintes – Assembleia da República – www.parlamento.pt

A chegada das especiarias e dos animais exóticos criou, por interrogações sem resposta, um novo tempo de achamento do outro, do que está longe, nas suas realidades ambientais e económicas, nas suas existências nativas e nos seus saberes de relacionamento com o espaço.

Mas foi também a viagem dos missionários quem disse de outros mundos e de como eles passariam a marcar o globo. Luís Almeida dizia: "He costume antre os Iapões nobres e ricos, quando tem algum hospede, que seja pessoa de obrigação, por despeida mostrarem-lhe suas peças ricas em sinal de amor: as quaes são todos os petrechos com que bebem hua certa erua moída, que a quem a costuma beber he gostosa, que se chama Chà. … A vasilha onde tem os pos do chà, a colher com que os tirão, o coco com que tirão a agoa quente da panela, e o fogão, todas estas peças são a pedraria do Iapão, da própria maneira que entre nos se tem aneis, joyas, e colares muito ricos rubis, e diamantes"[88]

O colonialismo, olhado na perspetiva do século XX, tornou-se, em Portugal, num alor natural de repulsar e num tempo a negar. Os povos devem fazer os seus lutos, encontrar os seus pontos de equilíbrio. O tempo é, por agora, insuficiente.

Releva neste processo a universidade portuguesa, os seus cursos de História em especial, moldados a novas realidades a partir de finais da década de 1980. Por vezes elevados aos altares como sendo de direita por não permitirem o anacronismo, outras batizados de esquerdistas por não aceitaram os princípios dados por certos de algumas escolas tradicionalistas.

Mas o passado, mirando o Brasil e as presenças em África e no Oriente, diz muito dos elementos comuns que se assumem. Em todos estes territórios se afirmaram características que são relevantes e identificáveis: a seriedade no trato entre pessoas e a prudência na decisão, são transversais; a informalidade e a desconfiança em relação aos "poderes", uma constante sempre vivida em qualquer canto, mesmo no luso europeu ou na diáspora (Duarte, 2008, pp: 65 - 69).

Aurélio de Oliveira, recuperando os escritos sábios de Duarte Pacheco Pereira regista: "Escreveram os antigos que as partes meridionais eram desabitadas: Erro! Elas são habitadas por outros homens e homens como nós, mesmo que estejam em estado de

[88] Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreuerão dos Reynos de Iapão e China, aos da mesma Companhia da India, Europa, desde anno de 1549, até o de 1580 […] Nellas se conta o principio, socesso, bondade da Christandade daquelas partes, e vários costumnes, e falsos ritos da gentilidade. (fl.163) – Arquivo e Biblioteca da Arquidiocese de Évora

bestialidade. (*Esmeraldo De Situs Orbis*) … Em breve se darão conta, porém, das excelências de algumas civilizações que fariam inveja aos estalões e cânones europeus."[89]

Esta leitura devaneadora contrasta com outra bem mais recente e suportada por um pensamento incomum e por vezes esplendente. Hegel, nas suas *Lições sobre filosofia da história universal*, continua a não olhar a proclamação de Pacheco Pereira quando garante o Mediterrâneo como eixo do conhecimento. Tais lições esmagam todos os outros e longínquos territórios, desmerecem todas as Américas já conhecidas (1953, pp: 183, 203 e 183).

O grande *enredamento de culturas*, que entra pela pele a cada tempo de viagens e de vivência, continuou negado, por arrogância intelectual, até ao século da revolução tecnológica em que o racismo e a xenofobia enfureceram em opções duras e em ideologias totalitárias.

Neste *enredamento de culturas* há, portanto, muito de sentido único. Mas analisem-se agora componentes que se revelaram em poucas décadas desde a chegada dos europeus às africas do atlântico sul, aos orientes a às américas.

Pode pensar-se que o milho é uma realidade tão portuguesa que quase se nega a sua vinda e a sua ida por aí. Na segunda década do século XVI estava por cá, revelando-se campeão de produtividade e, na última do mesmo século, já chegava à Birmânia e à China. E se se olhar para a gastronomia que hoje afoita, seria impossível convencer um indiano de que só por eles foi descoberta a malagueta, idiossincrática e absolutista, depois da chegada dos portugueses (Ferrão, 2005, pp: 49 - 57).

Os processos díspares das aventuras marítimas consentiram, numa leitura historiográfica comum, em invadir, conquistar, exterminar, dominar, explorar, civilizar e povoar. Nada diferente das invasões internas que os continentes conhecidos viviam a cada tempo. Os povos, ao longo dos milénios, sempre viveram em intrusão e em guerra e essa realidade deve relativizar o colonialismo enquanto alvo a abater sem deixar lastro.

Acontece que em todos os sistemas sociológicos se afirmam novas constatações e novas respostas. O *enredamento de culturas* também se deu pelo nascimento e afirmação de um novo ecumenismo social, uma visão progressiva, mesmo que muito lenta, da valorização do outro e da integração na diversidade. Esse processo, assumido em temperanças díspares pelos pastores das igrejas, formatou, também, o descerrar de outros *eu's* com valores e dignidades a registar evolutivamente.

[89] Ver: Conferência no VIII Curso de Verão da Ericeira (2006) com o título "Portugal no encontro e emergência do novo, os novos mundos". Pág. 13.

O nascimento do mito do bom selvagem, que franceses e holandeses afirmaram nas costas dos viajantes que das suas idas fizeram crónica, não é mais do que uma atração cultural que nasce e se afirma na diferença e na intrínseca consagração de uma sociedade e cultura autónomas (Dias, 1982, pág. 221).

A leitura do *enredamento de culturas* não se levou só nas relações sociais, nas práticas diárias, na estruturação do poder. Seria muito sectária a visão de uma ausência de um sentir português na arte de construir, nas marcas insertas na paisagem urbana.

A fortaleza de Mazagão, em Marrocos, projetada no início da década de 1540, a Cidade Velha de Santiago, em Cabo Verde, em meados da década de 1550, a fortaleza de Diu, na Índia, construída na década de 1570, a igreja do Bom Jesus, também na Índia, cujo início da construção se estima em 1594, são exemplos de *enredamento de culturas* através do património que marcaram séculos de vida de comunidades, mesmo que para esse processo outras línguas e outras escolas tenham contribuído.

No mesmo sentido, mas mais tarde, a Igreja de São Paulo, em Macau, no início do século XVII, o convento de S. Francisco, em Salvador, no início do XVIII, e a igreja de S. Francisco da Penitência, em Ouro Preto, já na segunda metade do século XVIII, são obras que podem inserir-se na história do património português e assumem relevância na figuração do simbolismo luso nos continentes africano, americano e asiático (Dias, 1998).

Os portugueses, não como reino, mas como força desconexa e por vezes surpreendente, são, por isso, fundamentais na confirmação de uma verdade em que assenta uma leitura eurocêntrica, mas já cedendo à implicação profunda de culturas[90].

Há, porém, uma refrega que interessa fazer para se avaliar o que hoje é permitido pensar.

O *Compêndio de História A do 10º ano – Linhas da História* (2018, pp: 172 - 184) pretende consagrar as novas representações da humanidade a partir do que consideram os autores ser as "viagens dos Descobrimentos e Expansão". Logo a abrir se plasma um mapa com a representação territorial das "culturas e civilizações no século XVI".

Observar-se-iam os continentes divididos entre: culturas de caçadores e recolectores; nómadas; culturas primitivas; culturas avançadas e civilizações.

[90] A presença dos portugueses é ainda hoje visível em elementos gastronómicos indianos. O uso massificado da malagueta permitiu a nova consagração do caril, o tratamento em vinha-d'alhos forneceu a base do *vindaloo* e o sarapatel alentejano terá feito o *sorpotel* de Mangalore. Referências à língua e à gastronomia retiradas de www.natgeo.pt em 13 de outubro de 2022.

Talvez se possa afinar este texto com uma visão larga do que se podem considerar civilizações: parte central e ocidental da Europa; a África setentrional e as faixas costeiras do Extremo Oriente; os territórios de influência chinesa ou indiana.

Não deixa de ser interessante a desgraduação lamentável das culturas das américas que se revelaram nas sociedades maia, asteca, e inca, e de uma parte da África Central que foi sempre considerada como sendo habitada por culturas avançadas.

As culturas "primitivas" ter-se-iam fixado, segundo os historiadores que elaboraram o manual escolar, na África meridional, nas ilhas orientais, na parte oriental da América do Norte, na região amazónica e na faixa litoral até ao rio da Prata. Todo o restante território da América do Norte, o interior da américa do sul, o território mais oriental da Europa e a Oceânia são ainda considerados "culturas de caçadores e recolectores".

Ganha evidência, no programa de História referido, a carta de Pêro Vaz de Caminha na chegada ao Brasil e a leitura de Urs Bitterli sobre a superioridade dos europeus. A leitura integrada desses textos acomoda a perceção, que não se quer contestar na matéria trabalhada, de que naqueles povos nada de relevo cultural existia, tudo se mantinha natural aos olhos do criador. E mais, que perante a espetacularidade dos europeus nada mais restava do que uma aceitação imediata, uma admiração pelo novo.

Ora, a evolução do pensamento histórico não pode divergir nem se opor à ciência antropológica ou mesmo a uma leitura sociológica da evolução humana. A divisão que o programa de História do 10º ano de escolaridade[91] consagra, assume uma cristalização censitária das sociedades, garante o eurocentrismo e o etnocentrismo nos instrumentos de medida, revela-se pelo padrão fundador das bases grega e romana que nem na Europa ocidental se afirmaram em todos os territórios.

É esta leitura desviante que interessa, também, abandonar para uma outra compreensão dos paradigmas societais que se foram desvendando ao longo do tempo, não deixando de compreender e de indicar as implicações que a aventura consagrou.

[91] Os programas de História dos ensinos básico e secundário mantêm como um dos fatores da nossa aventura a opção por novas terras de cultivo e por melhores condições de vida para o povo; consagra as "descobertas do período henriquino"; elege as descobertas de D. João II como relevantes; fala da descoberta do Brasil; e mantém vivo o império português. Todas estas abordagens cristalizam a construção de um feito e de um ente político que já não devia consagrar-se no ensino da História de Portugal tendo em conta a perspetiva desta investigação doutoral.

2.1.3. A difusão de uma religião

"O reinado de D. Afonso I, que governou o Congo entre 1506 e 1543, constituiu o período em que, com maior vitalidade, a elite local procurou os valores e a conduta dos seus aliados portugueses. D. Afonso I empenhou-se não só para que o cristianismo se tornasse na *religião* dominante, adoptando a sua moral e a sua liturgia (…) O rei congolês fundou escolas onde se ensinava o português e a *religião* cristã" (Costa & Lacerda, 2007, pág. 95).

A visão idílica de Costa & Lacerda carece de sustentação. O processo de cristianização dos territórios africanos foi sempre muito mais difícil do que nos novos horizontes das américas. "Como podemos ver, então, apesar dos sucessos em despertar um interesse (…) na Palavra de Deus em vários lugares do continente africano (…), as dinâmicas da missionação portuguesa durante os primeiros dois séculos de presença semipermanente em solo africano, parecem ter falhado. O pouco empenho por parte das autoridades (portuguesas assim como da Santa Sé) (…) levou ao insucesso geral da cristianização dos povos autóctones africanos (…)" (Levi, 2008, pág. 451).

Esta circunstância esteve sempre ligada à menor expectativa de recursos advindos desses territórios e, por outro lado, a uma outra realidade estrutural das sociedades nativas. Era, aliás, essa primazia do comércio que fazia revelar o Pe. António Vieira quando dizia: "Se não houvesse mercadores que fossem procurar os tesouros das terras do Oriente e nas Índias Ocidentais, quem transportaria para lá os pregadores que levam os tesouros celestes?" (1953, pág. 103)[92]

Se o nativo americano se apresentava diferente do europeu invasor, ele não identificava estrutura física aparente capaz de ser portador de força (bruta) de trabalho. Nele, no índio, encontravam-se mais características de interconexão com a natureza e as suas explorações e valorizações.

[92] Em *Entre supressão e consolidação: os aldeamentos jesuíticos na Amazônia portuguesa (1661-1693),* in *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico* (2012, pp: 312-313), Karl Arenz escreve: Com a presença de António Vieira, entre 1653 e 1661, a rede de missões difundiu-se largamente, mas, ao mesmo tempo, aumentaram as tensões com os moradores. Ciente do fracasso da experiência dos aldeamentos no Estado do Brasil, no fim do século XVI, em razão de dissensões internas e da falta de disposições jurídicas eficazes, este ilustre inaciano buscou, por meio de uma legislação sem ambiguidades, obter o monopólio espiritual e temporal da Companhia de Jesus sobre os índios da Amazónia. Vieira alcançou o seu objetivo, mas a sua atuação na Amazónia desencadeou, nas palavras de Heinrich Bohmer, 'uma guerra de trinta anos contra os colonos'. No entanto, as décadas agitadas que seguiram o levante de 1661 foram pouco contempladas pela historiografia tradicional." Ver em: *António Vieira um libertador e protetor implica com a verdade histórica.*

Quando se olha para os processos de cristianização usados por jesuítas e franciscanos (por outras congregações missionárias nos últimos dois séculos) na América do Sul e Central, África e Oriente, poder-se-á concluir que elas se dividem em três tipologias. A primeira, a das américas, que juntava os poderes temporal e intemporal; a segunda, a das áfricas, que não se recheava de qualquer poder temporal e onde o insucesso no intemporal perdurou até ao século XX; a terceira, a do oriente, que teve comportamentos difusos, onde se consagrou um poder temporal para algumas elites e um poder intemporal dividido em dois domínios – o institucional, enquanto suporte das presenças comerciais; e o aventureiro, enquanto salvador de almas como sentido da vida.

Uma reivindicação da presença cristã em quase todos os continentes é a que se revela nos delubros. Em todas as referências históricas ao património religioso é reconfortante verificar a existência de templos construídos ou mandados construir por portugueses, como já se indicou atrás. Alguns deles são obras significativas, presenças majestosas decorrentes da fé e da sua relação com o poder.

A fé, crença num Deus único e salvador, era uma incongruência para os povos nativos das áfricas e das américas. Ela, assente em liturgia e em cosmos muito específicos, estava longe do que os olhos viam, do que o homem alcançava. Esse Deus era elaborado, branco, distante, sofredor. As sociedades indígenas, porque garantidas na luta com a natureza, não situavam o sofrimento, alegravam-se com a morte, aceitavam o determinismo de uma coisa longínqua, mas nunca humanizada.

Por outro lado, o budismo, o xintoísmo, o taoismo, aliadas a uma leitura de vida, o confucionismo como agente de implicação social, encontram compensações nos rituais de vida das comunidades asiáticas que limitaram, de certa forma, uma aceitação da liturgia cristã[93]. Cumpriu mais o sacrifício dos missionários cristãos do que a palavra, foi mais determinante numa abertura para a aceitação dos rituais católicos, dos poucos que a seguiram, o exemplo do que a mensagem (Costa, 1999, pp: 17 - 47).

O processo de evangelização cristã assentou sempre em três conceitos simples: morte, medo, salvação. Para esta trilogia sempre foi usado, até à década de 1960, o primado da ação litúrgica usando o latim, atribuindo uma exterioridade na relação com Deus de forma a que, sendo ininteligível, fosse aceite por intermediação[94]. A morte, essa

[93] Esta apreciação é desenvolvida pelo autor no seu livro *Terra Plana – Breviário das Religiões no Mundo* 2018, Lisboa, Capitalbooks.

[94] Em *Teologia da Missão* (2008, Obras Missionárias Pontifícias), o Padre José Nunes desenvolve um balanço sobre o percurso de cinco séculos de atividade missionária portuguesa. Com desassombro escreve: "Houve experiências mais de acomodação-inculturação, outras mais tábua rasa e destruição das culturas locais; O poder político esteve muitas vezes ligado à evangelização e isso foi nefasto" (pp: 40-45).

inevitabilidade, era prevenida pela palavra de Deus, em latim, e pela palavra dos homens, mesmo que agentes salvadores, num português pouco estruturado. Não se reveste de facilidade esta triangulação de símbolos e conceitos, e é por isso que se pode engrandecer a obra que os missionários consagraram[95].

Importa dizer, nesta construção de verdade transversa sobre a *religião*, que os portugueses não foram, porém, os menos relevantes na afirmação da sua presença. A liberdade dos missionários nas terras novas era incomensuravelmente mais ampla do que a verificada por espanhóis. Essa realidade decorre dos divergentes processos, utilizados por portugueses e espanhóis, na assunção da empresa de além-mar. A presença lusa, mesmo que proterva, não chegava para os territórios que dizia seus; as invasões espanholas, pelas suas natureza e contundência e pela presença no terreno, eram absolutamente avassaladoras e pejadas de terror (Cymbalista, 2010, pp. 10 - 19).

A pergunta que se impõe, por agora, é a seguinte: cumpriram os portugueses a determinação da bula pontifícia *Romanus Pontifex* (1455) que entregava ao monarca português o direito/dever de fundar igrejas, mosteiros e outros lugares santos nos novos territórios onde chegaram os portugueses?

Segue rápida a resposta. Os portugueses, ou falantes e escreventes do português, consagraram, nos séculos iniciais, uma comunidade cristã no Brasil. Tal sucesso não se haveria de verificar, porém, de forma consistente e para além do universo localizado dos centros de poder, administração e comércio, nos territórios orientais.

A missionação africana, mesmo que sempre objeto de preocupação institucional (porque se declarava essencial para a confirmação das quinas portuguesas) veio a afirmar-se serôdia. Somente a partir do século XIX[96] se alargaria, sendo que se assegurou menos capaz na implicação da língua e da cultura.

A ida pelos orientes teve dois universos distintos. Os centros de comércio, onde as elites se ganhavam na salvação privativa; as entradas por territórios desprotegidos, onde os missionários se sagravam à sua estoicidade e se mostravam solos da relação com o Senhor.

Uma análise das representações diplomáticas do Vaticano em Portugal, a força das escolhas dos bispos, em terras europeias e em todos os territórios onde Portugal

[95] Ver: *Poema épico La Araucana*, de Alfonso de Ercilia, continua a ser um dos mais relevantes textos do período das invasões europeias das américas. Mesmo sendo de valor reconhecido, não existem estudos com a dimensão exigida sobre autor e obra, são residuais as referências nos trabalhos académicos portugueses.

[96] A cristianização de África, também nos territórios coloniais portugueses, recebeu comunidades de missionários de diferentes países. Em Moçambique, por exemplo, a presença de missões italianas foi muito relevante e afirmou-se determinante para o processo de paz seguinte à independência.

esteve, dizem da relativa importância do todo excedente do Brasil. Foi nítida a opção da Igreja pela independência desta antiga colónia, foi partilhada com as elites brasileiras a opção por um outro império que falando um português cantado se não subjugasse ao reino de Portugal. Claro que as ideias liberais dos fundadores não se seguiam na linha da tradicional leitura católica, mas não tardou a que se verificasse a romanização da igreja brasileira como passo primeiro para a consagração de uma outra hierarquia (Azevedo, 2004, pág. 3).

Impõe-se, nesta curta passagem, uma referência à Companhia de Jesus. O seu carácter soteriológico resulta do mito fundador do seu instituidor, Inácio de Loyola. E foi essa bandeira que se transportou para a bula pontifícia *Regimini Militantis Ecclesiae,* onde se consagra a evangelização pelos "soldados de Deus sob a bandeira da cruz" (O'Malley, 2004).

O poder dos jesuítas reconhece-se pela forte presença vaticanista e pela consistência das suas relações de poder. Mas há sempre o lado claro da presença e imprescindibilidade de outros, os todo-o-terreno prévios de que pouco se fala. Há um jesuíta que se vem a consagrar imponente nesta leitura ampla da comparência católica romana. Não seria, sequer, português, antes basco, este Francisco Xavier[97]. "De facto, Portugal foi o Hércules que o levou, carinhosamente, por todos os oceanos. (…) Se a ação missionária de S. Francisco Xavier subiu tão alto e abrangeu tão vastos horizontes, é porque ele ia na crista heroica duma vaga que percorria, então, o sul da Ásia, desde a embocadura do Mar Vermelho às costas da China: o desbravamento do paganismo, pelos portugueses, ao longo das rotas marítimas e comerciais, que se iam abrindo. Quando ele chegou à Índia já o sol do catolicismo brilhava alto no céu da Ásia. Frades de S. Francisco, dominicanos, padres seculares, capitães e comerciantes de alma aberta ao ideal cristão, tinham-se espalhado ao longo da costa, desde Ormuz ao canal de Singapura, e mais além" (Martins, 2006, pág. 35).

O Padre Mário Martins S.J. assume, aqui, uma linguagem própria dos doutores da Igreja. Mas ela não desmerece nesta análise sumária da verdade transversa sobre a *religião* que se quer adotar. A presença de pastores católicos, portugueses ou por estes

[97] "Uma análise dos principais textos escolares usados pelas crianças e jovens japoneses revelou que todos fazem referência à chegada dos portugueses a Tanegashima, em 1543, com as armas (teppou). Referem-se ainda à introdução do cristianismo por Francisco Xavier e às atividades comerciais entre portugueses e japoneses que começaram em Hirado e Nagasaqui e que são designadas por comércio Namban. Num desses livros a parte que trata dos portugueses aparece sob os títulos: "De quem foi o maior papel na unificação do Japão?" e "Além das armas, que mais foi introduzido vindo da Europa?". CARVALHO, Daniela, 2000, *Nambanjin: Sobre os portugueses no Japão*, Antropológicas, nº 4, pág. 142.

levados, foi determinante para a leitura do mundo moderno que chegou até hoje e para a construção de uma outra incorporação, na vida diária das almas, do intemporal.

2.2. Os incrementos técnico-jurídicos

A história, em Portugal, parece tardar em revelar-se na difícil tarefa da interdisciplinaridade. Por isso, não são raros os estudos em que se desmerece no valorizar de elementos relevantes da missão coletiva dos portugueses.

Tal circunstância parece afigurar, em alguns momentos, um povo que se vai assumindo numa visão quase esquizofrénica. Se por um lado elogia e venera personalidades, por outro remete outras, de dimensão não menos relevante no mundo do seu tempo, para o esquecimento, a tal bipolaridade de que fala Campos Matos na sua análise sobre o mito político português.

A saliência histórica residual dada a Egas Moniz, um dos dois Prémio Nobel nascidos da marca lusa, parece ser reveladora de uma caraterística improba perante a memória e vida coletivas. Talvez Dante tenha sido mais cuidadoso no olhar de homens fenomenais quando, em Divina Comédia, escreve:

> *Vêm em seguida Hugo de S. Vitor*
> *e Pedro Mangiadore e Pedro Hispano*[98]*,*
> *cujo espírito, na Terra, brilha nos seus doze livros:*

A recente polémica sobre as comemorações dos 500 anos da viagem de circum-navegação, que Fernão Magalhães iniciou e que Juan Sebastián Elcano terminou, parece situar a discussão histórica a um nível e num tempo que se quereria longe. Mas não, a história parece continuar a sustentar leituras políticas, hoje como ontem, assentes na propriedade dos feitos[99].

[98] Pedro Hispano exerceu as funções de Bispo de Roma e de Papa da Igreja Católica Apostólica Romana sendo conhecido como João XXI. Cientista e intelectual teve um curto pontificado (1276/77) de oito meses. Ver: Armando Norte, 2016, *João XXI – O homem, o intelectual, o pontífice*, Lisboa, Esfera dos Livros.

[99] A Real Academia De La Histórica de Espanha emitiu, no dia 1 de março de 2019, *um Informe sobre la Primeira Circunnavegación a la Tierra*. Dividido em 13 pontos, esse informe pode analisar-se no que tem importância real para a matéria em causa e também nas considerações excêntricas sobre as circunstâncias dos atores.
Confirma-se que Magalhães era português e que seguiu em expedição ao serviço de Carlos I; confirma-se que Magalhães assegurou o apoio da coroa espanhola e o capital necessário para a empresa através de participações castelhanas; É irrelevante o facto de se considerar que o Rei de Portugal se mostrou, desde sempre, contrário a esta expedição; É ainda irrelevante a nomeação de destacados castelhanos para capitanearem as naus, como é irrelevante o

Magalhães regista-se português, mesmo que lugares diferentes discutam o seu local de nascimento. Elcano era basco. Ambos integraram uma aventura apoiada e financiada pela coroa espanhola e pelos espanhóis, porque Magalhães se terá visto renegado pelo monarca português Manuel I.

O feito, liderado em parte do percurso por esse português, é simplesmente espanhol, e assim deve ser visto neste tempo em que se poderiam dispensar condimentos de divergência diplomática. Não será necessário encontrar, portanto, em Ginzburg e no seu mito moderno que apelidou de nacionalismo, qualquer tentativa de um novo apadrinhar da Viagem.

As comemorações que Portugal decidiu fazer, devem ser, por isso, o enaltecimento a um grande marinheiro, português, mas devem ser um elogio a um grande feito espanhol. A candidatura da Rota Magalhânica, como se esta designação tivesse um fundamento histórico solidificado, a património imaterial reconhecido pela UNESCO, nunca poderá desgraduar a importância de Espanha, o seu valor quase soberano do feito que por agora se comemora[100].

Esta curta consideração teleológica, serve, também, para posicionar algumas das verdades que se atravessaram ao longo da Aventura Marítima Quinhentista que levou portugueses pelo mundo.

A questão que se coloca, por agora e nesta investigação, é simples: A Aventura Marítima foi determinante em algumas das ciências e das técnicas do hoje que a parecem esquecer? Afirma-se verdade insofismável o papel determinante dos portugueses?

A resposta parece clara e positiva. Na geografia, na náutica e no direito, universos trabalhados em abundância (como na náutica) ou quase em estádio primitivo, como é o caso da geografia ou do direito, a Aventura Marítima dos portugueses foi determinante, é, ainda hoje, determinante, por vezes inicial e fundadora.

O século XIX é o tempo do crescimento de quase todas as ciências sociais e humanas. Houve quem as tivesse negado, porque não se destinavam a cumprir os critérios

---

facto de Magalhães ter zarpado numa esquadra onde iam 31 portugueses, 26 italianos, 19 franceses e 9 gregos; Todos sabem que a expedição partiu de Sevilha, mas é irrelevante, para uma análise histórica e para o fundamento da paternidade da empreitada, o facto de Magalhães ter deixado testamento na capital da Andaluzia; É relevante a assunção por Elcano do comando da expedição depois da morte de Magalhães; É irrelevante o facto de haver quem tenha considerado a oposição dos portugueses à passagem do Cabo das Agulhas. Se isso aconteceu não se confirma em registo de impedimento; E a abertura da administração portuguesa foi tal que os sobrantes da expedição abasteceram em Cabo Verde. Trata-se de uma nota profundamente desconexa, irrelevante sob o ponto de vista histórico e profundamente segregacionista que só se revelou pela imprudência de uma candidatura a património da UNESCO, feita por portugueses, tendo como elemento a Rota Magalhânica. Ver em https://tinyurl.com/y4rpwxmm - último acesso em 13 de outubro de 2022.

[100] Sobre a matéria importa a leitura do texto *À volta da volta de Magalhães*, de Diogo Ramada Curto, publicado na Revista do Expresso, edição 2422, de 30 de março de 2019.

que o *método científico* foi graduando. Mas outros, da filosofia à história, foram também contestando o espaço desses nascimentos, porque atacavam o centro da sua ação, porque questionavam os olhares acomodados que em séculos e séculos lhe haviam garantido a supremacia.

A antropologia, que muitos afirmam ter existido em registo prévio no tempo pré-socrático, estuda a cultura, a humanidade, o homem. Para isso, Darwin deu o seu contributo máximo em *A origem das espécies* e em *A descendência do homem*.

Tais textos derrubam toda a construção lógica que adveio das aventuras marítimas e, em certa medida, da colonização.

A sociologia, que também se assevera no mesmo século XIX com as criações de Augusto Comte, ganha para si o estudo das dinâmicas das sociedades, sim sociedades e não sociedade porque se recusa a existência de uma visão absoluta. E se Durkheim ajudou a consolidá-la e lhe deu corpo com a criação de um método sociológico, não é menos certo que ela só existe por decorrência de uma transformação profunda nas relações sociais que decorreu da Revolução Industrial.

É, aliás, esta Revolução Industrial que absorve a confirmação da globalização e não uma qualquer constatação física da redondez da terra como mais à frente se desenvolverá.

Se no universo das ciências sociais a geografia é relevante para a presente análise, não o são menos as ciências jurídicas, o direito, enquanto saber que determina as relações entre povos e homens. A história do direito "(…) parte da ideia de um sistema jurídico como elemento aglutinador dos fenómenos jurídicos de cada época e considera o estudo e transformação desses sistemas o fulcro da mesma história do direito (…)" (Costa, 1989, pág. 24).

Para o caso em concreto, olhando os sistemas que acima se referiram, interessa encontrar a centralidade do resultado da Aventura Marítima no contexto de ramos específicos do direito: o direito internacional e o direito do mar.

Ninguém consagra mais o elemento fundacional desse direito que os tratados que Espanha e Portugal subscreveram para uma demarcação de um ente em parte desconhecido, mas que haveria de se confirmar.

Foi partindo destas leituras iniciáticas que se retirou a geografia, a náutica e o direito do mar das lateralidades do estudo da história e que se incorporaram numa análise escrupulosa sobre a sua valorização e a sua realidade sincrética.

2.2.1. Na Geografia

Como já se disse, *geografia* é uma das ciências filhas do positivismo. Garantindo-se como ciência e não como ferramenta, divide-se em duas grandes linhas de pensamento e investigação.

No alvorar desse século XIX os condimentos essenciais da geografia estavam consolidados; A terra estava praticamente toda cartografada com critério e minúcia, os continentes articulavam-se e encontravam novos equilíbrios entre si; A razão combatia em campo aberto as crenças que levaram cruzados e impeliram partidas; as novas ciências iam sendo consolidadas e tocavam-se a cada processo de investigação (Moraes, 1987, pp: 40 - 41).

Humboldt e Ritter aparecem como sendo os primeiros construtores da *geografia* de hoje, com uma estruturação empírica, em pressupostos de observação, intuição, síntese e uma metodologia descritiva (pp: 48 - 49).

Sendo a *geografia* a ciência que tem como elemento central de estudo o espaço geográfico é relevante inserir a Aventura Marítima Quinhentista, portuguesa ou espanhola, nessa realidade.

O estudo do espaço geográfico é consideração tardia. Durante muito tempo a *geografia* era o estudo naturalista que se certificava pelas escolas tradicionais; depois veio a confirmação quase totalitária da estatística assumida pela corrente teorético-quantitativa. Nos tempos correntes, a *geografia* estuda o espaço geográfico onde se inserem paisagem, lugar, região e território como elementos centrais do estudo da relação sociedade-natureza (Santos, 1985, pág. 52).

O que liga as aventuras de quinhentos aos fundamentos da *geografia* moderna? O que faz delas pilares essenciais para uma ciência que iria aparecer quatro séculos depois?

A resposta está em quatro acontecimentos que, engolidos pela história, desmerecem no estudo da *geografia* contemporânea e na sua afirmação universal.

O primeiro e muito relevante acontecimento é o que vence o Cabo Bojador (1434). Até ali o registo escrito era recheado de impossibilidades, de uma relação simbólica entre o homem e os oceanos. Foi desfeito o medo, não mais se aceitaria a consideração máxima do "*Non plus ultra".* Esta primeira etapa está, na construção da ciência geográfica, como primordial marca.

O segundo acontecimento é a ligação do Atlântico ao Índico (1488). Este Índico era considerado fechado por uma parte dos europeus e, portanto, passível de navegação circular sem contacto com outra massa de água. A transposição, enquanto elemento simbólico da dança entre mito e verdade, confirmado por Camões em *Os Lusíadas*, faz desaparecer o Cabo das Tormentas e o consagra como Cabo da Boa Esperança, mesmo que o verdadeiro cabo seja o das Agulhas.

O terceiro acontecimento é a chegada às Américas de Colombo (1492). Aqui se inicia a confirmação de uma nova realidade global, a afirmação de outras circunstâncias territoriais. Não colocando de parte que outros possam ter estado em terras do sul por antecedência (Godinho, 1951), é Colombo (1492) que se confirma no registo histórico e, também, na verificação dos elementos geográficos que acima já se referiram.

O quarto acontecimento é o que cose todos os referentes anteriores, a viagem de circunavegação, que o foi mesmo que não estivesse para o ser (1519-1522). "São inúmeros os resultados geográficos oriundos das viagens. Através delas, graças à dimensão do Oceano Pacífico, deixou de ser válida a máxima ptolemaica de que existira mais terra do que água no mundo. Parafraseando Boorstin (1989), a viagem revelou um mundo de oceanos, alargando sobremaneira a perceção humana do planeta em que se vivia.

Completada a circunavegação seria pouco razoável, também, que se duvidasse. ainda e por fim, da esfericidade do planeta. Dreyer-Eimbcke (1992) destaca que, com a expedição empreendida por Fernão de Magalhães, a dimensão da Ásia ficou restrita à sua atual situação e que, através dela, o tamanho relativo dos continentes ficou melhor conhecido.

Aos poucos, portanto, no advento da modernidade, a inteireza do mundo passou a ser efetivamente conhecida e a viagem iniciada por Magalhães e terminada por Elcano foi, até aquele momento, a que mais contribuiu neste sentido" (Bauab & Lima, 2014, pág. 23).

Esta irmanação ibérica para a consagração do marco, do embrião, que forneceu, por antecipação, a *geografia*[101] não pode ser vista na provincial leitura de uma parte, a portuguesa, e deve confirmar a implicação ampla que se asseverou.

[101] As grandes navegações ibéricas foram centrais para a consolidação da cartografia a partir da segunda metade do século XVI. Em 1570 foi publicado em Antuérpia *o primeiro atlas moderno* da autoria de Abraham Ortelius, o seu *Theatrum Orbis Terrarum*, que inseriu quase sete dezenas de cartas num total de 53 páginas. Em 1612, já depois de Orteluis ter sido nomeado por Filipe II como geografo do Império e ter falecido, é completada a obra que inseria 167 mapas. Ver em: https://tinyurl.com/ybhem9mp - último acesso em 13 de outubro de 2022.

2.2.2. Na Náutica

Quando os grandes escritores do século XX transportam os seus leitores do ontem para o hoje e agregam à vida quotidiana as grandes figuras das aventuras de quinhentos, não deixam de apresentar uma linha de pensamento sobre a improbabilidade de terem sido os portugueses quem esteve, primeiramente, nos mares e terras até às Índias, autores de marcas históricas determinantes. Dizem das nossas realidades de improviso e de acerto esporádico, de falta de critério e também de excecionalidade.

Olhado o tempo de agora, não poderá ter sido só pobreza e desespero, imposição dos senhores e do Senhor, a garantir a ida dos portugueses ao longo do Atlântico e, depois, por todos os grandes oceanos. Haverá sempre outras dimensões, tecnológicas, de conhecimento e intuição que se terão agregado para as empreitadas, que se juntaram para a construção de uma impossibilidade (Caballos, 2020, pp: 88 - 100).

Os mais conhecedores da engenharia *náutica*, passados e atuais, olham os modelos que os computadores hoje lhes permitem e indicam certas sensações de uma tal excecionalidade, improbabilidade até, que estiveram nas condições técnicas das embarcações que levaram homens, víveres e armas e permitiram ir encontrando outras gentes e outras culturas.

Não se tratava de descobrir enquanto elemento para se fazer prevalecer a fé perante o herege (Fosse, 1992, pág. 15), mas tratava-se de ligar, de conectar, de fazer abrir um novo tempo de conhecimento mútuo.

A pergunta que se coloca é esta: Portugal esteve na vanguarda da *náutica* que se afirmou no final da Idade Média? Mesmo que haja poucas certezas confirmadas pela arqueologia, não parece haver dúvida sobre uma resposta positiva à questão. E essa resposta advém do facto de terem sido os portugueses os primeiros ocidentais, em registo histórico consolidado, a aportar longe em África, na Índia, no Brasil e no Japão, quatro continentes em poucas dezenas de anos[102].

[102] Em *Ano 1000* (2020, pág. 36), Valerie Hansen fala-nos de povos que se revelaram pela sua arte de marear, pela sua experiência náutica. Não se deve deixar de os ponderar neste momento. Diz: "Os habilidosos marinheiros polinésios e viquingues eram capazes de determinar a rota através da observação atenta das estrelas, das algas marinhas, do voo das aves e dos contornos da terra." E mais: "O que os levou a viajar para novos lugares no ano 1000? A estrutura social, especialmente a dinâmica dos bandos de guerra, desempenhou um papel crucial porque os chefes, ambiciosos, procuravam novos territórios." Os polinésios chegaram até onde nas Américas? Não nos é permitido abrir novas portas que seriam, com toda a certeza recheadas e novas constatações históricas.

O espanto que se apresenta aos náuticos do tempo presente é o facto de ter sido um pequeno país a ir por aí sem mais, a colocar sinais em muitas partes do globo e a consagrar esse globo em primeira mão.

Terá isso sido possível porque havia condições tecnológicas únicas?[103]

A resposta parece ser também positiva. Portugal começou a ganhar, desde D. Dinis, com a criação do cargo de almirante-maior em 1307[104] a favor de Nuno Fernandes Cogominho e a sua confirmação em Manoel Pessagno como comandante da frota de galés reais em caso de guerra (Selvagem, 1931, pp: 108 - 111), uma outra leitura sobre o mar, sobre as oportunidades que este lhe dava (Pereira, 2010, pp: 44 - 63). E talvez tenha garantido para si, neste canto europeu, uma certa vantagem que advinha da permanente guerra de conquista que as Espanhas concretizavam perante a necessidade de estabilizar os reinos de Castela e Aragão e de expulsar os infiéis da Ibéria.

Sobre o mar, Matos (2017, pp: 103 -104) diz-nos: "(…) os navios de Pessanha |Pessagno| vão fazer a guerra, vão proteger o comércio e vão até fazer o comércio, mas vão fazer o corso, atividade comum no Mediterrâneo (referida quase carinhosamente por Braudel) e instrumento de uma diplomacia muito própria."

Daniel Boorstin, em *Os Descobridores* (1994), diz que o empreendimento organizado, de longo prazo, o feito dos portugueses, foi mais moderno, mais revolucionário do que as largamente celebradas proezas de Colombo. E mais dizem Domingues & Guerreiro, em *A Vida a bordo na carreira da India* (1988), quando levam a que se pondere sobre a não existência de qualquer pessoa, nos dias correntes, que consiga fazer o que um marinheiro, um navegador português embarcado nas naus portuguesas, conseguia há 500 anos.

Os navios da Idade Média portuguesa aparecem nos assentamentos como um buraco negro, como se tivesse havido uma obrigação de sigilo. Esta teoria, a do sigilo que teria estado sempre presente no reinado de D. João II, não se apresenta credível no século anterior a este[105]. Há, isso sim, em Portugal e nos portugueses, o permanente impensado,

---

[103] Em *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista* (1996, pp: 203 – 218), Contente Domingues socorre-se de Onésimo Teotónio de Almeida para dar relevo a Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro e Garcia da Orta e para identificar os critérios de inovação: rejeição da autoridade precedente (1); aceitação da experiência como critério de verdade (2); desenvolvimento de uma metodologia científica (3); interface teoria-prática assente na relação entre teóricos e artesãos (4); incorporação do conhecimento na estrutura científica aberta.

[104] Indo mais atrás há quem considere a proposição inicial, assumida por Afonso Henriques, ao contratar o almirante D. Fuas Roupinho, a quem terá encarregado de dar combate aos corsários. Este teria reunido todas as galés que existiam no reino, frágeis barcos que não excederiam vinte metros de comprimento … teria sido a primeira armada portuguesa (Ramalho, 1942, pág: 5).

[105] Andrade (1972, pág. 109), socorrendo-se de Cortesão, caminha na consideração da política do sigilo fazendo-a antecipar ao Infante D. Henrique. E diz-nos: "A 'primeira forma sigilosa de proteger e ocultar os descobrimentos', encontra-a Cortesão já nos tempos do infante D. Henrique, na 'legislação que proibia vender caravelas a estrangeiros'

a desnecessidade de consolidar conhecimento e de o transmitir de forma ordenada. Não é só o tempo de quinhentos que indica esse improviso, é também esta vida de hoje que leva ao não cumprimento de prazos e de horários, à negação do projeto, à gestão desordenada de cada obra ou a impreparação perante as pandemias.

Esta opção pela negação da ordem, que sempre implicou a produtividade, salva a necessidade de desenrascar que se mostra útil em circunstâncias extremas.

Em rigor, só na década de 1570 se confirma o que se tem hoje como primeiro registo, inicial tratado de construção *naval* (Barata, 1972)[106]. Os mestres, como em meados do Século XX ainda acontecia pela dimensão do analfabetismo nos ofícios, passavam para os filhos o conhecimento e as práticas, mantidas na linha da incipiente inovação incremental, pouco implicadas pela ciência e técnica de outras paragens.

Em décadas recentes, os engenheiros náuticos, os mestres navais e os investigadores da física entraram num processo de procura do que teria sido uma embarcação do final do século XV. Em Vila do Conde procedeu-se à construção de uma réplica com base na iconografia da época. Porém, a confirmação, em mar revolvo, não veio a certificar o trabalho final.

Os problemas que se colocam advêm da base de partida – os documentos dos séculos posteriores ao de XVII. Tais sobrantes de conhecimento mostraram-se distantes das possíveis práticas e das pensadas manobras do tempo.

As réplicas das caravelas Vera Cruz, Boa Esperança e Bartolomeu Dias que no século XX se vieram a conceber e que, aparentemente, se mostrariam mais fiáveis porque trabalhadas algoritmicamente, não consideraram todas as implicações do período inicial da Aventura Marítima, porque não pareceram apresentar-se emprestáveis perante a realidade dos mares.

Por exemplo, a Boa Esperança indicou que o centro de gravidade se afirma impossível, muito acima do nível do mar e quando se colocou perante ondas de 10 a 12 metros só os meios motorizados complementares a bordo a salvaram.

e, a segunda, na admissão cautelosa de 'técnicos de tráfico de certos produtos', segregando-os da parte náutica, nomeadamente das cartas de navegar; obrigando-os a viajar em caravelas do Infante e colocando homens da confiança a vigiá-los."

[106] Sobre *A Ars Náutica* do Padre. Fernando Oliveira – Enciclopédia de conhecimentos marítimos e primeiro tratado científico de construção naval (1570). Texto de João da Gama Pimental Barata, Lisboa, 1972, Centro de Estudos da Marinha.

A descoberta recente do navio Ria de Aveiro A[107] veio, porém, a dar uma nova linha de investigação que permite outras leituras perante a incerteza sobre o como eram as embarcações portuguesas em quinhentos.

Em primeiro lugar, a parte da embarcação recuperada parecia ser, em quase tudo, semelhante ao manual de *construção naval* de Baptista Lavanha[108], escrito em 1600 (?). A análise por rádio carbono veio mesmo a revelar que a embarcação seria mesmo de meados do século XV, consagrando-se como o achado mais antigo no que se refere à *construção naval* portuguesa.

Mas quais seriam a principais características das embarcações de quinhentos? O que distinguia essas embarcações, pelo traço comum de todos os investigadores, era o facto de contemplarem vergas oblíquas e velas triangulares. Esta realidade permitia vantagens na navegação que, até então, nenhum outro barco havia conhecido.

A navegação à bolina, seguindo contra o vento, foi a marca mais relevante, e possibilitava subir da Zona Verde pela Costa do Saará o que sempre se mostrara impossível.

Não é consensual a leitura de que esta embarcação se assemelhava a um barco de corrida ou uma embarcação de regata de há seiscentos anos, mas é aceitável que se tenha afirmado como a mais veloz de todas as que existiram até então.

Também não é consensual a origem da caravela portuguesa[109]. Havendo quem ache que se possa tratar de um incremento das embarcações árabes, o que poderia fazer sentido pela proximidade, mas também há quem indique que era mais parecida com a embarcação tradicional do Algarve o caíque[110]. Apesar de tudo, o caíque não deixa de se relacionar com o pangaio árabe, o que leva a considerar uma partilha de influências[111][112].

---

[107] Ver em: http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3965 – último acesso em 13 de outubro de 2022.

[108] *O Livro Primeiro da Architectura Naval de João Baptista Lavanha: estudo e transcrição do mais notável manuscrito de construção naval portuguesa do final do século XVI e princípio do século XVII*, in *Ethnos*, vol. 4 (1965), pp: 221-298 e in *Estudos de Arqueologia Naval*, vol. 2, Lisboa, 1989, pp: 157-236 da autoria de João da Gama Pimentel Barata.

[109] Contente Domingues (2018, pp: 23-25) diz-nos: "A palavra caravela encontra-se de 1255 a 1766 em documentos portugueses, e mais não seria preciso para se subentender a grande variedade de tipos arquitetónicos e funcionais agrupados sob este termo genérico. De facto, a caravela pescareza do século XIII nada tem a ver com a caravela redonda ou de armada do século XVI, e isto apenas para citar dois casos em que a própria designação deixa à partida clara a distinção entre grupos."

[110] Sobre embarcações tradicionais portuguesas - https://tinyurl.com/y5dlymoe - último acesso em 13 de outubro de 2022.

[111] Em *Barcos de Pescas de Portugal*, Octávio Lixa Filgueiras questiona as implicações construtivas e as algumas semelhanças e configurações. A nossa abordagem, por não seguir no universo da construção naval, limita-se à dúvida e à abertura de caminhos.

[112] Semedo de Matos, nas suas aulas de mestrado de História Marítima, tem vindo a questionar esta decorrência, deixando pistas relevantes para a consolidação da teoria em uso.

É, porém, amplamente aceite que os portugueses terão, na construção das suas embarcações, assumido um compromisso entre a estrutura de casco das criações do norte da Europa e as velas triangulares que eram comuns no Mediterrâneo (Ribeiro, 2011, pp: 997 - 1001).

A caravela que haveria de levar os aventureiros até depois do Cabo das Agulhas, revelar-se-ia insatisfatória para fazer progredir cada uma das expedições seguintes como se depreende em História dos Grandes Inventos (pp: 244 - 246). Foi essa a principal razão: dimensão para mais pessoas, para mais mercadoria e para mais armamento durante mais tempo de viagem que levou à nau da India.

A nau Nossa Senhora dos Mártires, encontrada no final do século passado à entrada de Lisboa e que seria datada como do início do século XVII, permite indicar algumas características das naus da Cruz de Cristo.

Desde logo a sua dimensão que duplicava as anteriores. Próxima dos 45/47 metros, a magnífica nau acha-se como a mais impressionante até então construída. Mas havia mais. A caravela recheava-se de velas de pano latino, enquanto que a nau se afirmava pelas velas de pano redondo. As primeiras eram expeditas na navegação contra o vento, mas as segundas, mesmo que menos ágeis, confirmavam mais potência e, portanto, uma melhor gestão do tempo de viagem, dos mares e dos ventos, das tempestades e das calmarias (Barreto, 1998, pág. 74).

Era impressionante a mudança em porte e beleza construtiva. A caravela de uma coberta, um pavimento e um castelo de popa; a nau com três cobertas, dois castelos e vários pavimentos. É esta nova realidade de conjugação de espaço, potência e resistência que faz a nau ser uma referência na engenharia naval do período do Renascimento e elemento presente nas ciências da Época Moderna (Fonseca, 1937, pp: 31 - 46).

Lopes de Mendonça, em *Estudos sobre navios portuguesas nos séculos XV e XVI* (1892) consagra a caravela de casco em "V", com leme axial, com dois ou três mastros, envergando imensas vergas que ostentavam velas triangulares (latinas) e faziam o milagre de bolinar. Para Mendonça " (…) se algum dia a língua portuguesa se sumisse no pélago das tradições obscuras, a palavra caravela seria bastante para recordar à humanidade a história de um pequeno povo (…)".

É também Mendonça quem diz sobre a nau e sobre o galeão. A primeira em "U" de latos castelos atrás e à frente, aparelho redondo nos mastros grande e do traquete e triangular no da mezena. Levavam perto de 100 tonéis e perto de mil homens, números que se inverteram com o tempo passando a mil tonéis e a metade dos homens.

O galeão, mesmo advindo de galé, em nada se comprometia com esta. Seguia-se na linha da nau com variantes na mastreação.

O armamento não pode deixar de se indicar como elemento de sucesso dos caminhos seguidos e das entradas consideradas. As espingardas e os canhões, que deixaram de ser carregados pela boca para passarem a ser pela culatra, concederam rapidez à velocidade de tiro, ao derribe de armadas mais amplas em número, mas inferiores em poder de fogo. A velocidade de tiro havia-se confirmado superior, cinco a sete vezes mais rápida.

Embarcações e armamento, homens incultos, mas destemidos, o que mais fazia a caminhada em tempos de pouco saber sobre os astros e sobre o globo?

Luis Albuquerque, em *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses* (1987, pp: 128 - 142) quando elege Fernando Oliveira como "astro de primeira grandeza" do conhecimento, não deixa de questionar sobre o que sabiam os homens eruditos desse tempo. E diz ainda que "(…) é bem presumível que a sua insaciável curiosidade o tivesse levado a familiarizar-se com meia dúzia de regras fundamentais a que recorria a *náutica* daquele tempo, que soubesse utilizar o quadrante e o astrolábio e que não desconhecesse o modo de recorrer com proveito a uma carta de marear; de todo se ignora, porém, se tinha alguma vez experimentado pilotar um navio, sendo muito provável que nunca o tivesse feito."

A consagração do quadrante, utensílio de terra levado pelo mar, como ferramenta de medida da latitude e longitude; o conhecimento dos ventos, que permitia sair de Lisboa em março e regressar no final do ano com a sempre preocupante viragem do Agulhas em junho, era também um aprendizado registado que os portugueses foram avocando, mas, ouvindo Oliveira, mais no improviso do que na ciência, mais na permanente inquietação do que na previsão sustentada de um advir.[113]

A ampulheta e posição do sol, que eram relevantes para quem pescava e se tinha feito comerciante para norte, passaram para as idas além. Tudo tão insignificante e ao mesmo tempo tão implicante dos medos que a descultura não relevava.

Os sinais, luminosos ou sonoros, lanternas ou peças de artilharia, vieram a ser centrais, mas pouco úteis em alto mar nos inícios. Só se revelavam indispensáveis em terra à vista, no início das idas, antes da ampliação da pirataria.

[113] O astrolábio do navio Estrela, encontrado perto de Omã, foi classificado como mais antigo de todos os até agora conhecidos. Terá sido usado na segunda viagem de Vasco da Gama e naufragaria em 1503. Datado de 1498, mede 175 milímetros e pesa 344 gramas. A utilização de um scan laser ao astrolábio possibilitou o seu conhecimento mais profundado.

Como já atrás se referiu, foi, apesar de tudo, esta "insuficiência" de técnica e de saber que possibilitou o caminho que veio a dar a Galileu, um século depois, a revisão do sistema solar. O geocentrismo elimina-se perante novas evidências, Copérnico e Kepler não se teriam feito ciência.

Almeida, em *O Século dos Prodígios* (2018, pp: 69 - 75), andando à voltas com a forma como o mundo científico olhou e olha para os séculos XV e XVI, escreve: "1. O contributo português dá-se ao nível da observação, da constatação empírica; 2. Exceto na astronomia, cartografia e geografia, não se vai além de uma descrição casual. Não se trata de uma elaboração sistemática ou pelo menos compreendida; 3. Fizeram-se poucos experimentos. Descobrem-se dados à medida que se avança nos oceanos e buscando simplesmente soluções para as dificuldades; 4. Porque os dados empíricos raramente são coligidos meticulosamente ou consequentemente classificados e sistematizados, só ocasionalmente surgem generalizações nomológicas; 5. Muito menos surge uma elaboração teórica que tome os dados empíricos e as leis ou quase-leis com base neles formuladas e os organize em construções que ofereçam propostas ou formulações novas sobre a ordem das coisas, isto é, proponha uma nova explicação do real."

Não caminha, de forma completa, no sentido de Almeida que pode implicar a consideração do anacronismo histórico[114]. É bem conhecida a realidade excêntrica portuguesa na construção do saber, mas não se daria o caso de Vasco da Gama ter construído conhecimento em cima do já existente e de tudo isto se ter consagrado integral e o mapa de Cantino não teria visto a luz do dia logo nos primeiros dois anos do século XVI. É, aliás, Semedo de Matos quem diz do muito que os portugueses conseguiram no espaço físico das viagens. Elegantemente elaborado, consegue dar o filme do seguir pelas vias marítimas entre Malaca e as Molucas, a forma de navegar no mar da China. (2015)

Aqueles tempos, fruto de aventuras que mais não eram que desejos de vencer a circunstância, são uma ínfima parte da vida do *Homo Sapiens*, mas são as aventuras, das registadas até agora, mais voluntaristas para a construção da ciência moderna. Alguns acasos que fizeram ciência e técnica, mas também foi assim, no acaso, que a *Teoria da Relatividade* se fundou[115].

---

[114] Em *Os conceitos na história: Considerações sobre o anacronismo*, (2017, pp: 155-180, Ler História nº 71), José d'Assunção Barros consagra a origem dos conceitos da História. Sequencialmente eles virão das fontes e das realidades históricas examinadas (1); do património conceitual consolidado pela historiografia (2); da criação pessoal de historiadores em obras específicas (3); do património conceitual consolidado nas demais ciências humanas (4); de migrações oriundas de outras áreas do saber (5); da vida comum de hoje (6). Ver em: https://tinyurl.com/y2vkyvlq - último acesso em 13 de outubro de 2022.

[115] Em *Os Descobrimentos Portugueses e a Teoria da Ciência no Século XVI*, João Maria André, 1981, Revista das Ideias, Vol. 3, discorre sobre a importância para a ciência de Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes e João de Castro. É

2.2.3. No Direito do Mar

O Tratado de Tordesilhas e, como antecessor essencial para a sua concretização, o Tratado de Alcáçovas[116] são as mais relevantes peças jurídicas da Época Moderna e no âmbito do *Direito do Mar*.

Está claro que esta consideração de *Direito do Mar* é recente, bem como o Direito Internacional Público que também é tocado por Tordesilhas. Mas, com os seus fundamentos, a história desse mesmo direito, como em todos os ramos do direito, deve contemplar os grandes achados, as grandes construções doutrinárias, as marcas de referência que a fizeram.

Em análises sequentes examinar-se-ão os tratados que acima se referiram enquanto elementos do Império, e para se olhar sobre a epistemologia da, hoje vulgar, globalização.

Por agora importa colocar os tratados no seu sítio, o do Direito do Mar, e não só como elementos da História Marítima.

As marcas que os fenícios deixaram em todo o Mediterrâneo foram assinaláveis. Eles foram, sem qualquer dúvida, Senhores do Mar, conhecedores de terras e de gentes que antes não haviam sido referidas. Porém, esse tempo não era o da confirmação de uma propriedade do mar, era sim uma consideração livre de uso a que muitos chamam, por falta de um outro conceito, livres mareantes[117].

O mar já organizado, através do Direito das Gentes, considerações fundadoras do Direito Internacional, apareceria na antiguidade clássica e com os gregos. Foram eles quem criou e desenvolveu as *Anfictionias*, "tribunais" que se destinavam a resolver conflitos de pertença.

As confirmações dos gregos perante a política relativa aos mares parecem afirmar uma quase liturgia que vai no sentido de não devastar uma urbe anfictiónica, não agredir na peleja ou na serenidade as suas águas; atacar a "polis" que faltasse aos pactos subscritos, destruindo-a; e condenar todos os que direta ou indiretamente

com um profundo lamento que não se poder desenvolver cada um dos percursos destas figuras relevantíssimas da nossa História. Fica esta nota que, como toda a certeza, merecerá atenção do júri não a considerando como uma falha imperdoável.

[116] O Tratado de Alcáçovas insere um conjunto de assentamentos de natureza jurídica que vão muito para além das questões marítimas. Mais, para Mendonça, essa componente seria a "outra" para além das questões da guerra e da paz; das questões relativas a D. Joana; do estabelecimento das Terçarias de Moura; e da amnistia (perdão) dos nobres que estiveram ao serviço de Portugal nas contendas militares (1994, pp: 21-28).

[117] Conceito a partir de: *Uma Chama entre as Cinzas*, 2016, de Sabaa Tahir Capitulo VI, Elias, Lisboa, Via Láctea.

desconsagrassem a riqueza de Apolo (Jansen, 2007, pp: 141 - 173). Os gregos tinham um sentido de propriedade dos mares, arrendavam espaços para exploração e pesca nas suas áreas de influência e visão.

As Leis de Rodes, que teóricos do Direito Internacional afirmam fixar-se no seu aparecimento entre os séculos III e II a.C., foram as primeiras regras sobre os mares e vigoraram com gregos e romanos.

Roma, coletora da cultura grega, não assumia o mar territorial como seu. Integrava o *jus gentium* e era inserido, como especial, nas *communis omnium*. "No Direito Romano, entre as coisas como *comercium humani júris*, enumeravam-se as práticas comuns a todos, quer dizer, pela natureza colocadas à disposição de todas as pessoas, *omnibus patet*; elas pertenciam ao género humano, porque pela sua extensão, ninguém delas se poderia apropriar no todo: assim o ar, assim o mar" (Alves, 1991, pp: 2 - 7)

A navegação do Mediterrâneo e do Mar do Norte, que atingiu níveis impressionantes ao longo da Idade Média, veio a consagrar uma tutela, por parte das cidades marítimas italianas, sobre a atividade do mar e jurisdicionando sobre ele. Nessas referências encontra-se um códice relevante: *Liber sextus Decretalium Bonifacii VII*, circunstância que se irmanou nas afirmações de Veneza sobre o Mar Adriático e, depois, se alastrou para a Flandres na luta pela zona marítima reconhecida como *stroom* (Malacarne, 2016).

As *Leis de Oléron*, nascidas pelo incremento da navegação incitado pelas cruzadas, são indicadas como suporte para o que muitos consideram ser os elementos primitivos de sentenças determinadas por um tribunal marítimo. Ao conterem os hábitos que se haviam criado em portos de França, Inglaterra e Espanha, assumem um mínimo denominador comum que satisfaz a resolução dos conflitos mais graves, mesmo que estes só se conhecessem por boa vontade das autoridades locais (Ferreira, 2015, pp: 6 - 7)[118].

Autores há que, sem sustentarem a sua opinião em fontes primárias, assumem as *Leis de Oléron* como as fundações do *Consolato del Mare*. Este, do século XIV, vem consagrar inúmeras práticas de contratação e gestão do negócio marítimo e assume *Oléron* incorporando estatutos locais de Valência, Marselha e Barcelona, terra onde terá nascido como manual escrito e vinculativo (Silva, 1843, pp: 352 - 257).

Os historiadores do *Direito do Mar*, confundindo não raras vezes a sua dimensão ontológica com a do Direito Marítimo, vão ao *Código Hanseático*, ao *Livro Negro do*

[118] Ver em: https://tinyurl.com/yyqst22g, último acesso em 13 de outubro de 2022.

Almirantado e ao *Guidon de la Mer*, para olharem as fundações do direito de hoje. Fazem desses uma passagem direta para o *Mare Liberum*, porque a política internacional, a relevância das potências europeias e até, mais recentemente, o senso comum, desgraduaram dois conceitos (um anterior e outro sequente) siamenses – o do *Mare Nostrum* e do *Mare Clausum* – a que os portugueses deram corpo e neles se afirmaram únicos (Loyn, 1997, pp: 116 - 119).

O mar foi e será sempre uma óbvia condicionante na conceção das políticas e das estratégias de segurança e desenvolvimento dos territórios.

Mare Nostrum do romano Tito Lívio, respeitante ao Mar Mediterrâneo, ou *Mare Clausum,* no século XVI com espanhóis e portugueses e, posteriormente, já no século XVII, *Mare Liberum*, consagraram sempre a prevalência de interesses políticos e estratégicos, comerciais e económicos, de hegemonia e de poder dos Estados (Neves, 2012, pp: 961 - 966).

O Mar Oceano, provavelmente conhecido dos fenícios, era agora também português, sem que se soubesse onde era o fim, mas sem que se opusesse ainda qualquer outra potência europeia.

A consolidação progressiva do reino de Espanha, pelos reis Católicos, a necessidade que estes viriam a demonstrar pela consideração estratégica das Canárias enquanto parte integrante do seu território, a existência de um caminho de consolidação dessas Espanhas depois da conquista, um aparente mau negócio que a descida, por mar, de África poderia indicar, terão levado o rei Afonso V, de Portugal, e os monarcas espanhóis Isabel I, de Castela, e Fernando II, de Aragão[119], a subscreverem, em 4 de setembro de 1479, e a ratificarem, em 6 de março de 1480, o primeiro tratado, entre dois reinos reconhecidos, sobre mares já conhecidos e os que ainda não se sabia existirem. Espanha renunciava, por agora, a navegar a sul do Paralelo 27[120].

A propósito de Alcaçovas/Toledo, Dávila (2016, pp: 233 - 257) concede um enquadramento muito relevante sobre o valor jurídico e simbólico deste tratado. Em primeiro lugar, ele seria trabalhado por duas mulheres – a Infanta D. Beatriz, pelo lado português, e Isabel a Católica pelo lado espanhol; em segundo lugar, confere-se ao tratado

[119] Este Tratado, também chamado de Capitulação da Partição do Mar Oceano, é o primeiro documento jurídico que assume os Reis Católicos como legítimos monarcas de Castela e Aragão. A divergência sobre a opção entre Joana, a Beltraneja e Isabel que haveria de ser rainha, assumia-se aqui resolvida e ultrapassada.

[120] A negociação do Tratado de Alcáçovas revelou-se de uma outra dimensão que muito séculos mais tarde viria a ser prática nas cortes europeias – as conversações de Alto Nível. Este tratado haveria de ser negociado, em traços prévios, entre D. Beatriz de Portugal e a Rainha de Castela, tendo-se mesmo consumado um encontro entre ambas no dia 23 de março de 1479 (Alcântara). Citando Rui de Pina …. (Lima, 2016, pp: 179-180) teria sido ali que se selariam as pazes entre os reinos e os enlaces reais que se seguiram.

a decisão de Espanha de seguir pelos mares depois de cumprida a sua obrigação de expulsar os infiéis da Ibéria; em terceiro e da parte portuguesa, a Casa de Viseu ganha um protagonismo extraordinário, como que a homenagear o Infante D. Henrique; em quarto lugar, D. Beatriz consegue impedir uma guerra que se via no horizonte e para a qual Isabel de Castela já havia formado uma decisão; em quinto lugar, o encontro de uma solução sobre as Canárias que ainda se mantinha no universo simbólico da Casa de Viseu.

Alcáçovas é, portanto, um tratado de uma relevância maior no enquadramento das aventuras marítimas ibéricas.

O desenvolvimento do processo de exploração marítima, tão aventureiro em Portugal como em Espanha, mesmo que entendido, sob o ponto de vista político, estratégica e comercialmente de forma distinta, leva a que Portugal continue a sua descida de África, sempre com o objetivo de atingir a Índia, e Colombo se proponha caminhar para essas Índias, por ocidente, e, assim, tenha aportado ao continente americano.

Não cumpre, nesta análise sobre os elementos do *Direito do Mar* presentes nos primeiros tratados entre Espanha e Portugal, julgar as decisões implicantes de outras naturezas. Mas interessa enquadrar o Tratado de Tordesilhas no primeiro *engulho* que faz desfalecer o espírito de Alcáçovas.

A viagem de Colombo, começada em Palos no Verão de 1492, uma década depois de Toledo e onde se confirmou Alcáçovas, abriu o Atlântico Ocidental, a tal Índia que ainda não era, mas terra vista e vencida, habitada por gente que em nada se conhecia.

Em 7 de junho de 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas que consagrou a pertença de todas as terras para além do meridiano que passava a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, limite encurtado para 200 léguas no que tocava às empreitadas que Colombo pudesse fazer na segunda ida que já se iniciara (Moreira, 1994, pp: 11 - 12).

Todos os tratados são informados pela realidade. O conhecimento espanhol era garantido pela viagem de Colombo, mas o que levava D. João II a eleger estes limites? O que o fazia adivinhar que Portugal precisava desse espaço de mar?

Contente Domingues diz da razão central. Contrariando a política de sigilo, que durante décadas foi afirmada pela historiografia portuguesa (Costa, 1979, pp: 46 - 47), Domingues elege Duarte Pacheco Pereira, viajante pelo Atlântico até às terras que haveriam de ser o Brasil, como sustentação teórica para a garantia de uma parte dos mares que ainda não se sabiam conhecidos de todos (2020, pp: 317 - 322). Esta antecipação a Álvares Cabral, que só dois anos depois aportaria a Vera Cruz antes de caminhar para a

Índia, o seu objetivo pela história desqualificado, parece hoje elemento essencial aos juízos de João II (Casaca, 2018, pp: 76 - 77).

O *Direito do Mar*, enquanto elemento do Direito Internacional, foi sempre influenciado pelas camadas de obrigações que os povos organizados deveriam seguir. Na antiguidade foi considerada a valia de quatro institutos centrais – o da arbitragem, o da imunidade diplomática, a troca de prisioneiros de guerra e o direto de asilo. Na Idade Média, assumiram-se como superiores interesses – a paz de Deus, a trégua de Deus e a noção de guerra justa.

Na Idade Moderna, os Tratados de Westfália marcam uma viragem que chega até hoje – território bem definido, povo e governo soberanos e recognição/reconhecimento da existência de cada Estado. Na Idade Contemporânea integra no Direito Internacional a configuração que afirma uma tutela sobre os direitos de todo o Ser Humano (Gardiner, 2003, pp: 10 - 24).

Apesar de Portugal e Espanha assumirem o Tratado de Tordesilhas 154 anos antes dos Tratados de Westfália, este adota, de forma pioneira, todas as componentes que estão na base do Estado Moderno[121]. Dois povos e dois territórios soberanos, que promovem a negociação em presença de divergências sobre um território específico, real ou espectável, com a legitimidade de se reconhecerem mutuamente e ainda por outros e pela Santa Sé. Neste Tratado, como no de Alcáçovas, estava implícito o direito de arbitragem e a garantia da imunidade diplomática dos negociadores e o princípio da boa-fé. Era também este, o de Tordesilhas, que se elegia como parte integrante da leitura intemporal e da presença de Deus. Em boa verdade, Tordesilhas era assumido por monarcas e reinos católicos a quem seria deferida, através da bula *Ea Quae,* concedida pelo Papa Júlio II (Gallo, 1958, pp: 365 - 367), a nova confirmação de interesses mútuos.

Essa confirmação amplia o conceito e assume o *Mare Clausum* como realidade política e jurídica. Toda a terra se dividiria em duas partes, porque o tal meridiano se afirmava em contraparte no outro lado do globo. A sua vigência, mesmo que atacada pela realidade posterior do *Mare Liberum,* que se veio a confirmar pela afirmação de outros Estados e pela grandeza do que se queria regular, diz bem como foi visionário o trabalho diplomático que levou a Tordesilhas.

[121] Durante três séculos, Portugal celebrou os seguintes tratados de limites ou relativos a territórios não europeus: Tratado de Alcáçovas, de 4 de setembro de 1479; Tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494; Tratado de Lisboa, de 7 de maio de 1681; Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713; Tratado de Utrecht, de 6 de fevereiro de 1715; Tratado de Madrid, 13 de janeiro de 1750; Tratado de El Pardo, de 12 de fevereiro de 1761; Tratado de Santo Ildefonso, de 1 de outubro de 1777.

Só em 1750, através do Tratado de Madrid, e do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, já com uma outra realidade na consideração do Direito Internacional, se abateu o espírito de Tordesilhas.

As bulas papais afirmavam-se, também, como matriz jurídica especial. Com um cabeçalho em que o Papa outorgante se afirmava presença de Deus na Terra; uma exposição de motivos, como o processo legislativo contemporâneo obriga; indicando as razões e os factos que levaram ao tratado em ratificação; emitidas sem a existência de pressão ou interesse para além das partes, ou seja por *motu proprio*; com a obrigação de ser aceite por todos os que eram reconhecidos e reconheciam o outorgante; com a existência de sanção para todos os que a negassem ou atentassem contra ela; e a sua marcação com data de validação antes da assinatura papal; todo este procedimento leva a antecipar um elaborado critério de *legística* que sempre se asseverou no Direito Canónico e que deste se transportou para o Direito em uso (Fernandez, 1990, pp: 91 - 95).

Alcáçovas e Tordesilhas ganham, assim, o estatuto de elementos fundadores do *Direito do Mar*, mesmo do Direto Internacional. Nos compêndios de História do Direto Português, quer de Caetano quer de Almeida e Costa, não se revelam essas existências. Mais do que a constatação da falha, não se encontra, em qualquer plano pedagógico das cadeiras de direito internacional ou do mar[122], uma nota sumarenta que valorize e enquadre os tratados sobre os oceanos e sobre o globo terrestre que foram uma realidade consagrada pelos Estados da Ibéria. A Aventura Marítima Quinhentista é aqui, como em outros elementos, esquecida.

2.3. Término

Partiu-se da ponderação autorizada por J. P. Oliveira e Costa para se consagrarem as verdades transversas da Aventura Marítima Quinhentista: “os portugueses agregaram o mundo” e “não fomos os maiores, mas fomos importantes”.

[122] O Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e realizado no ano letivo 2015-2016, incluía uma unidade sobre o Direito Internacional do Mar, cuja regência estava entregue ao Professor Doutor Fernando Loureiro Bastos. Do Plano de Estudos não se retira qualquer abordagem do papel central dos Tratados de Alcáçovas e de Tordesilhas nos primórdios do Direito do Mar. Também o Mestrado e Economia do Mar da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em lecionação neste ano de 2018/2019, insere uma unidade sobre Direito Internacional do Mar e Marítimo e que tem como regentes os Professores Doutores Jorge Bacelar Gouveia e Vasco Becker Weinberg. No mesmo sentido da referência anterior, não há qualquer atenção ao papel central dos tratados na fundação do Direito do Mar.

Saindo daqui, assumindo qual a escola ou movimento historiográfico se quiser perseguir, não se corre o risco de promover dissenso, de questionar as entranhas da militância cívica.

Os portugueses, no uso e no ensino, na permissão que concederam enquanto língua franca, na especificidade territorial que autorizava convivências e negócios, trouxeram, até hoje, um idioma que foi assumido livremente por nações independentes e soberanas em quatro continentes.

Essa língua, mais recuada e marcada pelos dialetos ou localismos, atacada pela universalização da tecnologia e pelo uso de um outro idioma técnico que se expande, afirma-se como sendo uma das línguas relevantes tal qual o espanhol, o inglês nativo e o mandarim.

As ameaças ao espaço da língua portuguesa revelam-se imensas, mas só a integração, a circulação da produção literária, a cessação do colonialismo autoral, a abordagem global dos programas e da feitura das gramáticas integradas pode permitir a consolidação da primeira e inegável consequência da Aventura Marítima Quinhentista.

A língua é a principal expressão cultural. Mas as grandes navegações e as idas e vindas que ainda perduram, construíram e construem *implicações civilizacionais* que os portugueses e a histórica lusa não negará.

Se a segunda metade do século XX aproximou Portugal do Brasil em termos culturais, mais do que em qualquer outro século, fruto da realidade comunicacional, não é menos verdade que a gastronomia, a música, a genética animal, a universalização da flora, são marcas que os portugueses assumem para si, mesmo que as últimas décadas tenham desgraduado o seu papel (em especial no papel determinante das sementes e da investigação médica), mas que, pelo *eu histórico*, sobrevivem e rápido se voltam a ampliar.

As *implicações civilizacionais* não se quedam no universo da feitura da guerra. A supremacia bélica, mesmo que no caso dos portugueses tenha sido sempre muito temporária, induziu processos de eliminação de minorias e, nas américas, processos de aculturação forçada e que se revelaram dramáticos.

Muitos historiadores assumem a arquitetura militar e depois a arquitetura religiosa e civil como elementos relevantes da presença dos portugueses em diferentes latitudes. A "perspetiva do funil" coloca cada um dos portugueses onde quiserem. Podem ver do buraco largo para o estreito e tudo parecerá elaborado, digno, grandioso; ou podem fazer exatamente o inverso, e tudo parecerá mais despretensioso.

Essa arquitetura militar revela-se, porém, mais pela destreza do que pela beleza ou elaboração militar[123]; a arquitetura religiosa aparece mais pelo excesso do tardio barroco do que pela admiração da construção e da presença europeia; a arquitetura civil é marcada pela visão chã que diz muito da privação dos métodos construtivos do tempo. Revela pouco, portanto, essa componente iluminada que compara parcamente com a realidade europeia, mesmo que em alguns desses espaços se tenham reconhecido os critérios para uma classificação, pela UNESCO, enquanto Património da Humanidade.

O Património da Humanidade é o elemento em concreto e a sua história, a sua vivência e convivência. É por isso que o reconhecimento, em vários elementos e territórios, faz sentido.

Por último, e na dimensão das *implicações civilizacionais*, a questão da difusão da fé.

Os dois séculos mais recentes desgraduaram as questões da fé e promoveram uma segregação deste espaço na construção histórica. Não se seguiu por esse caminho.

A realidade da Igreja de Roma em continentes como a americano ou asiático diz bem da importância que a mochila da fé veio a conceder à construção das sociedades. Não importa agora a avaliação sobre os malefícios da sua existência, não se justifica a consideração de uma alienação para a construção dos fenómenos sociais. Ela existiu e esteve presente.

Reverentes investigadores promovem uma relação direta entre o custo da difusão da fé e o custo do subdesenvolvimento endémico no processo de avaliação global da Aventura Marítima. É um erro fazê-lo. A fé, enquanto salvação das almas e empoderamento simbólico dos monarcas não pode ser transcursa para um exercício de deve e haver. Antes, dever-se-á promover a sua avaliação como um dado, autónomo, presente, valioso.

No campo da técnica importa não fazer cessar o que de central legou a Aventura Marítima. Não se teria o avigoramento da geografia física, humana e social. O conhecimento do globo que espanhóis e portugueses iniciaram é fundador da geografia, é central na forma como ela nasceu enquanto ciência.

Mas é também das aventuras ibéricas que nasce a dimensão de território e de ocupação humana. Neste aspeto, a geografia andou mais rápido que a história, porque a

[123] Trata-se de uma matéria que envolveu inúmeros oficiais de engenharia ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira do seguinte. A leitura feita foi a que transportou do terrado europeu para cada um dos territórios. Afirma-se matéria relevante e implicante a estudar.

história se fixou nos feitos e nos heróis e a geografia se desenvolveu no que eles encontraram e nas suas especificidades.

Se se quiser, é pela geografia, antes mesmo da antropologia, que se inicia o processo de descolonização mental, de emancipação territorial, de valorização das partes enquanto elementos únicos e autónomos e não enquanto espaços de exploração (Bauab & Lima, 2014, pp: 13 - 14 e 23 - 24).

Os portugueses foram e chegaram, muitas vezes sem saber onde. Foram em cascas de noz que em nada abonavam da saúde mental de quem nelas embarcava. Como se diz nesta investigação, o tempo do espírito era suficiente para fazer eclodir a dimensão material na vida humana.

A inovação incremental verificada a longo de muitas décadas permitiu desenvolver a arte da *construção naval* e o aparecimento de utensílios de navegar. Permitiu a escrita das primeiras linhas de manuais técnicos e possibilitou o conhecimento e organização, pela arte ou pela dissimilação dos portugueses, da pirataria. É pouco? Visto de hoje parece pouco! Visto de hoje, tempo em que o conhecimento sobre a arte de marear dos *vikings* ou a capacidade tecnológica dos chineses parecem dar novas e desmedidas consagrações, pode parecer pouco. Mas não é a tecnologia que aqui importa *per se*, é a relação dessa tecnologia com os seus utilizadores, com os seus inventores e, mesmo sem qualquer Escola de Sagres[124], não podem os portugueses desmerecer na sua capacidade de construir ao longo do tempo.

Por último, uma área em que os historiadores, alguns advindos das ciências jurídicas, pouco trabalharam com consistência – o papel das nações ibéricas no direito dos tratados e no *Direito do Mar*.

Os tratados de Alcáçovas e de Tordesilhas são, pela sua natureza, pelo procedimento seguido, pelas características da sua validação e homologação, os primeiros tratados internacionais globais sobre o *Direito do Mar*.

Mas são também os primeiros tratados a antecipar uma realidade desconhecida, a fazer da ciência jurídica um raro momento de vanguarda.

[124] Durante décadas a Escola de Sagres foi uma realidade histórica assumida internacionalmente. D'Azevedo (1964, pp: 82-85) criou até uma carta das conquistas da *Nautica Universitas*. Dos 32 postulados vai da nova arte de navegar ao progresso da astronomia, dos novos instrumentos às cartas que se criaram, das correntes marítimas e aéreas, das técnicas de verificação às invenções da caravela, do saber de penetração nos territórios às bases da geografia humana, da determinação da doutrina de justificação moral dos Descobrimentos à nova missiologia, das primeiras normas de assistências ao pioneirismo da legislação ultramarina. Uma invenção pura. Duarte Leite contestou e derrubou a construção que, segundo ele, teria como responsável Samuel Purchas, corria o ano de 1625.

O direito não é conhecido pela sua vocação antecipatória. Resulta da necessidade de regular existências, de promover a arbitragem e o equilíbrio das partes. Não é uma regra porque há momentos em que a previsão jurídica se fez sentir. Ora, nos tratados que separaram o globo o que nasce é um novo escaparate jurídico, único e primeiro, que mudaria a humanidade.

Consagrar as verdades transversas insertas na História Marítima é relacionar os seus fundamentos, as suas marcas indeléveis, com outros universos históricos e outras ciências. A abordagem que aqui se lega, para além de abrir portas e de conectar cada um com a realidade, concede uma outra amplitude na determinação das marcas que portugueses e espanhóis afirmaram nas suas aventuras de quinhentos.

3. Mitos no estudo dos Descobrimentos e do Império

A investigação realizada teve como prioridade a sustentação da leitura ontológica previamente desenvolvida e que levou à consagração de mitos concetuais em torno dos grandes universos historiográficos dos Descobrimentos e do Império e, ainda, de novos mitos em torno de investigação histórica recente sobre o Conceito Estratégico, a Bonomia Portuguesa e a Primeira Globalização.

Interessava harmonizar o que ao longo de décadas, talvez dois séculos, se asseverou como base de um vasto trabalho historiográfico. O desígnio, com roupagens várias, atravessa Literatura e História, ligando-as nas crónicas que abriram a História Marítima e construíram os Descobrimentos enquanto consagração que ainda hoje se tem presente nos manuais escolares, se confirma fácil no debate público e se retém na memória coletiva. O Império traveste-se desde, pelo menos, Camões em *Os Lusíadas*, mas assume uma dimensão intemporal desde o instante fundacional do reino português como Letícia Galvão (2017) bem desenvolve.

Os três mais recentes universos historiográficos foram escolhidos pelos frescos questionamentos académicos e pelas polémicas públicas. Partiram da leitura de Clausewitz e de Silva Ribeiro e das suas lições sobre estratégia; das visões prudentes e avisadas de Maria Manuel Torrão, Arlindo Caldeira, Isabel Castro Henriques e Éric Taladoire no que se refere às questões da bonomia portuguesa, da violência e a escravatura; e, por fim, da conspeção de Luis Miguel Almeida e de J.P. Oliveira e Costa, sobre o pioneirismo da primeira globalização, intemporal e temporal, uma permanente provocação ao anacronismo histórico, que nunca ultrapassam, mas que motivam e incitam a problematização.

Poderiam ser outros os âmbitos escolhidos? A resposta é positiva! Por exemplo, poder-se-ia ter ponderado os mitos em torno da Expansão; ou poder-se-ia ter permutado os mitos no Conceito Estratégico pelos mitos em torno da Civilização. Mas foram estes que se subsumiram da orientação científica de Contente Domingues e da ponderação posterior de Semedo de Matos.

A investigação não identifica só os mitos, também os confronta. Ou seja, a tese reflete o que se vê ou antecipa perante as abordagens atuais ou futuras da historiografia.

3.1. Mitos no estudo dos Descobrimentos

Um olhar atento sobre as questões mais relevantes que atravessam a sociedade do presente, leva a concluir que os temas relativos à presença de Portugal nos diversos continentes, durante quase cinco séculos, continuam pertinentes, apaixonantes e, por vezes até, promotores de irracionalidade na construção e na consolidação da História.

As leituras sobre a escravatura e sobre o racismo, que não são exclusivas do retângulo português, a bondade do português na criação de uma "coisa" única a que alguém[125] chamou luso-tropicalismo e que, mesmo sem etiqueta, continua a marcar germinações ideológicas[126]; o debate sobre o Museu das Descobertas, que seria edificado em Lisboa, sabendo-se que qualquer abordagem lusitana hodierna poderia parecer, sempre, uma provocação às nações que lutaram pela sua emancipação e independência; todos aparentam estar na base de movimentos que desafiam a historiografia do presente e que se devem encaixar nas prudências de uma investigação doutoral[127].

Mas a história é isso mesmo, um constante aprimoramento das suas leituras e das suas certezas. De outra forma não poderia ser – se até as ciências exatas (sujeitas a métodos de construção que as ciências sociais não compreendem) criam, avançam e negam, não seria prudente, nem inteligente, que a história o não fizesse também.

O conceito de Descobrimentos parece (?) ser, no contexto da historiografia do século XXI, utilizado, quase em exclusivo, pelos artífices ibero-americanos. Poucos serão os historiadores de outras potências marítimas antigas ou de outros impérios do passado

---

125 Gilberto Freire criou o conceito de luso-tropicalismo e deu-lhe vida em vários dos seus livros como *O Mundo que o Português Criou*.

126 Em *'Portugalidade' – a inimiga persistente da lusofonia* (2018, pp: 6 – 7), Pedro Olavo Simões apresenta-nos a obra *Da 'Portugalidade' à Lusofonia*, 2017, Lisboa, Edições Húmus, de Vitor Sousa. Sousa liga o luso-tropicalismo à caduca proposta política que se associa ao conceito de Portugalidade e escreve: "mesmo que se tente retirar 'portugalidade' da esfera nacionalista em que foi cunhada, uma forma de perpetuar outros conceitos falaciosos e datados, como o luso-tropicalismo à cabeça, construindo um entrave à normalização do relacionamento entre o ex-colonizador e os ex-colonizados, ou o outro da colonização". E diz mais: "A herança da 'portugalidade' é, assim, como que uma espécie de interculturalidade ao contrário, decorrente da tentativa de o Estado Novo com ela pretender desenvolver uma homogeneidade artificial portuguesa dominante."

127 Nabuco (1999, pág. X) escreve o seguinte: "Decididamente não fui feito para o que se chama entre nós de política. A palavra, a pena, as ideias são armas que de nada servem, e ai de quem tem outras. O caráter, o escrúpulo, a independência, o patriotismo, tudo isso não vale nada, não tem curso entre os eleitores. Felizmente não é mais o Imperador que está em causa, não é dele mais que nos podemos queixar – é de nós mesmos. Triste e infeliz nação – onde a escravidão tem triunfos aos quais todo o mundo se associa com alegria selvagem." A perceção que em pleno século XXI se tem, não difere da que Nabuco assumia em 1881. De uma atualidade avassaladora.

que se atravessem na utilização do termo, desde que não se dediquem à realidade de quinhentos de Portugal ou Espanha.

Mesmo em Espanha os Descobrimentos parecem ter dado lugar a outras consagrações na sequência das mais recentes leituras do património colonial americano. Antecipamos, porém, que poderá estar a nascer, pelos lados do Império do Meio, um novo tempo, provavelmente avassalador, que irá fazer alterar (ou fazer resistir) as construções históricas ocidentais de séculos.

Há, no entanto, uma plêiade de investigadores portugueses que trabalharam, nos últimos trinta anos, os Descobrimentos com uma outra leitura. Comecemos por Luis Filipe Thomaz, Artur Teodoro de Matos, Luis Albuquerque ou António Dias Farinha, os primeiros a saltar a cercadura de uma leitura etnocêntrica. Mas também J.P. Oliveira e Costa, Contente Domingues, Jorge Manuel Flores, Isabel Tavares Mourão, Alexandra Pelúcia, Ângela Domingues, Luis Frederico Antunes ou Isabel Pina que passaram a integrar a ação dos portugueses nas dinâmicas pré-existentes à Aventura Marítima.

No mesmo sentido, a partir de Portugal seguiu Jorge Couto ao dedicar uma parte da sua investigação ao tempo antes (também depois) do que viria a ser Brasil. No mesmo sentido de ir para além do aqui, Vítor Luis Rodrigues e Semedo de Matos explicaram a evolução das armadas em função da navegação e das dinâmicas locais. Luis Filipe Barreto vai ao encontro de Macau, tanto quanto Moisés Fernandes, olhando de lá para cá.

Mas, mais marcante do que a historiografia feita, é mesmo a agregação dos conceitos históricos à simbologia das sociedades que, no tempo de hoje, se podem questionar.

Em Portugal, os Descobrimentos ainda não sofreram contestação destruidora, enquanto consagração dos feitos, por parte da generalidade da população portuguesa. Tal circunstância aparenta resultar de uma só coisa – a Nação parece carecer, ainda. da grandeza do passado para se negar na sua eletiva pequenez do presente[128].

[128] Em 1994, o Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, faz publicar uma edição bilingue de Vitorino Magalhães Godinho com o título *O papel de Portugal nos Séculos XV-XVI; Que Significa Descobrir? - Os novos Mundos e Um Mundo Novo.* A primeira pergunta que se deve colocar é esta: - O que leva um país, que se propõe comemorar um conjunto de feitos históricos que consolidaram uma imagem sobre si próprio, a solicitar, a uma das mais relevantes figuras da sua História do século XX, uma justificação para os motivos dessa mesma comemoração?
Godinho desenvolve as suas razões. A primeira é a que se liga ao facto de terem os portugueses registado ilhas que não eram conhecidas (Cabo Verde, São Tomé, Ascensão, Santa Helena) e incluía Madeira e Açores que se sabe hoje eram já conhecidas. Ora, sabia Godinho que o globo terrestre foi/é constituído por milhares de ilhas, centenas com áreas

Eduardo Lourenço (1976, pp: 37-49) escreve: "A miséria do pensamento político português é tão inexpugnável que nada é mais rendoso que explorá-la sem descanso e sem vergonha." e "Sem surpresa alguma para quem conhece o povo português e a vida imaginariamente épico-retórica em que vive por dentro, à falta de viver uma autêntica e realística por fora, todos os êxitos têm um pano de fundo comum."

Há, também, a perenidade do conceito através de uma outra simbologia, a que consagra Descobrimentos, não como sobranceria, mas como equidade e é esse o caminho que mais deve relevar e que já tratámos aquando da exposição as verdades transversas.

Porém, apesar desta dualidade, importa ir mais longe tentando sair de um certo atavismo em que o país tem vivido ao longo dos últimos séculos e que parece conceder-lhe a propensão para o gigantismo e para a saudade[129].

É também Eduardo Lourenço quem se debruça sobre esse labirinto da saudade em que parece estar submersa a comunidade, como se lhe tivessem roubado o futuro. E se importar ler com uma lente mais cintilante, é bem possível que não tenha chegado à

superiores às referidas e que o seu registo não é motivo para uma descoberta excecional. A segunda é a que se prende com o conhecimento de regiões isoladas. Aqui inicia a leitura eurocêntrica que já na década de 1990 começava a ser contestada e que hoje marca a ciências sociais no seu repúdio. A terceira é a que se refere ao conhecimento dos mares, à navegação, à náutica, à consagração cartográfica de um novo planeta. Godinho (como fazem também os espanhóis e os ingleses) esquece a visão holística e implicada dessa nova realidade, como foi essencial, mais determinante ainda, a circulação de navegadores e cartógrafos de vários cantos e ao serviço de inúmeros comerciantes e Estados. A quarta é a sua inclinação, dissimulada apesar de tudo, para a desconsideração da ocupação humana em territórios das Américas e da Oceânia. A quinta, a sobranceria assumida de uma implicação nas comunidades africanas ao longo do período em análise, designadamente ao nível das práticas agrícolas e das vivências sociais. A sexta e última, a que dá aos portugueses a grande conquista de fazer ligar Estados e cidades situadas em todos os continentes. Como se repara, Godinho não estava ainda no tempo da leitura pós-colonial que tardou e tarda a chegar ao nosso meio académico. Apesar de o contestar, tinha razão Gabriel Sánchez de la Cuesta (1967) quando considerava inadequado e impreciso o termo "descoberta" (*descubrimiento)*; visto que "los nativos que habitavam las tierras transatlânticas, com culturas y religiones seculares, ya estaban allí y eram perfectamente conscientes de ello. Pero en Europa se ignoraba su existência".
Godinho sabia bem do movimento que na Europa se desenvolvia e que partia das restantes ciências sociais, mas, de forma esdrúxula, considera-os advogados do imperialismo e acentuadores de uma visão negra da expansão europeia que já não portuguesa, que já não só espanhola.

[129] Em *As palavras não importam*, texto inserto no livro *A República à Deriva* (2020, pp: 10-12) Sérgio Sousa Pinto, deputado e presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas do parlamento português desde 2013, escreve o seguinte: "Que os portugueses celebrem os feitos náuticos dos seus antepassados – a nossa contribuição mais notável para a história do mundo – parece-me razoável. E acho que todos podemos conviver com o risco de que para os indonésios do Bornéu seja problemática a ideia de terem sido descobertos – e reprovem aos seus antepassados o não terem considerado vantajosa ou viável a descoberta do caminho marítimo para a barra do Tejo, omissão lamentável de iniciativa histórica que culminou na eurocêntrica criação de um museu em Lisboa." A superficialidade que esta consideração insere, a visão *supremacista* de uma certa forma de ver a presença de Portugal no mundo, não é só património das forças mais conservadoras portuguesas. Ela entra, por ausência de estudo ou por desatenção às obrigações a que no tempo corrente os povos e os seus governantes estão obrigados, no debate político e na formatação mental de dirigentes políticos. E igualmente em *A horda* (pp: 152-158), Sousa Pinto circula na tentativa de justificar e acautelar a tardia resolução do nosso encontro com o outro. Perante o renascer dos racismos e da obrigação coletiva de reponderarmos as nossas leituras imperiais, diz-nos como que a reivindicar milícia popular de salvação: "Por isso, na nossa terra, a que a história legou outras representações da nossa caminhada colectiva, não estão seguras as estátuas nem os túmulos do padre António Vieira, do infante D. Henrique ou mesmo Camões – segundo Harold Bloom, o mais imperialista dos génios literários." Estamos perante uma cristalizada leitura das três personalidades referidas, uma imponderação da sua atualidade e da sua validade presente.

identidade presente do todo português, a perceção de Mahbubani (2018, pág. 18): "(…) ainda não constatamos que se verificou, no início do século XX, um ponto de viragem na leitura e na construção passada e presente do mundo e que o Ocidente se recusa a aceitar e a se adaptar e, por isso, se sente perdido. Com ele estarão todos os que construiriam o seu pensamento a partir deste ponto, que tarde constataram o caminho multipolar que se acelera."

Mas do que se fala quando se aborda o período do Descobrimentos? Kalina Silva & Maciel Silva (2009), no seu *Dicionário de Conceitos Históricos*, dão uma perspetiva dos olhares diferentes que incidem sobre a dimensão da tal consagração ibérica.

Para estes autores haverá uma incompatibilidade real entre os historiadores latino-americanos e o juízo histórico. Tudo porque ele, o juízo histórico, está diretamente ligado ao processo de colonização, aparece quase como uma cédula de nascimento desse processo (pág. 93).

Constatando o que se poderá assumir como fundacional na historiografia portuguesa, o conceito primitivo de os Descobrimentos teria sido uma novação espanhola para promover o enquadramento do seu processo colonial e depois da publicação, em 1552, de a *Brevíssima relação da destruição das Índias*, de Frei Bartolomeu de las Casas.

Pode, porém, não se revelar acertada esta leitura. Tudo porque o conceito poderá ser anterior a qualquer novação espanhola. Situar-se-ia, em primeiro tempo, na missiva que D. Manuel I fez seguir para os Reis Católicos como Costa bem reflete (2007, pp: 164-165) em que indica o descobrimento das terras de Santa Cruz e confirma a chegada às terras do Rei de Quilôa que D. Vasco foi o primeiro a descobrir.

Mesmo que exista um conjunto de edições que pareça atestar o uso de conceitos próximos nos tempos seguintes às viagens de Colombo não se terá encontrado um qualquer documento espanhol com essa designação antes da carta do Rei Português[130].

[130] JP Oliveira e Costa vem afirmando o pioneirismo do conceito de "Descobrimentos" em Cadamosto, em 1464 e a propósito das navegações henriquinas. No mesmo sentido, indica que chancelaria régia fala em "caravela de descobrir". Por último, recorda a consideração de D. Manuel I sobre o feito de Vasco da Gama como sendo "descobrimento" e seguindo na visão primeira do Infante D. Henrique. Nesta tese optou-se por seguir documentação mais ampla e mais implicadora e foi a partir de uma visão mais alargada, que incluiu escritos espanhóis, que se fixou como o grande marco a carta aos Reis Católicos de D. Manuel.

Frédérique Lange (2000) analisa a obra de Salvador Bernabéu, sobre a expedições marítimas e o que aquele havia escrito em *Las páginas del descubriumiento. Un breve repasso a los libros y a la Biblioteca Colombina*. Bernabéu circunda um conjunto de obras e usa a palavra Descobrimentos, mas esta não se revela nas palavras usadas ao tempo e em cada texto.

A questão que hoje se coloca é a de se saber se depois das grandes comemorações dos séculos XIX e XX, concluídas com as que ocorreram entre 1986 e 1998, se construíram novas leituras historiográficas que se viessem a afastar da visão tradicional.

Em Espanha, durante o ano de 1992, com a comemoração do V Centenário do Descobrimento da América, tal não foi conseguido, verificando-se um cisma profundo nos meios académicos entre os dois lados do Atlântico.

Todos os debates terão chegado a Portugal sempre de forma algo tardia. Também a este debate sobre os Descobrimentos e sobre o Império, para contraditar ou para confirmar, podem os portugueses estar a chegar relativamente tarde. O antinómico sobre a descolonização também se fará muito mais tarde do que em todos os restantes países da Europa e, por essa via, poderá ser igualmente pausado o avaliar dos grandes traços da Aventura Marítima assentes em cinco c's – conquistar, comerciar, cristianizar, civilizar e colonizar.

Essas cinco marcas integram o processo histórico da Expansão, na leitura de Domingues no seu Dicionário e de Oliveira e Costa nos capítulos que escreveu em *História da Expansão e do Império Português*. Em ambos os compêndios os Descobrimentos, enquanto parte (ou enquanto todo simbólico) dessa mesma Expansão, são centrais, como no capítulo seguinte se desenvolverá, no melhor entendimento sobre o(s) Império(s) portugues(es).

3.1.1. Ainda faz sentido falar em Descobrimentos

3.1.1.1. As comemorações dos séculos XIX e XX

O debate sobre "as descobertas" ou "os Descobrimentos" faz um caminho rumoroso no Portugal de hoje. Há, claramente, duas linhas que se afirmam numa visão de compromisso ou numa visão de cessação.

O caminho desta investigação segue o espírito de compromisso, até porque os que defendem o caminho da cessação o fazem porque lhes parece politicamente inaceitável tal compromisso. É a História a ceder à política e não influenciá-la.

Ângela Barreto Xavier escreve no jornal Público de 8 de maio de 2018, querendo menorizar o conceito Descobrimentos, que este é pequeno por ser incapaz de abarcar a multidimensionalidade dos processos associados às navegações marítimas, limitando o âmbito de apresentação dos portugueses a um período de apenas dois séculos.

Xavier caminha numa contradição. Ou seja, elege a necessidade de se avançar na investigação e na densificação histórica ao mesmo tempo que nega a necessidade de o fazer.

Esta posição tem feito um trilho que é bem refletido também nas afirmações da historiadora brasileira Junia Furtado[131] quando diz: "(…) na academia, tais debates remontam aos anos 80 e 90, em que novas correntes da historiografia inglesa e francesa influenciaram a produção brasileira." E diz ainda, que as criticas sobre o tempo dos Descobrimentos se não terão refletido, em 2000, aquando da celebração, no Brasil, dos 500 anos da chegada dos portugueses ao território. Naquele ano, marcado por uma série de eventos sobre o facto histórico, a palavra "descobrimento" esteve por todo o canto, concede Furtado.

Estas duas historiadoras parecem caminhar numa visão ideológica concreta a que mais à frente se voltará. Mas vão mais longe, consideram que a consagração de Descobrimentos se funda numa visão nacionalista que terá estado presente nas grandes comemorações dos séculos XIX e XX.

Maria Isabel João escreve (2017, pág. 101): "(…) destacam-se os ciclos comemorativos que tomam como objeto privilegiado de evocação da época áurea da Nação, os Descobrimentos e as conquistas que permitiram forjar impérios e, sobretudo, garantir um lugar de relevo para a Nação na história do mundo."

Pode parecer fora de tempo a escrita e a visão de João, mas importa enquadrá-la quando diz também: "Os republicanos tinham feito a propaganda das comemorações dos centenários inspirados pelo positivismo francês, nomeadamente o escritor e professor do Curso Superior de Letras, Teófilo Braga (…)" e: "Em Portugal, tal como em França, os

[131] Ver em: www.bbc.com/portuguese/internacional-44035313 , ultimo acesso em 13 de outubro de 2022.

republicanos tiveram um papel essencial na reinvenção das tradições e na tentativa de criação de uma religião cívica suscetível de substituir os sistema de valores e de crenças da antiga sociedade."

É relevante esta leitura de João para se regressar a Xavier quando diz: "(…) o vocábulo "descobertas" (tal como o vocábulo "descobrimentos") esteve sistematicamente associado a projetos nacionalistas, desde pelo menos o final do séc. XIX, neles se incluindo os nacionalistas salazaristas, republicanos, integralistas, e outros anteriores e posteriores."

Todos os regimes, totalitários ou democráticos, assumem o papel das comemorações como central. Não há um só partido das chamadas democracias liberais que o não faça. O papel das comemorações está sempre na reivindicação de um tempo, de um momento, normalmente relevante para uma nação ou para um comunidade. Só os associais o podem negar.

As comemorações dos dias nacionais, as comemorações do armistício, as comemorações da instauração da democracia depois de um largo período de ditadura são elementos agregadores e historicamente relevantes. E essas comemorações jogam com o tempo. Se se olhar para as comemorações dos duzentos anos do nascimento de Pombal, a sua relevância no contexto da degradação da monarquia dos Bragança, para o papel da maçonaria pejada de republicanos, monárquicos e até de príncipes da Igreja, não se está a ter uma leitura nacionalista, seguindo o entendimento Xavier, antes a implicação de um novo período histórico que se ia declarando.

Xavier (2002, pp: 141-179) leva, ainda, a sua abordagem a uma dimensão mais profunda. Para esta investigadora: "(…) a tendência da historiografia da expansão portuguesa é para a impermeabilidade a muitas das inquietudes teórico-metodológicas que caraterizam o próprio campo em que se insere." Mas mais, olhando a Expansão também pelas caracterizações dos Descobrimentos e do Império, Xavier não se fica pela leitura da produção académica e decide menorizá-la ao dizer: "Esta história surpreende, ainda, porque é uma história da expansão escrita por poucos 'expansionistas' (ou seja, por historiadores que se têm dedicado única ou maioritariamente à expansão portuguesa), bastantes 'modernistas e contemporanistas' portugueses (epiteto geralmente dado aos historiadores que trabalham as respetivas épocas, cingindo-se, contudo, à análise das experiências metropolitanas), alguns "expansionistas" estrangeiros (na maior parte dos

casos, de elevado reconhecimento internacional) – o que em si mesmo é uma inovação no campo historiográfico português, dilacerado por compartimentações excessivas, para além de outras divisões igualmente nocivas."

Mas regressando ao universo comemorativista, sempre se pode dizer que retirando as comemorações pombalinas do século XIX, as restantes se assumem como reflexo e antirreflexo da conjuntura política, mas todas assumiram a grande gesta lusa de que falava Furtado.

Importa dividir, por agora, as comemorações em três grupos: o primeiro, insere as que assinalaram o terceiro centenário da morte e Camões, em 1880, o quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, em 1894, as da chegada dos portugueses à India em 1897-1998, as comemorações dos quinhentos anos da conquista de Ceuta, as comemorações dos quatrocentos anos da morte de Afonso de Albuquerque, o centenário da independência do Brasil em 1922, de novo comemorações do nascimento de Camões em 1924 e, por fim, também em 1924, as comemorações dos quatrocentos anos da morte e Vasco da Gama.

No segundo grupo, inserem-se as comemorações do Duplo Centenário em 1940, Fundação de Portugal e Restauração da Independência, a comemoração dos quinhentos anos da descoberta da Guiné, o sétimo centenário da tomada de Lisboa aos mouros em 1947, o centenário do nascimento de Mouzinho de Albuquerque, em 1955 e, por fim, as comemorações dos quinhentos anos da morte do Infante D. Henrique, em 1960.

Ainda, num terceiro grupo, as comemorações, em 1980, da morte de Camões, as comemorações dos Descobrimentos na década de 1990 e, por fim, a Exposição Universal de Lisboa, em 1998.

Esta clara explanação dos acontecimentos não restringe a um único período da nossa vida de país o elemento comemorativista nem a uma visão restrita de nacionalismo. Com formatações diferentes, ele assume a dimensão universal do que foi e do que é Portugal a cada tempo.

Deve-se questionar se é possível assumir no primeiro grupo as comemorações que se realizaram em monarquia e em república até à consolidação do Estado Novo. A resposta é positiva. Em boa verdade o sentimento em relação ao passado era assumido

pelos monárquicos quase por obrigação e, pelos republicanos por imposição, perante o tempo histórico que viviam.

As comemorações iniciais acontecem entre 1880 e 1924. Não se pode esquecer que a Academia da História, nascida em 1720 e a Academia das Ciências, criada em 1779, iniciaram o período do pensamento português estruturado. Mas novas dimensões do Império germinam com o nascimento da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875 e com uma nova visão de ocupação dos territórios africanos a que se somava a necessidade de afirmação de Portugal como país europeu relevante na colonização de África. Essa visão de país acentua-se com a ambição do Mapa Cor-de-Rosa e ganha adesão nacional com o sentimento popular seguinte ao Ultimato inglês.

Campos Matos (1998, pág. 55) enquadra bem todo o tempo político do século XIX e ainda a necessidade de uma resposta, nas suas duas últimas décadas, para a instabilidade.

As invasões napoleónicas, a tutela inglesa, a independência do Brasil, a guerra civil, a Regeneração, "As vicissitudes da implantação do liberalismo, o sentimento de crise e a projeção do sentimento de decadência levaram à procura de outros horizontes, com vista à superação da grandeza perdida (…)".

Em *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos no Século XIX*, Campos Matos fortalece o sistema de construção de uma história dos Descobrimentos portugueses. O que mais releva neste seu escrito não são os passos dados, os avanços e recuos, o papel determinante do Visconde de Santarém na identificação das razões primeiras dos Descobrimentos. O que bem diz é que todo o processo, recheado de nacionalismo, não tinha desse nacionalismo uma visão unitária, não se revelava por uma só leitura na determinação da história.

O mesmo aconteceu com o período republicano. Este foi, também, recheado de preocupações com a grandeza de Portugal no passado e ao tempo. A ambição das grandes potências internacionais pelos territórios africanos voltava a elevar a história, ela concedia todos os argumentos para a entrada na guerra de 1914/1918.

Acontece que nas duas décadas e meia que durou a Primeira República, a instabilidade, a degradação política e partidária, o estado comatoso das contas públicas (salve-se Afonso Costa em 1914), fez com que o país se dedicasse mais a olhar para dentro do que para o processo colonial.

O Estado Novo assume uma visão nacionalista de natureza totalitária. Os símbolos da nação e o passado glorioso desta devem ser espaço unitário sem discussão.

Gonçalo Neves (2021, pp: 13-18) vem comparar as comemorações do Estado Novo com as que, em Itália sob a égide de Mussolini, se desenvolveram. Para Neves, os fascismos utilizaram os heróis transportando-os para o tempo da altura, conferiram-lhes modelos de conduta consentâneos com os princípios ideológicos que esses mesmos regimes defendiam.

Ao contrário das iniciativas da sociedade civil, apoiadas ou não pelo regime, que se verificaram no final da monarquia ou na primeira república, o Estado Novo criou uma indústria comemorativista assente no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Mais do que a mera reivindicação do nacionalismo como elemento integrador, o regime vem criar, como diz Almeida (2004, pp: 98-99) uma ideologia baseada numa marca tríplice – Deus, Pátria e Família[132].

Em 1936, diz Neves (pág. 17), "(…) ficou dado o mote para o comemorativismo do regime, pela mobilização da história selecionada e mitificada, com o intuito de criar representações do passado cuja comparação com o presente era forçada de modo a veicular uma linha de continuidade da grandeza portuguesa e da sua missão no mundo, imperialista e evangelizadora".

Se existe uma leitura nacionalista em todas as comemorações nos dois tempos que se referiu, não há qualquer comparação na forma de fazer História. Romero Magalhães, no Dicionário de Historiadores Portugueses, faz uma análise muito desenvolvida sobre a liberdade que esteve associada aos diversos processos de construir História dos Descobrimentos.

De Pinheiro Chagas a Oliveira Martins, de Luciano Cordeiro a Consiglieri Pedroso, Magalhães vai dando nota da forma de edificar História ainda numa incipiente base científica. Trata-se, portanto, de um nacionalismo que se guia pela transversalidade entre intelectuais, que não advém de uma determinação exterior.

Ao contrário, Magalhães assume, quando analisa o período do Estado Novo, duas linhas claras de construtores da História. O primeiro, legitimado pelo poder, onde

[132] Também Donald Trump e Jair Bolsonaro utilizam a consagração criada pelo salazarismo promovendo uma reinvenção e atualização dos conceitos. Ver em https://tinyurl.com/ypzczuba último acesso em 13 de outubro de 2022

pontificavam Costa Brochado, Dias Dinis, Domingos Maurício, Silva Rego e António Brásio, os integralistas, e António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, os comemorativistas. Em todos eles se verifica uma história dos heróis e dos feitos, circunstância que não comprometia a visão simplificada promovida pelo regime.

Porém, Magalhães não deixa de alertar para uma outra construção da História a partir de 1943. Diz ele: "No mesmo ano em que Damião Peres publicava a sua História dos Descobrimentos, e no seguimento das obras de Duarte Leite, Jaime Cortesão e Veiga Simões mostrava-se o jovem Vitorino Magalhães Godinho com as suas publicações sobre a matéria. Que iriam mudar a linha de rumo dos problemas e das pesquisas. E especialmente a partir da sua reflexão intitulada *Dúvidas e problemas acerca de algumas teses de história da expansão*."

Parecia evidente que os caminhos da construção da História dos Descobrimentos e da Expansão iriam seguir veredas diferentes, ambos com espírito nacionalista apesar de tudo, um marcado pelo regime, outro já marcado por uma visão da História Nova. (Mendes, 1998, pp: 369 - 377).

Por fim a historiografia sobre os Descobrimentos no regime democrático depois da Revolução de 25 de abril de 1974.

As comemorações camonianas, o longo trabalho da Comissão dos Descobrimentos que atravessou duas décadas e, por fim, a Exposição Universal de 1998 que teve como tema "Os Oceanos", consagraram uma visão cientifica e sem amarras em todos os programas concebidos.

O trabalho da Comissão dos Descobrimentos é o mais extenso e transversal de todos os que se produziram em Portugal nas áreas da História, da Literatura, da Geografia e da Náutica. Construiu um nacionalismo pejado de internacionalismo, aberto à Europa e integrador de novas realidades e de novas perspetivas.

Ferreira (2006, pág. 537) confirma que a Expo assumiu elaboradamente os Descobrimentos. Escreve: "O pavilhão do Conhecimento dos Mares exibiria o processo de descoberta, conhecimento e progressiva apropriação do oceano pela comunidade humana."

Terá sido o período em que se terá iniciado a inversão o conceito de Descobrimentos como leitura eurocêntrica para se reclamar uma multipolaridade de descobertas?

Focault dizia que "Não há outra verdade para além da que é estabelecida pelo poder." Em Portugal, mesmo que influenciada pelo(s) poder(es), como todas as áreas das ciências sociais o são, a História dos Descobrimentos conseguiu, nos três períodos analisados, espaços de independência. A consideração de que esta está eivada, em absoluto, de um nacionalismo transversalmente inadmissível, deve refutar-se.

Carvalhais (2019, pp: 9-24), citando Elie Kedourie, situa bem o que se deve ponderar quando se fala de nacionalismo. Regista como se estivesse a ouvir Kedourie: "Descrevi o nacionalismo como uma ideologia. Ao fazê-lo, pretendo diferenciá-lo da política constitucional. Em política constitucional, o objetivo é atender às preocupações comuns de uma sociedade em particular para a salvaguarda contra inimigos externos, mediar divergências e conflitos entre vários grupos através de instituições políticas, legislação e administração da justiça e fazer valer a lei acima e para além de interesses seccionais, embora importantes e poderosos. Política ideológica é muito diferente. A prossecução está em construir um estado de espírito na sociedade e no Estado, em que toda a gente, como se costuma dizer nas histórias antigas, viverá feliz para sempre."

Encaixa aqui a plêiade de historiadores engajados com a Política do Espírito que António Ferro bem desenvolveu. Campos (2018, pág. 590) identifica, para além dos já atrás indicados por Magalhães, outros: Alfredo Pimenta, António Mattoso, João Ameral, principais figuras do Integralismo Lusitano; António Sardinha e Luis Cabral Moncada, os tradicionalistas. A todos se pode entregar uma leitura nacionalista inserta no objetivo de construção de um estado de felicidade alicerçado no passado glorioso.

3.1.1.2. O *wokeismo* enquanto anacronismo histórico

"A História é um processo cujo fim é a liberdade." Seguindo Hegel poderemos ter o fim a que a História se destina. Mas é também o início – não há História sem a liberdade do historiador, sem um acesso ilimitado às fontes e a tudo o que elas concedem.

O século XX foi o século de todas as invasões da História. Pericás diz como os soviéticos se não ficaram pelo marxismo-leninismo, pela luta de classes e pela elevação de um povo e construíram uma história inexata que elevou os heróis que o estalinismo permitiu (2017, pág.138); os nazis seguiram caminho semelhante, fabricaram uma história baseada na supremacia da raça e construíram, a partir daí, um destino manifesto como confirmam Brandt & Mialhe (2013, pág. 14); o salazarismo, que já se analisou e que reivindica a certificação histórica da sua existência a partir dos heróis do passado, seguiu um caminho diferente mas igualmente limitador como Grilo certifica (2011, pp: 200-206).

A Hungria de hoje, uma democracia instrumental, retirou, há pouco tempo, aos municípios a autoridade para a construção dos currículos académicos e entregou, de novo, ao Ministério da Educação essa responsabilidade. Renasceu a história heroica do passado, reapareceu o homem diferente com uma obrigação intemporal.[133]

A questão que se coloca é a de se saber se pode existir uma história totalitária num país democrático e que seja implicada por movimentos do "politicamente corretos". Confirma-se isso mesmo.

A implicação da História por visões simplistas da sociologia ou da antropologia, o abuso do anacronismo histórico para a análise de um determinado tempo no passado, estas são as marcas do Movimento *Woke* que se introduziu larvarmente nos meios académicos dos Estados Unidos e da América Latina.

Talvez se esteja em presença, no tempo da globalização da informação, de uma nova realidade: a da limitação da liberdade, não através da implicação dos poderes políticos, das estruturas do Estado, mas através de grupos organizados que se consagram como detentores da verdade.

O movimento *Woke* é, segundo Carl Rhodes (2021) uma criação norte-americana da década de 1920, ampliada na década de 1960, que se consagrou associada às causas das minorias.

No final da primeira década do presente século regressou, ampliando a sua intervenção. O feminismo, o ativismo LGBT, as questões culturais associadas aos problemas do racismo estrutural e à resposta aos racismos ligados a movimentos

[133] Ver em: https://tinyurl.com/bdh2a5mn Último acesso em 13 de outubro de 2022.

populistas de direita, deram consistência a um movimento inorgânico que foi ganhando importância entre cientistas sociais. Até trespassou, na opinião de Ross Douthat (2015)[134] para o universo empresarial, assumindo-se nas organizações como forma de aumentarem a sua influência social.

Há quem o apelide de progressista, ou de esquerda. Será um erro esta catalogação, porque o comportamento dos seus membros assume uma leitura totalitária, profundamente marginalizadora, características que os movimentos da esquerda moderna pós-marxista ou os movimentos progressistas enquanto sequência do iluminismo, como diz Norberto Bobbio em *Dicionário de Política*, sempre negaram.

Partindo da defesa dos desprotegidos, elemento partilhado por socialistas e comunistas mas também pela Doutrina Social da Igreja, os *wokeistas.* tendem a normalizar as suas lutas e a implicar a diversidade de cada cultura. Para além disso, a não tolerância ao debate, ao questionamento, tem levado a que o movimento *Woke* se enderece no trilho do obscurantismo.

Bonnet (El Pais 15 agosto 2021) diz que a sua luta contra o racismo levou a que o caminho fosse a transformação do homem branco em culpado, encontrando aqui a origem de todos os males. O "supremacismo branco", como postema a eliminar, começou a impor alterações profundas de comportamentos. A Nike lançou propaganda onde se nega o patriarcado e atenta a interseccionalidade. A CIA introduziu nos seus comportamentos internos medidas que se afirmam limitadoras da igualdade. É a política ESG (Environment, Social and Governance) que segue sem pestanejar, as virtudes do novo mundo *woke.*

Mas não se fica por aqui a influência do movimento. A partir de 2025 a Academia dos Óscares obriga a que se cumpram os seguintes critérios: tem de haver pelo menos um protagonista que não seja branco, 30% das personagens secundárias devem ser mulheres, minorias LGBTQ ou deficientes, o tema do filme deve tratar temas das minorias. Ou seja, um filme histórico do período romano nunca terá cabimento nos critérios identificados.

E como implica o *Wokeismo* na construção da História? Pablo Sanchez Garrido (2022) escreve[135]: "Uno dos ámbitos de las polémicas *woke* se refiere al revisionismo histórico sobre los colonialismos, o al esclavismo norteamericano (…)" e seguindo com

[134] Ver em: https://tinyurl.com/typevwfm último acesso em 13 de outubro de 2022.

[135] Ver em: https://tinyurl.com/5n7hjv7s último acesso em 13 de outubro de 2022.

"(…) la revisión del canon de grandes obras del cine y de la literatura, que há llevado a la cancelacíon total o parcial, de numerosas obras, afectando a autores clássicos como Paltón, Aristóteles, Kant, Dante, Shkespeare, etc.".

O problema maior é o nascimento de uma nova inquisição. A American Libray Assocition deu recentemente a conhecer que durante 2021 foram retiradas 723 obras das bibliotecas públicas dos Estados Unidos e os filmes Disney sofrem boicote por parte significativa dos movimentos académicos dos Estados Unidos da América.

Garrido diz: "Pensadores de la tradición de la libertad, como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, o John Stuart Mill ya nos advirtieron sobre el peligro de la tirania social de las mayorias. Aunque, en este caso, se trataria de una tirania de las minorias; o mejor dicho, de quienes se erigen en sus representantes y defensores. Quando el tirano foirma parte la sociedad, esta puede ejercer una tirania más peligrosa contra la libertad que la opresión política porque esta tirania puede penetrar hasta la médula social y extenderse hasta las ideas, el corazón y el alma de toda la sociedad."

Como se vê mais profundamente o movimento *Woke* na elaboração da História? Já se indicaram atrás alguns elementos, mas para Pluckrose & Lindsay (2022, pp: 46-51) são completamente claros.

"Para os académicos pós-coloniais, tanto as formas eurocêntricas de conhecimento com a autoridade que (injustificadamente na sua perspetiva) concedemos às universidades ocidentais são problemas e a questão não é simplesmente desconstruir tais entendimentos, mas sim, transformá-los. Por outras palavras, utilizando o ativismo para atingir um objetivo simbólico, os ativistas da descolonização tentam reformar a educação para que esta dependa mais explicitamente das suas aplicações da Teoria".

E escrevem a seguir: "Esta perspetiva é utilizada para defender e participar no revisionismo histórico – reescrever a história, e encontra-se frequentemente ao serviço de uma agenda política – acusando os métodos de investigação rigorosos de serem positivistas e, desse modo, tendenciosos".

Olhando esta nova realidade, Fukuyama (2022, pág. 125) diz: "A liberdade de expressão vê-se assim desafiada, quer pelas concentrações de poder que conferem a determinados actores um forte poder de controle sobre a linguagem, quer pela constante erosão da esfera de privacidade que a sociedade liberal procura proteger. A função

deliberativa da liberdade de expressão tem sido enfraquecida não só pelas exigências excessivas de transparência, mas também pelo surgimento de diferentes tipos de universos fantasiosos tornados possíveis pela deslocação das nossas interações sociais para as comunicações em rede."

Carmo (2020, pág. 26), analisando os impactos das redes nas atividades dos grupos organizados, diz bem de como os movimentos inorgânicos utilizam as redes. "Através de um clique nas páginas ativistas das redes sociais ou de uma assinatura de uma petição *online*, podemos ser agentes de mudanças. As *hastgs* levam esta realidade ainda mais longe, ao servirem-se igualmente de algoritmos para agrupar e indexar publicações que utilizam uma determinada designação e, assim, atrair atenção coletiva para o assunto ao qual a *hashtag* se reporta."

Assim, identificaram-se o ente e o *modus faciendi*, os factos deram lugar aos algoritmos e às *hashtags*. Será um erro enorme se os historiadores se limitarem às suas redomas e não conseguirem comunicar com esta nova realidade. Não se espere que a história ciência não sucumba perante a história panfletária.

3.1.1.3. Descobrimentos – um conceito a caminho da oclusão?

Barry Hatton, autor de *Os Portugueses* (2011) e *Rainha do Mar* (2019), jornalista da *Associated Press* e com uma vida em Portugal de mais de três dezenas de anos, diz, nestes seus livros que é uma pena que os lusitanos não tenham noção da sua própria história. E mais diz que a comunidade gosta de enaltecer os Descobrimentos como uma aventura exemplar, como se tudo tivesse sido bonito e limpo, como se não houvesse implicações presentes na forma como os povos invadidos olham para a realidade presente e para o percurso de cinco séculos[136].

[136] No dia 30 de junho de 2020, o Observador publicava declarações do Rei da Bélgica em que afirmava sentir profundos arrependimentos pelo passado colonial na República Democrática do Congo. Pela primeira vez um monarca admitia atos de violência e crueldade verificados durante o período colonial e a necessidade de se construir um novo tempo de convivência com a história. Ver em: https://tinyurl.com/y2p4rmnt - último acesso em 13 de outubro de 2022.

A primeira reação ao que Hatton escreve é a habitual: E os ingleses? Como se desenvolveu todo o processo de invasão, conquista, presença dos ingleses nos cinco continentes?

Fawcett (2014, pág. 77) parece querer resolver esta questão com uma leitura superficial e quase provocadora. Diz: "A escravatura, pelos padrões de hoje, é uma instituição deplorável. O impacto do comércio de escravos foi muito para lá da liberdade pessoal de cada cativo. As famílias e as tribos desintegraram-se à medida que lhes eram roubadas porções enormes da sua população. Mas não se deve ver a África como um continente de vítimas desgraçadas cujos problemas atuais são da exclusiva responsabilidade do ocidente. As tribos rivais é que começaram a escravizar os seus cativos e não os europeus."

A interrogação que se deve colocar a Fawcett deve ser esta: mas não eram os europeus quem se propunha levar a civilização? Construir uma nova sociedade baseada numa fé específica que proclamava o bem?

Estas proclamações ideologicamente enviesadas não devem implicar uma verdadeira investigação doutoral. Esta não pode seguir o mero improviso dialético, antes impõe uma ponderação sobre o que se vem construindo enquanto história-ciência.

J. P. Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues e Pedro Aires de Oliveira fizeram publicar o mais pertinente livro sobre as invasões africanas, as grandes navegações e a presença tutelada de portugueses no mundo desde o século XIV ao século XX. Em a *História da Expansão e do Império Português* (2014), que já atrás se citou, escolhe-se um caminho do que foi a Aventura Marítima, suas motivações e implicações.

Mas se os autores referência da historiografia portuguesa dos séculos XIX e XX sempre haviam afirmado os Descobrimentos como "a marca", o que levou estes três académicos contemporâneos a obliterarem essa consagração na abertura?

Poder-se-ia considerar que teria havido uma evolução na abordagem dos factos, uma outra opção filológica, quiçá científica, perante o muito que havia de ser escrito. Mas a eleição dos conceitos de Expansão e de Império logo fez recuar nessa previsão de vanguarda historiográfica.

Caminhou-se à procura da inovadora formulação encontrada para significar Descobrimentos e foi obtido relativo insucesso. Logo na página 21, situando-se nos

fundamentos dos feitos lusos, Costa compromete-se com a palavra que implica, sobremaneira, muitas consciências olhando a circunstância de seres inteligíveis e de igual valor na perspetiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos – Descobertas[137].

Mais, Costa atinge as nossas ponderações definitivamente quando escreve: "Em 1434, os portugueses criaram uma dinâmica nova. Começava a era dos Descobrimentos; Portugal mudou, e o Mundo também (…)" e que, depois de uma reponderação sobre as presenças em África e as navegações pela costa, "(…) era tempo de retomar as viagens de exploração e D. Afonso V ordenou o recomeço dos Descobrimentos em 1468" (pág. 68). Aparece, assim, a opção tradicional da escrita da história: não está no título, mas é marcante no conteúdo.

A historiografia do século XX, mesmo após o processo de descolonização, não se deixa vencer na apreciação sobre o passado de invasão e ocupação. Considera-se mesmo que nenhum estado contemporâneo, dos que sofreram com a colonização, afirma "vocês vieram cá e estragaram tudo". A esta apreciação falta uma leitura da ciência política e, em especial, das práticas diplomáticas. Nenhum país afirma o seu ressentimento histórico porque isso desgraduaria a sua posição bilateral.

E é também na mesma senda que se coloca a escrita da História quando promove uma mutação do conceito Descobrimentos passando a considerá-lo como sendo um sentido multilateral. Ora, quando, em abstrato, um português de hoje chega à China e lhe dizem que o conceito de descobrimento comumente usado é profundamente incorreto e atentatório para os chineses porque eles já lá estavam há muito, o que importa é ponderar se faz sentido continuar a usar a mesma determinação histórica.

Curto (2018, pp: 229 - 230) provoca a investigação, de forma questionável, quando escreve: "É certo que necessitamos de reconhecer as capacidades de aprendizagem das línguas locais demonstradas pelos diferentes grupos lançados em África e no Oriente, bem como pelos grupos de paulistas e bandeirantes (participantes em expedições esclavagistas) no Brasil, e o mesmo se pode dizer dos padres jesuítas que

[137] Em *Identidades* (2018, Lisboa, D. Quixote), Francis Fukuyama escreve: "Nas sociedades democráticas asseveramos, com a Declaração da Independência dos Estados Unidos, que 'todos os homens são criados iguais'. Historicamente, no entanto, já discordámos sobre quem se qualifica como 'todos os homens'. À época da assinatura da Declaração o círculo não incluía os homens brancos sem propriedade, os escravos negros, os indígenas americanos ou as mulheres. Além do mais, visto que todos os seres humanos são tão obviamente diversos nos seus talentos e capacidades, precisamos de compreender em que sentido estamos prontos a reconhecê-los como iguais para efeitos políticos." É respondendo a esta exigência de Fukuyama que a História se deve posicionar. Não no entendimento do narrador participante, arcaico cognitivo, mas no investigador exigente e descomplexado.

dominaram as línguas locais no Brasil, na Índia e posteriormente na China e no Japão. Contudo, é forçoso notar o enorme envolvimento de agentes não portugueses no trabalho de tradução e estabelecimento de canais de comunicação entre os diferentes mundos abertos pela expansão marítima portuguesa"[138]. Encontra-se aqui a prudência da não exclusividade que o conceito e o simbolismo dos Descobrimentos foram entregando? Mais, vê-se aqui a primeira leitura de uma bilateralidade do conceito que deve ser a que, no tempo de hoje, se pode bastar a si própria?

A recomendação que se poderia ter recebido, no período seguinte às descolonizações, deveria ter ido no sentido de não se continuar a fazer uma história colonialista, mas que a construção de uma história completa só poderia ser levada a bom porto percebendo e implicando as histórias dos outros povos.

Ora, o que até agora se verifica, é, em muitos autores, um reduzido entendimento da história dos outros povos, em especial dos povos de África e da América, ficando-se a investigação mais produtiva, por decorrência da facilidade com que se encontram fontes primárias, na relação com as gentes asiáticas e do Médio Oriente. Este labor parcial não ajuda a transformar a missão histórica, porque no imaginário coletivo português, fruto do tempo de permanência e das implicações sociais e económicas, é ao Brasil e a África que se debitam as convulsões ideológicas que implicam a historiografia.

Não se deve dizer que os Descobrimentos, enquanto marca profunda no imaginário coletivo são uma invenção do salazarismo, porque não é verdade. Como atrás se disse, o conceito vem deste o ato inaugural do Brasil consagrado na carta de D. Manuel I aos Reis Católicos e afirmou-se presente, em traços mais largos, no reinado de Filipe I.

Os Descobrimentos atravessam todo o universo da intelectualidade portuguesa, mesmo a oposicionista, ao longo dos séculos XIX e XX. Jaime Cortesão e Vitorino Magalhães Godinho são proclamadores do conceito histórico de Descobrimentos e isso não impediu o seu exílio. O que é incompreensível é que o tempo da história de hoje, implicado pelas restantes ciências sociais, mas também exatas como a física, seja ainda muito recuado na promoção de uma atualização do conceito que se interligue com o *continuum* da história e o queira marcar com critério.

---

138 138 Em *A Cultura Imperial e Colonial Portuguesa*, de Diogo Ramada Curto, in: *A Expansão Marítima Portuguesa*, dir. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, 2018, Edições 70.

Aquando da visita de Samora Machel, Presidente da nova República de Moçambique, em outubro de 1983, o Protocolo do Estado dedicou especial atenção ao facto de poder existir uma sessão de cumprimentos no Salão Nobre da Assembleia da República.

Nesse espaço do Palácio de São Bento, construído na década de 1940, que segue o gosto estético do Estado Novo e representa a sua política cultural e histórica, existe um conjunto de painéis que representam a leitura colonialista e nacionalista que por aquele tempo o país estava obrigado a viver.

As imagens dos painéis representam a Entrega das cartas de navegar ao capitão da Armada pelo Infante D. Henrique, a Tomada de Ceuta, Diogo Cão na Foz do Zaire, a Passagem do Cabo das Tormentas, a Chegada ao Brasil de Álvares Cabral e a Tomada de Malaca. Quatro destes painéis são assinados por Domingos Rebelo (Rosmaninho, 2006, pág. 357), um integralista que apreendeu bem as propostas estéticas de Adriano Sousa Lopes.

A representação portentosa da subjugação dos povos nativos transparece dessas imagens e foi essa a razão de um protesto informal do estadista moçambicano perante tal exposição, como que a deixar vincada a negação da progénie portuguesa perante os povos livres de África. Não mais se receberam chefes de estado africanos naquele espaço solene do parlamento.

Mas será este exemplo um motivo para se eclipsar o conceito histórico de Descobrimentos? De todo! O que Portugal ainda não conseguiu foi a consagração da arte, da ciência e da história a um entendimento bilateral de Descobrimentos, uma interpretação dessa mesma arte sem a eliminar.

Nesta investigação importa comprovar a evolução de algumas entidades públicas perante a realidade política e social que se vive, passado quase meio século do processo de descolonização.

Nada melhor do que pesquisar no *site* institucional do organismo a quem compete a cooperação e é responsável pela política de promoção da Língua Portuguesa – O Instituto Camões[139].

[139] Ver em: www.instituto-camoes.pt – último acesso em 23 de agosto de 2019.

No suporte digital encontra-se um vasto e valioso contributo para o conhecimento das navegações portuguesas. Escritos sobre a arte de marear, construção e arquitetura naval, políticas de organização naval, cartografia, viagens e viajantes, os textos compreendem um amplo conjunto de abordagens que servem a academia e podem ser sustento das ciências sociais.

Acontece que o Instituto Camões não se fica por aqui. E numa ingénua leitura da História[140] adotou uma criação do jornal Expresso, com doze capítulos, sobre os Descobrimentos nos quais se confirma a manutenção de uma leitura colonial da Aventura Marítima.

Desde logo, no frontal da página em referência, é colocada uma imagem que remete para a visão salazarista do papel de Portugal e das obrigações da Mocidade Portuguesa. A criança empunhando o guião da instituição juvenil, nascida à semelhança das demais existentes em Itália ou na Alemanha ao tempo, foi replicada em milhares de manuais escolares e aparece agora, estilizada, numa reinvenção inimaginável do Instituto.

Mas são os doze tomos que implicam o pensamento. Neles são replicados os conceitos históricos de João Ameal, como acontece na narrativa da Tomada de Ceuta ou das descobertas dos Açores e da Madeira.

O mesmo sentimento salazarista se encontra na inclusão da viagem de Magalhães, uma mirabolância em que se elege o desinteresse português pela empreitada mas garante a tutela da mesma. É também neste tomo que se observa a leitura autocentrada da história narrada, em especial na dimensão simbólica que o Tratado de Tordesilhas merece no tempo de hoje. O Instituto Camões insere uma canção, sem qualquer enquadramento ou explicação cientifica que a faça temporalmente aceitável, a que deu o nome de Donos do Mundo, com a seguinte letra:

[140] Ver em: https://tinyurl.com/wxufbbvr último acesso em 13 de outubro de 2022.

Estes são os donos do mundo
E de muitas maravilhas.
Assinaram o Tratado
De Tordesilhas

- D. João II
Viajar pelo ocidente
E a Índia alcançar
Achei inconveniente,
Foi difícil de aceitar!

- D. Fernando
Como sou ambicioso,
Penso sempre em conquistar,
Acreditei no Colombo
E ele pôde viajar.

Estes são os donos do mundo
E de muitas maravilhas.
Assinaram o Tratado
De Tordesilhas

- D. Fernando
Espanha ficou mais rica!
Fiz uma grande aposta
E foi mais uma conquista
Que surgiu de uma proposta.

- D. João II
Esta nova descoberta
Valeu para me mostrar
Que também há outros povos
Que navegam pelo mar.

Estes são os donos do mundo
E de muitas maravilhas.
Assinaram o Tratado
De Tordesilhas

- D. João II
Agora estamos os dois
A assinar este tratado…
Vamos dividir o mundo:
Metade p'ra cada lado.

- D. Fernando
Felizmente concordamos…
E com orgulho profundo.
Poderemos exclamar:
Somos os donos do mundo!

Estes são os donos do mundo
E de muitas maravilhas.
Assinaram o Tratado
De Tordesilhas

É também o mesmo Instituto Camões que dá suporte a um longo texto de Luís Filipe Barreto[141] com o título *A Herança dos Descobrimentos*. Nele volta a encontrar-se uma cosmovisão que consagra uma enormização dos feitos portugueses e das consequências destes.

Diz Barreto: "(…) Portugal foi o contaminador do Mundo, o mensageiro da Europa na África, Ásia, América e Oceânia"; "Esta condição epocal de maior mensageiro planetário permite a Portugal a constituição duma CULTURA literária, científica, técnica, doutrinária, filosófica e artística orientada para o encontro e troca pluricivilizacional, centrada na realidade e ideia de humanidade planetária-universal (…)"; e ainda, como querendo garantir uma passagem administrativa do conhecimento: "A ontologia do mundo orgânico-qualitativo com os seus grandes pais referenciais (Aristóteles, Ptolomeu e Galeno) é a grande casa do saber habitada pela cientificidade dos Descobrimentos Renascentistas Portugueses."

[141] Ver em: https://tinyurl.com/y88t5uzm - último acesso em 13 de outubro de 2022.

Não está impedida a academia e os que nela laboram de optar por dimensões literárias ou por visões estrondosas sobre a história. Mas está o Estado do tempo de hoje impedido de consagrar visões que conferem marcas que as ciências já relegaram para prateleiras periféricas.

Mas Barreto merece uma atenção complementar. Diz que que os Descobrimentos se consagraram numa troca pluricivizacional, centrada na realidade e ideia de humanidade planetária-universal. Ou seja, é aqui que vale a pena uma paragem – os Descobrimentos encerram em si mais do que a chegada impositiva, mais do uma noção unívoca da epopeia. Valem pela consagração de outros enquanto civilização e numa visão contemporânea da história, enquanto contributo para uma tal humanidade universal pluriexistencial.

Olhando o encargo desta investigação, não se parou no caminho para a normalização da presença humana, dos seus direitos e dignidades, quando se fala em Descobrimentos. E Contente Domingues, no seu *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600* (2016) coloca o assunto a caminho do seu local próprio.

Diz Domingues (pp: 333 - 337): "Descobrimento, querendo dizer que um território até então totalmente desconhecido é encontrado pela primeira vez, e assim acrescentado ao mundo conhecido, dele começando então a fazer parte, é uma ideia que radica no otimismo tardo-oitocentista e tem persistido em algum discurso historiográfico mesmo para lá do fim da Segunda Guerra Mundial, altura em que começou a ser posta em causa sistematicamente".

Para Domingues, Descobrimentos poderá não ser uma designação plausível para confrontar os achados perante a realidade civilizacional dos povos antes desconhecidos dos europeus. Referindo-se a Luciano Cordeiro, figura referência da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), os Descobrimentos eram a porta que se abria para o dever maior de civilizar os povos não europeus[142].

Quase a terminar a inserção no seu dicionário, Domingues escreve como se prometesse a estocada final: "Descobrimento nada tem que ver, portanto, com a ideia do senso comum do ´primeiro a chegar´: antes do mais, porque mesmo numa perspetiva

[142] Francisco Contente Domingues avança, sobremaneira, no campo da historiografia sobre o conceito de Descobrimentos e abre a porta a uma nova leitura implicada pelas restantes ciências sociais. Mesmo assim, querendo manter um compromisso com a escola mais tradicional, reformula o conceito assumindo-o como elemento constituinte de um processo de inovação, muito ligado ao conhecimento geográfico e à consolidação cartográfica. Estes Descobrimentos que Domingues elenca parecem ser instrumentais, mesmo que relevantíssimos. Ver entrevista a Isabel Salema, Público de 17 de janeiro de 2016 - https://tinyurl.com/2je5yurs - último acesso em 13 de outubro de 2022.

estritamente europeia é impossível saber quem foi o primeiro a chegar de facto a um novo território."

Contente Domingues assume, porém uma leitura com variantes. A primeira variante não parte do descobrimento enquanto primeiro ato. Trata-se do primeiro registo conhecido, aquele que passa a integrar o sistema de conhecimento mundial da escrita e da representação gráfica. A segunda variante é a que confirma o caráter relativo dos Descobrimentos, partindo da realidade própria do descobridor.

Mas vai mais longe numa terceira variante – é a que separa o conceito de descobrir do conceito de achar. Ou seja, poder-se-á estar perante uma oposição entre o determinismo da empreitada e a serendipidade de uma missão. Por último, uma quarta variante – a que considera que "As sociedades preexistentes à época das grandes explorações marítimas tinham níveis civilizacionais muito dispares, mas uma coisa em comum: ignoravam-se totalmente umas às outras, viviam em pequenas partes do mundo totalmente incomunicáveis com outras partes, mais ou menos pequenas."

Bastará a última variante da análise de Domingues para continuar a fazer sentido falar em Descobrimentos.

Mas continua a fazer sentido uma enormização dos feitos que se proponha o clausurar do conceito de Descobrimentos? Faz também sentido que os olhares sobre o passado não confiram a insuportável beatificação de "donos do mundo" que atrás se indicou a partir dos textos do Instituto Camões?

"Depois de os portugueses terem subjugado Malaca em 1511 pareciam estar criadas as condições para a exploração de rotas para os mais longínquos territórios do Oriente, de entre os quais se destacou a China, que foi aquele que mais atenção lhes despertou desde que lá foram pela primeira vez em 1513. De entre outros temas de destaque da História dos Descobrimentos dos portugueses no longínquo Oriente há a assinalar a ida a ilhas como a de Timor e a grande viagem de Fernão de Magalhães. Finalmente há a considerar a realização do último grande descobrimento português que foi o Japão, sendo também o mais problemático." Garcia (2015) concorda com o "donos do mundo" e vê assim a chegada dos portugueses ao oriente, um elemento de um processo que continua a designar Descobrimentos.

E continuando a explorar as proclamações do Instituto Camões e as visões dos que se lhe opõem, segue-se uma outra preciosidade. "Dois homens negros, escondidos na vegetação, observam os portugueses a desembarcar na praia. 'Bolas! – diz um deles para o outro – fomos descobertos'." É assim que começa o texto, no jornal Público[143], de Paulo de Sousa Pinto, e acrescenta: "Esta piada contava-se nos meus tempos de estudante (no mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão da FCSH, nem mais), pois já nessa altura os conceitos e chavões para descrever aquilo – Descobrimentos, 'ultramarinos', 'coloniais', 'império' – queimavam línguas e neurónios."

Encontra-se nos textos do Instituto Camões, nas considerações de Garcia e na revolução imagética de Sousa Pinto, os contrastes do tempo que se vive e como se pode falar em Descobrimentos perante cada uma das visões ideológicas associadas à historiografia.

Não se promovendo uma exaustiva inquirição sobre as dimensões filológicas dos três conceitos que se agregam às grandes navegações dos portugueses – Descobrimentos (usado profusamente pela academia, pela política e pela sociedade), Expansão (enquanto processo de ocupação de novos territórios mesmo que o país nunca tenha tido população suficiente, aparato administrativo e conteúdo normativo perenes para consagrar essa mesma expansão com exceção da língua) e Império (que se desenvolverá no capítulo seguinte), não deixa de ser minimamente clara a existência de três grupos de académicos das ciências sociais que estruturam o pensamento atual sobre o passado português no mundo, segregação que se evidenciou no debate sobre a criação, em Lisboa, de um Museu das Descobertas (2018).

Um primeiro grupo assume as essências de caráter do português e adota o traço central do comportamento coletivo português – deixem-se as coisas no seu tempo/espaço regressando a elas como e quando for preciso, mas sem as questionar aos olhos do hoje.

Neste primeiro grupo também se considera relevante o pensamento de Eduardo Lourenço[144], esse ser inquieto que nos diz tudo e o seu contrário dependendo do tempo e do modo. Escreve ele: "Já não podemos reparar nada, que essas coisas não têm reparação, mas podia ser um gesto (este movimento) que se justificasse por uma espécie de maldade

[143] Ver em: https://tinyurl.com/yc4gtgml último acesso em 13 de outubro de 2022.
[144] Ver em: https://tinyurl.com/y82ub4fz último acesso em 13 de outubro de 2022.

particular e única que nos afastasse da consideração de país civilizado, de um continente civilizado chamado Europa, mas não." E mais diz: "Uma parte desses senhores que subscrevem esse documento têm as suas razões, são historiadores, conhecem, mas houve tragédias na Europa que não são da nossa alçada, que fomos os mais pacíficos dos povos do sul da Europa. Outras Nações, outras culturas, que fizeram passar a Europa por períodos de facto muito difíceis de aprovar nas suas intenções, caso da Alemanha, da França e de outros países."

Lourenço, um cientista social de referência internacional, sabia, porque já o tinha manifestado, que o esquecimento sem o confronto com o passado fará, num qualquer dia, regressar a barbárie. Que a não consideração das atrocidades dos regimes fascistas e comunistas implicarão novos movimentos de cariz próximo, desmotivarão as sociedades no seu processo de crescimento democrático e tolerante.

O segundo grupo é constituído por historiadores e museólogos que fizeram toda uma vida assumindo os conceitos que acima se referiu. Não se pode pedir a quem profusamente trabalhou os Descobrimentos que se conteste à luz do tempo presente, da reivindicação da igualdade dos povos ou mesmo na obrigação central de uma reparação histórica que a diplomacia moderna comporta e obriga.

Thomaz é bem claro na grandiosidade do que está a tentar tratar-se, do papel lusitano de pedra filosofal da cultura ocidental. "Nos Descobrimentos portugueses convergiu assim o saber acumulado por gregos, árabes, judeus, italianos, normandos e até chineses: a vela latina, que permitia bolinar, fora inventada no Mar Vermelho (…); a técnica de construção de cascos capazes de resistir aos mares mais agitados provinha sobretudo das costas do Mar Norte (…); as propriedades da agulha magnética haviam sido descobertas na China (…); de Itália e de Maiorca viera a carta-portulano (…)"[145]. Ou seja, os Descobrimentos de Thomaz, que reivindicavam no seu escrito um museu, expressavam-se no saber português de construir uma simbiose valorosa para fazer um novo mundo.

Também diz Costa "(…) da mesma maneira que nós descobrimos os japoneses, os japoneses descobriram-nos a nós naquele momento. Quando os portugueses chegaram

[145] Ver em: https://tinyurl.com/yablbyw2 último acesso em 13 de outubro de 2022.

ao Brasil, os índios descobriram que havia outras pessoas sem serem eles. A palavra descobrimento começa a ser usada numa ótica europeia, mas não é errada.[146]"

É exatamente aqui que Costa faz discordar muitos dos seus pares. A questão não está na ignição, está na explosão. O ato de chegada é um encontro, mas o processo de penetração, conquista, invasão, usufruição e destruição é o recheio do juízo de Descobrimentos que obriga à prudência na aplicação do conceito.

Caminha-se, pois, num questionamento do que entrega, como partilha histórica, Thomaz (2018, pág. 110) quando escreve: "Seja como for, na época dos Descobrimentos o verbo descobrir tinha como sentido assaz preciso de 'explorar, reconhecer, cartografar' e podia por isso aplicar-se a cousas de cuja existência se sabia há muito."

O terceiro grupo integra muitos dos mais novos académicos portugueses dos centros de investigação em ciências sociais. A estes foram entregues mimos tão variados como "sucata ignorante e antinacional", "esterco" ou mesmo "promotores do marxismo cultural".

Ramada Curto vem em auxilio deste ultimo grupo, muito acompanhado pelo Movimento *Woke*, tentando dar-lhe consistência. Diz Curto: "(…) basta de comemorações e anticomemorações, o importante é que floresçam modos de fazer História mais analíticos, críticos e reflexivos (…)". E mais à frente escreve que é necessário um novo paradigma em que se possa "(…) enquadrar o chamado 'caso português' em processos mais vastos e estabelecer um diálogo com outras historiografias (…)"[147].

Os alertas de Curto parecem assumir, ainda, a interpenetrabilidade da investigação que importa fazer. O século XX consagrou, até mesmo ao seu final com a Comissão dos Descobrimentos, o tripé português de Descobrimentos, Expansão e Império. Todo esse período foi trabalhado por muitos operadores que não vinham da História. A partir da década de 1960 a História passou a ser consagrada à Academia, a uma investigação aturada e implicada mas, mesmo assim, porque a História é uma ferramenta central na luta política, os historiadores acabaram por "(…) funcionar como caixas-de-ressonância de lógicas de confronto que não foram eles a criar (…)".

[146] Ver em: https://tinyurl.com/y8o9p9wd último acesso em 13 de outubro de 2022.
[147] Ver em: https://tinyurl.com/y99cjzps último acesso em 13 de outubro de 2022.

Curto elege como marca da inconsequência do debate passadista o facto de não se ter, ainda hoje, investigação sobre a história da escravatura, mesmo sabendo ele que a investigação de vários académicos dos dois lados do atlântico se revela importante e consistente, elemento pertinente na ação dos portugueses ao longo de séculos no comércio entre África e a América[148].

O manifesto contra a criação do Museu da Descoberta[149] comportava um conjunto de considerações implicadoras da historiografia hodierna e que se dever questionar:

1) Não se pode observar uma história anacrónica que assuma um ponto de vista unívoco e glorificador, o qual tem vindo a ser contestado em fundamentadas reformulações por múltiplas investigações académicas nacionais e internacionais. Importa promover uma consolidação dos termos descoberta/descobrimentos, primeira globalização, interculturalidade, lusofonia;
2) Não se pode desenvolver qualquer confirmação histórica do papel de Portugal se esta não comportar uma leitura sobre o tráfico intercontinental de seres humanos; a responsabilidade no etnocídio indígena; a negação do luso-tropicalismo[150] enquanto visão ideológica da presença portuguesa no mundo; as implicações extractivistas e mineiras de captura de recursos; e a guerra colonial que tarda em se consagrar como um dramático período da vida coletiva lusitana.
3) Não se pode ponderar o processo de normalização das relações históricas sem que Portugal se predisponha a uma partilha do património cultural extraído dos territórios por onde passou.

Olhando a sua construção textual e as suas validações ideológicas (designadamente na consideração da importância da Aventura Marítima para o nascimento do capitalismo) as questões que o manifesto identifica devem merecer uma análise por parte da investigação histórica.

Olhando o tema, Rui Tavares[151] indica a sua opinião, discutível em bom juízo, sobre o que deve ser a preocupação dos historiadores. “Há pouco mais de dez anos, os

---

148 Ver em *Vitorino Magalhães Godinho e a questão da escravatura*, de Diogo Ramada Curto, in *Práticas da História*, (2019, pp: 258-272), Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past, nº 8.
149 Ver em: https://tinyurl.com/ycnsznpn , último acesso em 13 de outubro de 2022.
150 O luso-tropicalismo, invenção de Gilberto Freyre, marcou um tempo que se encontra extinto. Trata-se, em boa verdade, de uma leitura antropológica primitiva, etnocêntrica e despida da realidade de cada civilização inserta na amalgama que Freyre construiu. Em boa verdade o Brasil, a presença dos portugueses nas Américas, não podem afirmar-se como uma grande Arca de Noé, um local em que humanos são refletivos em outros humanos e animais são refletivos de várias categorias de sub-humanos. (Freyre, 1983)
151 Ver em: https://tinyurl.com/yar4mkcp , último acesso em 13 de outubro de 2022.

cientistas da União Astronómica Internacional decidiram que Plutão não deveria continuar a ser considerado um planeta. Não foi por causa do 'politicamente correto', mas porque o consenso científico sobre Plutão mudou. Mesmo assim não faltou quem se abespinhasse. Ou porque há sempre gente para achar que, se uma vez aprendeu que Plutão era um planeta, Plutão tem de continuar a ser um planeta. Ou porque os académicos são uns chatos e os especialistas gente que é preciso contrariar sempre que apareça uma ocasião." Esta consideração espúria de Tavares leva a um olhar sobre alguns académicos que querem elevar no planalto da observação científica e tentam confirmar, como o faz Xavier[152], a inegável consideração de que o vocábulo Descobrimentos "(…) esteve sempre associado a projetos nacionalistas, desde pelo menos o final do séc. XIX, neles se incluindo os nacionalismos salazaristas, republicanos, integralistas, e outros anteriores e posteriores (…)".

Há em Tavares, também em Xavier, como atrás se identificou, um erro de base. A História não se submerge na avaliação temporal do hoje, mesmo que por ele seja implicada. Esta, enquanto ciência social, faz sentido se continuar a situar o estudo do Homem no seu tempo, a constatar a sua existência com os melhores olhos do seu meio.

António Pinto Ribeiro[153] na mesma linha, vai ainda mais fundo no que quer exigir à historiografia portuguesa do tempo de hoje: "Já não deveria ser necessário afirmar isto: que os nomes dados às coisas têm uma intenção e o seu uso condiciona o que fazemos. O termo Descobrimentos descreve, a partir de uma posição de supremacia, a conquista, a subjugação e a exterminação de povos e da natureza, de nações inteiras e de línguas, porque as rotas da expansão foram quase sempre monolinguísticas. Como afirma Glissante: 'a rota é monolingue'."

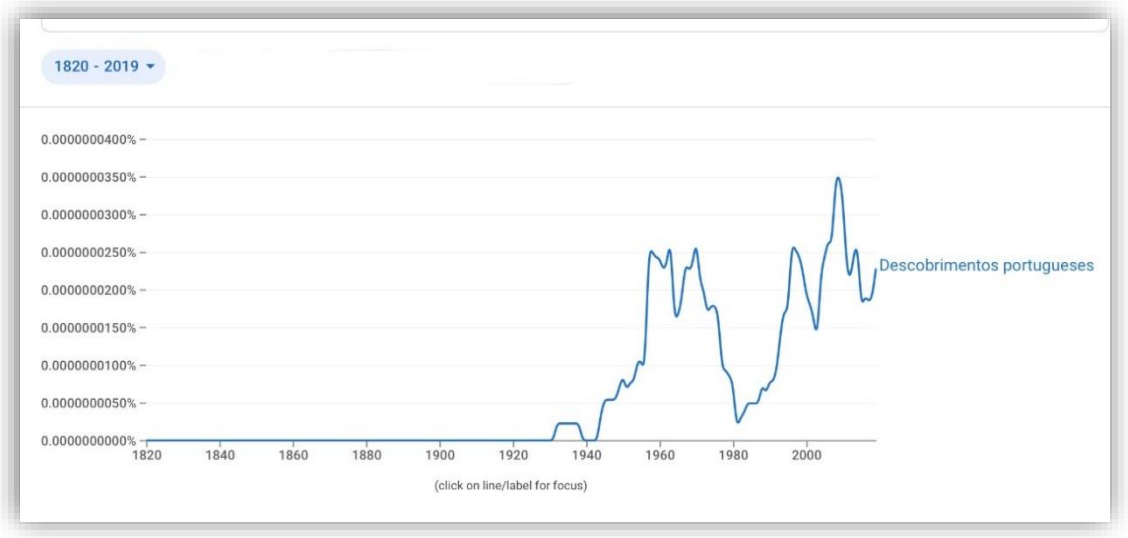
Há, contudo, uma questão a que Ribeiro não consegue dar resposta: Se lhe parece fora de tempo o uso do conceito Descobrimentos, deve a História abandonar a sua tradicional divisão temporal, deve fazer eclipsar a Época Moderna? Deve extinguir o período Medieval?

E se for possível utilizar os algoritmos do motor de busca mais relevante da internet, poder-se-ia verificar que a produção editorial em torno dos Descobrimentos não se reduziu com o nascimento e alastramento de novas formas de ver e estudar História.

[152] Ver em: https://tinyurl.com/yavmwtuu último acesso em 13 de outubro de 2022.
[153] Ver em: https://tinyurl.com/yalftoyk último acesso em 13 de outubro de 2022.

Ilustração nº 1

Inserções, por anos de edição, de matérias sobre os Descobrimentos



Fonte: Google Books Ngram, elaborado pelo autor em 22 de janeiro de 2022

A historiografia tem, pela sua natureza, uma resistência maior do que o tempo restrito em que o homem vive, a distância tempo não lhe impõem uma permanente reinvenção, antes pelo contrário, exige-se dela a confirmação tendo em conta a posterior investigação sem cair no anacronismo que sempre persegue.

Hespanha (2018 – Público de 12 de agosto), encerra uma leitura descomplexada do que se vem tratando. Diz: "O conceito Descobrimentos adquiriu na nossa língua um sentido próprio. Sempre lembraremos das palavras de deslumbramento do conhecimento do 'novo', em matéria de terras, de mares, de céus e de estrelas, proclamado no *Esmeraldo de Situ Orbis,* de Duarte Pacheco Pereira, dedicado a D. Manuel I. Sem dúvida que os portugueses, como outros povos, foram 'descobrindo' depois do século XV novos lugares, novas técnicas náuticas, novas gentes, pondo em ligação culturas diferentes. Mas criaram também, naturalmente, como é próprio do homem, novas formas de domínio, até religioso, novas políticas de império político, novas fontes e modos de exploração (…) Assim os Descobrimentos ficaram considerados como um processo histórico, um conceito plástico, que é passível de se lhe ir encontrando significados diferentes."

3.1.2. O debate entre ciências

3.1.2.1. África como início

Os investigadores em história das últimas décadas comportam um mundo novo e cheio de oportunidades para as suas leituras e escritas sobre o passado. A historiografia nunca esteve tão bem acompanhada como está pelo desenvolvimento da arqueologia e da antropologia, pelas parcerias com a física, a biologia, a sociologia e com a ciência política.

Poder-se-á continuar a teimar numa relação simples a partir de fontes primárias / bibliografia, mas não é prudente, porque desgradua o trabalho do historiador e concede-lhe um estatuto menor enquanto de artífice da História.

Fazer uma escatologia dos Descobrimentos sem se questionar o povoamento do globo terrestre pode ser continuar a teimar no eurocentrismo do labor historiográfico dos séculos XIX e XX, será negar a realidade humana, intelectual e social que ao longo de milénios formatou o Homem.

Ao dizer-se que os portugueses descobriram partes de África ou do Oriente, que descobriram o Brasil, poder-se-á estar, neste tempo da proletarização do conhecimento, a cristalizar as grandes navegações numa estante passada e desinteressante[154]?

Já nos encaminhámos num sentido, mas o trabalho do historiador deve ser o de continuar a questionar os conceitos e as ferramentas que analisa. E é por isso que esta tese propõe uma ponderação da historiografia em construção no presente, das suas visões elitista e colonial que estão ligadas à leitura tradicional dos Descobrimentos[155].

---

154 A aventura marítima dos portugueses atravessa-se, ao longo dos séculos, nas outras aventuras que as circunstâncias sempre determinaram. As aventuras do século XX, as emigrações em massa das décadas de 1960 a 1980 ou a circulação no global da segunda década do século XXI levam a que não se esqueçam outros caminhos seguidos. A história e literatura relegaram para o esquecimento das viagens por terra de inúmeros portugueses, viagens que os levaram a outros mundos e a contribuir para a construção de universos simbólicos que também foram concorrentes de uma certa ideia de Descobrimentos. António Tenreiro, autor de *Itinerário da India por terra a este Reino de Portugal*, (2020) foi o primeiro português a escrever, ainda na primeira metade do século XVI, uma viagem por terra entre o Oriente e Portugal. Não era só uma viagem, mas também uma consagração da realidade política de cada território e uma outra e relevante caraterística dos portugueses – os seus exotismo e excentricidade que desgraduavam, no tempo inicial da abordagem, a desconfiança.

155 Alexandre Martins, na sua crónica *Radical hoje, moderado amanhã*, publicada no Público no dia 15 de dezembro de 2019, ajudou na nossa consagração *hard* sobre os Descobrimentos. A oposição entre os pequenos passos e o radicalismo das opções claras não é possível no tempo que vivemos e no que concerne à leitura sobre o conceito de Descobrimentos. A tolerância para com o conceito, como se o aceitássemos porque não nos choca, afirma-se, de forma grave, na obrigação de normalização das relações entre potencias colonizadoras e povos invadidos. Ver em: https://tinyurl.com/y2j4o2hk último acesso em 13 de outubro de 2022.

A ciência, no seu incrível percurso, ainda não encontrou a resposta central que nos inquieta – quem fez o Homem? Mas a ausência de um ponto inicial não tem impedido os cientistas de progredirem nos achados sobre os tempos do não registo escrito, sobre os longos períodos em que, apesar da ausência de documentos e da raridade dos artefactos, nada obstaculizou o caminho dos humanos que foram habitando este planeta Terra.

Verdadeiramente, são autênticos descobrimentos o conhecer-se hoje de onde partiu o *Homo Sapiens* de quem o homem de agora é herdeiro; como conseguiu vencer o tempo e o espaço; como se projetou no globo e em todos os continentes; como se relacionou entre si e se fez comunidade (Curry, 2019, pp: 3 - 20).

Perante este longo descobrimento, só possível depois da consolidação dos conceitos históricos que ainda hoje incitam, deve encaminhar-se a investigação para a negação das grandes navegações e a chegada aos diversos pontos do globo onde estiveram portugueses, como sendo o período dos Descobrimentos?

Alguns cientistas da história lamentarão que Brian Cox seja um físico de partículas que ajuda a ir ao encontro das origens dos seres humanos. "As árvores filogenéticas dos hominídeos fazem remontar a história genética humana até aos macacos do Velho Mundo que viviam na terra há 25 milhões de anos. As descobertas de várias jazidas, incluindo o famoso esqueleto *Australopithecus afarensis*, conhecido por Lucy, tem ajudado a juntar as peças do quebra-cabeças da ascendência humana. Crê-se que a separação dos chimpanzés, há cerca de 7 ou 8 milhões de anos, e o processo de evolução de quadrúpedes até ao *Homo sapiens* bípede terá arrancado quando estes símios começaram a passar mais tempo no solo do que nas árvores." (2020, pg. 129).

A investigação poderia seguir, também, Conde & Ayala (2013, pp: 639-641) a partir do fóssil de Denisova, de onde se confirmaria, em tempo diferente do achado por Cox, o caminho da espécie. Verificar-se-ia, de igual forma, as sequências de DNA que habilitam a um seguir do caminho entre as populações arcaicas e as populações humanas modernas a partir de África (pág. 653).

Esta evidência da ciência implica a humildade de se aceitar o trilho inicial, de se considerarem todos os povos iguais perante o desenvolvimento da vida que o planeta Terra comporta.

Desse longo percurso de milhões de anos, olhe-se o *Homo Sapiens* e identifique-se a proximidade com o homem de hoje na dimensão do cérebro, na estrutura física do corpo, no pensamento simbólico, na linguagem desenvolvida e na capacidade para as artes (pp: 132 - 133 e 144).

Wilson (2018, pág. 108) escreve: "Foi obviamente com o *Homo Habilis*, presente em África entre há 2,3 milhões de anos e 1,5 milhões de anos, que ocorreu a viragem que resultou na humanidade moderna. No seu segmento da pré-história, a capacidade craniana, ou seja, o tamanho do cérebro, cresceu de 500 para 800 cc, bem mais do que o cérebro do chimpanzé moderno. Voltou a crescer, com o *Homo Erectus* (cerca de 1.000 cc) e daí para o *Homo Sapiens* (com uma média de 1.300 cc ou mais). Esta dimensão significativa foi alcançada pelos primeiros *Homo Sapiens*; um cérebro maior permitia uma memória maior, levando à elaboração de narrativas internas e, em seguida, pela primeira vez na história da vida, a uma verdadeira linguagem. Partindo da linguagem, surgiram a nossa criatividade e cultura sem precedentes."

A imensa importância, para todas as ciências, da comprovação que a diáspora humana arroga, deveria obrigar ao reponderar de velhos conceitos e de falsas designações. Os primeiros humanos apareceram há cerca de 200 mil anos e saíram de África num período que se estima próximo dos 65 mil de anos; aportaram na Ásia entre os 50 e os 40 mil de anos, tempo menor em que se podem encontrar no continente europeu mais a ocidente. A sua chegada ao continente americano, pelo norte, estima-se há 16 mil de anos e pelo sul no milénio seguinte.

E regressa-se à excecionalidade descritiva de Cox (pp: 152 - 153) para um conhecimento mais habilitante do percurso do Homem e da sua condição gregária. Referindo-se aos iniciais, diz: "Estes grupos sociais teriam vivido em tribos livremente relacionadas, talvez com uma dimensão entre mil e dois mil indivíduos, operando numa região com cerca de 100 quilómetros. As populações estabilizavam, talvez em reação a fatores sociais, mas também devido às taxas de mortalidade acrescidas e causadas por doenças parasitárias e disponibilidade decrescente de recursos *per capita*, antes de se fragmentarem e espalharem."

E escreve ainda que, com a transformação dos humanos de caçadores-recolectores em agricultores, há aproximadamente 12 mil anos, consagrou-se a transição definitiva, o passo mais relevante, com a criação do "homem do espaço".

É, porém, Harari (2019) quem permite articular todos os campos da ciência para que se negue a história compartimentada. Este reconhecido cientista social, não físico quanto o é Cox, vai fundo na análise de três universos que implicam esta investigação.

O primeiro desses universos é a negação da revolução agrícola enquanto emanação da inteligência humana. Para Harari (pp: 99 - 106), não foi o homem que domesticou a natureza, que a fez comportar-se de forma a adequar as plantas e os animais a processos produtivos destinados a mais alimentação. Foi o contrário, o que aconteceu foi mesmo a natureza, o trigo, o arroz, a batata, quem levou o *Homo sapiens* a processar organizadamente a terra, a iniciar processos rotativos de instrumentação de maneio.[156]

Está aqui a razão que leva a que uma parte dos povos, que nas grandes navegações passaram a ser insertos no recenseamento global da espécie, a não carecer de produzir alimentos ou de criar animais.

E o maravilhoso da análise é o facto de serem abertas portas para o questionamento dos torturadores do planeta quando afirma: "Não existem quaisquer provas de que as pessoas se tenham tornado mais inteligentes com o tempo. Os recolectores conheciam os segredos da natureza muito antes da Revolução Agrícola, já que a sua sobrevivência dependia de um conhecimento íntimo dos animais que caçavam e das plantas que colhiam. Em vez de anunciar uma era de vida fácil, a Revolução Agrícola deixou os agricultores com vidas geralmente mais difíceis e menos satisfatórias que os recolectores. Os caçadores-recolectores gastavam o seu tempo de maneiras mais estimulantes e variadas e corriam menos riscos de passarem fome ou contraírem doenças."[157]

A relação que os povos europeus criaram com os nativos de África e da América a partir das grandes navegações pode assumir-se aqui como uma imiscuição nas

---

[156] *Em Sentir & Saber – A caminho da Consciência* (2020), António Damásio leva-nos onde nos interessa para comprovarmos o que estamos afirmando. A inteligência, o seu desenvolvimento, é uma coisa mais longeva, mais equitativa e mais perene do que admitíamos há meios século atrás, a natureza e o ambiente são determinantes e em certa medida são centrais para a realização/felicidade do Homem. Ao contrário do que todas as ciências nos andaram a tentar confirmar nos últimos dois séculos, a pureza da relação do homem com a natureza é mais inteligência do que a exploração descontrolada, mesmo que acompanhada da técnica e da ciência, dessa mesma natureza.

[157] Os estudos que se desenvolvem no Museo Xeolóxico de Quiroga (Lugo) sobre Elba, um humano que habitou a Ibérica há uns 9.300 anos, revela novas dimensões que se afirmam surpreendentes. Os habitantes desse período eram caçadores recolectores, mas já a caminho de um processo de maneio pastoril de algumas espécies. Elba, porém, apareceu mais relevante porque, apesar de ser negra de pele e olhos castanhos, já não apresentava sinais negroides. Para os cientistas espanhóis e ingleses que têm vindo a partilhar a investigação, a cor da pele é um elemento que muda extraordinariamente rápido, dependendo das implicações climáticas e dos cruzamentos das populações. Por isso, é muito natural que o território ibérico tenha sido habitado ao mesmo tempo por grupos de pele mais escura ou mais clara. Ver o jornal El Pais de 29 de agosto de 2020 em: www.elpais.com, último acesso em 13 de outubro de 2022.

sociedades pré-existentes nesses continentes. E é por isso que as grandes navegações e os processos de ocupação parecem encaminhar-se para a necessidade de uma avaliação de consciência.

O segundo universo que Harari sugere é o que contesta a existência congénita de instintos biológicos para a consolidação de redes de cooperação em massa e o sofrimento implicado com a necessidade de criação de ordens de natureza social e sistemas de escrita.

Quase nem se dá conta que o homem biológico nasce e morre da mesma forma em qualquer tempo histórico e em qualquer circunstância. E terá sido a organização e processamento do trabalho agrícola, o questionamento das regras básicas de distribuição e remuneração, quem terá transformado o homem no ser talador em que se revê nos tempos presentes.

A estruturação das sociedades, a sua estratificação não é para Harari uma circunstância natural, ela não resulta do ser biológico que é o homem e essa verificação confirmou-se até muito tarde em vastos universos do globo. Ou seja, ao fotografar a chegada da armada de Cabral ao Brasil em 1500, Pêro Vaz de Caminha, porque usava a escrita e esta era condição essencial da estratificação social e da determinação da hierarquia humana, consagrou uma leitura paternalista, exótica, bela pelas cores, impúdica pela exibição das comunidades indígenas enquanto humanos mais próximos do equilíbrio ambiental e da harmonia da natureza.

O terceiro e último universo que interessa analisar para se ponderar o conceito histórico de Descobrimentos que perdura até hoje e mantém vivo passado colonial português, é o que se prende com as visões imperiais que emergiram depois da Revolução Agrícola.

Harari é aqui mais elaborado, quase negando o caminho que desenvolveu nos dois anteriores universos. Mas interessa olhá-lo pelo ponto não evidente.

Os impérios submeteram vastos territórios e sucederam-se. Normalmente, o fim de um império leva a que uma determinada comunidade venha a depender de um outro. Será esta dinâmica imparável que implica os Estados, que os interliga e que, portanto, justifica a forma como as potências regionais, ao longo dos séculos, e as globias nos últimos 500 anos, têm implicado os continentes.

Os impérios moveram-se para contrariar a natureza. Teriam sido os chamados impérios português e espanhol (os iniciadores), depois o holandês ou britânico, por último os americano, russo ou chinês, quem viria a submeter a quase totalidade das comunidades humanas a um processo de normalização.

Diagne (1977, pp: 137 - 153) indica bem o responsável pela forma como se vê este caminho – o etnocentrismo. “A ideologia etnocentrista imperial sufocou as culturas nacionais do continente (…)” e a consequência: “O negro, tal como o asiático e o árabe branco, assumiu o preconceito de cor e o desprezo. Ele é, deste conjunto, aquele que sofreu a prova mas dura através da escravatura.”

A perda imensa para a humanidade das culturas africanas e americanas que se confirmaram invadidas a partir do século XV, não deixa de ser, no lado avesso da análise em Harari (pp: 225 - 234), irreparável, mesmo que o tempo a tenha de justificar.

Mas há questões que não se podem limitar a uma análise sociológica. Partindo do princípio que os grandes descobrimentos se fundaram na diáspora humana, não é aconselhável que se eliminem as conquistas.

A Aventura Marítima europeia consagrou danos irrecuperáveis na acometida desses territórios. Mas não é menos verdade que as invasões bárbaras também o fizeram, de forma bem mais dramática, em territórios do chamado primeiro mundo. Michard (2021, pp: 1523-1562) obriga cada investigador a questionar-se sobre as visões da História que atribuem uma classificação profundamente negativa. Ele diz que se os bárbaros não tivessem repelido o jugo romano a Europa livre, rica e diversa de hoje, seria uniformemente triste.

Abordando um outro universo, o do estado de “desenvolvimento” dos povos africanos na chegada dos europeus, Silva (2008, pp: 97-101) diz bem do erro que a historiografia ocidental quase sempre comete. Em primeiro lugar, não há uma unidade africana no continente. Existem povos que ocupam partes do território sem que se consagre uma divisão territorial definida. Em segundo lugar, porque não se pode dizer, como também acontecia com a Europa ou com a Ásia, que os territórios tivessem o mesmo “desenvolvimento”. E em terceiro lugar, porque as realidades entre povos, designadamente quanto à organização social, se verificava díspar.

Ou seja, as migrações, as invasões, contêm em si uma dimensão profundamente pérfida, criam novas realidades, mas também impõem aos invadidos novas realidades e novas potencialidades.

Silva (pág. 101), citando Samir Amin, diz: ”(…) é evidentemente impossível saber o que se tornariam as formações africanas se tivessem continuado a evoluir por si mesmo depois do século XVII. Integradas num estádio precoce no sistema capitalista nascente (…) foram, na realidade, destruídas nesta época e não tardarão a regredir.”

Se a Aventura Marítima foi uma ingerência, uma invasão, foi também o nascimento de uma nova realidade social, económica e política. Se a caminhada humana é, sem qualquer dúvida, um descobrimento permanente, as grandes aventuras marítimas encerram em si o conhecimento de todo o globo e dos povos que o habitavam. Não é pouco.

Encontra-se aqui mais um contributo para que a consideração - Descobrimentos - se não revele como marca histórica única no tempo corrente, mesmo que não se lhe possa retirar a enorme dimensão que assume na História Universal.

3.1.2.2. Os Descobrimentos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos

O regime do Estado Novo, consolidado na Constituição da República de 1933 e no Acto Colonial de 1930, este reconfirmado em 1933, rejeita, ao longo da sua existência, a intervenção das instituições multilaterais nas questões relacionadas com as colónias, com as províncias ultramarinas[158].

A negação permanente de uma solução para a autodeterminação dos povos africanos, patrocinada pela ONU a partir da década de 1950, nunca foi ponderada pelo regime autocrático com os argumentos que sempre se prenderam com o “direito natural” e com a obrigação histórica de Portugal para com os países que havia descoberto e construído.[159]

[158] Estas duas designações mantiveram-se nos escritos burocráticos do Estado Novo até ao seu fim.
[159] Em *Les Nations Unies et Le Portugal* (1963, Fayard), Franco Nogueira desenvolve o princípio da especificidade portuguesa e da não aceitação das resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança sobre a Guerra Colonial que levava dois anos (pp: 96-103).

Salazar nunca teria compreendido a velocidade que o mundo estava a viver a partir da guerra de 1914/18 e principalmente a que implicou determinantemente a sua política colonial, a de 1939/1945. Por isso mantinha, sobre o papel de Portugal nas relações internacionais, uma leitura *lusocêntrica* quando dizia sobre os movimentos multilaterais: "(…) cético, e mesmo receoso, do papel a desempenhar pela Liga de Genebra; mas está pronto a cooperar com o organismo como foi ditado pelas suas tradições, pela sua doutrina constitucional e pela função que tem desempenhado na humanidade. E referia ainda que "(…) o problema central do português – a integridade do território europeu e insular, em face de um conjunto inalterável de forças exteriores a cuja ação Portugal está permanente sujeito, e a integridade do ultramar, em face a ambições de outros que também são permanentes alvos pelos princípios teóricos à sombra dos quais atacam Portugal ciclicamente – é um problema contínuo (…) pelo que se torna indispensável a clareza de visão quanto aos interesses a defender, (…) certeza nos objetivos[160] a alcançar."

Ferreira da Cunha (1998, pp: 7 - 35) analisa a leitura que Oliveira Salazar fez da aprovação, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Para o ditador o direito à liberdade só é possível dentro da autoridade necessária, que a liberdade do homem enquanto ser axial era "(…) uma expressão de retórica, uma simples imagem literária (…)".

E olhando a implicação da Declaração na relação com os povos colonizados que, no discurso do Estado Novo, haviam sido descobertos pelos portugueses, e quando se postulava que "(…) todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, independentemente de raças, cor, sexo língua ou opinião política (…)", o regime considerava tratar-se de uma "bela doutrina para sonhar".

Esta resistência ao mundo em mudança só viria a eclipsar-se, política e constitucionalmente em 1976, quase três décadas depois da aprovação da Declaração.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos que vigora, é hoje critério genético das ciências. Perante ela se deve erguer também a historiografia hodierna. Por isso o seu artigo 1º é bem claro "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade". Um olhar de compromisso entre a liberdade e a individualidade.

[160] Em *A Lição de Salazar* in https://tinyurl.com/yc2ayvfh , último acesso em 13 de outubro de 2022.

Começará na primeira consagração de direitos universais a obrigação de abandono da designação do conceito histórico de Descobrimentos, conceito que nega a origem e o caminho do homem ao longo de milénios pelos diversos continentes, esse sim o primeiro e único descobrimento universalmente aceite e com permissão para referência? Não nos parece!

Porém, deve continuar a avaliar-se a proclamação somada das clasulas 1ª com a 28ª que dizem: "Todo o ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados."

Ora, o processo de intrusão, colonização e exploração que se verificou em todos os continentes, por parte de Estados europeus e nos últimos cinco séculos, implica, sobremaneira e ainda hoje, a assunção clara do mesmo artigo 28º, mas seria anacronismo que se retroagisse quatro séculos, dois sequer, perante a análise.

A leitura que acima se desenvolve a propósito dos direitos humanos encaixa, sobremaneira, no mito que se foi cristalizando de que os Descobrimentos tiveram, desde o seu início, uma dimensão profundamente civilizacional.

Segato (2015, pp: 35-43) sistematiza, no sentido da construção de uma conspeção científica retroativa das questões da *colonialidad* em todo o seu tempo histórico, quatro teorias que assentam todas na visão de uma das partes. Essas teorias são: "… la Teologia de la Liberacion, la Pedagogia del Oprimido, la Teoria de la Marginalidade que fractura la Teoria de la Dependencia y, más ricientemente, la Perspectiva de la Colonialidad del Poder". Em todos estas teorias se espraia a visão dos direitos humanos, não só numa temporalidade posterior ao seu nascimento como matriz civilizacional, mas como suporte anterior à construção da antropologia.

Tal decorre, também, de uma errada interpretação de Hobsbawn e da sua visão da interpenetrabildade das ciências sociais, (1997, pp: 152-153) mas este não permite ao investigador antropólogo que se habilite a moldar as suas observações científicas e, com prudência, escreve: "Não há povo algum sem história ou que possamos compreender sem ela. A sua história, à semelhança da nossa, é ininteligível fora da sua situação num mundo mais amplo (…) e a verdade é que, no último milénio, não se torna compreensível senão através das intercepções de diferentes tipos de organização social, cada um deles transformado pela sua interacção com os outros."

E vai ainda mais longe: “É óbvio que as forças que do século XV em diante transformaram o mundo foram europeias, no sentido geográfico. O espaço que num livro de história deverá ocupar esta ou aquela região europeia é uma questão relativamente trivial, excepto nas salas de aula dos Estados correspondentes à regiões em causa ou aos olhos dos seus embaixadores culturais.” E ainda: “A Europa e a não-Europa não podem separar-se do mesmo modo que o não podem os beduínos e os sedentários de Ibn Khaldun: cada uma delas é a história da outra.”

É aqui que se basta a História na sua não aceitação da retroatividade. Discorda-se de Torgal, no que ao papel da História diz respeito, quando escreve (2014 pp:50-51) “Daí o risco da História ser e não ser, ser ciência e não ser ciência, ser arte e não ser arte, poder supor perigosamente a ideia de que se trata de um ciência social pouco definida.”

Torgal, sofre aqui (que não em outras abordagens mais sustentadas) de um problema a que se deve chamar tempo. A História é a ciência do tempo, a que encontra através das fontes, numa relação transversal, uma leitura sustentada do que se passou.

Gil (2007, pág. 7) escreve: “Cuando se intenta penetrar en la mentalidade del passado el escollo más difícil de sortear es el anacronismo. Para salvar sus tampas todas las precauciones son pocas, razón que, al historiar sucesos pretéritos, aconseja evitar el uso de palavras que hoy nos parecem insustituibles.”

3.1.3. Eurocentrismo e outros *centrismos*

Adriano Moreira, numa entrevista publicada em março de 2018 pelo semanário Sol, afirmava: “Aquilo que acabou não foi o império português. Foi o império euromundista.”

Todo o percurso de Moreira assume uma permanente contradição e a sua longa vida tem permitido adequar a releitura da sua participação na história do século XX de forma a que se sustente nas visões do tempo. Porém, a consagração que faz de um “império euromundista” quando se refere à aventura portuguesa pelos mares e à presença de portugueses em vários continentes, remete para o refletir da construção histórica que se fez ao longo dos últimos dois séculos sobre os chamados Descobrimentos, Expansão e Império.

E sobre o processo de descolonização e a incapacidade de Portugal entender a aceleração da história, ainda diz que os historiadores continuam com uma enorme incapacidade para olharem o outro. Tudo tem "(…) a ver com a história europeia em geral. Há aqui um problema curioso da evolução geral. É que os textos fundamentais onde isto foi estabelecido – o fim da guerra, a democracia cristã, paz sem vencedores, as Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos do Homem – foram todos escritos por mãos ocidentais. Recordo-me, eu fui delegado às Nações Unidas, que a primeira vez que vi um *sikh* levantar-se para usar da palavra, ele tinha uma conceção do mundo e da vida, mas o que estava a dominá-lo era um texto escrito por ocidentais. Aí começou a ser evidente para mim, e tenho escrito várias coisas sobre isso, que havia problemas novos porque as áreas culturais que até aí estavam impedidas de falar ao mundo, estavam em liberdade para falar ao mundo."[161]

A grande evolução das ciências sociais, em especial da antropologia e da sociologia, consagrou as últimas décadas a um processo de descolonização do pensamento sobre as intrusões europeias dos séculos seguintes ao XV. A História parece tardar, porém, em se dar a uma consagração universal sobre o caminho a seguir.

Olhando a perspetiva de Barros (2010, pág. 8) sobre a leitura das escolas históricas, não se poderia pedir aos "iluminados" dos séculos XVII e XVIII que construíssem uma leitura do mundo que não partisse do seu ponto de mira; também não era ainda o tempo de positivistas ou fundadores dos *Annales* de comungarem visões de sociedade progressivamente igualitárias. Os percussores da "Nova História", os marxistas ou os estruturalistas, mesmo que possam ter criado atualizações da produção científica, não abdicaram do ponto de partida ocidental para a construção de uma história universal integradora (Martin & Bourdé, 2012).

Os estruturalistas, que se seguem ao evolucionismo do século XIX e ao culturalismo e o funcionalismo já no século XX, assumindo uma visão relativista da Antropologia (Fabian, 2014), garantem as relações humanas como condição para o entendimento da construção das sociedades e da sua própria natureza. Assim, tudo se integra numa visão mais ampla onde cada parte deveria/deve assumir uma posição determinante.

[161] Ver em: https://tinyurl.com/y7j4v84f , último acesso em 13 de outubro de 2022.

Acontece que muitos dos estruturalistas, como acontecia também com os culturalistas iniciais (Kuper, 1988) que construíram a Antropologia, não assumiram a investigação *in loco* como central, partiam do filtro que militares, diplomatas, comerciantes e outros viajantes lhes permitiam. Esta circunstância é, também, observada na História enquanto ciência, porque as fontes e os movimentos sociais foram sendo construídos a partir do ponto de vista europeu.

A questão que se coloca é a de se saber que História se poderá fazer hoje. Se o regresso à história política pode alargar os horizontes para a integração das leituras históricas e dos movimentos sociais dos povos americanos e africanos, se se podem abrir as perspetivas tendo presente a ancestralidade das culturas orientais com uma dimensão que não pode mais ser esquecida no concerto das ciências históricas.

O tardar de uma aceitação, por parte de muitos historiadores europeus, das visões dos povos, com as suas aceitações de comunidade ou com as suas revoltas decorrentes das intrusões e das conquistas, poderá levar a que especialidades históricas se possam vir a consagrar reacionárias e passadistas, desgraduadoras do primado do homem enquanto ser, e beneficiadoras de um qualquer poder bélico circunstancial.

3.1.3.1. Eurocentrismo

Instigando a pesquisa, é ainda possível afirmar cientificamente que se verifica a existência de eurocentrismo na construção historiográfica. Isto porque as ciências sociais, também a História, são o grande projeto cultural eurocêntrico, partem de uma matriz que ainda desmobiliza os restantes continentes, povos e culturas.

A leitura feita sobre os mitos em torno dos Descobrimentos atravessa-se nesse projeto que aparece com o fim do feudalismo e com o nascimento do nascimento de um mercantilismo, ainda arcaico, dos europeus.

A História foi, portanto, construída com uma especificidade que resulta da supremacia intelectual europeia, desgraduando as realidades e os passados das civilizações asiáticas, africanas, americanas.

Na organização académica do saber que se reúne nas ciências sociais, a visão europeia deixou marcas indissipáveis. Se a História, a Sociologia, a Antropologia se

estruturaram em torno de construções relativamente recentes, já a Filosofia se consagra em épocas mais remotas mas, mesmo assim, viu-se profundamente influenciada pela opção eurocêntrica.

Chimamanda Adichie (2009) diz, com uma clareza única, do que se trata: "Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma única coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará." E mais: "Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida."[162] Todo o processo de reparação afigura-se tardio e sem muitos parceiros relevantes.

Kant tem um projeto claramente europeu. O mais longe que ele conseguiu materializar, em tempo anterior ao século XVIII, foi mesmo a filosofia grega, assumindo-a como uma leitura incorporadora de todo o conhecimento anterior, uma profunda desconsideração pela realidade vivida nos continentes africano e asiático, que ele sabia existirem enquanto recetáculos de cultura.

Hegel, consagra uma visão em que o mediterrâneo é o motor e o centro, o ponto de onde parte a leitura do progresso. Dussel, referindo-se a esta leitura de Hegel diz: "Tenemos así el concepto de 'centro' de la historia mundial. Pero veremos que las 'tres partes' que constituyen da totalidade (aqui ya América Latina quedó descartada), dos de dichas partes quedarán igualmente descalificadas. Acerca del Africa, Hegel escribió unas páginas que merecem leerse, aunque debe tenerse mucho sentido del humor, ya que es la culminación fantástica de una ideologia racista, llena de superficialidade, com un sentido infinito de superioridade, que nos muestra bien el estado de ánimo de Europa al comienzo del siglo XIX…" (1994, pág. 17)

Ainda Marx, por incrível que pareça, não deixou de marcar parte inicial da sua construção ideológica a partir da visão britânica das sociedades e tarde construiu uma arcaica leitura de um mundo marginalizado que não se continha no continente europeu (Bortoluci, 2008, pp: 170 - 200). Lowy, Duménil & Renault (2015) dizem que Marx e Engels, ao escreverem o Manifesto do Partido Comunista em 1848, ainda colocam em oposição "nações bárbaras" às "nações civilizadas", mesmo que, mais tarde, tenha havido

[162] Ver em: Chiamamanda Adichie: *O perigo de uma única história*, 2009 (18'45'') - https://tinyurl.com/jbzoq8b - último acesso em 13 de outubro de 2022.

uma evolução com o desenvolvimento da teoria do comunismo primitivo que se alicerçava nos modos de produção e vivência dos períodos pré-históricos.

E se se olhar bem para as consagrações de Adam Smith, sobre o trânsito comercial do século XVII, elas esquecem que nesses séculos, apesar do desvio atlântico do comércio marítimo, as trocas comerciais chinesas são tão relevantes quanto as europeias.

Nos últimos dois séculos a visão eurocêntrica desviou-se da Europa continente para a Europa ideologia, assumindo os Estados Unidos da América a liderança intelectual no universo das relações internacionais.

Acontece que todos os indicadores dizem que a China (Império do Médio) foi sempre uma realidade relevantíssima, económica, cultural e socialmente, que o espaço islâmico se revelou a cada tempo municiador de implicações civilizacionais determinantes.

Se as culturas asiáticas e uma parte das islâmicas se protegeram das tiranias de pensamento emanadas da Europa, mesmo que as últimas tenham sido terreno fértil para a construção da supremacia do cristianismo católico, o colonialismo parece ter provocado, em África e na América Latina, uma espécie de anemia cultural, uma opção pela erradicação do anterior à afirmação bélica dos europeus.

A invasão e a conquista primeiro, depois o colonialismo construíram matrizes de organização social, económica, educacional, cultural e burocrática que consagraram a hegemonia do novo "homem colonial" de origem europeia como herdeiro de uma história única e de uma matriz civilizacional superior, a mais relevante e que não se pode rejeitar[163].

Só a segunda metade do século XX trouxe a abertura das comunidades intelectuais americana e africana para uma outra visão, para uma efração com a perspetiva eurocêntrica. Tal empreitada não se revelou nem revela fácil, porque coloca em causa a construção de séculos de uma imagem, de uma autoimagem.

Tem sido custoso encontrar um *motor herege* que faça construir as ciências sociais com base em novos paradigmas, mais amplos e integradores. Por exemplo, apesar dos

[163] Em *Breve História da Europa*, (2020, Lisboa, Bertrand Editores, pp: 153-170), Raquel Varela coloca-nos no ponto de análise seguinte a toda esta nossa investigação. Para ela, todo o processo de extinção do colonialismo das potências europeias deu lugar a um novo processo histórico, o do neocolonialismo económico e ideológico partilhado pelos Estados Unidos da América na prossecução da Guerra Fria.

avanços na antropologia e na arqueologia, a história parece manter, em muitos centros, uma cristalização das suas épocas e uma valorização da investigação do que se pode saber a partir de fontes primárias exclusivistas e marcadas pelo continente europeu.

Como já atrás se referiu, Ferreira & Oliveira (2019, pp: 185-190) recuperam a dimensão simbólica da forma de marcar a historiografia dizendo: "Há, portanto, uma história para a periodização que estabelece a divisão entre Antiguidade, Idade Média, Período Moderno, Período Contemporâneo, bem como circunstâncias particulares que difundiram a referencialidade dessa periodização. Vinculada, na sua genealogia, às sociedades do ocidente europeu de matrizes judaico-cristãs, ela veio a ser difundida para outras sociedades e povos, entre eles os afetados pelos processos de conquista e colonização europeia em territórios americanos e asiáticos, entre os séculos XV e XIX."

Não se pode negar, como se disse logo a abrir, que o eurocentrismo está presente na visão do mundo de hoje e que os historiadores se encontram marcados por essa realidade.

3.1.3.2. Outros *centrismos*

Verifica-se em inúmeros meios universitários americanos, também as universidades de alguns países africanos como a África do Sul, o crescimento de um movimento político, ainda não uma estrutura de pensamento, que muitos sociólogos têm designado por afrocentrismo.

Não se tratará ainda de um caminho para a substituição definitiva da visão eurocêntrica, mas uma reação, uma caminhada que os promotores querem que seja revolucionária.

Assume esta linha militante a necessidade de uma identificação e ponderação das origens africanas que caminharam pelo tráfico negreiro incrementado por Portugal e por outros países europeus.

Acontece que os excessos se revelam claros quando se passa da investigação e da ciência para a revolução. Os afrocentristas reivindicam as culturas antigas, em especial a egípcia, para fundarem um princípio anterior de superioridade, comparando-o com o

europeu (Bussotti & Nhaueleque, 2018). Ora, tal opção não tem, não pode ter, qualquer sustentação.

O debate parece ser tão excêntrico que não deixou de fora a cor da pele de Jesus Cristo. Não será um exemplo ariano puro porque nascido num tal Oriente. Mas ao afirmar-se que poderia ser negro, alguém está a tentar reconstruir, pelo lado mais banal, a linha simbólica mais perene de todas as que a teologia concedeu[164]. Como Maria da Aparecida e de Monserat, de Mende ou de Czestochowska, em todas negra, Cristo pode ser, de igual forma, de todas as raças.

O grande problema da instigação afroncentrista é o desencaminhamento da polémica. A evolução para uma nova realidade cultural pluricontinental será posta em causa se o destino for a bilateralidade do debate, a rotura entre origens, viagens e vidas[165].

No seu livro *A Ideologia Afrocentrista à Conquista da História*, Fauvelle diz o seguinte: "Depois de terem querido ignorar durante muito tempo um discurso considerado excêntrico e militante, os investigadores legitimistas tomaram subitamente consciência, no início dos anos 1990, do perigo de acreditar que o conhecimento devidamente adquirido se bastava a si mesmo. Era também preciso convencer e, por conseguinte, aceitar o debate. Nos Estados Unidos, o sinal de alarme soou quando os indícios de uma banalização progressiva do discurso dissidente começaram a multiplicar-se. Havia já alguns anos que os investigadores e docentes afrocentristas tinham conseguido voto na matéria no interior do santuário institucional das universidades públicas. Começavam, além disso, a organizar-se numa verdadeira rede, dispondo dos seus próprios circuitos de edição e difusão, de revistas da especialidade." (2020, pp: 47 - 48).

No observar destes processos de construção teórica afirma-se evolutivamente uma outra realidade. O sinocentrismo é, no tempo de hoje, outra opção para a batalha, agora mais inteligente, contra o eurocentrismo[166].

---

[164] No dia 26 de junho de 2020, o Observador publicava declarações do arcebispo de Cantuária, Justin Welby, em que afirmava que o Ocidente deve repensar a ideia, já estabelecida, de que Jesus foi um homem branco. E questionado sobre o movimento antirracismo que, recentemente, tem procurado a remoção do espaço público por todo o mundo de estátuas que evocam o passado colonial dos países ocidentais, o arcebispo de Cantuária disse entender o movimento e adiantou que a própria Igreja de Inglaterra vai olhar "com muito cuidado" para as estátuas que existem nos seus templos. Ver em: https://tinyurl.com/y3hfox45, último acesso em 13 de outubro de 2022.

[165] No âmbito do movimento afrocentrista nasceu um outro – o afrofuturismo. Trata-se de um conceito ou uma filosofia capazes de vislumbrar um futuro onde os negros não só fazem parte, mas são importantes no desenvolvimento das tecnologias e saberes.

[166] Ver em: http://afe.easia.columbia.edu/, último acesso em 13 de outubro de 2022.

A China perdeu a posição relevante que tinha no comércio mundial a partir do século XVI e os séculos seguintes, até ao XX, fizeram pouco pela sua presença nos teatros mundiais. O tempo de hoje é de reafirmação, numa relação de bilateralidade permanente e de não intrusão guerreira, mas de promoção da dependência económica e tecnológica em relação ao espaço simbólico que os chineses sempre acharam ser seu (Shan, 2018, pp: 56 – 60)[167].

Shan abre um pouco da nova realidade chinesa no que se refere à nova Rota da Seda. Há nela uma profunda preocupação de natureza cultural que vai ao longínquo tempo e que permite a reconstrução de um novo império agora de natureza universal.

No mesmo sentido se verifica a análise de Paulo Duarte[168] quando estuda as vocações da China para o mar. Para este investigador da Universidade Católica de Lovaina, a China reflete as antigas viagens de descoberta dos grandes e históricos almirantes, a chegada antes de outras chegadas. Não só as que regionalmente estão confirmadas e que se querem voltar a fazer valer, mas todas as que, nas estórias, estão presentes numa certa memória coletiva.

Estas leituras do potencial espiritual chinês, a retroação do seu potencial histórico, são avaliadas também pelo lado da mutação religioso-filosófica chinesa, a observação de uma auto dissolução do confucianismo, um novo relacionamento com o taoismo e com o budismo, que permitem a abordagem, em sentido prático, de uma outra visão do mundo, o ressurgimento de uma antiga grandiosidade (Bauer, 2013).

A estratégia imperial chinesa não parece seguir uma visão bélica, uma ocupação determinada pelos poderes de Estado ou uma invasão pela opção "mineira" dos recursos. Antes quererá passar pela recuperação da imagem de "centro do mundo" que lhe conceda as determinantes da vida futura sem qualquer menosprezo pelas realidades locais, pelas culturas construídas e implantadas.

O "ser superior", que faz girar todos os demais, não é só uma conspeção pragmática para o desenvolvimento económico, é também uma outra forma de discutir a supremacia ocidental transferida da Europa para os Estados Unidos durante o século XX.

[167] Ver em: https://tinyurl.com/5782ruzp , último acesso em 13 de outubro de 2022
[168] Ver em: https://tinyurl.com/xdt9ucca último acesso em 13 de outubro de 2022.

A nova Rota da Seda não é unicamente um programa económico que se amplia para o político e para o social. A história do Oriente vai ser, obrigatoriamente, influenciada pela necessidade de se construir (ou confirmar) a narrativa sobre o passado. O neocolonialismo que se está a implantar e que decorre da política imperialista chinesa obrigará a um recuar aos muitos séculos dos impérios chineses, à identificação de uma história diferente, provavelmente melhor "vendida" do que a nascida na Europa.

3.1.4. Investigações em aberto na historiografia dos Descobrimentos

3.1.4.1. O Brasil e o mito do descobridor

Harari (2020, pp: 181 - 182) escreve: "Antes da invenção da escrita, as histórias estavam limitadas às capacidades reduzidas do cérebro humano. Não se podiam inventar enredos demasiado complexos de que as pessoas não se conseguissem lembrar. Mas, com a escrita tornou-se subitamente possível criar histórias longas e intricadas, que passaram a ser armazenadas em tábuas e papiros em vez de ficarem na cabeça das pessoas. Nenhum egípcio daqueles tempos tinha ideia de todas as terras, impostos e dízimos do faraó."

Com este aviso prévio talvez deva o historiador olhar para os territórios onde os portugueses (e outros povos) chegaram e que ainda não usavam a escrita por desnecessidade perante a sua felicidade e objetivos de vida.

Já atrás se referiu a leitura eurocêntrica da historiografia, para o tardar de uma reponderação. Isso acontece quanto aos povos de África, mas é mais visível no que se refere à relação histórica de Portugal com o Brasil.

John M. Monteiro (1994, pp: 431 - 435) reforça a leitura feita quando escreve no seu dicionário: "Tema bastante negligenciado na bibliografia sobre o Brasil colonial, a presença e o papel das sociedades nativas tiveram uma importância em quase todas as etapas da colonização portuguesa." E mais diz: "À primeira vista, a aliança euro-indígena prometia benefícios mútuos: para os índios proporcionava vantagens imediatas contra o inimigo tradicional e, para os europeus, permitia acesso aos cativos de guerra (outras tribos), escravos em potencial. Na realidade, estes laços mostraram-se irremediavelmente nocivos para os índios e bastante vantajosos para os europeus."

Paula Castro, investigadora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, escreveu um misterioso texto na revista Psicologia (2003) sobre as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil nos anos 1999 e 2000. Desse seu trabalho resultou a comprovação de um encerrar de passado e de abertura de novas linhas de contacto que não se ativessem ao facto de terem sido os portugueses a "descobrir" o Brasil.

Com reduzida produção historiográfica pertinente, que refundasse as relações entre os dois Estados para além da que já se confirmava pelas universidades dos dois lados do atlântico, as comemorações ter-se-ão ficado por intercâmbios culturais, acordos económicos.

Diz Castro: "Do passado quase nada se publica. E quando se publica sobre o passado é do menos problemático gesto fundador da navegação, do estado de graça que Caminha propõe, e não do mais problemático gesto mantenedor da colonização que se fala. Dos escravos e do papel de Portugal na escravização praticamente não falámos. A corte mudada para o Rio não foi discutida. A variedade cultural dos inúmeros grupos indígenas presentes no território praticamente não foi relembrada (…)" (pp: 363 - 380).

Gomes & Rocha também falam das comemorações dos 500 anos da chegada de Cabral (2016, pág. 101) e indicam que os historiadores portugueses foram mais avisados que os brasileiros ao consagrarem a expressão "achamento", sendo que os brasileiros mantiveram o termo "descobrimento".

Mesmo que esta consideração não seja completamente verdadeira, não deixam de notar que a expressão "Descobrimentos" continua a ser utilizada na linguagem dos políticos, nos programas de *media* e, curiosamente, no discurso da maioria dos intelectuais, sem ser objeto de ponderação.

Fino (2019) estuda em profundidade as raízes e razões do estranhamento progressivo entre portugueses e brasileiros. Focando-se numa permanente ambição de autonomização, os brasileiros de todos os tipos, mesmo os escravos vindos de longe, assumiram sempre um Portugal como distante. Mas, ao mesmo tempo, há como que uma espécie de permanente reivindicação dos fundamentos latinos, que nunca terão cedido a um anterior período.

Compreende-se, pois, que o Brasil ainda seja espaço de memórias portuguesas profundas e, em especial, tenha como referência o espaço europeu, o que concederia uma

certa normalidade à consideração habitual de "Descobrimentos" na identificação do processo de chegada e colonização.

Não é incomum encontrar referências a uma "pré-história do Brasil". Porém, tal conceito foi colocado de parte, ainda no século passado, primeiro por antropólogos e, depois, por historiadores. Era, é, inaceitável considerar que só há história depois da passagem de Pinzón, Pacheco Pereira ou Cabral, como é incorreto considerar que são as fontes escritas a base da construção da família histórica portuguesa-brasileira, sem incluírem o que já se desenvolveu: a viagem dos povos pelo globo, a sua realidade enquanto sociedades e civilizações, a sua ligação com o meio.

Se os jesuítas contribuíram muito para a construção do homem-mau indígena, é também deles que foi recebido um património de identificação das línguas nativas. Dessa construção resultaram os agregados gramaticais dos *arauaque*, dos *caraíba*, dos *macro-jê* e dos *tupi-guarani*. E essa existência filológica é prévia a 1500.

A consolidação do Brasil (o avançar pelo território, o atrevimento que foi para além de Tordesilhas para se homologar no Tratado de Madrid), foi uma das empresas lusas mais relevantes e que não nasceu de qualquer vontade ou plano do reino de Portugal ou do Império dos Habsburgo, mesmo que tenha sido durante o período da integração ibérica que mais se avançou para esse Brasil desconhecido.

Porém, não teriam sido os bandeirantes a consagrar essa conquista se com eles não incorporassem nativos sem medo do desconhecido, sabedores dos caprichos da natureza, únicos possuidores das cartas militares imateriais e dos instrumentos de navegação meramente visuais. O índio-bandeirante é, muito mais do que qualquer outro, o fazedor do Brasil continente.

Não haveria alimentação para os europeus ou para os mestiços se não houvesse índio que procurasse o que comer; não haveria salvação se não fosse o índio, pelas flechas ou pelo que restava de uma presença, a indicar os caminhos da fuga; não haveria novos rios se não fosse a capacidade de olhar o relevo, de o encaixar em histórias ancestrais.

A garantia do avanço dos bandeirantes é a consagração do índio que ocupava os imensos territórios daquele Brasil nascente. É por isso que quando a história popular brasileira fala de Cunhambebe o que quer dizer é que Nóbrega nunca teria fundado o Rio de Janeiro.

Apesar de tudo isto, ainda hoje o Brasil (em especial São Paulo), eleva o bandeirante à categoria de mito, o mito fundador, o mito do guerreiro, o mito de uma certa missão histórica que Ginzburg e Matos bem identificaram.

Quando se olha retroativamente para a carta de Pêro Vaz de Caminha, entre a fotografia e o espanto, parece apresentar-se beleza, cordialidade e a construção antecedente de um "bom selvagem". Acontece que essa consagração não poderia durar, porque a invasão e conquista, seja em que situação for e com que povo for, criam, inevitavelmente, reação.

Washington Luís foi perfeito e governador de São Paulo e ainda Presidente da República. Para além disso, foi um relevante epistológrafo com vastíssima produção. O Senado Federal editou em 2004 uma sua obra, relevantíssima, *Na Capitania de São Vicente*, que, detalhadamente, analisa a visão que os primeiros jesuítas consagraram dos nativos.

Socorrendo-se de correspondência dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, Luís faz um retrato do encontro com os índios. Tais gentes eram "(…) indómitos, nem se continham pela boa razão (…)", "(…) o gentio era tão carniceiro que parece impossível viver sem matar (…)", seriam "(…) por tal forma bárbaros que parecem aproximar-se à natureza de feras que à dos homens (…)" e que "(…) têm por sumo deleite comer-se uns aos outros (…)".

Não correspondia esta gente à condição racional, nem cumpriria a obrigação de ser servil. Constatava que "para este género de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro" (pág. 129).

Luís não nega a sua opção na leitura sobre o processo de invasão e ocupação. Diz: "E, para se falar imparcialmente sobre os nossos índios, é necessário despojá-los dos supostos sentimentos que eles, então, nunca possuíam e com que foram adornados pelos nossos poetas e romancistas numa época muito posterior à do Descobrimento em que floresceu uma literatura chamada indianismo, brilhante e enternecedora, porém, não verdadeira (…) (pág. 145).

Compreende a literatura várias características que resultavam dos escritos dos jesuítas. Assim, eram nómadas e em brigas contínuas, pescavam e caçavam olhando o invasor de outra tribo, faziam choças cobertas de folhas (1); não tinham tradições a que

se submetessem, porque não se pode chamar tradições os gritos e saltos que precediam o devorar do vencido, seu igual, nas caçadas humanas que faziam (2); os bandos não tinham nomes e foram os catequistas e os colonizadores que lhes fixaram as designações (3); já usavam o fogo, mas desconheciam os metais (4); cultivariam o milho e a mandioca e preparavam o cauim com que se embebedavam (5); faziam canoas em que navegavam (6); fabricavam redes para a pesca e para dormir a partir das fibras das palmeiras (7); alimentavam-se de carne humana pela facilidade de alimento (8) (pp:147 - 148).

E sobre os costumes, Luís cita Nóbrega de pronto. Era "(…) costume até agora, entre eles, não fazer caso do adultério, tomar uma mulher e deixar outra, como bem lhes parece e nunca tomando alguma firme (…)"[169] por isso estavam abaixo "(…) dos outros infiéis de África e de outras bandas, que tomam mulher para sempre e se a abandonam é mal visto (…)".

Referindo Anchieta escreve: "Os índios do Brasil parece que não têm nenhum ânimo de se obrigar, nem o marido à mulher, nem a mulher ao marido, quando se casam (…)" e "A mulher nunca se agasta porque o marido tome outra ou outras". (pág. 149).

Bastam estas referências para se rumar a uma outra abordagem sobre o nativo encontrado pelos chegantes ao território que haveria de ser Brasil.

Frei Vicente do Salvador é autor do que muitos consideram ser a primeira História do Brasil. Tal escrito tem a interessante particularidade de seguir a ordem natural – o território, as pessoas, os processos políticos e a vida diária. Se se olhar bem, não elege os heróis como ponto, não eleva os feitos como objetivo.

Vicente nasce dos primeiros colonos, é acolhido pelos jesuítas, apadrinhado pelo cónego da Sé de Salvador, Jorge de Pina, e conseguiria o apoio do bispado para cursar Teologia e Direito Canónico na Universidade de Coimbra.

Regressado ao Brasil é feito frade franciscano e assume as responsabilidades de cónego e governador do bispado da Sé (Schamne, 2019, pp: 16 - 28).

---

[169] O sociólogo Manuel Lucas Matheu estudou 66 culturas diferentes sobre as relações entre homens e mulheres e as práticas monogâmicas. A conclusão a que chegou foi que os *chuukies*, uma sociedade nas Ilhas Carolinas, o conceito de monogamia ainda hoje não está presente. Olhando para o comportamento social da comunidade, Matheu diz tratar-se de um território dos mais pacíficos e felizes do mundo. Para este sociólogo a monogamia é resultado de um processo de empobrecimento. Nas tribos onde o conceito de riqueza/poder não se coloca a questão da fidelidade matrimonial é uma realidade desconhecida. Ver em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-45629555 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

A História do Brasil de Frei Ventura do Salvador, escrita no primeiro quartel do século XVII, deverá ser considerada como que encarnando o espírito de uma nacionalidade brasileira, assumindo um nativismo originário, uma dimensão imensa quando comparada, mesmo em termos humanos, com a realidade mínima do reino. E por isso diz: "A Índia, ainda que é grande, é tão longe e a navegação tão perigosa que era perder a esperança e poder tornar a recuperar o reino. Porém, o Brasil, com ser grande, fica em tal distância e tão fácil à navegação, que com muita facilidade podem cá vir e tornar quando quiserem ou ficar-se de morada, pois a gente que cabe em menos de cem léguas da terra que tem todo Portugal bem caberá em mais de mil que tem o Brasil, e seria este um grande reino, tendo gente, porque adonde há abelhas há mel, e mais quando não só das flores, mas das ervas e canas se colhe mel e açúcar, que de outros reinos estranhos viriam cá buscar com a mesma facilidade a troco das suas mercadorias, que cá não há." (1965, pág. 162).

O Livro Primeiro é o que mais releva para esta análise. A realidade geográfica, a fauna e a flora, as existências minerais, as relações dos humanos com o meio, a organização social do gentio e os seus comportamentos do nascimento até à morte, permitem contrariar a consagração (que veio até hoje) da ausência de civilização, na bestialidade do gentio.

É interessante o início do Capítulo XII na procura da origem do tal gentio. Em boa verdade o índio, o indígena, estava ali e não era possível negar a sua realidade. Não tinham Deus, nem rei, nem lei, mas há um capitão por cada aldeia e cada casa o seu principal. Não há tributos e bebem em conjunto não misturando a bebida com a comida.

Os aimorés não têm casas, mas têm regras. A cada noite limpam o terreiro onde vão dormir, acendem o fogo que os vai aquecer e todos se deitam com os pés enxutos e quentes. As restantes castas vivem em aldeias, fazem os seus alojamentos com cuidadosa estrutura que lhes permita o centro para a reunião do conselho, festas e bailes. As redes são as suas esteiras, os cabaços são os seus pratos guardando os bens de cada família sem que neles mexam os outros. Procedem à sementeira, apanham lenha para o fogo.

No Capítulo XIV, Salvador diz das práticas do nascimento. A mulher acabada de parir lava-se no rio e o homem assume a responsabilidade de contar ao povo do acontecido e da verificação da secagem do umbigo. Os homens cortam o mato, as mulheres fazem o plantio, as mães ensinam as filhas a fiar e a arte da beleza central no processo de

enamoramento. A troca e a comunidade dos bens é a marca, por isso não contam mais do que até cinco e, se mais for necessário, usam todos os dedos que tenham.

A organização social elege o médico ou feiticeiro como diferente. Este mora em casas outras em que ninguém ousa entrar. Chupam a parte que doi, usando o mesmo método que séculos seguintes se manteve e a que chamavam – sangria. As ervas servem o que não se cura com a saída do sangue.[170]

Vicente indica a pouca complacência que há com os enfermos. Não seria caso único nem se situaria em tempos de incivilidade. Miguel Torga, em *Novos Contos da Montanha* e no texto *Alma Grande*, não deixa de indicar o abafador, isto no início do século XX, quatro séculos depois do encontro do gentio.

A morte assume uma obrigação divina de encomendamento. Não vai a alma sem que seja farta, não haverá viúva ou viúvo sem o luto que se impõe. Cortam-se os cabelos, tinge-se de jenipapo, baila-se e cantam-se as proezas do defunto.

Não é diferente o ato da guerra e a festividade que se segue. A morte e a pilhagem, circunstância que se continuava a verificar em cantos vários do mundo em favor de uma ideia, de um poder, o da salvação das almas, era aqui mais uma oportunidade de prolongar a existência.

O que surpreende nas imagens do índio brasileiro é o que elas remetem ao início do século XX português. Paula Moura Pinheiro, no seu programa Visita Guiada nº 22, leva o espectador a Penha Garcia[171], concelho de Idanha-a-Nova. Terra onde não circulava moeda, de onde poucos saíam até à década de 1960 chamados pela emigração, onde o analfabetismo e o obscurantismo marcavam a vida, onde se ganhava à natureza um pouco de terra de cultivo, se faziam com as mãos muros e casebres, onde se comia o que o chão dava e se trocava o que se tinha, onde o incesto era uma circunstância habitual. Quando se quiser fazer um *zoom* da leitura elitizada dos jesuítas perante o gentio, importará que a história se revele no conhecimento da realidade portuguesa da metrópole nos séculos da aventura e nos seguintes até bem tarde.

---

[170] Em *O Índio na Cultura Brasileira*, (2012) Berta G. Ribeiro vem ao encontro e desenvolve as formas de organização das diversas representações nativas. Comprova a sua realidade civilizacional no uso do solo e na capacidade de o utilizar com regra (pág. 12), na sustentabilidade ambiental com o que designa de "cultivo itinerante" (pág. 16), na valorização do potencial produtivo das plantas (pág. 32), e na utilização similar da "medicina popular" pela população servil europeia (pp: 141-143).

[171] Ver em: https://www.rtp.pt/programa/tv/p38667/e22 , último acesso em 13 de outubro de 2020.

Atualizando o pensamento e a clareza de Vicente e deixando bem certa a oposição à construção jesuítica da imagem do índio, Gomes & Rocha (2016, pp: 92 - 109) dizem: "Criou-se assim um princípio 'universal' em relação às populações das colónias, vistas agora como sub-humanas, desprovidas de capacidade de pensar, desprovidas de saberes; em termos políticos, esta ideologia traduziu-se (…) na transformação dos habitantes dos espaços coloniais em súbditos, administrados por sistemas legais desiguais, imobilizados em categorias rígidas e forçados a processos de assimilação, dada a impossibilidade de copresença dos dois lados desta linha abissal".

Christopher Dawson, em *Criação do Ocidente – A religião e a Civilização Medieval* (2016), diz bem da forma que se deve seguir para se poder questionar o etnocentrismo que habitou e habita o relato histórico da chegada aos diversos pontos da Aventura Marítima Quinhentista. Escreve: "O momento final da Idade Média abriu um novo capítulo na história do Ocidente. Os novos tempos, quando o homem ocidental partiu com passos incertos e hesitantes em sua grande aventura de descoberta. O mundo se abria não apenas na descoberta de novos oceanos e continentes, mas, sobretudo, na descoberta da natureza e do próprio homem, visto como coroamento e perfeição da natureza."

E mais diz que as origens da ciência não serão encontradas entre quem dela saiba, mas entre os "(…) que consideram a fé religiosa a fonte suprema do verdadeiro conhecimento." E alerta para o facto de que ao se estudar o tempo da aventura ser "(…) necessário recordar que os níveis mais elevados da alta cultura intelectual e do pensamento político, sobre os quais a atenção do historiador tende a se fixar, formam uma pequena parte do quadro geral." (pp: 264 - 265).

Os tempos mais recentes têm sido muito remuneradores para a arqueologia e antropologia americanas. As mais recentes descobertas entre os rios Macaé e Itapemirim indicam a presença de civilização num neolítico muito especial (agora designado de americano), que revelava uma complexidade semelhante à de outros continentes e onde a agricultura ganha relevo especial.

Aristides Soffiati (2020) escreve que milho foi domesticado na Mesoamérica, na região do Rio Balsas, em torno de 7000 anos, espalhando-se rapidamente por todo o continente até à costa do atual Uruguai. Nos Andes, onde os ecossistemas eram menos abundantes que os da floresta, a necessidade da agricultura parece ter-se imposto com a

domesticação de grande variedade de batata, do tomate e das abóboras. As plantas com maior dispersão no continente foram o milho e o tabaco[172].

Em resumo, é muito mais relevante e mais antiga a prática agrícola, incluindo nos territórios brasileiros. O sistema que juntava o manejo florestal, a produção agrícola e as plantas domesticadas foi muito maior do que os estudos diziam e os relatos históricos atestavam até há bem pouco tempo.[173]

Estes caminhos da Arqueologia e da Antropologia vão-se revelando, mas não deixam de olhar e de comparar o que se encontra nos restantes continentes pós-quinhentistas.

A *História de Portugal* de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2009) é uma das mais recentes obras integrais sobre o país desde a sua fundação, olhando o processo histórico com as suas implicações sociais e económicas como a historiografia do presente impõe.

Porém, não deixou de existir uma longa e valiosa introdução sobre "Territórios e populações" que concede uma clara radiografia do que o Império português havia sido antes do Condado Portucalense, das gentes que por aqui habitavam, da realidade dual de um país com "(…) duas áreas de relevo não só distintas, mas decerto opostas."

É a partir dessa realidade geográfica, orográfica, que se vai ao encontro da ocupação humana. Dizem: "O contraste entre as serranias e fundos vales do norte e os monótonos plainos meridionais condiciona duas vocações humanas. De um lado, o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa, onde apenas se inscreve uma forte ação histórica – a romana; do outro, caminhos fáceis e abertos, gente pouco numerosa em grandes núcleos afastados. Foi sempre aqui a larga porta de entrada de todas as influências culturais mediterrâneas: a colonização fenícia, grega e púnica, reflexo da brilhante civilização bética de Tartessos, ocupação romana e árabe, que ambas caminharam do sul para o norte e no sul deixaram um vinco mais profundo." (pág. ix).

Esta abordagem, a história com um proémio longo e não negacionista, é pertinente para esta investigação porque entronca no que de mais relevante interessa avaliar perante

[172] Ver em: https://tinyurl.com/sz6m7uwf , último acesso em 13 de outubro de 2022.
[173] Ver em: https://tinyurl.com/y9um8gpm, último acesso em 13 de outubro de 2022.

a consagração, ainda hoje motivo de profundas divergências ideológicas - Descobrimento do Brasil.

Partindo da metodologia utilizada para a obra acima indicada, o Brasil, enquanto nação independente, observaria uma história curta se se lhe determinasse uma equiparação histórica entre a proclamação de D. Pedro I, a 7 de setembro de 1822, e a Batalha de São Mamede, a 24 de junho de 1128, enquanto nascimento de Portugal (pág. 29). Mas há, para todos os que constroem história e para os que a estudam, os importantes períodos antes de 1498, e de 1498 até 1822.

A esse segundo período, que se pode dividir em tempos históricos distintos como se fará no capítulo seguinte, está ligado Portugal, mas também outras potências europeias e outros territórios latino-americanos numa construção que os historiadores portugueses esquecem amiúde.

Há, contudo, uma questão relevante e que não pode deixar de aqui ser tratada – o papel dos humanos, tão *Homo Sapiens* quanto os que aportaram, que habitavam o território que observou várias designações durante o século XVI até se fixar em Brasil, o tal período antes de 1498. Não é irrelevante, antes central, esta questão e ela divide profundamente o universo académico brasileiro no tempo de hoje.

De um lado consagra-se uma escola que atraca na visão transversal das ciências humanas. A escola indigenista, que nasce da criação do Instituto Indigenista Interamericano em 1940, é hoje assumida pelos historiadores neomarxistas e, fruto da realidade social e económica dos povos sul-americanos, tem uma forte adesão popular.[174]

Mesmo não o consagrando como referência, o indigenismo é assumido por António Vieira[175] enquanto protetor, com os olhos do tempo, dos índios e a que se pode

---

[174] Em *Da História Crónica à História-Ciência* (1979, pág. 42), Barradas de Carvalho, citando Louis Althusser, vai ainda mais longe na consagração da figura de Marx. Escreve: "… antes de Marx, só dois grandes continentes tinham sido abertos ao conhecimento científico por roturas epistemológicas continuadas: o continente das Matemáticas com os Gregos … e o continente físico com Galileu e os seus sucessores." E diz mais: "Marx abriu ao conhecimento científico o continente História..." entendido esta como o universo global das ciências sociais.

[175] Esta consagração de António Vieira assume a passividade da História. Em boa verdade, consagrou-se uma leitura de Vieira que tarda a ganhar contestação. Tudo porque se considera que o questionamento desta figura histórica e relevante se afirma heresia. Mais, como dizem Inês Beleza Barreiros, Patrícia Marcos, Pedro Schacht e Rui Coelho, no seu texto *O Padre António Vieira no país dos cordiais*, as leituras heterodoxas de Vieira, das suas obras missionária, política e literária, afirmam-se *incordiais* e tendem a ser consideradas como exteriores ao corpo da nação. Seguimos, nesta tese, uma avaliação que estes historiadores nos concedem, a de que importa uma crítica ao conformismo do que foi apreendido, destinada a marcar uma rotura informada com os valores da imutabilidade histórica. Mais dizem "Não se trata de uma recusa puritana da história, senão de uma veemente recusa da oclusão que a instrumentalização da memória impõe à ação histórica". Ver em: https://tinyurl.com/wpd998e , último acesso em 13 de outubro de 2022.

designar por "indigenismo cristão". Mas também é assumido por José Bonifácio de Andrada e Silva, considerado como o pai fundador do Brasil, e a que, por decorrência da sua matriz de valores fundada na Revolução Francesa, se pode considerar como "indigenismo humanista".

A partir do Concilio Vaticano II os movimentos católicos brasileiros construíram profundos elos entre as populações indígenas e a estrutura mais relevante, à época, em todo o país. Foi dessa penetração que nasceram os movimentos civis, alguns deles prosseguindo na sua caminhada para a opção pela autodeterminação dos povos ou para a revolta armada muito implicada pela política de intervenção soviética durante a Guerra Fria.

Para uma leitura sobre o que é o verdadeiro Brasil, não na perspetiva etnocêntrica e segregacionista que a história e a memória[176] concedem ainda hoje, interessa estudar a obra de Darcy Ribeiro, o antropólogo a quem se pode chamar de pai do Brasil em permanente conflito multicultural.

A repulsa pela ocupação, que muitos dos sociólogos ibero-americanos assumem na sua produção científica, não foi seguida pelo indigenista Ribeiro. Observando um certo ardil no seu estudo, Darcy estuda e tenta enquadrar a miscigenação como uma força do Brasil em que os índios, os negros de África, os portugueses, os franceses e holandeses enquanto colonizadores, e os italianos, os alemães, os japoneses, os libaneses e outros, enquanto emigrantes, permitem a construção de uma "Nova Roma".

Na sua obra fundamental *O Povo Brasileiro* (1995), Darcy Ribeiro diz, por exemplo, da relevância dos mamelucos, que não sendo índios nem portugueses falavam *tupi* e *nheengatu* e entendiam bem a língua de Camões, para o processo de assunção territorial, de identificação populacional, de marcação geodésica, de localização de missões que os bandeirantes iniciaram durante o período da União Ibérica e desenvolveram ao longo de mais de um século (pp: 106 - 133).

[176] Em *A exploração simbólica do Brasil em defesa do Império Lusitano: Uma análise faz comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1960)* (2014, pág. 56), Sarah Oliveira escreve: "… quando falamos da produção de memórias que visam cristalizar-se no tempo, onde nos interessa particularmente a questão da memória nacional, é possível perceber que é, sobretudo no século XIX, com a formação dos Estados-Nação europeus, que a historiografia passou a desempenhar um papel central no processo de monumentalização do passado. Neste sentido, desenvolveu-se uma cultura historicista e comemoracionista que, sob a égide das políticas da memória, preocupou-se em consagrar, de um modo mais continuado e institucional, as versões exaltadoras da história das nações."

Ribeiro desenvolve de tal forma a questão da construção do Brasil na perspetiva das influências internas e externas, da convivência que confirma que se está perante um subcontinente e não um país, realidade geopolítica que só sobrevive com o mínimo de integração e leitura sobre o futuro porque a língua, com as suas variantes e caraterísticas territoriais, manteve relevante agregação.

Ao olhar para os cinco séculos de Brasil, Ribeiro traça uma linha que, mesmo que não recolha aprovação de todos os setores, deve obrigar a ponderação. "O Brasil foi regido primeiro como uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados. Depois, como um consulado, em que um povo sublusitano, mestiçado de sangues afros e índios, vivia o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira[177]. Os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exportadora." E mais diz: "Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar (…)" (pp: 447 - 451).

A centralidade de Portugal enquanto aparato administrativo e jurídico revelou-se, ao longo dos séculos XV a XVIII, muito incipiente. A valorização do caudilhismo e do coronelismo decorrem dessa incapacidade de determinação de uma ordem totalizadora.

Sá, Oliveira & Antunes, têm vindo a desenvolver investigação na área da psicologia sobre a memória coletiva. No seu trabalho: *As memórias coletivas do descobrimento do Brasil - Imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira* (2003), dizem bem da separação entre campos políticos das questões que se prendem com a ascendência portuguesa, a colonização, o papel dos índios, a escravatura[178].

---

177 Galán (2020, pp:137-139) leva-nos a considerar que os excessos espanhóis sobre os indígenas que encontraram foi uma decorrência da não aceitação da escravatura sobre os negros por parte dos Reis Católicos. Se tal poderá ser aceitável pelo processo e intrusão e conquista, não é menos verdade que o negócio negreiro veio, já com Carlos V e os Filipes a ser aceite e ampliado nos domínios americanos espanhóis.

178 A questão da escravatura tem assumido a radicalidade do debate. Mesmo autores ideologicamente conservadores têm caminhado na consideração da escravatura como um elemento determinante da afirmação do eurocentrismo. Porém, há também tentativas de branquear essa mesma escravatura. Marques (2017, pp: 54 – 55) escreve o seguinte sobre a opção entre indígenas e negros africanos no arroteamento humano das Américas: "Desde princípios do século XVI que, para proteger os índios e obstar à sua escravidão, homens como Alonso de Zuazo, Bartolomeu de Las Casas, Manuel da Nóbrega e vários outros recomendaram que, em alternativa, se importassem escravos africanos. Porquê esta dualidade de critérios? Ela é consequência de diferentes imagens a respeito dos mundos e práticas sociais de índios e africanos." Não tem sustentação tal visão. A diferença está, como mais à frente referiremos analisando os escritos de Manuel da Nóbrega, que a questão era de mera utilidade – negros africanos desenraizados e desconhecedores das terras para onde eram levados dependiam, em absoluto, dos colonizadores brancos; os indígenas conheciam o território,

Os resultados do trabalho de campo que desenvolveram consagram uma separação das preocupações: 1) os cidadãos participantes do estudo, acima dos 60 anos, menos escolarizados e situados no espetro político mais à direita são os que mais valorizam a presença portuguesa. Há como que um desejo de pertença ao velho mundo; 2) os cidadãos até aos 60 anos que dizem situar-se à esquerda ou sem opção partidária valorizam, em mais de 60% das respostas, a ligação afetiva a Portugal mas consideram a desproteção dos índios e dos negros como uma marca relevante do passado e a ausência de uma "escola" portuguesa de administração como fonte dos atrasos económicos e sociais que ainda hoje se verificam; 3) a auscultação do universo índio e negro demonstrou a desadequação do discurso "invasor" e "esclavagista" aos problemas atuais do Brasil. Estes deram lugar às questões da pobreza, do desemprego, da habitação, dos salários (pp: 275 - 291).

Pode dizer-se, pois, que o debate em torno do descobrimento do Brasil na sociedade brasileira não é transversal, que se atém às elites políticas e académicas e que as velhas questões da colonização deram lugar às hodiernas questões de sobrevivência que se colocam noutros continentes com maior ou menor dimensão.

Os movimentos mais conservadores da intelectualidade brasileira, mobilizados pelas Forças Armadas Brasileiras primeiro, depois pelo processo Lava Jato e, por fim, pela eleição de Jair Bolsonaro, têm vindo a desenvolver um intenso combate à perspetiva indigenista, antiesclavagista e anticolonial.

Reunidos num movimento conservador e com simpatias monárquicas, *Brasil Paralelo*[179] assume hoje o papel de contraparte do combate ao que designam por desvirtuação da história e captura pelos movimentos esquerdistas, globalistas e marxistas que têm como objetivo fechar a história do Brasil às influências e à genética da cultura ocidental e à valorosa marca de Portugal.

Não negam os seus iniciadores a trilogia fundadora: a) O Brasil é uma terra de cultura branca que soube incorporar outras realidades rácicas; b) O Brasil não tem problemas com o seu passado assumindo a grandiosidade da História de Portugal desde a sua fundação com D. Afonso Henriques; c) O processo histórico brasileiro foi marcado pela implicação da Revolução Francesa que levou ao fim da monarquia absolutista e do

sabiam como viver nele sem a visão exploradora dos brancos, sabiam como se afirmavam na sua realização e felicidade na imensidão do seu território agora invadido.

[179] Ver em: https://tinyurl.com/yb3znyam , último acesso em 13 de outubro de 2022.

império e pelos movimentos comunistas e terceiro-mundistas que fizeram estagnar o desenvolvimento político, social e económico durante da segunda metade do século XX[180].

O olhar sobre os debates do Fórum da Liberdade (2017)[181], do Fórum Brasil (2019) e da Conservatice Political Action Conference (2019)[182] indica três preocupações que se transportaram para a política do atual presidente brasileiro: a) O crescimento da influência marxista e das agendas de ideologia de género no debate académico e na política brasileira; b) A progressiva construção de uma política socialista pan-americana mobilizada pelo Foro de São Paulo[183]; c) O desligamento das raízes ocidentais e portuguesas que colocavam em causa a memória e também a legitimidade da putativa Casa Imperial Brasileira[184].

Os movimentos de Darcy Ribeiro e a escola indigenista exprimem a perspetiva de que o Brasil seguia, no século XV, o seu caminho e que este foi atravessado, provocando efeitos nefastos e irreversíveis na construção de uma sociedade justa e equilibrada, pela interferência colonial, carecem de razoabilidade analítica. Também as proposições do movimento Brasil Paralelo se retêm numa visão irredutível do primado ocidental, da cultura judaico-cristã, da negação da evolução humana e da justiça social porque desadequados do ser social que é o homem do nosso tempo[185].

A este debate não está alheio um outro – o papel das ciências sociais no mundo pós-contemporâneo. Se por um lado se observa um avançar das posições mais "roturistas" que fazem confirmar proposições ainda não testadas de diversas ciências, por outro assiste-se a um menosprezo absoluto da componente humana pelos movimentos ultraconservadores que se assumem na captura dos recursos do planeta e na consideração segregacionista de um darwinismo social refundado e completamente exclusor.

---

180 Ver em: https://tinyurl.com/y9mmc7rl , último acesso em 13 de outubro de 2022.
181 Ver em: https://tinyurl.com/y9tycypb , último acesso em 13 de outubro de 2022.
182 Ver em: https://tinyurl.com/ydbozqq2 , último acesso em 13 de outubro de 2022.
183 Ver em: https://tinyurl.com/y9cuvw24, último acesso em 13 de outubro de 2022.
184 Ver o texto de Diego Martins Dória Paulo, publicado em 25 de maio de 2020, em: https://tinyurl.com/y853fecv - último acesso em 13 de outubro de 2022.
185 Em Portugal podemos encontrar reflexo da bipolaridade do debate brasileiro na escola de Boaventura de Sousa Santos e no Movimento Nova Portugalidade que tem como referência intelectual Jaime Nogueira Pinto. O jornal conservador Observador assume, também, a militância pela História não marxista e segregada dos valores cristãos que nortearam a presença dos portugueses no mundo de quinhentos. No grupo de historiadores e políticos que conformam a posição do Observador encontram-se João Pedro Marques, Alexandre Franco e Sá e José Pedro e Sousa.

Os primeiros mobilizam-se pelo não equilíbrio dos interesses; os segundos mobilizam-se pela consagração da história enquanto efabulação que parte de fontes primárias estáticas.

A pergunta que se coloca, perante esta enunciação sobre a relação do Brasil atual com o passado, é a seguinte: está em curso uma marcha que pode levar à construção de uma outra história sobre a gesta portuguesa e sobre a colonização do Brasil?

A esta questão só se pode responder de forma francamente positiva. Foi deixado para trás o processo de construção histórico que elevou os portugueses e depois os brasileiros da independência, para se desenvolver, de forma muito significativa a partir da academia e da política, uma história anterior à história, circunstância que importa acompanhar por parte da inteligência lusitana.

Regressa-se a Fino (pág. 446 – 447) para se recolher a citação que este faz de Eduardo Lourenço sobre Portugal e o Brasil. "Há muito tempo que estamos 'perdidos' para o Brasil (…) |com quem| nunca formaremos um conjunto, no sentido de comunidade linguístico-cultural (nem mesmo acrescentando o contributo dos novos países africanos de expressão portuguesa) capaz de construir um polo de influência histórico-política no mundo."

Nesta tese não se concorda com Lourenço, Portugal e o Brasil não estão perdidos um para o outro. Mas também não se pode a andar à volta do mito da comunidade imaginada porque os destinos manifestos se afastaram sobremaneira.

3.1.4.2. Fenícios e chineses em linhas de investigação inconclusiva

Em setembro de 1872, o Marquês de Sapucahy, recebia uma missiva assinada por Joaquim Alves da Costa que dizia: "Por ocasião de um transporte de pedras em minha propriedade de Pouzo Alto, perto de Paraíba, meus escravos trouxeram uma delas já quebrada em quatro pedações; esta pedra apresentava numerosos caracteres que ninguém compreendia, eu os fiz copiar pelo meu filho, que sabe um pouco de desenho, e resolvi enviar esta cópia a vossa excelência, como presidente do Instituto de História e Geografia do Brasil, com a finalidade de saber de vossa excelência ou qualquer outra pessoa o que

estas linhas significam. Aproveitando minha vinda a esta capital e como não tenho tido tempo de entregá-la pessoalmente a vossa excelência, eu a envio pelo correio."[186]

Inicia-se aqui a longa discussão, que até hoje se regista e agora começa a ampliar-se entre historiadores e arqueológos brasileiros, sobre a "Inscrição Fenícia de Paraíba".

Este achado ocupou uma parte da vida de Ladislau Netto, matemático e doutor em ciências pela Sorbonne. Conhecedor de hebraico, era iniciado na escrita fenícia e foi ainda Diretor do Museu Nacional.

Estrangeirado, desconectado da elite brasileira, a sua luta inglória pelo reconhecimento das inscrições de Paraíba não teria sucessores em décadas seguintes.[187]

Na década de 1930, a Imprensa Nacional brasileira publica uma extensa obra da autoria de Bernardo de Azevedo da Silva Ramos e que faz regressar, agora com outra dimensão, maior sustentação e alargado âmbito territorial a questão da presença dos fenícios em território brasileiro e, ainda, em parte da América.

Em *Inscripções e Tradições da América Prehistorica*, a "(…) perspectiva interpretativa de Ramos enquadra-se dentro da teoria arqueológica do difusionismo cultural. Segundo a mesma, era plausível supor que povos que dominavam a navegação, tais como os fenícios, por exemplo, tivessem transposto o oceano Atlântico e entrado em contacto com as civilizações longínquas, como, por exemplo, os povos pré-colombianos (…)" (Langer, 1998, pág. 166).

Determinado a deixar uma marca de não contestação, Ramos vai às primeiras investidas do Instituto de História e debruça-se sobre as leituras de académicos consultados (Teodor Kock-Grunberg, Carrick Mallery e Ricardo André), para os considerar antiamericanistas quando afirmavam que as "(…) inscrições não passavam de simples garatujas gravadas ou desenhadas em rochedos por mera diversão dos selvagens em longas horas de ociosidade." (Ramos, 1930, pág. 391).

Ainda hoje a obra de Ramos se afirma como relevante para uma parte da academia brasileira. Porém, também ela se transformou em ferramenta de luta ideológica entre os movimentos mais conservadores e os neomarxistas. Não poderia deixar de ser assim,

[186] Em *Lettre à Monsieur Ernest Renan à Propos de l'Inscription Phénicienne*, 1885, Ladislau Netto, Rio de Janeiro, Lombaerts & Comp. pág. 8.
[187] Em *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 1898, Sacramento Blake, vol. 5, pág. 25.

porque Ramos não se limitou nas suas proclamações. “Demonstrar que a civilização do nosso continente, a América, não tem essa origem nova, criança, impregnada do perfume e dos sons tropicais das nossas florestas, dos nossos socavões e das nossas imensas, caraterizada pela inúbia e pela flexa dos nossos selvagens, como declaram poetas exaltados e historiadores neófitos.” (1939, pág. 538).

Não se pense que o debate sobre a presença de antigas civilizações se queda cristalizado no tempo presente e muito menos que não seja atenção de estudos superiores nas diversas universidades brasileiras.

Em 2000, Johnni Langer, que já atrás se referiu, assume em tese doutoral as suas investigações sobre a arqueologia no Brasil império. Langer vai mais longe do que as discussões posteriores às do século XIX e não deixa de indicar o encontro, pelo capitão Feliciano de Carvalho, de “(…) gravações rupestres no nordeste brasileiro, no que é considerado o primeiro documento arqueológico brasileiro (…)” (2000, pág. 59).

Reforçando o percurso pré-europeu de viagens e civilizações que àquelas terras aportaram, Langer acolhe a investigação sobre outros territórios e continentes para confirmar que as inscrições que ao longo dos dois últimos séculos foram sendo encontradas, e que se assemelhavam a signos gravados da Sibéria, não poderiam decorrer da arte, imaginação e ócio dos povos nativos (pág. 61).

Langer socorre-se (pág. 64) do brigadeiro Cunha Mattos e da sua *Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil,* perante o Instituto de História e Geografia Brasileira em 19 de janeiro de 1839. “Baseando-se em comparações etnológicas, Cunha Mattos desvinculou qualquer grupo indígena americano com o brasileiro, sua maior evidência, no entanto, foram as inscrições encontradas na região do rio Negro, que conjuntamente com a linguagem de tribos desta região, atestariam a antiga presença de fenícios no Brasil. Mattos claramente estabeleceu um dos principais posicionamentos difusionistas desta época. O que para alguns seriam apenas rabiscos dos indígenas, para o militar atestavam traços típicos de civilizações superiores.”

Se o tema das viagens de civilizações antigas ao continente americano se acerca da investigação académica sul-americana, o mesmo não parece acontecer no espaço da universidade portuguesa. Acontece que há sempre atenção por parte de historiadores espanhóis ao que se vai estudando do outro lado do Atlântico. Foi assim que a Universidade Complutense de Madrid aceitou e aprovou a tese de doutoramento do

brasileiro Diógenes Veras da Silva em 2016. Nesse longo estudo, Silva atravessa toda a gesta fenícia e situa-se na avançada capacidade de construtores navais e de marinheiros.

As viagens de Ofir, Neco II e Hannón que desenvolve de forma muito sustentada, fazem-no entroncar na Amazónia fenícia e na inscrição fenícia de Paraíba a que já se aludiu na abordagem de Ladislau Netto.

É a inscrição de Paraíba que se apresenta, para Silva, (pág. 362) como o início do processo que se desenvolve nas décadas de 1920-1930. "Al tiempo que concluímos que el debate académico generado en Brasil a causa de la aparición de la inscripción de Paraiba y de outros hallazgos en este sentido, provocó um conocimiento mayor sobre el pueblo fenicio de parte de investigadores brasieños, y que consideramos importante para aquel entonces (…)".

É correto dizer que Silva não encontrou ainda a chave da confirmação, mas o seu estudo avançou sobremaneira.

Ludwig Schwennhagen, em *Fenícios no Brasil* (1986), desenvolve uma equilibrada e apoiada institucionalmente teoria sobre a chegada e instalação dos fenícios nos territórios do sul das américas. Diz: "Está largamente provado que existiu, no primeiro milénio antes da era cristã, uma época de civilização brasileira." E ainda: "Já provado também se acha que existiu uma navegação transatlântica entre esses povos e o continente brasileiro, durante muitos séculos antes de Cristo" (pág. 27).

E logo no início da sua abordagem, Scwennhagen escreve: "O escritor grego Diodoro (da Sicília) dá-nos, nos capítulos 19 e 20 do 5º livro da sua *História Universal*, a descrição da primeira viagem duma frota de fenícios que saiu da costa de África, perto de Dakar, e atravessou o oceano Atlântico no rumo do Sudoeste. Os navegadores fenícios encontraram as mesmas correntezas oceânicas de que se aproveitou Pedro Álvares Cabral para alcançar o continente brasileiro, e chegaram com uma viagem de 'muitos dias' às costas do nordeste do Brasil." (pág. 33).

As considerações de Silva vão no sentido de justificar o não desenvolvimento das linhas de investigação para o Brasil pré-colonial com o facto de não haver lugar a uma valorização dos nativos, a desnecessidade de uma página anterior à página em branco que se inicia em 1498.

Nas conclusões, que também se fazem globais, sempre diz: "(…) apuntamos las valoraciones echas por algunos arqueólogos que proponem nuevos análisis sobre inscripciones encontradas en Brasil, asi como tambien en algunos documentos inéditos existentes fuera del país. Para esse grupo de investigadores, dichos materales carecem aún de una rigurosa investigación ya que todavia no fueron analizados bajo nuevas técnicas y metodologias de que disponen (…)" (pág. 365).

Chegados aqui a pergunta é óbvia: porque não se seguiu na investigação destas possíveis chegadas fenícias?

Já atrás o referimos: o Brasil vive, há muitas décadas, situado em trincheiras distintas. Entre uma academia tradicionalista a quem não interessa questionar o antes 1498 e uma nova casta de investigadores a quem só interessa a visão (des)colonial na perspetiva da libertação dos povos anteriores.

Independentemente desta bipolarização, importam, ao meio científico português, novos olhares e novos contributos historiográficos que só poderão seguir após o uso pleno das ferramentas que a arqueologia usa no tempo presente.

Mais recente, pouco sustentada ainda, mas a prazo mais interessante sobre o ponto de vista do debate político, aparece hoje a perspetiva de uma aportagem prévia, antes de espanhóis e de portugueses, às terras americanas do sul por parte de navegadores chineses.

A investigação lusa das últimas décadas situou-se muito na leitura unívoca da identificação dos sinais visíveis e da sua relação com as fontes coevas nos percursos do oriente incluindo a China. Porém, parece haver pouca reflexão crítica sobre a grande civilização chinesa até ao século XVI e sobre a sua capacidade militar e naval.

Nos últimos anos não têm sido parcos os escritos fundados na vida e obra(?) de Zheng He. Tratando-se de um grande almirante que os historiadores portugueses quase não referem nas suas leituras, e que poderá ter implicado na viagem inaugural de Vasco da Gama, em especial o muito conhecimento sobre os mares que muçulmanos e chineses já teriam[188], merece de José Malhão Pereira a seguinte consideração: "(…) entre os estudiosos da história náutica, é muito comentada a maneira fulminante com que os portugueses conseguiram passar a operar com elevada eficiência náutica nos oceanos

[188] Ver Tese de Doutoramento de Semedo de Matos, 2015, *As viagens de Colombo e a náutica portuguesa de quinhentos*.

Índico e Pacifico Oeste. É certo que a náutica europeia, inicialmente desenvolvida durante a exploração oeste africana e mais tarde consolidada com novas técnicas devido às necessidades da exploração das rotas longas, se tornou independente do local navegado, depois de para o mesmo estar elaborada a carta hidrográfica adequada."

Mas Pereira não é meigo na descompostura da "teologia fundadora" da viagem. E escreve: "Contudo, é muito difícil de compreender como esses elementos hidrográficos foram tão rapidamente obtidos. É, por exemplo, admirável como o dito de Cantino, elaborado até agosto de 1502, pôde incluir tanta informação diferente da tradicional informação ptolemaica, nos mares e terras para leste, a costa ocidental do Indostão. De facto, as expedições portuguesas que antecederam esta data (as de Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral e João da Nova), não passaram além de Cochim." (pp: 139 - 140)

Pereira vem em oposição a Garcia (2016, pp: 135 - 136) quando considera que o conhecimento "(…) da geografia da China que os portugueses lograram descobrir até meados do século XVI converge com a circunstância de esse amplo território ter sido então cartografado pela primeira vez numa perspetiva ocidental."

Não se seguiu em abono de Garcia mas de Pereira. Parece lógico e cronologicamente aceitável a consideração que resulta do conhecimento de Cantino em 1502, resultado que nega a dimensão excessiva de Garcia na *halterofilica* capacidade portuguesa de cartografar em tão pouco tempo.

Matos (2017, pág. 23) diz bem do que foi acontecendo com a viagem de Gama. Está aqui confirmada a importância dos povos locais no seguir viagem : Lendo o relato anónimo da Viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1447, e observando com atenção os episódios ocorridos ao longo da costa oriental africana, fica a impressão de que, a cada nova paragem, cresce uma esperança dos marinheiros que já estão fora da sua terra há quase um ano. Cresce uma esperança e uma ansiedade que lhe é dada pela sensação de estarem a chegar ao mundo que procuram. Encontram gente que reconhecem como muçulmana, a vestir-se de forma semelhante à que conheciam do Norte de África e isso são para eles «Bons Sinais». Falam árabe e pode comunicar-se com eles através de tradutores que levavam consigo, podem fazer-lhes perguntas e, sobretudo, vêm neles os sinais de uma civilização que conhecem. E o que lhes pedem ou perguntam? (...) Pedem-lhes um piloto que os conduza à Costa do Malabar. Encontraram a pessoa certa em Melinde e atravessaram o Índico Ocidental, sem avistar terra, de 24 de Abril a 20 de Maio.

Aperceberam-se que tinham passado o Equador, que voltou a aparecer a Estrela Polar, mas foram confiantes num saber náutico de tipo diferente do seu que, com um enorme rigor, os levou até ao porto que queriam demandar. Antes desta viagem, que consagra todo o esforço marítimo português do século XV, tinham aprendido a navegar no mar alto, a usar os astros como a forma privilegiada de posicionamento no mar, mas faltava-lhes o conhecimento concreto do novo oceano. E recorreram à candeia de um conhecimento diferente, que se sabe hoje ter uma origem árabe e persa. Um conhecimento bem organizado conceptualmente, com expressão em numerosos manuais teóricos e roteiros práticos, cobrindo a vasta área que vai do Mar Vermelho e da Costa Africana até à China."

O recente reconhecimento, no mundo académico ocidental, da importância marítima da China no final da Idade Média, acompanhado de uma atenção crescente das academias navais, faz-se acompanhar de uma discussão verdadeiramente cruel em torno do livro de um ex-oficial de marinha inglês, Gavin Menzies, que assenta a sua narrativa na política naval chinesa da segunda metade do século XIV e que teria levado a que tivesse sido o almirante Hong Bao, um dos quatro emissários de Zheng He (Hong Bao, Zhou Man, Zhou Wen e Yang Qing) a receber a incumbência, em 1421, de promover diversas missões com destinos vários numa perspetiva de promover o conhecimento territorial, elaborar cartografia que se assumiria estratégica e reconhecer, em primeira mão, a possibilidade de alargamento dos domínios imperiais[189] em territórios das américas.

Para o oficial inglês autor de *1421*, que Jin Guo Ping, especialista em relações luso-chinesas considera usurpador, o almirante He afirmar-se-ia como o grande líder da "volta dos tesouros", aventura que teria ocupado o período entre a primavera de 1421 e o outono de 1423.

Três dos navegadores passariam África e seguiriam as consideradas "terras escuras". Zhou Wen teria seguido para norte, passando o Caribe, toda a restante costa americana até à Groenlândia; para o território que se situaria a sul teria seguido Zhou Man

[189] Em *O Brasil na Cartografia Pré-Lusitana* (2011), Paulo Márcio Leal de Meneses dá a conhecer os registos de uma realidade possível chamada Brasil que já, no século XII, eram visíveis em pautas aduaneiras e listas de comércio em França e em Itália. A sua consideração como "ilhas míticas" veio até à confirmação pelos espanhóis e portugueses nos finais do século XV e inícios do século XVI. Ver em: https://tinyurl.com/y8y5nz58, último acesso em 13 de outubro de 2022.

que atravessaria o Pacífico e chegaria à Austrália; Hong Bao ter-se-ia ficado pela costa americana.

As críticas que se podem constatar sobre o escrito de Menzies assentam essencialmente nas questões técnicas, nas opções pela navegação, nas cronologias das operações. Acontece que há referências que os historiadores brasileiros ou portugueses não incorporam nas suas análises que, resultando do texto, carecem de explicação.

Menzies indica, por exemplo, que a chegada dos europeus ao continente americano e a posterior comparação entre culturas e animais levaria a considerar que teria havido a chegada de outras civilizações orientais ao território sul-americano. Para sustentar os seus argumentos indica recentes testes de ADN que sugerem uma aproximação de alguns indígenas sul-americanos aos maoris e chineses (pp: 181 - 195). Esta questão não é de natureza náutica, não se insere nos relatos nem nas crónicas, advém da nova ciência prometida pela juvenil técnica.

Num texto muito cáustico, José Manuel Azevedo e Silva não deixa pedra sobre pedra do texto de Menzies. Acontece que a recensão crítica que desenvolve assenta em três erros de análise que importa ter presente: as navegações portuguesas foram também influenciadas por tecnologia que não nascera portuguesa nem europeia e, por conhecimento de territórios que há séculos promoviam comércio entre o oriente e o ocidente; não se esgota a investigação histórica chinesa na perspetiva de Tien Ju Kang, Zheng Yi Jun, Wang Wen Chu, Jiang Yi Hua e Niu Zhong Xun fixada em 1897, porque bem se conhece a capacidade de construir "história e mito" que perdura e se consagra válida por séculos e o tempo da nova Rota da Seda chinesa, como já se referiu, não facilitará nessa (re)construção da história; as análises de ADN, a que Menzies se refere no seu texto, não corroboram a ilusão de Azevedo e Silva, porque são hoje vastas as provas científicas de que os povos indígenas americanos se espalharam em dois fluxos – a norte, através do Estreito de Bering e a sul através da chegada de migrações orientais.[190] [191]

[190] Recensão critica de José Manuel Azevedo e Silva sobre a obra: *1421 – o Ano em que a China Descobriu o Mundo* – ver em: https://tinyurl.com/y9ma2urk, último acesso em 13 de maio de 2022.

[191] Niéde Guidon (2002) escrevia: "O homem não chegou à América apenas por uma região. É absurdo achar que o continente foi povoado a partir do Alasca". A sua ação na identificação dos principais sítios arqueológicos da Serra da Capivara faz desta arqueóloga e historiadora uma referência no universo indigenista brasileiro.

Lentamente, historiadores chineses, influenciados politicamente pela perspetiva imperial *jinpingista*, vão recolocando a questão da importância da China na geopolítica do século XVI.

Lascelles (2018) abre uma nova dimensão sobre a China enquanto potência económica e marítima (pp: 105 - 108) e Zhiliang (2004) faz retornar a consideração máxima de que: "Sob o céu, não há terra que não seja do Imperador e todos os povos, sejam quais forem, são vassalos imperiais." (pág. 256).

E como sempre se descobre no saber escrever chinês, há uma máxima que poderá ser recuperada a todo o tempo e que se assume como princípio norteador, antes e depois da chegada dos europeus: os Xia e os Yi inserem um sistema de pensamento que realça a "(…) civilização chinesa para estabelecer diferenças entre a superioridade dos Xia, chineses, e a inferioridade dos Yi, bárbaros." (pág. 260).

Não compete a esta investigação uma conclusão sobre as portas abertas para os questionamentos das viagens de fenícios e chineses que tivessem aportado à América do Sul antes de Colombo. Mas será prudente, para uma academia pujante e atenta, a portuguesa, que não se quede em feitos, em leituras cada vez mais estreitas e criativamente desinteressantes entre a vida dos burocratas e as implicações folclóricas dos povos orientais, desperte para o que parece estar a nascer e que pode, como aconteceu em tempos outros, determinar uma nova forma de escrever e pensar história do mar.

3.1.4.3. Espanhóis e outros portugueses antes de 1500

Nas primeiras décadas do século XX a certificação da chegada oficial ao Brasil ocupou muitos dos historiadores portugueses e brasileiros.

Com mais intensidade se verificou esse labor na década de 1940 por efeito das políticas nacionalistas dos governos de Salazar e de Getúlio Vargas. Terá sido esse exacerbar de nacionalismo que terá levado Rodrigues Lapa a escrever (1960, pág. VII): "Até que ponto será este fervor nacionalista compatível com a verdade histórica? Foi um problema que muita vez teria surgido na consciência do historiador de então. Todos, bem entendido, proclamam que o principal fim da História é a verdade. Resta saber se todos foram fieis a esse preceito, se a época era favorável à inteireza moral do historiador. É aqui que a historiografia quinhentista revela um dos seus mais curiosos e dramáticos

aspectos. O tempo não ia para que se pudesse declarar sem receio a inteira verdade das coisas e das pessoas."

A questão que mais preocupava os historiadores, também os políticos, era a que poderia pôr em dúvida uma antecipação espanhola da entrada no território que haveria de ficar português em Tordesilhas e em Madrid.

É neste contexto que se revela o estudo crítico de Marcondes de Souza (1946) que, de acordo com o que considera ser a melhor e mais atual (ao tempo) documentação histórico-cartográfica, desenvolve cada uma das hipóteses pré-cabralinas de chegada de europeus à América que viria a ser Brasil.

Souza inaugura a sua análise contestando a proposta de Jaime Cortesão sobre a possibilidade de ter sido Diogo de Teive o primeiro a chegar ao território americano e ainda em 1452. A sua análise parte do facto de Teive poder ter-se feito acompanhar de Pedro de Velasco, um espanhol que, mais tarde, teria desenvolvido contacto com Colombo na sua preparação da viagem inicial.

Velasco terá dito que em 1452, embarcado com Teive, teria avistado terras a ocidente da Irlanda, sem que a elas tivesse aportado. Teria sido um falso "terra à vista" que não consagraria ao português Teive, nem ao espanhol Velasco qualquer primazia (pp: 16-18).

Segue-se nessa linha hipotética de antecessores de Cabral, João Vaz Corte Real. Seguindo Henry Harrisse, olha-se 1472, data em que Real se colocaria nos territórios da outra margem do Atlântico.

A menorização de um possível conhecimento de um outro território que poderia influenciar Tordesilhas é o suporte para que se afirme a irrealidade de qualquer possibilidade de Corte Real ter descoberto o Novo Mundo (pp: 28 - 30). Não se aplicaria aqui a teoria do sigilo que tantos reivindicam para D. João II.

Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito são os seguintes na lista de navegadores que poderiam ter avistado a outra terra. Esta hipótese aparece como a mais frágil. Estimada em 1486, até acarinhada com uma certa dose de bonomia pelo monarca português, o tal território não era mais do que ilusão, ilhas imaginárias que revelavam um certo romanticismo insular que estimulava navegantes a sondar o mar (pp: 50 - 52).

João Fernandes, apelidado de *Lavrador*, teria recebido de D. Manuel I, em 1499, uma autorização especial para, por sua conta e risco, realizar descobertas no Mar Oceano. Para Marcondes de Souza, tal não passou de um procedimento inconsequente, com uma

tipificação semelhante a outros entre 1500 e 1521, realizados por Gaspar Corte Real[192] ou por João Alvares Fagundes.

É bem verdade que há referências cartográficas a *Lavrador* em plantas de 1502 ou 1503, mas elas não são de modo a considerar-se território dos continentes americanos. Apesar do mapa de Pedro Reinel indicar uma referência a *Lavrador,* tal não se comprovou em qualquer fonte coeva que se tenha divulgado ao longo dos séculos (pp: 58-59).

Resolvida a questão de uma descoberta portuguesa das terras americanas do norte, Marcondes indica uma disputa, à altura do seu escrito ainda em vida, sobre a primeira chegada a sul. Espanha com as viagens de Vicente Pinzón, Diogo de Lepe, Juan de la Cosa e Alonso de Hojeda; Itália com a viagem de Américo Vespucci; e França com a expedição de Jean Cousin.

A desgraduação de uma qualquer investigação sobre Cousin advém do facto de só Paulo Gaffarel, professor da Universidade de Dijon, ter dele cuidado. Para Vespucci é consagrada a falsificação de uma parte dos seus relatos de viagem e uma desatenção às cartas que haveria escrito a Lourenço di Pier Francisco de Medici sobre o *Mundus Novus* (pp: 119 - 121)

Não se estranha a superficialidade sobre as possíveis viagens de Diogo de Lepe, Juan de la Cosa e Alonso de Hojeda, desde sempre muito pouco tidas pelas academias espanhola, portuguesa ou brasileira. Mas é surpreendente que sobre Pinzón se avance e se recue. Para Marcondes de Souza, a viagem de Pinzón pode ser assim narrada: "A expedição composta de quatro navios, partiu de Palos a 18 de novembro de 1499 e após ter tocado nas Canarias, seguiu para o arquipélago de Cabo Verde, onde atingiu a ilha de Santiago. Desta ilha rumou para SSO e depois de percorrer cerca de 540 léguas, chegou a expedição a uma terra ao sul do Equador, a 26 de janeiro de 1500. Essa terra era o Brasil e o cabo a que Pinzón deu o nome de Santa Maria de la Consolacion é o atual cabo de Santo Agostinho." ´

E mais diz para que nenhuma dúvida reste: "Todos os historiadores de mérito do Brasil, entre eles Varnhagen, J. Caetano da Silva, Capristano de Abreu, bem como estrangeiros, entre cujos nomes ora se lembra os de Navarrete, D'Avezac, Peshel e Humboldt, estão de acordo que Vicente Yañez Pinzón antecedeu a Cabral no descobrimento do Brasil" (pp: 123 - 124).

---

192 Em *Indice Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimentos e Conquistas dos Portuguezes nos Paizes Ultramarinos desde o Princípio do Seculo XV*, o Cardeal Saraiva vem concordar com a ausência de fundamento para as viagens de Côrte Real (pp: 90-92) e colocar a temporalidade das viagens de Vespucci. Marcondes parece seguir, um século depois, os mesmos pontos de análise sem qualquer incremento.

Seguindo o mesmo percurso na construção das viagens pré-cabralinas, Ruge (1881-1883, pág. 128) diz: "Os portugueses ignoravam então que três meses antes Vicente Yañez Pinzón, um dos companheiros de Colombo na sua primeira viagem, tinha descoberto a mesma costa (…)".

No estudo crítico sobre o descobrimento do Brasil, Marcondes de Sousa não deixa de analisar a linha de investigação que levou a que se pudesse consagrar Duarte Pacheco Pereira como prévio chegante à costa brasileira.

Partindo de *'Esmeraldo de situ orbis'* um relato de expedição que abre portas a considerações várias sobre as viagens, não é colocada de fora a hipótese de Pacheco Pereira ter sido mesmo o português percursor. Porém, a negação do feito aparece sustentada numa análise mais exterior. Podendo D. Manuel I ter tido conhecimento das terras que se achavam, qual seria a razão que teria estado na base da sua não comunicação a Espanha e à Santa Sé? Não parece ser lógico o argumento, mais uma vez, mas a política do sigilo, até porque Tordesilhas já se havia consagrado (pp: 104 - 114).

É sobre a importância de Duarte Pacheco Pereira[193] no contexto do aportar primeiro a terras que viriam a ser Brasil, que Contente Domingues, abrindo ainda mais os estudos de Barradas de Carvalho e colocando a investigação numa leitura inteligente dos factos históricos, recoloca a importância de *'Esmeraldo de situ orbis'.*

Domingues (2012, pág. 18), ao dispor três questões ao investigador/leitor parece não deixar de assumir Pacheco Pereira como primeiro. Pergunta: "(…) o que quer dizer '*Esmeraldo*'? Porque é que o livro nunca foi publicado? Foi ou não Pacheco o descobridor do Brasil?

As respostas aparecem claras quanto às duas últimas questões. O livro não teria sido publicado por toda a sua leitura do acontecido poder ser considerada incompatível com a visão moderna do mundo, em especial depois da viagem de Magalhães; a viagem de 1498 – de cuja realização não há que duvidar, não o teria levado, em sua leitura, a um novo continente porque partiria da consagração medieval de um mundo dividido em três partes ou continentes.

Para esta análise interessa a resposta de Barradas de Carvalho às perguntas que se colocou: "Est-ce, donc, le témoignage d'une découverte pré-cabraline do Brésil que nous offre ce passage de l'Esmeraldo? S'agissait-il d'un voyage de découverte?" Sim, a viagem

[193] Em *Breve Interpretação da História de Portugal* (1979, Livraria Sá da Costa), António Sérgio deixa-nos a sua imensa admiração por Duarte Pacheco dizendo: "O primeiro grande herói militar da Índia é Duarte Pacheco Pereira, navegador distintíssimo, autor do roteiro intitulado *Esmeraldo de situ orbis*." Esta referência, numa altura em que a primazia cabralina do descobrimento do Brasil não se vislumbrava, é bem indicativa da perspetiva histórica de Sérgio.

teve efetivamente lugar; que é plausível que Duarte Pacheco a comandou; que terá tido como destino a costa brasileira (…) (pp: 21 - 24).

De regresso ao início de Contente Domingues é dito: "(…) a questão do descobrimento do Brasil está hoje resolvida, porquanto não se questiona (…) quem foi o primeiro a tocar a costa brasileira." E ainda esclarece a sua visão quase destrutiva da sua investigação quando considera que descobrimento "(…) implica a incorporação do conhecimento de uma nova terra no património geográfico colectivo (…)" e que "(…) implica ainda o regresso, por norma, e em resultado dessa incorporação no património geográfico coletivo (…)" (pp: 19 - 21). Duarte Pacheco Pereira regressou.

Em defesa da tese, para implicar esta leitura, adquiriu-se a consagração circundada, mas não negada, por Domingues e referente a Armando Cortesão, segundo o qual o célebre planisfério de Lopo Homem de 1519[194] espelhava a conceção do mundo de Duarte Pacheco, confirmando-se um alcance superior da viagem mesmo que ela não encaixe na atual visão do mundo.

A consagração do achado que foi "*Esmeraldo*" aplica retroação aos critérios de Contente Domingues. Não se trata de anacronismo histórico, antes de aprofundamento histórico. Ou seja, o que se passa a consolidar, mesmo que de forma tardia, não pode desmerecer a primazia, o ato primordial, de Duarte Pacheco Pereira que tanto em 1948[195] como em 2012 se revela profundamente fundado e agora qualificado sob o ponto de vista historiográfico.

Cortesão, na sua *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses* (1984, pág. 20) concede uma espécie de autorização máxima para a consagração de Pacheco Pereira. Diz: "O drama de Pacheco Pereira está em que, sendo um sábio, cuja verdade assentava, por consequência, sobre um determinado processo de conhecimento, lhe era vedado expor o sistema respetivo de factos e razões, por imposição das conveniências de Estado. Nele o homem de ciência e súbdito digladiavam-se."

Mas Domingues considera que a questão do Descobrimento do Brasil está hoje resolvida. Adivinhamos que para este (nosso) ilustre académico ela se encontre encerrada. Mas que perceção tem a história conhecida dessa nova realidade? A quem se destinou

194 Consideração de Armando Cortesão em *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)* vol. 1, Lisboa, Seara Nova, 1935, pp: 314-342.

195 Em *Portugal e o Segredo de Colombo*, (2019, Lisboa, Edições Alma), Manuel da Silva Rosa escreve: "Em 1459, Fra Mauro (célebre cosmógrafo) já vira mostras inequívocas de expedições portuguesas que tinham encontrado e batizado terras situadas além de 2 mil milhas de Lisboa. Os Açores situam-se a cerca de mil milhas de Lisboa e ao dobro desta distância encontra-se tão somente … a América."

esse conhecimento? Como implicou a ciência histórica na decisão política e na memória dos dois povos?

Se a questão estivesse resolvida, ela não faria sentido nas abordagens académicas que continuam a existir em Portugal, em Espanha e no Brasil. É por isso que esta tese lhe deu sentido, é por isso que o próprio Contente Domingues lhe carta de alforria.

3.1.4.4. Cabral, o notário oficial do Brasil

"O Brasil é o Novo Mundo que abre à imaginação universal os horizontes idílicos da utopia. Não é descobrimento das ilhas do Oeste por Cristóvão Colombo que inspiram a fantasia inefável. Prende-se ao inesperado, e imenso, da terra continental achada, devassada, dominada pelos portugueses, desde 1500, quando junto dos caboclos dóceis arvoraram, com a solenidade da Missa, a cruz de Cristo."[196]

Os historiadores portugueses, espanhóis e brasileiros, negando a consagração histriónica de Calmon que se replicou, quedam-se presentemente na confirmação da chegada de outros navegadores à costa do que é hoje o Brasil antes de Cabral. Esta estabilização conceptual constitui um desvio nos textos históricos do hoje: onde estava – descobrimento do Brasil, terá passado a estar descobrimento oficial do Brasil.

Porém, quem se identifica como o notário de tal verificação? O que é descobrimento oficial? Quem o outorga?

O Cardeal Saraiva, no seu *Indice Chronologico* (1841, pp: 87 - 92) diz, sem referir Vaz de Caminha, dos dias seguintes à chegada. A armada de Pedro Alvares Cabral foi arrojada a uma costa desconhecida que avistou em 22 de abril. A essa terra deu o nome de Vera-Cruz e no dia seguinte Nicolau Coelho haveria de achar gente mansa e tratável e no outro encontraram sítio para lançar âncora a que chamaram Porto Seguro e no domingo, 26, haveria missa e pregação com folias e festas pelos naturais. Depois desse encontro haveria de incumbir a Gaspar de Lemos o retornar a Lisboa para informar o rei.

Magalhães (1998, vol. 1, pp: 192 - 194) revela o que poderia ser a resposta à questão suscitada. Diz, referindo-se à Carta de Pêro Vaz de Caminha enviada ao rei, que:

[196] Comunicação de Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Colóquio *Presença de Portugal no Mundo - 1978.* Actas publicadas pela Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1978, pp: 1-9.

"Assim reza a 'certidão de descoberta do Brasil' pelos homens da segunda armada de D. Manuel a caminho da India, capitaneada por Pedro Alvares Cabral, em 22 de abril de 1500 (…)".

No mesmo sentido, apesar de mais avisado, vai Adão da Fonseca (2001, pp: 264 - 265) quando diz: "A novidade do achamento, desde o princípio, deslumbra os tripulantes da armada. Através do texto que, há muito, relata e simboliza a estada da armada nas costas brasileiras – a carta de Pêro Vaz de Caminha -, conhecemos com pormenor a sucessão de contactos (…)".

Com uma dimensão nacionalista, Manuel Viegas Guerreiro (1985) analisa a carta através dos olhares de um etnógrafo. Também ele chega (pág. 19) à proclamação de que: "A carta Pêro Vaz é o primeiro documento da história da grande nação brasileira, seu auto de nascimento e, simultaneamente, a primeira notícia que ao mundo se dava do Novo Mundo.

A historiografia portuguesa segue, na esmagadora maioria, os textos publicados, o mesmo registo. Há, contudo, duas considerações que carecem de ponderação. A primeira prende-se com o facto de só ter sido conhecida a "carta" no século XVIII, através, pensa-se, de uma investigação de José Seabra da Silva, e posteriormente divulgada, já no século XIX, por Manuel Aires de Casal na sua *Corografia Brazilica – Relação Historico-Geografica.* A segunda, as razões que terão levado à sua desconsideração por D. Manuel I e pela corte.

Maria Beatriz Nizza da Silva (2010, pp: 31 - 34) conduz a uma ponderação dessas duas circunstâncias e com a qual se concorda. A primeira resultaria de uma completa diferença de leitura do encontrado, a graduação da natureza e do homem visto; a segunda, o facto de nela não se indicar ouro nem prata, antes apontando para o que aquela terra poderia dar, uma visão que, aos olhos do monarca português sedento de honras, desgraduaria tal achado.

Eduardo Bueno (2016, pág. 107) encerra a questão Caminha dizendo: "Tendo ou não comovido D. Manuel, o facto é que a carta de Pero Vaz de Caminha logo submergiu na obscuridade. Ao contar a história do descobrimento do Brasil nas décadas subsequentes, os cronistas reais utilizariam a chamada *Relação do Piloto Anónimo,* cuja primeira edição foi publicada já em 1507, em italiano, numa coletânea de cartas de viagem organizada por Fracanzano da Montalboddo".

Encaminhe-se, pois, a tese para uma outra verificação do ato de confirmação do achamento.

No regresso da armada de Cabral (1501), D. Manuel I escreve aos Reis Católicos[197]. Nessa carta, que se considera ser o verdadeiro ato inaugural no universo das relações ibéricas regidas por Tordesilhas, o monarca português indica que "(…) pelas oitavas da Páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu, a que pôs nome Santa Cruz, em que achou gentes nuas como na primeira inocência, mansas e pacíficas, a qual pareceu que Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é muito conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali carregou suas naus e tomou água".

Por estas palavras pode confirmar-se o pouco interesse no que se "novamente descobriu" ou "se achasse". Em boa verdade, Manuel I já conhecia o acontecimento, já dele tinha ponderado e só "de arrasto" dele dá conhecimento depois de suscitada a curiosidade dos reis espanhóis.

Assumindo a plausibilidade de Pinzón e Duarte Pacheco terem chegado antes de Cabral ao litoral do que é hoje Brasil, olhando a desgraduação concedida à carta de Caminha e ao seu esquecimento, será prudente consagrar a Páscoa de 1500 como mais um ponto nas viagens e como mais um porto necessário às embaixadas que rumavam a Oriente. Será igualmente previdente que não se consagre a carta de Caminha como o ato fundador de uma descoberta oficial, antes o concedendo à missiva real do monarca português aos seus vizinhos e parentes espanhóis como a notificação que Tordesilhas deveria obrigar.

Regresse-se a Marcondes de Souza e ao seu texto publicado em *História dos Descobrimentos Portugueses* (1943, pp: 382 - 383)[198]. Todo o conhecimento da expedição de Cabral teria sido mais extenso e menos ingénuo do que as cartas de Caminha e de D. Manuel apresentam. Paesi de Montalbodo teria sido o primeiro a dar conta da chegada de Cabral à terra dos Papagaios, integrando-a num vasto relatório de outras

[197] Em O achamento da Terra de Vera Cruz (2018, pp: 16 - 19), Jorge Couto escreve: "A conclusão a retirar não pode deixar de ser a de que o rei de Portugal propositadamente demorou mais de um ano (de julho de 1500 a agosto de 1501) a dar conta a Isabel e Fernando das descobertas efetuadas pelos seus navios no continente sul-africano e, mesmo assim, devido à insistência de Pero Lopez de Padilla, representante dos Reis Católicos na corte de Lisboa." Não partilha Couto a sua leitura sobre a opção de D. Manuel, mas só pode situar-se no mesmo desproposito com que terá reagido à chegada prévia de Pacheco Pereira a estas terras.

[198] Ver em https://tinyurl.com/yammok3j, último acesso em 13 de outubro de 2022.

viagens. Partia de uma carta de Giovanni Matteo Crético, núncio de Veneza em Lisboa, a Angelo Trevisan, secretário da embaixada de Veneza em Espanha.

Depois de Paesi, Lopes Castanheda, João de Barros, Damião de Gois, Jerónimo Osório e Gaspar Correia produziram correspondência e textos, quase todos só trabalhados nos séculos XIX e XX, que afinam por uma leitura singela de um achamento por Cabral.

Não deve ser, porém, o facto de uma parte significativa dos académicos considerarem encerrado o tema, que este labor desgradua as opções validadas que se elencaram. Aqui se poderá olhar a teoria do sigilo, comprovada pela ação dos navegadores e pela ação de D. Manuel I. Aqui se questiona, em segundo turno, o cabralismo inicial brasileiro.

3.1.5. Os arquipélagos da Madeira e dos Açores

"Diz a tradição que os portugueses chegaram à Ilha da Madeira a 1 de julho de 1419. Porém, 1418 é o ano apontado como o do descobrimento da Ilha do Porto Santo, circunstância ocorrida após uma tempestade que desviou da rota uma embarcação que seguia pela costa africana."[199]

Não é irrelevante este texto. As considerações, de que "diz a tradição" que houve o descobrimento em 1418 e 1419 das ilhas que integram o arquipélago da Madeira, são suficientes para incrementar esta abordagem doutoral.

Sabendo-se da passagem dos seiscentos anos dessa chegada, caminhou-se na procura das comemorações oficiais[200], da sua visão abrangente sobre estas ilhas em tempos outros.

A mensagem do Presidente da Comissão das Comemorações não difere da formulação integralista das celebrações da década de 1940, situa o madeirense num serôdio elogio do passado e promove o futuro numa visão estrita das oportunidades para o turismo. Não foi por aqui que esta investigação abriu novas portas sobre a Madeira

[199] Ver em: https://tinyurl.com/yd5amwoe , último acesso em 13 de outubro de 2022.
[200] Ver em: https://tinyurl.com/y9ec5bpc , último acesso em 13 de outubro de 2022.

prévia aos portugueses, sobre o seu conhecimento e visitação comprovados antes das chegadas henriquinas.[201]

Mas avance-se pelos primórdios.

A Aventura Marítima dos séculos XV e XVI não pode ser assumida, sob o ponto de vista historiográfico, na conquista de algumas praças do norte de África. Trata-se, como hoje é aceite por algumas sensibilidades e escolas, de um processo de conquista típico da Idade Média onde a presença da fidalguia e o heroísmo dos cavaleiros era central. Também não se poderá afirmar que a descida do Atlântico seja rodeada de descobertas territoriais relevantes. Cabo Verde[202] e São Tomé e Príncipe, porque insulares, poderiam receber essa consideração, mas todas as abordagens territoriais continentais não são descobrimentos ou achamentos porque a África do Atlântico a norte se encontrava vastamente reportada pelos árabes e a África do Índico conhecida, pelo menos, dos árabes e chineses. Estar-se-á, assim, perante uma imiscuição, em alguns pontos uma conquista militar, mas sempre observada de forma prudente pelos povos locais, umas vezes permitida outras repelida.

A era dos Descobrimentos, como muitos lhe chamam, só seria um verdadeiro descobrimento se não fosse onde milhões de pessoas já viviam, lugares há muito existentes (Phillips, 2019, pp: 151 - 152). Mas também é verdade que as navegações permitiram descobrir mares e povos, ferramentas e dialetos. Esta questão está arrumada atrás.

O Oriente observa também intrusão e conquista. Territórios conhecidos e reportados em escritos e em mapas de ilhas confirmadas, mesmo que de forma parcial e pouco graduada. Sobra o Brasil que já mereceu atenção.

---

201 A Comissão Executiva das Comemorações é constituída por Guilherme Silva, personalidade escolhida pelo Presidente do Governo Regional, por uma adjunta e uma técnica do gabinete da Secretária Regional do Turismo e Cultura, pelas Diretoras Regionais da Cultura e do Turismo e pelo Diretor Executivo da Associação de Promoção da Madeira. Não há qualquer representante permanente da Universidade da Madeira, da Diocese do Funchal ou do Centro de Estudos de História do Atlântico. O Conselho Consultivo integra personalidades das diversas secretarias regionais e dos municípios. Nem um só historiador relevante da História Marítima ou da História da Expansão. Esta dimensão "pagã" desmerece o encontro de novas linhas de investigação sobre a História da Madeira e remete-nos para a época dos centenários em que os grandes eventos e a efabulação do passado estão, certamente, presentes.

202 Sobre a descoberta de Cabo Verde poderemos encontrar em *A escrita da história da descoberta de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento?*, 2017, Práticas da História nº 5, uma importante análise de Victor Barros sobre a manipulação da chegada às ilhas de Cabo Verde pelo portugueses. Barros indica-nos, a partir das fontes primárias, diferentes protagonistas com cronologias distintas: Vicente Dias (1445), Luís de Cadamostro (1456), António de Noli e Diogo Gomes (1460) e Diogo Afonso (1462). E é também Barros (pág. 101) quem nos remete para Jaime Cortesão, 1960, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Arcádia, (pp: 47-52), a previsão da existência na cartografia medieval as ilhas do Sal e da Boavista e um conhecimento, por parte dos povos da costa ocidental africana dessas ilhas. Ver em: https://tinyurl.com/y8pzeamn , último acesso em 13 de outubro de 2022.

Fixe-se agora a tese nos territórios insulares próximos. As Canárias eram habitadas pelos Guanche. A Infanta D. Beatriz aceitou a tutela espanhola e confirmou-se o progressivo desaparecimento daquele povo e civilização[203].

Não cumpre a esta tese progredir nesse enquadramento, mas interessa olhar para os arquipélagos da Madeira e dos Açores pela mais recente problematização científica, mesmo que esta seja implicante para muitas investigações anteriores.

3.1.5.1. Os genes do ratinhos caseiros

Invadir a história com investigação pertinente na área da biologia, pode não ser atrevimento concebível. Mas interessa dar à mesma história novas ferramentas para ir mais longe.

A utilização dos testes de ADN pela arqueologia e, através desta, usando os seus resultados para a evolução da historiografia, parece deixar sem pé alguns investigadores tradicionais emersos nas fontes primárias mais clássicas. Tarda a criação de equipas multidisciplinares em que história, arqueologia, biologia se possam juntar para a observação dos novos dados sobre a presença humana antes dos portugueses em alguns territórios.

A Professora Sofia Gabriel, do Departamento de Biologia da Universidade de Lisboa[204], desenvolve desde o final da primeira década deste século, um intenso trabalho na análise dos ratinhos caseiros existentes nos arquipélagos da Madeira e dos Açores. A investigação desenvolvida num consórcio internacional que integrou ainda as universidades de York e de Cornell, (2016) permitiram concluir: 1) os grupos de ratinhos existentes nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, que foram analisados, não têm uma relação genética com os existentes no continente; 2) as sequências de ADN, verificadas e comparadas com mais de um milhar de sequências de animais com caraterísticas genéticas semelhantes, assumem uma identificação completa, no caso da Madeira, com os animais sequenciados na Dinamarca, Finlândia, Suécia e Alemanha, e no caso dos Açores com a Islândia, a Noruega, a Irlanda e a Escócia.

[203] Ver em: https://tinyurl.com/yc8fw9eu , ultimo acesso em 13 de outubro de 2022.
[204] Ver em: https://tinyurl.com/y7dmsfkf , último acesso em 13 de outubro de 2022.

Mas poderiam estes mesmos ratinhos ter chegado aos territórios insulares no período de Descobrimentos? A esta pergunta Gabriel (2019) dá também uma resposta inequívoca – a presença, tendo em conta as análises feitas no *habitat* e a observação da amostra, indica que as espécies se fixaram há mais de um milénio.

Perante esta evidência científica, mesmo que não se assuma uma presença longa, de muitos séculos, dos marinheiros do norte da Europa nas ilhas atlânticas, não é mais possível a consagração histórica definitiva e sacramental da descoberta feita pelos portugueses.

Já se levantavam as mais diferentes hipóteses. Domingues, no seu Dicionário, refere-o. Mas ao inscrever-se nas fontes históricas, com a investigação de Gabriel, a identificação de população animal nos territórios antes dos portugueses, confirma-se uma nova e interessante realidade.

Encontramos na biologia os relatos, as inscrições, que os povos do norte poderiam ter feito. Encontramos nos ratinhos caseiros, não uma mera passagem em que tivessem sido transportados por navegadores ou por corsários nos seus barcos. A genética é de ratinhos caseiros, elementos presentes em unidades familiares consolidadas.

Esta curta abordagem, a partir da biologia, leva-nos a consagrar, no imediato, outras linhas de investigação que há anos se identificam.

3.1.5.2. A cartografia

O caminho desta investigação seguiu, também, pela cartografia. Foi experimentado o risco e foi assumido.

Vargas & Garcia (2007) dizem bem das prudências: "A abordagem estritamente historicista, factual, cronológica de que os mapas foram alvo durante largas décadas, não é fácil de ultrapassar, quer pelo peso da metodologia estabelecida, quer pela força da aparente 'verdade dos factos'." E mais escreve: "Cartas de escalas, tipos e objetivos distintos não são apenas analisáveis em função das suas datações e dos seus autores".

Não sendo esta tese sobre cartografia e sugerindo-se bastante o aportar de informação cartográfica sobre as ilhas que compõem os arquipélagos da Madeira e dos

Açores confirmadas antes da chegada dos portugueses, persegue-se na intrepidez académica.

António Álvaro Dória (1945) e Armando Cortesão (1973) abrem a porta para o questionamento do descobrimento da Madeira pelos portugueses e o seu não conhecimento anterior. Mesmo assim, a afirmação que entregam é a de que as primeiras representações cartográficas, situadas na terceira década do século XIV, mais não permitiam que uma intuição sobre a existência de afloramentos, desconhecendo a posição e a dimensão desses mesmos afloramentos.

Com a carta Dulcet, que se estima datar-se de 1339, aparecem, pela primeira vez, delineações com a posição presente da ilha da Madeira, mas só em 1370, como referem Guerreiro & Albuquerque (1989, pp: 139 - 141), o arquipélago se apresentaria completo.

A observação sobre a terminologia das ilhas confirma-se novamente anterior à chegada dos portugueses, em 1370 para as Selvagens, Desertas e Porto Santo, e em 1408 para a maior de todas, a Madeira. E num olhar cronológico sobre as inscrições dos afloramentos nas cartas, pode-se encontrar, em 1339 também em Dulcert, as ilhas *Primaria, Caprara e Canaria* nas posições da Madeira; na de Pizzigani, com data de 1367, está uma inscrição *"ysola capancia*"; e no Atlas Mediceo, que se estima tenha sido elaborado entre 1350 e 1357, surgem as designações de *Deserte, Delo Legname, e Porto Scto*.

Não se pode retirar destas realidades cartográficas o facto de outras designações poderem corresponder a outras ilhas efabuladas. Antes pelo contrário, é mesmo nas cartas referidas que se funda o conhecimento, anterior ao dos portugueses, das ilhas que hoje se consagram território insular português.

Quanto ao arquipélago dos Açores podem encontrar-se, também, referências vastas sobre a cartografia pré-povoamento pelos portugueses.

Em *Os Descobrimentos portugueses e a Europa do renascimento – A voz da terra ansiando pelo mar – Antecedentes dos Descobrimentos* (1983, pág. 21)[205], encontram-se referências aos Açores com nomes de S. Patrício e S. Brandão e localizações com designações de Purgatório ou Paraíso.

[205] Edição da Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

Mas é no repositório de documentação referente à descoberta e povoamento dos Açores que acompanha o ensaio de Manuel Monteiro Velho Arruda (1989, pp: XXIII a XLVI)[206] que se remete para os Portulano de Angelino Dalorto, carta Genovesa, de 1325, onde está indicada só uma ilha; Portulano de Angelino Dulcert, carta Maiorquina, de 1339, também com a referência a uma ilha; Livro do Conhecimento de Franciscano Espanhol, de 1350 (1345 ou 1348?), que indica oito ilhas; Mapa dos Irmãos Pizzigani, carta Veneziana, com três ilhas; Atlas Mediceu Irmãos Pizzigani, de 1367, com uma ilha; Atlas catalão de Abrahão Cresques, elaborado entre 1375 e 1377, com seis ilhas na orientação norte/sul; Atlas Pinelli Walckenaer, de 1384, com sete ilhas na orientação norte/sul; Mapa de Soleri, de 1385, com sete ilhas; Mapa de Maciá de Viladestes ou Mecia, de 1413, com oito ilhas; e, ainda, o Portulano de Giacomo Giroldi ou Giraldi, de 1426, também com oito ilhas.

A vasta produção cartográfica que se indicou e que se encontra também em *Historic Maritime Maps 1290-1699*, tanto para a Madeira como para os Açores, deve obrigar a um proceder de veto quanto à confirmação de uma descoberta cartográfica, verificada pelos portugueses, das ilhas atlânticas que conformam, nos dias de hoje, as duas Regiões Autónomas portuguesas.

Insere-se aqui o elemento relevante de um início, o mito dos primeiros a chegar que há muito se findou.

3.1.5.3. Registos *circumeuntibus hominem*

Entre-se agora, de forma sumarenta, no mito e na sua construção histórica, um mito enormizado que a história ciência desconsiderou e que a história memória ainda contempla.

A percussão sobre a passagem humana pelas ilhas atlânticas, em especial da Madeira e dos Açores, não se aparta da eterna obcecação pela descoberta da Atlântida, essa *nêsos* que o cientista social Georgeos Diáz-Montexano diz ter encontrado em fontes primárias de civilizações anteriores à Idade do Bronze e, ainda, nos textos Timeu e Críticas de Platão (2005).

[206] Edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Açores.

Para este investigador, a ambicionada Atlântida não estaria longe da localização do arquipélago da Madeira, uma civilização que teria vivido no mar Oceano fronteiro da Europa e de África entre os 12 mil e os 2 mil anos a. C..

Por agora, esta efabulação não se transporta para a realidade histórica, para a ciência confirmada que se assume nesta tese. Mas não deixa de ser relevante o que está no pensamento de Camões, em os Lusíadas, quando à ilha da Madeira se refere. Canta no Canto V:

Passamos a grande ilha da Madeira,
Que do muito arvoredo assim se chama,
Das que nós povoamos, a primeira,
Mais célebre por nome que por fama:
Mas nem por ser do mundo a derradeira
Se lhe aventajam quantas Vênus ama,
Antes, sendo esta sua, se esquecera
De Cipro, Gnido, Pafos e Citera.

Fica claro, apesar de já conhecidos e povoados os Açores, que Camões entendeu promover uma leitura peculiar a esta ilha. Dá-lhe a beleza de Chipre e a dimensão humana de Pafos; confere-lhe a eleição de terra de Vénus que Gnido e Citera representavam.

Ora, atravessando, desde sempre, a ideia de uma Atlântida no mar Oceano que se havia perdido pela ação da natureza, deve ampliar-se a perspetiva do poeta na sua leitura intemporal concedida a uma ilha pequena mas com dimensão mítica única e uma relação simbólica entre o princípio e o fim do Mediterrâneo, entre a casa mãe de uma cultura e a imagética de uma outra que não se encontra (Vieira, 2015, pág. 6).

Camões, como muitos dos que escreveram história até esta se fixar academicamente, olha para estas ilhas como emanação divina, um direito a que o povo eleito haveria de chegar.

A investigação presente leva ainda às anciãs fontes escritas e abre-se à construção de uma história contada ao longo dos últimos quatro séculos. Foi nesse encalço que se observou o *Tratado dos Descobrimentos,* publicado em 1563 (também em 1731) e escrito por António Galvão em homenagem a D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira e militar das Índias[207].

[207] Subrahmanyam considera o *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão como um dos primeiros exemplos de história comparada existentes no mundo da produção histórica sobre os Descobrimentos e sobre os Impérios português

As reflexões que neste tratado são reportadas, separadas por séculos, povos e navegações, carecem de confirmação histórica porque se considerou, até hoje, impossível o desenvolvimento de linhas de investigação amplas e supranacionais e porque a sua verificação e possível confirmação demoliria a investigação consolidada que cada nação e cada país foram desenvolvendo nas últimas centúrias.

Mas não deixa de ser relevante, para a presente abordagem sobre os mitos na história das descobertas das ilhas, em especial a da ilha da Madeira. o que Galvão escreve sobre a conquista das Canárias por ordem de D. Pedro IV de Aragão, em 1344 e, na sequência, a descoberta da Madeira. "Também querem que neste mesmo tempo fosse a Ilha da Madeira descoberta, que esta em trinta e dois graus, por um inglês que se chamava Machim, que vindo de Inglaterra para Espanha com uma mulher furtada, foram ter à ilha com tormenta, e fugiram naquele porto que se chama agora Manchico, de seu nome tomado, e pela amiga vir do mar enjoada saiu em terra com alguns da companhia, e a nau com o tempo se fez à vela e ela faleceu já sem nojo. Machim que a muito amava pela sua sepultura fez uma Ermida do Bom Jesus, e escreveu numa pedra o nome seu (…)".

Em socorro da enunciação de Galvão vem Damião Peres (1983, pág.: 15) quando diz: "Sendo incontestável que as ilhas do Porto Santo e da Madeira foram abordadas por mais de uma vez no decurso do século XIV, bem poderia inserir-se na série dessas viagens de desconhecida autoria a de Machim (…)". Mesmo que as diversas versões sobre o que se conta e escreve possam questionar a relação entre a toponímia e a tal viagem de Machim, o que releva é a consideração/certeza, para Peres, da incontestabilidade das visitas e paragens em tempos que não resultam do espírito empreendedor único do Infante Navegador.

Também Francisco Manuel de Melo deixa a porta aberta a duas outras leituras quando escreve sobre Zarco e o batismo de Machico: "(…) chegou em breves dias à ilha, já dita da Madeira, lançando ferro em aquele próprio porto que até então se chamava o dos ingleses; ao qual João Gonçalves, por memória e honra de Roberto, o Machino, seu primeiro descobridor, seu nome de Porto de Machino (…)" (2017, pp: 76 - 77). Este traço de Melo não abre caminho à consideração de outro achamento, mas indica uma ideia

e espanhol. Nesse tratado, pode antecipar-se uma visão sobre a dimensão de navegador entre Vasco da Gama e Cristóvão Colombo e entre a afirmação de conquista numa leitura entre Hermán Cortés e Afonso de Albuquerque. Sanjay antecipa para o tempo de Galvão as primeiras visões de uma história conectada que Damião Rodrigues tem vindo a estudar no tempo corrente promovendo a interação entre as academias portuguesa e brasileira – Ver em: https://youtu.be/cweOWIG2WBc - último acesso em 10 de janeiro de 2023.

sobre os ingleses e a sua passagem por aquele porto, circunstância que só se revelaria prévia à chegada que provocaria a colonização.

Liguem-se agora as leituras menos trabalhadas sob o ponto de vista científico para se identificarem os vestígios arqueológicos das ilhas portuguesas que estudos recentes situam antes do povoamento definido pelo Infante D. Henrique.

O arquipélago da Madeira verificou, ao longo da segunda metade do século XX, um intenso processo de transformação e uso do solo que não ponderou, como aconteceu, por ser mais tardio, com os Açores, uma permanente cautela à pesquisa arqueológica e ao estudo aturado do espaço.

É exemplo o facto de quase não existir investigação sobre as furnas, grutas escavadas nas encostas onde viviam pessoas, animais e também serviam de estruturas de apoio agrícola. Ribeiro, Joaquinito, Rodrigues & Azevêdo, num texto a que deram o título *Arqueologia e Arte Rupestre na Macronésia, novos contributos,* (2017, pp: 113 - 124) estudaram essas mesmas grutas e ainda todos os artefactos encontrados e que, pelas escavações, se poderiam considerar instrumentos líticos em pedra local.

Desse labor foi possível concluir que se está em presença de ferramentas que se assemelham a outras estudadas na ilha do Pico, Açores, e que se encontram, também, nas Canárias referenciadas na perícia lítica guanche.

A relevância da investigação arqueológica, para a consideração de presença humana prévia à portuguesa nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, leva, ainda, à expedição luso-hispano-suiço-austriaco-alemã, em 1999, onde se encontraram, também, artefactos líticos nas ilhas Selvagens em estruturas arqueológicas que indicam presença pré-portuguesa.

Sobre as Selvagens há referências ao assentamento dos irmãos Pizzigani em 1367, presença essa que Albuquerque & Vieira (1987) confirmam, relativizando o que o primeiro português a aportar, de nome Diogo Gomes de Sintra,[208] escreveu: “Em certo dia, vindo eu, Diogo Gomes, pela última vez da Guiné a Maio das ilhas Canárias e a da

[208] Em *A História e Autonomia da Madeira* (2001, pág.: 14) podemos constatar a perenidade da designação da Ilha de Porto Santo e das Selvagens. A primeira só haveria de ter uma designação diferente em 1339, Primária; as segundas sempre foram Selvagens desde a primeira referência em 1375. Já quanto à ilha da Madeira é interessante verificar a permanente alteração de nomenclatura. Entre ilha Capraria, logo em 1339 e Canaria em 1367, oscilará em designações próximas de Legname (Lenuame) entre as décadas de 1370 e 1420; em 1408, na carta de Pasqualini aparece, pela primeira vez Madeira, voltando, para ficar, na carta de Andrea Bianco em 1436.

Madeira, vi uma ilha e estive nela, chamada Selvagem (…) as caravelas do senhor infante descobriram esta ilha" (Garcia, 1998, pág: 50).

A investigação feita pelo universo da biologia aos ratinhos dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, a longa série de presença em cartografia que tem vindo a ser desconsiderada pela História, parecem afiançar existências anteriores à dos portugueses.

Luís de Albuquerque, em *Introdução à História dos Descobrimentos* (1989, pp:163 - 164) diz que: "A ideia de que os Açores teriam já sido frequentados na Antiguidade teve durante muitos anos defensores entusiastas." E, ainda, a propósito da presença dos fenícios no arquipélago, diz: "Mas já no final do século passado Paul Gaffarel observava que estas 'provas materiais da frequência de fenícios nos Açores' exigem confirmação: todavia, mesmo que do estudo demorado que o assunto pede, se venha a concluir pela presença desses navegadores no arquipélago sempre se pode assegurar, à luz dos textos de que se dispõe, que dela não chegou notícia aos navegadores portugueses do século XV."

Como aconteceu com o Brasil, fez-se a historiografia na consideração de descobertas oficiais que até hoje se consagrariam. Ora, se nos séculos XV e XVI a descoberta oficial se poderia conceber pela confirmação *urbi et orbi* no espaço europeu, não se pode parar perante aparentes evidências científicas que investigações, a partir de outras ciências e de outros métodos de análise, aportam. Poder-se-á não saber ainda quem foram especificamente os que chegaram antes, mas dever-se-á confirmar a sua presença prévia à dos portugueses.

3.1.6. Término

Quando, em 1898, Charles Langois e Charles Seignobos publicaram o *Manual Introdução aos Estudos Históricos*[209], a sua grande preocupação assentava na obrigação, que todos os que se dedicavam ao labor da história deveriam assumir, de que não poderia haver outro caminho que não fosse a construção de uma história científica.

[209] 2017, Patola/ebook, Amazon.

Assumia-se o divórcio com a filosofia, a ponderação sobre as corrente teóricas, e consagrava-se o princípio de uma história assente na leitura dos documentos, a determinante fonte que devia consagrar a proclamação: *pas de document, pas d´histoire*.

O conceito de descoberta ou descobrimento, a sua agregação simbólica a uma gesta portuguesa, é prévio ao nascimento das escolas históricas seguintes ao século XVIII. Se se quiser, esse conceito agrega-se a uma outra realidade que também insere, neste tempo, as ciências humanas e a que se dá o nome de ciência política ou, para os especialistas, direito dos tratados[210].

Do período que vem dos tratados quinhentistas sobre os mares e territórios desconhecidos, entre Portugal e Espanha, até hoje, há um oceano de escritos, documentos e intuições. Nesse oceano, os Descobrimentos aparecem como designação para identificar outras terras e outros mares, conhecidos ou pressagiados, não registados sempre, mas com longos e intemporais períodos de existência.

É assim que a literatura de viagens, os registos apostólicos, as notificações eclesiásticas e os reportes militares assumem as viagens por África, Ásia e América, consagrando descoberta e descobrimento, assumindo a história-retórica, posteriormente e também, os mesmos conceitos.

As crónicas usam ainda, forma estilizada, as palavras e os conceitos de descoberta e descobrimento. Não haveria herói, conquista, feito, se não mostrasse ao mundo o que uma parte desse mundo não conhecia, se essa exposição não tivesse como objeto a consagração da superioridade bélica, cultural e religiosa.

O positivismo, na sua visão terraplanada, não se fica pelo elogio dos heróis, mas cria uma história monótona, linear, desinteressante. Isto porque assume como incumbência a transformação de uma ideia de história puramente europeia e a transforma na obrigação universal do seu uso. Este eurocentrismo implica e sustenta, agora com mais intensidade, a descoberta e/ou descobrimento como processos/conceitos históricos relevantes para a Europa e, através desta, para os mundos que se iam integrando. A verdade única e sem contestação vai construir os portuguesíssimos sentimentos e sentidos de Expansão, Descobrimentos e Império.

[210] Resolução da Assembleia da República nº 67/2003 – Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, assinada em 23 de maio de 1969.

O materialismo histórico, que seguiu ao positivismo fundador, vem iniciar o processo de abertura que concede o primordial momento de questionamento da visão de Descobrimentos e de Império. Tudo porque se desenvolve a obrigação de descontinuidade na análise social e económica, porque a superestrutura marca, de forma determinadora, a infraestrutura.

Se Marx não olhava, inicialmente, a questão para além dos requestos nos territórios europeus, não é menos verdade que o materialismo histórico se pode aplicar, para contestar a superestrutura colonial, à visão da infraestrutura de cada território africano ou americano. Afinal, a luta de classes era, antecipadamente, a relação entre potência colonial e povos invadidos / territórios ocupados.

A História Marítima perde, já tarde e por circunstâncias muito particulares do universo intelectual português, a obsessão da cientificidade vista como imutabilidade e irrenunciabilidade e passa a consagrar uma leitura do artífice da história enquanto sujeito e objeto, elementos relevantes na construção de uma outra narrativa em que os acontecimentos deixam de ser vistos apartadamente, integram as sociedades e incorporam os factos políticos, sociais e económicos de cada momento num *continuum*.

Com a Escola dos *Annales*, nascida num tempo de convulsão e de incitação intelectual que os grandes acontecimentos bélicos sempre aportam, assumiu-se no *zoom* histórico. Olha-se cada acontecimento do passado questionando-o através dos condimentos científicos do presente. Esta mudança é a que transporta o historiador de um ser anencefálico para um ser inovador e edificador. O documento escrito exclusivista, que ainda faz as delícias de muita academia, deu lugar a outras incorporações, da arte à etnografia, do folclore à linguística e (…) ao mito.

Os *Annales* abriram, pela primeira vez, a visão ecuménica da historiografia. Cada comunidade estará em pé de igualdade na implicação do conhecimento e é por isso que todo o tempo de construção historiográfica desta escola é também o início da desconstrução dos conceitos coloniais e ultramarinos que haviam sido profundamente assumidos (e se mantém no subconsciente de uma parte relevantíssima da sociedade portuguesa) no Estado Novo.

A leitura sobre os mito no estudo dos Descobrimentos não segue a visão desconstrutivista, não utiliza os conceitos descoberta e descobrimento resultantes do recuado pensamento português a cada tempo, para demonstrar o quão errados são esses

mesmos conceitos. O que se faz é uma construção integradora de todas as áreas e origens do saber, uma história que não destrói, mas recoloca, reorganiza, confere nova estética ao saber existente.

O primeiro contributo vem da antropologia. O conhecimento que hoje se tem da diáspora humana, recurso que até ao último quartel do século XX era desconhecido ou desgraduado, implicado pelas técnicas que a arqueologia concede, levam à construção dos primeiros e grandes Descobrimentos, os que levaram o *Homo sapiens* de África a todos os restantes continentes.

O eurocentrismo da história construída não cede na supremacia desse caminho africano, mas a verdade é que os povos, as comunidades e estas transformadas em civilizações que vieram de África têm o direito fundador do planeta humano em que as navegações ibéricas de quinhentos, assumidas como Descobrimentos, emergem na sua missão relativa.

Convém que não se tenha como certo que o homem de hoje é mais inteligente que o homem que saiu de África. Toda a investigação o infirma. Como também não é verdadeira a conceção histórica, que assume as práticas agrícolas, as ferramentas e as relações entre indivíduos como elementos inválidos à identificação de um processo civilizacional. Importa assumir que a relação do homem com a natureza deve fundar, por novo, uma outra apreciação do caminho seguido.

O segundo contributo vem da sociologia. Os estruturalistas feneceram cientificamente enquanto marcadores da ciência. E esse falecimento transformou toda a leitura da relação entre seres humanos e comunidades, sendo que a visão *foucaultiana* pós-estruturalista abre outros caminhos.

Lamentavelmente, a mudança verificada na sociologia, que assume uma igualdade primordial de cada comunidade, não alastrou cabalmente para chegar à história. Por isso a história concede ainda uma visão de superioridade, a leitura (eu/etno)cêntrica do caminho feito nos últimos cinco séculos.

Acontece que a integração do conhecimento, irremediavelmente também história, obrigará a uma mudança da tipificação dos períodos históricos, determinando outras marcas que não se fiquem pela identificação de uma Pré-história (entre 2,5 milhões de anos e 3 500 anos a.C.), a Idade Antiga (entre 3 500 anos a.C. e o século V d.C.), a Idade

Média de dez séculos (entre o século V e o século XV), a Idade Moderna de três séculos (entre o século XV e o século XVIII) e uma Idade Contemporânea (entre o século XVIII e século XX). A chegada do homem à Lua regista o início de um novo período, já "pós-contemporâneo", já Idade Virtual. A teoria da história, a dimensão cosmopolita dos autores e investigadores da ciência histórica, vão obrigar-se, não tarda, a uma confirmação deste novo período.

Se o eurocentrismo que marcou o conceito de Descobrimentos, deve caminhar para a ab-rogação, reponderando-se o juízo, o simbolismo agregado e a (des)qualificação do *outro*, não devem, por inação ou por complexo de culpa, os cientistas ocidentais aceitar e integrar o nascimento de novos centrismos.

O afrocentrismo, que se desenvolve a partir de leituras enviesadas da antropologia e das civilizações africanas antigas, ou o sinocentrismo, que medra na construção de uma nova cultura oriental de natureza imperial, estão aí para serem negados.

O terceiro contributo vem da liberdade de pensamento. A ideia de criação e um Museu das Descobertas em Lisboa poderá ter contribuído mais para o debate sobre a realidade passada enquanto invasor e ocupante de terras de outros, do que as décadas anteriores de debate académico.

Isto acontece porque o país ainda não se terá descolonizado mentalmente, ou como dizia Unamuno, Portugal ainda não deixou de ser "uma formosa e gentil rapariga do campo que, de costas para a Europa e sentada à beira-mar, junto à própria orla onde a espuma das ondas gemebundas lhe banha os pés descalços, com os cotovelos apoiados nos joelhos e a cara entre as mãos, olha o sol a pôr-se nas águas infinitas. Porque para Portugal o sol não nasce nunca; morre sempre no mar, que foi teatro das suas proezas e berço e sepulcro das suas glórias."[211]

Perante a proposta de criação do museu, caminhou-se à procura da forma como as administrações públicas encaram oficialmente, e ainda hoje, a ida pelos mares. O maior lamento adveio do Instituto Camões a quem compete a cooperação externa.

O mesmo se avalia da ação diplomática, da manutenção dos símbolos menorizadores que implicam os outros povos e como isso impede uma relação normal

[211] Em *Dom Camilo e o Seu Pequeno Mundo* de Miguel Unamuno, (1989, Lisboa, Europa-América).

entre Estados. Tal se constata na ausência de uma visão integradora do Acordo Ortográfico que descolonize a língua e a garanta grande e perene[212].

Contente Domingues parte para um novo tempo do conceito de Descobrimentos ao dizer: "Descobrimento nada tem a ver, portanto, com a ideia do senso comum do 'primeiro a chegar': antes de mais, porque mesmo numa perspetiva estritamente europeia é impossível saber quem foi o primeiro a chegar de facto a um novo território."

A visão grandiosa de Descobrimentos, os que abriram novos mundos ao mundo, submerge. Mas importaria que se não reduzisse a meras questões tecnológicas que também minorariam o papel de Portugal. Verifica-se sempre a tendência de com o desnecessário se fazer evaporar o que foi relevante, uma atitude revolucionária que não se partilha.

O quarto contributo vem da Revolução Francesa. É claro que esta marca histórica só chegou ao Portugal de pequenas franjas intelectuais. O desenvolvimento político, social, económico e intelectual mostra bem os pequenos avanços e os grandes retrocessos nos primeiros dois séculos do período contemporâneo. Mas a verdade é que não é possível, mesmo colocando a desconstrução de lado, manter o princípio segregacionista do conceito de Descobrimentos, havendo uma obrigação filosófica, ética, que obriga a um outro padrão de análise.

O quinto contributo é o da importância intelectual do Brasil pós-independência. Não pode haver nova história das idas de Portugal e Espanha pelo mundo sem a investigação da academia brasileira. Esta tese provoca as certezas.

Certezas no que se refere a quem chegou primeiro ao Brasil e quem se afirmou notário oficial. Chegaram antes Pinzón e Pacheco Pereira sem dúvidas de qualquer espécie, confirmou-se o ato oficial dessa chegada na existência da mensagem a D. Manuel I que, através da sua carta aos Reis de Espanha, valida o território que estava dentro da linha definida em Tordesilhas. Não pode haver retroatividade no primarismo da carta de Pêro Vaz de Caminha, porque só é encontrada séculos mais tarde e porque desgraduada enquanto documento régio.

[212] A devolução de artefactos aos países de origem seria o início de um processo de restituição cultural". Esta é uma afirmação de Dan Hicks, investigador da Universidade de Oxford que resulta da apresentação do seu livro *The brutish museums: the Benin bronzes, colonial violence anda cultural restitution* (Pluto, 2020)

O sexto contributo é o da relação bilateral. Ninguém pode hoje, sem enquadrar, escrever o princípio dos Descobrimentos na relação com os países ou territórios por onde passaram os portugueses. Essa realidade política assenta no facto de nesses territórios já existir previamente civilização, de ter havido uma implicação danosa nessa realidade e não ter sido possível corrigi-la.

O sétimo contributo é da propinquidade do estado de desenvolvimento humano. Se alguns escritos de clérigos jesuítas dão dos indígenas do Brasil uma imagem de bestialidade, de homem-mau, de inumano ser, já Vicente de Salvador soube corrigir essas proclamações e indicar os fatores de organização social, de civilização, existentes nos gentios, história escrita que impele a uma outra realidade. E se se promover uma análise profunda da vida dessas comunidades indígenas e se comparar com as das comunidades portuguesas em territórios isolados e até ao século XX, encontrar-se-á semelhanças extraordinárias porque houve muitos Portugal dentro de si ao longo de oito séculos.

O oitavo contributo é o da curiosidade e insatisfação académicas. Todo o património recolhido sobre a ocupação das ilhas atlânticas anteriores à chegada dos portugueses, que resulta da realidade animal pré-existente, da mais recente inventariação cartográfica, das indicações literárias dos vários tempos, e até da opção política das entidades regionais, revela que há uma história nova já consolidada e outra em vias de consolidação.

Mas mesmo que se possa afirmar com certeza que outros estiveram na Madeira e nos Açores antes dos portugueses, é também esta história em revisão que confirma que foram os portugueses a povoar, a romper a terra e a cultivar.

O posicionamento geoestratégico dos Açores e da Madeira obrigou, durante décadas à afirmação da sua lusitanidade e, pelos sinais políticos da autonomia há, até, uma certa leitura de açorianidade, um subproduto ou uma autodeterminação incipiente. Sempre interessou a Inglaterra esta consideração por delegação, por carta de concessão perante a dependência política e económica. A Guerra Fria não permitiu uma abordagem que não fosse exclusivista, mesmo que o direito internacional consagre, substantivamente, a realidade do que é o território português.

3.2. Os mitos no estudo do Império

Em *História, que História?*, Reis Torgal viaja com o leitor pela arte de historiografar como se ela tivesse sido assumida, praticamente em exclusivo, por "funcionários" e pela especialização. Para Torgal, assistiu-se a uma quase absorção da criação pela universidade e a um certo proletarizar do pensamento histórico.

Foi olhando esta apreciação de Luis Reis Torgal, com a qual se poderia provocar um cisma na academia, que se partiu para a identificação dos mitos no estudo do Império.

Ramada Curto escreve ainda: "Em Portugal, o Estado Novo foi marcado por um claro intervencionismo por parte do Estado. A ideia de um plano do infante D. Henrique e as políticas centralizadoras ensaiadas por D. João II, D. Manuel I e D. João III coincidiram com uma espécie de idade de ouro dos Descobrimentos e da Expansão. Nas figuras do príncipe casto e de monarcas autoritários, celebravam-se os ideais de liderança da ditadura fascista. Ao mesmo quadro de projeções, mais ou menos idealizadas, pertenciam os valores de defesa da fé, do culto monárquico e integralista da nobreza, e de exaltação da nação." (2013, pp: 175 - 176)

Não se vê qualquer problema em que se parta de D. João II, D. Manuel I ou D João III para abordar os mitos. Também eles são parceiros desta empreitada.

Quase meio século após a independência dos países de língua oficial portuguesa, decorridos longos períodos de estudo sobre o espaço temporal em que os portugueses se afirmaram presentes em alguns territórios do globo para além do europeu, depois de uma profunda transformação social e do nascimento de novas abordagens historiográficas ao período que vai da conquista de Ceuta à entrega de Macau à República Popular da China, a verdade é que continua visceralmente presente, quase como uma realidade insofismável, na memória e no conceito que se formou de Portugal, a existência de um império, construído pelos antepassados de cada um e que se foi transformando ao longo dos séculos.[213]

[213] Tarda em se encontrar, nos programas da disciplina de História, uma leitura profunda sobre a aventura marítima nas suas diversas componentes. As referências contam-se pela abordagem pouco profunda da comunidade lusófona, a

Nesta investigação foi-se ao encontro de três linhas de análise sobre os mitos no estudo do Império. A primeira linha é intemporal e imaterial, ligada à construção de uma unidade carismática, religiosa ou filosófica; a segunda linha é a que se impõe na visão dos tratados com outras nações ou na leitura normativa das leis constitucionais a partir das Patentes de Tomar; e a terceira linha é a da verificação de um império enquanto realidade social, económica e política

Domingues (2016, vol. I, pp: 530 - 535) obriga a um sentar sobre as noções para melhor se caminhar na construção historiográfica. Assim, ter-se-ia consagrado uma trilogia assente em três termos, ou conceitos: Descobrimentos, Expansão e Império. O conceito de Descobrimentos ligar-se-ia com as viagens marítimas e de incursões terrestres de exploração geográfica, agnição de novas realidades para-humanas; Expansão referir-se-ia à presença comercial e político-militar e à conquista e ocupação; e ao Império consagrar-se-ia a designação do período entre os séculos XVIII e XX.

Porém, esta construção tem vindo, lenta e assistematicamente, a ser demandada. Dever-se-á elaborar sobre ela num processo interdisciplinar de psicanálise do ente português e da promoção da ciência histórica que tenha como elemento central esse mesmo ser português. É o que se pensa ter feito nas abordagens anteriores sobre os mitos no estudo dos Descobrimentos[214].

Não é de hoje este questionamento sobre o Império. Barreto (1987, pág. 101) desfaz a mais idílica visão sobre o Império Português e referindo-se a um período em que ainda não tinha passado um século da chegada ao Oriente. “Nos finais do século XVI a crise ideológica do expansionismo renascentista português torna-se cada vez mais forte e presente. Não se trata agora de apenas mais uma crise, nem mesmo da emergência duma consciência crítica. A presença imperial portuguesa no Oriente é, desde sempre, um mar de crises, uma tempestade de choques e contradições de projetos políticos, económicos, de grupos de pressão, de interesses senhoriais e individuais, nacionais e estrangeiros. Os exemplos de Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque atestam, desde a origem, o clima de crise (crises conjunturais que geram o processo duma crise estrutural) da imagem e

valorização da língua e nenhumas páginas sobre a construção de um futuro com base na reparação do passado. (Pinto, Carvalho & Neves, 2009, pp: 116-117)

[214] Uma das críticas mais lidas à obra de Eduardo Lourenço, também de José Gil, é a que se refere à aplicação de categorias psicanalíticas ao povo português. Há quem entenda que a psicologização do coletivo não é aceitável. Não entrámos nesse debate, mas não deixamos de o indiciar.

realidade do Oriente Português." Poder-se-ia terminar aqui o estudo dos mitos no estudo sobre Império, mas Barreto não perdoaria a insolência.

Portugal foi mesmo progenitor de um império iniciado nos séculos XV e XVI e que se espalhou pelos vários continentes? E a existir esse tal império que formas terá assumido, que enquadramentos políticos, também sociais e económicos, terá revelado?[215]

Poder-se-ia seguir a simplicidade do conceito em Farinha (1994, pág. 16) quando diz que império "(…) na sua acepção mais corrente, (…) tende a aplicar-se ao Estado que conseguiu reunir sob um poder arbitral, simbólico e de assunção de algumas prerrogativas majestáticas uma parcela significativa de direitos sobre territórios vastos e populações numerosas, dotados de reis independentes". E mais diz: "(…) algumas destas condições foram preenchidas durante a presença dos portugueses no Oriente, nos séculos XVI e XVIII e, por isso, se aceita a palavra 'Império' aplicada ao 'Estado da Índia' durante o período do seu maior esplendor".

Farinha deixa em aberto a identificação clara e incontestável do que considera maior esplendor. Mas se se seguir pela época em que Albuquerque se aventurou em territórios do Oriente, durante um período em que foi Capitão-Mor da Costa da Arábia e Governador da Índia Portuguesa (1506-1515), não se poderá deixar de considerar que o epíteto *"battiplajas"* [216] poderá estar ajustado.

A sua ambição irrealista, profundamente desqualificada sob o ponto de vista estratégico e dos recursos humanos e materiais, de fechar todas passagens para o Índico a partir do Atlântico, Pacífico, Mar Vermelho e Golfo Pérsico, revelaram-se, num curtíssimo prazo, um enorme insucesso. Santos (2020, pág. 71) escreve sobre Albuquerque concordando e discordando do que se escreve: "O problema é que Albuquerque exagerava: a sua crueldade parecia não conhecer limites. Era um brilhante estratega, um visionário e um facínora".

---

[215] Em *Breve História das Grandes Ideias* (2020, pág. 180), Daniel Smith ajuda a enquadrar a leitura presente do conceito de imperialismo. Diz: "O mundo moderno é obviamente definido pelo período da construção de impérios europeus que começou no século XV com a colonização do Novo Mundo, seguindo-se a Índia e as Índias Orientais. A chamada Partilha de África, em finais do século XIX, dividiu o vasto continente em esferas de interesse europeu. No século XX, uma luta feroz por influência internacional entre os grandes Estados europeus culminou na Primeira Guerra Mundial, para depois as ambições expansionista da Alemanha, em particular, entre guerras conduzir à Segunda Guerra Mundial. Mas tarde, o expansionismo russo, pós-Segunda Guerra Mundial precipitou a Guerra Fria. Assim, o imperialismo tem ditado o curso da política internacional.

[216] Consideração de Andréa Doré, in *Antes de existir o Brasil: os portugueses na India entre estratégias da Coroa e táticas individuais*, pág. 170)

Eliade (1996, pág. 34) contradiz quase em absoluto o que Farinha acima disse: "(…) nos limites deste mundo fechado começa o domínio do desconhecido, do não formado. De um lado, existe um espaço cosmicizado, uma vez que habitado e organizado. Do outro lado, fora desse espaço familiar, existe a região desconhecida e temível dos demónios, das larvas, dos mortos, dos estranhos – ou seja, o caos, a morte, a noite." Este era um outro espaço ao qual se poderiam aplicar estas considerações fundadoras da organização territorial e mental da Idade Média.

Boniface, no *Dicionário das Relações Internacionais*, diz que um "Império é uma construção territorial que fundamenta a sua coerência numa ideologia e numa prática de poder unitárias (…)". E, seguindo esta consideração, partiu Carlos V, na sua voragem expansionista, construindo um império com ambição universal em que usava uma máquina militar, económica e ideológica. Assim, analisando a Aventura Marítima, não se descortinou qualquer sinal que possa caber no padrão "bonifaciano" mesmo que leve ou benigno.

Acontece que a marca central deste império especial não nasce da história, nem sequer nasce, com agregação programática, das crónicas. Este império nasce primeiramente de um traço indelével, de uma matriz literária única, de uma "bíblia" sobre a aventura que o escritor, que se transformou em símbolo, Luís Vaz de Camões, veio a conceber.

A "fé e o império" em Camões, este elemento dual que é, por nascimento e por memória, um só, deve prevenir para um Império Português em quase tudo diferente dos restantes que a história universal foi consagrando ao longo de milénios. Este capitulo é, também, o reflexo camoniano – a fé (mito e religião civil) e o império (tratados e economia-política).

Domingues diz do momento em que, para si, a História do Império se terá afirmado. No decorrer das Comemorações dos Descobrimentos, já na década de 1980, se abandonaria a História Marítima para fazer nascer, talvez com alguma atenção aos movimentos políticos e à afirmação dos conceitos de império agregados à realidade dual da Guerra Fria, a História do Império. Mas também diz que interessa uma prevenção sistemática quando se analisam as "idas" e se lhes demonstram a bondade de um (ou mais) império.

Claro que a enorme exegese de Domingues se coloca na separação entre uma história do império que desde o Século XVIII se formata em camadas, e a História do Império, a tal que nasceria durante o século XX, que deve obrigar a meditações e cuidados que aqui se terão.

A disquisição que se desenvolveu não poderia assumir uma espécie de "focalização" na leitura proto-histórica do império. Seria, sem qualquer dúvida, um caminho que se habilitava a cumprir uma mera concordância com a muita produção científica cógnita. Por isso, ao consagrarem-se os mitos no estudo do Império importa estar consciente de que se devem assumir as várias componentes em que eles se refazem nos tempos da história transversa contemporânea, onde as referências ao simbólico, à imagética ou à literatura se devem avocar como bases essenciais e como emergências da mesma história.

Faz sentido, pois, olhar Quadros (2020, pp: 158 - 159) quando ele escreve: "(…) são os Portugueses a nosso ver os diretos descendentes da cepa atlante sobre cujas sementes, espalhadas pelo mundo, se ergueu o edifício da civilização mediterrânica. Tronco antigo e nodoso, que recebeu ao longo do caminho muitas enxertias, mas que permaneceu basicamente o mesmo. Parece ser seu destino a capacidade de criar grandes ciclos da cultura e da civilização, para logo depois, como que esgotado pelo esforço ou como que castigado pelos desvios da sua fragilidade humana, demasiado humana, entrar em longos períodos de decadência de que aliás volta a emergir para um novo *dar novos mundos ao mundo*." Este império de Quadros é o império sobre-humano que se quer imenso e se confirma exíguo, em suma, é o império da missão histórica que Matos bem estuda e de Ginzburg na sua relação entre o mito antigo - religião, e o mito moderno - nacionalismo.

Neste caminho olhou-se Hegel e a sua Razão na História (2004, pp: 45 - 53) recolhendo os três métodos de tratar a mesma história: a história original em que não se depuram os acontecimentos, se consagram como cada um dos referentes os olha colocando-se na perspetiva do tempo; a história reflexiva, em que a construção histórica transcende o tempo referido, não no tempo, mas no espírito, uma leitura de uma vida coletiva assente no significado das ações e não nestas isoladamente; e a história filosófica enquanto contemplação ponderada da mesma história, numa empreitada difícil, mas que se exige no encaixar dos factos e das fontes, num pensamento que deve ser,

obrigatoriamente, especulativo. É também aqui que entra este império multifacetado que se vai anatomizar. Esta trilogia olha de frente para a presente opção analítica.

Irene Pimentel, concordando com Ginzburg, fala de populismo tema relevante para a abordagem que uma parte dos movimentos da "portugalidade" mais recentes dedicam à "viagem quinhentista", dá conta que se tem "(…) vindo a assistir a muitos outros exemplos de desvalorização da História académica, por contraponto à valorização – como se fosse antiética – da memória. Ora, quer o processo historiográfico, quer o memorial são formas diferentes de regresso mental ao passado e da sua narração, mas que se complementam (…)"[217]. É o refazer desta abordagem que permite as diversas entradas que foram impostas por esta investigação, algumas vindas da ciência, outras vindas da vida e outras vindas do que formatou a vida e a ciência.

E transpondo as portas de Pimentel, ninguém nega que houve no Império português peculiar, um *continuum* que se estende ao longo de séculos, uma presença da luz suprema para a consagração das grandes conquistas dos portugueses. É esse império intemporal, simbólico, que sustenta a energia da história, que a faz capaz de responder a elementos não confirmados pela base da sua existência que eram as fontes primárias.

Existe nesta conexão com o intemporal uma relação de causa e efeito, uma dependência que se não discute. Desde o momento fundador que Portugal se afirma como instrumento do império da fé, esta enquanto determinante do caminho e fornecedora da coragem com que se foi fazendo país, o tal país em roda do providencialismo que João & Matos estudaram.

Mais não queria dizer João de Barros quando escrevia: "Donde podemos afirmar que esta casa da coroa de Portugal, está fundada sobre sangue de mártires, e que mártires a dilatam e estendem per todo o universo: só este nome pode merecer aqueles que militando pela fé oferecem suas vidas a Deus em sacrifício (…)[218]".

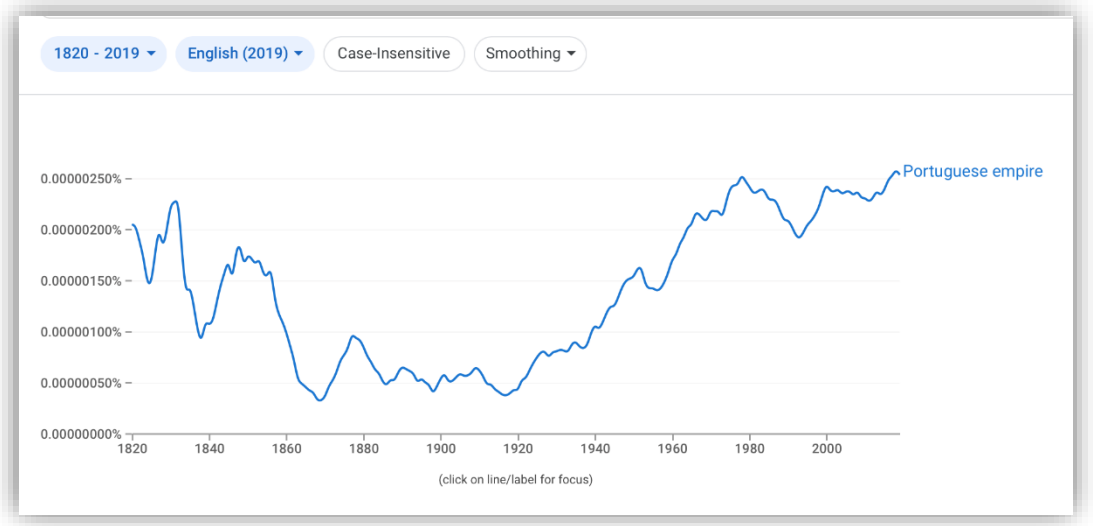
Claro está que esse tempo difere, como se diz em vários passos deste texto, dos padrões assumidos pela história formatada. Esta esquece que a dimensão da verdade, que se revelou até ao século XVIII, era inversa, onde o espírito era o elemento central e

[217] In: *O elogio da história e dos historiadores, sem esquecer a filosofia, a arte e a cultura* – Público, 11.05.2019.
[218] Ver: João de Barros, *Ásia, Primeira Década*, Livro Primeiro, cap. I, pág. 8.

remunerador e a matéria era um elemento desprezível e irrelevante (Barros, 2006, pp: 47-57).

Poder-se-á, por isso, dizer que o fornecimento de razões intemporais para a construção do Império Português desmereceu nos últimos dois séculos? Não será possível consagrar essa tranca cerrada quando o longo período do Estado Novo, durante meio século, determinou uma visão da história agregada a uma emanação do espírito e de Deus e esse período mantém-se no imaginário da sociedade portuguesa e em quase todos os universos políticos. Também não é possível retirar tal conclusão se se quiser analisar as entradas que a grande base de dados Google fornece.

Ilustração nº 2
Inserções, por anos de edição, de matérias sobre o Império Português



Fonte: Google Books Negram, elaborado pelo autor em 22 de janeiro de 2022

Ainda hoje se acredita que a evocação bíblica de David e Golias pode capacitar para um entendimento das relações ibéricas ao longo dos séculos e, a partir dela, encontrar-se, também, a desvantagem dos recursos, os de um Portugal pobre, perante a grandiosidade da obra, a aventura, que só poderia ter sido consagrada por vontade de um ser supremo.

Também não é possível fazer história sem atentar na leitura filosófica da existência dos portugueses enquanto povo eleito, seguindo a leitura de mito de Anderson,

bastante género humano e génio fundador de um império, o quinto, que se afirmaria como anunciador de um novo tempo.

Godinho, que se formou em histórico-filosóficas em 1940, fez aprovar a sua tese de curso: *Razão e História - Introdução a um problema* (1971), como balizas da sua produção historiográfica. Nesse texto iniciador tenta desgraduar a dimensão simbólica e o questionamento do investigador sobre a investigação. O seu caminho ia no sentido da sublimação dos factos, entendidos *per si*, parecendo rejeitar o cruzamento entre a história e a filosofia, dualidade que o havia moldado, assumindo um "racionalismo não metafisico"[219].

Acontece que Godinho, na sua obra, vai caminhando, mesmo sem o relevar ou autorizar, para o encontro de justificações de espírito, para a inventariação de motores maiores que sustentam os acontecimentos ou os incrementam. As leituras sobre a existência de um quinto império não ganhariam lugar identificado em Godinho, mas não deixariam de estar presentes como cama fundadora da sua construção historiográfica.

Para relativizar Godinho, por momentos e sem qualquer altivez, importa seguir Bosi (2005, pp: 315 - 333). Afirmando o atalho inalienável entre literatura e história, diz da primazia da primeira sobre a segunda, e dessa primeira em parceria com a filosofia enquanto bases conceptuais e elementos considerados factuais de um tempo que vai para além da arqueologia que hoje se assume central nas fontes primárias. Também em Bosi faz sentido olhar o império seguindo todas as perspetivas, não sendo tirânico nas consagrações que resultam das marcas escritas e dos factos registados que só assomam de um período curto do tempo que se leva de presença humana no globo. Bonifácio, mas à frente, segue exatamente no mesmo sentido.

Esta realidade do império metafísico é essencial para se perceber a assunção, sem impugnação, assumida quase transversalmente, do tal ente português. Ver de Bandarra a Camões, de Vieira a Pessoa ou a Agostinho da Silva como penetraram no conceito de império, nessa linha condutora que se agrega debaixo de uma língua que é hoje falada por centenas de milhão de pessoas, não pode ser desmerecedor de uma análise sobre os mitos no estudo do império que interessa examinar enquanto elementos historiográficos.

[219] Por decorrência do racionalismo ontológico que trata a questão do ser e do seu pensamento. O real é sempre uma parte desse real, divergente perante cada leitura ou observação. A reprodução do real é menos que o conhecimento, porque o executor da mesma reprodução nunca se extingue no todo.

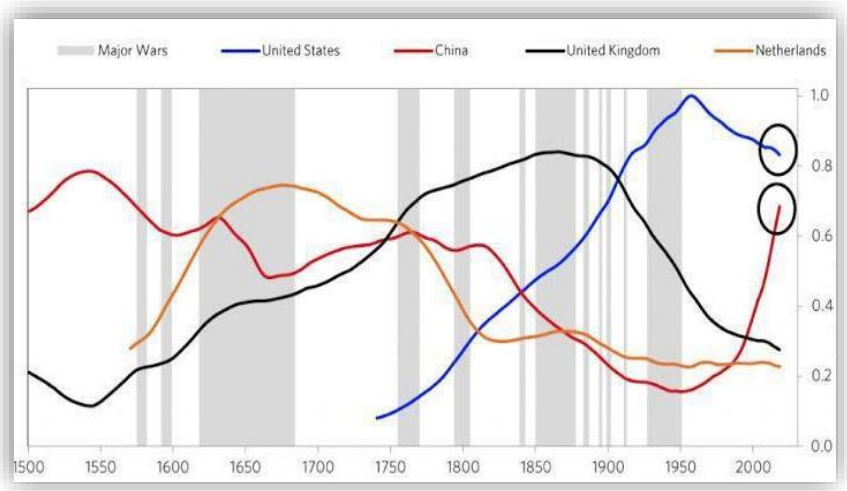
Historiadores há que encerram o período da presença dos portugueses no mundo em três ciclos: o das Índias, o do Brasil e de África[220]. Esta cristalização temporal teria sido motivada pela perturbação perante as circunstâncias políticas do reino português, perante as dependências externas e perante a potencialidade de outras visões imperiais mais valorosas. Em traços largos – a União Ibérica, a independência do Brasil e a Conferência de Berlim podem ser marcas indeléveis.

Mas talvez interesse desfazer o tripé dos tempos históricos e agregar os novos espaços a uma concordância com a realidade das instituições e com o comandamento político de cada época. Ou seja, acabar com o império evolutivo, partir os períodos e constatar que quando se esteve perto de o ser a realidade política não o autorizou.

Dalio (2022, pp: 291 – 295), abre o capítulo do cosmos pós 1500 falando da gesta de portugueses e espanhóis. Porém, o seu critério de análise é o da imensidão e da implicação de novos mundos. Assim, deixa para trás os ibéricos e indica o que considera terem sido verdadeiros impérios no novo mundo pós 1500. Para ele, há quatro impérios bem visíveis – holandês, britânico, norte-americano e chinês.

Ilustração nº 3

Posições estimadas entre Impérios



Fonte: Ray Dalio, 2022, pág. 46

[220] Noelle Richardson assina (pp: 461-466) com o *título Preocupações do Conselho Ultramarino: o declínio da diáspora portuguesa no mundo*, um texto, integrado in História Global de Portugal (2020, Temas & Debates), fala-nos de um Império-sombra que se desenvolveu entre 1400 e 1974. Determina três fases das partidas e assume uma diáspora especial sem uma ligação identitária perene e desconhecida nos seus diversos contornos. É comum falar em Portugueses no Império, mas afirma-se errado, uma vez que nesse universo está gente de muito lado que, por relação mercenária, por fuga, por missão e por necessidade de sustento se constituiu diáspora portuguesa. Uma diáspora pastosa que não é possível determinar através de matrizes de análise.

Também Kumar, no seu livro *Visões Imperiais* (2017), informa sobre o que a mais recente investigação pode considerar como tendo sido os grandes impérios da História Universal. A sua opção pelos seis impérios (Romano, Otomano, Habsburgo, Russo, Britânico e Francês) só pode ser questionada, na leitura política e histórica contemporâneas, pela ausência do império norte-americano hodierno que se afirma, sobremaneira, nos últimos dois séculos.

Mas Kumar diz o que o leva a considerar um império. Olhando para os movimentos históricos indica que sempre houve três caraterísticas que estiveram na base de todos as formulações de império: o território, os recursos e os valores (pp: 57 - 68). E é exatamente com base nessa trilogia que Russel-Wood afirma a sua visão do império português enquanto movimento de pessoas, de bens e serviços e estilos costumes e ideias.

Há, contudo, na análise de Russel-Wood, um erro de base que não pode deixar de ser indicado. Ao dizer que "(…) os portugueses foram não só os primeiros europeus a estabelecer (do ponto de vista europeu) as fronteiras do mundo moderno como, num grau nunca igualado por outra nação europeia nos primórdios do período moderno, a entrar em contacto, iniciar trocas e manter relações com pessoas de uma grande diversidade de origens raciais, culturais, religiosas e nacionais" não está a indicar a construção de um qualquer império (2017, pp. 16 - 18), está a confirmar a base de análise que se transporta ao longo desta tese – a da aventura.

E em linguagem escassamente disposta sob ponto de vista historiográfico ainda diz que: "(…) em geral, só no século XVIII é que surgiu o conceito de império (Domingues já o tinha dito), enquanto fusão da metrópole e das colónias numa só sociedade (…)" e que "(…) antes dessa data, e nalguns casos mesmo durante o século XVIII, o que se tem descrito como 'Impérios' na realidade não era mais do que uma série de redes, de teias ou de espaços, em que os europeus não eram imperialistas mas sim "emporialistas" (1998, pág. 256).

No encrespo do que acima se assinalou, há ainda outro equívoco histórico em Russel-Wood que é, também, assumido por outros cientistas sociais – a ideia central de que a especificidade portuguesa teria possibilitado a manutenção tardia do império (pág. 23). Ora, esta é uma realidade que deve ser contestada, até porque se sabe que as

construções políticas nem sempre são as afirmadas pelas proclamações históricas (como se verificou durante o período de integração ibérica, por exemplo).

Ao analisar-se o Império sob o ponto de vista político dever-se-á seguir as exigências da previsão histórica e dos seus fundamentos jurídicos. Adriano Moreira partilha a consideração de que para existir um império deverá existir uma base territorial sob administração permanente de uma tutela única e uma superioridade militar (1985, pp: 414 - 415). Ou seja, um império não se destinaria a dominar o mundo estabelecendo uma visão una e imposta até ao limite, antes se afirmaria no "(…) exercício de uma autoridade igual sobre grupos humanos diferenciados pela cultura (…)".

Mas Moreira discorre ainda sobre outra circunstância que se deve aplicar à presente visão portuguesa de império. Ao referir o princípio renascentista de que o "rei é imperador no seu reino" (pp: 416 - 418), está a abrir a porta para a determinação de uma tabela de elementos de análise que se não vai negar, onde se questiona a verdadeira realidade dos monarcas portugueses perante os territórios que se querem confirmar império.

Desenvolvendo Moreira olha-se para Dante e para a sua *De Monarchia* para se indicar outra marca central da previsão de império na realidade do seu ser supremo. Eram competência básica e capital do imperador, duas supremas funções: a de legislador único em matérias fundamentais e de interesse comum; e a de superior e irrecorrível juiz nas controvérsias entre Estados, realidades emancipadas, soberanas, semissoberanas e autocéfalas.

É também a partir de Dante que se caminha para a ponderação do império. E recorrendo a considerações gerais, de que mais que servir para designar o único chefe para uma parte da humanidade, repleto de funções sagradas e religiosas, guia moral antes que político, o título imperial seria usado para designar poderes sectoriais muito fortes ou um superpoder específico, evocado exatamente como império.

Se se olhar para esta visão comum de império encontram-se algumas marcas iniciais dos fundamentos do chamado Império Português, mas conjeturamo-las mais na construção tardia do império ultramarino que se seguiu à aprovação da Constituição da República de 1933 e do seu instrumento complementar, o Ato Colonial.

Este enquadramento leva, pois, à visão que o conceito de império assume em Portugal perante a realidade da Aventura Marítima Quinhentista.

A perspetiva do império enquanto emanação divina ou enquanto sustentação metafísica; a leitura dos diversos tempos, das suas realidades específicas e das suas excentricidades políticas e sociais; a visão consagrada nos tratados internacionais, sempre presente na forma de assumir a Ibéria e repartir o globo; e as considerações do mesmo império a partir dos processos de supressão das monarquias absolutas e do nascimento das previsões constitucionais, devem suportar o fio desta investigação.

Este império que se investigou é escatologicamente distinto daquele que Poggio Braccioolini[221] haveria de dirigir a D. Henrique e em que afirmava: "(…) nunca antes conhecidos de imperadores nem de reis, dos descobrimentos marítimos por mares ignotos e tempestuosos e por terras ínvias e afastadas, povoadas por gentes selvagens e ferozes, às quais nunca ninguém se atrevera a chegar, com lutas navais em que fizera cativos, a caminho do meio-dia de África e alcançados os etíopes, e também em lutas contra os infiéis, por seu glorioso pai iniciadas e por eles herdadas e continuadas, erguendo-se assim, em celebridade, acima dos próprios Alexandre e César, dominadores de terras conhecidas, e a exortá-lo a que prossiga em tão gloriosos feitos, que lhe hão-de garantir, neste mundo, fama e vitória e, no outro, prémio divino (…) "[222].

Em poucos textos se pode afirmar a exemplaridade da construção literária sobre a história ciência. Em boa verdade esta é também história que, recuperando Pimentel e Bonifácio, deve ser aqui trazida, refazendo-se na leitura e na construção de um diálogo grandioso em que a memória vivida ou construída coletivamente não podem submergir.

Cortázar (2020, pp: 63 - 65) olha para estes Descobrimentos a partir de um *zoom* histórico. Como se o que se estava a consagrar fosse diferente do que descobriu Alexandre Magno na imensa Pérsia, ou como descobriu Júlio César a dimensão de África a partir do Egipto. Leituras novas, mas por olhares de um território que forma a Europa de ontem e de hoje.

[221] Cardeal e responsável pelo acompanhamento do Reino de Portugal no pontificado de Bonifácio IX.
[222] Ver: Dias Dinis, 1968, *Monumenta Henricina*, Vol. IX (1145-1448), Coimbra.

3.2.1 O Império Messiânico e o Império da Fé

3.2.1.1. O Império Messiânico

O império messiânico, envolvido numa consideração mais diagonal de "quinto império", é uma das bases ideológicas e simbólicas da literatura e da história quando se olha para a Aventura Marítima. Pode tentar-se coartar-lhe essa importância, mas afirmar-se-ia delimitação mental.

Constata-se, em alguns artífices mais recente, um esforço significativo no sentido de desgraduar a sua inegável influência, só que ela é estrutural, está entalhada nos elementos centrais de todas as equações, deve ser inibidora de uma conspeção que assente só na ditadura da razão.

A literatura, irmã da história e da a filosofia, é a garantia de uma implicação sobre as "visões" do "quinto império" que se atravessaram em Gonçalo Annes Bandarra, Luis de Camões, António Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva.

Poderia esta investigação deixá-las de fora? Seria um grave erro neste tempo em que a necessidade de se fazer "arte" histórica o recomenda. Campos Matos, na sua sabedoria imensa sobre o mito, entenderia que não se tinha ido a um dos pontos do sentir sebastiânico.

3.2.1.1.1. Gonçalo Anes (Bandarra)

Já atrás se desenvolveu, de forma consistente pensa-se, o papel do mito na construção da história. Nele há uma justeza de ser, um sentido, que, usando as munições da filosofia, concede formas aceitáveis de explicar o real de, por vezes, o fazer ainda mais real pela beleza e pela dimensão em que assenta.

Esse mito, porque a história ainda hoje não nega e engrandece os heróis, recorre-se de símbolos e de deuses, um ou mais, para justificar o caminho traçado.

Pode dizer-se que o mito é uma simbiose entre passado e fantasia? Nega-se esta perspetiva, porque se nega também o facto de se desconsiderarem as crónicas que elogiavam homens, ou as escrituras que marcavam a ação desses homens (Guimarães, sd, pp: 8 - 10) enquanto fontes reverentes.

Os mais negacionistas desta opção arriscada tentarão usar o velho truque para encostar o mito à lenda. Farão mal, porque, como num título anterior bem se refere, a lenda de um Portugal agradado e agarrado à fé, a Deus, foi central para a construção da história, para a sua reafirmação a cada época e, ainda, para a monomania de não compreender os tempos e se negar o fim e os males da Aventura Marítima.

Não se pode inventar um rei de nome Nabucodonosor se a ele não for dada uma dimensão única e perene. Ora, a este foi-lhe concedida a bênção da criação do "quinto império", esse tal ente que se atravessa com a realidade histórica, com a natureza bíblica da existência de povo escolhido.

A estátua/montanha de Nabucodonosor haveria de se transformar num alforge de minerais, simbolizando riquezas e impérios (ouro, prata, bronze, ferro e barro) após a derrocada provocada por enorme e firme pedra.

E de que impérios se está a falar? Tão só os impérios assírio, egípcio, persa, romano e o quinto, que se afirmaria para a eternidade, seria o que haveria de reavivar a glória e o esplendor das grandes conquistas, o que garantiria a independência e a perpetuidade de Portugal (Carvalho, 2017, pp: 33 - 42).

Esse tal "quinto império" urde-se no povo e, portanto, num saber que se quer transitado de séculos, e ainda na criação dos mais "loucos". Gonçalo Anes, a quem a história e a literatura chamam Bandarra, seria sapateiro, versejador, um profeta popular que antes da previsão científica da intuição poderia já nela revelar-se. É irrelevante quem era, mas é relevante o ser em que se transformou.

Estar-se-á na primeira metade do século XVI, já que terá vivido entre 1500 e 1556, e longe da razão para uma tão pouca previsão do tal "quinto império" que se exigiria pela perda de independência em 1580. Terá sido nas terceira e quarta décadas do mesmo século XVI que escreveu:

O Moiro, Turco, Francez
Naõ poderaõ fugir todos,
Porque muitos seraõ mortos
As maõs do bom portuguez,
Lá levarão desta vez
Novas aos seus que contar,
Quando virem em Portugal
O Encuberto declarado,
Castigando todo o estrago
Que eles vieraõ cauzar.

Por mil, e duzentos anos
A Igreja reinará,
Já todo o Christaõ será
Vivendo como irmãos,
Nem trapaças nem enganos
Debaixo da huma cabeça,
No seo Império, e pastor,
Por Sebastiaõ Senhor
A quem tudo obedeça
Com Zelo, e grande amor.

José van der Besselaar desenvolve, em 1986, aquela que se pode considerar a mais fresca abordagem das "profecias" de Bandarra. Transita entre as constatações de D. João de Castro que permite chegar à erudição do sapateiro, gentio que optou por pobre, e que vê em cada palavra uma identificação pelo regresso, em tempo inicial, de D. Sebastião.

Basselaar segue Teófilo Braga, na sua *História de Camões*, para sustentar essa desconfiança, para elevar essa realidade metafísica em que se transformou Alcácer Quibir e que está bem visível na primeira trova acima transcrita. Seria esta a linha que António Vieira haveria de seguir numa transição "joanina" em que se haveria de reconquistar a independência.

A transposição messiânica do "encoberto"[223] em Sebastião e do novo "descoberto" em João, o quarto, assumiria uma legitimidade política única, a garantia de que o império estava de regresso, sempre com Cristo na sua retaguarda e proteção, como realça a segunda trova indicada.

Tudo se pode confirmar no epitáfio que inserto está na sua sepultura em São Pedro de Trancoso: "Aqui jaz Gonçalianes Bandarra, natural desta vila, que profetizou a Restauração deste Reino e que haveria de ser no ano de 1640 por el-Rei D. João IV, nosso Senhor, que hoje reina" (pp: 14 - 30).

Assume-se, pois, que em Bandarra se antecipam três elementos centrais que se transportarão para Vieira e Pessoa: a ida e o regresso de D. Sebastião; os destinos de Portugal e o "quinto império" como marca de homens eleitos.

As quadras 156 e 157 (Carvalho, pág. 164) foram consagradas como o ato notarial do mesmo "quinto império". Trata-se de um império de comunhão e harmonia:

[223] Em *Do Encoberto – Mito Sebastico* (1995, pág. 57) desenvolve sobre "O Encoberto" a teoria da duplicidade. Ele seria exótico, porque reflexo de ocultismo e isso pode ver-se em Pessoa; e seria exotérico, enquanto dado exterior, elemento externo à linha de pensamento do reino, e isso pode verificar-se em Camões e em Agostinho da Silva.

Todos terão um amor,
gentios como pagãos;
os judeus serão cristãos,
sem jamais haver error.

Servirão um só Senhor,
Jesus Cristo que nomeo;
todos crerão que já veo,
o Ungido Salvador.

Bandarra terá mesmo marcado Vieira (ou Vieira recriado Bandarra) na sua simplicidade e na sua antecipação? Os historiadores dão-se por vencidos nessa conquista. Mas importa ter presente que é da vida eclesiástica, principalmente de quem escreve, não ser completamente resplandecente nas suas ideias para delas fazer depender o entendimento de outros, uma espécie de oportunismo e de desgraduação da responsabilidade criativa. É esta a posição sobre Vieira, ele que, pela sua imensa obra e pela inegável dimensão teológica, filosófica e histórica, não carecia de Bandarra, o sapateiro.

Vieira está convencido ou é só um "oportunista" quando diz que Bandarra foi verdadeiro profeta, pois escreveu tantos anos antes tantas coisas, tão exatas, tão miúdas e tão particulares, que se viram todas cumpridas com os olhos daquele tempo subsequente.

Dever-se-á elevar Bandarra para consagrar nele os primórdios do império messiânico? Tal seria necessário se António Vieira o não tivesse feito, se não houvesse uma fecundação popular para as novas visões que Portugal haveria de assumir.

Bandarra haveria de voltar no reinado dos quinto e sexto João, este último o dos franceses. Sempre império carente de evidência e legitimação, sedento de uma pré-autorização que se fundasse nesse século passado de XVI. Agora já não era Sebastião ou João IV, mas o caminho para os tempos que se seguiram, das invasões ao cortar do braço que foi o Brasil independente.

Besselaar lamenta que os filólogos e historiadores tenham esquecido o "terceiro corpo" das trovas, um entendimento do que terá levado a uma consideração liberal desta quadra (Carvalho, pág. 174):

Este sonho que sonhei
é verdade muito certa,
que lá da Ilha Enconberta
vos há-de chegar este Rei.

Este seria D. Pedro IV, que abriria uma outra porta do império fundado por obrigação de Cristo, o do Brasil, a construção de uma nova era, a do Portugal contemporâneo.

O fervor bandarrista expressou-se de forma evidente em Fernando Pessoa (1972, pág. 91) quando diz:

Sonhava, anónimo e disperso,
o Império por Deus mesmo visto,
confuso como o Universo,
e plebeu como Jesus Cristo.

Não foi nem santo nem herói,
mas Deus sagrou com Seu signal
este, cujo coração foi
não Português, mas Portugal.

A irrelevância de Bandarra enquanto trovador opõe-se ao crédito que outros, em especial António Vieira e Pessoa, lhe vieram a conceder e que importa valorar e enquadrar. O sapateiro seria tão relevante para a visão messiânica como a perenidade do Templo e a sua continuação em Cristo. Seria tão determinante em Vieira e este no entendimento que é visto em Camões e está também compreendido em Agostinho da Silva.

3.2.1.1.2. António Vieira, Padre

Vieira germinaria sob a União Ibérica. Considerá-la-ia uma anormalidade política, uma desadequação ao que o destino reservara enquanto país. No Brasil desde criança, Jesuíta em 1623, assume-se como observador e narrador das obrigações eclesiásticas. Olha a realidade do tempo, assume esse Brasil no tripé diferenciador que a época lhe concedia – brancos, negros e índios. E nesta leitura afasta-se, por vezes, da visão bíblica

da igualdade entre todos os seres da terra para considerar desprovidos de existência os negros, para a autorizar em pequenas linhas aos índios[224].

Como bem diz Franco (1999, pp: 172 - 174), Vieira aparece numa época em que Portugal teimava em ficar agarrado a uma espécie de mundo encantado. Na filosofia e na história não se acompanhavam os tempos e os ventos novos, as ciências experimentais eram pouco estudadas e confirmava-se uma sociedade profundamente sacral onde podia proliferar a visão messiânica do "quinto império".

Em a *História do Futuro,* história e futuro como elementos centrais de uma previsão do papel de Portugal, Vieira assume a consagração do "quinto império". Agrega-se, com derivações, a Bandarra, agora os liderados por Nabucodonosor, o dos Assírios; por Ciro, o da Pérsia; por Péricles, o da Grécia; e por César, o de Roma.

Ficava então aberto o novo império, com Portugal elemento cimeiro, com João IV e seus sucessores como resultando da determinação de Deus. Seria este um império universal, físico e metafísico, uma declinação e uma agregação de todos os anteriores impérios reivindicados.

Também António Vieira, em *Esperanças de Portugal – Quinto Império do Mundo* indica o construtor do tal entre que haveria de nascer. D. Sebastião, que de Alcácer Quibir nunca haveria de regressar, cede, como já atrás se disse, esse lugar a D. João IV, assumindo-se nele a concórdia entre todos os homens, o término do "pecado".

Deve encaixar-se aqui a dimensão extraordinária que a Restauração haveria de garantir. Portugal império, o quinto, garante da paz e da cristandade, deixaria de ser um reino que recebia, através do seu monarca, a emanação superior. Este espaço de mundo, no mundo, entrega-se a Nossa Senhora como nas referências ao império da fé se desenvolve, a ela se rende como verdadeira soberana de Portugal. O "quinto império" seria, também, pela Virgem, concebido sem marca de pecado, espaço e tempo de virtude.

Oliveira Martins (1991, pág. 285) encaixa bem esta trave entre Bandarra e Vieira. Diz, apesar da iludida plausibilidade da sua leitura, que os portugueses se encantam com o amor que não se fixa próximo, com a inacessibilidade de uma qualquer realização, com o prazer do devaneio. Seriam estas as bases do messianismo de Vieira, assentes nas religiões celtas por norma naturalistas e que fundamentariam o labor inacabado de D. Sebastião e com este a construção do "quinto império".

[224] A história das invasões e conquistas da América pelos povos ibéricos tem sido motivo de estudo aturado. Porém, em tempo de pós-verdade, surgem movimentos especiais que tentam refazer essa história. Del Junco, na sua tentativa de refazer a História de Espanha, consagra a relação dos invasores e as atrocidades provadas como sendo "legenda negra". Os espanhóis não teriam qualquer benefício no extermínio, antes pelo contrário. (2017, pp: 285-290)

Encontrando um Portugal irrigado pelas visões sebastianistas da perda da independência e a restauração, Vieira olha para a presença de Portugal no mundo como um dever. Segue a recuperação de uma intemporalidade que advinha da fundação, garantindo para si um reforço de credibilidade que a sua ação política vinha desgraduando no processo de envangelização[225].

Manduco (2005) fala de uma legitimidade cosmológica em que encaixa os impérios que identifica. E citando Vieira: "O primeiro império do mundo, que foi o dos assírios, e dominou toda a Ásia, também foi o mais oriental. Dali passou aos persas, mais ocidentais que os Assírios; dali aos Gregos: e como já tem passado pelos Romanos, e vai levando seu curso para o ocidente, havendo de ser, como de fé, o último império, onde pode ir parar, senão na gente mais ocidental de todas?"

Seria assim a integração plena de uma determinação que inseria a dimensão teológica, a realidade política e um discurso claro sobre o Estado Providencial em que Portugal se haveria de transformar.

Seria insuficiente a visão de império em Vieira se se contivesse nas obrigações históricas dos portugueses. Seria, aliás, bastante excessiva a contenção, numa imagem carente de desagregação, da leitura que o pregador e político desenvolveu na sua vasta obra.

Franco (2013, pp: 101 - 113) obriga a ir mais além neste Vieira que se liga entre a história, a filosofia e a teologia. É exatamente nesta que quer focar o pensamento do mestre.

Em boa verdade, para Franco o "quinto império" só foi lido como sendo o dos portugueses porque a política assim o reivindicou e a história o ampliou na sequência. O que Vieira entendia ser útil era "(…) a instituição do amor a Cristo, do poder salvífico de Cristo, que deveria transfigurar todas as instituições, o *modus vivendi* e as mundividências dos homens, potenciando-os para um sentido e uma plenitude maior, sem modificar as suas formas exteriores."

Chegados aqui, o que se poderá então dizer deste Vieira que leva os portugueses ao "quinto império" como se terreno fosse, em competição com o outro império final que se concretizaria, se iluminaria, no império de Cristo?

[225] Em *História Universal – O Mundo Moderno*, (1977, pp: 252-253) Corvisier diz-nos bem das razões do insucesso da evangelização. Foca em especial a ação do padroado para dizer que os jesuítas optaram por uma visão de casta na India que levou a um enorme insucesso da ação cristianizadora. "O cristianismo, mais que o Islão, não atormentou o mundo indiano. Fora dos estabelecimentos europeus, a civilização hindu e o hinduísmo satisfaziam as aspirações desse mundo imenso." O mesmo insucesso aconteceu com as incursões na China e no Japão e só a mudança de estratégia das congregações levou á construção de um Brasil cristão fruto da realidade civilizacional pré-existente.

Castro (1997, pp: 201 - 202) diz do "agente duplo" que guia os portugueses para os interesses da história. "Vivia a sociedade portuguesa dessa mesma época num permanente conflito entre a autoridade e a liberdade, a contenção e a exuberância, o pecado e a graça: conflito de classes, e consciências, de interesses e de credos (…)". É por isso que restringir Vieira a uma cruz e dois indígenas, que ele guia pela mão, é uma diminuição provocatória do homem que se exaltou com Bandarra, que se riu com a duplicidade dos seus textos e que, implicando o poder, venceu, com ardil, a Inquisição.

3.2.1.1.3. Luís Vaz de Camões

Rebelo (2018, pp: 388 - 390)[226] dá a Camões uma presença relevantíssima na História de Portugal, elemento essencial de uma leitura que importa ter em conta em diversas e complexas leituras sobre o império.

"A expansão abriu a Portugal novos domínios através dos quais o país se guindou a uma posição central na Europa. Luís de Camões (c.1531-1580) decidiu celebrar na descoberta do caminho marítimo para a Índia todas as viagens que culminaram no êxito da expedição de Vasco da Gama. Na sua epopeia *Os Lusíadas* (1572), Camões canta o povo e os heróis do seu país; canta o povo de Portugal e não um único individuo."

Camões é, portanto, uma marca temporal do cantar a Aventura Marítima. Mas não deixa de contestar seriamente os conselheiros do rei e os males da administração; porque anuncia as implicações graves que comprometerão o reino e o tal império.

Em *Os Lusíadas*, o que se tem é uma crítica profunda, uma censura transversal ao que é terreno, uma elevação do império espiritual e, apesar de, aqui e ali, poder antever-se uma certa descompostura, tem-se uma dedicação oficial ao império da fé, a uma nova cruzada em que os caminhos do Oriente haviam assumido papel referente[227]. Na obra há vários impérios. Desde logo o que marca a grande canção é a máxima realidade histórica que segue logo no Canto I, segunda estância:

---

[226] [226] Em *Língua e Literatura no Império Português*, de Luís de Sousa Rebelo, in *A Expansão Marítima Portuguesa*, dir. de Betencourt, Francisco & Curto, Diogo Ramada, 2018, Edições 70.

[227] Em *O Cânone* (2020, pp: 17-29), João R. Figueiredo refaz o ensino dos Lusíadas e a visão coletiva que se tem de Camões. Este filólogo considera que o ensino de Camões nas escolas, ferreamente regulado por programas e metas gizados e estabelecidos por burocratas e seus conselheiros científicos, implica que haja uma visão oficial de Camões que, para o bem e para o mal, não se alterou nos últimos cem anos. Essa visão consagra um Camões apologista do imperialismo colonialista e da supremacia europeia, patriarcal, branca e heteronormativa.

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando;
E aqueles, que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando;
Cantando espalharei por toda a parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

E na estância 65, também do Canto I, regressa dizendo:

Lei tenho daquele, a cujo Império
Obedece o visíbil e invisível
Aquele que criou todo o Hemisfério,
Tudo o que sente, o todo o insensíbil;
Que padeceu desonra e vitupério,
Sofrendo morte injusta e insofríbil,
E que do Céu à Terra, enfim desceu,
Por subir os mortais da Terra ao Céu.

Os Lusíadas avocam-se, assim, como um instrumento do "sebastianismo", talvez mesmo como fundador do conceito porque a epopeia se destinava ao grande "imperador" que Sebastião se preparava para ser na expansão da fé e nas guerras contra o "infiel" (Canto I, estrofes 6 a 18). Esta opção recolhe-se pelo desprazer com que Camões consagra D. Manuel I, como, nas entranhas de cada estrofe, o vai *empastelando*.

Madeira (2000, pp: 32 - 33) considera mesmo que Camões consagra "O Venturoso" como um lunático, um faustoso com uma ambição imperial desmedida e injustificável. E diz (pp: 36 - 37) que sempre se poderá encontrar (Canto VII, 3) uma impossibilidade concreta da empresa da Expansão quando escreve:

Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,
Que fraco poder vosso não pesais;

O Estado Novo inventou, seguindo Madeira, uma significação de *Os Lusíadas* que se consagrava benéfica. Somou-lhe Portugal e a Raça. Não é, senão, uma visão de império feito da titularidade de uma parte do mundo e de uma gente predestinada, o mito abordado por Raphael que atrás já analisámos.

António Sérgio (1981, pág. 128), em seus *Ensaios*, arrasa a visão salazarista da epopeia. Para Sérgio, o grande poeta consagrou-se combatente e opositor de uma vã glória, de toda a cobiça que, pela conquista ou intrusão, se assumia no aprisionamento do

alheio. Camões situar-se-ia acima da evocação da grandiosidade para se dispor nos terreiros da justiça e da caridade.

Luís Vaz de Camões, dedicando a Sebastião o seu escrito, sabendo da ambição cruzadista do jovem monarca, não recuou quando escreveu (IV, 98):

Mas, ó tu, gèração daquele insano
Cujo pecado e desobediência
Não sòmente do Reino soberano
Te pôs neste desterro e triste ausência,
Mas inda doutro estado, mais que humano,
Da quieta e da simples inocência,
Idade de ouro, tanto te privou,
Que na de ferro e de armas te deitou.

Há aqui uma memória dos insucessos do Norte de África, uma clara abordagem do homiziado Infante D. Fernando, um prenúncio do suicídio português que deu começo ao mito sebastianista. Como há, também, quando diz (VII, 14):

Mas, entanto que cegos e sedentos
Andais de vosso sangue, ó gente insana,
Não faltaram Cristãos atrevimentos
Nesta pequena casa Lusitana.

E ainda vai mais longe quando afiança do caricato em que se transformara o tal Império Português (IV, 101):

Buscas o incerto e incógnito perigo
Por que a fama te exalte e te lisonje
Chamando-te senhor, com larga cópia,
Da India, Pérsia, Arábia e de Etiópia.

A construção de *Os Lusíadas*, pelo tempo e pela grandiosidade, abre imensas portas onde se poderá descobrir quase tudo e o seu discordante. As considerações sobre o império são ditas tocando a todos de formas várias.

Mas no tal "quinto império" que Portugal assumiu terreno, que se transmutou ao longo dos séculos e se mantém na sustentação simbólica da nação, onde está em Camões?

Regresse-se ao Canto I e à estrofe 24:

Eternos moradores do luzente
Estelífero pólo, claro assento,
Se do grande valor da forte gente
De Luso não perdeis o pensamento,
Deveis ter sabido claramente,
Como é dos fados grandes certo intento,
Que por ela se esqueçam os humanos
De Assírios, Persas, Gregos e Romanos.

E deve olhar-se ainda para a seguinte estrofe:

Conquista será a quarta, que no Império
Portuguez só reside com possança:
Pois no emblema e no ínfimo Hemispherio
As quatro partes só do mundo alcança.
E as quatro Nações d'elles por mysterio
Com que conquista, e tem certa esperança,
Que Christãos, Mouros, Turcos e Gentios,
Juntarão n'uma lei seus senhorios.

Clausula-se aqui o pensamento de Bandarra e a sua transposição para António Vieira; assume-se a leitura de Pessoa, quase se garantindo Camões como um heterónimo prévio e ergue-se o pensamento dual entre as partidas e a chegada, entre o "luzente" e o "luso" que declina, ainda, no fado e na saudade em que Eduardo Lourenço baseia a sua leitura de império.

O império quinto de Camões pode abrir-se de forma real seguindo o caminho da ocidentalização dos mesmos impérios que começaram com os assírios; mas pode ser, de igual forma, o "quinto império" que se faz na reunião de todos os anteriores sejam eles cristãos ou mouros, turcos ou gentios, todos segundo uma nova luz e ordem que emerge das partidas dos portugueses.

3.2.1.1.4. Fernando Pessoa

"As guerras e as revoluções – há sempre uma ou outra em curso – chegam, na leitura dos seus efeitos, a causar não horror mas tédio. Não é crueldade de todos aqueles mortos e feridos, o sacrifício de todos os que morreram batendo-se, ou são mortos sem que se batam, que pesa duramente na alma: é a estupidez que sacrifica vidas e haveres a qualquer coisa inevitavelmente inútil. Todos os ideais e todas as ambições são um desvario de comadres homens. Não há império que valha que por ele se parta uma boneca

de criança. Não há ideal que mereça o sacrifício de um comboio de lata. Que império é útil ou que ideal profícuo? Tudo é humanidade, e a humanidade é sempre a mesma – variável, mas inaperfeiçoável, oscilante mas improgressiva." (2019, pp: 539 - 541).

Esta citação de Pessoa, na pena do seu heterónimo Bernardo Soares, quase esmaga o leitor perante a dimensão do "ser" império, um ente que parecendo ser tudo restará como nada, o inverso do conceito pessoano de mito.

Perante esta visão dual, que já atrás se elencou em Camões, e que reemerge já no Século XX, uma inquietação histórico-filosófica deve colocar-se: A questão do império, deste ente muito específico, revela-se em Pessoa só pela sua leitura poética recorrendo a uma certa nostalgia ou à construção heroica do passado?

Não resulta da obra nem do que sobre ela está escrito um caminho que aponte uma conclusão improrrogável. Mas não pode o historiador deixar de enquadrar os tempos de crise que Pessoa viveu, a dimensão política, quase unânime, da defesa do Portugal Ultramar que se atravessou na mudança de regime e na presença da nação na Grande Guerra de 1914/1918.

Os filólogos e os filósofos, mais do que os historiadores, comportam-se perante a *Mensagem* como a marca de água de uma visão de mundo, do mundo passado e do espelho em que a pátria se foi vendo ao longo dos tempos. Não é desprezível o facto de todos concordarem que esta obra poética de Pessoa sublima o primeiro achado do império quinto em Bandarra. Entrega-se a Pessoa a consideração de que "O verdadeiro patrono do nosso país é esse sapateiro Bandarra." E adivinhando Bandarra, Camões e Vieira como fundacionais no pensamento pessoano, eles querem dizer a mesma coisa, seguem o mesmo caminho profético?

Pode responder-se sobre Vieira com a mesma ironia que Pessoa havia usado quando escreveu: "Quando António Vieira quis basear em qualquer coisa a sua fé natural nos destinos superiores da pátria, que coisa foi o que encontrou? As profecias desse sapateiro de Trancoso. Amou-as e as comentou o maior artista da nossa terra, o grão-mestre, que foi, da Ordem Templária de Portugal." (Uribe & Sepúlveda, 2012, pág. 149).[228]

A ampliação da dimensão imperial assume agora, em Pessoa, outros pressupostos, o elemento cultural, a formatação do ser lusitano do século XX. Grécia, Roma,

[228] Uribe & Spúlveda desenvolvem um silogismo que só se sustém no universo ficcional. Para eles se a Ordem de Cristo fundou a Companhia de Jesus e a Ordem do Templo havia criado a Ordem de Cristo, e Vieira se afirma como elemento maior da mesma Companhia de Jesus, construindo doutrina, fazendo política, determinando leis, então Vieira só pode ser o Grão-Mestre da Ordem Templária de Portugal.

Cristandade, Europa, todos integrantes do império da cultura que chegou até hoje. Foram também estas leituras e dimensões que estiveram na base do projeto voluntarista que, no início deste século XXI, tinha como vocação o nascimento da Constituição Europeia que haveria de sucumbir.

Na construção do "quinto império" de Pessoa encontra-se uma certa perversão que também atravessa a sua obra literária, a não fixação num ente enquanto bastante e exclusor.

Em *Mensagem* é concedido um D. Sebastião que morreu, mas há um questionamento sobre a verdade de tal morte. Está de novo aqui o elemento do eterno regresso, tão especial e tão determinante na construção de um império que nunca se teve e que obras primorosas da história dos últimos dois séculos se não cansam de obrigar à sua verdadeira existência.

Olhe-se bem para o texto de Pessoa:

E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou,
A terra será teatro
Do dia claro, que no atro
Da erma noite começou.

Grécia, Roma, Cristandade, Europa
Os quatro se vão,
Para onde vai toda idade.
Quem vem viver a verdade
Que morreu D. Sebastião.

A leitura de Pessoa sobre a Europa tem um enquadramento muito próprio como já atrás se referiu. *Mensagem* foi publicado, em primeira edição, em 1934, ainda em vida do poeta. Mas ele recolhe os escombros do insucesso da "primeira república", a desgraça da Europa que resulta da Grande Guerra terminada em 1918, e, ainda, o tempo da Constituição de 1933 em que o império se afirma constitucional. (Loução, 2002, pp: 151 - 159)

Pessoa é poeta, mas também um atento observador da política nacional e internacional, um atravessado visor do caminho que se anuncia.

Resultam dessa leitura política e histórica os elementos mais significativos do seu pensamento:

> *"Todo o Império que não é baseado no Império Espiritual é uma morte de pé, um Cadáver mandando."*
>
> *"Só pode realizar utilmente o Império Espiritual a nação que for pequena, e em quem, portanto, nenhuma tentativa de absorção territorial pode nascer."*
>
> *"Criando uma civilização espiritual própria, subjugaremos todos os povos; porque contra as artes e as forças do espírito não há resistência possível, sobretudo quando elas sejam bem organizadas, fortificadas por almas de generais do Espírito."*

Em a *Mensagem* não pode ser vista unicamente a reivindicação de um Portugal intemporal, messiânico, valente, pleno de passado e repleto de futuro. Seria, aliás, uma leitura simplória do que Pessoa quer dizer.

Medindo o tempo em que se consagra este seu olhar, o que se poderá retirar das suas letras é uma outra e clandestina reflexão sobre o futuro do império real, territorial e político. Ele nega-o, concede-lhe o passado, determina o fim do domínio dos povos, assume que só uma imposição civilizacional, talvez a língua, seja bastante para esse seu "quinto império".

Fazendo leituras descomplicadas, encaixa o ensino da obra de Pessoa, e da sua relação com a de Camões, num regresso à dicotomia espiritual/material que vem acompanhando esta tese. Poderia parecer estranho que Camões assumisse o império real no tempo em que Deus era motor e única razão, e que Pessoa se revelasse no império dos poetas. Não se deve proclamar tal oposição. Seria desmerecer na densidade das obras e na sua importância histórica. Camões é tão espiritual quanto o é Pessoa, os dois impérios são elogios à dimensão moral dos seus construtores, ambos caminham para a volatilização da fixação temporal, para o encontro das razões para que um povo minúsculo, com as suas leituras próprias e medos imensos, se reveja em algo belo.

Pessoa escreveu:

> *"Movidos pelo sonho, pela loucura, pela 'febre do Além', devemos procurar a utopia do impossível, do infinito, do longe, da distância, do absoluto.*
> *Contemplando o horizonte e vendo o invisível, devemos procurar 'uma Índia que não há', a 'Distância do mar ou outra, mas que seja nossa".*

Camões, poderia ter escrito exatamente o mesmo. Como Vitorino Magalhães Godinho, Luiz de Albuquerque, Oliveira Martins ou José Mattoso. Também o poderiam ter escrito JP Oliveira e Costa, Campos Matos ou Contente Domingues. Mas, olhando o povo que era o seu "cliente", José Hermano Saraiva diz em "A Alma e a Gente" (RTP, 5 de maio de 2005): "Portugal não era um Estado, não era uma organização política. Era uma ideia, era um espaço de missão, como eu lhe chamo. Onde quer que houvesse portugueses e se rezasse em português, eles diziam que eram portugueses. Essa ideia continua hoje a ser verdadeira."[229]

Pessoa assume o "quinto império" na sua dimensão poética. Segue das estórias que foram feitas de história para as refazer e lhes dar sentido. Em boa verdade, elas são pouco mais que a matriz de tudo, o pensar e ser português, uma gente e uma língua que por aí andaram.

3.2.1.1.5. Agostinho da Silva

Indicou-se o "quinto império" em António Vieira como um império espiritual que se ergue depois de um regresso divino da ideia de Portugal e a sua entrega à pureza de Maria Santíssima. Olhou-se o mesmo "quinto império" como o ente espiritual que resultaria de uma certa civilização que teria ido pelo mundo, visto e lido por Pessoa.

Agostinho da Silva assume, também, o "quinto império" agora como o do Espírito Santo. Socorre-se de Camões e da sua Ilha dos Amores em que ele atenta:

> *… são plenamente os homens,*
> *comem e bebem no banquete,*
> *mas depois estão fora de tempo*
> *e fora do espaço como está Deus.*

Os mais relevantes homens de letras encontram em Agostinho da Silva uma infantilização do Eu português, como se só lhe sobrasse o espírito de criança, mesmo que não olhem todos da mesma forma para essa criança. O que sobra, perante o "quinto império" de Agostinho, é a franqueza com que sempre se entendeu assumir o império

[229] Ver em: https://tinyurl.com/3pb7mzem, último acesso em 13 de outubro de 2022.

territorial português, a ingenuidade que dele resulta por não se reconhecer. O tal português que se descobriu no campo impossível do continente europeu[230].

Uma das terminações que deve ser retirada do pensamento de Agostinho, olhados os seus exílio e longa vida no Brasil, é a consagração da memória histórica. Ele diz:

> *É claro que acredito no Quinto Império, porque senão o ato de viver era inútil. Para quê viver se não achássemos que o futuro vai trazer-nos uma solução que cure os problemas das sociedades de hoje?*

É esta a porta que Agostinho abre para se questionar se este outro "quinto império" não será o pós-império, se não se está a entrar numa nova realidade vanguardista em que Portugal já se poderia encontrar a si próprio e, como cabeça territorial, se afirmasse relevante. Poderia, esse novo império ser o resultado de todos os anteriores?

O debate relega para segundo plano uma consideração que siga Bandarra e Vieira, que se encaixe em Camões ou Pessoa. Para Agostinho o "quinto império" seria o tal do Espirito Santo, reunindo Grécia, Roma, Cristianismo e Europa num novo tempo que se previsse como o da cultura ocidental, cultura que seria levada por todos os cantos do mundo e que seria a salvação perante o "caos". Seria, sem qualquer dúvida, o eurocentrismo assumido e arrogante.

Agostinho mantém a linha do império quinto de todos os anteriores: a valorização, a sublimação, da alma portuguesa. E elimina toda a componente organizativa, de presença física pelo mundo, de construção de sociedades com caraterísticas próprias advindas dos genes lusos.

O novo império da cultura não pode ser visto sem preocupação em Agostinho. Porque lhe sobra em desconfiança a mecanização, a alienação e a massificação. Para construir essa nova época, desgraduando a marcação ideológica e histórica que sempre tentaram operar ao seu pensamento, havia em Agostinho uma opção neomarxista[231] que regressava ao teatro da realidade sem qualquer tipo de classes.

Agostinho da Silva assume a responsabilidade de enquadrar o "quinto império" em coisa inteligível e contemporânea. Vieira, também Bandarra, procuram esse império

---

[230] Ver: https://www.youtube.com/watch?v=67wTxBSPcPQ – Agostinho da Silva sobre o Quinto Império em entrevista a Adelino Gomes, último acesso em 13 de outubro de 2022.

[231] Sobre o neomarxismo e para uma leitura complementar do conceito, ver em: Neomarxismo: Individuo e Subjetividade, Dissertação de Mestrado de Luís Gonzaga Monteiro, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil – https://tinyurl.com/y5833uyz, último acesso em 13 de outubro de 2022.

na História do Futuro; Pessoa olha-o como que assumindo a História do Passado; Camões promove a interpenetração e transversalidade e intemporalidade das visões ditas; e Agostinho sublima todos os universos fazendo eclodir um "novo homem" num "novo tempo" com as fundações dos anteriores.

Esta nova posição do império que resulta da visão de Agostinho não pode ser desligada da sua previsão de que a língua portuguesa seria o material essencial e central do tal império. Para ele poder-se-ia estar em presença de um agente mutante que implicaria todos os outros e se consagraria numa nova ferramenta de comunicar. Olhado as verdades transversas já indicadas, sempre se poderá dizer que Agostinho tinha razão.

Não se pode retirar dos escritos ou das muitas entrevistas de Agostinho da Silva uma assunção direta do conceito geral de língua enquanto império. Mas é uma realidade indesmentível que Portugal, este curto espaço nos confins da Europa, se assume, neste início do segundo milénio, como a quinta língua oficial mais falada do mundo. E se a língua foi o material formatador do que foi Portugal, no império quinto e em Agostinho, ela revela-se nessa posição, também quinta, de falantes no mundo de hoje.

3.2.1.2. O Império da Fé

Existe, na História de Portugal, uma relevância muito significativa dos símbolos e da sua implicação nos fenómenos sociais e políticos que ela descobre. Está-se perante o uso da imagética, uma forma cada vez mais saliente de olhar cada tempo.

O estudo dessa imagética, no universo das ciências históricas, têm-se revelado ainda muito insuficiente e é remetido para um campo que se vai situando entre a história, a antropologia e a sociologia, áreas onde se relativiza a precedência das fontes primárias para dar lugar a um entendimento mais cognitivo dos acontecimentos.

É, aliás, o entendimento de Nova (2000, pp: 141 - 143) quando diz que é neste contexto de reformulações, que envolve as ciências humanas como um todo, que os próprios conceitos de método (de investigação e de exposição), objeto e documento, se vão ampliando, permitindo uma maior aproximação da história a territórios antes inexplorados (a oralidade, as imagens, o imaginário). Novos domínios historiográficos são difundidos, tais como a história oral, a antropologia histórica, a história cultural, a relação cinema-história. Assim, pouco a pouco, os historiadores vão percebendo que as

possibilidades de construir discursos sustentáveis sobre o passado ultrapassam os limites impostos pela escrita e pela forma mais tradicional de investigar e fazer história.

Há uma pergunta surpreendente que interessa fazer a abrir esta calátide sobre os mitos no estudo do império. Por que não se criou uma outra bandeira e se não considerou um outro hino na Constituição da República Portuguesa de 1933, tendo em consideração que o Estado Novo vem fazer cessar "as experiências" da primeira república?

Pode parecer estranha esta questão e tê-la como primórdio na abordagem do que se considera ter sido o império da fé, mas não é. António de Oliveira Salazar consagra-se como guia da Nação com a aprovação dessa lei magna. O seu caminho e a sua matriz ideológica em nada se assemelhavam às refletidas pelos diversos partidos republicanos e tudo faria pensar que o autocrata em construção seguiria por uma reposição dos símbolos nacionais prévios a 1910 ou pela determinação de algo de novo. Assim não aconteceu e há razões substantivas para isso[232].

A primeira razão será a da afirmação de uma perspetiva individual do poder, uma leitura providencial que se atravessa num tempo de grandes inquietudes e que recomenda uma concentração da decisão política a todos os níveis. Salazar assumirá, em momentos de grande implicação ideológica, uma espécie procrastinada de caudilho, führer ou duce, que os tempos de crise social e económica, posteriores à grande guerra civil europeia (1914/1918), vieram a conceber e a determinar como marcas insanas da história mundial.

A segunda ligava-se a uma desconfiança muito clara relativamente à dinastia de Bragança, considerada, pelo lente de Coimbra, como fraca e em grande parte responsável pela decadência moral e económica da Nação.

A terceira ainda, a que verdadeiramente lhe interessava – a de refazer os símbolos dando-lhe um sentido divino, intemporal e encontrando neles uma razão de ser mais estrutural e menos agarrada às circunstâncias que Portugal vivia nos finais da década de 1920 e na sequente, assumindo-se ele próprio como mediador. Seria o caminho para a construção de uma fé de Estado.

[232] Salazar não revogou o banimento da família real portuguesa. Apesar de muitos monárquicos se terem conformado com o regime e nele terem sobrevivido. Só em 1950, pela mão do republicano Jorge Botelho Moniz, se dá a eliminação à livre entrada, circulação e propriedade da família real. Mas, mesmo assim, nesse mesmo ano e em 20 de outubro, o ditador diz na Assembleia Nacional "o país não tem interesse em ter uma monarquia para três meses nem mesmo para três anos. Monarquia ou república têm o seu interesse e utilidade quando constituírem a solução nacional do problema do regime e por essa razão se estabilizam, permitindo tirar o máximo proveito da sua força intrínseca ou virtudes específicas. […] Mas a questão do regime não está posta e não tem por isso que ser discutida". (Braga, 2017)

Segue-se assim, o caminho de Bruneau quando refere que a "(…) imagem é incapaz de ser equivalente ao referente, ela reduz o referente ao essencial (…)". E mais, a imagem tem por fim reproduzir o aspeto da realidade percebida e, exatamente como a linguagem, é essa, entre todas as suas caraterísticas, a que se retém mais espontaneamente: a capacidade de dizer o mundo, ao invés da sua capacidade de o entender, em toda a sua propriedade (pp: 268, 278 - 282). É exatamente aqui que se coloca Salazar como primeiro e último usuário da simbologia do Império Português na sua leitura intemporal e durante quatro décadas.

E como refere Caldeira (1993), é também em Salazar[233] que se reúnem todas as caraterísticas do providencialismo presente no caminho histórico lusitano, a eleição do salvador, o tal referente mítico que Ginzburg, Fortes, Matos e Girardet analisam e enquadram. Assim, sempre que a "(…) pátria está, supostamente em perigo, a providência encarrega-se de enviar, sob a forma de um guerreiro ou de um político, o seu messias português (…)".[234]

Quando se olha para a bandeira nacional, que a república veio a conceber, seguindo Panofsky (1995), avaliando o mundo das imagens e a análise iconográfica na sua descrição, pode parecer que ela corta com a sua anterior constituição, como se estivesse em causa o abandono das duas bases centrais da intemporalidade do ser lusitano – o branco e o azul do cristianismo e do mar. Mas essa é uma conclusão precipitada.

A bandeira da nação portuguesa, que vigora a partir de 1911, assume uma outra linha imagética, a das revoluções. Assim, o pavilhão de D. João I e da nova dinastia de Avis vem assumir, por novo, o verde, o vermelho e o amarelo como cores relevantes. Os elementos simbólicos dos cinco escudos azuis levam ao reinado de D. Sancho I e quererão representar as cinco chagas de Cristo; os castelos, 12 e em amarelo, assumem pela primeira vez uma representação por se achar que eles patenteiam o simbólico das conquistas. Mas é no verde da cruz de Avis que se fixa a última dos matizes que também se consagra na que os republicanos fazem nascer e Salazar mantém, mas com outro fundamento.

[233] Para uma visão psico-forense de Salazar, Ernesto Areias, *Salazar: Na sombra do mito III* - https://tinyurl.com/2sud3a26, último acesso em 13 de outubro de 2022.
[234] Comunicação de Arlindo Manuel Caldeira no colóquio – *Salazar e o Estado Novo*, organizado pelo Centro de Estudos Portugueses, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris – 10-12 de maio de 1993.

A república insere uma esfera armilar, o que convém a Salazar. O império, o mundo de Deus, o imperador terreno que o representa, também ali estão.

O verde e vermelho nascem de uma revolução, a de 1383/1385, do poder providencial que se assume numa relação em que as determinações do temporal de D. João I e as relações ao intemporal de D. Nuno Álvares Pereira se irmanam construindo uma das grandes páginas da história nacionalista (Coelho, 2007, pp: 262 - 268).

Acontece que nos turnos revolucionários há ainda outra consagração que importa trazer para esta investigação. Em 1640 assiste-se à separação da coroa portuguesa das restantes coroas ibéricas. Não cumpre, neste momento, determinar se se está perante uma revolução ou se se pode considerar uma ocupação, quase pacífica, do poder, fruto de circunstâncias geopolíticas ibéricas, por parte de uma nobreza essencialmente rural e profundamente menosprezada pela dinastia dos Filipes. Para o presente exame só se revela a importância do pavilhão que os revoltosos assumiram.

Teixeira (2015) diz que a bandeira da restauração é mais uma das que forneceram o sentir da bandeira da república. Nela estava presente o verde, agora já não na cruz de Avis, mas como base, a que se somava uma cruz branca e vermelha[235].

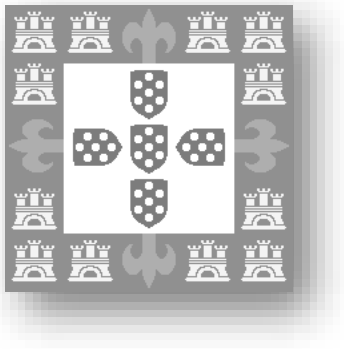
O regime salazarista, olhando essa realidade histórica, não veria necessidade de se dar a novas invenções. Afinal, as grandes marcas revolucionárias que haviam de se consagrar até à sua chegada tinham garantido duas opções – as cores das revoluções, vermelha e verde, e os símbolos do Império e do nacionalismo português que se viam, também, na esfera armilar, nos castelos e nos escudos.

Neste encalço interessa perguntar sobre a razão que levou a que uma das principais decisões do Estado Novo, a de criar a Mocidade Portuguesa, tenha conduzido a que o guião desta nova força, destinada a formatar crianças e jovens, assumisse, quase sem alterações, o pavilhão da dinastia de Avis.

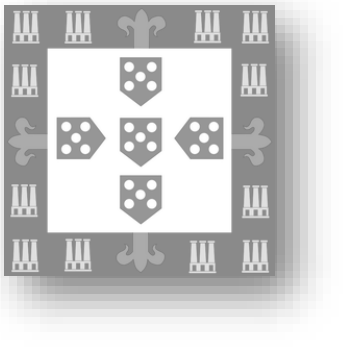
[235] O verde, segundo Auguste Comte, seria a cor destinada à ordem e progresso das Nações e que esta se inscrevia na matriz ideológica positivista. Tal consideração é bem presente na bandeira do Brasil, mas se para os republicanos isso pode ter sido relevante, para Salazar não deixaria de ser central o facto de encontrar a cor em referências mais antigas e menos discordantes.

Ilustrações nºs 4 e 5

Bandeira de Portugal com D. João I



Guião da Mocidade Portuguesa



Fonte: Repositório do Museu Militar (trabalho digital do autor)

Revela-se o facto de se estar, mais uma vez e comprovando o que já se havia considerado, perante uma legitimidade histórica e intemporal em que o enquadramento simbólico, que nasceu da revolução de 1383/1385, deveria transpor-se, de forma clara, para a revolução nacional de 28 de maio de 1926, não enquanto resultado da ação dos militares comandados por Gomes da Costa, mas como eflúvio popular de vontades na interpretação feita e mimetizada pelos construtores do mesmo Estado Novo.

No mesmo sentido se descobre o hino, *A Portuguesa*, que revela também de um não questionamento de uma pequenez de país enquanto berço de um grande império.

Se se olhar bem para o hino nacional, em especial para a sua última estrofe, não pode deixar de nele se encontrar o que viria a ser a marca indelével da política do Estado Novo.

Como diz Caldeira (1993), o "(…) princípio da glorificação exaltada do passado nacional herdada do nacionalismo liberal convinha ao nacionalismo autoritário (…)"[236]. A hiperbolizada natureza guerreira de um povo, mesmo que ela se possa questionar verdadeiramente nas circunstâncias geopolíticas e geoestratégicas de cada contenda militar; a essência profundamente nacionalista onde a nação se sobrepõe a todos os outros interesses; e os campos das batalhas onde este pequeno espaço, com uma só fronteira

[236] Comunicação de Arlindo Manuel Caldeira no colóquio – *Salazar e o Estado Novo*, organizado pelo Centro de Estudos Portugueses, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris – 10-12 de maio de 1993.

terrestre, que, por razões sempre elevadas e elaboradas, se atirou em caminhos que só Deus poderia determinar enquanto imperador.

Às armas, às armas!
Sobre a terra e sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!

Estas considerações iniciáticas sobre os símbolos de uma nação servem para alinhar o que se considera ser a presença permanente de uma dualidade temporal e intemporal que se atravessa na história e que vem até ao século XX.

Essa dualidade será, também, uma justificação da realidade prolixa que se encontra quando se fala do Império Português, uma circunstância entre o mito e a realidade normativa que só em 1933, bastante depois da Conferência de Berlim, se virá a perceber.

Nos tempos atuais há quem se esforce por desgraduar os elementos simbólicos que foram ou são essenciais para a agregação de um povo. Mas a outra história, situada na triangulação da história ciência, da antropologia e da sociologia, como se referiu no início, merece, sem qualquer dúvida, uma meditação que a faça ganhar relevo para os movimentos sociais e políticos de cada tempo.

Há uma fantasmagoria de império em toda a história portuguesa. Ela iniciar-se-ia com Afonso Henriques que se elege como executante terreno do império de Deus[237], por a ele se entregar bem como à Virgem gloriosa, Sua Mãe (Amaral, 2000, pág.75).

A conquista, a expulsão do infiel dos territórios vitais para novo Portugal, viriam a consagrar um inexplicável "milagre de Ourique"[238] como elemento indelével na forma como o país se deveria rever.

[237] Ver: *A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média*, da autoria do P. Avelino de Jesus da Costa – Instituto e Alta Cultura

[238] A lenda que narra a Batalha de Ourique (Galvão, 1955 e Ameal, 1958) atravessa todos os seguintes séculos e vem até Alexandre Herculano que, com a publicação do primeiro volume da sua História de Portugal, abala as fundações dessa construção simbólica. Em 1485, Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de D. João II junto do Papa Inocêncio VIII, falou pela primeira vez no milagre de Ourique. O cisterciense Bernardo de Brito, já no século XVII, ampliou o romance com todo um relato maravilhoso. A batalha e as chagas de Cristo usava-as agora o frade no combate pela libertação dos portugueses do domínio filipino (Medina, 2004, pág. 373). Poder-se-á dizer que hoje não é sustentável uma incorporação destes fenómenos na historiografia. Não concordamos. Estas consagrações são infraestruturais às decisões políticas a cada tempo e mobilizadoras da vontade de um povo, como até à segunda metade do século XX foram, também, as determinações canónicas.

Foram sete, os que ficaram. Cinco nada contariam, um seria rei e outro herói-santo. O herói-santo, Gualdim Pais[239], vassalo de Henriques desde os 7 anos e por ele armado cavaleiro, afirmar-se-ia como contraparte no tal intemporal a que o primeiro rei de Portugal não chegava (Pinheiro, 2019). Porque foi dele que veio a ajuda impossível para a derrota dos reis mouros, porque seria com ele que o retângulo lusitano se haveria de impor nas longas inserções pelos caminhos de Jerusalém.[240]

Nesse tal ano de 1139, perante cinco exércitos de reis mouros[241], Cristo revelar-se-ia a Henriques na Batalha de Ourique[242], um acontecimento tão inexplicável que até insere uma leitura primeira das mulheres combatentes. Nasceria assim o Portugal mítico no império de Deus que se atravessaria em toda a construção imagética do húmus lusitano enquanto povo durante nove séculos (Mattoso, 2006, pp: 112 - 118).

A origem divina com que germinou Portugal, enquanto nação, expressar-se-ia, ainda, na mensagem recebida de que todos os descendentes do primeiro soberano seriam protegidos nas conquistas pela fé. Está-se num campo da história que não se revela de forma ortodoxa na história ciência que as levas de positivismo e de materialismo histórico conceberam nos últimos dois séculos.

Mas não será possível negá-lo perante uma obrigação de ponderar sobre os impérios da fé como é caso do Império Português.

Gualdim Pais, cavaleiro, ganha um relevo especial por ter sido grão-mestre da Ordem do Templo, como já se disse, entidade que, no simbolismo, se terá garantido essencial para o nascimento de Portugal (Silva, 2011). É também em Gualdim que aparece a primeira referência ao "quinto império" ou o advento do império do Espírito Santo que se assume no seguinte dos elementos fundadores como parecem indicar Pardal & Marinho (2005, pp: 230 - 231):

---

[239] Gualdim Pais revela-se na história como figura maior. Não só como mestre da Ordem do Templo, mas, também, na construção de um novo Portugal. A sua autoridade ia no sentido de atribuir forais, como o fez em relação a Pombal no ano de 1195.

[240] Importa não negar relevância a esta leitura da "chamada" de Jerusalém. Não deixaria de ser um apelo de "salvação" o que levaria D. Afonso V a expressar uma outra obsessão pela "terra santa".

[241] Em *História Militar de Portugal* (2017, pp. 61-64), João Gouveia Monteiro, citando Manuel Gomes Martins, indica que a hoste portuguesa terá reunido entre 800 a 1000 homens a cavalo e um número expressivo de peões. Mais diz que a hoste muçulmana se situaria perto dos 10.000 homens. Monteiro indica ainda a presença de Gualdim Pais (futuro Mestre do Templo) conferindo assim verosimilhança às considerações mais "nacionalistas e ficcionais" que sustentam a relação temporal/intemporal de Ourique.

[242] A Batalha de Ourique é um referencial que permaneceu vivo até ao final do século XX. A ela dedicaram atenção o filólogo Luís Filipe Lindley-Cintra (*Sobre a Formação e a evolução da lenda de Ourique* in Revista da Faculdade de Letras, 1957) ou o historiador Luís Krus (Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa, 1993). E fizeram-no não numa perspetiva de "elogio balofo" aos feitos do primeiro rei, mas numa interpretação do tempo e no tempo como sempre exigem os mais recentes prescritores. Mas não só no campo da literatura ou da história tal motivou interesse. Os heraldistas Luís Gonzaga de Lencastre e Távora e Hervé Pinoteau (A Heráldica Portuguesa na Arte e na Sociedade, conferência de Eduardo Duarte na Faculdade de Belas Artes) mantiveram um debate aceso sobre a identificação da Batalha de Ourique com o texto bíblico "Livro de Josué" referido em a "Via de São Teotónio".

Na Espada reside a força,
Na espada, a sabedoria,
Na espada, a beleza também.

E tu possuis a espada!

Pelo cinturião de Orion passastes,
Às três idades chegastes;
Fogo, terra, ar e água enfrentastes.
Pelo quinto elemento ansiastes.

Irmão, pega na espada,
A rosa é a tua morada!

Esta realidade metafórica perfura, ainda, a construção do processo que a história elege com a designação de Descobrimentos e Expansão. Agora deixando Afonso Henriques e relevando João I, a quem oferecem uma visão messiânica pelas condições únicas da sua ascensão (Rebelo, 1983, pág. 53), a mesma contestação pela independência, a mesma garantia da presença do sagrado já não através do milagre direto, mas pelo aparecimento de Nossa Senhora a Nuno Álvares Pereira (Coelho, 2007, pp: 416 - 422). Afonso e Gualdim um só, João I e Nuno de Santa Maria dois num.

Fernão Lopes escreve de forma significante: “

> *Porque assi como o Filho de Deus depois da morte que tomou por salvar a humanall linhagem, mandou pelo mundo os seus Apostollos pregar o evamgelho a toda creatura; por a quall rrazom som postos em começo da ladainha, nomeamdo primeiro sam Pedro; assi o Mestre, depois que sse despos a morrer se comprisse, por salvaçom da terra que seus avoos ganharom, emviou NunAllvarez e seus companheiros a pregar pello rreino ho evamgelho portuguees. (CDJ I, 1991, p. 340)*

Há uma nova triangulação nascida pelo simbolismo de Avis que parece mimetizar e refletir, também, Gualdim Pais em D. Henrique, o Infante. Neste novo tempo com a valorização de uma nova ordem que sucede à dos Templários e que lhe haveria de ganhar em poder e em presença territorial. A Ordem de Cristo[243], epígona da Ordem dos Templários pelo engenho de D. Dinis, afirmar-se-ia similarmente como instrumento maior da Conquista e da Expansão, da terra e mar que o hino da república de 1910 consagra nessa última estrofe já referida.

[243] A Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, enquanto ordem religiosa e militar, foi consagrada em 14 de março de 1319, pelo Papa João XXII, através da Bula Pontifícia *Ad ea ex quibus cultus augeatur.* Livro de Escrituras da Ordem de Cristo 1560-1568- Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Verifica-se nesta triangulação aludida uma outra acumulação de sinais divinos e um uso da retórica patriótica que fazem do Mestre de Avis, da sua descendência e governação, figuras indicadas tanto por Deus quanto pelo seu povo (Rebelo, 1983, pág. 20).

Um novo tempo e uma nova conceção sagrada, a de Nossa Senhora[244], vem a ser ampliada com a sua elevação a Rainha de Portugal como atrás se disse[245]. A última dinastia, a dos Bragança, deixaria de se coroar para Dela depender como guia e como garante. O espírito mariano na política e na ação do reino, que nasce com a evocação de Afonso Henriques e se desenvolve com o aparecimento a Nuno Alvares Pereira[246], amplia-se e continua a alicerçar o império de Deus na relação com o reino dos homens. Segue-se em presença do tal império simbólico, uma imagética que consagra uma outra interpretação da história que não se pode olvidar.

A última dinastia, ao render-se a Maria enquanto Rainha de Portugal[247], coloca-a num nível muito superior à decisão dos terrenos soberanos[248]. Ela, Maria, elege-se como

---

[244] Importa referir que todas as mesquitas conquistadas no Norte de Africa seriam convertidas em igrejas cristãs, passaram a evocar Maria.

[245] A História de Portugal mantém-se como elemento maior da certificação espiritual da Igreja Católica Apostólica Romana. O Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura mantém, no seu site institucional um texto muito relevante da instrumentalização histórica na interconexão entre a Imaculada Conceição e a história de Portugal. Diz: "As Nações sobrevivem à erosão do tempo e permanecem vivas na história dos povos se prosseguirem na fecundidade que lhes vem da sua espiritualidade e da sua cultura. A diluição espiritual e cultural de um povo significará inevitavelmente a perda da sua identidade e a sua fusão num hoje sem futuro. A História de Portugal regista dois momentos altos da recuperação da sua independência: a Revolução de 1383-1385 e a Restauração de 1640. Na Revolução de 1383-1385 salienta-se o cerco a Lisboa, que durou cerca de cinco meses e terminou em princípios de setembro de 1384, acentuando-se durante o assédio, o significado da vitória alcançada por D. Nuno Alvares Pereira em Atoleiros a 6 de abril de 1384 e a eleição do Mestre de Aviz para Rei de Portugal, curiosamente a 6 de abril de 1385. Em 15 de agosto travou-se a batalha de Aljubarrota, sob a chefia de D. Nuno Alvares Pereira, símbolo da vitória e da consolidação do processo revolucionário de 1383-1385. No movimento da restauração destaca-se a coroação de D. João IV como Rei de Portugal, a 15 de dezembro de 1640, no Terreiro do Paço em Lisboa. A Solenidade da Imaculada Conceição liga estes dois acontecimentos decisivos na História da independência de Portugal e no contexto das Nações Europeias. Segundo a secular tradição foi o condestável D. Nuno Alvares Pereira quem fundou a Igreja de Nossa Senhora do Castelo de Vila Viçosa e quem ofereceu a imagem da Virgem Padroeira, adquirida em Inglaterra. Este gesto do Condestável reconhece que a mística que levou Portugal à vitória veio da devoção de um povo a Nossa Senhora da Conceição. Aliás, já desde o berço, já quando da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, havia sido celebrado um pontifical de ação de graças em honra da Imaculada Conceição. A espiritualidade que brotava da devoção a Nossa Senhora da Conceição foi novamente sublinhada no gesto que D. João IV assumiu ao coroar a Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa como Rainha de Portugal nas cortes de 1646. Esta espiritualidade imaculista foi igualmente assumida por todos os intelectuais, que na prestigiada Universidade de Coimbra defenderam o dogma da Imaculada Conceição sob forma de juramento solene. Em 8 de dezembro de 1854, viverá a Igreja o auge de toda esta riqueza teológica e celebrativa. Através da bula '*Ineffabilis Deus'*, Pio IX, após consultar os bispos do mundo, definirá o dogma da Imaculada Conceição da Virgem Maria." Ver: www.snpcultura.pt, último acesso em 13 de outubro de 2022.

[246] Oliveira Martins leva-nos a um Condestável herói, capaz de descobrir o sacrário da pátria, dando a comungar aos seus filhos a hóstia santa do sacrifício; seria ele quem terminaria as aventuras do reino de Portugal com façanhas que se iam avultando e advinham da sua imaginação (1893, pp. 12 a 16).

[247] O culto da Imaculada Conceição inicia-se em 1320, ano em que pelo dia 8 de dezembro, o bispo de Coimbra proclama uma constituição diocesana que se considera o polo irradiador do dogma mariano em Portugal. Ver: https://agencia.ecclesia.pt, último acesso em 13 de outubro de 2022.

[248] O Cardeal Manuel Clemente, na sua obra *Portugal e os Portugueses* (2008, Lisboa, Assírio&Alvim) deixa-nos uma pista muito acertada para a consagração da nossa visão imperial de Maria Santíssima. Para este clérigo e intelectual, a dimensão de Nossa Senhora ampliou-se pelas comemorações sucessivas, entre 1940 e 1960, do centenário do padroado português de Nossa Senhora da Conceição (1646-1946), pela definição do dogma da Assunção de Nossa Senhora

protetora dos portugueses e dos seus territórios, estejam onde estiverem, do espaço europeu ao mais longínquo quinhão oriental.

É também Maria que atribui ao Estado Novo, mesmo que de forma popular, a legitimidade na luta contra um inimigo. Já não Castela ou Espanha enquanto reinos, Nações ou Estados, já não o turco ou o infiel, mas o comunismo[249] que alastra e que, por decorrência das guerras, ameaçaria Portugal e o globo terreno. E nesta outra visão de interceção com a política do tempo, é Maria, pelos pastorinhos, que diz que Portugal tem uma obrigação de se salvar, de salvar o Mundo, perante o novo herege[250].

Maria, nas visões de Fátima, seria novamente útil para a garantia da redenção divina a todos os que fizessem a guerra ultramarina da década de 1960, último combate pela salvação do Império, agora já colonial e constitucional, e suportaria a opção política de defender a nação universal que Salazar havia assumido para o seu magistério (Rampinelli, 2007, pp: 210 - 213).

É também em Salazar, um quase santo, que recaem outras personificações. Ele seria, para José de Figueiredo, ainda na década de 1930 e pouco tempo depois de nomeado ministro das finanças, e olhando os Painéis de S. Vicente[251], Estevam Afonso, um dos fundadores da Companhia de Lagos, "(…) organizada para explorar os descobrimentos marítimos portugueses (…)". Estevam tinha "(…) dois pontos de contacto com o actual Presidente do Conselho de Ministros: a semelhança dos traços fisionómicos e o exercício de idêntico mister – ambos administradores de Fazenda (…). Extraordinária coincidência a uma distância de quinhentos anos!"

(1950), pelo primeiro centenário da definição dogmática da sua Imaculada Conceição (1854-1954), e pelo cinquentenário das aparições de Fátima (1917-1967). (pp: 37-38)

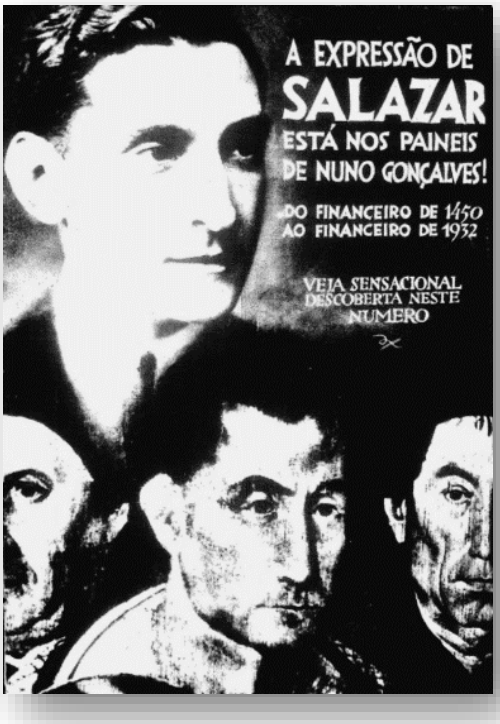
[249] Em *Discurso a Portugal* (1961, pág. 22), Manuel Anselmo diz bem do enquadramento ideológico do regime. Escreve: "O erro trágico do Ocidente é supor ingenuamente que se pode combater o comunismo através da Democracia, quando este regime, afinal leva à crise da Autoridade, sem a qual se perdem todas as batalhas, e à divisão hostil e partidária dos nacionais, de que se aproveita sempre a astúcia dos inimigos."

[250] Competirá indicar aqui o que se considera ser o "terceiro segredo de Fátima". Para tanto se dá como interpretação autêntica a que Dom Tarcísio Bertone recolheu da conversa que teve com a Irmã Lúcia em 27 de abril de 2000 e que estamos perante uma visão profética, comparável às da história sagrada. A visão de Fátima refere-se sobretudo à luta do comunismo ateu contra a Igreja e os cristãos e descreve os duros sofrimentos dos milhões de vítimas do século XX. Canção Nova, 12 de outubro de 2017.

[251] Jorge de Sena, na Revista de História (1963), vem dizer-nos que a história dos painéis é um verdadeiro romance, um folhetim cheio de peripécias e figurantes, acontecimentos trágicos e grotescos, numa sucessão de episódios que mutuamente se contradizem. Quando falamos na "história" deles, não poderemos referir-nos à história deles mesmos, que continuam sem História como um recém-nascido (pp. 334-357).

Ilustração nº 6

Salazar nos painéis de São Vicente de Nuno Gonçalves[252]



Fonte: Notícias Ilustrado (Suplemento do Diário de Notícias) Natal de 1932[253]

Mas, nesse tempo de 1930 e 1940, personificaria também o Infante Henrique[254] porque visionário e casto, porque elevava o espírito lusitano, porque assumia a dimensão universal e imperial de Portugal[255].

As comemorações dos Centenários[256] não deixariam de afirmar essa relação direta, essa quase transposição entre dois homens, uma santidade sustentada no intemporal que assume o império da fé e dos homens de maneira semelhante.

[252] Ver José Manuel Oliveira Mendes, 2012, A obra de Nuno Gonçalves, estudo técnico, Tese de Doutoramento, Escola das Artes, Universidade Católica - https://tinyurl.com/32jwas34, último acesso em 13 de outubro de 2022.
[253] Para uma leitura complementar das questões da imagem em torno de Salazar, ver https://tinyurl.com/52f5j9fd, ultimo acesso em 13 de outubro de 2022.
[254] Alfredo Leal, em 1917, desenvolve um amplo e folclórico estudo sobre os painéis que haviam sido resgatados de S. Vicente de Fora. Para ele, sobressaia a imponência do Infante D. Henrique, porque de fácil identificação a partir das construções de imagem do século XIX, e tudo o resto se prostrava perante a figura única e reconhecível do "descobridor".
[255] Em *Portugal, Razão e Mistério* (pp:382-387), António Quadros desenvolve uma apreciação única e não seguida pelo regime do Estado Novo, que afasta o Infante D. Henrique dos Painéis de São Vicente. Ora, podendo até ser plausível tal análise, não é sustentada pelo período que se estima poder ter sido o da elaboração dos painéis e, muito menos, pela dimensão avassaladora de outras figuras menores que parecem interessar a Quadros como é o caso do Infante D. Fernando.
[256] Hobsbawm, no seu livro *A Era dos Impérios* (Terra e Paz) diz-nos: "Os centenários foram inventados no fim do século XIX. Em algum momento entre o centésimo aniversário da Revolução Americana (1876) e o da Revolução Francesa (1889) – ambos comemorados com as exposições internacionais de praxe – os cidadãos instruídos do mundo ocidental tomaram consciência do facto de que aquele mundo, nascido entre a declaração de Independência, a

Retomando Nova (pp: 153 - 154) importa avaliar outros fatores que são relevantes para esta observação e que não se confinam numa leitura modular. Não se pode, nesta visão sobre o império da fé, deixar de ponderar, como Platão propunha, outras leituras, por exemplo a que interage entre objetividade e subjetividade, entre discurso e experiência, entre realidade e representação.

Poder-se-á ter dúvidas sobre uma leitura intemporal, simbólica, imagética, do Império que os portugueses foram construindo? Ou não serão sempre os impérios a partir de uma base comum?

As respostas são positivas. Não se pode falar de um qualquer Império Português sem lhe dar, em primeiro lugar, uma dimensão que se revela, a cada tempo, enquanto império da fé[257].

O império da fé nunca foi negado nem mesmo no final do império colonial português. Porque Maria voltaria a estar presente, desde Portugal, para confirmar, a partir do reino que lhe foi entregue, o seu império de Cristo. A luta contra os novos hereges, mas também contra um modelo de sociedade e de mundividência, partia deste canto mais longínquo para a salvação do mundo. A luta pela salvaguarda de uma nação ameaçada que se vê chamada a defender terras africanas. Os soldados clamam por Maria para que interceda, para que os garanta protegidos, para que salve Portugal.

Pécora (1994, pág. 139), no seu estudo sobre a unidade teológico-retórico-política dos sermões de António Vieira, diz que "(…) os acontecimentos do mundo criado em sua sucessão continuada historiografam (mas não historiam, isto é, não reduzem a história) a Providência – cuja presença ativa e encoberta lhes confere existência e sentido (direcionado para um fim em Deus). Se se quiser pensar em termos de história, nesse sentido, ter-se-á de imaginar que ela seja, antes de tudo, figura de um SER que, existindo sob múltiplas variações e encontros, bem como encaminhando-a para o Bem que foi criada, sustenta-a a cada instante em um trabalho renovado de Criação."

construção da primeira ponte de ferro do mundo e a tomada da Bastilha, estava contemplando cem anos". Portugal seria pródigo em comemorações que assinalariam o Império e o Estado Novo e aclamariam o ditador.

[257] A criação dos Padroados, consagrando as missões assumidas por Portugal e Espanha no âmbito das conquista e navegações, através das *Bulas Respublica Christiana*, de Martinho V, com data de 4 de abril de 1418, *Romanus Pontifex*, de Nicoulau V, com data de 8 de janeiro de 1454*; Inter Caetera*, de Calisto III, de 13 de março de 1455, e *a Ineffabilis*, de Alexandre VI, de 1 de junho de 1497, pode levar-nos a questionar se não estamos perante a inclusão dos reinos ibéricos num "Império" mais amplo e determinado a partir da Santa Sé. É esse o entendimento de Barbosa (1995, pp. 365-390) que nos questiona sobre a leitura do privilégio que os monarcas ibéricos sempre assumiram, ou o serviço que lhes era exigido na determinação das prioridades políticas. Para Cruz (2003, pp 239-241), havia uma dupla dimensão do padroado: 1. Tratar da difusão da fé; 2. Financiar o exército de Deus e controlar as finanças reais. No mesmo sentido da atribuição de um substabelecimento político-religioso vai Rego (1940, pág. 8), quando clarifica capazmente o âmbito das outorgas papais à "faculdade de fundar e erigir igrejas nas suas conquistas e de as prover do clero necessário".

Mesmo neste tempo hodierno se revelam, ainda e profundamente, os alicerces de uma visão de império assente na fé, constata-se no ser português que não cede numa certa visão do mundo.

Como diz Magalhães (2013, pp: 86 - 87) a conversão, que portugueses e espanhóis levaram à prática, acarretou uma dominadora alteração da perceção do mundo e da vida, implicando novas narrativas sobre o mito de origem. Mais do que uma mudança de fé, o que a ida pelos mares e o "assalto" aos territórios fizeram foi impor uma recriação do "eu". O plano religioso foi assim muito relevante, porque através da religião se assentou um infindável processo de normalização judaico/cristã das populações nativas.

Não se quer com esta tese desenterrar o milagre de Ourique que Herculano inumou. Não se pretende avaliar a leitura de Salazar sobre a linha da história que o havia colocado ao leme da nação. Nem se quer assumir a relação de Afonso Henriques com Gualdim Pais e de D. João I e Nuno Alvares Pereira num mimetismo dual entre Salazar e Cerejeira.

O que se pretende é consagrar o que importa – a dimensão espiritual, a cada tempo, faz mover montanhas. Henriques, João I, através dos seus protetores sagrados, venceram o infiel suportando-se em Deus e em Maria. O império terminou com Maria, em Fátima, a velar pelo mundo e a proteger a África portuguesa.

3.2.2. O Império nos Tratados e nas Constituições

3.2.2.1. Os tratados

3.2.2.1.1. Atravessando os interesses entre Estados

A visão imperial dos diferentes Senhores na Idade Média compreendia elementos muito claros sob o ponto de vista da consagração territorial e da determinação política.

Ela seguia os caminhos da conquista, sempre relevantes quando se tratava de afirmar um reinado, resolver crises internas, solver dívidas, ou os caminhos da diplomacia, quase sempre com alianças matrimoniais (Gobato, 2011, pág. 2).

Até tarde, encalçando pela força das armas ou pela força da palavra, a consagração final da visão imperial, nos domínios católicos, advinha da confirmação por tratado e da verificação com acordo do Papa. É por isso que se torna relevante o estudo dos Tratados

que implicaram os reinos ibéricos ao longo do período da História em que se fundou e construiu Portugal e se desenvolveu a Aventura Marítima.

Mas também se revela importante esta análise na perspetiva do estudo do mito desenvolvida por Matos, a confirmação de uma missão histórica que agrupa comunidades e as legitima.

3.2.2.1.2. Os tratados medievais

Portugal e Castela primeiro, depois Portugal Castela e Aragão e, por fim, Portugal e Espanha, subscreveram, entre 1137 e 1668, tratados vários que importa ter presente para se avaliar a visão de império nos reinos ibéricos, se há uma predisposição interior para esse elemento político. Outros tratados, assinados com outros reinos europeus e em especial os conferidos por Inglaterra, são também relevantes para os territórios ultramarinos de Portugal e, por isso, com eles se concluirá.

Já atrás se indicou a permanente leitura integracionista dos reinos ibéricos, uma visão sistemática de interdependência em que foram raras as exceções verificadas. O cruzamento das casas reais, os interesses intersectados na perspetiva europeia e, depois, nas idas pelos mares, mais não fazem que criar um jogo de equilíbrios entre tronos (Visconde de Santarém, 1842, pág. 113).

Não raras vezes se investiga e escreve história tendo ausente o facto de, até tarde no século XV, não existir uma unidade política chamada Espanha. E esta realidade interessa para que se possa avaliar o poder de fogo, a presença territorial e a demografia na leitura das simetrias de cada território.

Portugal era um dos reinos hispânicos, como Castela, Aragão, Navarra, Leão e Galiza, e neste universo não deixava de ter presente que, querendo ou não, se sujeitava a uma integração num império hispânico, simbólico ou real, do tipo do que Afonso VII de Leão e Castela quis afirmar (Moreira, 2008, pp: 123 - 155).

A leitura imperial foi, assim e quase sempre, uma permanente obcecação pela unidade dos territórios, uniformidade que, a cada tempo, se colocava aos diversos reinos incluindo o português. Seria uma ideia de império ibérico que restaria da expulsão do infiel.

Era essa, aliás, a perspetiva de Afonso VI ao conceder a D. Teresa (*Tarasie regina*) mãe de Afonso Henriques um território que se consideraria segregado da Galiza e contido

abaixo do Rio Minho. Também era essa realidade que concedia a Afonso VII a glorificação imperial que resultava do seu título: *Hoc autem factum est, antequam uocaretur imperator* (Ferreira, 2013)[258]. Duas vertentes do sentir império: doar territórios que se manteriam ligados por cordão umbilical; afirmar o cerimonial de uma consagração superior.

O Tratado de Tui, como é comummente referido, não se constitui como um texto jurídico que vincula duas partes iguais. Desde logo porque, a abrir, se consagra como pacto entre Afonso, Infante de Portugal e Afonso, Imperador de Espanha. Valorava-se, pois, uma relação pessoal de lealdade e fidelidade, que forçava à defesa das terras portuguesas e à obrigação de ajuda na defesa das terras do imperador[259].

Tui baliza o lugar de Portugal, aconselha uma leitura superior, de subjugação de reinos, ao império de Castela e Leão, antecipa o que se veio a verificar com a dependência dos territórios de presença portuguesa no império dos Habsburgo no final do século XVI (Bastos, 2018, pp: 129 - 145).

Conviria, porém, não ter como certa a aceitação da integridade do território português.

A historiografia mais antiga indica o Tratado de Zamora (1143) como sendo o nascimento de Portugal. Essa consideração é resultado da marcação que a memória coletiva consagra das Comemorações Centenárias de 1940, mas não corresponde a uma visão correta do acordado em Zamora. Importa enquadrar.

Haveria uma visão imperial em Afonso Henriques que o levava a consagrar a Galiza como seu espaço de influência? Não resulta da investigação tal consideração enquanto impulso imperial, mas ela é aplicada, por mimetismo, à ambição imperial dos monarcas leoneses e castelhanos. Fernando Oliveira, na sua História de Portugal, (2006, pp: 150 -151) não apresenta um qualquer caminho para essa consideração. Antes leva ao império da fé quando escreve: "São estas armas fundadas sobre a cruz de Cristo e mistérios de nossa redenção e são as melhores fundadas e mais seguras e honradas que podem ser outras. Estas duram em Portugal até agora."

[258] Maria do Rosário Ferreira, ao analisar a *Chronica Adephonsi Imperatoris,* consagra uma visão distante das que são referidas pelos principais artífices da historiografia portuguesa. Diz-nos que era visível o ascendente castelhano sobre o território português, que se tratava mesmo de um privilégio e de um inegável ascendente. E mais nos diz que a Crónica sugere que a soberania de Afonso Henriques não seria afinal mais do que o fruto da benevolência do Imperador para com o seu primo.

[259] José Antunes, *A versão portuguesa do "Tratado" de Tui (1137),* 2º Congresso Histórico de Guimarães, Volume 4, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996.

As invasões portuguesas da Galiza na primavera de 1141 impõem uma ação enérgica do imperador Afonso VII e é nessa refrega que se afirma o Tratado de Zamora em outubro de 1143.

Observando os acontecimentos posteriores há, contudo, uma provisoriedade na existência de Portugal enquanto reino independente. Tal situação só se resolveria 36 anos depois, e com a emissão, pela Santa Sé, da bula *Manifestis Probatum*.

Poder-se-á concluir, pois, que a pressão portuguesa sobre a Galiza era mais tática, uma opção pela garantia de uma autonomia ampla, quase uma proto-independência.

Este olhar sobre o reinado de Afonso Henriques anda, também, em volta de três perspetivas de império: a primeira, a de Leão e Castela, na supremacia sobre Portugal; a segunda também lida na ótica castelhana, de que Portugal se poderia considerar "tutela" sobre a Galiza; a terceira, a integração de Portugal no império intemporal concedido pelo Papa, circunstância que resultava da luta contra os sarracenos.

Acarreta referenciar, porém, que o Tratado de Sahagún, celebrado entre Fernando II de Leão e Sancho III de Castela em 1158, ainda indicaria como provisória a consideração de respeito e de independência de Portugal. Os territórios conquistados a muçulmanos e os territórios de Portugal seriam divididos entre os seus dois reinos. Tal não viria a acontecer pelo falecimento de Sancho III, mas Fernando II continuaria a sua tentativa de integrar Portugal (e se consagrar imperador), circunstância que nunca verificaria (Diez, 2009, pp: 362 - 366).

Os historiadores dão pouca relevância o Tratado de Badajoz acordado entre Afonso X de Castela e Leão e Afonso III, em fevereiro de 1267. Acontece que se está em presença de um protocolo com enorme dimensão para Portugal e também para a consideração para-imperial do reino dos portugueses.

Há quem considere que se trata de um acordo em que Castela e Leão perderam. Nada de mais errado, tendo em conta a necessidade de permitir uma estabilização estratégica e tática a oeste para progredir a sul. Por isso, a consolidação da fronteira era tão primária para Afonso III, de Portugal, como para Afonso X, de Castela, este último muito marcado na sua autoridade imperial como consequência da rebelião quase triunfadora dos muçulmanos de Jaén e das suas ramificações nos territórios da Andaluzia (Jímenez, 2004, pp: 52 - 58 e 187 - 181).

É isso que também diz Mendonça (1998, pág. 1133), quando reporta a ambição de Afonso X, mais real em 1256, de consagrar o seu projeto político do "*fecho del*

Império", em que Portugal, por necessidade estratégica e por relação de dependência se integraria.

Para Portugal havia ainda uma outra vantagem, a da estabilização do Algarve enquanto território português.

Como elemento simbólico, o Algarve assumia-se um reino. Ora, seguindo a visão política da altura, também permitiria ao monarca português reinante uma progressiva equidade na relação com os restantes reinos ibéricos. Em boa verdade, mesmo não se afirmando, compunha-se aqui a imagem de um rei com dois reinos, tal como Leão e Castela, e a porta aberta para a conquista, agora numa perspetiva temporal, contra os mouros. Tal consagração só se conseguiria, enquanto doação, ao fim de cinco reinados e de um século, em 1249 (Mattoso, 1987, pp: 73 - 94).

Sendo D. Dinis o verdadeiro herdeiro do Reino dos Algarves, sendo através deste que nasce a Ordem de Cristo enquanto herdeira da Ordem dos Templários, tendo sido pelo Reino dos Algarves que "entraram" os territórios africanos da conquista, está-se em presença, como já se disse, de um elemento infraestrutural mínimo, iniciático, da ideia de um Império Português[260].

O acordo herdeiro de Badajoz assinado em Alcañices (1297) não assume já qualquer relevo que não seja o da consolidação. Foram três décadas em que dos dois lados da fronteira muitas coisas aconteceram e em que a instabilidade nos reinos de Castela e Leão influenciou a relação com Portugal. Será importante olhar a realidade que se estava a abrir e que levaria à Aliança Luso-Britânica que se consagraria, oitenta anos depois.

A Guerra dos Cem Anos e a guerra civil castelhana entre Pedro I e Henrique de Trastámara não deixaram, durante o século XIV, de implicar Portugal e as suas visões, dependência ou ambição perante o universo dos reinos ibéricos.

Os conflitos que se verificaram entre 1369 e 1373 mantiveram o rei de Portugal na previsão de poder ser, também, soberano de Castela. No mesmo tempo revela-se o Duque de Lencaster que, pela sua casa e descendência, viria a determinar as relações ibéricas nas décadas seguintes[261].

---

[260] André Oliveira-Leitão, in *Do Garb al-Ândalus ao "segundo reino" da "Coroa de Portugal": território e identidade*, vem em nosso auxílio na consideração de uma visão "imperial" do processo de conquista. Para ele, esse Algarve era tudo o que não fosse Portucale, tudo o que se fosse conseguindo. E esse processo não se fechava no território que veio a ser entregue a D. Dinis, alargava-se a toda a Andaluzia como espaço natural da conquista portuguesa. A partir da Dinastia e Avis esse Algarve é o além-mar, continuando "Império", agora já não fixando no continente europeu mas abrindo para todos os territórios onde Portugal assentaria praças. (Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 16/17, 2008, pp: 69-104)

[261] Duque de Lencaster – João de Gante (1340-1399), filho terceiro de Eduardo III, assumiria uma posição relevante na política ibérica. Pelo casamento de sua filha Filipa com D. João I, haveria de determinar a relação perene e de protetorado que se concretizou, ao longo de séculos, entre Portugal e Inglaterra. Pelo seu casamento, em segundas

A tentativa dos legitimistas de fazer convergir no rei D. Fernando de Portugal as duas coroas, sucedendo este a Pedro I de Castela, autorizou a primeira tentativa imperial de um monarca português (Coelho, 2007, pp: 107 - 122). A ajuda inglesa e a aliança com o reino nazari de Granada ainda permitiram investidas em partes do território enquanto elemento de confirmação de posse territorial, até a cunhagem de moeda enquanto marca de uma dominação. Mas não seria nítido o apoio dos povos e a sua origem portuguesa só contribuiria para o reagrupar e engradecer das tropas e hostes de Henrique II.

Fernando I manteve, ainda no início da década de 1370, a ambição de se afirmar "maior" na Ibéria, uma obcecação imperial que, temporariamente, haveria de contar com o contributo de Aragão, Navarra e Granada, tentando impossibilitar o domínio ibérico de Henrique II (Magalhães, 1990, pp: 29 – 31). Essa circunstância era acompanhada de uma razoável situação financeira da coroa portuguesa o que poderia permitir o avanço da pretensão imperial já indicada[262].

O pacto de Alcoutim (1371) confirmaria uma aliança matrimonial, nunca confirmada, entre Fernando de Portugal e Leonor de Castela. Acertava fronteiras e autorizava as relações de Portugal com França. Se em território poderia parecer que Portugal teria ficado a ganhar, não é menos verdade que a afirmação de Henrique, no contexto ibérico, lhe dava agora uma nova supremacia perante os restantes reinos, supremacia essa que resultava da centralidade dos acordos de 1371 e 1372 com Navarra e Aragão.

Os pactos de Alcoutim e de Santarém (1373) reconduzem Portugal ao seu espaço contido e negam qualquer ambição de, a partir de Lisboa, poder haver um império ibérico assumido por um monarca português.

Os tratados de Trancoso, em 1387, e de Bayonne, em 1388, assumem um processo de normalização das relações entre Portugal e Castela depois do nascimento da dinastia de Avis. Não que sejam elementos jurídicos que resolvam o problema do reconhecimento imediato do Mestre de Avis, mas porque vão no sentido de dissipar a pretensão do Duque de Lencaster, casado com Constança de Castela, filha de D. Pedro I, ao trono castelhano (Pinto, 2015, pp: 20 - 22).

núpcias, com Constança, filha de Pedro I de Castela. Não tendo sido monarca em Inglaterra ou em Castela, e apesar do seu esquecimento histórico, Gante assumiu-se como um verdadeiro "imperador" ao longo da sua vida. Os seus descendentes haveriam de governar extensos territórios da velha Europa, assumindo-se como um dos obres mais influentes do final da Idade Média. Ver: Mário Bruno Pastor, Citar – Universidade Católica Portuguesa. Ver em: https://repositorio.ucp.pt/, último acesso em 13 de outubro de 2022.

[262] Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, prólogo, pág. 4.

Ora, João de Gante era pai de Filipa, rainha de Portugal que havia contraído matrimónio com o Mestre de Avis em fevereiro de 1387, era casado com Constança, filha de Pedro I de Castela e João de Castela era casado com Beatriz, herdeira de D. Fernando e que habilitava a uma reivindicação do trono português. Esta triangulação era essencial também para a estabilização das relações entre Castela e França de Carlos VI, tradicionais aliados, e destes com Inglaterra de Ricardo II, reino em que o Duque de Lencaster se afirmava como figura central (Serrano, 2005, pp: 96 - 105).

O Duque, pelo acordo de Bayonne, renunciaria a trono de Castela mediante o pagamento, por parte de João de Castela, de uma indemnização de 600 mil francos à cabeça e de uma renda anual de 40 mil; casaria a sua filha Catarina de Lencastre, irmã de Filipa rainha de Portugal com o filho João de Castela, que viria a ser Henrique III; assumia a partilha da intermediação para a consagração da paz entre Ricardo II de Inglaterra e Carlos VI de França; permutaria territórios; e resolveria a situação de todos os apoiantes de Pedro I que haviam jurado lealdade a Fernando de Portugal e/ou ao próprio João de Gante (Russell, 2000, pp: 544 - 551).

O Duque de Lencaster, ao aceitar a cessação das suas pretensões, agia com uma superioridade diplomática muito considerável e afirmava o seu império de influência. Tratava-se, pois, de uma cedência que permitia vasta ascendência política nos reinos de Portugal e Castela através dos casamentos de suas filhas e limitava o espaço vital de França na sua relação com Castela, aumentando, desta forma, influxo inglês, um império de influência reconhecido por uma sucessão de tratados por Gante negociados.

A ratificação em Bayonne, em 1388, resolveria o problema dos equilíbrios entre monarquias e fazia hibernar a visão imperial castelhana sobre a Ibéria. Seria a partir daqui, por razões de consolidação dos reinos e por razões financeiras, que se assumiria a progressiva normalização da convivência entre monarcas ibéricos (Coelho, 2005, pág. 103).

O não reconhecimento da dinastia de Avis por parte de Castela seguiria, porém, até ao tratado de Medina del Campo – Almeirim em 1431. Convém fazer uma leitura célere do enquadramento político.

Em Portugal era rainha uma filha de João de Gante, em Castela havia-se consagrado a regência de uma outra filha do duque de Lencaster. Catarina, que se havia casado com Henrique na sequência dos acordos atrás referidos, nunca se considerou a possibilidade de Beatriz, filha de D. Fernando de Portugal, poder regressar ao trono luso.

Porém, durante o reinado de Henrique não se conseguiria um acordo no sentido do reconhecimento do Mestre de Avis.

O tratado de 1431[263] beneficiou de vários fatores relevantes. O primeiro seria o da consagração de Fernando de Antequera como rei de Aragão; o segundo seria o facto de Portugal iniciar o seu processo de conquista em África com a entrada em Ceuta; o terceiro prendia-se com a impossibilidade prática de Castela manter quatro frentes abertas de conflito – Aragão, Navarra, Portugal e o reino de Granada.

O processo que haveria de levar à assinatura do tratado desenvolveu-se ao longo de um período temporal muito significativo. Nele teve importância a diplomacia de Dom Pedro, Duque de Coimbra, e do Condestável Álvaro de Luna, observando uma forte opção pela relação bilateral, uma opção pela resolução dos conflitos que também marcavam o comércio no norte europeu e a perceção que ambos tinham da importância da conquista de Ceuta para a aplicação da "técnica da tenaz" na perspetiva da conquista do território ibérico ainda na posse de reis mouros (Fonseca, 2014).

Não menos significativo para todo este decurso de conciliação foi o procedimento de substituição do anti-Papa Bento XIII. Pedro de Luna era aragonês e não concedia a Portugal a possibilidade de se negar a uma previsível unificação ibérica sob as coroas de Castela e Aragão. Só com os seus sucessores, sendo saliente a normalização do poder papal com Martinho V, se haveria de verificar o início de um processo de distensão que autorizava a dinastia de Avis a uma existência reconhecida, em especial no que importava à presença em Ceuta (Fontes, 1995, pp: 403 - 420).

A realidade política que antecede o tratado de 1431 não é muito diferente da que se colocaria na década de 1640 quando se verificou a extinção da dinastia dos Filipes e se iniciou a dinastia dos Bragança. Em ambas as situações se reclamava a integridade dos territórios de Castela e Aragão, a necessária atenção à relação sempre mais difícil com França do que com Portugal. Em boa verdade, Portugal só existia numa conexão de dependência com Castela Grande[264] por ser a sua maior fronteira.

Que destaque tem então o tratado que se vem referindo, com o conceito e a visão de império que se estuda? Tão só a impossibilidade de se afirmar um império único dos reinos ibéricos se não existir um alinhamento estratégico entre os soberanos mais relevantes. Terá sido sempre essa a vantagem para a garantia da independência do reino mais ocidental da Europa.

[263] Ano do falecimento de Nuno Álvares Pereira
[264] Integrando Castela, Leão e Galiza.

3.2.2.1.3. Os tratados do mar

Ao longo desta investigação já se abordaram os Tratados de Alcáçovas-Toledo e de Tordesilhas como elementos relevantes na afirmação dos primórdios do Direito do Mar e, ainda, na consideração da existências dos mitos numa ideia de primeira globalização em que portugueses e espanhóis teriam sido os grandes protagonistas.

Alcáçovas é um marco para os portugueses, mas pouco estudado na academia espanhola. Tordesilhas é mesmo o grande instrumento da consagração de Espanha como Senhora dos Mares. Compreende-se que a grande história de Espanha, o papel que os Reis Católicos nela assumem, não conceda espaço para a reivindicação de Afonso V de se tornar rei de Castela, mesmo que também abranja uma aceitação de reciprocidade. Ficaria resolvida a questão que se atravessava na legitimidade de Isabel de Castela com a abdicação de direitos de Joana, a Beltraneja.

É também Alcáçovas que resolve a posse dos Açores, Madeira e Cabo Verde, concede a Costa da Guiné a Portugal e os Reis Católicos recebem as Ilhas Canárias, integrada simbolicamente na Casa de Viseu, elemento territorial essencial na gestão do tráfego do Mediterrâneo. Cessava, pois, a "rolha" que, a manter-se, continha os reinos unidos de Isabel e Fernando sem um apoio estratégico para a circulação no Atlântico.

Ao mesmo tempo divide-se o desconhecido. O Paralelo 27 determina a carta de alforria para novas incursões territoriais em África, fosse o que fosse essa consagração, mas indica, também, uma espécie de "conforto" a Afonso V de Portugal - ele que havia tentado ser imperador com a união dos reinos de Portugal e Castela – a consideração do monarca português enquanto Senhor do Reino de Fez, uma outra visão de império que poderia contentar Portugal (Sales, 2009, pp: 67 - 95).

Regressando a Tordesilhas, poder-se-á afirmar que se está em presença de visões de império. Os reinos unidos de Isabel e Fernando assumiam uma leitura multilateral da sua afirmação. Na Europa com a ambição do Sacro-Império, nas novas terras com a recolha de proveitos que possibilitasse o esforço de guerra sempre presente no velho continente. O reino de Portugal, agora com D. João II, assumia também, uma linha política assente numa tripla opção – terras, comércio, influência.

Poder-se-á dizer que D. João II havia sido autorizado a dispor de uma dimensão que lhe concedesse uma ligação direta aos impérios temporal e intemporal? A resposta é negativa. Segundo Vasco Fernandez de Lucena, grande letrado e muito bom orador, o rei

alegrava-se "(…) porque a bondade divina abrazou as almas dos eminentíssimos cardeais no ardentíssimo fogo do Espírito Santo para que elegessem um Pontífice que fosse bom, em primeiro lugar para a Igreja, em seguida para o povo cristão e finalmente para a Península Hispânica, e muito especial para a nação portuguesa." (Luís, 2013, pág. 7). A ordem é: península hispânica e nação portuguesa.

Discorda-se assim de Boxer (1992, pág. 46) e de Thomaz (1994, pp: 149 e 166) quando dizem que D. João II era um imperialista entusiástico ou que havia "um projeto imperial joanino" e que o rei se teria tornado "(…) de facto senão de título, imperador, no sentido medieval do termo, ou seja, 'rei dos reis': rei de reis mouros, pela sujeição ao pagamento de páreas, rei de reis cristianizados por laços de apadrinhamento e parentesco espiritual, escondendo uma vassalagem larvada (…)". Hagiografia pura.

Revela-se toda a historiografia contra qualquer tempo de sujeição no norte de África, revela-se ainda contra o processo de cristianização africana que só no século XIX, e bem tarde, se desenvolverá.

Pelicano, rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e de Além-Mar em África e Senhor da Guiné, compunha-se ainda na relevância dos impérios numa dependência ao todo ibérico que raras vezes foi questionada.

As bulas papais *Inter cactera I e II* e *Eximiae devotionis*, de maio de 1493, assinalam a perspetiva papal de um alinhamento com os reis católicos. Em boa verdade, a abertura que Colombo havia feito para novos territórios do outro lado do Oceano, era, também, de grande relevo para a Igreja.

Na corte portuguesa espera-se, num primeiro tempo, que Castela aceite negociar a horizontalidade do Atlântico, mas cedo se percebe que tal seria impossível. E a visão prática de João II, já sustentado com a leitura de Duarte Pacheco Pereira e de Bartolomeu Dias, garante a aceitação da proposta papal de uma linha vertical a 100 léguas, mas propondo e conseguindo a sua passagem para as 370 léguas.

Este é o tratado que vai determinar a história da América do Sul enquanto novo território a potenciar pelas monarquias ibéricas. É também o tratado que permite, a Portugal deixar a marca central da geografia mundial, o navegar até ao Oriente.

Há neste tratado marcas que assumem uma visão de império nos reinos subscritores? Logra afirmar-se que se revela nítida na perspetiva dos reis católicos, mas, apesar de ser relevante para a dimensão do reinado de João II de Portugal, neste essa leitura não é completa. Poder-se-á dizer que tal como no conceito estratégico intermitente, que mais à frente se vai desenvolver, está-se em presença de uma infraestrutura mínima

que poderia ter permitido, nos reinados seguintes, a construção vertical e horizontal de um Império Português, mas essa infraestrutura desenvolver-se-ia com disformidades e agregada à cíclica instabilidade das políticas e dos monarcas.

3.2.2.1.4. Os tratados da Idade Moderna

O Tratado de Saragoça (1529) também não arroga, na investigação histórica portuguesa, a relevância de outros mais marcantes sob o ponto de vista da afirmação de um serôdio génio português para a diplomacia dos tratados. Os mais nacionalistas dos tratadistas consideram que se está em presença de uma capitulação, o que, em boa verdade, pode ser verdadeiro.

Saragoça é o início do um caminho de perdas que se dissolveria, sob o ponto de vista da relevância económica e política, em 1580. Destinado a regrar a soberania sobre as Molucas, olhando o potencial comercial da presença portuguesa em terras onde as especiarias se encontravam em comércio forte, era importante não sair dos postos que foram invadidos pelos adidos de Afonso de Albuquerque em 1511 e anos seguintes.

Seria a visão díspar de império que acabaria por suportar este acordo ibérico. Espanha do Imperador Carlos carecia de fundos para a continuação da sua presença hegemónica no continente europeu; Portugal assumia aqui o empório e não o império, porque se tratava de olhar o comércio e não a determinação política, a soberania de territórios (Girón, 1964).

Olhar para a grave situação financeira do tesouro real deveria fazer pensar sobre o resultado do tratado. Portugal entrega 350 mil ducados em ouro a Carlos e garante a bandeira. Acontece que a integração ibérica vem colocar em questão a vantagem deste tratado passadas poucas décadas ninguém terá adivinhado que, no século seguinte, tais territórios se garantiriam integrantes do espaço comercial holandês (Oliveira, 1996, pp: 349 - 357).

A indagação feita para este capítulo, olhando a perspetiva da construção de um império em que D. Manuel I teria sido figura cimeira, levaram à pouca consideração histórica da dinastia dos Filipes. Entre 1520, morte do Venturoso, e 1581, início do reinado de Filipe I, consagraram-se progressivamente todas as condições políticas, financeiras e sociais para que Portugal fosse agregado ao império espanhol e disso pouco se fala enquanto elemento de conformação com a memória coletiva lusitana.

Para se poder conhecer essa dimensão de subjugação importa olhar para as Patentes de Tomar[265], um pacto rei-reino que, não sendo um tratado porque Portugal se sujeitava enquanto reino à monarquia de Espanha, em que Espanha voltou a ser *Hispania* (Valadares, 1999, pág. 9), era, pelo menos, um documento central, para-constitucional, garantia dos diversos poderes.

J. H. Elliott tem discorrido sobre a visão integracionista de Espanha e sobre a leitura das relações entre os reinos de Castela, Aragão e Portugal. Para este cientista social a previsão de uma monarquia com vários reinos terá estado na disposição que D. Manuel I assumiu ao preparar o Infante Miguel de Avis, filho do rei português e de Isabel de Trastâmara, como se identifica nos *Articulos de Lisboa* que datam de 1499, para uma monarquia integrada.

Assim, em 1580/1581 teriam bastado acertos pequenos para que se consagrasse, pelo lado inverso e com rapidez, a nova leitura institucional e jurídica que iria determinar os primeiros anos da integração.

O estatuto de Tomar integra duas componentes muito relevantes. A primeira, identificada na *Patente das Merces*, indica as circunstâncias em que se vai provir à governação do reino; a segunda, integrando a *Patente dos Capítulos*, assume a igualdade dos reinos e, por esta via a consagração de uma dimensão imperial de Filipe II que agora também incide sobre o que restava da Península Ibérica (Bouza, 1987, pp: 330 - 335).

Havendo moeda própria, uma administração do reino onde só portugueses poderiam ser providos, prevenindo-se que só os navios portugueses poderiam assumir o comércio com os territórios que antes haviam sido presença de portugueses, parecia estar garantida uma dimensão de autonomia suficiente e parece, ainda hoje, aos historiadores do Império Português que este sempre se havia quedado em determinações por parte de portugueses. Bouza (1987, pág. 783) indica mesmo que Tomar consagra uma linha divisória, legal e política que observava na sua especificidade a principal garantia.

Havia, porém, uma glorificação ingénua nos textos de Tomar que sempre foi lida pelos historiadores de formas diferentes. Dizia-se: "Que en la provisión de las armadas de la India y de demás para a defensa del Reyno y castigo de los corsários y conservación de fronteras de Africa, Su Majestad mandará tomar com este Reyno el asiento que

[265] O tempo seguinte a Tomar e em 1852, Filipe II cria o Conselho de Portugal que haveria de passar a ser dirigido pelo diplomata Cristóvão de Moura. Tratava-se de um conselho em tudo semelhante ao de Aragão, Itália e Flandres. Todos estes labirintos polissinodiais do Império assumiam a dimensão imagética que levou à consagração do escudo português no símbolo máximo do poder – o Mosteiro de El Escorial.

pareciere convenir aunque sea com ayuda de los otros sus Estados y mucha costa de su real armada".

Portugal sempre tinha garantido para si alianças que haviam permitido a sua afirmação no contexto ibérico e europeu. Esta consagração de Tomar, obrigando ao recurso de apoios para o comércio e a defesa dos territórios de bandeira portuguesa ou espanhola, limitaria, sem qualquer dúvida, a opção externa do reino de Portugal.

Com a progressiva influência do Duque de Olivares na política da grande Hispânia e a escolha de Miguel de Vasconcelos para a "governação" do reino de Portugal não mais haveria réstia de Tomar. Todas as decisões haveriam de passar a ser ponderadas na ótica de uma única potência, da alocação de recursos financeiros e de meios humanos nas opções imperiais do poderio espanhol na sua permanente leitura estratégica da relação com França e com Inglaterra e da presença determinante no velho continente.

A degradação da política interna e externa das Espanhas leva a que no final da década de 1630 estejam reunidas as condições para que em alguns dos territórios dos reinos de Aragão e Portugal se iniciem conspirações[266] no sentido de uma cessação. Em Portugal terá êxito, porque seria sempre mais danoso para Castela perder ou manter instável Aragão que Portugal, olhando a perspetiva da permanente ameaça de França.

Acontece que o período de intervenção filipina tem uma dramática preponderância na posição comercial de Portugal no Oriente. Já não se poderá considerar qualquer empório e a relevância do Brasil só aqui ganhará uma outra dimensão[267].

A aclamação de D. João IV, em 15 de dezembro de 1640, não concederia um tempo de estabilidade e de paz ao reino. Antes pelo contrário. Foram quase três décadas de grande pressão, de limitação de Portugal na frente externa, de bloqueio da ação no mar.

O discurso de Francisco de Andrade Leitão[268] no momento inicial da dinastia de Bragança dá bem a dimensão do que estava em causa. Essa peça recolhe a legitimidade da nova dinastia, confessa a aceitação de todas as cidades, vilas do reino e submete o ato a uma dimensão transcendental quando diz: "Irmãos, é hora de vos levantardes, porque vem já muito perto vossa saúde e redenção". O reino, enquanto território primário, estava ali.

---

[266] São de referir as verificadas e substantivas revoltas no Alentejo e Algarve em 1637.
[267] Ver o Tratado Provisional de Lisboa de 1681 e referente à Colónia do Sacramento.
[268] Auto do Levantamento e Juramento d'El Rei Dom João IV, Legislação Régia – 1640-1647 – Coleção parlamentar – ver em http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/7/31/p16, ultimo acesso em 13 de outubro de 2022.

Não se indica, na proclamação de Leitão, qualquer referência ao Império, aos lugares de além-mar. Compreende-se bem a razão. O que estava em causa, naquele momento de reinício, era a pedra instituidora, o regresso ao terrado original. Confirmou-se irrelevante implicar a dimensão dos sítios da aventura, a presença em continentes longínquos, mesmo que a política holandesa de ataque aos interesses portugueses se estivesse afirmando de forma determinadora.

Quando se analisa o Tratado de Lisboa (1668), vinte oito anos após a aclamação de D. João IV, não se pode esquecer o longo período de guerra em que Portugal participou, o mais longo da sua história. Essa circunstância consagra três constatações que interessa referir: a primeira prende-se com a atenção que haveria de ser dada ao território metropolitano em desfavor da presença nos diversos continentes; a segunda liga-se com a impossibilidade prática de se construir uma máquina administrativa vocacionada para os diversos interesses do reino; a terceira, a necessidade de uma política externa assente no refazer de relações que permitissem sustentar a existência de Portugal eliminando a sua situação de *pars monarchiae.*

Pelos documentos insertos na *Legislação Régia*[269] , não se adivinha a existência de qualquer sinal de natureza estratégica que tenha levado à cessação filipina. Mas não é menos verdade que as circunstâncias verificadas pela Guerra dos Trinta Anos e pelas revoltas na Catalunha abriram um campo de manobra muito proveitoso que possibilitou um equilíbrio militar não concedente de uma vitória clara para qualquer das partes.[270]

O retorno da aliança com Inglaterra, aportando tropas e técnica militar, fez regressar a velha relação descompensada que sempre se verificou. Os quatro tratados que se vieram a confirmar entre 1642 e 1661 concederam vantagens comerciais completamente desproporcionais e afirmaram a consolidação das linhas de comércio que Inglaterra já havia desenvolvido em todos os territórios de bandeira portuguesa e em especial o Brasil.

A insignificância da política ultramarina no Tratado de Lisboa de 1668 não pode deixar de ser lida em complemento do Tratado Provisional de 1681. Estava em causa,

[269] Legislação Régia – 1640-1647 – Coleção parlamentar – Ver em http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/7/31/p16, último acesso em 13 de outubro de 2022.

[270] Em Uma História de Espanha (2020, pág. 90), Pérez-Reverte escreve de forma totalmente vulgar, mas não menos clara: "Castela rouba-nos. Para complicar ainda mais, acabadas as tréguas com os Holandeses, tinha recomeçado a guerra na Flandres. Era preciso tércios e pasta. Por isso, no fim, Olivares teve a ideia de um truque sujo para implicar os catalães: atacar os franceses pelos Pirenéus catalães. Mas o plano saiu-lhe furado, porque as tropas reais e os camponeses catalães deram-se muito mal – ninguém gosta que lhe roubem o gado e lhe apalpem a mulher -, e aquilo acabou à pancada."

como atrás já se indicou, a disputa pela Colónia do Sacramento e a implicação do Tratado de Tordesilhas. Seria longa a negociação, mas há neste tratado um reconhecimento do rei de Portugal pelo monarca espanhol.

O envio de um pedido de desculpas pela invasão espanhola, a tentativa de resolução do problema por via diplomática, a apreciação da ciência à altura existente para a verificação da linha de partilha, levam a que se possa considerar que está aqui, depois de 80 anos de uma visão "espanholocêntrica" das propriedades ultramarinas, o regresso à inviolável determinação dos territórios da América do Sul onde Portugal estava presente.

Deve dizer-se que o Tratado Provisional de 1681 se sustenta numa visão cartográfica errada. Mas tal circunstância, que mais tarde se viria a confessar, não foi suficiente para que Portugal cedesse nas suas pretensões.

A divergência que se mantinha, apesar de Espanha ter devolvido Sacramento em 1683, obrigou a um pedido de mediação por parte do papa Inocêncio XI. Este não haveria de se pronunciar, mas só o facto de os reinos ibéricos terem aceitado a mediação papal significa que se caminhava para uma solução diplomática que passados sete anos chegaria.

Se a Colónia do Sacramento havia permitido uma relação progressiva de confiança entre chancelarias, tal não seria suficiente para a leitura geopolítica que o Tratado de 1668 ofereceria. Por isso haveria de ser também Inglaterra a consagrar o papel decisivo para a paz de Lisboa de 1668 com o envio de diplomatas, entre 1660 e 1667, que prepararam o texto português.

A questão que se afigura relevante para esta investigação mantém-se. Portugal deixava de integrar o império dos Filipes, mas conseguiria refundar-se com a aura de um império? Tinha condições estruturais (população, recursos financeiros, competências de gestão) para recompor o seu espaço ultramarino?

Perante uma nova etapa em que se afirmava protocolarmente de igual para igual com os reinos unidos de Castela e Aragão, a resposta poderia ser positiva. Mas seria simplificar muito a questão. Portugal não venceria o largo tempo de subordinação. No oriente, como já se disse, a presença lusa ficaria muito diminuída e, olhando o equilíbrio dos gastos públicos, sempre deficitária; no Brasil consagrava-se o princípio do "coronelismo", recusando-se uma unidade política e uma administração integral.

Pouco tinha passado sobre a aclamação de João IV, em 1640, e nascia na Europa uma nova ordem internacional fundada nos tratados de 1648 de Múnster e Osnabruck. A

Paz de Vestfália assumia uma juvenil realidade que importa analisar para se conhecer o papel de Portugal e dos seus territórios ultramarinos, uma vez que nos signatários ainda não se afirma a nova realidade política da Restauração. Até à Guerra da Sucessão, depois da morte de Carlos II em 1700, Portugal praticamente não existiria em termos institucionais no concerto das nações europeias.

Em 1703 assiste-se à assinatura dos Tratados de Lisboa e de Methuen. Poder-se-á considerar que estes tratados dariam um novo estatuto a Portugal. Em boa verdade tal parecia, uma vez que um deles havia sido assinado por D. Pedro II, a Rainha Ana de Inglaterra e os Estados Gerais dos Países Baixos; e o outro, pelo monarca português, pelo Imperador Leopoldo de Áustria, a Rainha Ana e os Estados Gerais (Castro, 1856 - 1858, pp. 158 ss).

Porém, mais não se tratou do que o mero uso do território português como base e a utilização das forças expedicionárias portuguesas agora armadas e financiadas por holandeses e ingleses. Não haviam passado oito anos e já se assistia a uma outra aliança entre Inglaterra e França que fazia desmerecer os tratados de 1703 (Magalhães, 1990, pp: 95 - 98).

É tal a situação que o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça, em conferência diplomática, afirmava o que: "(…) há tanto tempo receavam: que a Inglaterra só cuidava na sua paz, sem consideração alguma por interesses dos demais aliados; e ainda que estes se unam para continuar a guerra, a tenho por impraticável (…)" (Brazão, 1938, pág. 246).

Não é menos relevante, para esta investigação, o tempo que se está a analisar. Retorna aqui a visão de Espanha enquanto elemento central de um novo período histórico, a reconfirmação do império de Carlos V agora na figura do arquiduque Carlos. Daí ser pertinente um acordo com França para que Portugal se não mantivesse um eterno satélite de Inglaterra. Mas também porque abria a porta a um novo e definitivo pacto de reconhecimento bilateral entre Portugal e Espanha, consagrando a equiparação diplomática das partes sempre pendente desde 1640.

Porém, Espanha mantinha e reforçava a sua dimensão de império multiterritorial, multifuncional e multilateral (Álvarez, 1999) e Portugal olhava a necessidade de uma refundação da sua pertença de mundo espalhada pelos outros continentes. A União Ibérica havia depauperado, como já atrás se indiciou, a armada lusa, a capacidade de administração dos territórios ultramarinos era insignificante, o abastecimento da metrópole dependia em muito dos ingleses, os holandeses haviam ganhado presença em

parte do território do Brasil e determinavam os preços e a qualidade das exportações do açúcar. Todas estas circunstâncias acentuavam a pulverização do poder e o caudilhismo.

Confirma-se a importância dos bandeirantes que, negando a administração portuguesa e a lei, seguindo um comportamento saqueador e temerário[271], romperam vastas áreas, construíram novas vilas e iniciaram rotas comerciais internas sem terem rei ou reino, sem notarem qualquer sentido de império ou de subordinação a um qualquer imperador, mesmo o imperador dos céus[272]. Pamplona (pp: 171 - 172) escreve: "As grandes bandeiras eram expedições formidáveis que, partindo de S. Vicente, não só alargaram os extensos territórios da monarquia, como abriram a fase da riqueza pela exploração de minas. Em 1628, preparava António Raposo em S. Paulo uma das mais poderosas bandeiras e das mais devastadoras que se conhecem. Partiu em meados de setembro. Em ponto conveniente do sertão estabeleceu arraial, donde começou a expedir, contra os vários povoados, as suas tremendas quadrilhas." E ainda: "Atacaram-se aldeamentos protegidos pelos jesuítas, apesar dos enérgicos protestos destes." e "Nesta investida logrou Raposo capturar cerca de três mil homens, que foram enviados para S. Paulo, a fim de trabalharem como escravos na cultura sacarina."

A pergunta que importa fazer é a seguinte: que relação tem este novo tempo de construção do Brasil para a análise dos tratados ibéricos como marcas decisivas para a consideração de império? A resposta apresenta-se simples: não bastaram os tratados de reconhecimento de Portugal e de normalização das relações com Espanha para que se tivesse condições de afirmar esse tal império. Neste tempo já se havia garantido a presença decisiva de Inglaterra e Holanda nos mercados e na construção de empórios e impérios mais substantivos, uma outra ordem internacional estava em marcha e Portugal havia ficado atracado às implicações que sempre resultaram da relação de interdependência com Espanha.

[271] Em *Compendio de História de Portugal* (1950, pp: 321-322), António G. Mattoso escreve: "Os bandeirantes foram aventureiros do interior, para onde partiam à caça de índios e em busca de metais preciosos." A consagração da irracionalidade dos indígenas foi central do ensino da História durante o Estado Novo e mantém presença no debate atual sobre o racismo.

[272] Sobre as viagens de exploração do território brasileiro ver o site Atlas dos Viajantes no Brasil. ver em: https://viajantes.bbm.usp.br, último acesso em 13 de outubro de 2022.

3.2.2.2. As Constituições e o caminho para o fim do Império

O tempo social, económico, filosófico, literário e, essencialmente, político do final do século XVIII e início do século XIX marcou, até hoje, a Humanidade.

A Revolução Francesa foi, talvez, o grande marco na construção de um planeta progressivamente livre onde cada ser tivesse condições para se assumir em plenitude.

A revolução industrial e o capitalismo deram outro contributo para esse caminho e não se pode negar, independentemente do campo ideológico do observador, a importância do movimento socialista, já na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX, para outras e novas conquistas sociais.

Nas bases deste processo imparável estava o fim de sociedades que ainda se poderiam considerar feudais que marcavam os cargos públicos, as posições de relevo social, a impenetrabilidade no direito à propriedade e até o cerceamento no acesso à administração da justiça e ao comandamento de forças militares.

O ente que nascia respondia, portanto, à garantia de direitos fundamentais baseados na lei, geral e abstrata, que não tinha sido conseguida durante o absolutismo iluminado e que agora formatava o estado liberal. A vontade do soberano extinguia-se e nascia a vontade geral.

A história como hoje se constrói, a sociologia ou a antropologia, a geografia ou a ciência política, mesmo a ciência das relações internacionais, em suma, a construção do universo das ciências sociais, seguindo Bonifácio, assenta nos movimentos que se fundaram em volta dessas primeiras referências, mesmo que não lhe sejam unicamente devedores.

O questionamento da governação dos povos, principalmente os de matriz ocidental, a relativização do papel temporal e intemporal das monarquias, a relação entre componentes das sociedades nas suas interdependências, não tarde obrigariam à necessidade de sistemas jurídicos inovadores, a uma outra realidade em que o poder assentaria na nação (mesmo no povo) e já não, e unicamente, na divindade transmitida ou outorgada por um Deus. Entra-se na era das Constituições políticas que vigora até hoje e que marca a vida dos Estados, período que também é central nesta análise.

3.2.2.2.1. As aflorações constitucionais

Vital Moreira e José Domingues, na sua mais recente obra *História Constitucional Portuguesa*, consideram a existência de duas aflorações constitucionais prévias ao texto constitucional de 1822.

A primeira dessas aflorações situa-se na relação contratual entre Filipe II de Espanha e os portugueses no "compromisso" de Tomar que já antes se tratou.

Ao replicarem a consideração de John Eliot sobre os "Estados Compósitos", Moreira e Domingues afirmam que se está perante uma monarquia compósita que se assemelha, mesmo que de forma arcaica, a um modelo federal (2020, pp: 537 - 540).

Os autores não consideram a integração de Portugal no império espanhol. Seguem, aliás, a historiografia mais tradicional que a fixa no universo de uma monarquia dual[273].

Acontece que para o que interessa a esta investigação, Tomar não revela um ente para-constitucional com as marcas que as implicações que a Revolução Francesa e o alastramento das ideias liberais vieram a determinar.

A segunda das aflorações é a que se prende com a consagração, por João VI, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1815.

Já passou tempo significativo desde a integração ibérica e na vigência de uma reivindicação muito assinalável de uma outra natureza de regime. Dizem (pp: 352 - 561) que o Brasil e o seu inevitável caminho para a independência eram influenciados pelo nascimento dos Estados Unidos da América em 1776 e da ratificação da sua Constituição em 1788, e pelas convulsões internas de que se destaca a Inconfidência Mineira em 1789.

Não menos relevante se afirmava o início do processo de independência dos territórios americanos sob jurisdição espanhola. Em boa verdade, quando a família real portuguesa se encontra no Brasil, na sequência das invasões francesas, a Espanha americana expunha vastos sinais de desagregação. A independência do Haiti em 1804, da Colômbia e do México em 1810, do Paraguai e da Venezuela em 1811, da Argentina em 1816, do Chile em 1818, da Costa Rica, de El Salvador, da Guatemala, das Honduras, da Nicarágua e do Peru em 1821 e, por fim, do Equador em 1822, enquadram, negando, a homologação real de um império com dois reinos sob a autoridade do monarca português.

[273] É outra a visão espanhola da relação de Portugal com o Império de Filipe II. Para Ruiz (2020, pp: 297-300) Portugal foi anexado pela Monarquia Hispânica, no que considera ter sido a "Batalha Atlântica". E é também Ruiz quem nos diz dos eixos estratégicos da política de defesa e de navegação de Filipe II – Península Ibérica, Mediterrâneo, Caribe, Filipinas (pp: 341-357), dando pouca atenção à realidade oriental portuguesa que sofreria forte revés durante a dinastia dos Filipes.

A "cédula de nascimento" do Brasil independente não é, por isso, a que D. Pedro I vem a representar, mas sim a confirmação de D. João VI em 16 de dezembro de 1815, dois anos depois do processo que haveria de levar à Constituição de Cádis precursora da Constituição de 1822.

A tentativa de se considerar o novo Reino Unido como ser imperial, mimetismo do Reino Unido britânico, mas bi-continental, afigurava-se irreal. Porque o território da metrópole se encontrava na dependência de uma potência estrangeira; porque os territórios de bandeira portuguesa em África se afirmavam irrelevantes no "ser império"; porque a consideração do Reino dos Algarves decorria de uma herança histórica que nem mesmo a Constituição da República Portuguesa de 1911 veio a relevar.

Estas duas considerações pré-constitucionais, com bonomia assumidas por Moreira & Domingues, registando-se como base arcaica do percurso criativo de leis magnas, não concedem sequer linhas ténues de uma visão de império.

3.2.2.2.2. Cádis 1812 e Lisboa 1822

A circunstância política dos primeiros anos do século XIX, em Espanha e em Portugal, assentava em três elementos: o primeiro elemento implicado pelas novas ideias que de França alastravam; o segundo provocado pelas invasões francesas e pelas realidades governativas que delas resultaram no território ibérico; o terceiro ligado à emergência de um processo de cessação que, tanto para Espanha como para Portugal, haveria de determinar as independências dos territórios americanos que ambos os Estados ainda mantinham na sua esfera.

Soromenho-Marques diz bem da dimensão europeia dos novos tempos e das ambições dos deputados constituintes. Uma "(…) sociedade de cidadãos livres, abertos ao diálogo e sensíveis aos argumentos racionais (…)" que estava votada ao fracasso porque o Portugal ideal que queriam atingir, uma espécie de antecipação do conceito de auditório universal de Chaim Perelman[274], seria completamente impossível de vislumbrar perante um povo, ou povos, esmagados pela pobreza, obscurecidos pelo analfabetismo,

[274] Em *Interpretando o auditório universal de Perelman: Gross versus Crosswhite*, de Charlotte Jørgensen, 2019. Ver em: https://tinyurl.com/y6tzzu8n, último acesso em 13 de outubro de 2022.

amarrados pelo caciquismo e vencidos pela superstição de um país rural, provinciano e boçal (1998, pág. 5).

A análise que agora se faz não se liga com todo esse excitativo período histórico. Seria, aliás, um trabalho ciclópico que não se compaginaria com o tema e o âmbito desta investigação e nem sequer com qualquer tese doutoral nos termos e nos contextos que atualmente existem.

Para este capítulo entende-se promover uma ponderação sobre os textos constitucionais que vigoraram praticamente nos últimos dois séculos do segundo milénio em Portugal e deles retirar o que de importante dizia respeito (forma ou espírito) a esse tal império.

A observação desenvolvida poderia limitar-se, unicamente, aos textos constitucionais de 1822, 1826, 1838, 1911, 1933 e 1976. Os três primeiros que se determinaram ainda na dinastia de Bragança, a última, e os restantes que assinalam a primeira república, a república corporativa e a terceira república.

Acontece que a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822 tem, no espaço ibérico, uma siamesa, uma outra constituição, relevante e determinante, também vigorante por intervalos e de acordo com as difíceis condições em que sempre se fazem as transições, ou, pelos *Annales* de Bloch, Febvre, Braudel ou Godinho, as transformações estruturais.

Essa, a tal consagração espanhola prestidigitadora da primeira portuguesa, virá a ser batizada de Constituição de Cádis e aprovada em 18 de março de 1812. A de Lisboa, haveria de entrar em vigor a partir de 23 de setembro de 1822.

Olhe-se agora para os dois textos constitucionais para se escalpelizarem na perspetiva dos tais possíveis impérios espanhol e português.

No capítulo primeiro da espanhola considera-se a universalidade da pertença. A nação era a reunião de todos os espanhóis de ambos os hemisférios. E logo no artigo 5º era dito quem eram esses espanhóis – homens livres nascidos ou chegados das Espanhas aos territórios e todos os seus filhos, os estrangeiros reconhecidos, os outros chegados há mais de dez anos e os que mesmo não tenham chegado livres adquiram essa liberdade nos territórios espanhóis.

A constituição de 1822 das cortes portuguesas não difere em muito da anterior proclamação. A Nação portuguesa é a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios. Mas como bem diz Hespanha (2012, pág. 491), os "(…) estudos empíricos dos universos eleitorais mostram como aquela enorme nação bi-hemisférica de que fala

o art.º 20 se reduz, no momento de falar politicamente, a um grupo social que, nos seus traços essenciais (…) corresponde ao mundo político do Antigo Regime".

Tal se pode comprovar também no artigo 21º onde é determinado o enquadramento da cidadania portuguesa – filhos de pai português nascidos no Reino Unido[275] ou que vieram a estabelecer domicílio no reino; os filhos ilegítimos de mãe portuguesa e nascidos no Reino Unido; os existentes em qualquer parte do Reino Unido filhos de pais incógnitos; os escravos que alcançaram carta de alforria. Os filhos de pais estrangeiros que, nascendo no Reino Unido, queiram ser portugueses chegados à maioridade e os estrangeiros a quem foi concedida a naturalização[276].

Os desatentos poderão considerar que as normas são semelhantes, mas não são. Tanto Cádis como Lisboa desconsideram os indígenas no contexto global da cidadania. Mas Espanha já não se fica, no que aos escravos, muitos e em muitos territórios, diz respeito, pela sua consideração enquanto "não livres" nem os segrega na necessidade de carta de alforria.[277]

Compreende-se que assim seja. A economia brasileira continuava, ainda no início do século XIX, a ter como elemento central o esclavagismo, tema fraturante nos diversos poderes reais e fáticos que o Brasil sempre comportou desde a instalação dos portugueses.

O território, assim diz o artigo 10º do texto espanhol, é só um, mas repartido em quatro universos. Na península ibérica estavam presentes Aragão, Astúrias, Castela Velha, Castela Nova, Catalunha, Córdoba, Estremadura, Galiza, Granada, Jaén, Leão, Molina, Múrcia, Navarra, o País Basco, Sevilha, Valencia, as ilhas Baleares e Canárias e as possessões africanas. Na América setentrional, considerada como Nova Espanha, incluía a Nova Galiza, a Península de Yucatán, Guatemala, Cuba e ilhas próximas, Porto Rico e ilhas próximas, a parte da Ilha de Santo Domingo e os territórios provinciais internos de Ocidente e Oriente. O território espanhol na América meridional inseria Nova Granada, Venezuela, Perú, Chile, Províncias do Rio da Prata e todas as ilhas adjacentes

[275] Portugal, Brasil e Algarves.

[276] O debate sobre esta norma constitucional provocaria forte irritação na delegação de constituintes brasileiros. Esta primeira proclamação negava a "carta de missão" com que haviam chegado no dia 11 de fevereiro de 1822.

[277][277] Moreira e Domingues, no seu livro de 2018 "Os projetos da Constituição Portuguesa de 1822, fazem acompanhar o debate parlamentar com um problema que ainda hoje, com a questão relevante dos sefarditas na Lei da Nacionalidade, se mantém viva. A distinção/oscilação entre *jus sanguinis* e *jus solis* campeou entre a primeira consagração nos textos de 1822 e 1838 e a segunda no texto de 1826.

Não é irrelevante tal discussão perante os direitos dos portugueses do Brasil e das Índias, mas afirmava-se completamente ausente a consideração dos indígenas de todos os territórios e, em especial, os que tendo legalmente visto cessar a sua condição de escravos se garantiam, para sobreviver, nessa prorrogação do estatuto "original".

No longo estudo sobre várias iniciativas apresentadas, Vital e Domingues dizem-nos (ou não nos dizem) muito sobre os trabalhos constituintes e os territórios ultramarinos. A insuficiência de uma leitura sobre o seu enquadramento, sobre as consequências da "fuga" da Coroa para o Brasil e o inevitável processo de autodeterminação não respiram na análise completa e complexa que os dois académicos coordenaram.

no Pacífico e no Atlântico. Por fim, na Ásia as Filipinas e as ilhas que delas dependiam. Não esquecer as já confirmadas independências do Haiti em 1804, da Colômbia e do México em 1810, do Paraguai e da Venezuela em 1811.

Os constituintes portugueses já seriam versados na discussão constitucional espanhola da década anterior. É, pois, incongruente a consideração dada à nação portuguesa enquanto território a que deram a designação de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Na Europa o reino de Portugal observaria as províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo, ilhas adjacentes da Madeira, Porto Santo e Açores. Era ainda incluído na referência a províncias, o reino do Algarve, uma menorização histórica e simbólica que se afirmava incompreensível dada a designação do Reino Unido.

Na América, o reino do Brasil compreendia as províncias do Pará e Rio Negro, Maranhão, Piauchi, Rio Grande do Norte, Ceará, Parahiba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergippe, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiaz, Mato Grosso, as Ilhas de Fernando de Noronha e Trindade e as que forem consideradas adjacentes.

Na análise sobre os territórios africanos e asiáticos não se consideram estes como sendo unidades administrativas, unicamente locais e dependências. Confirma-se, assim, passados três séculos, a ausência de uma política ultramarina consistente e reveladora de "poder de domínio".

Na costa atlântica, a identificação de Bissau e Chacheu, o forte de S. João Batista de Ajudá, Angola, Benguella e suas dependências, Cabinda e Molembo, as ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e dependências confirmava a desconsideração constitucional e demonstrava uma insuficiente leitura de profundidade no território e uma litoralização da bandeira.

Na costa oriental eram referidos territórios e pontos de presença de Moçambique, Rio de Senna, Sofala, Inhambane, Quelimane e as Ilhas de Cabo Delgado, seguindo-se o mesmo princípio da não afirmação territorial em profundidade.

Com a redação desta norma expõem-se três elementos relevantes: a derradeira tentativa de manter o Brasil no universo da coroa portuguesa; a repartição provincial do território português europeu e do território ainda português na América; e a identificação, sem tipificação constitucional relevante, dos restantes territórios em África e na Ásia. Um caminho oposto ao seguido pelos espanhóis na sua visão de poderio político, económico

e militar com um centro único. Pode dizer-se que aqui está a consideração do verdadeiro sentir de império (espanhol) e o seu oposto no lado português.

O olhar sobre as cortes, a sua organização e funcionamento, é profundamente inovador nesta nova constituição espanhola. "A base para a representação nacional é a mesma em ambos os hemisférios" e o universo referido era a população composta pelos naturais ou naturalizados em todos os domínios.

Um passo determinante no equilíbrio parlamentar através do território advinha do facto de cada universo de "70 mil almas" eleger, através de um sistema de representação indireta e como regra geral, um deputado. A eleição decorreria com uma organização através de juntas de paróquia, de partido ou de província, em todos os territórios da mesma forma[278].

O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves segue por um caminho de não equilíbrio entre territórios. Não há dotações mínimas universais e as que se inscreviam (artigo 37º) não relevavam na proporcionalidade (um círculo com 180 mil eleitores elegeria seis deputados e um de 80 elegeria três) e os Açores, com três divisões num total de seis deputados[279].

Acontece que em Cádis se determinou o princípio geral aplicado a todos os territórios e em Lisboa a constituição revelou-se um fracasso nesse aspeto. Não será a constituição a determinar o número de deputados a eleger pelo Brasil, mas a lei comum, circunstância que resultou da total inadmissibilidade de se constituírem as cortes do reino onde os deputados em número, fora do território europeu, fossem maioritários. Estava-se perante a norma que faria levantar a emergente elite política brasileira e a atribuição de mais um argumento para a independência[280].

Das competências que as novas cortes espanholas garantiam para si através do artigo 131º, estava a mais relevante das matérias financeiras: "(…) aprovar a repartição das contribuições entre as províncias (…) ". Esta norma construía, em terceiro termo (1º igualdade civil dos espanhóis onde estivessem; 2º igualdade dos territórios na

[278] O artigo 110º da Constituição de Cadiz traz-nos para o tempo atual e para a limitação dos mandatos. Nele se dizia *"Los Diputados no podrán volver a ser elegidos, sino mediando otra Diputación." No mesmo universo de discussões atuais importa relevar o espírito inovador dos constituintes de 1812 quando escrevem no artigo 129º "Durante el tiempo de su Deputacion, contado para este efecto desde que el nombramento conste en la permanente Cortes, no podrán los Diputados adminitir para sí, ni solicitar para outro, empleo alguno de provisión del Rey, ni aum ascenso, como no sea e escala en respectiva carrera."*

[279] A Constituição espanhola de 1812 limita a um mandato o exercício da função parlamentar; a constituição portuguesa de 1822 não limita a reeleição permanente dos deputados (artigo 36º).

[280] O artigo 38º da Constituição de 1822, na determinação dos círculos eleitorais, regressa a uma consideração que se apresenta em inúmeras referências históricas – o reino de Angola. Acontece que todo o texto a repudia, o que nos leva a considerar que se tratou de um preciosismo do redator da norma que não obteve atenção na leitura final do texto constitucional.

representação eleitoral), a discussão e a sindicância orçamental dos recursos pelos territórios. Os portugueses limitaram-se, no seu artigo 103º, a uma singela referência "Fixar anualmente os impostos e as despesas públicas; repartir a contribuição direta pelos distritos das juntas administrativas; fiscalizar o emprego das rendas públicas e as contas da sua receita e despesa".

A ponderação legislativa e política dos constituintes assentou em pormenores que demonstram a valorização pluricontinental dos espanhóis e dos seus territórios. A organização, por ser obrigatória tendo em conta a dimensão do Estado e as distâncias para as reuniões plenárias, de uma deputação permanente (artigo 157º e seguintes) seria composta obrigatoriamente por sete indivíduos, três da Europa e três do Ultramar e ainda um sorteado, à vez, nos universos territoriais referidos. No Portugal pós Constituição de 1822, até pela ausência de consolidação do número de parlamentares que integrariam as cortes, o funcionamento parlamentar, apesar de revelar um certo mimetismo na construção da deputação permanente (artigo 117º), nunca haveria de se consagrar no funcionamento pleno.

Quando se olha a consideração que o Título IV do texto constitucional de Cádis, enformando a autoridade e a simbologia do monarca, regressa-se às Espanhas de Isabel e Fernando – Majestades Católicas. Não é menor a dimensão histórica e a posição diplomática desta consideração. Como também não é menor a previsão, agora no artigo 172º, que encerra a possibilidade de cedência, permuta ou oferta de qualquer parte do território ou realizar acordos de comércio com qualquer outra potência ou nação sem o consentimento das cortes.

A leitura constitucional do monarca português revela-se na consideração de – Majestade Fidelíssima. Bem se sabe do tempo e do modo desta consideração tardia e da menorização que a Santa Sé dela fez no instante da sua aceitação. Não decorre de uma consideração católica universal, advém dos benefícios remetidos ao Vaticano.

Em Cádis restavam ainda alguns sinais de visão absoluta da Ibéria. No artigo 222º, onde se consagra a existência de um Secretário de Despacho (ministro) para a Governação do Reino no Ultramar, o que se compreende dado o espírito unitário do território constitucionalmente consagrado, é também previsto um Secretário de Despacho para a Governação do Reino para a Península e ilhas adjacentes sem as referir. Os espanhóis nunca abandonam, mesmo na constituinte, a leitura imperial sobre a Ibéria.

O artigo 157º do texto fundamental português de 1822, no que contende com a organização do governo, contempla seis Secretários de Estado, a saber: Negócios do

Reino, Justiça, Fazenda, Guerra, Marinha e Estrangeiros. Esta previsão advém da visão global que os deputados assumiam do tal Império Português. O Brasil, agora co-reino, teria uma governação própria e prevista no Capítulo II, que se afastava do princípio democrático que a nova Constituição tentava envergonhadamente instituir.

O poder executivo do reino do Brasil ficaria constitucionalmente dependente do poder arbitrário do Rei; essa regência podia determinar a ação política e administrativa em todo ou em parte do território, ficando também essa circunstância na livre opção do monarca; as cortes não interfeririam nos negócios do reino do Brasil. Findava aqui, em quatro artigos, o reino unido e mantinha-se, do outro lado do Atlântico, o poder absoluto do rei – uma Constituição, dois sistemas (Moreira, 2019, pp: 50 - 57).

Suanzes-Carpegna (2010, pp: 237 - 274) diz bem do espírito das elites brasileiras perante o texto final da Constituição. As concessões não foram suficientes para as expectativas dos deputados brasileiros, que exigiam que o texto constitucional estabelecesse uma assembleia parlamentária para o Brasil, mas sem afetar a participação nas Cortes, onde continuariam debatendo os assuntos comuns aos dois reinos. Uma exigência que foi rechaçada pelos deputados da metrópole. Essa negativa acelerou o processo independentista, estimula homens como José Bonifácio de Andrada e Silva a agir politicamente junto do universo do Infante D. Pedro (Alexandre, 2008, pp: 98 - 100).

Andrada e Silva e a sua bancada haveriam mesmo de ser confrontados pelo deputado Corrêa de Castro, em 21 de setembro de 1822, presente enquanto mandatário de Angola, que resume o que uma parte significativa dos constituintes pensava. "Não me desobrigo, porém, de fazer reparo ao que alguns ilustres preopinantes têm avançado, quando querendo exagerar a grande consideração em que se deve ter o Brasil, asseverarão que fora dele tudo são meras feitorias, que mal podem entrar em formação da monarquia portuguesa etc. Quanto ao reino de Angola, de que tenho a honra de ser representante, eu confiadamente digo, que não convenho em tal. Muito antes que o Sr. Rei D. João VI outorgasse ao Brasil a categoria do reino, Angola já gozava deste título e desta proeminência. Os seus melhores governadores, sempre tiveram mais autoridade, maiores poderes, do que os do Brasil, só eram equiparados ao Vice-Rei do Estado da Índia, quando ainda mesmo não havia um Vice-Rei no Brasil" (Castro, 2002, pp: 550 - 565).

Mesmo neste enquadramento e no seguimento do desempenho dos constituintes, o sentimento separatista tinha-se fortalecido a partir da instalação da Corte no Rio de Janeiro, já que efetivou o fim do monopólio do comércio com Lisboa e, portanto, a rutura económica com a antiga metrópole. Concomitantemente se criavam outras ligações com

Inglaterra e com os Estados Unidos. E mais diz Castro, como que a negar a primeira e única possibilidade de se considerar um possível Império Português: "(…) burguesia mercantil e profissional, devido ao seu radicalismo, instigou a aversão à Coroa (…)", muito influenciadas pelos novos ventos que de França alastravam.

Continuando a olhar os textos constitucionais e seguindo o princípio da unicidade, o artigo 258º de Cádis é claro ao determinar que os códigos civil, criminal e de comércio deviam ser os mesmos para todos os territórios.[281] O mesmo não resulta do Título V da Constituição de 1922. Esta limita-se a uma visão instrumental, a procedimentos mínimos, à tradicional visão majestática onde a lei pode não ser igual para todos. Os códigos não inserem prioridade nem nascem como previsão e aplicação universal.

No Capítulo III do Título VI da Constituição de 1822 os deputados constituintes também se debruçaram sobre a fazenda nacional. As normas determinam dois princípios obrigatórios: dependência completa do rei de todo o aparato tributário (artigo 229º); mera previsão de fiscalização por parte do Governo (artigo 234º). As Espanhas passavam, em Cádis, a uma visão moderna da Fazenda. Unitária na arrecadação; proporcional na distribuição; sindicada parlamentarmente; organizada por um aparato administrativo moderno. O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves mantinha a estrutura desconexa, desregrada e não sufragada da arrecadação dos tributos e dos gastos públicos[282].

Já a chegar ao termo do texto constitucional espanhol aborda-se a universalidade da instrução pública. Em todos os povos haverá escolas de primeiras letras e devem ser criadas universidades, em número adequado, para o ensino de todas as ciências, literatura e belas artes. O plano geral de educação deveria ser uniforme para todo o reino. Isto é consagrado pelos constituintes espanhóis.

Também a Constituição portuguesa de 1822 encerra o seu texto (Capítulo IV) com o universo da instrução pública a que lhe soma a caridade. "Em todos os lugares do reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade

[281] A lei constitucional consagra a possibilidade de variações tendo em conta realidades específicas e sempre por determinação das Cortes.

[282] Tomás Brandão Macedo, 2015, in *Perspetivas Políticas e Jurídicas Acerca do Brasil nas Cortes Constituintes de 1821-1822*, Universidade de Coimbra, desenvolve, cuidadosamente, o labor dos constituintes sobre a forma como se haveria de consagrar o Reino Unido. Diz-nos que a cada passo os interesses dos deputados brasileiros foi submergindo e entre uma inicial ideia de criação de "dois reinos" com estruturas políticas, administrativas e judiciais, e o texto final onde se observava a total dependência colonial do Brasil se esfumaram todas as ambições iniciais das elites políticas do Brasil. No mesmo sentido se desenvolveria a discussão sobre o Projeto de Relações Comerciais entre os "reinos de Portugal, Brasil e Algarves, que "somente permitiria a navegação e a cabotagem a navios de fabricação portuguesa ou de propriedade portuguesa. Estava clara a posição dos parlamentares portugueses de Lisboa que sustentavam o prejuízo das rendas públicas em oposição aos que, como Ribeiro de Andrada, estimava a proposta como um "odioso exclusivo colonial" (pp. 31-45).

portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis".

Se os espanhóis se atrevem a considerar a criação de universidades, em número adequado, os portugueses nesse passo não reconhecem valor. Dão, porém, atenção à ancestral visão caritativa, em especial das que se destinarem a soldados e marinheiros inválidos.

Por último e regressando à questão dos direitos individuais na redação de Cádis. No artigo 22º, ainda que de forma ardilosa, o texto constitucional compreende "os cidadãos que, de qualquer forma, são conhecidos e referidos como originários de África, fica aberta a porta da virtude e do merecimento para serem considerados cidadãos". As cortes concederiam, através de lei própria, carta de cidadão a todos os que se tivessem revelado nos serviços qualificados à Pátria, os que se distinguissem pelo seu talento, aplicação e conduta, com condição de que fossem filhos legítimos de matrimónio de pais conhecidos, estarem casados com mulher proba, que exercessem profissão ou fossem industriais com capital próprio. Era, esta a abordagem esquinada sobre os milhões de escravos de várias gerações que se mantinham à margem do novo direito constitucional.

Do mesmo modo, a primeira constituição portuguesa circunda a questão dos escravos e dos indígenas. Se quanto aos primeiros se considera que são cidadãos os que obtiverem carta de alforria e se confirma em parte no artigo 5º "A lei é igual para todos. Não se deve, portanto, tolerar privilégios do foro nas causas civis ou crimes, nem comissões especiais", logo se segue a não inclusão das "(…) causas, que pela sua natureza, pertencem a juízos particulares, na conformidade das leis (…)" e nestas a propriedade dos escravos e o seu negócio.

Apesar de tudo, para benefício da ponderação do legislador, há outra preocupação com velhos e inumanos comportamentos. O artigo 11º determina: "Toda a pena deve ser proporcionada ao delito: e nenhuma passará da pessoa do delinquente. Fica abolida a tortura, a confiscação de bens, a infâmia, os açoites, o baraço e pregão, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis ou infamantes." Mesmo assim, os indígenas continuavam a não integrar o universo mínimo dos preceitos constitucionais. A eles se dedica uma única referência na caridade do artigo 240º ao conceder-lhes a proteção divina em conjunto com os expostos.

A primeira Constituição portuguesa, com data de 23 de setembro de 1822, é subscrita por 141 deputados. Desses, 102 representavam o território europeu e as ilhas da

Madeira, Porto Santo e Açores; 36 advinham dos territórios brasileiros; um representava Angola e, por último, dois parlamentares se referenciavam como de Cabo Verde.

A metrópole havia sido invadida pelos exércitos napoleónicos e restado protetorado inglês. A corte exilara-se no Brasil e acomodara-se questionando o regresso. Mesmo neste enquadramento o imenso território e população brasileiros não alcançavam muito mais que um terço dos artesãos da lei nascente.

Do Estado Português da Índia, essa permanente presença no imaginário imperial, não houve clérigo, comerciante ou nobre de sangue ou de posição que aportasse a Lisboa. Da parte oriental de África os territórios serviam de entreposto. A palavra império não sobra em norma alguma.

Não seria só o decurso do processo de elaboração da Constituição a determinar a progressiva emancipação de D. Pedro. Em 3 de junho, por decreto, haveria de convocar os brasileiros para a existência de uma Assembleia Constituinte e Legislativa, dizendo que seria muito importante a integridade da monarquia portuguesa e o justo decoro do Brasil. Mais dizia que esta entidade estava investida de soberania e que deveria ponderar a construção das bases de uma independência que a própria natureza havia determinado.

Em agosto de 1822 ainda existiria uma tentativa última de se garantir o simbolismo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, mas no dia 7 de setembro D. Pedro reclama: *Independência ou Morte*.

3.2.2.2.3 De 1822 a 1911

Regressa-se agora a Portugal sem mais confrontos legislativos. A Carta Constitucional de 1826 tem suscitado debate sobre a sua inclusão no panteão dos textos constitucionais. Em boa verdade, olhada sob o ponto de vista do seu nascimento, mais não é do que uma "ordenação" constitucional, mesmo que se disponha, seguindo o património normativo aberto em 1822, a determinar o funcionamento das instituições do reino, a definir os direitos, liberdades e garantias e, ainda, a determinar a articulação dos diversos poderes.

O "decreto" de D. Pedro é bem elucidativo da vertigem dos anos que se seguiram ao regresso de D. João VI a Lisboa. Este primogénito é já imperador de um Brasil independente, e afirma-se agora rei de Portugal e dos Algarves numa leitura de transição para a sua filha e rainha D. Maria II que se consagra no artigo 5º da Carta – "Continua a

Dinastia Reinante da Sereníssima Casa de Bragança na Pessoa da Senhora Princesa Dona Maria da Glória, pela abdicação e cessão do Seu Augusto Pai o Senhor Dom Pedro I, Imperador do Brasil, Legítimo Herdeiro e sucessor do Senhor Dom João VI".

O império retira-se da consideração dos reinos de Portugal, Brasil e Algarves para se voltar a considerar como que uma outra talassocracia[283], agora de dimensões muito reduzidas e sem qualquer utilidade na consideração internacional e na componente mercantil.

Na Ásia já só sobrava Timor, Goa, Damão e Diu, Salsete e Bardez, as ilhas de Solor e Macau. O texto é precioso na consideração de Macau ao inscrevê-lo enquanto "estabelecimento", separando-o da leitura expansionista e autorizando uma relação especial com a China.

Em África compreendia-se Bissau e Cacheu, a Costa da Mina que integrava o Forte de S. João Baptista de Ajudá, Angola, Benguela, Cabinda e Molembo e as Ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Na Costa Oriental a identificação era feita por partes ainda não agregadas num território único – Moçambique, Rio de Senna, Sofala, Inhambane, Quelimane e as ilhas de Cabo Delgado.

Não é possível deixar de considerar a dimensão psicológica desta Carta. O Brasil, integrante do imaginário imperial português desde 1500, afirma-se agora um novo império, nascido que foi das diversas realidades políticas e territoriais que a sua dimensão continental lhe concedeu.

A determinação de uma participação do poder legislativo em duas Câmaras, a redução significativa de atribuições e competências que o Título IV da Carta desenvolve, faz revir ao rei um conjunto de poderes que em 1822 lhe haviam sido subtraídos. Fixam-se, nesta, a determinação dos impostos e a dimensão dos recrutamentos, mas passa para a Câmara dos Pares toda a dimensão simbólica da governação e do exercício real.

---

[283] António Silva Ribeiro, no seu texto *Manhan e as marinhas como instrumento político* (Revista Militar 2500, 2010, pp. 465-483), fala-nos de Alfred Thayer Mahan como o grande criador do conceito e "poder naval". Mas a sua ponderação é sobre a obra de Manhan, o grande consolidador do poder naval inglês e da consideração de que Espanha havia sido a grande potência naval ibérica mesmo que Portugal se tenha afirmado como único num espaço curto do século XVI. Em complemento de Mahan pareciam vir George Modelski e William Thompson, quando parecem confirmar Portugal, Holanda e Inglaterra como as mais relevantes potências navais desde o século XV. Porém, Francisco Almeida, no seu texto *Os Ciclos Longos de Modelski/Thompson e o Poder Marítimo Britânico* (Revista da Escola Guerra Naval, Rio de Janeiro, 20, 2014, pp. 78-82), não se fica por uma análise superficial dos autores referidos e consagra cinco longos ciclos relativos ao poder naval. O primeiro, de 1494 a 1516, insere Portugal, Espanha, Inglaterra e França; o segundo, de 1580 a 1688, agrupa a Holanda, Inglaterra, França e Espanha; o terceiro, de 1688 a 1713, que abarca Espanha, França, Holanda, Grã-Bretanha e Rússia; um quarto, de 1792 a 1815, que exclui a Rússia; e, por último, de 1914 a 1945, que afirma os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a França, a Alemanha, o Japão e URSS. Estamos de acordo com esta visão e esta última partição dos ciclos. Em boa verdade, olhando para a realidade da frota portuguesa e para o movimento verificado nos mares, Portugal extinguiu a sua dimensão de potência naval na primeira metade do século XVI.

A consideração do poder moderador do Rei, prevista no Capítulo V, leva a uma mescla de D. Manuel I e D, João V. Ao primeiro na consideração esdrúxula de Rei de Portugal, e dos Algarves d'aquém e d'além mar, em África Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da India, etc.; e tem o tratamento de Majestade Fidelíssima[284].

Portugal já não tinha comércio na Etiópia, Arábia e Pérsia, já há muito tinha terminado o tempo da conquista com o fim da dinastia de Avis, os territórios do Norte África haveriam de ficar perdidos em meados do século XVII, mas ainda se consagrava uma dimensão esquizofrénica de um passado que se havia perdido.

A Carta é um profundo retrocesso no que concerne aos territórios ultramarinos e aos seus habitantes. As marcas deixadas pela Constituição de 1822 nas elites brasileiras, que constituíram mais uma das razões para a independência, foram completamente eliminadas do novo texto constitucional. Os territórios ultramarinos não encontram reflexos na composição da Câmara dos Deputados e a representação territorial resulta abstrata.

Também se eclipsa a consideração das populações autóctones e a possibilidade de acesso à cidadania plena. O imperador do Brasil e rei de Portugal (veja-se a sequência no texto da Carta), assume, assim, as comparências de Portugal em África enquanto elementos politicamente irrelevantes e nega qualquer caminho semelhante ao que foi seguido pelos brasileiros na sua autodeterminação.

Não deixa de ser significativo o facto de se estar em presença de uma "ordenação" constitucional emitida para Portugal a partir de um país estrangeiro. A Carta de 9 de abril de 1826 seria assinada no Palácio do Rio de Janeiro e registada pelo Oficial Maior do Gabinete Imperial no último dia do mesmo mês.

É exatamente por esta razão que se pode considerar que Portugal se viu tutelado por um império novo, o Brasileiro, entre a chegada de D. João VI a este território e a abdicação de D. Pedro na sua filha D. Maria II.

Um novo Congresso Constituinte haveria de aprovar, em 1838, já D. Maria II rainha, uma Constituição refundada.

---

[284] Wallerstein (1990), a que nos referimos também no capítulo sobre o Mito da Globalização, considera que o sistema social emergente no século XVI e a que chama de economia-mundo (próximo do conceito de *sistema-mundo* de Godinho), pode não se consagrar como Império. Em todo o caso, tal teria ocorrido por mais de uma vez, sendo que a China, a Pérsia e Roma terão sido economias-mundo que também se assumiram Impérios. Porém, quando analisa as implicações mundiais do comércio posterior ao Século XVI, em especial no capítulo "De Sevilha a Amesterdão: o fracasso do Império" (curiosa esta opção que não comporta em título Lisboa), avisa-nos que o capitalismo emergente, a ciência e a tecnologia associados, "permitiram que esta economia-mundo prosperasse, produzisse e se expandisse sem a emergência de uma estrutura política unificada".

Tal circunstância decorria da reduzida legitimidade da Carta, da necessidade de uma afirmação da monarquia perante a instabilidade política interna e externa e de um reforço da legitimidade democrática das Cortes.

Para a esta investigação interessa a dimensão institucional e simbólica do Império Português e é neste espaço que importa a abordagem sobre o caminho seguido depois de 1826.

Nada de novo na consideração simbólica do monarca. Continuava a rechear-se do Comércio da Etiópia, da Arábia, da Pérsia e da Índia, mesmo que tivesse transitado a consagração e Majestade Fidelíssima do monarca para a dinastia[285].

A consideração da cidadania portuguesa contempla agora um novo universo – o dos libertos. Assumia-se, pois, o início do debate sobre os escravos que se haviam alforriado da condição e o artigo 73º vem conceder-lhes direito a voto nas mesmas condições dos demais.

Também se regressa à discussão sobre uma mais ampla condição de direitos. O artigo 21º vem repulsar os açoutes, a tortura, a marca de ferro e todas as mais penas e tratos cruéis.

Importa referir que esta Constituição e o que nela estava plasmado se aplicava ao território europeu e que em todos as presenças portuguesas em África e Ásia se mantinham os registos autorizados aos detentores do poder fático existentes em cada uma delas[286].

A Constituição de 1838 contempla, pela primeira vez, o Título X, as Províncias Ultramarinas. No artigo 137º concede-se a previsão de leis especiais destinadas à governação do território e a forma de articulação com o Governo e com as Cortes.

A configuração encontrada revela ardil na construção da norma, na exata medida em que se consagra uma dependência da administração ultramarina diretamente das Cortes quando se diz que o Governo só pode intervir em situações especiais e quando estejam em causa "(…) providências indispensáveis para ocorrer a alguma necessidade urgente de qualquer província ultramarina (…)".

[285] Artigo 5º do texto constitucional de 1838 – "A dinastia reinante é a da Sereníssima Casa de Bragança, continuada na Pessoa da Senhora Dona Maria II, atual Rainha Portuguesa". O artigo 86º indica o tratamento do monarca enquanto integrante da dinastia indicada.

[286] O artigo 42º assinala um elemento simbólico muito interessante. Se na Convenção Nacional da última década de 1700, fase histórica da "Revolução Francesa", também se opunham jacobinos à esquerda e girondinos à direita, agora sentavam-se, nas Cortes Gerais, os senadores à direita e os deputados à esquerda.

A referência anterior faz regressar ao Título IV para se ligar a previsão constitucional das províncias ultramarinas com as atribuições do poder legislativo. Poder fazer leis é uma autorização concedida olhando o espírito da norma constitucional. Mas o artigo 15º vem explicitar outras áreas que importam a esses territórios ultramarinos. Assim, as Cortes passariam a "Conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra e mar dentro do Reino, ou Portos (…)"; a "Fixar anualmente, sobre informação do Governo, as forças de mar, e terra ordinárias e extraordinárias (…)"; e a "Fixar anualmente as despesas públicas e a repartir a contribuição direta.".

Ou seja, as normas referidas permitiam uma outra consideração das províncias ultramarinas numa ótica de unidade de tesouraria mais avançada e de determinação da governação dos territórios não europeus.

Entre a Constituição de 1822 e a seguinte de 1838 verifica-se um retrocesso na consideração dos territórios ultramarinos não americanos. Em 1838, mesmo com pequenos avanços no texto constitucional, nem um só constituinte haveria de chegar de Cabo Verde ou Angola, o que indicia a presença do trauma da cessação brasileira nas elites políticas de Lisboa.

A implantação da República, em outubro de 1910, não deixou de resultar, também, da questão imperial e da presença de Portugal em África. A esta questão já se olhou atrás como tendo sido, sob o ponto de vista externo e interno, um tempo em que as máscaras se trocaram sem que a questão central tenha, em alguma circunstância, sido colocada em causa. No início do século, com monarquia ou com república, ninguém contestava a presença de Portugal, nas suas diversas formulações, em África e na Ásia.

A Constituição de 1911 não revela, portanto, nenhuma inovação significativa nas questões do Império. Como as anteriores, o território estava consolidado ao que resultara da independência do Brasil.

Porém, eliminam-se as dimensões simbólicas do comércio da Etiópia e da Pérsia, não se indicam os limites territoriais em África, e garante-se um texto jurídico que resulta perfeito para o labor constitucional – o artigo 2º diz: "O território da Nação Portuguesa é o existente à data da proclamação da República".

No que concerne às questões dos territórios ultramarinos há uma relativa modéstia na sua construção. O artigo 9º indica que as províncias não europeias elegerão um senador cada uma; o artigo 25º atribui ao Senado a nomeação dos Governadores no ultramar; o artigo 26º deixa a exclusividade ao Congresso para a determinação dos limites territoriais; e o Título V concede uma autorização para que se acione uma descentralização (não

indicando se política se administrativa) com leis especiais adequadas ao estado de civilização (conceito que vem até tarde em Portugal) de cada uma e que terão leis orgânicas próprias aprovadas no primeiro mandato seguinte à aprovação do texto constitucional.

De forma velada se abre a porta às "populações nativas" quando, no artigo 66º, que refere a organização das instituições administrativas locais, se obriga a uma representação das minorias nos corpos a criar.

O que revela desta passagem pelas "leis magnas" de 1822 a 1911 é a consideração modesta de um território português que não se assume império que não seja na outorga simbólica da Carta de 1826 e mesmo nessa em resultado do império invertido. Em todos os textos a consideração que assoma, em norma completa ou intuída, é a da existência de províncias ultramarinas e de presenças de bandeira.

Esta circunstância é ainda mais relevante para se poder entender a abordagem que é construída a partir da Constituição da República de 1933 e do texto para-constitucional designado do Acto Colonial.

3.2.2.2.4 O império constitucional do Estado Novo

A Constituição da República Portuguesa aprovada em plebiscito em 18 de março de 1933 revela-se de uma importância crucial na análise das normas de valor reforçado que vigoraram desde 1822.

Trata-se de fazer o Estado Novo, um novo país, um novo português e uma nova história.

O regime, que Salazar haveria de consagrar, receberia muito dos movimentos de cariz fascista que nasciam e cresciam na Europa de 1930. A aceitação do darwinismo social, que veio a potenciar o racismo, a rejeição do positivismo, em especial no que à teologia e à metafisica dizia respeito, a utilização das corporações e dos sindicatos como forma de controlo dos cidadãos, para além da existência de graves restrições às liberdades e aos direitos, estão em 1933 presentes no texto constitucional de forma manifesta.

No que dizia respeito à presença de Portugal em África, Ásia e Oceânia, à "(…) defesa do direito de Portugal às suas colónias como uma chave para um futuro próspero

eram áreas em que o Estado Novo não precisava de inovar. Todos os grupos das elites portuguesas estavam, a este respeito, de acordo (…)" (Meneses, 2010, pág. 119).

Esta quase unanimidade resultava de três fatores muito relevantes: o primeiro, o simbolismo da perda do Brasil como irmão mais novo do enorme Portugal; o segundo, a memória do "mapa cor-de-rosa" no que se considerou ser uma derrota diplomática lamentável e em parte promotora do processo republicano; o terceiro, a realidade resultante da participação na Grande Guerra 1914/1918 e de cujos despojos resultaria uma outra consagração do Império Português.

Uma análise do texto constitucional de 1933 pode levar a um questionar sobre o tempo em que estava a ser redigido. Havia passado muito tempo sobre a Revolução Francesa e a Constituição de Cádis que haveriam de influenciar a portuguesa de 1822. E os lavradores da norma jurídica indicam a dimensão do novo regime e do novo mundo português logo no primeiro artigo do texto: para além do continente e arquipélagos da Madeira e Açores, continuava-se a presença na África Ocidental com os territórios de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, São João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola; na África Oriental os territórios haveriam de se consagrar no Moçambique unificado; na Oceânia, Timor e as suas dependências; e na Ásia, Macau (que já não aparecia como "estabelecimento") e o Estado da Índia.

A não renúncia aos territórios indicados, associada a uma consagração teleológica muito relevante prevista no artigo 4º, remete para a velha questão da liberdade de marear que já atrás se tratou. "A Nação Portuguesa constitui um Estado independente cuja soberania se reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito; e na internacional, os que derivam das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceito (…)".

Há, ainda, no labor do texto um regresso a uma consagração que havia deixado de prevalecer no universo dos assuntos de Estado. O artigo 46º, quando desenvolve as relações com a Igreja Católica e a supremacia desta relação quebrada em 1911, devolve as obrigações do Padroado, responsabilidades que o Estado português sempre haveria de assumir, mesmo que em matrizes díspares, a cada reinado, até à proclamação da República[287].

[287] O regresso aos símbolos e proclamações que poderíamos considerar encerradas a partir da proclamação da República não abrem a porta à restauração da monarquia. Se no artigo 40º da Constituição de 1911 se consideravam inelegíveis

O texto constitucional que faz nascer o Estado Novo consagra, no seu artigo 132º, a criação de uma lei de natureza para-constitucional e que se destinará às colónias. O Ato Colonial, também de 1933, agora já "outorgado" pelo plesbicito de 19 de março, o que não acontecia com o antecessor de 1930[288], consagra a forma de relacionamento entre Lisboa e os territórios não europeus.

O artigo 107º da Constituição haveria de centralizar em Salazar a nomeação dos governadores das colónias, competência que em 1911 havia sido conferida ao parlamento, mas no Ato Colonial é, em confirmação, a total concentração da administração do ultramar no governo da metrópole.

"Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português". É assim que o artigo 3º do Decreto-Lei nº 22.465, de 11 de abril de 1933, vem refazer, afirmar e conformar ideologicamente, a dimensão histórica, política, territorial dos quatro séculos anteriores.

Mas desenvolve também a dimensão religiosa que já atrás se indicou quando prevê que é da essência orgânica da nação portuguesa exercer a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

O processo centralizador que se vinha confirmando desde a consolidação do poder de António de Oliveira Salazar enquanto Ministro das Finanças e, depois, enquanto Presidente do Conselho, amplia-se na construção normativa do Ato Colonial.

Apesar de se consagrar o princípio da descentralização administrativa, logo no artigo 25º, os artigos 30º e 31º impõem a fiscalização das funções legislativas dos governadores coloniais pelo Ministro das Colónias. Esse peso amplia-se nas componentes económica e financeira quando, no artigo 36º se determinam as regras de exercício nos campos do financiamento público e do fomento.

O universo normativo mais relevante é, contudo, o que diz respeito aos indígenas. Nele se consagra a dimensão estratificadora dos cidadãos nascidos sob a proteção do Estado, nele se reforça a obrigação de civilização de acordo com os padrões impostos pelo regime, nele se prevê ainda o trabalho forçado, e nele se consagra a existência de

para o cargo de Presidente da República as pessoas das famílias que reinaram em Portugal, o artigo 74º da nova lei magna de 1933 não se limita a uma consideração abstrata e diz que são "inelegíveis para o cargo de Presidente da República os parentes até ao 6º grau dos reis de Portugal".

[288] Decreto nº 18.570, de 8 de julho de 1930.

"(…) regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames da humanidade (…)".

O Ato Colonial negou-se logo nos primeiros momentos da sua aplicação. Considera, no seu artigo 15º, que o "(…) Estado garante a proteção e defesa dos indígenas das colónias, conforme os princípios de humanidade e soberania (…) e as convenções internacionais que atualmente vigorem (…)". No entanto, o regime de trabalho, o servilismo imperante, a negação à justa remuneração, a ausência de proteção social, contraditaram a consagração de que as identidades coloniais poderiam evoluir para uma nova realidade social.

A nova Constituição e o novo Ato Colonial não abandonam, porém, a matriz que em 1930 haveria de determinar a visão purificadora perante os indígenas. Interessa ter presente a justificação primeira sobre o ato de civilizar: "A soberania de Portugal no ultramar tem sido dominada através da história pelos mais altos princípios da civilização cristã."

O processo posterior à aprovação da Constituição e do Ato Colonial, apesar de um apaziguamento da situação em Angola onde já nascera um potencial de ameaça de cessação e fazia renascer o complexo psicológico da cessação do Brasil, levaria a uma acalmia na convivência inter-racial e a uma certa aceitação das elites brancas e mestiças de cada uma delas.

Seria aliás essa acalmia que permitiria a Salazar ver-se livre de Cunha Leal, um dos seus mais acérrimos críticos, levando-o ao exílio (Meneses, 2010, pág. 123). Para que se possa ter uma dimensão das divergências entre o pensamento de Salazar e Leal interessa conhecer a opinião deste quanto à presença e destino dos portugueses no ultramar. Em boa verdade o Império não implicava leituras diferentes entre os dois homens.

Cunha Leal dizia que, no que havia levado ao contacto com os povos civilizados do Oriente, Portugal não havia tentado fazer uma ação extensa e intensiva, limitando-se a instalar-se em mercados que possibilitassem as transações comerciais. Quando muito, teria havido uma discreta ação missionária. E mais referia, quando aludia à presença no Brasil, que se deveria pôr orgulhosamente em relevo a ingénita propensão racial dos portugueses. Terra por assim dizer ilimitada, a sua imensidade onde num desmedido

cadinho se havia fundido o sangue lusitano com o dos índios aborígenes e com o dos negros importados para premente satisfação de necessidades de mão-de-obra. Não se exterminaram grupos humanos por considerações fátuas de superioridade racial, tanto isso repugnava ao modo de ser português. (Leal, 1961, pp: 61 - 73).

A dimensão simbólica da presença dos portugueses no mundo, já no início da guerra colonial, não estava em causa para um dos principais opositores a Salazar. Portugal viveu a primeiras décadas da ditadura com um consenso tão amplo, que nem os mais irreverentes opositores do ditador deixavam de o integrar nas suas consagrações programáticas no que dizia respeito ao ultramar.

O Estado Novo promoveria vastas alterações constitucionais durante as décadas seguintes. O estatuto do ultramar, as leituras sobre o enquadramento colonial ou a visão bondosa de províncias ultramarinas e os planos de fomento que se aprovaram, nas década de 1940 a 1970, não foram de molde a questionar o tal império construído por Armindo Monteiro para o imperador factual que era Salazar.

Cardina (2020, pág. 367) diz bem da aposta estratégica do regime no povoamento das colónias. "Até ao final do século XIX, o movimento migratório da população branca portuguesa para as colónias africanas, nomeadamente, Angola e Moçambique, foi bastante contido. Ele vai ganhar dimensão no século XX e, muito particularmente, após a Segunda Guerra Mundial, num contexto em que internacionalmente nasciam os ventos descolonizadores. Segundo dados recolhidos por Cláudia Castelo, a população branca, residual no final do século XIX, era em 1940, em Angola de 44 083 indivíduos e, em Moçambique, totalizaria 27 438. Dez anos depois, estes números praticamente duplicaram. Por sua vez, em 1973, nas vésperas da queda do Império, estavam cerca de 324 mil brancos em Angola e cerca de 190 mil em Moçambique. O pico desse fluxo de população branca metropolitana para as colónias situa-se na curva da década de 1950 para a 1960, ainda que os anos seguintes, com a entrada e contingentes militares numerosos, se tenha traduzido por aumento da população branca temporária".

A guerrilha que nasceria em 1961, o isolamento internacional, a independência progressiva de quase todos os outros territórios africanos, construíam uma anormalidade portuguesa que a ONU haveria de contestar profusamente.

Salazar, em 1963, rejeitaria as propostas dos Estados Unidos da América para a independência das colónias. Considerava esse processo artificial, que não seria

respeitado, que para se resolver um problema político se criariam outros e graves problemas, colocar-se-ia em causa a ordem e a autoridade (Amaral, 1994, pp: 65 - 66).

O 25 de abril de 1974 implica um imediato processo de independência do que restava do Império. Um processo que não permitiria qualquer dilação e que, querendo ou não, as autoridades portuguesas tiveram de subscrever.

A Constituição da República de 1976 encerra quase cinco séculos de deambulação dos portugueses pelos mundos. Concede a todo esse percurso um artigo ímpar, o 7º, que se elege aqui como epitáfio: "Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos (…)".

Se o conceito de colonialismo não mereceria qualquer divisão parlamentar, o mesmo não se poderia conceber quanto às leituras deste imperialismo inscrito na norma. Estava-se em plena Guerra Fria, o imperialismo novo era a marca das relações internacionais e só o Bloco de Leste, liderado pela União Soviética, usava a palavra império.

3.2.3. O império económico e social nas suas contingências

Não parece haver questionamento, na memória do povo português, sobre a consideração de um império com dimensão económica específica quando se fala da presença de Portugal no globo terrestre entre os séculos XV e XX. Talvez por ser mais fácil de identificar, talvez por ser pouco interessante questionar o que parece interessar, enquanto referência consolidada, a todos.

Porém, aparenta estar a nascer uma nova militância na formatação/construção da história e esta estar mais presente na investigação recente sobre os impérios mercantis, primeiro, e coloniais, depois. Talvez porque se expresse mais importante para a estrutura social e política em que se vive, talvez porque se torne imprescindível na justificação das ideologias e nas opções políticas do tempo presente.

Mas há um consenso mínimo sobre o conceito de império aplicado ao "ir português"? A análise feita nesta tese leva a uma resposta negativa.

O império tem servido para três universos de leituras, por vezes linhas de investigação ou pensamento: uma, a que se agrega a uma visão mais funcional, normativa

e que foi cursada profusamente e de onde revela a escola de J. P. Oliveira e Costa (*Mar Nostrum, Em Busca de Honra e Riqueza*, 2013 ou *História da Expansão e do Império Português*, 2014); outra, mais instrumental, dada a justificar a razão de não ter havido, até quase ao século XX, um império com um mínimo de estruturação burocrática e a eleger a dimensão comercial (emporial) como central, em especial no século XVI e depois num período do século XVIII, posição avocada pelos que se interessam e desenvolvem, com perspicuidade, as investigações de Sanjay Subrahmanyam (*Career and Legend of Vasco da Gama*, 1998 ou *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700*, 1995); por último, uma outra, a que se vai construindo para contraditar o mesmo império sabendo-se que só se pode negar, para crédito dessa mesma negação, uma coisa concebida, uma existência assumida, e que tem sido protagonizada, na investigação e no espaço da difusão televisiva da história colonial, por Fernando Rosas (*História a História: África*, 2018 ou *O Adeus ao Império*, 2017).

Para esta parte da investigação relevaram as primeiras duas tipologias: a do império grandioso e normativo, que se considera ser um *Império hard*; e a do império comercial, em rede, que se indica como *Império soft*.

Deve, porém, esta tese sossegar os mais inquietos. Esta investigação considera, com fundamento, que Portugal integrou impérios, contruiu um empório inorgânico, assumiu um império normativo; e também se revelou um império *risível*.

Como já se disse, parece haver uma leitura transversal da historiografia portuguesa dos últimos dois séculos que tende a convergir para a consideração da existência, entre 1451 e 1999, de três fases do Império Português. Há mesmo quem considere que se trata de três impérios diferentes. Tal poder-se-ia conceder se se aceitassem análises simplistas e se não integrasse, na visão longa dos períodos[289], os reinados dos Filipes, a convivência temporária do reino de Portugal e do Império do Brasil, a cessação, as vocações coloniais das potências europeias e, no final, as implicações da nova ordem internacional seguinte à II Guerra Mundial.

Nesta indagação optou-se por conceder uma outra, talvez cobiçosa, divisão dos períodos históricos e assim ajudar a determinar as distintas fases do tal Império Português numa perspetiva social e económica, que ora se afirma e ora se nega.

[289] Em *O Poder do Estado no Mar e a História* (2013, pág. 44), Contente Domingues cita António José Telo e diz: "(…) não se justifica fundamentadamente o esquema rígido de ciclos de 120 anos que se repetem segundo os mesmos princípios, além de que a própria ideia de ciclo em História 'é muito duvidosa, justamente porque a realidade social não é repetitiva' "– Edição da Academia de Marinha

Importou considerar as seguintes janelas temporais da presença portuguesa nos restantes continentes para além do europeu: de 1415 a 1580, ou seja da conquista de Ceuta à união dos reinos ibéricos; de 1580 a 1640, período em que Portugal integra o império dos Habsburgo; de 1640 a 1807, tempo de reconstrução e tempo em que se assiste à primeira perda do universo das oportunidades de desenvolvimento político e social no uso das remessas do ouro brasileiro; de 1808 a 1821 com a assunção de um império invertido em que a colónia substitui a metrópole e esta se afirma protetorado inglês; de 1821 a 1885 no período que vai da Revolução Liberal à Conferência de Berlim; de 1885 a 1933 assumindo Portugal a responsabilidade da colonização dos territórios africanos; e de 1933 a 1975 num intervalo em que se assevera normativamente o Império Português e que vai da aprovação da Constituição do Estado Novo à independência de todos os territórios africanos sob administração lusa[290].

3.2.3.1. O empório inorgânico – 1415 / 1580

O início, com a tomada de Ceuta e as colonizações da Madeira e dos Açores, leva a considerar que se está perante uma expansão territorial próxima, de comando previsível.

As capitanias dos arquipélagos, que hoje são regiões autónomas, potenciavam a exploração agrícola e agropecuária sem que se revelassem de forma a serem mais do que uma comparência de bandeira na relação/competição direta e inicial com Castela e um posto de vigilância e acostamento no tráfego marítimo com o norte da Europa.

A partir de 1419, sem se negar o grande incitamento, quase obsessão, do Infante D. Henrique, vai-se ganhando um certo saber fazer, vindo de muito lado e agregado pela audácia dos capitães, que permitiria avançar na costa africana (Pedreira, 1998, pp: 433 - 437). Oliveira Martins (1908, pp: 76 - 87) diz que na cabeça do Infante só "(…) cabiam duas empresas: conquistar o império marroquino, ou pelo menos o seu litoral, para garantir o monopólio do comércio do Sudão; e ao mesmo tempo conquistar às trevas as ilhas desse mar desconhecido, seguindo também ao longo das costas ocidentais para as visitar e explorar. Tenaz e até duro de carácter, D. Henrique sacrifica tudo aos progressos

[290] As circunstâncias em que se dá a anexação, pela Indonésia, de Timor Leste e o processo que levou à independência deste território não pode ser inserida numa investigação aturada porque se se revela o direito à autodeterminação dos povos e, consequentemente, a independência dos timorenses, Portugal já não atuava no teatro internacional enquanto potencia colonial. Também não se integra a passagem do território de Macau para a administração chinesa por se estar em presença de uma autorização concedida a Portugal para a administração especial do território.

da sua empresa: nem o dobram as lágrimas do irmão infeliz sacrificado em Tânger, nem as súplicas do outro irmão, o nobre D. Pedro (…)".

O insucesso militar e o infortúnio familiar de Tânger, em 1437, afetam no avançar e é já depois da morte de Henrique que se retomam as grandes descidas pelo Atlântico. Em 1471, com a chegada ao Golfo da Guiné autorizar-se-á uma primeira perspetiva comercial. É assim que nos primeiros anos da década de 1480 se consagram presenças comerciais com a feitoria de S. Jorge da Mina visando garantir um quinhão do comércio de ouro que se esperava significativo.

Diogo Cão, na descida pela costa africana, iniciará o desenvolvimento dos contactos com o Reino do Congo no sentido da rentabilidade mercantil a que se seguiria um principiante entendimento diplomático e comercial. Esse entendimento de pronto se terá engrandecido no mais lucrativo dos negócios – o da carne humana e da generalização da exportação da escravatura para a Europa, primeiro, e para as Américas, depois.

Em 1488 dá-se a primeira grande glória da navegação, o dobrar do Cabo das Agulhas[291] e a garantia da existência de uma intercomunicabilidade entre os oceanos Índico e Atlântico. Está-se, aqui sim, em presença do ato maior, apesar de instrumental, da aventura, o cunhar eterno de um trânsito que haveria de abrir mundos. Mais não tivessem feito os navegadores portugueses e este teria sido um "gesto" que lhes garantiria uma referência na História Universal.

A dimensão da abertura do mar Oceano reivindica de Godinho a seguinte proclamação: "Podem compreender-se as civilizações americanas sem necessidade de considerar as europeias – e reciprocamente; é impossível compreender as civilizações europeias sem as civilizações asiáticas; bem como não é possível perceber as civilizações africanas sem pensar nas suas relações com a Europa e o mundo asiático. Nem se negará que as civilizações do continente americano tenham estado ligadas, através do Pacífico, com as civilizações do mundo extremo-oriental; contactos, migrações existiram sempre, com efeito, entre estas partes do mundo; os bens culturais, de resto, passaram sobretudo no sentido Ásia-América. Assim, todo o mundo formava então, segundo a expressão de Monod, uma banda contínua, mas esta banda era cortada pelo Atlântico."[292]

[291] Está-se em presença do que hoje se poderia considerar decorrer do marketing puro. A consideração de Cabo das Tormentas que navegadores, pela crueza da passagem, entregaram a D. João II foi por este transformada numa leitura que nega o espírito português da "pena" e da "dor". O rebatismo que viria a trazer até hoje o promontório africano onde se achava que os mares se cruzavam ganhou uma dimensão única e radiosa. Afinal, diz a ciência geográfica, que o ponto onde os mares se cruzam se chama Cabo das Agulhas.

[292] Artigo publicado por Vitorino Magalhães Godinho na revista Vértice, nºs 92,93 e 94, de abril, maio e junho de 1951.

Este processo de conhecimento marítimo não se fica por Portugal. Alarga-se e fortalece-se em Castela e é assumido já pelos Reis Católicos de forma esclarecida e com mestria, usando os empreendedores das novas rotas sem desgraduar a atenção ao peso político e estratégico europeu.

Os anos de 1498 e de 1500 são marcos que determinam uma outra realidade – as embaixadas lusas chegariam a quatro continentes[293] e nisso também seriam os primeiros a fazê-lo por mar, num tempo em que já se expandia a história escrita. Alia-se aqui o descobrimento e a serendipidade que concedem um marca histórica na cronologia de vida das civilizações. Está-se perante uma aventura, porque sem um guião prévio e, também, de um elemento essencial da literatura de viagens onde os portugueses se reúnem na figura e na empresa de Vasco da Gama que haveria de a receber de D. Manuel I[294]: "Abrireis caminho rumo ao Sul, através do Atlântico. Ultrapassareis o Equador e o Mar das Trevas. Depois reconhecereis esse Cabo das Tormentas, descoberto há nove anos por Bartolomeu Dias, e que meu primo D. João II baptizou Cabo da Boa Esperança. Rumando então para leste, velejareis em direção a terras onde o Sol se levanta (…)" (Antier, 2007, pág. 14).

Marques (1998, pág. 103) diz muito de como se processou esta ida pelos mares, de uma incomensurável falta de um sentido unitário que a história quase sempre lhe quer atribuir. O número e a identificação das muitas viagens que, paralelamente às consideradas de descobrimento e fixação, se dirigiram à costa africana e a outros lugares do Atlântico no final da década de 1470 e na de 1480, desafiam os esforços de qualquer historiador. Foram às dezenas. Havia expedições cujo fim continuava a ser a pesca; outras prosseguiam no assalto e no resgate de escravos; outras, ainda, visavam sobretudo o ouro da Mina, a malagueta e o marfim; outras, por fim, combinavam escalas e objetivos, preferiam a cabotagem. E não se devem esquecer os contrabandistas e os piratas, nacionais e internacionais, que tentavam a sua sorte, furando quanto podiam, o bloqueio dos navios-patrulha, na mira de lucros compensadores.

A abertura da Rota do Cabo e a conceção da Casa da Índia, com o objetivo de se assumir como uma espécie de centro gestor da navegação e comércio quase em

[293] Se se der como aceite a tese de que foram os portugueses os primeiros a chegar à Austrália e à América do Norte durante este período quinhentista de aventura marítima, então não seriam quatro continentes, mas todos os que hoje se consideram com exceção da Antártida.

[294] O monarca que a somar aos títulos que os seus antecessores já haviam afirmado, ainda junta os de "Senhor (…) da conquista e da navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. É exatamente nesta consagração da Índia como "espaço de comércio" que se pode considerar a incongruência do Estado Português da Índia e, portanto, a irrealidade do Império.

concomitância com a nomeação do primeiro vice-rei, poderiam fazer antever uma ideia segura para o território e para o comércio, mas o trilho não seria fácil.

O sistema de marcação das praças portuguesas em África e no Oriente era essencialmente destinado ao processo mercantil. As especiarias, as pedras preciosas, a seda e as porcelanas deveriam assumir o empório português, regulado pela coroa e permitido a um conjunto contido de navegantes e comerciantes. A Casa da India, que se seguiria à Casa da Guiné e à Casa da Mina, viria a confirmar um progressivo processo de endividamento pela ausência de competências para um tão exigente negócio. Dirá Mota (1994, pp: 26 - 27) "(…) o Império do Oriente foi tão somente mercantil, limitando-se os portugueses a aproveitar a conjuntura favorável na bacia do Índico para se substituírem aos concorrentes islamizados. Desse modo, mesmo as transações interasiáticas, além das que se estabeleceram pelos transportes via Cabo da Boa Esperança, foram um sistema superficial, nunca os portugueses penetraram nas relações de produção."

Dez anos depois da chegada de Gama é criado o Estado Português da Índia e que teria o seu centro em Goa. Em 1511 a bandeira de Avis estava em Malaca, em 1512 fixaria o comércio nas Molucas e em 1513 seria estabelecida a praça de Sanchoão que integrava território chinês[295] até atingir outros pontos que a história quase não registaria.

Que império era este em construção entre a segunda década do século XV e a terceira do Século XVI[296]? Há quem o considere uma talassocracia[297], mas talvez se possa questionar tal classificação. A rede de feitorias, protegidas por alianças transitórias e frágeis com os reinos de Sião e de Bisnaga por exemplo, ou por fortificações, somadas aos cartazes[298] não comportava predominância nos mares nem enormes espaços territoriais.

Semedo de Matos (2018) diz da grande viagem que foi a dos portugueses até ao Japão. A capacidade de relacionamento que assumiram, as vantagens de utilização da

[295] O Tratado de Saragoça, em 1529, veio a resolver uma divergência quanto à presença de portugueses e espanhóis no Oriente. As Filipinas passam para o domínio territorial de Espanha e as Molucas garantem-se portuguesas.
[296] Francisco Roque de Oliveira, em *"Os Portugueses e a Ásia Marítima, c. 1500 – c. 1640: Contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no Oriente, 2ª parte – O Estado Português da India"*, Scripta Nova, Barcelona, indica o pecado original que haveria de acompanhar Portugal ao longo de mais de quatro séculos. "A 26 de fevereiro de 1518, um Provisão de Lisboa dá conta da instituição do monopólio régio da pimenta. Não satisfeito, D. Manuel continuará a buscar inverter os excessivos compromissos com que o comércio privado lograra dobrar a autoridade do Estado da India" e mais diz: "pelas Ordenações da Índia, de 1520, o monopólio é estendido da pimenta ao cravo, à maça, à noz-moscada, ao lacre, à seda e ao tinal …, medida que simultânea à que visa a tutela da Coroa do embarque da seda e da pimenta, à que limita a mobilidade dos soldados e funcionários do Estado no comércio de víveres, o tráfego de escravos da India para a Europa, o de cavalos fora de Goa…" e ainda, em 1921, " reafirmam o monopólio régio sobre o trato da Guiné, Mina e Índia, no que constitui o momento culminante de todo este processo." Concentração máxima, desagregação máxima, corrupção máxima.
[297] Domínio de rotas marítimas comerciais exercido por um Estado. Ver: Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, vol. II, pág. 3504.
[298] Licenças de navegação.

tecnologia e uma dose de coragem muito significativa. Mas toda a grandeza dessas viagens é também enquadrada nas razões que impediam o comando e controle posteriores, o sucesso em décadas seguintes.

O bom desempenho bélico não era permanente nem de dimensão para garantir, verdadeiramente, supremacia. Oliveira (2003, pp: 6 - 7) esclarece: "(…) o progressivo envolvimento do comércio asiático, condicionado em grande parte pela escalada de violência mútua entre portugueses, muçulmanos do Malabar e os aliados destes, não teve correspondência num plano gizado de antemão visando o controlo com carácter duradouro do tráfego da especiaria pela rota do Cabo. Este, traduzido pela estatização do comércio e pela imposição dos monopólios, é tomado de início pela Coroa entre o mais como um expediente útil e temporário para acumulação de liquidez que lhe serviria para financiar a guerra." Estar no Oriente sempre a pensar no Norte de África.

O Padroado, emanação dos acordos com a Santa Sé (Bulas Papais), afirmava, ao mesmo tempo, a demonstração da impossibilidade prática de uma presença estruturada no território de incidência e a impossibilidade de otimização das vantagens que as outorgas santificadas de Roma concediam. Tal circunstância revelava-se na preocupação duradoura com o mau exemplo dos clérigos que por aquelas paragens haveriam de aportar.

Em carta de Gonçalo Fernandes, datada ainda de 1510, é dito: "(…) porque diga a verdade, clérigos e frades, como ca veem teer, porque as maldades que cometem, de ignorâncias em seus officios, ladroíces nas confissões e vida contaminada de alguns, digo, cuja, bestial e dissoluta, som tam feas que leixo de as tocar a Vossa Alteza, polla honestidade que se deve aa real majestade (…)"[299]. Demorou décadas a consolidação de uma assistência organizada e com missões minimamente determinadas por parte das Ordens que ali se foram instalando.

A triangulação verificada depois da chegada dos comerciantes portugueses ao Japão (1543) e da autorização de presença que foi concedida para Macau (1557) permitiria, via Goa e Malaca, a estruturação mínima de uma linha de comércio. Mas essa linha só teve rentabilidades esporádicas.

Afonso (1970, pp: 174 - 178) diz da organização complexa do Império do Oriente que integrava a costa oriental de África. A organização compreendia vários tipos de colónias: 1) Colónias de domínio direto, governadas por capitães dependentes do Vice-

[299] In Documentação para a *História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Índia, vol. I, doc 23, pág. 78.

Rei e onde se destacavam Goa, Moçambique, Diu e Malaca; 2) Protetorados, governados por príncipes indígenas, aliados ou tributários do rei de Portugal e onde se fixavam fortalezas, feitorias ou núcleos de população portuguesa como Cochim, Cananor, Ceilão ou Ternate; 3) Feitorias permitidas em país estrangeiro que se garantiam exclusivamente para as trocas comerciais em especial no Japão e na China (Macau).

Em 1571 obtinha-se um trilho de presenças de bandeira que ia de Lisboa a Nagasáqui e afirmava-se uma cadência de viagens minimamente regular. Mas essas circunstâncias construíam um império? Ou concederiam um empório pela decorrência dos proveitos comerciais e a determinação do que hoje se consideraria "cadeia de valor"?

Perante esta realidade tão proparoxítona talvez valha a pena recuperar a consideração de Hespanha (2019, pp: 31 - 37) em que propõe que se faça da gesta lusa a consideração de um império sombra que se foi construindo a partir de bases não formais. Esse destoante tipo de império não se poderá estudar com profundidade pela ausência de "(…) fontes de origem não oficial que façam a crónica deste outro império na sombra, cujos incómodos atores são aventureiros, comerciantes privados, piratas, agindo fora da lei e dos espaços imperiais, francamente – ou mesmo nada – relacionados com os poderes formais (…)".

E regressando a Afonso poder-se-á entender melhor a inovação de Hespanha quando diz: "A imensidão do nosso império era desproporcionada aos minguados recursos do reino, despovoado de gente, e nesta desproporção estava o germe da sua fraqueza. Além disso, a enorme dispersão dos nossos estabelecimentos dificultava a fiscalização dos governadores e favorecia os desmandos dos altos funcionários, ávidos de enriquecer-se depressa, no curto triénio do seu cargo. Ao período épico da conquista sucedera, nos últimos tempos, por influência do clima e da vida oriental, um amolecimento de energias e uma sede de luxo e prazer que originaram condenáveis abusos e muito diminuiriam o nosso prestígio (…)".

Bastariam Hespanha e Afonso, ligados às considerações sobre os mitos de Ginzburg, Girardet, Campbell, Raphael e Matos, para se encontrarem as caraterísticas do mito antigo, das lendas, da missão histórica, do papel da comunidade que ia para além da sua realidade própria.

Também Castro (1984, pp: 12 - 13) vai no mesmo sentido dos anteriores, mas agora com indicadores demográficos e económicos. Uma população inferior a um milhão e meio de habitantes por meados do século de Quinhentos, dispondo de uma tecnologia que nem sequer era do que havia na Europa nos trabalhos diretos na agricultura e em

numerosos ramos do artesanato, o ‘desbobinar lógico’ da expansão veio a exigir que em núcleos e defesa mercantil-militar (feitorias) e nas esquadras oceânicas estivessem permanentemente empenhados no século XVI entre 100 000 e 150 000 indivíduos, dos mais jovens e válidos do país, devendo ter talvez abandonado nesses cem anos o torrão natal algo como 300 000 pessoas das quais provavelmente nem a quarta parte haja regressado.

A opção pela Aventura Marítima consagra, apesar de tudo, um tempo de relativo sucesso político como se confirmará no capítulo sobre o Mito do Conceito Estratégico. No reinado de D. João II, por exemplo, o comércio marítimo gerava cerca de dois terços dos recursos das finanças régias (Pedreira, 1998, pág. 442). Mas tal consideração deve ser observada pelo lado da capacidade multiplicadora da receita e, como se pode estudar em Godinho (1978, pp: 71 - 72) não se apresentava benfazeja. Volta a ser Pedreira a dizer o que se pode concluir em toda a análise económica dos séculos XV e XVI portugueses: as despesas militares apresentavam-se excessivas, a estrutura da despesa pública afigurava-se desadequada à realidade multi-presença, os gastos reais e de todos os que viviam do comércio ultramarino suplantavam os resultados líquidos e uma grande proporção dos rendimentos produzidos pelo império nunca chegou a Portugal (pp: 457).

E se se ler bem Thomaz (1994, pp: 201 - 217) ao considerar que a presença portuguesa se assume salutífera porque conservou os regimes organizacionais preexistentes, “ (…) fosse porque faltasse força ou empenho para os alterar, fosse tão-só porque eram indispensáveis, pouco sobra na afirmação do poder, na burocracia, na cultura, na organização social, enfim, de uma hipotética soberania de Portugal sobre os novos territórios”.

A partir de Pedreira e Thomaz poder-se-á consagrar uma realidade final deficitária para a coroa e para o reino. As primeiras décadas do século XVI não comportam benefícios significativos e duradouros.

Nos inícios das descidas de África e nas presenças no Oriente poder-se-á salvar o espírito grandioso de Portugal olhando para quatro elementos: a viagem e a carreira; a diplomacia e a dissimulação; a presença de uma outra fé; o conhecimento de outros bens e outras gentes.

Não será pouco, mas considerar estas caraterísticas um império e uma empresa de sucesso, confirmados os elementos fundacionais de um tal ente, passaria, com muita dificuldade, numa leitura ponderosa e isenta da investigação de Godinho.

3.2.3.1.1 A privatização dos primeiros negócios

Entre o reinado de D. Duarte e o reinado de D. João II os negócios da costa de África revelaram-se pela sua privatização, circunstância que haveria de se voltar a verificar em tempos seguintes.

Vista de hoje, numa perspetiva *zoom* do tempo, poderá parecer que se trata de uma espécie de outorga de despojos das conquistas territoriais feudais. Mas não se pode esquecer a dupla circunstância em que essa "privatização"[300] se consumou.

Seguindo a opção anteriormente cumprida da entrega da administração de Ceuta ao Infante D. Henrique, circunstância que se revelou funesta para as finanças do reino, a colonização da Madeira e dos Açores seguiria a mesma dependência, e a navegação, na parte já conhecida anteriormente da costa de África, passaria também a ter uma determinação por parte da Casa de Viseu.

A inicial feitoria de Arguim tinha como grande objetivo limitar e controlar o comércio que ali se começava a intensificar, mesmo que o efeito nunca tivesse sido conseguido, porque tudo se revelava profundamente desequilibrado no financiamento do processo de fazer ali Portugal.[301]

Costa, Lains & Miranda (2014, pp: 67 - 70) dizem bem da dimensão "oportunista" da Casa de Viseu e da Ordem de Cristo na ocupação do Norte de Africa. "As expedições de descoberta (…) foram empreendimentos liderados pelos duques de Viseu e grão-mestres da Ordem de Cristo. A remuneração das clientelas desta Casa passou pela concessão de licenças de viagem e pela entrega da exploração dos arquipélagos a capitães-donatários, senhores de jurisdições específicas, as capitanias-donatárias, com a incumbência de atrair povoamento. O aproveitamento destes territórios ermos e imposições fiscais sobre a produção, asseguraram receitas avultadas à casa ducal de Viseu, a qual se manteve implicada nas conquistas dos presídios africanos".

[300] "Privatização" autorizada e superiormente homologada pela Bula *Rex regum.*

[301] Goldin & Kutarna (2019, pp: 316 – 317) dizem bem da diferença de financiamento do comércio internacional que Inglaterra e a Holanda e mesmo Espanha assumiram no desenvolvimento dos seus negócios através do Atlântico. Foram criados instrumentos e mercados financeiros para fornecer capital e seguros às atividades comerciais crescentemente complexas e caras. Os IOU (obrigações) ficaram desregulados e deixaram de estar limitados às duas partes que os assinavam. Passaram a poder ser livremente comprados e vendidos a terceiros em mercados secundários. Esta inovação deu azo à ascensão de um mercado monetário continental, centenas de vezes maior em valor do que o mercado físico que sustentava." Em Portugal todo o comércio em África e no Oriente foi sustentado, porque permanentemente deficitário, pelas finanças reais e a praça lisboeta era só um entreposto financeiro de italianos, ingleses e holandeses quase sem implicação de comerciantes ou banqueiros portugueses.

Com a tomada de Constantinopla pelo infiel, haveria de ser necessário consagrar frentes de defesa com o cruzamento de interesses por parte de monarcas defensores da cristandade. E desse empenho resultaram relevantes as Bulas *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex* de 1452 e 1453, que confirmaram a lusa propriedade dos mares que se viessem a descobrir apara além do Cabo Bojador.

Constantinopla não era coisa irrelevante à altura. Se se quiser ter uma leitura simbólica do que estava em causa ao tempo e se promover a sua formatação para os valores contemporâneos, poder-se-á voltar a recolocar aqui a "luta" entre matéria e espírito que atravessa esta tese.

A realidade, até tarde, era a salvação da alma, a vida determinada por um ser supremo impossível de vencer. O tal espírito era a realidade e a matéria, por temporária, porque não relevante perante os objetivos concretos da vida diária, uma ilusão, mesmo uma pena imposta. Em contraponto, o tempo e análise hodiernos são aqueles que invertem os pressupostos: a matéria é a realidade e por ela se ambiciona como essência de uma realização individual ou coletiva; e o espírito é a tal ilusão, a cada dia mais ilusão. Estar-se-á perante um diálogo entre a relevância dos sentidos de hoje e a eternidade como elemento central da realidade vivida em 1453, onde o elemento simbólico agregado a Constantinopla sobressaía. E nessa dialética é relevante o papel da Dinastia de Avis na garantia do espírito encarnado em Cristo para a afirmação de Portugal.

Apesar das outorgas papais, verdadeiras autorizações para seguir, não se afirmaram compensadores, para o reino, os passos seguintes.

Torres (1970, pág. 97), com uma clareza única, diz sobre o que aconteceu até ao reinado de D. João II. "(…) nos primeiros tempos, nos tempos chamados henriquinos – do nome do Infante D. Henrique, a quem tem sido atribuído muito, muitíssimo, do que outros decidiram e realizaram – não se verifica uma atividade com orientação definida. Nestes primeiros tempos, ainda se depara com navegadores particulares, com mercadores isolados que partem, um pouco à aventura, em busca deste ou daquele produto, ou daquele mercado de venda. Nem tudo estava nas mãos da Ordem de Cristo nem navegava à sombra da sua cruz vermelha. Foi a pouco e pouco que o negócio e as diretrizes gerais se foram concretizando; só se entrou no monopólio com certo custo". Implica abrir aqui o primário tempo do comércio intensivo de escravos que haveria de ser um elemento essencial para as políticas económica e de território.

A “obrigação espiritual original” que vem até D. João II, não deixava de constituir incumbências sobre o que fazer e como fazer para financiar a coroa, para difundir a fé, para explorar a costa e controlar os mares.

Guidi-Bruscoli considera a predominância e a visão de Bartolemeo Marchionni relevantes e assume-o como um grande pensador/fazedor da corte portuguesa do século XVI. “Marchionni possuía indubitavelmente muitas cartas na manga. Duas das quais eram os recursos económicos e a rede comercial e financeira que poderia colocar à disposição, seja para a transmissão de correspondência, seja para a transferência de dinheiro” (2013, pág. 39). Entre Afonso V e D. Manuel I, este florentino, que negociava em tudo e que detinha uma especial relação no financiamento dos gastos régios, viria a ser o monopolista do tráfico esclavagista por concessão de D. João II para a Europa e haveria de ser também ele a conceder a Espanha os primeiros negros que seguiram para o Novo Mundo.

A presença de Marchionni em viagens à India e ao Brasil abre a porta para uma figura que não se afirmava só pelo comércio. Nele estava também inserta a função de financiador e de delegado real, de concessionário que quer garantir o seu investimento (Bruscoli, 2013, pp: 39 - 60), uma clara privatização das viagens.

Os negócios portugueses circulavam entre genoveses e florentinos. Portugal não consagrava ainda (talvez nunca a tenha consagrado quando se compara o poder de fogo de espanhóis, holandeses e britânicos), competências comerciais para as oportunidades que se poderiam abrir. Não há um só português que seja tido, por consenso histórico, como um grande comerciante, mercador ou financiador/banqueiro para além de Fernão Gomes e muito redutoramente.

Guidi-Bruscoli descreve o processo de contratação entre Marchionni e a Coroa, para adiantar que a natureza do contrato foi a que o comerciante assim entendeu por melhor (pág. 46).

E sobre a atividade comercial de Marchionni, que não se quedando pelo monopólio porque avisado e impeditivo de alianças entre oficiais do mesmo ofício, pode chegar-se a uma estimativa generosa do seu sucesso. Entre 1486 e 1493, o florentino terá importado pelo menos 1648 escravos, 45,9% do total que aportou à metrópole e que o valor poderá ter chegado a 9 000 000 reais (Verlinden, 1955, pp: 626 - 627).

Mas as privatizações dos negócios, sequentes à avançada pelo mar, não se ficariam por genoveses ou florentinos[302]. Recue-se temporalmente.

Afonso V é, ainda hoje, um dos monarcas mais contrastantes na sua política, opções e impulsos. Verdadeiramente o que lhe pareceu interessar terá sido o regresso a uma certa ideia de cruzada que haveria de o fazer sair de Portugal à procura de companhias astuciosas e uma tentativa falhada de rumar à Terra Santa.

É nesse enquadramento de arrecadação de recursos que é autorizado o monopólio do comércio no Golfo da Guiné a Fernão Gomes. Não uma parte, como demonstravam o bom saber estar dos florentinos, mas a totalidade e por uma renda anual de 200 mil reis.

Nada faz supor que o negócio de Gomes não tenha sido mais do que uma troca de influência na corte por uma entrega ao tesouro régio. O período do contrato, entre o final da década de 1460 e o início da década de 1480, terá sido mais relevante na sua afirmação enquanto Senhor de um território, na aquisição de estatuto, do que na atenção que dedicou à exploração da costa. São Tomé e Príncipe e Elmina, a que se chega em 1471, parecem ter considerado Gomes no universo da corte, onde se manteve influente com D. João II, mas com resultados financeiros pouco relevantes.

Apesar de tudo, pode ter permitido a criação da feitoria destinada ao comércio do ouro de aluvião, a construção do Castelo de São Jorge da Mina, a carta foral do povoado em 1486, que autorizaram, durante uma década, a troca de tecidos, trigo e animais de tração por ouro e, seguindo o caminho já aberto nas primeiras descidas, o incremento do comércio de escravos. Em boa verdade, é possível afirmar, pelos olhos de Guidi-Bruscoli e de Verliden que o que importou foi mesmo o tráfico negreiro de rendimento sumarento e de poucas competência e destreza negociais.

3.2.3.1.2. O comércio na e da Ásia em jogo de resultado negativo

A criação da Casa da Índia e a conceção de um novo mapa de comércio, na sequência da marca que foi a chegada de Vasco da Gama a Calecute e da certificação de um interesse mútuo com o Samorim reinante, poderia voltar a colocar a possibilidade de

[302] A difusão da tipografia veio a permitir uma rápida expansão de aventuras incluindo as de perfeitos mercenários que ainda na primeira metade do século XVI rumaram ao Brasil. Hans Staden é um dos mais conhecidos pela narração das suas incursões nos territórios dos tupinambás. Primeiro seguiu num navio português, entre 1547 e 1548 e, depois, num navio espanhol, em 1549, demonstrando a permanente atenção dos castelhanos à progressão portuguesa e dos seus contratados, nas américas. Ver: Staden, Hans, Duas viagens ao Brasil, 1999, ver em http://lelivros.info último acesso em 13 de outubro de 2022.

existência, na metrópole, de um outro sentido para uma nova etapa de mercado com o Oriente que, sendo potencialmente remunerador, poderia facultar o enriquecimento dos mercadores, dos viajantes e das finanças régias.

Não foi despicienda a dupla circunstância das embarcações lusas – o poder de fogo e a externalidade das permanentes contendas entre muçulmanos e hindus e entre chefes tribais e de "Estado". Assim, e na primeira década do século XVI, há uma gradativa presença comercial de portugueses, mas também de todos os que se lhe seguiam e advinham de outras paragens[303].

Esta investigação deve responder a uma pergunta relevante – Entre 1505, quando Francisco de Almeida é nomeado vice-rei da Índia e, por essa via, se pode considerar como ato inaugural do Estado Português da India, e 1580, quando se consagra a integração ibérica, que resultado, em termos de afirmação institucional, territorial, comercial e económica e religiosa, se poderá observar?

A construção do infindavelmente elogiado Estado da Índia, para além da capa santifical em que se desenvolvia a missionação, sempre se agregou a três elementos: alianças pontuais; instalação de praças físicas ou de levante; e circulação de mercadorias. E é exatamente nestes pontos que se poderá contrariar o simbólico adquirido.[304]

A sede de governo em Cochim, a construção da fortaleza de Santo Ângelo em Cananor, a chegada a Ceilão de onde passa a sair canela que haveria de celebrizar o retorno das naus, só era permitida pela permanente instabilidade entre reinos rivais e resultante de um acordo com o reino de Kotte.

A partir de 1506, com a impulsividade de Afonso de Albuquerque, as armas portuguesas, com poucos homens, mas com a gestão de ativos locais de interesses opostos, permitem a entrada no Mar Vermelho, em Socotará, e de Mascate e Ormuz com o grande desejo de controlar os acessos ao Índico.

1510 assume saliência pela consagração de Goa como capital do tal Estado português. Já não se limitava o espírito guerreiro à gestão de interesses em terra mas assomava uma outra realidade – a da utilização de corsários, (Timoja foi aliado imprescindível na conquista de Goa) e de outras bandeiras como foi o caso da República

[303] A 16 de dezembro de 1500 a feitoria portuguesa é atacada por muçulmanos e é nessa contenda que morre Pero Vaz de Caminha, o escrivão que haveria de deixar a mais impressionante que real Carta a El-Rei D. Manuel.

[304] Em *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*, 1988, Dom Quixote, Armando Martins Janeira consagra como resultado de uma ação deliberada e coordenada, como se de Estado se tratasse, a presença dos missionários portugueses no Japão. Parte de um erro de base – sendo (alguns) portugueses eles não se atinham a uma obrigação temporal nem se engajavam no interesse mercantil esporádico e anacrónico que se desenvolvia. As influências nas ciências e nas artes eram voluntaristas e sem concederem uma estrutura que possa ser identificada como "portuguesa" à semelhança do que aconteceu com as presenças de outras potências europeias no Oriente.

de Veneza e da República de Ragusa na batalha de Diu, acontecida no ano anterior, contra a reunião de meios do Samorim de Calecute, Sultanato Burji do Cairo, de Ragusa, de Guzerate e de Bajazeto II.

Olhada, pela corte e pelo Rei D. Manuel I, a realidade governativa e os interesses de Portugal no global do território faziam sentido com uma centralização em Goa de todo o poder? A esta pergunta o Conselho do Reino terá tentado dar uma resposta cabal mas aparentemente inconsequente.

A criação de três "administrações" com territórios determinados poderia ter levado a que Jorge de Aguiar respondesse pela subdivisão entre o Cabo das Agulhas e Guzearte; Diogo Lopes de Sequeira negociaria as parcerias e a gestão de negócios no sudoeste asiático e Afonso de Albuquerque asseguraria o domínio do mar vermelho.

Tais divisões eram impossibilidade prática. Albuquerque mostrou-se reunir as competências da política moderna – dissimulação; enormização dos resultados; proximidade (até autoria) da decisão régia.

Esta leitura pode ser confirmada por Doré quando indica que Albuquerque quereria estabelecer um império sobre "quatro cabeças": a cidade de Adém, que tentou subjugar mas sem qualquer êxito; Ormuz que teve uma primeira presença em 1508 e depois em 1515; Goa que passaria a conviver com portugueses em 1510; e Malaca em 1511. (2002, pág. 316). Tal perspetiva, mesmo com investidas em territórios mais afastados do mar, expressava bem a impossibilidade prática de uma governação efetiva.

A leitura comercial da "carreira" era parceira da necessidade de fazer chegar reforços militares para a consolidação de praças e para outras investidas. Porém, olhando para o movimento de partidas e chegadas a Lisboa entre 1497 e 1580 podem constatar-se um primeiro período de intensa projeção, sensivelmente até 1510, e um abrandamento progressivo da empreitada, adivinhando-se a rarefação de recursos humanos e financeiros para tais empresas.

Guinote faz uma análise das partidas e das chegadas a Lisboa por quinquénio. Nessa análise poder-se-á constatar que entre 1497 e 1520 o número de saídas do Tejo foi de 264 embarcações, uma média de uma por mês, e só entraram, no mesmo período, 136, uma média de chegadas de uma de dois em dois meses. E numa análise de 1520 até 1580, data que permite a abordagem seguinte da presença de Portugal no império dos

Habsburgo, o número de saídas foi de 520 naus, uma média de nove por ano, e só arribaram 234, uma média de 4 por ano. (1999, pp: 7 - 39)[305]

É num contexto de trânsito comercial inicial que Albuquerque assume a governação dos terreiros portugueses em 1509 e a deixa em 1515. Cinco anos. A outra questão que se coloca é tão só esta: fazia sentido abrir fogo em todas as direções? Tinha Portugal condições técnicas, humanas e financeiras para suportar a grande e insensata investida? A resposta negativa a esta questão é dada por D. Francisco de Almeida numa análise de grande militar e estratega em que desaconselhou tal caminho.

Então o que leva Albuquerque a seguir? Só há uma resposta única – a loucura na procura de uma certa dimensão heroica do militar e governador e a política de engrandecimento incontido e irrealista de D. Manuel I que a Albuquerque concedia foro.

Magalhães Godinho não poderia ser mais claro no quadro que desenvolve sobre a presença dos portugueses no Oriente ao dizer: "(…) mercantilizou-se, mas não se organizou como empresa comercial. O cavaleiro deixou-se arrastar pela cobiça, mas não soube tornar-se mercador e arruinou-se nos gastos demasiados. O mercador quis ser, ou viu-se forçado a pretender ser, cavaleiro, e a hipertrofia do Estado-negociante obstou ao desenvolvimento de forte burguesia mercantil e industrial (…)" (1963, vol. 1, pág. 62).

A transversalidade do pensamento de Godinho (1963/1971), alargada a Boxer (1969), Steensgaard (1973) e Disney (1978), mesmo que partindo de leituras e abordagens diferentes e de tempos de investigação também diferentes, não deixa de assentar em três pontos que são relevantes: o primeiro, a incapacidade de criar valor por parte dos comerciantes portugueses; o segundo, a ausência permanente de recursos humanos, financeiros e burocráticos que permitissem determinar vantagens para Portugal na rendibilização dos produtos que eram remetidos e dos que chegavam numa visão redistributiva muito semelhante à que existia no comércio por terra entre a Europa e a Ásia feito pelos persas e pelos otomanos; terceira e última, a certificação permanente do minifúndio operacional dos comerciantes portugueses, que nunca encontrariam formas de associação ou parceria ao contrário de todos os europeus que com eles competiam e viajavam.

[305] Em *O Velho Mundo e o Novo*, (1970, pág. 99), J.H. Elliott faz um contraponto com a dinâmica, pelo mesmo tempo, de Sevilha e da sua capacidade de criar riqueza e estrutura social cosmopolita, dizendo: "Este processo foi facilitado e estimulado pela visão comercial e perícia de importantes grupos financeiros da cidade de Sevilha, na época da descoberta da América. Tratava-se de uma cidade com um interior rico e um acesso ao mar relativamente fácil, que já se estabelecera como um grande porto internacional e centro de comércio, e que atraíra grande número de mercadores, inclusivamente uma poderosa colónia de genoveses." Magalhães encontraria aqui o seu espaço de sonhos e de aventura.

Também Subrahmanyam (1993) aborda as três razões que se indicaram. Mas há nele a valorização da arte de "estar" portuguesa. Os portugueses não ficaram tantos séculos na Ásia porque sabiam fazer comércio, porque assumiam uma cultura superior, ou porque se impunham pela autoridade. Os portugueses ficaram porque eram gente que conseguia alianças fáceis com os diversos protagonistas locais. Ou seja, ficaram porque não questionavam o poder, porque verdadeiramente não existiam enquanto comunidade organizada e tutelar, porque não assumiam verdadeiramente um sentido imperial.

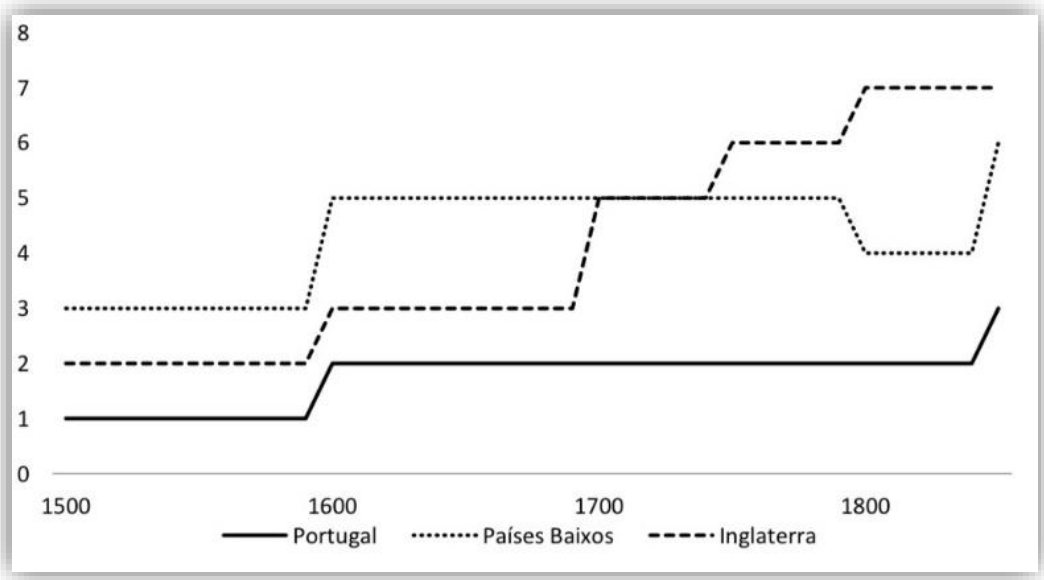
Apesar da análise psicológica que indica, Subrahmanyam (2006, pp: 256 a 258) encontra nestes, em comparação com os espanhóis, sentido de oportunidade, uma organização comercial e fiscal associada a um parasitismo permanente que estavam alicerçados na coroa. Tal se revelava em oposição aos nossos vizinhos, uma vez que estes estruturavam a sua presença numa dimensão de conquista só possível pela sua realidade demográfica (pág. 242) e pela capacidade de recrutamento de fundos.

Perante pontos de partida indicados nesta análise histórica, importa olhar a investigação mais recente sobre o comércio internacional durante o período da Aventura Marítima e tentar ir mais atrás.

Acemoglu, Jonhson & Robonsin, em *The Colonial Originis of Comparative Development* (2001, pp: 1369 - 1401), dizem claramente que o impacto comercial no desenvolvimento das potências coloniais foi muito diferenciado. Onde o monopólio do Estado se fez sentir os gastos sumptuários seguiram-se a períodos de alta dívida; nos países que construíram elites mercantis o efeito no desenvolvimento económico e social foi mais nítido. Esse proceder pode ser analisado pela garantia da proteção do capital e pelo controle por parte das entidades comerciais e bancárias que João Leite analisou (2015, pp: 50 - 51).

Ilustração nº 7

Garantia do Capital pelos Estados



Fonte: João Leite (2015, pág. 50)[306]

Mas é na pena de Pedreira (2018, pp: 85 - 88)[307] que se encontra a radiografia mais fina do que se vem tratando. Diz: "O problema foi o desenvolvimento de um complexo sistema de intercâmbios sociais em torno dos recursos financeiros obtidos pela coroa e do aparelho institucional que esta criou para obter e gerir esses recursos. Este sistema baseava-se na monopolização, por parte da coroa, de determinados activos e dos meios para os obter, logo nas instituições e atitudes vocacionadas para a obtenção de rendas que promoveu. Quanto mais a coroa tentou monopolizar as iniciativas geradoras de receitas, mais se tornou dependente de uma administração que tinha de ser paga com os proveitos dessas iniciativas. Numa cultura política em que um sistema de mercês patrimoniais e individuais liderado pela coroa tinha um papel central (…), a administração também poderia ter sido diretamente remunerada pela sua participação na exploração dos recursos sob monopólio régio. Isto podia ser feito às claras e dentro da lei, através de concessão formal de direitos e privilégios comerciais a todos os escalões de funcionários

[306] Fonte: Acemoglu, Johnson & Robinson (2002)

[307] Em *Custos e Tendências Financeiras do Império Português*, 1415-1822, de Pedreira, J.M., in *A Expansão Marítima Portuguesa*, dir. de Bethencourt, Francisco & Curto, Diogo Ramada, 2018, Edições 70.

reais civis e militares, ou ilegalmente, através da corrupção[308], do peculato e do contrabando."

3.2.3.1.3. A privatização dos interesses portugueses no Brasil e as capitanias

Tordesilhas, mesmo homologado pela Santa Sé, não poderia ser assimilado pelas restantes potências europeias. Nem Inglaterra nem França considerariam a validade de uma partição que a prazo seria insustentável.

A coroa portuguesa, na primeira metade do século XVI, assentou a sua leitura de interesses nas Índias e no comércio oriental. O Brasil, até à década de 1530, manteve-se como espaço de reserva(?) e de pouca atenção.

Na segunda década do século, o corso financiado e apoiado pelos franceses, com especial atenção do rei Francisco I, passaria a ameaçar o espaço costeiro brasileiro e as carreiras que dele se aproximavam. Também a previsão de um negócio paralelo de pau-brasil levaria a uma ponderação, por parte da coroa portuguesa, sobre o tipo de organização e ocupação que poderia desenvolver-se naquele território que se mostrava imenso e de penoso controlo.

Sobre o século seguinte, Schwarcz (2020, pág. 49) diz: "Nos idos de 1630, época em que terminou de redigir o livro *História do Brazil*, Frei Vicente do Salvador, um franciscano que se tornou o primeiro historiador do Brasil, concluiu: 'Nenhum homem nesta terra é público, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular.' Frei Vicente tinha lá as suas razões. Passados cinco séculos a república brasileira ainda permanece inconclusa: cada um a pensar, em primeiro lugar, nos seus interesses privados e só depois, bem depois, naqueles públicos e que dizem respeito à *res* (assunto) *publica*."

E mais escreve: "O princípio desta longa história pode ser localizado já no século XVI, quando a metrópole portuguesa, na impossibilidade de povoar tão vasto território, optou por governar o seu domínio americano delegando poderes a uma série de colonos, que se transformaram em senhores de extensos domínios. Esse foi o espírito e a base da

[308] O combate à corrupção (apropriação de bens da coroa) nunca se afirmou por sistema em todo o tempo de presença dos portugueses na Ásia, América do Sul e Africa. De forma distinta seguiu Castela e depois Espanha. Em 1480, as Cortes Castellanas reunidas em Toledo determinaram que todos os funcionários da Coroa deveriam construir bens de raiz como forma de garantirem a recuperação, por parte do rei, dos desvios e das apropriações. À medida que a garantia por património entrou em desuso foram instauradas fortes regras de controlo e de reporte, podendo o monarca e a administração real determinar a interdição do agente em causa e da sua família. Ver: César Cervera, ABC, 25 de junho de 2020.

colonização do Brasil: poucos homens concentrando grandes latifúndios, em geral monocultores."

A criação das capitanias hereditárias[309] vem, pois, assumir uma privatização[310] do território e resulta de uma leitura próxima da que havia sido desenvolvida no processo de ocupação da ilha da Madeira, agora já não pela intermediação da Casa de Viseu e em conluio[311] com a Ordem de Cristo, mas seguindo os interesses genuínos que D. Manuel I havia de garantir com especial pragmatismo: a) capturar recursos, elemento essencial para a dimensão do Portugal imperial; b) salvar almas.

A partição, já com D. João III, das quinze tiras longitudinais que incidiam sobre o território certificado a Portugal, deveria permitir, a cada um dos beneficiários, a garantia pessoal das obrigações da doação.

Ilustração nº 8

Mapa das Capitanias Hereditárias

Fonte: Jorge Cintra (2013, pág. 27)[312]

[309] Há autores que integram o processo de criação das Capitanias Hereditárias no Brasil como decorrendo da Lei das Sesmarias de 1375. Tal consideração aparece-nos como redutora. A preocupação central das "sesmarias" advinha da distribuição de terras para produção de bens agrícolas. A criação das capitanias é uma concessão que permite a divisão territorial com competências totais sobre o território e as suas gentes. Trata-se, portanto, de uma leitura feudal da organização do mesmo território, onde os capitães-donatários assumem o exclusivo de todas as decisões sobre aquele território.

[310] Ver: Figueiredo, Marco Aurélio Mellucci, 2014, *O sistema de capitanias hereditárias, suas relações jurídicas e a influência no federalismo do Brasil*, ver em http://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-120 , ultimo acesso em 13 de outubro de 2022.

[311] Termo do Direto Comercial contemporâneo.

[312] Ver em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/109632 , último acesso em 22 outubro de 2022

A opção afirmar-se-ia certa? Teriam as novas "dependências" condições de se certificar no contexto das obrigações régias?[313] Era irrelevante a resposta que tal questão poderia ter. O rei escolhe os usufruidores no universo da nobreza carente de afirmação ou no contexto dos seus prestadores da corte, ato tipicamente feudal. Em todas as quinze capitanias se observariam problemas relacionados com a carência de mão-de-obra, com a integração dos indígenas, com a presença dos missionários, com o crescimento dos fora-da-lei. Foram exatamente esses os problemas que ditaram o insucesso da maioria esmagadora das capitanias o que levaria ao resgate real de algumas delas, à criação da Capitania Real de Todos os Santos na dependência da metrópole e ao nascimento da primeira capital do Brasil, Salvador (Chorão, 1999)[314].

A criação, com letrados, de cargos especiais para a fazenda, a estruturação mínima de um sistema de justiça e preparação de forças para a proteção da costa foram acompanhadas da chegada de amplas vagas de missionários, maioritariamente da Companhia de Jesus, que permitiriam a criação, na década seguinte, da primeira diocese em solo brasileiro (Varnhagen, 1956).

Os governadores Tomé de Sousa, Duarte Costa e Mem de Sá, em funções entre 1549 e 1572, implicariam decisivamente no processo de construção de uma sociedade minimamente organizada mas profundamente caudilhista que viria a marcar, até hoje, o Brasil do coronelismo (Coelho, 2013, pp: 169 - 173). Também aqui não haveria império enquanto determinador de opções sobre o território.

O nascimento de milícias à disposição do governador, a organização dos primeiros artesãos, entretanto chegados, e a mínima estruturação do espaço urbano garantiam a afirmação da presença de uma nova estirpe de aventureiros que iniciaram o processo de reconhecimento do território e não deram tréguas às iniciais investidas em terra por parte dos franceses que se situaram num vasto território onde hoje se consagra o Estado do Rio de Janeiro entre 1555 e 1567 (Kahn, 1972, pp: 55 - 108).

Apesar dessa circunstância, nasciam já os conflitos entre o clero e os oficiais portugueses de colonização e entre os primeiros colonos e os que já tinham avançado no tempo das capitanias reais. Esse processo seria natural e recomendável para a competição

[313] Como diz Figueiredo a relação jurídica entre os donatários e a coroa portuguesa era assumida em dois tipos de instrumentos jurídicos – a carta de doação (posse da terra de caráter vitalício e transmissão para herdeiros sem permissão de venda ou doação a outrem) e a carta de foral (inseria direitos e deveres incluindo: a) povoar e fundar vilas; b) fazer justiça; c) escravizar os índios; d) pagar à coroa 20% dos metais preciosos encontrados e 10% da renda obtida pela exploração da terra.

[314] Em 1763, por carta régia de 27 de janeiro, D. José I transfere a capital do Vice-Reino para o Rio de Janeiro, fruto da nova dimensão que esta cidade haveria de ganhar e da circulação exponencial de navios de muitos países. Ver em – http://memoria.bn.br/DocReader/891070/186 último acesso em 13 de outubro de 2022.

que também acompanha o desenvolvimento dos povos, mas num Brasil desconhecido e sem comunidades organizadas que permitissem o desenvolvimento das "habilidades" que se haviam usado em África e no Oriente, havia que tudo construir e sem a observação de qualquer regra que não a determinação do mais forte.

Hespanha desenvolve bem a forma como os portugueses se relacionavam com as comunidades locais. "Uma observação atenta das comunidades portuguesas – sobretudo atenta às formas de organização política era (é…) muito comum em comunidades tradicionalmente ligadas a um sítio (a uma terra), fosse qual fosse o seu enquadramento étnico (…)" (2019, pág. 255). A progressiva segregação, as imposições das capitanias que se mantinham em processo de difícil concretização, desmereciam a realidade do território e de quem nele vivia.

As décadas seguintes, até à União Ibérica, haveriam de permitir avanços contidos com especial atenção à salvaguarda da costa e à contenção das invasões[315]. A política extrativa era determinada pela procura exterior, a criação de um mercado interno foi uma das dificuldades mais difíceis de vencer, sem se vencer, no primeiro século em que os europeus passaram a habitar o Brasil.

3.2.3.2. O império dos Habsburgo e o reino de Portugal – 1580 / 1640

Uma parte da historiografia da primeira metade do século XX consolidou a ideia de que, apesar da perda da independência, em 1580, teria continuado a existir um Império Português[316]. Ao analisar as principais obrigações que impenderam sobre o Estado da

[315] Quase quinhentos anos após a criação das Capitanias Hereditárias o debate político sobre a sua implicação na política brasileira é bem vivo. Em tuite recente, o General Hamilton Mourão, vice-presidente do Brasil, saudava o empreendorismo dos donatários e, graças a eles, tinha nascido um dos maiores países do mundo. O escritor Eduardo Bueno, em texto no Folha de São Paulo de 11 de outubro de 2019, compara as capitanias hereditárias com as autorizações de desmatamento desenfreado que resulta do compadrio e clientelismo, agora já coronelismo e não "capitanismo". Trata-se, como indica o historiador Francisco Varnhagen, como ontem, de poderes majestáticos. Ver, do autor, *Capitães do Brasil*, 2016, Rio de Janeiro, GMT Editores. No mesmo sentido escreveram Sérgio Augusto, em O Estado de S. Paulo de 5 de outubro de 2019, Gregório Duvivier, na Folha de São Paulo. Acontece que a forma como as antigas "colónias" encaram o legado do "colonizador" assume sempre o princípio da rejeição. Mark Tully, antigo diretor da BBC na Índia e autor de vários livros sobre a Índia contemporânea, não deixa de indicar que os problemas centrais da Índia de hoje advêm da herança administrativa inglesa. Tully indica ainda a forma elitizada de tratamento que se dá bem com o sistema de castas. Ver em: *Herança britânica perdura na língua e na administração*, texto de Y.P. Rajesh de 15 de agosto de 2007 no jornal Público.

[316] Chegados à União Ibérica poder-se-á perguntar sobre o simbólico dos "Impérios". D. Manuel e seguintes haviam assumido o título de – Rei de Portugal, dos Algarves, daquém e dalém mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Filipe II, primeiro de Portugal e que seria um verdadeiro imperador e assumiu o título de – Rei de Castela, de Leão, de Aragão, de Duas Sicílias, de Jerusalém, de Portugal, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, da Galiza, das Maiorcas, de Sevilha, de Cárdena, de Córdova, da Córsega, de Múrcia, de Jaén, dos Algarves, de Algeciras, de Gibraltar, das Canárias, das Índias Orientais e Ocidentais e (muito importante porque Império só se verifica na posse de território) das Ilhas e Terras firmes do Mar Oceano. Indicava-se, assim, a integração de todos os territórios antes indicados como portugueses nas possessões madrilenas e reafirmavam

Índia e sobre o Brasil, Curto leva a considerar que esse tal império terá deixado de existir. (2018, pp: 454 - 457)

Essa consideração assenta na aceitação inicial de que haveria uma determinação autónoma para a política interna e, por consequência, uma segregação das opções ultramarinas para os territórios que, pelos tratados anteriores, estavam sob domínio luso. Tal não corresponde à realidade histórica como diz Vasconcelos (2016) quando fala das redes e territórios no Império Português. Mas, mesmo assim, ainda hoje se plasma na investigação que versa a apelidada Guerra Luso-Holandesa. E o mesmo diz Marques (2011, pp: 121 - 146) quando confirma que o Brasil, embrião de um processo imparável de autonomia, se impõe em toda a documentação para designar a América Portuguesa, e quando Salvador se afirma como capital sendo, a partir daí, referenciada como cabeça do Estado do Brasil.

Entre 1597[317] e 1663 não cessaram as investidas das Companhias Holandesas, por essa via, iniciou-se a pressão sobre as antigas linhas comerciais portuguesas das especiarias, dos escravos e do açúcar. Os espanhóis foram fundamentais, perante tal pressão de holandeses e de outras frotas, para a manutenção da integralidade do território brasileiro ao longo do período da União Ibérica. Em São Paulo e em 1583, capitanearam na expulsão dos ingleses; no Maranhão e em Paraíba, nos anos seguintes, retiveram os franceses; e a partir de 1625 estiveram em permanência na Baía e em Pernambuco forçando à retirada dos holandeses (Stella, 2000, pp: 12 - 26).

No mesmo sentido, assumindo uma visão do território que obrigava à ocupação, foi a partilha de pressupostos entre as realidades coloniais que levou à entrada dos bandeirantes Brasil adentro. As bandeiras de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná e Minas Gerais emergem nesse tempo do império hispano, seguindo processos similares a outros que se verificaram em colónias do domínio espanhol.

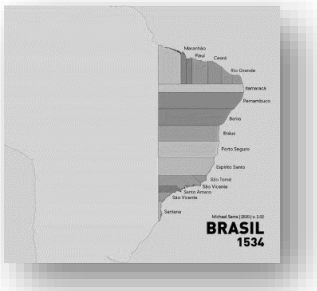
---

os "Áustrias" como "rei de Reis" e Senhores do Mundo. Ver: Lima, Luís Filipe Silvério Lima, UFPR, ProDoc/Capes – novembro de 2006. Mas essa dimensão simbólica revela-se ainda mais avassaladora em Carlos V que se designava – Carlos V, por la Divina clemencia electo emperador de los romanos, sempre Augusto y Rey de Alemania, de Castilla, de Aragón, de León, de las Dos Sicilias, de Jerusalén, de Hungria, de Dalmacia, de Croacia, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galicia, de Mallorca, de Sevilla, de Cerdeña, de Córdoba, de Córcega, de Murcia, de Jaén, del Algarve, de Algeciras, de Gibralter y de Islas Baleares, Islas Canarias, Indias y Tierra del Mar Océano; Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Lorena, de Brabante, de Estiria, de Carinthia, de Carniola, de Limburgo, de Luxemburgo, de Gueldres, de Wurtemberg, de Calabria, de Atenas, de Neopatria; Conde de Flandes, de Habsburgo, de Tirol, de Barcelona, de Artois y Borgoña; Conde Palatino de Henao, de Holanda, de Zelanda, de Ferrete, de Riburgo, de Namur, de Rossellón, de Cerdeña y Zutphen; Landgrave de Alsacia; Marqués de Burgovia, de Oristán y Gociano y del Sacro Romano Imperio; Príncipe de Suevia y Cataluña; Señor de Frisia, e la Marca Esclavona, de Molina, de Salinas, de Tripoli y Malinas … in *História de Luxemburgo*, 2011, vários, Books LLC.

[317] Ataque a São Tomé e Príncipe. Em 1638 os holandeses içaram bandeira no Forte de São Jorge da Mina, em 1641 garantiram Luanda e no ano seguinte estavam em Axim, Golfo da Guiné.

Ilustrações nºs 9, 10 e 11

Brasil - Capitanias 1534 | Brasil - Território Conhecido 1580 | Brasil - Território explorado 1645



Fonte: Michael Serra (2020)[318].

A dinastia Filipina é, porém, o primeiro grande momento da gradual desconsideração de Portugal no contexto dos poderios marítimos[319]. Os conflitos que Espanha mantinha com França, Inglaterra e Holanda, a significativa presença territorial no continente europeu, a degenerescência da economia interna, a divisão significativa da nobreza portuguesa entre os engajados na nova administração e os velhos senhores que regressaram às suas terras e à atividade agroflorestal, foram revelando a menorização do papel dos portugueses nos domínios ultramarinos e nas atividades comerciais que neles se concretizavam. Mesmo que se afirmassem portugueses, mais não faziam do que assegurar os interesses espanhóis, sendo exemplo relevante dessa realidade a assimilação da Casa dos Marqueses de Vila Real[320] que haveria de se extinguir após a Restauração.

Filipe II havia aplicado todas as suas habilidades diplomáticas para consagrar as vantagens de uma Ibéria unida. Desde logo a capacidade acrescida de combate ao movimento protestante que poderia atravessar este território católico; depois a consideração de que a velha aristocracia ganhava em prestígio com a nova dimensão territorial e também com uma certa autonomia relativamente à corte espanhola; a burguesia que já não se via só na Ásia e no Brasil mas podia aspirar a vastos territórios, em especial nas Américas; a eliminação das fronteiras e o fim das barreiras alfandegárias que a todos atraía. (Marques, 1989, pág. 26)

[318] Ver em: https://tinyurl.com/y3kt5gn4 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

[319] Coutinho & Séren (1982, pág. 20) indicam os valores de chegada de metais preciosos a Portugal entre 1951 e 1660. Na década de 1591-1600 chegaram 2 707 626 reais; na década de 1631-1650 chegaram 1 396 759 reais; e na década de 1651-1660, chegaram 423 256 reais.

[320] Os Menezes foram figuras centrais no processo de Aventura Marítima. Pedro de Menezes foi o primeiro governador de Ceuta.

O novo *Hispaniarum Rex* determinaria, porém, a oclusão do Tejo a todos os comerciantes e capitães de Inglaterra[321] e das Províncias Unidas[322] limitando-lhes espaço mercantil que haveria de importar em perdas relevantes para os negócios em Lisboa.

Ao considerar extinta a aliança de dois séculos (1373/1592) que irmanava Inglaterra e Portugal, a primeira deu início a uma intensa ação de captura das naus e do que nelas vinha. A ação selvática, contada em epopeia por Richard Hakluyt, nitidamente exagerada pelo tempo em que ocorreu e pela carga que se diz transportar, contra a nau Madre de Deus, afirma, contudo, a clareza da opção inglesa de lutar pelas partes (que seriam todas) a que se achava de direito[323].

A restrição, logo no início do século XVII, à navegação nos mares considerados portugueses foi acompanhada pela captura do Santa Catarina ao largo de Singapura em 1603 e pela perda dos fortes portugueses de Amboina e Ternate em 1605. Outra linha de ataque que não conseguiu ser contestada foi a que impôs, pela aliança dos persas com ingleses, a perda do Barém e de Ormuz em 1602 e 1622.

Durante todo o tempo da dinastia filipina, Goa e Macau sofreram, sem auxílio da metrópole, permanentes ataques holandeses e a presença portuguesa no Japão, já só restrita ao porto de Nagasáqui e à ilha de Dejima acabaria por cessar em 1639. O sistema de cobrança de tributos no comércio do Índico entraria em total descompensação e não mais se recomporia como assevera a cronologia de Fernando de Castro Brandão[324].

Passos (2017, pp: 416 - 419) encontra uma forma portuguesa de ver as perdas significativas no Oriente. Diz: "O extraordinário não é o facto de os portugueses terem sido afastados do Oriente, mas sim o de terem aguentado tanto tempo". E vai mais longe quando dá como aceitáveis e naturais as presenças e as formas de articular e comerciar com as gentes locais, especialmente em Ceilão, da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e, também, da Companhia Inglesa das Índias Orientais, em especial em

[321] "A Inglaterra, na época posterior às grandes navegações, começava a destacar-se como país industrializado, depois de abandonar uma área de produção de matérias-primas atrasada. A sua agricultura também se estava a orientar mais para o mercado. A Guerra das Rosas (1455-1487) dizimou as fileiras da grande nobreza, mas deixou as classes médias urbanas e camponesas praticamente intocadas. O declínio da grande nobreza aumentou a importância da baixa aristocracia, a pequena nobreza." In História Económica do Mundo, pág. 143.

[322] "A Flandres, que já era a região economicamente mais avançada do Norte da Europa, recuperou lentamente da grande depressão do final da Idade Média (…) e Antuérpia tornou-se o mais importante porto e mercado da Europa na primeira metade do século XVI." Em 1568 dá-se a independência dos Países Baixos (…) e "Amesterdão tornou-se a grande metrópole comercial e financeira do século XVII pp. 143-144.

[323] Durante o período filipino foi registado o mais intenso processo de pirataria industrial e intelectual. Ingleses e holandeses, mais estes últimos, enxamearam Lisboa de comerciantes cuja missão deveria ser a de canalizar a maior informação possível sobre a atividade marítima e comercial ibérica.

[324] Em *Dinastia Filipina – 1581-1640 – Uma Cronologia*, 2012, Lisboa, Europress. Poder-se-ão confrontar todas as principais determinações sobre o território português europeu e das presenças em África, Ásia e América.

Bombai e Calcutá. Portugal não tinha ferramentas para estar, com vantagem, naqueles territórios.

O domínio filipino não deixaria, porém, de ter uma importância relevante na presença ibérica na América do Sul. Desde logo porque deixava de vigorar, de facto e de direito, o Tratado de Tordesilhas e, assim, todo o continente merecia uma atenção (ou desatenção) semelhante. Seria neste período que se iniciariam, com mais intensidade, as entradas expedicionárias com vista ao encontro de minerais e, pelo mesmo tempo, à intensificação da outra escravatura, a dos indígenas.

A produção açucareira no Brasil, no reinado de Filipe III acentuar-se-á[325], mas a sensação de perda definitiva das praças no Oriente dissipava a memória das grandes aventuras que Afonso de Albuquerque havia tornado célebres na saudade dos portugueses, fazia esquecer o génio estratégico de D. João II e a ambição de império de D. Manuel I. Não era só a perda da independência que se constatava, era, com mais intensidade, a perda de uma memória que se havia enormizado.

Se se analisar bem a realidade de alguns territórios brasileiros, poder-se-ão verificar embriões vários de autogovernação. A capacidade produtiva da cana-de-açúcar já referida, em especial em São Vicente, Pernambuco e Baia, criava dimensões urbanas e uma outra organização comercial.

Porém, este novo campo de exportações era agora partilhado e o produto remetido, sem qualquer critério alfandegário, para Hamburgo, Roterdão, Antuérpia, Amesterdão e, ainda, para Lisboa. Dias (1940, pág. 243) olha para estes tempos como se do diabo se tratasse. "A Holanda daquela época era, essencialmente, um Estado constituído em companhias pirata, - como o definiu com rigor, Oliveira Martins. E para a gente que construía a sua prosperidade sobre o roubo da riqueza alheia, - e principalmente da nossa – a independência de Portugal equivalia a milhões perdidos no excelente negócio (…) do saque. E, apesar de sessenta anos de rapina farta, ainda era vasto e rico o Império Português (…)". Uma riqueza só simbólica e que não se confirmava nas contas do reino porque dependente de Espanha.

Sob o ponto de vista político e administrativo o Brasil é dividido, logo nas primeiras décadas, em dois Estados: o do Maranhão, da Amazónia ao Ceará; e o do Brasil,

[325] Em *O Brasil de Filipe IV: uma aproximação*, in *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668) – Novas Interpretações* (2016, pág. 151), Rodrigo Ricupero diz: "Considerando apenas as áreas mais significativas da economia açucareira – Bahia, Pernambuco e regiões vizinhas – e, portanto, mais bem documentadas, ter-se-ia a seguinte evolução: na década de 1570 os engenhos eram aproximadamente 55, no final do século já eram o dobro. Pouco tempo depois, no começo da segunda década de XVII, já seriam 150 e, em 1623, apenas na região em torno de Pernambuco atingiam a marca de 137 unidades."

que se erguia de Santa Catarina a Pernambuco. Tal separação não traria qualquer vantagem ou consequência, mas certifica-se uma outra realidade de organização territorial que haveria de levar ao nascimento dos Estados da Federação do Brasil.

Entre 1630 e 1641, os holandeses atacaram de forma sistemática todas as principais praças do litoral e, apesar de se considerar que a maior parte do território continuava em mãos dos súbditos de Filipe de Espanha, a verdade é que sob o ponto de vista estratégico e comercial os interesses holandeses passaram a ser determinantes.

Já em 1640 o controlo territorial e militar afirmava-se de tal forma garantido pelos holandeses que determinaria a destruição da armada espanhola-lusa quando se acercava de Itamaracá. (Monteiro, 1994, pág. 25)

O desempenho do Duque de Olivares, durante a segunda década do século XVII, foi imprescindível para a agregação de forças luso-espanholas e para o controlo de danos que holandeses não se quedavam em infligir, mas no início da década seguinte haveria de cair o Recife, Paraíba e Olinda (Serrão, 1994, pág. 22 - 30). É exatamente por todas estas frentes de combate, no mar e em terra, que não resta qualquer dúvida de que, apesar da desestruturação completa do universo ultramarino, o Brasil só se manteve português depois de 1640 pelo recursos e pelo comando forte dos espanhóis e pela previsão política de que a haver a mínima cedência no Brasil todo o continente se perderia.

O domínio filipino fez cessar a presença em praças que haviam sido portuguesas. Na África Subsariana, entre 1580 e 1640, deixaram de integrar o universo simbólico da nação lusa São Jorge da Mina (1637) e Melinde (1630); no Sudoeste Asiático, Subcontinente Indiano e Ásia Oriental e Oceânia, foram perdidos o Bahrein (1602), Ormuz (1622), Bandar Abbas (1615), Hughli (1632), Paliacate (1619), Masulipatão (1610), Magalore (1659), Surate (1612), Malaca (1640), Amboina (1605), Nagasáqui (1639); nas Américas foram perdidos os Barbados (1620).

A má influência da União Ibérica não se quedaria pelo período em que vigorou. Nos anos seguintes continuaram as perdas: Costa do Ouro (1642), Sohar (1643), Bombaim (1665), Cananor (1663), Chitagongue (1666), Cochim (1663), Cranganor (1662), Negapatão (1659), Coulão (1661), Thoothukudi (1658), Maçacar (1665) e Tidore, (1650),

A especificidade do estatuto que Portugal havia pensado garantir com Filipe II, não se concretizaria na prática. Portugal integrou mesmo o império dos Habsburgo e

passou a incorporar as leituras estratégicas que Espanha, enquanto cabeça desse império, determinava.[326]

As obrigações fiscais que no domínio filipino, especialmente nos reinados de Filipe III e Filipe IV, incidiram sobre as mais diversas classes e territórios lusos para o financiamento da coroa "unida", afirmaram-se a cada dia mais penosas; e a determinação da União de Armas, decidida na segunda metade da década de 1620, que obrigava a um contingente de seis mil portugueses integrados no universo de um exército de cem mil, provocou revoltas sistemáticas na década seguinte (Amaral, 2019, pp: 208 - 211).

Kamen (2004, pp: 144 - 145) fala da importância que a assunção imperial de Espanha passou a ter com a integração. "A chefia de Espanha por uma dinastia mundial trouxe benefícios consideráveis. As províncias a ela associadas pagavam apenas impostos reduzidos, os quais, em qualquer caso, tinham de ser gastos dentro das fronteiras de cada província. Mas contribuíram substancialmente através do comércio, o qual tendia a orientar-se para Castela: e conseguiram fornecer soldados e subsídios em dinheiro para ajudar a financiar guerras. Graças a isto, os Espanhóis, relativamente pobres, conseguiram cumprir o extraordinário feito de construir um império mundial sustentado por um poder militar muito limitado."

Olhando para as décadas em que Portugal se suspende na determinação independente das suas políticas, em que se secundariza perante o reino de Espanha e o império dos Habsburgo, em que perde irremediavelmente a sua presença estratégia no Oriente e vê submergir a presença do comércio no Índico[327], poder-se-á concluir que se poderia ter mantido a realidade lusa de uma presença poli-continental se não tivesse havido Alcácer Quibir? A batalha de Alcântara em 25 de agosto de 1580 e tudo o que a antecedeu na verificação de uma adesão de praças e cidades quase sem oposição, indicam que não.

Frei Vicente do Salvador haveria de escrever: "Disto (a dificuldade de ocupação e aproveitamento do território) dão alguns a culpa aos Reis de Portugal, outros aos Povoadores: aos Reis pelo pouco cazo que ham feito deste tam grande estado, que nem

[326] Por seis décadas se negou a consideração de Carlos III: "Mientras Portugal no se incorpore a los domínios de España por los drechos de sucesión, conviene que la política la procure unir por los vínculos de la amistad y del parentesco". Ver em https://citas.in , último acesso em 13 outubro de 2022.

[327] Botelho (1945, pp: 5-6) vai muito além do nosso sobrevoo. Fala do plano de colonização de Moçambique, dos planos que apresentados nunca tiveram qualquer incremento. E escrevendo sobre o tempo que se seguiria diz: "… cinco anos depois a revolução nacional expulsava os espanhóis e o país via-se forçado a fazer frente a uma guerra para a qual mal chegavam os seus recursos. Sem se desinteressar das colónias o novo governo português viu-se impossibilitado, por muitos anos, de lhes acudir."

o título quizerão delle, pois intulando-se senhores de Guiné por hua caravelinha, que lá vai, e vem, como disse o Rey do Congo, do Brazil não se quizerão intitular."

E Moreno (1955, pág. 107) acrescenta que o Brasil, nas palavras do sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, no momento em que aconteceu a união das coroas, era "(…) a parte oriental do Peru, povoada na costa do mar Etiópico, e repartida em partes a que chamam capitanias (…)". Era perceção comum de que havia uma falta de ajuda da Coroa para o desenvolvimento da conquista e uma falta de remuneração dos serviços feitos na América.

Parece ser ainda relevante a opinião de Gandavo (1964, pág. 23) quando afirma que: "O fato central é que para a Coroa portuguesa, antes e durante o domínio Habsburgo, o Brasil era uma área secundária, fato que era percebido inclusive pelos vassalos diretamente envolvidos no processo de conquista e ocupação do território."

Portugal vivia, desde meados do século XVI, uma conjuntura política, social e económica dificílima que, muito presumivelmente, não só teria acelerado o fim da presença no Oriente como teria marcado antecipadamente o fim do apoderamento português no Brasil.

3.2.3.3. Da recuperação da independência à fuga ou exílio – 1640 / 1807

Em 1640 os portugueses voltavam a ter um rei e um reino que se queria independente. Mas o tempo passado não havia alterado a imagem que Portugal tinha de si próprio, uma certa auto-gravidez.

Na metrópole a questão da cessação estava resolvida. Nas Índias era preciso revisitar o estado da arte, reconhecer o que havia sido perdido e o que estava em vias de o ser. No Brasil a situação era bem diferente.

Qual foi o impacto da Restauração? Partindo de Valladares (2006, pp: 327-350) poder-se-á confirmar que não é fácil a resposta. Afinal de contas, Filipe III tinha sido o rei da conquista aos franceses em 1615, assumiria um vasto conjunto de recompensas locais, desenvolveria a expansão a oeste, e em seu nome foram organizadas as primeiras grandes expedições de Pedro Teixeira. Os combates aos holandeses haviam deixado memória e êxitos.

Faz todo o sentido que se refira aqui a consideração pessoana de Ribeiro (2004, pág. 41) de que Portugal sempre se tivera enquanto "Império como imaginação do centro"

Assim, o regresso com D. João IV alinha com o fazer cessar "(…) a mais profunda imagem de Portugal como periferia – na imagem de nação chegada ao fim – e a mais exorbitante imagem de centro, pela possibilidade de reimaginar a nação desejada, consubstanciada na miragem de 'voltar a ser'."

É exatamente no tempo posterior ao retorno que se podem identificar os primeiros afloramentos de um império teórico. Tal vai resultar de um longo e lento processo de normalização da administração portuguesa onde era ainda bandeira e da oclusão deslizante das determinações de política comercial nos mares.

A consolidação custosa do novo poder de João IV implicaria, obrigatoriamente alianças contra Espanha. Mas essas alianças seriam vantajosas para Portugal, permitiriam reganhar importância no contexto do comércio mundial e das políticas ultramarinas?

O Tratado de Haia de 1641 consentiria, se a política nova não fosse liderada por uma perspetiva *naif*, um outro impulso à presença portuguesa na Ásia, África e América do Sul. Porém, o resultado desse tratado haveria de se limitar muito ao continente Europeu cumprindo os interesses estratégicos de Inglaterra, França e da própria Holanda.

Em pleno fervilhar da restauração assiste-se à perda de Malaca, posto determinante, e na década seguinte existe já o posto holandês que lhes permitiria controlar, definitivamente, a Rota do Cabo até à Indonésia.

Na segunda metade do século XVII, como atrás já se indicou, cai Ceilão (1658), Cochim (1662), o território de Malabar (1663). Bombaim e Tânger passam também para a coroa inglesa[328].

De uma presença pulverizada, tolerada, sem estrutura administrativa e com uma insidiosa corrupção que nunca abandonou o império, chega Portugal à década de 1680 limitado a Goa, Damão, Diu, Macau e Timor. Mesmo que o território de Goa tivesse crescido no final desse período, era já residual o que pomposamente ainda se apelidava de Estado Português da Índia.

Antes mesmo, em 1645, registam-se levantamentos no território brasileiro ainda sob administração holandesa e é nesse mesmo tempo que, já com D. João IV, se consagra simbolicamente como principado.

Convirá não deixar de referir que a autonomia da guerra promove, automaticamente, o embrião de uma autonomia política. Se os longos combates de Guararapes levaram a que a bandeira portuguesa voltasse a ser hasteada, tal não

[328] Dote referente ao casamento de Carlos II e Catarina de Bragança.

significaria uma total subordinação à nova Coroa de Lisboa. Será, aliás, de considerar a perspetiva historiográfica brasileira de que Guararapes se consagra como a génese do Exército Brasileiro.

A restauração, a "rendição" holandesa de 1654, a desestruturação completa da economia metropolitana e a desorganização administrativa dos territórios ultramarinos, somada à incompetência permanente para o comércio, levam a uma nova tutela política, económica e comercial, por parte de Inglaterra, aberta ou dissimulada, dos interesses portugueses espalhados pelo mundo[329].

Já se referiu a entrega de Tânger (com o simbolismo que esta tinha assumido para a Ínclita Geração) e de Bombaim como dote de casamento de Carlos II de Inglaterra com Catarina de Bragança. Mas a passagem de Portugal a uma presença menor em todo o espaço asiático vem a resultar do segundo tratado de paz com Haia que significaria a entrega de sessenta e três toneladas de ouro contra o reconhecimento da soberania portuguesa do território da antiga Nova Holanda que correspondia a uma parte do nordeste brasileiro.

Quase sem comparência comercial no Oriente, com a presença africana limitada ao comércio de escravos e longe de uma opção pela fixação humana e pela organização política administrativa nos territórios que integram hoje Angola e Moçambique, o Brasil ganha importância nas opções da corte mesmo que não conseguisse salvar a grave situação económica e financeira em que se encontrava o reino.

Continuava a produção de açúcar, com métodos de transformação antiquados e longe dos que holandeses conseguiam imprimir nas suas explorações e a exportação do pau-brasil assume o primeiro tempo de desmatamento de milhões de hectares de floresta.

Godinho (1949)[330] analisa as transformações que se verificaram ao longo da segunda metade do século XVII. A restauração da independência, depois da "anexação de Portugal por Filipe II", consagra três efeitos: 1º o tráfico com as Índias orientais torna-se muito anemiado em consequência da vitoriosa concorrência dos holandeses, ingleses e franceses. O pensamento económico português deixa mesmo de se preocupar com o

[329] Virgilio Noya Pinto, no seu livro *Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português* (1979, São Paulo, Companhia Editora Nacional), diz bem do estado em que Portugal se encontrava no momento da Restauração. "(…) a situação financeira de Portugal ainda mais se agravou. Não somente as despesas da reinstalação do Estado português (aliadas às enormes despesas para os preparativos de defesa) minaram as finanças mas também provocaram a diminuição de entradas de metal precioso (…) pela diminuição da produção de prata na América". E mais diz: "Para agravar ainda mais a situação monetária de Portugal, a balança de comércio do Império permanecia deficitária, em virtude da crise que afetava os vários setores da economia metropolitana e pela retração dos mercados consumidores. Em consequência, o numerário português foge para o exterior, em pagamento da diferença na balança de comércio" (pp. 7-16).

[330] Ver em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35730 , último aceso em 13 de outubro de 2022

assunto (pp: 71-72); 2º o desaparecimento do ouro da mina levou a que os portugueses conseguissem um certo equilíbrio monetário através da permutação de açúcar, tabaco e pau brasil para Espanha em troca de moedas de prata espanholas; 3º a regressão da economia portuguesa, que estava a dar passos na indústria, para uma economia profundamente agrícola assente, quase unicamente, na produção de vinho (pp: 78-80).

A paragem do comércio da prata, na sequência da recuperação da independência, carregou um enorme desequilíbrio da economia metropolitana. A falta de metal branco, que advinha das linhas de comércio no Rio da Prata, levou a que fosse essencial a abertura de novas fontes de divisas a que o comércio do ouro viria a responder mais tarde.

Em termos meramente económicos não se poderá afirmar que a segunda metade do século XVII se tenha afirmado como relevante na consagração de política de crescimento económico, como mais à frente se virá a demonstrar.

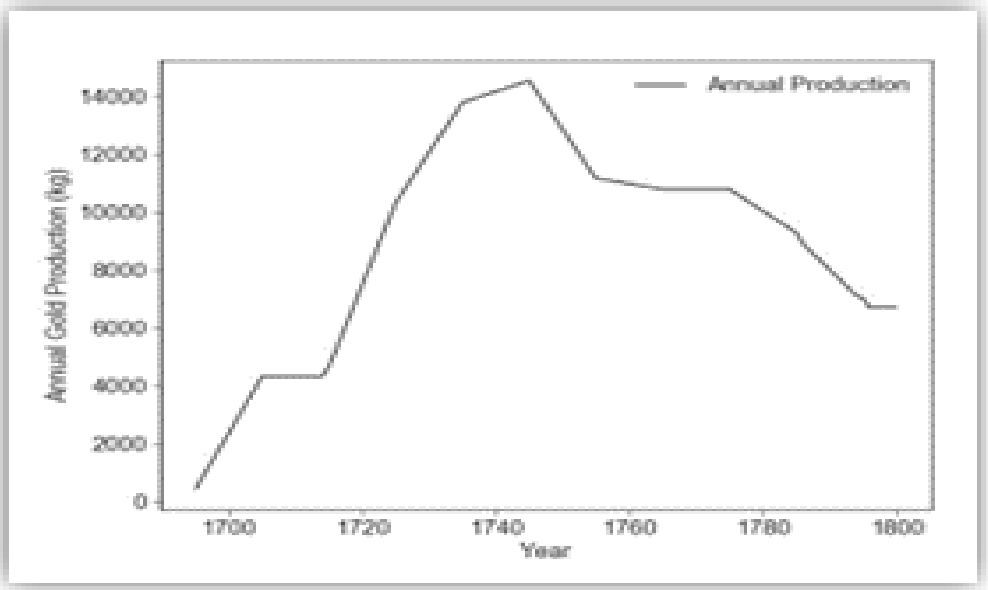
O período do ouro fácil do Brasil, já no século XVIII, viria a determinar dois caminhos, progressivamente afastados, entre os interesses das elites brasileiras e a coroa portuguesa. O desenvolvimento de uma portentosa classe de proprietários, a quem já não chegava só a riqueza material, afirmar-se-ia incompatível com uma metrópole decadente na leitura do mundo e ainda amarrada a velhos privilégios (Oliveira, 2010, pp: 109 - 129).

O metal amarelo valioso foi o segundo grande momento perdido para o desenvolvimento do país e dos territórios de domínio. O primeiro, com o comércio do oriente, haveria de se extinguir na incapacidade de comerciar e no permanente endividamento, por parte do reino, para as expedições; este, o segundo, levaria a uma exuberância das elites incapazes de lançar raízes para a modernização do país como estava a acontecer em muitos territórios europeus, quase esqueceu a manufatura e produção de bens e serviços, manteve a atividade agroflorestal olhada pelas práticas ancestrais e obrigou a um profundo servilismo.

O ouro do Brasil duraria menos de um século. As décadas entre 1730 e 1760 permitiram uma aportagem à metrópole de recursos como nunca.

Ilustração nº 12

Produção de ouro no Brasil durante o Sec. XVIII



Fonte:.Annual Gold Production in Portuguese Brazil (TePaske, 2010)[331]

De todo esse ouro resultou, em traços largos, uma obra simbólica, o Palácio de Mafra e uma presença significativa do barroco em centenas de templos católicos e em alguns palacetes que, seguindo a arquitetura chã, não se podem revelar património competidor no esplendor das grandes edificações europeias do mesmo período[332]. Os portugueses terão construído igrejas, mas não terão construído escolas.

Convém, porém, ponderar a dimensão da componente de receita destinada aos cofres reais e que advinha do imposto específico sobre o ouro. Em meados da segunda década do século XVIII esse imposto estava acima de 10% em cobrança, para, no início do processo de esgotamento da exploração, chegar a um quinto das mesmas receitas (Godinho, 1978). Esta demonstração do peso geral dos tributos deve ser segregada da arrecadação de ouro enquanto bem precioso.

[331] Ver em https://tinyurl.com/3yzrppdp , último acesso em 13 de outubro de 2022

[332] José Manuel Fernandes, no seu livro *Arquitetura Portuguesa – Uma Síntese* (2000) diz muito do que foi a arquitetura desprovida de "Império" e de ambição. "De facto, generalizou-se uma arquitetura que se pode dizer de base maneirista, enraizada nos modelos nacionais que se foi vendo, entretanto, definidos e formalmente simplificada por via da tradicional influência vernacular sobre a dimensão erudita … arquitetura essa assente em superfícies lisas e planas e em volumes nítidos, depurados do excesso decorativo que o barroco internacional então aceitava. Ela vai ser batizada por George Kuber de '*plain architecture'* (inspirado na palavra chã). Numa obra célebre, este autor considera-a existente desde o período de formação ao de desagregação, entre 1521 e 1706, ou seja, entre o apogeu do comércio das especiarias da India e o boom do afluxo do ouro provindo do Brasil. Resistente à aceitação do barroco, o *'plan styl*e' virá a perdurar e prolongar-se até ao limite do possível, atravessando temporalmente tendências renovadoras e tentativas de mudança."

Os *Livros de Manifesto* dizem, ainda e bem, da fuga e evasão que se verificava. O ouro transportado para a metrópole por oficiais reais, mas também por muitos comerciantes, serviu de "caixa dois" do rei e enriqueceu uma certa, mas restrita, burguesia integrada na cadeia de valor. Essa circunstância só foi possível pela aposta na escolta[333], por parte da armada real, dos navios transportadores (Costa, Rocha & Sousa, 2013, pp: 13 - 18).

Olhando para os registos portugueses e holandeses referentes ao período de 1720 a 1804, as remessas de ouro teriam atingido, pelas contas lusas, 271 053 contos e pelas Gazetas holandesas o valor de 323 051 contos, uma diferença de 190 923 contos. E mais é dito: "(…) dos 271 053 contos chegados ao reino, 221 081 (78%) tiveram como destino os particulares e só 59 967 (22%) os cofres da Fazenda Pública".

O Estado receberia sobretudo remessas em pó (50%), facilmente perdíveis entre processos de arrecadação, 30% em moeda e 20% em barra; os particulares assumiam 91% do ouro em moeda e só 6% em pó e 3% em barra (pág. 90). Ou seja, o negócio era profundamente rendoso para os particulares e mais volátil e pouco sindicado para a fazenda real.

Já se referiu a componente essencial do ouro do Brasil para a construção de edificações destinadas ao culto. Neste tempo ainda se mantinha em vigor o Padroado e a obrigação de financiamento da obra da Igreja. A dimensão patrimonial das Igrejas de Diamantina, do Pilar (Ouro Preto), São Francisco (Salvador) ou do Mosteiro de São Bento, indicam que uma parte muito significativa da receita da coroa haveria de se destinar ao esplendor da fé ficando mesmo no Brasil.

A desregrada atividade mineira tinha, nas últimas décadas do século XVIII, reduzido a menos de metade o valor da década de 1740 nas receitas para a coroa. Nem o aparecimento de diamantes, cujo comércio e lapidação Portugal praticamente desconhecia, seria suficiente para garantir a sustentação da metrópole depois de uma época de despesa incontida, em especial no reinado de D. João V.

O período áureo da exploração mineira no Brasil veio a consagrar, porém, um crescimento demográfico muito significativo. Nasceu ainda uma classe média de comerciantes e artesãos que viria a ser importante para o progresso do ideal independentista brasileiro.

[333] O Alvará de D. João V, datado de 1 de fevereiro de 1720, determinava a aplicação de um tributo no valor de 1% do valor do ouro transportado destinado ao financiamento da estrutura de guarda, de contabilização e fiscalização.

A centralização do poder com D. José I, a ação férrea do Marquês de Pombal, o terramoto de Lisboa, a política urbana dos Almadas no Porto e as suas consequências, fizeram com que a tentativa de aumentar impostos na atividade mineira e na exploração agrícola e florestal tivesse potenciado mais um dos momentos de afirmação do novo Brasil a caminho da independência. Entre a morte de Tiradentes, em 1792, a Conjuração da Bahia, em 1798, e a independência definitiva do Brasil, em 1822, só o curto período de presença da Corte haveria de permitir uma aparente normalidade política.

Ao avanço significativo dos movimentos independentistas brasileiros, que se consagrava no último quartel do século XVIII, somava-se uma desagregação do poder real e da presença da estrutura política e administrativa do Império. Os "senhores do engenho" e os aventureiros da "extração aurífera" passariam a observar uma penetração política em cada um dos Estados que obrigava à pulverização da ação governativa e ia até à privatização da administração da justiça.

Mesmo que em 1798 se tenha tentado consagrar uma visão normativa de império, pela proposta de Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar, e que se consubstanciaria num sistema político-administrativo que reunia todos os domínios ultramarinos – como províncias detentoras de iguais privilégios – e o reino de Portugal, caracterizado como entreposto comercial e centro político da unidade do Império, nada mais era do que uma recuperação manuelina de uma presença "merceeira"[334] (Oliveira, 2005, pág. 49).

É exemplo máximo dessa tutela perversa o Alvará de D. Maria I de 5 de janeiro de 1785. Nele se rompe com a esperança de um qualquer desenvolvimento tecnológico e de qualquer incremento agroindustrial ao se impor a proibição geral do estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. Excetuavam-se as atividades relativas à produção de tecidos grosseiros que servissem de vestuário dos negros e empacotamento de fazendas e outros géneros. Esta realidade económica provocará dois efeitos: o atraso estrutural na industrialização do Brasil; e um gravíssimo desequilíbrio da balança comercial.

Quase no final do século XVIII a metrópole ainda ensaiou um processo de modernização na administração colonial. Porém, a centralização e a desconfiança, herdadas da governação do Marquês de Pombal, haviam deixado marcas profundadas que só se foram apaziguando durante a presença da Corte no Brasil. Era também nítida a

[334] "Grocer King" - Tratamento que o rei francês Francisco I oferecia ao monarca português, in: *Portugal: o pioneiro da globalização: a Herança das descobertas*, pág. 141.

chegada das novas ideias que nasceriam da Revolução Francesa, a assunção dos destinos nas mãos dos brasileiros que inúmeros intelectuais e maçons passariam a reivindicar.

Gomes (2015, pp: 49 - 50) diz: "O que tinha acontecido com Portugal? Havia duas explicações. A primeira era demográfica e económica. Com uma população relativamente pequena, de três milhões de habitantes, Portugal não tinha gente nem recursos para proteger, manter e desenvolver o seu imenso Império Colonial. Dependia de escravos em quantidades cada vez maiores para as explorações das suas minas de ouro e diamante e as suas lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e tabaco. Com uma economia basicamente extrativa e mercantil, enfrentava escassez de capital. Embora os navios continuassem a chegar de todas as partes do mundo, a metrópole portuguesa era uma terra relativamente pobre porque a riqueza não parava ali. Lisboa funcionava apenas como um entreposto comercial."

Sobre a maldição económica do século XVIII, Davis & Palma (2021) escrevem que quase tudo correu mal por este tempo. A importação do ouro fez apreciar, de forma significativa a taxa real de câmbio, os preços do bens comercializáveis permaneceram estagnados com exceção do trigo, as importações aumentaram em simultâneo com o aumento das remessas de ouro, atinge-se um défice insuportável e as exportações declinaram completamente.

Para além disso, a parcela do emprego fora da agricultura, que tinha vindo a crescer a níveis próximos de outros países europeus reduziu-se em um quarto. O PIB, que aumentou sensivelmente no curto prazo, viu-se a regressar a um perfil anémico ainda no terceiro quartel de setecentos.

Verificou-se, neste século, uma divergência profunda entre a existência de recursos e a competência para a sua aplicação, situação que se terá revelado central para o atraso da economia portuguesa nos séculos seguintes.

3.2.3.4. A colonização do colonizador – o império do Brasil 1808/1821

Não foi uma transferência da corte para a colónia, foi a entrega do território português na Europa à Grã-Bretanha e fazendo dele um protetorado. A total incompetência do Conselho de Regência, que se manteve durante as invasões francesas sem liderança e sem objetivos, só foi resolvida pela ação política e militar dos ingleses e já na terceira invasão (Rui Ramos, 2009, pp: 446 - 453).

Na História Universal assinala-se a única situação em que um monarca "transfere" a corte para uma colónia. Não se trata de coisa de somenos, sim de uma menorização política absoluta.

D. João VI haveria de se confirmar rei e aclamado em território brasileiro. Este gesto é apreciado de descomunal relevo para demonstrar a especial leitura do regente no que se refere à presença colonial ou mesmo na consideração de uma outra visão de império. Porém, olhando todos os outros impérios que se relevam no espaço intercontinental só se poderá desconsiderar a decisão.

Há uma pergunta que se coloca e que até hoje não obteve uma resposta fiável: por que não escolheu D. João VI o exílio em Inglaterra? A resposta, mesmo que cruzada com importante correspondência diplomática, só pode ser intuída: porque para os ingleses a viagem da família real para o Brasil seria profundamente compensadora[335][336].

Poucos dias depois da chegada ao Brasil, a primeira carta régia determinaria a abertura dos portos brasileiros a todas as nações "amigas". O fim das obrigações coloniais que impunham carreiras *import/export* unicamente com a metrópole teve o duplo efeito: franquear os portos do Brasil para o mundo e criar ciclos de interesses e de comércio que jamais poderiam ser revertidos. Estava-se, pois, perante a construção de uma nova entidade comercial a caminho da emancipação.

Entretanto, a metrópole era pretensamente governada por uma junta a que presidia Beresford, detendo um poder único no controle do exército, da marinha e da economia. Esta economia viva uma profunda crise decorrente das invasões mas também pelo facto de ter cessado o monopólio do comércio com o Brasil.

A vida política era atravessada pelos ventos liberais, a estrutura urbana desmembrada e o mundo rural havia regressado a uma situação de pobreza extrema.

A corte no Brasil haveria de fazer nascer novos instrumentos de governação naquele principado. A criação do Banco do Brasil assume papel decisivo, mas a abertura da Imprensa Nacional, central para as determinações régias e para a unificação da

[335] "1642, 1653, 1660, 1662, 1703, 1810 assinalam uma série de tratados de aliança e comércio com Inglaterra tendentes a institucionalizar entre os dois países relações de troca desiguais, o que, mais do que perfídia inglesa, reflete a posição periférica (ou semiperiférica) de Portugal no seio da economia-mundo europeia. Através das manufaturas inglesas vinham os mercadores, que, por sua vez, se implantavam na produção e comércio do vinho do Porto, bem como noutros setores da atividade mercantil e de transportes. E com eles vinham os embaixadores e as ordens, pressões ou chantagens da Inglaterra. Portugal vivia tutelado pela sua mais velha aliada." Ver Maria de Fátima Bonifácio, *1984, 1834-42: a Inglaterra perante a evolução política portuguesa (hipóteses para a revisão de versões correntes)*, Lisboa, Análise Social, vol. XX (83), pp. 467-488.

[336] Em Londres, como Ângelo Pereira (1956, pp: 50-51) comprova através da correspondência de D. Domingos de Sousa Coutinho, os emissários do reino, por sua conta e risco, permitiam a ocupação da Madeira, dos Açores e da Índia Portuguesa através de tratado secreto.

administração e do aparato militar, acompanhada da criação de uma nova Fábrica de Pólvora, que substituía o monopólio de Barcarena, assinalam, de forma pomposa esse novo tempo. (Malerba, 2000)

A anormalidade institucional portuguesa viria a repercutir-se na necessidade de se encontrar uma sustentação simbólica que permitisse reconhecimento. A implicação dos atos prévios ao Congresso de Viena, em 1815, consagra um outro império onde já não se contava com o Oriente e ainda não relevavam os postos africanos – Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Porém, esta "(…) construção imperial não passou de figura de retórica, com que a Coroa brigantina procurou desfazer a penosa impressão criada na Europa pela sua retirada súbita para os domínios americanos, apresentando-a como uma medida de *alto descortínio* destinada a habilitar Portugal a retemperar-se no Novo Mundo para regressar ao Velho na condição de potência de primeira ordem." (Mello, 2002, pág. 46)

O regresso de D. João VI, preocupado com um possível golpe,[337] e por indulgência dos ingleses, a consagração do movimento liberal, a determinação em Lisboa da primeira assembleia que vai redigir a inaugural *lei magna*, as revoltas dos setores brasileiros mais dinâmicos e ambiciosos, sempre apoiantes do Infante D. Pedro e por ele sempre utilizados, levam à proclamação do império do Brasil em 1825 e ao fim da presença lusa nas Américas (Beauchamp, 1834, pp: 88 - 96).

Para o que interessa a este capítulo, a leitura económica do Império, sempre se pode afiançar em três elementos: 1º o Estado da India afirmou-se irrelevante no contexto das preocupações da coroa durante a sua presença no Brasil; 2º o Brasil, em especial as suas elites caudilhistas, viram nascer um potencial de afirmação e de desenvolvimento comercial que as portas abertas lhe haviam garantido; 3º a metrópole estava praticamente desfeita na sua capacidade política e económica.[338]

Os gritos de portugalidade que o salazarismo consagrou e os mais recentes afloramentos nacionalistas, portugueses e brasileiros, têm proclamado, tentaram criar uma espécie de impérios siameses que se fizeram em conjunto a partir de 1500. Não é, contudo, esse o sentimento do pensar Brasil que resultou do Grito do Ipiranga. Portugal seria consagrado, até à ditadura de Getúlio Vargas, como um atavismo com uma língua

[337] Ângelo Pereira (1956, pp: 293-296) púbica uma carta de José Anselmo Correia, um diplomata leal a D. João VI em que se conhece a estratégia do "partido da nobreza" para substituir a dinastia de Bragança pelo ramo Cadaval sob o pretexto da ausência do rei. Esse processo era acompanhado pelos interesses de Espanha, França e Luxemburgo.

[338] Cardoso, Manuel Fernando Vizela Marques, 2010, *Portugal nas vésperas das invasões francesas; contexto geopolítico e geoestratégico*, in: Revista Militar N.º 2497/2498 - Fevereiro/Março, pp 137 – 167 – ver em: https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/545 , último acesso em 13 de outubro de 2022

parecida, mas que não se irmanava numa partilha histórica. Nos dias de hoje confirma-se tal comportamento, com negação sistemática de uma integração consistente na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Fino, 2019, pp: 437 – 447).

3.2.3.5. Da tentativa de refazer o reino à ameaça aos territórios africanos - 1821 / 1885

Não se conhecem estudos relevantes sobre o impacto que a independência do Brasil veio a ter nas finanças régias. Trata-se, aliás, de um campo que não foi ainda indagado em profundidade como aconteceu, aliás, com o período filipino em que se deu, na realidade, o término da importância territorial do Estado Português da Índia.

Mas este quinto tempo da história dos tais impérios que se foram construindo e destruindo, revela-se no início do processo de competição dos recursos naturais africanos que, fruto da consolidação da revolução industrial, seriam determinantes para o progresso das potências europeias.

Valentim Alexandre (2004, pp: 959 - 979) assume uma leitura bondosa da separação do Brasil e o anúncio de uma nova fase, a africana, que haveria de se revelar significativa. Reivindicando as obras de R. J. Hammond, o caso português representaria um exemplo claro de um imperialismo de prestígio em que os feitos históricos se sobrepõem às aplicações sociais e económicas; e olhando Gervase Clarence-Smith, observava-se este novo tempo dos portugueses como que o aflorar de um novo mercantilismo em que novas praças e novas entradas de divisas se faziam anunciar.

Acontece que o tempo posterior negaria ambas as teorias e, *pour cause*, poria em risco uma visão de novo império que Alexandre diz estar a ser construído.

A monarquia portuguesa encontra-se no século XIX, num processo lento de degeneração. O atavismo perante o progresso das máquinas a vapor, a cristalização de uma agricultura de servidão e subsistência, a nobreza reduzida ao quinhão europeu e a pequenos lugares de governança distantes e pobres, a burguesia que, pelas invasões francesas e pela perda das linhas do Brasil entrou em profunda decadência, outorgavam um futuro imediato muito negro.

Costa, Lains & Miranda (2011, pp: 304-305) escrevem que depois do regresso da corte do Brasil: “O produto agrícola nacional cresceu a uma taxa aproximada de 1% ao ano, em termos reais, entre as décadas de 1850 e 1900. A produtividade do trabalho

agrícola, por seu lado, teve também uma evolução positiva, crescendo a taxas da ordem de 0,6% - 0,8%." A acreditar nestas estimativas, baseadas em estatísticas oficiais, cuja fidedignidade não foi ainda suficientemente debatida, o comportamento da agricultura nacional pode comparar-se de forma favorável? Nega-se tal visão. O que os autores nos dizem também, é que os indicadores comparam com os da agricultura britânica no período da revolução industrial (1780-1840), ou seja – com quase um século atraso.

Contudo, é evidente que, quando se confronta o crescimento da produção agrícola portuguesa com o de outros países de maior desenvolvimento, é necessário ter em conta os baixos níveis em que se situava na segunda metade do século XIX. Regra geral, quanto mais baixo é o ponto de partida, mais fácil é encontrar taxas de crescimento elevadas.

Para melhor se entender a situação económica do país, importa ter em conta que se está no interregno entre a perda do Brasil e o início do incremento colonial africano.

O Século XIX assume uma profunda transformação política e constitucional. Se as questões políticas internas assumiram conflitos militares relevantes e, por essa via, voltaram a implicar na economia fazendo com que o país se atrasasse no processo de modernização industrial, não era sobre o Império que se haveria de encontrar divergências entre liberais e absolutistas ou nos seguintes enquadramentos partidários.

A situação política foi sempre instável, a situação económica profundamente débil e iniciava-se uma processo de implicação da *cidade* por parte dos intelectuais. Nascia e desenvolvia-se o movimento republicano que haveria de levar à mudança de regime em 1910.

Mas qual era a visão política e económica sobre o Império existente no abeirar do último quartel do seculo XIX?

Se os republicanos defendiam África por serem profundamente nacionalistas e por acharem que poderia ser por aí que se extinguiria, de forma rápida, a dinastia dos Bragança, esta, por sua vez, sentia que a salvação do Portugal letárgico só se poderia garantir com uma ação reforçada nos territórios africanos relevantes de Angola/Cabinda, Moçambique e São Tomé e Príncipe[339].

Seria através dessa implicação de opostos na mesma causa que nasceria a pretensão de Portugal de fazer ligar os territórios de Angola aos territórios de Moçambique, afirmando-se como uma potência africana relevante – o Mapa cor-de-rosa.

[339] Cabo Verde, Guiné, e São João Batista de Ajudá revelavam-se como entrepostos já sem evidente importância comercial. A sua relevância estratégica inseria a leitura histórica das navegações e a necessidade de garantir abastecimento e fornecer segurança às embarcações de bandeira portuguesa.

O *Ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, que arruína a ambição portuguesa, é mais uma demonstração da permanente opção inglesa pela não bilateralidade na relação diplomática com Portugal. Em boa verdade, se todos os anteriores acordos ou concessões haviam permitido a manutenção de uma dependência política e comercial, o que haveria de impedir a construção de uma linha de território entre o Cabo e o Cairo, próprio ou concordatário, por parte dos eternos aliados de Portugal? (James, 2018, pp: 87 - 100).

Analisados os resultados da Conferência de Berlim[340] poder-se-á dizer que Portugal, já longe de ser uma entidade relevante na sua dispersão continental, não conseguiu ligar Angola[341] a Moçambique, mas conseguiu garanti-las por mais nove décadas e até à instauração do regime democrático de 25 de abril de 1974 (Martinez, 2010, pp: 607 - 619).

A questão que se colocava a Portugal era a de garantir a presença nos territórios agora confirmados tendo em conta três circunstâncias relevantes: a valorização da condição da economia e das finanças do Estado que em todo o século XIX haveriam de sucumbir em vários tempos; a garantia de povoamento tendo em conta que a metrópole não tinha mais de 5 milhões de almas; e o fornecer de conhecimento e tecnologia num país que estimava uma taxa de analfabetismo das mais elevadas da europa (Birmingham, 2018, pp: 142 - 148). À Conferência de Berlim e ao *Ultimatum* se voltará.

Mas regressa-se novamente a Costa, Lains & Miranda (pp: 442-343) para se olhar o estado das finanças reais. Entre 1800 e 1846, dados recolhidos de várias fontes, Portugal verificou sempre défice significativo, com exceção do ano de 1812. Mas o mais relevante é que, a partir do regresso da casa real, esse défice foi sempre superior a 10% ao ano.

Tornava-se pois, muito difícil a situação da metrópole na relação com os territórios do Império, mas foi possível, na segunda parte do século XIX, desenvolver um processo minimamente sustentado de conhecimento dos territórios.

As missões de reconhecimento africanas serviriam para identificar e para mapear. Avaliariam, ainda, potencialidades e oportunidades, mas pouco avançaram até ao impulso colonial do Estado Novo a partir da década de 30 do Século XX.

Será difícil saber se já há uma leitura colonial ou se ainda vigora uma visão imperial quando se determina história neste período que vai da perda do Brasil até ao final

[340] Conferência e Berlim (1884/1885) determina a partição do continente africano. Nela participam os Estados europeus Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Noruega, Holanda, Rússia, Suécia e Portugal e, ainda, Os Estados Unidos da América (a primeira antiga colónia a partilhar as decisões sobre novos Impérios) e o Império Otomano.

[341] Na Conferência de Bruxelas (1876) o antigo Reino do Kongo, entidade que Portugal havia considerado reino irmão ou protetorado, havia sido dividido em três partes – Congo Belga; Congo Brazzaville (francês) e Angola.

do Século XIX. Não será porém, a visão ideológica de um império que afiança essa presença africana. Também não será a consagração colonial, porque Portugal não assumia mais do que umas poucas presenças humanos de colonos, colonos esses com um desconhecimento profundo do continente que outras potências europeias haviam de mapear e invadir de forma mais rápida e mais mercenária (Sideri, pp: 289 - 307).

3.2.3.6. Da Conferência de Berlim à Constituição do Estado Novo – 1885 / 1933

3.2.3.6.1. A Conferência de Berlim

A leitura sobre a Conferência de Berlim, que se realizou entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, assume, na historiografia portuguesa, interpretações diferentes dependendo da análise que se faça das conclusões que ela validou e dos seus impactos.

Se um olhar simples do que haveria de ser decidido poderia ter consagrado um Portugal ainda parte substantiva da negociação, as implicações seguintes, a presença no continente dos outros subscritores, o poderio bélico e económico que esses outros signatários haveriam de lhe dedicar, agora sujeito a uma partilha pelas potências europeias sob o olhar atento dos Estados Unidos da América, assumiam um novo e exigente comportamento por parte do Estado português. (Cabral, 1981, pág. 323)

A Conferência de Berlim era já a segunda etapa de um prévio entendimento entre as principais potências europeias. A Conferência Geográfica, que em 1876 reuniria Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra, balizaria os interesses de cada um destes países[342].

Inglaterra queria uma posição de relevo, pela sua presença em territórios que permitiriam os três elementos centrais: matérias-primas; controle estratégico; e investimento das suas companhias. A Alemanha seguia por mimetismo o comportamento inglês e assumia uma outra opção geopolítica que resultava da limitação da França em partes relevantes do território. À França importava a garantia da Argélia e de Marrocos e

[342] "En 1879 eran relativamente escasos los lugares de África com gobierno europeo. Francia controlaba Argelia; Túnez y Egipto, nominalmente parte del imperio otomano, se estaban aproximando de un estatuto colonial. En África ocidental el control europeo no pasaba de la costa, salvo en Senegal y Costa de Oro. Portugal detentaba extensas regiones, pero su gobierno era prácticamente inexistente. Sólo en ele extremo meridional se halla una superfície apreciable sometida a dominio europeo. Pero una sola generación más tarde todo el continente, salvo Etiopia y Liberia, dependian más o menos directamente de una u outra de las potências europeas." *Gran Enciclopedia Del Mundo*, 2003, Durvan SA, pp: 21.060 – 21.062.

a construção de uma presença territorial e política alargada de influência ao Senegal e ao Congo.

A pergunta que se pode colocar é a que se prende com a presença da Bélgica. Não sendo historicamente uma potência europeia ou colonial, a Bélgica haveria de se "apropriar", através da Associação Internacional do Congo criada em 1877/1878, de um vasto território que em muito conflituava com a presença portuguesa. O Estado Independente do Congo, na direta dependência do Rei dos Belgas, que nasceria em 1885, era suficiente para que, no farol dos interesses das três potências europeias, pudesse ajudar a neutralizar Portugal e a garantir espaço de manobra, em especial à França e à Alemanha.

A preocupação de Portugal, que se se tinha acentuado a partir de 1876, levará a uma negociação com Inglaterra no sentido de uma garantia de segurança, em especial na abonação de uma autoridade portuguesa sobre as suas margens do Zaire. Porém, essa via fluvial era demasiado importante para que se retivesse unicamente em mãos portuguesas, mesmo que garantidas pelos ingleses (Afonso, 2008, pp: 12 - 15). Tal tratado nunca haveria de ser ratificado e, logo de seguida, a Conferência de Berlim abriria uma outra página de natureza multilateral.

O Acto Geral da Conferência, de 26 de fevereiro de 1885, assinado por 14 países, viria a ser muito relevante para a determinação da liberdade de comércio nas bacias do Zaire e do Níger. Mas sobre o Zaire, que dizia respeito a Portugal e à sua reivindicação histórica, a Conferência, para além de determinar, com falhas, o âmbito da bacia, haveria de confinar ainda uma neutralidade dos territórios convencionados no âmbito da mesma bacia (Caetano, 1963, 79 - 117).

A assinatura do Acto Geral[343] haveria de ampliar as divergências profundas que se viviam na vida política e governativa do reino. Num tempo que os governos se

[343] Duarte Ivo Cruz, em *Portugal na Conferência de Berlim*, analisa a correspondência trocada entre Carlos Roma du Bocage e seu pai, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Barbosa du Bocage. Não se releva a imensa informação que nelas está, porque carece de uma leitura comparada e um cruzamento com a imensa documentação à guarda do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Arquivo Nacional – Torre do Tombo.
Importa, porém, validar três conclusões que se tiram das epístolas do Capitão Carlos Roma. A primeira é a que revela do nepotismo existente – um ministro que nomeia o seu próprio filho para uma missão em que se afirma relevante a informação não oficial e a preocupação com a nomeação para os órgãos sociais do caminho-de-ferro (carta de 9 de fevereiro); a segunda é a que resulta da inversão de responsabilidades, um quase menosprezo da unidade de comando essencial a uma posição clara e entendível pelas Nações contratantes; a terceira é a que se retira dos contactos que Roma du Bocage enceta, sem qualquer respaldo ou autorização, com o Presidente do Conselho francês (cartas de 31 de dezembro de 1884 a 15 de janeiro de 1885). Toda a correspondência é recheada de uma classificação da ação diplomática, uma sujeição aos humores de uma figura que deveria ser complementar por se tratar de um adido militar (cartas de 31 de janeiro a 3 de fevereiro).
Calos Roma é ainda claro na afirmação de uma leitura passional, em especial no que se refere ao pessoal diplomático, em especial Fernando de Azevedo que o havia acompanhado a Paris (carta de 28 de janeiro), confirmada pela negação do encontro com as senhoras da sociedade berlinense (carta de 6 de fevereiro). Essa atitude é ampliada pelo extasse com que fala do Príncipe Imperial, da sua proximidade, e de uma hipotética intimidade (cartas de 6 e 16 de fevereiro). A relevância das cartas de Carlos Roma du Bocage poderá advir de uma investigação posterior a esta tese, pelas

sucediam sem garantia de estabilidade, em que a saúde das finanças públicas se revelava profundamente frágil, em que os movimentos republicanos se asseveravam nas mínimas falhas de uma monarquia decadente, o resultado de Berlim não haveria de passar incólume.

Mas seria a grande mudança que se certificaria na legitimidade da presença, que haveria de fazer reponderar o processo de menorização (ou não) de Portugal. João Freire (2011, pág. 211) é claro no que resultou ao dizer que "(…) o princípio fundamental que ficou consagrado na Conferência de Berlim para legitimar a presença em África foi o da ocupação efetiva daqueles territórios por parte dos novos impérios coloniais, com desatenção no princípio da anterioridade histórica reivindicada por Portugal (…)".

Para que se considerasse haver uma presença nos termos de Berlim haveria de se inventar uma administração capaz e presente que permitisse a atenção aos povos locais; uma robusta capacidade militar; abertura a capitais nacionais e estrangeiros que afiançassem a soberania portuguesa e sob a sua autoridade desenvolvessem a economia e as infraestruturas; e, ainda, a capacidade de criar e desenvolver um sistema de educação que valorizasse as populações locais, 400 anos depois da chegada dos portugueses.

Essas condições não encontravam eco na realidade metropolitana. População insuficiente, elites impreparadas, ausência de capital, estruturas de defesa quase inexistentes, total desconhecimento dos mercados internacionais para a captação de investimento era o retrato de Portugal em tempos da Conferência de Berlim (Rodrigues, 2009, pp: 291 - 302).

Domingues (1990, pág. 183) escreve : "O certo é que Portugal vive alheado desses recursos ultramarinos durante o decorrer de praticamente todo o século XIX – em termos económicos o Brasil deixara de contar efetivamente havia alguns anos – e até ver consignado pela comunidade internacional a posse e domínio efetivo dos territórios que grosso modo correspondem hoje a Angola e Moçambique. Mas a 'partilha de África', decidida à mesa das negociações pelas potências europeias, foi contrária às pretensões portuguesas (…)".

dimensões vastas que encerra e pela leitura psicológica que poderá permitir das relações diplomáticas em contexto das grandes Conferências Internacionais.

3.2.3.6.2. O Mapa Cor-de-Rosa e o *Ultimatum*

A leitura histórica dos anos que se seguiram à Conferência de Berlim não pode, porém, deixar de ser considerada para o encontro das razões que levaram Portugal a desenvolver estudos e a iniciar a planificação de uma ação de colonização que permitisse ligar Angola a Moçambique e iniciar um processo de presença efetiva do território.

A insatisfação que se verificava nas elites políticas pelo facto de se terem eliminado os direitos históricos de Portugal, associada à utilização da questão colonial para a afirmação dos movimentos republicanos, forçava os governantes e as altas patentes militares ao encontro de um programa que permitisse manter uma autonomia estratégica mínima inerente à observação de uma certa deferência, relativamente às restantes potências colonias, nos direitos de passagem (Ramos, 2009, pp: 561 - 565).

Desde a década anterior à Conferência, que exploradores portugueses tinham iniciado, vagarosamente e com recursos parcos, o reconhecimento dos territórios que haveriam de ser consagrados na dependência de Portugal pelos acordos seguintes a Berlim. (Noronha, 1934)

Bem explica esta nova perspetiva africana o texto de Guevara (2006, pág. 76) quando diz que se verificou uma imediata "(…) corrida para África, pois, na prática, os territórios pertenceriam ao país que primeiro chegasse e içasse a bandeira, colocando uma guarnição (…)". Apesar de se ter verificado uma certa pendência da obsessão inglesa da ocupação real, isto durante a Conferência, a verdade é que nos anos seguintes todos os países europeus se viraram para a incursão de forma acelerada.

Não viria a acontecer cabalmente com Portugal essa aceleração. Porque Inglaterra usaria a sua supremacia colocando a monarquia de D. Carlos I numa posição política, nacional e internacional, de extrema humilhação.

Importa recordar que o monarca português haveria, ele mesmo, de ser protagonista de uma opção estratégica no seu casamento de Estado.

A primeira tentativa de encontro de uma rainha consorte havia caído na filha da Grã-duquesa de Baden e neta do Kaiser Guilherme I. Tal casamento, numa altura em que se afirmava o poderio geopolítico da nova Alemanha unificada, poderia permitir uma outra liberdade a Portugal no contexto europeu e na ótica dos territórios ultramarinos.

O casamento não se haveria de concretizar, até porque se afirmava difícil a aceitação do catolicismo, com uma renúncia ao luteranismo, por parte da princesa alemã. O ainda príncipe Carlos haveria de optar pela filha do Conde de Paris. Este acordo

matrimonial, apesar da posterior amizade entre D. Carlos e Eduardo VII de Inglaterra, não autorizaria um crédito complementar, no universo da colonização de Africa, a Portugal, antes pelo contrário. Nada valeu ao reino perante o *Ultimatum* recebido. Este foi o elemento terminal que derreteu a potência africana que muitas das elites portuguesas tinham ambicionado. Só tinham passado apenas cinco anos de Berlim.

Ligar Angola a Moçambique, estruturar uma rede territorial determinante em África, obrigar as restantes potências a considerar Portugal no âmbito dos grandes projetos de infraestruturas, garantir a complementaridade dos recursos naturais, pressupostos do Mapa, não sairiam do pensamento das ilustres figuras da Sociedade de Geografia de Lisboa[344].

Havia, no entanto, uma outra realidade que interessa trespor. Rui Ramos (2009, pp 551 – 560) diz bem do sentimento que existia no governo. Luciano Cordeiro, que cairia pela implicação do *Ultimatum*, havia deixado clara a sua leitura sobre a realidade ultramarina portuguesa quando, em 1884, afirmou: "(…) possessões ultramarinas temos nós de mais para os nossos recursos".

E Ramos assinala ainda o que de mais relevante aconteceu para que Inglaterra colocasse Portugal numa situação sem saída – a tentativa de uma aproximação à Alemanha que libertasse Portugal da permanente tutela inglesa; e o envio de expedições com o objetivo de submeter as populações locais nos territórios em contestação o que, pelas conclusões de Berlim, seria inadmissível. Campos diplomáticos encerrados em ambos os universos políticos.

Entre o dia 11 de janeiro e o dia 20 de agosto de 1890, momento em que António Serpa Pimentel assina um pouco satisfatório tratado com Inglaterra (Serrão, 1986), o país bem se envolve em manifestações, subscrições nacionais, proclamações, e até o retorno dos filhos das elites que estudavam em Londres. Este estado de espírito, a insurreição que se seguia ao enxovalho internacional, reunia, como diz Teixeira (1990, pp: 105 - 110) o vasto panorama das letras e das ciências. Uns porque estavam mesmo profundamente implicados na opção ultramarina lusa, outros porque encontravam na mole humana que

[344] Ângela Guimarães consagra a Sociedade de Geografia de Lisboa como o centro ideológico do colonialismo português dos séculos XIX e XX. Constituída por intelectuais e comerciantes com poder reduzido, entravada na progressiva guerrilha política entre republicanos e monárquicos, a SGL assume o seu papel em Portugal nas suas consagrações iniciais: "Em outros países onde caducas civilizações forcejam para esconder a luz da ciência vastas porções de terra, lá vão os modernos paladinos em santa e pacífica cruzada arrancar o segredo dessas raças adversas que pareciam querer morrer abraçadas a retrógradas tradições; e nesses países imersos no rigoroso inverno da barbárie, são eles os percursores dessa grande e eterna primavera que deverá reinar por fim, quando o sol da civilização e do amor se erguer na sua serena e suave majestade, para todos os povos da terra."

se expressava contra os ingleses os motivos suficientes para uma mudança de regime que se certificaria passadas duas décadas.

A situação política, a posição de Portugal no mundo, em especial na Europa, que havia subscrito Berlim, era absolutamente inaceitável. "Quem é que nos respeita desde o *Ultimatum* inglês? A Alemanha arreando a nossa bandeira em Kionga? A França, disparando aos nossos governos as insolências com que oficialmente deu força às reclamações injuriosas dos nossos credores? Respeita-nos a própria Inglaterra que, ainda há pouco, na guerra com o Transvaal, nos forçou a violar a nossa neutralidade atravessando-nos o território com os seus soldados?", escrevia Bernardino Machado em 1905.

A ideia de uma ligação entre Angola e Moçambique não era nova. No reinado de Filipe I já se havia colocado e mesmo em 1563 se havia ponderado essa hipótese (Ferreira, 2002, pp: 61-62). Mas sempre tinha sido uma reflexão romântica tendo em conta os recursos procurados. As especiarias, o açúcar, o pau-brasil, o café e o ouro, somaram-se ao negócio negreiro e sempre foram os elementos fundamentais para a construção e presença no Império.

Há, também, no pensamento das elites portuguesas, acreditando que as grandes potências tinham aceitado Portugal em Berlim e por essa via respeitariam um parceiro sentado à mesa dos maiores, uma visão profundamente ingénua, até pueril, que permitiria ambições.

Essa visão estagnada do pensamento português, resulta da depauperação do capital agrário e da incapacidade de entender e aproveitar o nascimento da era industrial. Porém, essas leituras do país e do mundo estavam presentes nos dois lados da barricada política e eram também essas circunstâncias que levariam Portugal, já depois da instauração do regime republicano, a continuar uma ambição de império.

Pedreira (2019, pág. 58) diz isso mesmo numa escrita dececionada. "Numa economia que mudava lentamente e que por isso se atrasava, os capitais, que eram escassos, procuravam a segurança que só excecionalmente, sob a forma de privilégios e proteções, os empreendimentos coloniais ofereciam. A natureza dos impérios era a mesma, providenciar aos seus beneficiários, sob proteção política e quando necessário militar, vantagens no acesso a recursos, produtos e mercados. Entre a debilidade da economia interna e as difíceis condições encontradas nos domínios, algumas das quais legadas pelo tráfico de escravos, não se formou a capacidade, a energia, a persistência para fazer valer essas vantagens e gerar mais do que um crescimento lento, que manteve

o impacto económico do Império muito longe das ambições, porventura quiméricas, mas partilhadas por largos sectores da sociedade."

A crise diplomática com Inglaterra criou ondas de nacionalismo como poucas vezes se constataram em Portugal. Porém: "Em 1890, para além do ultimato, a grave crise financeira provocada pela drástica diminuição das remessas dos emigrantes no Brasil e pela diminuição das exportações, aliada a uma crise política, conjugaram-se para que Portugal se sentisse cercado. A 13 de junho de 1890, o país entrou em bancarrota, parecendo então que a soberania nacional estava em perigo mais do que nunca." (Barros, 2011, pág. 84). Anunciava-se o fim da dinastia dos Bragança e da monarquia portuguesa.

Villaverde Cabral, na sua análise sobre a economia do século XIX (1981, pp: 326-327) diz que a agricultura estava em profunda crise, fruto da sua incapacidade para concorrer, pelo preço, nos mercados; que existia um enorme risco de crédito implicado pela realidade parasitária dos proprietários; que o protecionismo à industria impedia bens melhores e mais baratos; que as políticas aduaneiras se afirmaram insuportáveis para o mercado; e que o mercado colonial se encontrava estagnado.

Perante esta realidade, foi apresentado em Cortes um Projeto de Fomento Rural que limitava o parcelamento e aumentava a produção tentando melhorar a economia metropolitana. Não vingaria. Mas para além desse projeto, existiam ainda duas prioridades – o desenvolvimento das manufaturas e das colónias, prioridades que também pareciam não se evocar na governação.

E sem partilhar a opinião de Hammond de que o imperialismo português era a-económico, rejeitando a leitura de que o Império tinha sido uma infelicidade, Cabral não deixa de reconhecer a existência de um campesinato pobre, de uma pequena-burguesia arruinada enquanto sinais de um Portugal inconseguido sempre a postos para uma incorporação ibérica.

Santos (2001, pp: 185-207) ao analisar a crise financeira do final da monarquia, explica: "A crise de 1891 foi uma crise financeira porque as finanças do Estado e o sistema bancário entraram em colapso. Depois, esta crise financeira tornou-se imediatamente uma crise económica, porque provocou uma estagnação do crescimento e da riqueza." Esta situação não seria a primeira nem única ao longo do século XIX. Aliás, a projeção da economia portuguesa, desde a chegada da Casa Real do Brasil até à implantação da república, foi sempre limitada pelo gasto público, circunstância que impedia níveis de crescimento pertinentes. Relevava dessa política o regime monetário que a partir de 1854, com o objetivo de atrair investimento estrangeiro, veio a verificar-

se profundamente pérfido, assumindo Estado o esforço ciclópico e inaceitável do investimento público e o risco do investimento privado. A dívida do mesmo Estado, entre 1854 e 1899 aumentaria sete vezes, sendo que a dívida interna cresceria nove vezes. (pág. 191)

E Santos escreve ainda sobre a fazenda pública: "Pagando as suas despesas correntes dentro do país com notas de valor fictício, teve de declarar o seu curso forçado, isto é, obrigar os agentes económicos a aceitá-las como dinheiro: caso contrário, como sobreviveriam aqueles a quem o Estado pagava em papel?" Esta situação causou: " (…) a crise dos trocos, obrigou o comércio de Lisboa aceitar as notas e a circulação destas em regime de inconvertibilidade (…)" (pág. 203)

O século XIX, reverente nas conquistas políticas, aberto na liberdade de pensar, escancarado perante as implicações ideológicas europeias, não foi um tempo que permita uma leitura positiva da política imperial. A situação económica, com curtos momentos de estabilidade, foi sempre crítica e nunca acompanhou a velocidade dos demais países do centro e norte da Europa.

3.2.3.6.3. A república, o Império e a participação na Grande Guerra

O Império, a par da grave crise política, económica e social, havia sido uma das razões para a implantação da república. Não havia questionamento sobre a dimensão ultramarina de Portugal, sobre a dependência de territórios africanos e asiáticos da metrópole europeia.

Garcia (2011, pp. 73 - 75) diz bem da naturalidade com que o novo regime aborda o mesmo Império. Em 1911 cria um ministério específico para tratar deste universo espesso de políticas, e em 1913, no governo de Afonso Costa e com Almeida Ribeiro na pasta, haveria de ser apresentada à Câmara dos Deputados uma iniciativa legislativa para a administração ultramarina. Em agosto de 1914 seriam publicadas as Cartas Orgânicas que determinariam os enquadramentos organizativos de cada território. Porém, só em 1917 haveria se se verificar uma nova atenção legislativa, também de envio de missões aos territórios, muito assente no facto de se assistir a uma cobiça muito especial dos vizinhos (Inglaterra e Bélgica) e de uma atitude ostensiva da Alemanha como já se referiu (Proença, 2008, pp: 74 - 78).

Portugal procurava um itinerário, ainda inseguro, para um processo de colonização mais acelerado. E é ainda Garcia (pp. 82 - 82), citando Castro & Garcia[345], quem torna claro o que se deveria considerar como os antípodas do processo colonial português: "Os ingleses têm pelo negro o mais afrontoso dos desprezos. Não o consideram gente: tratam-no, porém, como a um animal, alimentam-no convenientemente e não lhes fornicam as mulheres. Os portugueses não. Exploram o negro o mais que podem, não lhe pagam e não lhe dão de comer. Em troca civilizam-no. Civilizar para eles significa sifilizar-lhes as mulheres e por eles toda a raça, e alcoolizar os homens, incapacitando-os a todos para a vida e o pensamento. A obra da colonização portuguesa resume-se a isso." Esta leitura crua, mas credível para os padrões mentais das elites portuguesas, não implicaria qualquer alteração da política. Spínola andaria, em 1973, pelo mesmo diagnóstico.

Por muitas razões, entre as quais as que se prenderiam com os impactos da Conferência de Berlim e do *Ultimatum*, os primeiros anos da República ofereceriam um regime em perigo. Esta é a conclusão medial da inclinação de Portugal para uma participação na Grande Guerra 1914-1918 que haveria de se inscrever na História Mundial como o primeiro grande conflito bélico a nível planetário[346].

Não haviam passado quatro anos desde a instauração da República em outubro de 1910. O reconhecimento do novo regime, apesar de certificações diplomáticas dos principais Estados europeus, tardava em se verificar de facto. Havia, pela instabilidade política interna, a necessidade de reunir um apoio público para que se consagrasse um inimigo externo e permitisse a confirmação de uma república radical que era por Afonso Costa reivindicada (Duarte, 2016, pág. 12).

Não era fácil a uma parte dos republicanos a assunção de uma visão benévola da velha aliança com Inglaterra. Por fundamento ideológico, por se ponderar o exílio do rei, D. Manuel II, por se ter sempre presente, assinaladas nos séculos de dependência, as enormes vantagens comerciais e geoestratégicas que subordinaram Portugal. Também não era fácil, como os historiadores mais recentemente habilitam, a que se aceitasse o momentâneo entendimento entre Inglaterra e Espanha, afirmando-se esta um potencial perigo para a república e espaço de recolha dos movimentos monárquicos (Teixeira, 1998,

[345] Castro, José & Garcia José Luis, *A Batalha e a questão colonial*, nomeadamente *A política colonial republicana*, in revista Ler História nº 27/28, 1995, pp. 125-146.

[346] Autores há que consideram o conflito bélico 1914-1918 como uma grande guerra, mas não lhe atribuem a consideração de mundial ou global. A participação residual dos países da América do Sul parece sustentar esta opção historiográfica.

pp: 55 - 70). Como afiança Vincent-Smith (1975) a perspetiva inglesa era a de uma atenção, com base nas obrigações da velha aliança, aos mares e às colónias, mas sem a presunção de qualquer implicação na defesa da fronteira terrestre.

A república manteve-se vigilante em defesa da sua consagração interna e externa até 1912. Não seriam poucas as tentativas de um regresso ao regime anterior. Em 1914 o país comportava um governo liderado por Bernardino Machado a convite do Presidente Manuel de Arriaga. Este governo, que à partida se dizia acima dos partidos, nunca haveria de garantir a robustez institucional para se impor às diversas forças políticas[347].

É neste executivo de iniciativa presidencial que se assiste ao *"*(…) eclodir da guerra, que sujeitaria Portugal a pressões internas e externas fortíssimas e impossíveis de ignorar (…)" (Meneses, 2015, pág. 26). E é também neste governo que se aceita, aparentemente,[348] a imposição de uma neutralidade[349] em que Portugal negava a sua autonomia de decisão, a confirmação, ou não, do seu interesse estratégico para uma participação na "frente aliada". Se a Alemanha atacasse Portugal, no seu território europeu, Inglaterra viria em seu socorro.

Alguma da investigação no universo militar tende a considerar a existência de um consenso nas elites políticas para a participação no conflito (Telo & Pires, 2018). Este consenso desresponsabilizante seria o que melhor viria a interessar, mais tarde, a todos – protagonistas políticos republicanos após o desastre militar e os gastos da guerra; estrutura castrense responsável pelos graves erros cometidos nas frentes africana e europeia; e o posterior regime do Estado Novo, grande beneficiário da situação herdada, a quem sempre interessou a transformação dos insucessos portugueses em gloriosos momentos da portugalidade.

Porém, Meneses (pág. 35) elenca bem as dúvidas que atravessavam a governação e a sociedade no tempo anterior à declaração de guerra que a Alemanha haveria de fazer a Portugal. Diz: "(…) poderia Portugal, mantendo-se fiel à Aliança, mas sem combater a Alemanha, esperar que a Grã-Bretanha velasse pelos seus interesses, sobretudo em

[347] O Partido Democrático, de Afonso Costa, o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida e a União Republicana, de Manuel de Brito Camacho, concentravam as opções políticas parlamentares nos anos de 1913 e 1914. O governo de Afonso Costa haveria de cair, fruto da instabilidade política, em janeiro de 1914, dando lugar ao governo de Bernardino Machado que deveria conduzir a uma renovação parlamentar nesse mesmo ano.

[348] Sabe-se hoje que os republicanos radicais liderados por Afonso Costa nunca o aceitaram.

[349] Esta "neutralidade" existiria enquanto Inglaterra quisesse e estava sempre na sua dependência qualquer decisão posterior. Verificava-se, por isso, não uma verdadeira neutralidade, mas uma ausência, uma não existência no universo dos Estados europeus. Meneses (pp. 27-29) afirma que o sentimento da população portuguesa era a da participação na guerra, a decisão de seguir independente da tutela de Inglaterra, uma memória que estava viva desde o *Ultimatum* e que havia sido determinante na mudança de regime. Muito valeria a forte ação política e diplomática de João Chagas, destacado em Paris e representando a transversalidade dos movimentos maçónicos, para que houvesse um acelerar das decisões políticas no sentido de uma decisão final.

África? Que garantias havia de que, mesmo combatendo, esses interesses seriam respeitados? Se forçado a intervir, poderia Portugal limitar a sua participação à defesa dos seus territórios ultramarinos?" A resposta é intuída, mais do que isso, é evidente.

Para o presente exame sobre os diversos tempos políticos e económicos do Império Português não se afirma significador o aprisionamento dos vapores alemães. Também não releva a leitura da frente europeia do conflito para o futuro das colónias. Mas era relevante a forma como o continente africano se poderia transformar a partir de uma vitória das tropas germânicas. A atenção reforçada à frente africana do conflito era, pois, muito mais decisiva para os aliados do que para a consagração de um Império Português que se encontrava profundamente frágil.

Como muito bem refere Teixeira (1998, pp. 55 - 70), a ameaça às colónias portuguesas era uma constante. A implicação estratégica de Inglaterra, Alemanha e França havia-se verificado em 1898, mas também em 1912 quando os dois primeiros se predispuseram a partilhar os interesses dos territórios que haviam sido reconhecidos em Berlim e que tardavam a ver ocupação. Mas também Itália e Bélgica, esta, pela determinante fluvial e a assunção dos diretos de passagem, que arrogavam até superior ambição.

Disso tinha consciência perfeita Manuel de Arriaga, como se pode comprovar pelas cartas que Matos & Freitas (2004, pág. 473) dão a conhecer. O Comité Monárquico avisa mesmo o Presidente da República que a "(…) independência nacional está comprometida (…)" e indica um artigo do *L'Independence belge*, onde se lia: "(…) estando moribunda uma grande nação colonial - Portugal - facilmente as potências europeias chegarão a acordo (…)". Somavam-se assim a uma ameaça de guerra civil, uma obrigatória decisão sobre a participação de Portugal na Grande Guerra e a necessidade de salvar o Ultramar Português.

Também António José de Almeida, outro vulto republicano, se mostrava incansável na defesa quase diária da participação na Grande Guerra (Torgal, 2004, pp: 145 - 148). Almeida considerava a Alemanha despótica, bárbara e em oposição ao direito e à justiça. E mais, indicavam-se as grandes causas por que haveria Portugal de lutar: a independência e a integridade nacional; a união e a conciliação de toda a família portuguesa cumprindo o culto ao sagrado princípio da nacionalidade. Sempre o mito providencial, sempre a missão histórica que Campos Matos bem indicou.

Perante a realidade política, social e económica que se vivia, poderia Portugal optar por uma forma de participação de retaguarda, auxiliando os aliados na frente

atlântica e defendendo, com forças expedicionárias, os territórios que considerava seus em África? Não há uma resposta cabal para esta questão e a investigação mais recente inclina-se para a obrigação, através da participação na frente europeia, de um retorno à valorização política e diplomática do Velho Continente a que territorialmente se pertencia, mas que Portugal havia desgraduado, durante quatro séculos, para se fixar nos mares.

Para Peres (1954) é impossível encontrar uma linha estratégica coerente, uma vez que a sociedade portuguesa se espartilhava entre republicanos intervencionistas e não-intervencionistas, radicais e moderados, alinhados pela visão de política externa e dos interesses entre França e Inglaterra; monárquicos que respeitavam a velha aliança com Inglaterra, que bem tinha acolhido o rei deposto, e apoiantes de uma visão de força dos alemães; e sindicalistas militantes, na decisiva intervenção política que se verificou nas primeiras décadas do século XX, agrupados em anarquistas e socialistas que se apartavam, depois, entre patriotas e pacifistas.

A participação das forças expedicionárias em África submergiu num longo inverno da investigação histórica. Já atrás se indiciaram as razões, mas a principal advinha do facto de ter havido uma implicação direta das campanhas lusas no caminho para o fim da Primeira República.

René Pélissier (1988, vol. II, pp: 343 - 442) desenvolve a ideia mítica dos heróis portugueses que se foi criando no imaginário coletivo. Indica a impreparação, a ausência de comando, a inexistência de logística, o desconhecimento do território, enfim uma infindável lista de razões para que tivesse havido mais baixas em Moçambique do que na frente de batalha europeia.

É também o horror dessa campanha que Carvalho (2014), na sua reportagem para o Público, diz o seguinte: "No final da guerra, Gavicho de Lacerda, administrador da Zambézia, dizia que o seu prazo tinha fornecido 25 mil carregadores ao exército e desses, em 1919, havia ainda cinco mil por repatriar. Estavam em tal estado que fazia horrores olhar para eles. Quantos terão morrido de fome, de sede, de exaustão, de maus-tratos é impossível saber. Não faziam parte da contabilidade administrativa do exército. Não são homens porque não têm nome; também não são soldados porque não têm número. Não se chamam, contam-se. Formam-se a varapau, põe-se-lhes uma carga à cabeça e pronto."[350]

[350] A Grande Guerra que Portugal quis esquecer" - Reportagem de Manuel Carvalho, edição do Público de 28 de julho de 2014. Ver em: www.publico.pt , último acesso em 13 de outubro de 2022.

Há seis décadas de diferença entre a análise de Pélissier e a leitura de Gomes da Costa, feita em 1920 em *A Grande Batalha do CEP* e em 1925 em *Portugal na Grande Guerra: A Guerra nas Colónias*, sobre a participação na frente africana. Mas ambas assumem uma profunda incapacidade da governação e dos políticos em geral para a avaliação das condições em que se decidiu a participação nos teatros africanos.

Seria, aliás, Gomes da Costa a liderar a "revolução" de 28 de maio de 1926, assumindo a profunda degradação da condição militar, a instabilidade política constante a grave situação financeira da república[351].

Ricardo Marques, em *Os Fantasmas da Rovuna, A Epopeia dos Soldados Portuguesas em Africa na I Guerra Mundial* (2012, pp: 23 - 44), traça o cenário de total inaptidão para a defesa do território, a negação da potência colonial que Portugal declarava ser. Afirma ainda a incapacidade para negar a supremacia das forças alemãs e inglesas que, se tivessem tido tempo pelo prolongar do conflito, teriam obrigado a uma retirada definitiva da bandeira de Portugal. Nada teria parado o invicto Lettow-Vorbeck e as suas forças, diz Marques.

A questão que sobra é: Que Portugal sairia da Grande Guerra?[352] Que implicações haveria de ter no seu império?

A Conferência de Paz que decorreu entre 18 de janeiro e 28 de junho de 1919 concede um mundo completamente diferente do que havia chegado ao início do século XX. A Europa despedaçada faz emergir os Estados Unidos da América como grande potência internacional, o grande credor e o grande beneficiário. E serão os EUA os primeiros a valorar esse mesmo tempo de referência internacional ao avalizarem as três coordenadas que dali haveriam de sair – democracia, segurança e autodeterminação.

Portugal participa na Conferência e é subscritor do Tratado de Versailles, mas a sua posição é muito desgraduada. Como exemplo importa referir a credenciação de um único delegado português e a autorização de uma delegação de três representantes permitida ao Brasil.

O panorama político interno era muitíssimo delicado. O assassinato de Sidónio Pais, a proclamação de Paiva Couceiro e a Monarquia do Norte, as convulsões e os

[351] Luís Alves de Fraga, em *Portugal e a Grande Guerra: Balanço Estatístico*, indica: Tropas portuguesas mobilizadas de 1914 a 1918 – 105.542; Pessoal do CEP – 55.165; Pessoal do CAPI – 1.328; Mobilizados para Angola – 9.209; Mobilizados para Moçambique – 17.259; Total de baixas – 38.012; Mortos – 7.760; Feridos 16.607; Prisioneiros e desaparecidos – 13.645.

[352] No desenvolvimento da investigação para os estudos graduados da historiadora Alice Samara, publicados em 1998 pela Colibri, sobre a situação financeira e económica de Portugal no contexto da Grande Guerra, pode indicar-se que a dívida do Estado português era, em 1914, de 88 mil contos e em 1918 de 311 mil contos; a inflação em 1914 era de 18%, tendo passado em 1918 para 80%. A guerra custou 6 mil contos mensais.

assassinatos e, ainda, o regresso da Velha República a que se somavam a fome e a desordem, eram os indicadores de um país que não contava no reflexo das negociações.

Para José Medeiros Ferreira (1992), a garantia da bandeira portuguesa em África haveria de ser a única confirmação parcial do Tratado. Portugal não perderia Cabinda, Moçâmedes e Lourenço Marques, territórios indicados como vulneráveis, nem teria ganho Quionga. E, numa outra circunstância, dada a atenção de norte-americanos e ingleses à posição estratégica dos Açores, também poderia ter sido colocada em causa a titularidade destas ilhas se outro tivesse sido o comportamento de Portugal.

Será relevante ponderar a vantagem que a diplomacia inglesa identificou na manutenção das colónias portuguesas. Em boa verdade, desde a Conferência de Berlim que Inglaterra se comportava como titular efetiva dos territórios lusos, assumia os interesses das suas corporações em Angola e Moçambique. Por isso, não haveria qualquer alteração dos pressupostos que antes do deflagrar do conflito se afirmavam.

Como subsídio para esta visão da presença portuguesa em África, a constante ameaça, interessa referir a disponibilidade de Portugal, assumida por Norton de Matos, para participar na ocupação do território alemão. O *War Office* consideraria inaceitável tal inclusão. Esse sinal reforçaria a determinação inglesa da obrigatória neutralidade, uma tutela na decisão política, que Londres já havia assumido antes do aprisionamento dos vasos alemães e que levaria à inevitável declaração de guerra.

O Tratado de Versailles resulta, para Elliott & Treacher (1957, pp: 300 - 306), num duplo ganho inglês. Por um lado, a nova dimensão transatlântica que se assumia enquanto elemento europeu da política externa dos Estados Unidos e do Presidente Wilson; por outro, a vantagem para o império britânico, numa leitura de tutela direta ou de influência, que haveria de se verificar com degeneração da implicação germânica em África.

Para Portugal, nos espólios da guerra, importa atentar no que Maria Fernanda Rollo (2014, pp: 149 - 154) diz: “Nas colónias, tanto em Angola como em Moçambique, a ação dos contingentes militares portugueses está repleta de incapacidades, de improvisações e de fragilidades, com divisão de responsabilidade entre autoridades políticas e administrativas e os comandantes militares. Os atos de coragem, as pequenas ações militares conduzidas com dedicação e sabedoria, que também existiram, não podem deixar na sombra o grande falhanço da ação militar da República nas várias frentes de combate em que as tropas portuguesas estiveram presentes”. Rollo parece confirmar Gomes da Costa.

E neste posto de observação, mas com mais dramatismo, segue Diogo Leão (2018, pág. 11) quando diz: "Aos soldados de 1914 - 18, em África e na Flandres, foi pedido, foi ordenado, que combatessem. Foi-lhes dito para morrer pela consolidação da República, morrer pelo ideal da democracia liberal, morrer pelo império africano, morrer pela aliança luso-britânica e para que Portugal se sentasse à mesa da Conferência de Paz, com um lugar no concerto das nações, no pódio dos vencedores". Mas tudo isto, no final e como resultado, demonstrou o insucesso quase absoluto do manifesto proclamado, em especial o que contendia com o Império. Portugal poderia ter bandeiras e feitorias, fortes ou quartéis, alguns reduzidos núcleos de colonizadores, mas não tinha, em 1918, um império reconhecido.

A Grande Guerra 1914 / 1918 viria a ter uma enorme relevância nas contas públicas.

Ricardo Ferraz (2019) estudou para o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, os impactos do conflito da segunda década e, também, da guerra colonial na economia portuguesa.

Os indicadores são impressionantes em gasto e responsabilidades.

Assim, a despesa da conta excecional da guerra no total da despesa total do Estado situou-se entre 25% em 1915 para chegar aos 55% em 1918 e os gastos totais da guerra, a preços de 2018 terão ascendido a 4,8 mil milhões de euros, um custo médio anual de cerca 1,2 mil milhões de euros (pp: 6-7).

A conta de guerra haveria de ser financiada pela dívida interna e por financiamento externo e estender-se-ia até 1927.

Analisadas as questões políticas e militares, as questões relativas à defesa do Império e à participação na Grande Guerra e indicando-se o custo da participação das tropas portuguesas nos teatros das operações, importa ainda uma análise da economia nacional durante a primeira república.

Fraga (1985, pp: 8 – 22) desenvolve os fundamentais da situação económica tendo em conta a realidade existente aquando a implantação da república.

Portugal verificava uma situação profundamente instável ao nível das contas públicas. A ação de Afonso Costa, em 1914, criou uma situação de *superavit* que foi conseguida pela diminuição brusca das despesas do Estado.

Porém, a guerra e as lutas políticas vieram a alterar as condições de alguma estabilidade, condicionando o comércio externo, potenciando a especulação e degradando

os salários. Entre 1900 e 1917, os preços dos alimentos básicos aumentaram 51% e só entre 1914 e 1918 esse aumento em Lisboa foi de 134 % e no Porto de 177%.

A progressão continuará a fazer-se sentir até 1926, sendo que o número-índice em junho desse mesmo ano, quando comparado com o mesmo mês de 1914, era de 2010,31 e passados cinco meses já estava em 2700.

As greves gerais alastravam em dias sucessivos. Em quatro meses, entre outubro e 1915 e janeiro de 1916, e só no norte do país onde a carestia de vida era mais significativa, verificaram-se greves prolongadas em Guimarães, Porto e Matosinhos. Nesse mesmo janeiro de 1916 haveriam de se verificar 69 motins em quase todo o país em que o açambarcamento e o aumento do custo de vida foram as causas, trinta e três greves e onze grandes comícios populares.

Em Janeiro de 1916, foram pedidas informações aos Governadores Civis. Das 111 informações recebidas resultaram a identificação de falta de trabalho, de falta de cereais e de batata, a oscilação do preço do vinho, a falta de escoamento da carne de vaca, de porco, de peixe e de queijo, como causas da preocupante instabilidade.

A guerra era um elemento no debate de política económica. Para um grupo mais nacionalista, onde ainda pontuavam monárquicos, reivindicava-se uma " (…) fórmula de economia independente (…) a diminuição do consumo como contrapartida da produção é elemento económico pelo qual se deveria ter procurado atenuar a crise pavorosa do actual momento." Assim " (…) dever-se-ia diminuir as compras ao exterior e conseguir uma diminuição do consumo total".

Por outro lado. Afonso Costa declarava: "Há despesas a fazer com a guerra no nosso país, sem dúvida, e também se tem de tratar do alargamento de indústrias para depois da guerra para fazer com que Portugal aproveite esta ocasião tão delicada da sua vida para se fortalecer." E afirmava ainda " (…) fomentar o desenvolvimento da economia pública porque, enquanto uns vão bater-se contra o inimigo (…) outros, que não podem realizar essa obra de guerra, que façam a obra de paz e progresso, que é obra de tanta importância como aquela".[353]

A opção pela autossuficiência viria a ser também a política central da primeira fase do Estado Novo.

[353] Consultados os discursos de Afonso Costa, nomeadamente os de 2 de dezembro de 1915, in A.H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa, Discursos … 1914-1926*, pp: 106 e 135.

3.2.3.6.4. O Estado Novo e a (des)construção do Império constitucional - 1933 / 1975

A afirmação do Estado Novo e da ditadura salazarista avoca a necessidade do encontro de soluções para os graves problemas que se viviam no início da década de 1930.

A política assumida no máximo lema: "pobres, mas honrados"; o regresso da ordem depois de décadas de conflitos em monarquia e em república; a necessidade do encontro de um polo agregador da vontade popular em torno da dimensão histórica de Portugal nos vários continentes; tudo isto consagra uma política despida de preocupações com a presença europeia de Portugal e com a constatação das novas realidades geopolíticas.

Apesar de tudo, é em Portugal que se indica a necessidade de uma salvação das almas perante a ameaça comunista. As visões de Fátima, que construíram o "segredo" do comunismo, enquanto eflúvio do diabo, a derrotar, vêm a interessar ao Estado Novo até ao fim do Império. Primeiro porque haveria de legitimar a leitura do "povo escolhido por Deus" que se atravessa em Afonso Henriques e em Nuno Álvares Pereira; depois porque Fátima seria o alforge de esperança e de salvação, usada no deflagrar da guerra colonial. "Fátima e Aljubarrota, a pátria e a figura de Salazar, a fé e o Estado Novo identificam-se numa mesma manifestação da providência divina. Uma quadra (mais tarde suprimida) do hino da 'Avé Maria' fazia clara alusão ao remédio providencial que António de Oliveira Salazar representava para o país – Achou logo a Pátria/ Remédio a seu mal/ E a Virgem Maria/ Salvou Portugal" (Pereira, 2000, pág. 42).

Um país onde o analfabetismo, real e funcional, se situava acima dos 70%, onde se assistia a um aumento da população sem paralelo, tendo crescido de 5,9 milhão, em 1900, para 7,6 milhão em 1930 (Conde, 2018, pp: 27-30), fruto da necessidade de se incrementar o trabalho da terra para matar a fome, o salazarismo constrói um modelo de sociedade que se guetiza e rejeita as transformações que os tempos seguintes à Grande Guerra e à Grande Depressão viriam a provocar.

Rosas (1986, pp: 75 - 78) diz também da realidade populacional das colónias portuguesas em África. Em 1930 e em Angola, por exemplo, os brancos seriam cerca de 30 mil, os mestiços cerca de 13.500 e os negros não ultrapassariam os 3,3 milhões de seres. Em termos económicos as colónias serviam como escoamento dos produtos da metrópole que não compreendiam cotação no mercado internacional dado o seu custo, observavam um investimento pouco disseminador e assente, essencialmente, em capital

estrangeiro destinado à construção de infraestruturas, sendo, para além disso e ainda, uma fonte de recursos aduaneiros que o governo de Lisboa não se cansava de inflacionar.

A política para a nação, vista em sentido lato e incorporando todos os territórios que ainda estavam sob administração portuguesa, mais não era que um "orgulhosamente sós" que levaria à negação, logo a seguir à II Guerra Mundial, do caminho para a autodeterminação dos povos e à inevitável descolonização.

Havia outra razão substantiva para uma interpretação díspar da colonização portuguesa quando comparada com as restantes colonizações europeias – a de um entendimento de que Portugal se afirmava numa outra proximidade com os indígenas que lhe outorgava uma certa leitura de povo especial. Era essa a leitura comum de um regime que nascia e que, nas palavras do povo mais simples elegido em Lucinda Quintas dizia a Armindo Monteiro[354] em 1935: "(…) vamos para o império confiadamente e nacionalizando-o que ele quererá ser sempre português. Que se sobreponha às diferentes línguas indígenas o nosso lindo idioma – língua de branco – como os pretos o distinguem entre todos os idiomas estrangeiros.[355]"

Nesta leitura assumia-se a interpretação do Padroado que Portugal continuava a honrar, agora ampliada para uma dimensão civilizacional mais ampla, opção complementar da salvação das almas e do espírito meramente mercantil.

A dimensão teológica do dever português pode enquadrar-se na criação ontológica de John O'Sullivan de "destino manifesto". No texto publicado na *Democratic Review* em 1957, ensaia a leitura da missão sobrenatural dos Estados Unidos da América (Sampson, 2003). Ora, a política colonial de Salazar não deixa de ser, por antecipação, suportada nessa mesma predisposição de "destino manifesto", criando-se, a partir daí, uma missão que enforma um novo conceito estratégico, mesmo que caminhando em sentido inverso ao da história que o mundo estava a construir.

A visão despótica que o salazarismo assumia na década de 1930, não é muito diferente de outras que se afirmavam no continente europeu, tinha também um objetivo grandioso – a manutenção do Império. Era a pedra angular da política portuguesa, assumia a perversão universalista, não porque aberta, informada e prospetiva, mas porque colocada em estandarte em cantos improváveis do mundo.

[354] Ministro das Colónias
[355] Conferência proferida em 7 de fevereiro de 1935 por Lucinda Quintas com o tema: *Do Império Colonial Português e da justificação da sua integridade*". Coimbra, Coimbra Editora.

Daí resultava a superioridade moral que o Estado Novo concedia à relação com os nativos, que se afirmava territorialmente porque suportada, como nos quatrocentos anos anteriores, com a obrigação divina. Como bem identifica Manuel Braga da Cruz (1998) toda a política colonial se submeteu, sempre, aos interesses e à legitimação por parte da Igreja Católica.

A quimera grandiosa que os movimentos totalitários afiançavam na década de 1930 não deixa de perfurar a leitura que Salazar fazia das obrigações do Estado. Escrevia ele em 1935: "Somos sobretudo uma potência atlântica, presos pela natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colónias, antigas descobertas e conquistas (…) é por isso que é do nosso interesse desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico*".* E ainda dizia Armindo Monteiro, um dos ideólogos do Estado Novo e coautor do Ato Colonial, que o Império estava prenhe de "(…) uma realidade espiritual de que as colónias seriam a corporização. A par da extensão territorial, o Império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui o valor da obra que já realizou, na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção de que pode prossegui-la, vencendo todas as dificuldades – porque é esse o seu direito. Sem que essa mentalidade exista, não haverá império e não pode haver política imperial"[356].

E é de novo Rosas (1995, pp: 23 - 25), quem indica bem os fundamentais da ideologia colonial do salazarismo assente em quatro pilares: a missão histórica de colonizar e civilizar que caminhava ao arrepio dos novos ventos das ciências sociais; a superioridade do homem branco face ao homem negro que desvalorizava as recentes problematizações da antropologia e da arqueologia; o direito histórico que negava as novas dimensões do direito internacional que a Conferência de Berlim e os movimentos intelectuais europeus, posteriores à Grande Guerra 1914-1918, haviam feito nascer; e a intemporalidade da nação que só sobreviveria se cumprisse o dever de salvar o Império nas suas diversas faces.

Está longe a grandiloquência de Mattoso (1952, pág. 312) quando escreve: "Descobrindo os oceanos e a ciência que permitia atravessá-los, os portugueses não se limitaram a dar à civilização europeia o mais poderoso instrumento da sua hegemonia sobre o globo; abriram também o caminho para a unificação da humanidade."

[356] Em *A Ideia de Império*, de Armindo Monteiro, in Boletim Geral das Colónias, Ano XIII, março de 1932, nº 81, pp 3-9.

Galvão (1937, pp: 26 - 28) olhando de Angola e de África para o Portugal colonial, constatou que as parcelas africanas do Império só serviram como elementos subsidiários de uma visão e preocupação europeias, que estas foram, até D. João III, etapas da estrada das Índias e, nos séculos seguintes, fornecedoras de mão de obra para a exploração açucareira no Brasil.

Amaral (2019, pág. 381), cumprindo as suas próprias origens, escreve: "A colonização, pela Europa, dos países menos desenvolvidos da África e da Ásia era, ainda na primeira metade do século XX, tida por legítima, útil para os países colonizadores e para os povos colonizados e até, na opinião e alguns, obrigatória para os europeus, que assim cumpriam a missão histórica de civilizar populações e territórios atrasados. Como lhe chamou o famoso poeta inglês Rudyard Kipling, essa responsabilidade era o fado do homem branco.".

As diversas ponderações sobre a posição de Portugal na II Guerra Mundial assentam numa meditação sobre os interesses que implicavam diretamente o regime. Se as posições políticas e os genes do salazarismo se identificavam, em muito, com os movimentos fascistas, se a velha aliança com Inglaterra obrigava a um distanciamento face ao que era natural, havia, como será lícito inquirir, uma preocupação com os territórios ultramarinos.

A participação na Grande Guerra da segunda década do século, em especial nos teatros africanos, não deixava de inquietar mentes e obrigava a uma opção de distanciamento. Passar por entre pingos de chuva, como foi posterior opção do regime corporativo, não deixou de ser uma informada opção olhada de hoje.

A diplomacia portuguesa não perdeu atenção aos processos de progressiva independência dos territórios africanos e à influência possível sobre as suas colónias. A importância do nascimento da União Sul-Africana em 1910 e o processo de autogoverno dos brancos no território que havia sofrido as guerras dos *bôers,* (1880 - 1881 e 1899 e 1902), implicava as opções sobre os territórios africanos, em especial sobre Moçambique.

Esse processo haveria de acelerar a partir da construção do mundo bipolar que resultou da II Guerra Mundial e com o nascimento e afirmação do espaço multilateral em que a Organização das Nações Unidas, a que Portugal só aderiria em dezembro de 1955, se haveria de transformar.

Também a antecipação avisada (como os ingleses por vezes parecem ser) do inevitável processo de autodeterminação dos povos, que havia sido já indiciado na Conferência de Berlim, levaria à criação, em 1926, da *Commonwealth of Nations*, um

caminho ardiloso que germina como penhor da influência internacional do Reino Unido em todo o mundo por onde havia estado e ainda estava e como afirmação programática de um conjunto de valores partilhados.

Poderia o Estado Novo desacreditar estes sinais? Convencer-se-ia de que o processo de autonomia crescente dos territórios africanos poderia ser limitado na primazia de uma mundividência em processo acelerado de desaparecimento?

Os historiadores têm sido parcos na análise psicológica do ditador, da sua forma de governar e da sua determinante posição perante os interesses. Mas não pode haver dúvidas sobre a sua visão arcaica do desenvolvimento do mundo que negava a universalização do conhecimento e o incremento da mobilidade entre mercados, povos e culturas (Meneses, 2010).

Não sendo membro das Nações Unidas e não aceitando a democracia liberal o que leva Portugal a ser membro da NATO em 1949?

Franco Nogueira, nas suas memórias sobre Salazar (1986) parece indicar como relevante a leitura central de Portugal no contexto ibérico, isto porque Espanha se não juntava a este novo clube político e militar. Estaria aqui um retorno à visão tradicional da ameaça secular por parte do vizinho eterno, à garantia, pela nova parceria, de uma visão multilateral graduada.

Medeiros Ferreira (2011) volta a eleger os Açores como elemento relevante para o interesse dos Estados Unidos da América, interesse que também era reconhecido pelas estruturas militar e diplomática portuguesas.

É, porém, Severiano Teixeira (1995) quem dá a razão central deste passo significativo – o reconhecimento internacional. Desde 1946 que Portugal é vetado na sua tentativa de adesão à ONU, sempre pela União Soviética, e a NATO permitia demonstrar, pelo menos aparentemente, uma certa sustentação internacional da presença nos territórios ultramarinos[357]. Para Calvet de Magalhães (1996) a posição da União Soviética sempre havia sido acompanhada pela desconfiança, até negação, que o regime observava pela preponderância do princípio da autodeterminação dos povos na Carta da ONU.

[357] A eleição de JF Kennedy, em 1961, alteraria a política dos Estados Unidos da América em relação a Portugal. As fortes pressões para que houvesse uma radical alteração da política em África, que resultava do facto de se ter considerado nas altas patentes da NATO que a visão colonial de Salazar não evoluiria, levou a que Portugal quase eliminasse as obrigações para com a organização e a um eclipsar da sustentação militar por parte dos EUA. Seria Nixon, já no final da década de 1960, a iniciar um processo de aproximação a Portugal, já com Marcello Caetano e num tempo em que a implicação da URSS se fazia sentir sobremaneira. As guerras da Coreia e do Vietname implicavam a NATO numa outra atenção a África.

O processo iniciado em 1951 com a independência da Líbia, continuado em 1957 com o Gana e a Tunísia e em 1958 com a Guiné- Conacri assumia-se irreversível. Entre 1933, com a criação do Império Constitucional (herdeiro de uma visão da política mundial que esteve na base da Conferência de Berlim e que entretanto tinha desaparecido), e meados da década de 1950, tinha-se apurado uma alteração da Ordem Internacional que anunciava uma nova realidade estratégica e uma outra ponderação dos interesses vitais dos vencedores[358]. Portugal olhava para essa nova ordem, ora com teimosia, ora com indiferença, como se a aceleração da tecnologia e a implicação das ciências sociais, não viessem a determinar as obrigações estaduais sobre os direitos e liberdades dos povos.

O crescente movimento comunista internacional não deixava de ter, também, em conta a dimensão colonial. As teses dos Congressos da Internacional Comunista são bem claras na obstinada luta que era preciso fazer para uma "(…) divisão precisa entre as nações oprimidas, dependentes, protegidas e as nações opressoras, exploradoras, que disfrutam de todos os direitos (…) pelo poder financeiro e colonizador, da imensa maioria da população do globo, por uma ínfima minoria de países capitalistas ricos"[359].

E considerava a Internacional Comunista que as "(…) colónias constituem uma das principais fontes de recursos do capitalismo europeu. Sem a posse de grandes mercados e de grandes territórios nas colónias, a pujança do capitalismo europeu não se poderia manter por muito tempo." E proclamava ainda: "A dominação estrangeira trava o livre desenvolvimento das forças económicas. É por isso que a destruição dessa dominação é a primeira tarefa, o primeiro passo no caminho da revolução nas colónias e é por isso que a ajuda prestada à destruição da dominação estrangeira nesses países coloniais não é, definitivamente, uma ajuda ao movimento nacionalista da burguesia indígena, mas sim a abertura de um caminho pelo próprio proletário oprimido".

Haveria de ser a teimosia pela manutenção das colónias que haveria de determinar, segundo Rui Ramos (2009), a opção pela adesão à EFTA em detrimento da aceleração da integração na CEE. Tudo porque as exigências da primeira não consideravam uma implicação nas opções sobre o Império e se situavam, essencialmente, no campo económico. No mesmo sentido, de liberdade sobre as opções de política colonial, haveria

[358] Em setembro de 1952 o Boletim Geral do Ultramar XXVIII, (pp: 326-327), publica uma curta nota da posição Belga relativa à situação africana. Nela se diz que importa a anulação definitiva da Acta de Berlim, pois "(…) verifica-se que franceses e ingleses deixaram de respeitar o estipulado nesse documento, que criou o regime comercial de porta aberta dentro da chamada Bacia Convencional do Congo, que abrange territórios portugueses, franceses, ingleses e belgas (…)". África era, no início da década de 1950, um território onde as grandes companhias europeias venciam os parcos vínculos oficiais e eram também estas companhias que assumiam uma parte dos interesses na preparação da instabilidade social e económica dos "colonizadores menores".

[359] *Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista,* Volume I, Edições Maria da Fonte, pp: 171 – 178.

de estar a adesão ao GATT, ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional que também não se revelavam exigentes sobre as dimensões africanas da política externa.

Perante tudo isto importa perguntar: o que permitiu a chegada do Império Colonial português até à década de 1970?

Muitas serão as teses avançadas, mas há uma que se prende com a especificidade da política externa portuguesa e que ainda hoje se revela com a eleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas. Os portugueses habilitaram-se, ao longo da sua história, a uma visão pragmática, a uma permanente transfiguração, uma *realpolitik* astuciosa. As posições ao longo dos séculos assumidas nunca foram de uma certificação formal (veja-se a teoria do sigilo que já se abordou), de uma leitura simples, de uma interpretação fácil. E essa forma de estar tem o seu ponto máximo, no que se refere à existência de condições para a criação do Império, na assinatura do Tratado de Tordesilhas, através da habilitada, mas dissimulada, política de D. João II.

As opções de política colonial vieram a ganhar uma outra dimensão com o deflagrar da guerrilha em Angola em 1961. Porém, há muito que Portugal se encontrava num "beco sem saída" para o qual Salazar, depois Caetano, nunca conseguiram ou quiseram encontrar uma solução.

O regime salvífico do Estado Novo e a obrigação histórica de Portugal afirmavam-se superiores no entendimento que as elites políticas do partido único faziam do novo mundo saído de 1945. Adriano Moreira, que ocupará o cargo de Ministro do Ultramar (1961 - 1963) sabia bem do caminho que poderia seguir-se. Em entrevista ao semanário Sol de 26 de março de 2018, refere a pertinente observação de Câmara Pina, antigo Chefe do Estado-Maior: *"Estas guerras não se ganham, ganha-se tempo para a reforma".* Acontece que o regime não tinha um plano para essa reforma.

Jaime Nogueira Pinto (2014) identifica perfeitamente o problema, e ele estava em todos os que pensavam como Franco Nogueira, um homem que seguia o paradigma de Hobbes e era determinado pelos interesses e os egoísmos dos Estados. Para o ministro Nogueira, um dos falcões do regime, "(…) o papel dos portugueses era fazerem como os outros, isto é, cuidarem dos seus interesses não se deixando comover pelos discursos ideológicos, fossem eles o humanitarismo das Nações Unidas, o europeísmo das Comunidades Económicas Europeias, o socialismo de Moscovo ou Cuba, ou o liberalismo norte-americano."

Do outro lado do regime, mesmo sem uma ação clara e com um sentido percetível ao tempo, Adriano Moreira assume os destinos das colónias com o objetivo de concretizar

reformas mínimas necessárias a uma pacificação. Talvez quisesse antecipar, em 1961 e sem qualquer hipótese de sucesso, uma espécie de "evolução na continuidade" que Marcello Caetano haveria de profetizar ao assumir as funções de Presidente do Conselho em 1968.

Volta a ser Moreira, na entrevista referida ao semanário Sol, a dizer da sua posição no governo. "Nessa altura, o presidente do Conselho disse-me, numa conversa no forte (…) 'eu tenho cumprido a promessa de que o senhor faria as reformas todas, mas a reação está a ser de tal ordem que eu próprio não tenho a certeza de poder continuar a ser presidente do governo, temos de mudar de política' e eu respondi-lhe: 'acaba de mudar de ministro'".

A revogação do estatuto dos indígenas que, no entender de Coelho (2015 pp: 125 - 123) teria eliminado o trabalho forçado, a aprovação do código do trabalho rural, o alargamento do ensino primário e o alastramento do ensino liceal, a iniciativa que levaria à criação do ensino superior agrário, haveriam de ser os motivos para a exoneração do Ministro do Ultramar a pedido da estrutura castrense. Mesmo com uma certa abertura perante a velha visão do ultramar português, rentista e ociosa, Moreira haveria de partilhar, até tarde, as bases gerais do luso-tropicalismo, ou seja, a superioridade do português na edificação do colonialismo.

Desde 1954, data de início da Guerra de Independência da Argélia, que Portugal se encontrava perante a pressão internacional. A Santa Sé, que foi central nos séculos de Império Português, haveria de dar sinais de simpatia com a libertação dos territórios colonizados a partir de finais da década de 1950.

Estevão (2000, pp: 238 - 242) indica o início do processo de aceitação da emancipação dos povos no Concílio Vaticano II. João XXIII, ao iniciar o processo de modernização da Igreja Católica, teria aceitado a independência dos territórios e a emergência de novos Estados como um facto relevante e, em 1960, numa mensagem dedicada aos fiéis de África referia: "(…) a grande satisfação ao ver realizarem-se progressivamente os acessos à soberania (…)".

A dualidade da Igreja Católica, opondo os clérigos portugueses à estrutura modernizadora de Roma, é bem indicada, também por Estevão, na forma como a Conferência Episcopal haveria de reagir em janeiro de 1961. Classificando como sendo propaganda, os bispos da metrópole escreviam: "Nesta hora em que o Ocidente parece ter perdido a consciência de si mesmo, na anarquia das ideias, na dúvida dos direitos e dos deveres, na fascinação dos mitos, (…) no enlouquecimento de princípios justos e

aspirações generosas mal amadurecidas, na subestima dos valores cristãos e abandono da sua defesa, Portugal é consciente da sua missão evangelizadora e civilizadora.". Cerejeira suportava, mais uma vez, Salazar.

A Igreja Católica portuguesa não se havia desviado um só milímetro da consideração do mesmo Cardeal Cerejeira aquando da determinação do Acordo Missionário de 1941: "Continua no Ultramar a nossa vocação missionária de dilatar a fé e o império. A constituição da hierarquia nas mais importantes das nossas colónias é como um acto simbólico da sua ocupação para Cristo e para Portugal." Como também continuava a irmanar Salazar, aquele que havia permitido uma nova afirmação da Igreja Católica depois dos impulsos dos liberais e dos maçons republicanos. O ditador mantinha intacta a sua visão de Portugal e garantia a mesma "coerência" da comunicação à Assembleia Nacional em 25 de maio de 1940: "Povo descobridor, povo colonizador, povo missionário – tudo é revelação do mesmo ser colectivo, demonstração ou desdobramento da mesma política nacional. Quer dizer: não pode pôr-se entre nós o problema de qualquer incompatibilidade entre a política da nação e a liberdade evangelizadora; pelo contrário, uma fez sempre parte essencial da outra."

A *nacionalização* da Igreja Católica não limitou Paulo VI na sua visão sobre as colónias. Em 1964 já havia reconhecido a anexação dos territórios de Goa, Damão e Diu, à União Indiana; em 1967, também numa mensagem aos povos africanos, é claro ao falar nos "(…) felizes resultados obtidos pela proclamação da independência (…)"; e em 1970 acabaria por se encontrar com os representantes dos movimentos independentistas de Angola, Moçambique e Guiné.[360]

O regime do Estado Novo vê-se, a partir da década de 1950, numa situação de progressivo isolamento internacional. Nas Nações Unidas, em permanente atenção; na Santa Sé, com a dimensão que esta sempre teve na política internacional, sentindo o afastamento de um dos alicerces da realidade imperial portuguesa – a evangelização[361].

O início da década de 1970, com a publicação dos livros *Portugal Amordaçado* (1972), de Mário Soares, e *Portugal e o Futuro* (1973/1974), de António de Spínola, é antecipável o fim do Império Português. Eram os partidos democráticos e moderados da

[360] Em *Primitive Government*, (1964, pp: 9, 18, 31 e 53) Lucy Mair concede os fundamentos históricos e sociológicos que podem enquadrar a evolução da Igreja Católica tendo em conta o passado das civilizações africanas.
[361] Em *Civilizações e Especiarias: Goa, Damão e Diu – o passado e o presente* (2003, pp: 26-27), Óscar Gomes da Silva vai ao debate da década de 1950 para informar sobre a argumentação das elites portuguesas a propósito da Índia. Suportando-se no pensamento de Adriano Moreira, diz que a Índia era uma nação em projeto, que não possuía uma identidade nacional definida e que sendo constituída por diversas civilizações e estágios de desenvolvimento se compreendia uma não uniformidade na construção de um estado único.

Europa a confirmar a necessidade de um novo tempo, livre e democrático, para Portugal; era a estrutura castrense, através de um dos seus mais notáveis generais, a proclamar a ausência de saída para a Guerra Colonial.[362]

Soares contrariou, de forma sustentada (pp: 427 - 506), a política nacional que se seguia em África assente no princípio de que "a Pátria não se discute"; a visão de que todo o território, do Minho a Timor, era Portugal fruto da irmanação intemporal dos povos; a proclamação de que Portugal só conseguiu vencer e sobreviver a Espanha porque a expansão ultramarina se guindou a "vocação nacional"; a permanente afirmação de que em África não havia guerra, sim operações de polícia e de reposição da ordem; e contrariou, ainda com mais nitidez, o medo de que qualquer saída dos portugueses entregaria os povos nas mãos de novos e sangrentos imperialismos como se os povos não tivessem o direito de fazer o seu próprio caminho e de verter o seu próprio sangue.

Spínola (pp: 233 - 244) olha para a inevitabilidade de um desastre não negando as suas origens e o seu meio. Não põe em causa, antes a reivindica, a presença dilatada de Portugal. Mas não sobram dúvidas sobre a impossibilidade prática de uma solução que não seja política. E diz: "Desejamos, acima de tudo, que Portugal seja um país progressivo e de paz, incorporando parcelas africanas prósperas e portuguesas por autodeterminação das suas gentes, e como tal imposto pela sua evidência à aceitação do mundo. Estamos ainda a tempo de o conseguir, desde que a voz do bom senso se sobreponha à apologética das utopias e que, antes de mais, se ofereça aos africanos, sem a impor, uma pátria em que se sintam também portugueses."

Adriano de Freixo (2009), no terceiro capítulo do seu livro *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*, não deixa de olhar

[362] Está por fazer o estudo do impacto das relações dos oposicionistas portugueses nos movimentos de libertação e das suas ligações. O facto é que, chegados a 25 de Abril de 1974, a oposição não tinha nenhuma proposta para o dia seguinte. Não havia sequer contactos diretos com os líderes independentistas. Daí a primeira ação de Mário Soares como Ministro dos Negócios Estrangeiros do I governo provisório tenha sido ir a Dakar conversar com Senghor. Não havia linhas de contactos eficazes, fiáveis, operacionais, com o MPLA, nem com a Frelimo. Neste espaço de memória importa referir ações significativas, como a tentativa de golpe de Botelho Moniz, que revela as fraturas dentro do regime e do aparelho militar. Também as duas entrevistas significativas, a de Costa Gomes e de Craveiro Lopes, ambas ao Diário Popular, que criam divisões profundas na política ultramarina e a ação de Henrique Galvão – que culmina com o Santa Maria.
A campanha de Humberto Delgado, que não tinha pessoalmente qualquer visão estruturada, mas deu corpo a um pensamento crítico sobre a questão colonial do regime, tem sido pouco estudada. O impacto da invasão dos territórios da Índia nas forças armadas, na moral da população e no prestígio de Salazar, também, e, ainda, os atores da contestação colonial, em especial o papel da juventude estudantil, em particular a partir de 1968. E, por fim, importará ponderar a importância dos militares do Exército das patentes intermédias, as fugas de militares, algumas muito publicitadas, como a dos antigos alunos da Academia Militar, que desertaram para a Suécia e Bélgica, de marinheiros em exercícios da Nato, e a alta taxa de refratários.

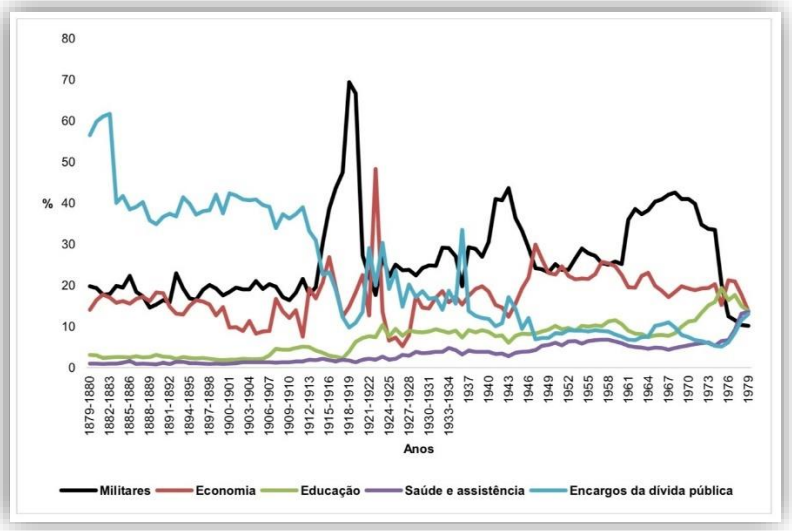
para António de Spínola e para o seu "manifesto político" como um dos elementos base da constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Será excessivo esse olhar benévolo, mas, na ausência de uma resposta formal, não poderá deixar de se considerar que a língua é o único império que parece permanecer.

O arrastar da presença colonial em África e na Ásia deixou marcas profundas. A retirada da Índia, presença simbólica e só garantida para que não despoletasse um processo em cascata, foi um dos momentos mais dramáticos do fim do Império do Oriente; a descolonização sem regra e sem controlo internacional, sujeita aos interesses e intervenção das grandes potências, asseverou uma derrota que se atestou dramática para mais de meio milhão de portugueses. Os papas João XXIII e Paulo VI, Mário Soares e António de Spínola anteciparam essa evolução fatídica.

A Guerra Colonial merece, também, uma análise económica de Ferraz (2019)[363]. Entre 1962 e 1970, o impacto dos conflitos armados em África nunca representaram menos de 20% do total da despesa total do Estado. E olhando pelo mesmo ponto de análise já usado para a primeira Grande Guerra, os valores estimados de despesa, ao longo do período 1961-1975 situavam-se, a preços de 2018, em 21,7 mil milhões de euros, o que representaria 10,8% do PIB também a preços de 2018.

Ilustração nº 13

Setores da despesa do Estado (% percentagem da despesa total) 1879 a 1980



Fonte: Ricardo Ferraz (2019) – MF (1949-1982), Mata (1993) e Valério (1994)

[363] Ferraz, Ricardo, 2019, *Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto custaram aos cofres portugueses?* Lisboa, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia – Ver em: https://tinyurl.com/2p8w53sb - último acesso em 21 de abril de 2022.

Importa ainda olhar para o longo período do Estado Novo pela lado da economia para se avaliar as razões da implicação do Império no desenvolvimento português.

É Fernando Rosas (1994, pp: 884 - 887), quem faz, mais uma vez a avaliação económica da primeira década de salazarismo.

Portugal revelava-se pela existência de um setor primário preponderante, recrutador de quase dois terços da mão de obra disponível. Mas a produção agrícola e a sua transformação mostravam um primarismo já não verificável em nenhum outro país da Europa ocidental. A propriedade, as técnicas, os utensílios, a ausência de fomento, a não utilização de tratamentos e fertilizantes, faziam com que se obtivessem produtividades muito baixas e não houvesse capacidade para competir nos mercados internacionais.

A industria, protegida deste o último quartel do século XIX, reforçava essa mesma proteção, garantindo produtos à metrópole e às colónias sem cotação.

O anémico processo de desenvolvimento industrial foi marcado pelas sucessivas crises internas e externas e pelas duas grandes guerras. Porém, a ausência de capital e de recursos humanos capacitados não permitia a consagração um qualquer projeto minimamente consistente como o que se veio a verificar na restante Europa.

Por outro lado, as empresas portuguesas não tinham capacidade para concorrer com o capital estrangeiro. Os setores de ponta estavam, em 1930, em mãos estrangeiras – transportes urbanos e ferroviários, telefones, telégrafos, eletricidade, gás, construção naval.. E os industriais portugueses continuavam a garantir os seus negócios à sombra do Estado, assegurando mercados protegidos, mão de obra barata, sindicatos mansos, tabelas de preços administrativos, logística protegida e capital amigo e corrupto.

A matriz rural transita para o comércio e para a indústria - minifundiária. A proteção garante-se até muito para além do grande conflito de 1939-1945.

Fernando Rollo (2004, pp: 747 – 756) analisa a década seguinte à segunda Grande Guerra. O país esforçava-se por resolver os problemas decorrentes da economia de guerra, mas a crise política e social que se vivia, que a ditadura se esforçava por mascarar, era de molde a criar graves problemas de abastecimento.

Essa política reafirmava o princípio da autossuficiência económica, mesmo que a realidade obrigasse à abertura de novos sectores garantindo rendas – a hidroeletricidade, os transportes, a transformação agroindustrial.

O regime não esquecia a nova realidade e afirma-se pelo alargamento do conceito de autarcia, por forma a englobar os territórios asiáticos e africamos no espaço económico nacional.

Não pode desmerecer nesta análise o processo de agravamento da situação financeira do país, medido pelo desgaste das reservas em ouro e divisas, pelo agravamento dos saldos negativos do comércio externo e, preocupante, o profundo desequilíbrio balança de pagamentos. Os critérios em que havia assentado a política económica salazarista estavam em causa.

A contrário do que não raro se lê na história económica, Portugal aceitaria recorrer ao Plano Marshall. Tal plano permitiria, na leitura do governo, resolver a situação financeira e económica e apoiar o fomento. O processo de elaboração do programa de apoio assumia a preservação da estrutura e social do país, de feição rural, uma vertente profundamente conservadora partilhada pelos ultras do regime.

Mesmo com as baias apertadas, as equipas portuguesas que elaboraram e aplicaram os planos foram obrigadas a partilhar objetivos e a medir os sucessos de cada uma das linhas; levou a que as colonias fossem assumidas como parte do investimento e, principalmente das opções estratégicas; possibilitou a mobilização de capitais portugueses para as opções de investimento; contribuiu para uma redução significativa do défice da balança de pagamentos; e viabilizou a aquisição de equipamentos para alguns dos grandes projetos.

Mas também permitiu o nascimento de novos quadros que absorveram modernas formas de olhar o desenvolvimento económico e institucionalizou-se, pela primeira vez, um aparelho científico com missões bem definidas interna e externamente.

A participação de Portugal no Plano Marshall permitiu um apoio financeiro de 90 milhões de dólares, que com os apoios do orçamento nacional e o investimento privado terão chegado, em valores atuais a 600 milhões de euros.

O novo alento económico não permitia uma diminuição da violência política e uma abertura do regime. A carta aberta de Henrique Galvão a Salazar, em 1959, assume-se como antecipação do fim do regime.

Galvão diz a Salazar: (1971, pp: 46 – 47). “Transformou a política num negócio, estabelecendo a normalidade de um intercâmbio entre funções políticas e funções económicas. Povoou de políticos imbecis, desonestos e incompetentes, todas as Companhias e Bancos em que o Estado tem participação. Entretanto, as companhias e sociedades privadas recrutavam as suas direções entre políticos influentes para obterem

do Estado os mais espantosos favores e concessões. Nesta confusão entre os poderes político e económico, foram-se os últimos lampejos de moralidade na política e na administração. A própria moralidade privada sofreu, pois por via dessa confusão estabeleceu-se também uma intimidade ascorosa entre gatunos e venais conhecidos e reconhecidos e as pessoas que, como V. Exa. passam por honradas, só porque não são gatunos também."

E sobre o Ultramar escrevia ainda: "A farsa da colonização; o êxodo da população indígena; a reparação de erros e pecados monstruosos pela simples alteração de termos e de fórmulas, sem modificação do essencial; a corrupção administrativa nas Províncias Ultramarinas; a estúpida e passional cegueira de uma política ultramarina, insensível à evolução dos acontecimentos em África e na Ásia e, sobretudo, ao claro destino de um colonialismo que foi, com as suas grandezas e as suas misérias, e que já não é nem será tal como foi." E ainda: "V. Exa. continuou a praticar |n|os territórios ultramarinos o mesmo colonialismo retrógrado que |se| praticara antes."

Apesar da contestação que já se verificava no final da década de 1950, o Regime vê-se a braços com a perda do que restava do Império no subcontinente indiano e é confrontado com o terrorismo (?) dos grupos armados de libertação a partir do inicio da década de 1960.

O país vinha a crescer lentamente nas décadas de 1940 e 1950, anos bons e anos maus, mas globalmente com crescimentos na ordem de 1%. Nas colónias, em especial em Angola e Moçambique, esse crescimento é ainda mais significativo, fruto da procura por parte de grandes multinacionais e da necessidade de proteção num tempo em que os territórios de domínio inglês, alemão e francês estavam a caminhar para a independência.

Portugal vivia um crescimento económico provocado pelos Planos de Fomento, pela abertura da economia, pela adesão à EFTA, pela abertura de novas escolas superiores.

Neves (1994, pp: 1006 – 1007) olha para os anos sessenta já com um olhar misto. Se as políticas destes anos continuavam a ser determinadas pelos *golden age* das décadas de 1930 e 1940 beneficiavam de consistência e de unidade no fins; porém, essas características eliminavam a flexibilidade que era exigida num mundo em profunda mudança económica e social e impediam a inovação.

Apesar de tudo, a economia verificava, a partir da década de 1950, uma progressiva descolagem só vindo a estancar com a crise do início da década de 1970. E olhando para a posição de Portugal no contexto mundial, Neves considera que Portugal

está claramente abaixo da maior parte da Europa e da América do Norte e acima das restantes regiões do globo.

O crescimento da economia fez com que Portugal atingisse a média mundial e acima de metade da média da CEE. O crescimento médio do produto, a partir de meados da década de 1950, é de 6% na primeira década estatística (1954/58), sobe para 9% na segunda (1959/65), fixando-se também em 9% na terceira (1966/73). Entre 1958 e 1973, o produto quase triplicou, apesar da agricultura continuar a representar 34% do PIB e a ocupar, no final, 43% da população (pág. 1009).

Os Planos de Fomento representaram marcas muito relevantes no desenvolvimento do país, mesmo que tenham mantido um enfoque desproporcionado no setor primário. Assim, o primeiro plano (1953/58) representa em termos de investimento, 15,2% do PIB; o segundo (1968/1964), 33,3%; o plano intercalar (1965/1967) já atinge 64,4%; e o terceiro (1968/1973) chega aos 83,4% (pág. 1019).

Rocha (1977, pp: 593-617) analisa também a economia portuguesa do período final do Império dando um quadro relevante do crescimento anual. Partindo, em 1956, de um crescimento do produto de 3,6%, toda série estatística que vem até 1970 indica que só nos anos finais da década de 1950 o crescimento se situou na casa dos 3%. A partir da década de 1960, começando logo nesse ano com 8,8%, o crescimento médio foi de cerca de 7%.

A integração da economia portuguesa na economia internacional, a redução progressiva do peso da agricultura, o aumento das exportações e as entradas significativas de capital ajudaram a mudar significativamente o padrão.

Rocha examina ainda (pág. 597) o peso do contingente humano do esforço militar. Assim, em 1960 não passava de 0,7% da população ativa, para crescer até 4,4% em 1965 e se fixar em 6,2% em 1970. Tal ocupação de recursos haveria de criar uma mudança no espaço rural e haveria de provocar, em posterior realidade, uma emigração europeia mais acelerada.

Interessante na análise de Rocha é o facto de se identificar o potencial "mineiro" dos recursos das colonias. Assim, as exportações para as colonias situaram-se próximo dos 25%, mas os preços de mercado foram sempre superiores aos dos mercados internacionais.

Por outro lado, a metrópole importava das mesmas colonias produtos a mais baixo preço do que se fossem adquiridos nos mercados internacionais, o que permitia um crescimento da indústria não pela qualidade e pela inovação, mas pelo preço das matérias

primas e da mão de obra (pág. 600). Um olhar para os doze produtos mais relevantes nas exportações para Angola, poder-se-á identificar, com facilidade quem eram as famílias/grupos que na metrópole os produziam – vinho, azeite e leite eram recolhidos no mercado, mas as margarinas, os fios, os pneus, os adubos, os derivados de petróleo o ferro e aço e os cabos elétricos, eram um quadro muito claro da política de condicionamento industrial.

Ainda desenvolvendo a perspetiva "mineira" da relação com o Ultramar, diz ainda Rocha (pág. 609): "Do ponto de vista do sistema monetário, Portugal e as colónias integravam-se na zona do escudo, centralizada em Lisboa pelo Banco de Portugal e que como meio de pagamento utilizava apenas escudos portugueses ou moeda estrangeira convertida em escudos (os escudos das colónias não eram aceites). Este sistema (…) tinha como resultado final as colónias serem fonte de divisas transferidas para Portugal |metrópole| o que representava um contributo para a balança de pagamentos portuguesa de cerca de 15.399 milhões de escudos no período 1964/70: mais de 500 milhões de dólares (…)".

E, por efeito da guerra colonial iniciada em 1961, impactos que já se referiram, Rocha afirma que: (…) o quadro institucional colonial do Império Português fornece a estrutura e os mecanismos que proporcionam a transferência para a metrópole de importantes somas de divisas, contribuindo assim para atenuar este possível travão no crescimento."

Como termo desta análise sobre a parte final do Império, sempre se poderá dizer, pela visão de Neves & Rocha, que havendo, no inicio da década de 1960, capacidade produtiva disponível, a guerra colonial haveria de ter levado a uma utilização mais consistente dessa capacidade, contribuindo para o crescimento verificado durante a década. Mesmo assim, os efeitos não se mostrariam perenes. A crise do início da década de 1970, a descolonização e a ainda débil e pouco integrada economia portuguesa haveriam de voltar a fazer regredir o mesmo crescimento.

3.2.4. O ciclo longo da "idade de ouro" - estudo em aberto

Não são raras as unidades de investigação de diversas universidades ocidentais a desenvolver trabalhos, ainda muito questionados pela academia, sobre os impactos dos impérios no desenvolvimento das nações imperiais.

Mais antigos nos Estados Unidos da América, já com alguma consistência em Inglaterra e em França, estão agora a merecer atenção nos Países Baixos e na Bélgica.

Em Portugal, Godinho e Pedreira apresentam, entre as décadas de 1960 e de 1990, uma imensidão de dados com base em documentos que têm sido muito preciosos. Lains, já no século XXI, veio a completar esses estudos com uma análise a partir dos finais do século XVIII.

Acontece que todos eles se esforçam por encontrar uma matriz a partir de dados estatísticos nacionais, sem retroação, circunstância que não se tem mostrado suficiente.

Por exemplo, quando se analisa o período da chegada do ouro do Brasil a Portugal e se comparam os registos portugueses com documentos existentes nos repositórios holandeses, poder-se-á constatar uma discrepância muito significativa.

No mesmo sentido se podem analisar os registos durante o período da União Ibérica comparando os existentes nos arquivos portugueses com os que se encontram nos registos colombinos em Sevilha.

Não é, porém, sobre esse universo de construções que se quer terminar o presente subcapítulo.

Em boa verdade, este longo *item* advém do facto de se pretender conceder mais uma contribuição para a avaliação do mito do "período de ouro" português implicado pelos tempos vários do império ou dos impérios

Nuno Palma e Jaime Reis estudam[364], há mais uma década, as razões do atraso da economia portuguesa tentando juntar às análises históricas empíricas a novas bases científicas. A partir da identificação de um conjunto de instituições que se mantiveram perenes ao longo dos séculos, quase todas ligadas a ordens religiosas, e escolhendo um cabaz significativo de bens, analisam durante um período longo a evolução dos preços[365].

No mesmo universo de investigação, já antes Palma & Reis haviam iniciado o seu estudo com Leonor Freire da Costa, ainda numa fase de revisão bibliográfica e de construção dos modelos de análise[366].

---

[364] Palma, Nuno & Reis, Jaime, 2018, *From Convergence to Divergence: Portuguese Economic Growth, 1527 – 1850,* Maddison Project. Ver em: https://tinyurl.com/2pf8k82k , último acesso em 13 de outubro de 2022.

[365] Versão melhorada publicada no Journal of Economic History, 2019. Ver em: https://tinyurl.com/2p9b9jeb , último acesso em 13 de outubro de 2022.

[366] Costa, Leonor Freire, Palma, Nuno & Reis, Jaime, 2015, *The great escape? The contribution of the empire to Portugal's economic growth,* 1500–1800, *European Review of Economic History*, Volume 19, Issue 1. Ver em: https://tinyurl.com/5362zwkx , último acesso em 13 de outubro de 2022.

Este outro estudo inclui três séculos de estimativas de variáveis como o salário real, a taxa de urbanização e o comércio intercontinental. Por outro prisma, verificam a capacidade produtiva e a realidade populacional global para, a partir desses dados consolidarem numa análise estatística ampla, ora empregando o *malthusian model* ora utilizando campo *cliométrico*.

Iniciando-se em 1500, vem até ao século XX, conseguindo uma viagem de longo curso sobre o impacto dos períodos das índias, dos brasis e das áfricas nessa mesma análise extensa.

"Os estudos contribuíram para a literatura da economia do império. Em primeiro lugar, enquanto uma grande parte da investigação se concentrou nos Países Baixos e na Grã-Bretanha, tipicamente vistos como histórias de sucesso, nós fornecemos a Portugal um contrapeso muito necessário a esta predominância de exemplos do noroeste da Europa."[367] Nesse ponto de partida os autores assumem ainda que com o estudo " (…) medimos o impacto do Império sobre o crescimento com um modelo dinâmico, em vez do método habitual de equilíbrio estático e parcial. E, por último, utilizamos bancos de dados extensos, comparações por semelhança que permitiram uma análise macroeconómica em vários *benchmarks*."

Importa olhar para o que escreveram sobre os principais autores que estudaram a economia portuguesa dos Descobrimentos. Dizem: "Godinho, o decano dos historiadores económicos portugueses, afirmou que a noção de decadência moldou a grande maioria dos estudos históricos sobre Portugal escritos durante os séculos XIX e XX." E que as "(…) explicações para esse desempenho medíocre se enquadram em três categorias: Um enfatiza o rebaixamento do país, após 1500, a um papel semiperiférico na divisão internacional do trabalho do Sistema Mundo Moderno (Wallerstein). Isso impôs uma dependência excessiva de capital estrangeiro e serviços comerciais, transporte marítimo e importações de manufaturas, que inevitavelmente atrofiaram os setores mais dinâmicos. Outro foi o setor agrícola arcaico e tecnicamente estagnado (…) que manteve a massa da população nos níveis baixos de consumo. E um outro a ideia de império."

A partir da proclamação de Godinho, Palma & Reis olham para a primeira centúria do Império e constatam que afinal Portugal não esteve tão mal na comparação com a Grã-Bretanha ou com a Holanda. Que essa descolagem só se dá a partir de 1700 quando os

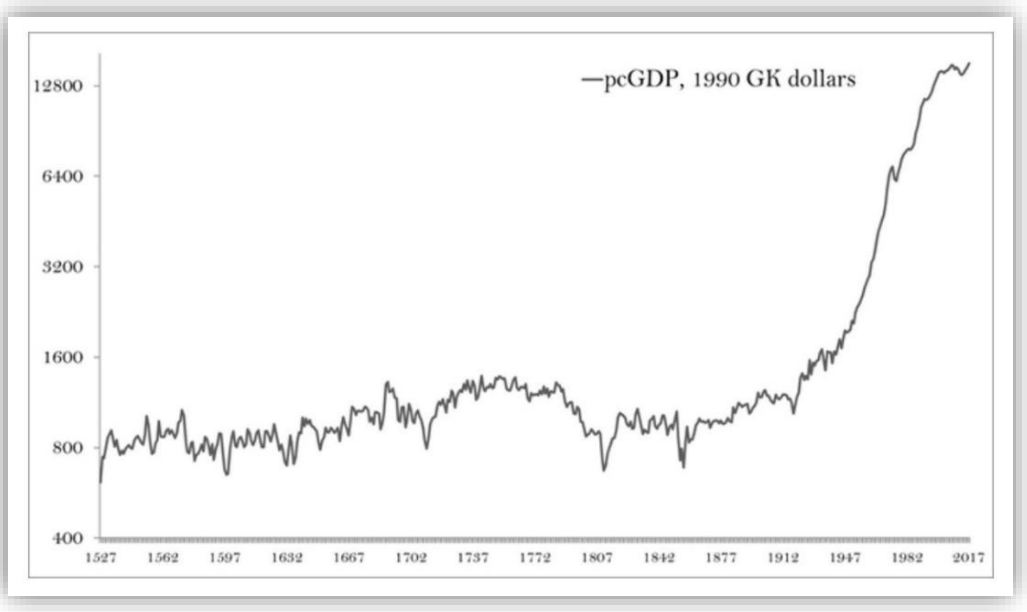
[367] Tradução do autor.

outros dois impérios se transformam em máquinas comerciais globais com o mínimo de assentamento e quando se verifica uma perfeita integração dos negócios.

Desses estudos sobre o PIB português, a preços contantes, poder-se-á constatar que o peso das especiarias não implicou decisivamente na economia do reino e que o período do ouro do brasil, no século XVIII, apesar de conceder uma melhoria do produto, não foi suficientemente forte para implicar a projeção da economia da metrópole em todos os setores. Tudo isso é visível na análise construída e representada no quadro seguinte.

Ilustração nº 14

PIB per capita português a preços contantes entre o século XV e o século XX



Fonte: Henriques et al., "A bumpy ride: economic growth in Portugal from the Reconquest to the present" (baseado em Palma & Reis, 2019, *Jounal of Economic History*.

Infelizmente só a partir da década de 1950 se verifica um forte crescimento da economia.

Já se identificaram longamente as razões desse crescimento, mas não é de descartar, também a partir de Palma & Reis, que o peso da economia de guerra e das implicações económicas e monetárias das colonias possam ser mais significativas do que as reveladas. Por isso se consideram tais implicações relativamente conservadoras.

Como conclusão sempre se poderá dizer que as dinâmicas imperiais iniciais foram assinaláveis mas que não implicaram, de forma determinante na realidade da economia portuguesa. E, apesar dos benefícios políticos e civilizacionais do Império, os autores esclarecem: "Isto porque embora o efeito positivo do comércio intercontinental tenha

sido, sem dúvida, significativo, foi apenas um entre vários fatores próximos que contribuíram para o crescimento. Nos séculos XVI e XVII, quando o diferencial de salários reais entre Inglaterra e Portugal era pequeno, a contribuição do Império para o salário real de Portugal também era diminuta. Em 1700, o diferencial salarial entre eles havia-se tornado muito maior e, a partir de então, nunca mais parou de aumentar, a um ponto que nenhuma quantidade realista de expansão colonial poderia apagar.

Lains (1995), mesmo sem ter desenvolvido bases econométricas para sujeitar a história ao período 1500 - 2000, já tinha antecipado a realidade portuguesa. Olhando em especial para o século XIX, comparou o país com outros em oportunidades e potencial relativo próximos. Não tenta achar culpados, como Palma & Reis parecem querer encontrar no período pombalino, mas chega a uma conclusão dececionante, não económica mas política – se o crescimento económico português fosse melhor do que o verificado, quando comparado com os de outros países, algo de anormal teria acontecido.

Para Lains, não estão em causa opções políticas erradas como Oliveira Martins, Magalhães Godinho ou mesmo Joel Serrão avançaram. Sim uma permanente incapacidade para valorizar, em Portugal, o comércio externo, fazendo-o depender de outros no período dos primeiros impérios; uma falta de recursos monetários cíclica que nem o ouro do Brasil veio resolver; e um atraso estrutural na formação humana que acompanhou Portugal no período estudado.

Lains, como Palma & Reis, entendem que Portugal pode ter tido um relativo "sucesso" político, mas, tendo em conta a sua realidade social pobre e a sua ausência de recursos, a economia teria muita dificuldade em comportar-se de forma diferente.

3.2.5. Término

A presente proposição académica sobre o Império dividiu-se em dois blocos bem claros: o império enquanto mito, que corresponde ao império da fé e ao império messiânico; e o mito do império que enquadra as determinantes económicas de um império anacrónico e de um império normativo, este distribuído pelos tratados e pelas leis magnas.

Assim, é também um império pessoano, segregado em vários *eu's*, e marca insistente do olhar português sobre a Aventura Marítima. Talvez seja mais do que isso, um império simbolicamente privativo existente na cabeça de cada português.

O império enquanto mito poderia ser sustentado por Platão, por declinação da Alegoria da Caverna, sendo que o império metafísico afirmar-se-ia enquanto área da ilusão; o império da fé declarar-se-ia como área da crença; as determinantes económicas do império seriam a área da razão; e os impérios normativos seriam, enquanto elos enquadradores, a área primeira da filosofia.

É claro que se deve assumir aqui a perspetiva filosófica em que se enquadra o critério da realidade, ou das realidades. Voltamos, mais uma vez a referir - até ao iluminismo considerava-se que o espírito era a realidade, que a fé, Deus, era o que de mais real existia e marcava cada um dos humanos; a matéria era mera ilusão, porque frágil e limitada, porque dependente e escassa em arbítrio. A leitura atual é a que consagra o espírito como ilusão e a matéria como realidade. Está-se assim em presença de uma dualidade onde o critério de realidade antigo levava à eternidade e um critério de realidade atual que obriga à soberania dos sentidos.

O império metafísico assume o sebastianismo afirmando o Portugal que tarda em se cumprir, o emissor de Deus na conversão dos infiéis, o autorizador dos homens providenciais que chegaram, sejam eles D. João IV, Sebastião José de Carvalho e Mello ou António de Oliveira Salazar.

Esse império metafísico atravessa quatro séculos revelando o quinto império que pode ser mesmo o que falta cumprir, este que estará depois de outros. O assírio, o egípcio, o persa e o romano[368] eram em Bandara os anteriores e o lusitano afirmaria a eternidade, que construiria um modelo. Era o quinto em António Vieira, depois do dos assírios liderados por Nabucodonosor; dos persas governados por Ciro; dos gregos, identificados com Péricles; e dos romanos com o comando eterno de César. Voltava o quinto em Camões, no Canto I, assumindo o simbolismo de Vieira, também assírios, persas, gregos

[368] Em *O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos*, in *História do Marxismo VIII* (1987, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, pp: 200 – 201), René Galissot escreve: "A critica marxista exaspera até as extremas consequências essa condenação e perpetua a sobreposição de imperialismo e colonialismo, já que a conceção mais difundida de imperialismo é ligada à ideia de Império e de domínio político: e Schumpeter (J. Shumpeter, *Zur Soziologie des Imperialismus*, in *Archiv jur Sozial-wissenschalft und Sozialpolitik*, vol. XLI, 1918-1919) chegará a evocar a sucessão dos Impérios assírio, egípcio, muçulmano, etc., até às pretensões hegemónicas inglesas e alemãs do nosso tempo." O quinto império só se afirma original porque precedente cronologicamente, mas assume um sentido histórico transversal e intemporal na escrita da história, também da história marxista.

e romanos, mas a pequena casa lusitana seria aquela que, também por quinto, se comprometeria em larga cópia pela Índia, Pérsia, Arábia e Etiópia, dando uma certa esperança de um império multidimensional em que se achariam cristãos, mouros, turcos e gentios.

Fernando Pessoa consagrar-se-ia totalmente honesto quando escrevia: "Todo o Império que não é baseado no Império Espiritual é uma morte de pé, um cadáver mandando." Por isso se revela no D. Sebastião evaporado para se manter esperando a palavra da verdade que um dia chegará. O quinto império era um misto de intemporal e temporal – Grécia, Roma, Cristandade, Europa e, por fim Portugal. O pensamento, a civilização, a fé e o território inicial eram os elementos base de uma partida para um novo ecumenismo político e religioso que os portugueses conseguiriam, por serem um povo eleito, construir sem guerras.

Agostinho da Silva dá um safanão ao destino manifesto que Portugal havia recebido e consagra-o à cultura. Cultura expressão da realidade física e humana e cultura enquanto elemento sublime de um outro império – o do Espírito Santo. Da cultura enquanto realidade física e humana resulta a expressão, a linguagem. O português seria, pois, no pensamento intuído de Agostinho, a quinta língua do mundo depois do chinês, do inglês, do espanhol e do árabe.

As sociedades têm sempre uma função no cosmos intemporal. A portuguesa foi, mais do que qualquer outra, uma conspeção de povo eleito, o Criador que a cada dia se anuncia e a eterna ânsia pelo porto de abrigo que tarda. Esta é marca do império da fé.

Este império da fé, que Platão previu enquanto área da crença, atravessa praticamente todas as dinastias e vem mesmo até ao regime democrático. A determinação da entrega do reino, que viria a fazer-se Portugal, a Cristo e a Sua Mãe na Batalha de Ourique, operação santificada pela presença de Gualdim Pais. Desenvolve-se depois, no mesmo campo, com Nuno Álvares Pereira em Aljubarrota. E é este que traz a crença, pelo seu exemplo de estadista, militar e santo, até 2009, quando foi canonizado pelo Papa Bento XVI.

No mesmo universo encaixam Afonso Henriques, o conquistador, e João I, o pai do Império, criando e recriando Portugal enquanto obra de Deus, espaço de Maria.

O génio e a santidade destes quatro homens é reunido, pela construção da história imaginária, no Infante D. Henrique. Casto e temente, assume a obra templária, a visão cruzadística do Império. A primeira metade do século XX foi-lhe essencial para a construção do mito-pessoa, para o transportar para a enormização do espírito lusitano, para a construção da obrigação missionária portuguesa.

Henrique é, ainda hoje, a grande figura da História Marítima. Esta tese não tem como destino questionar essa presença cimeira. Mas abriu-se o estudo a uma implicação direta do filho de D. João I em António de Oliveira Salazar.

Ambos castos, ambos tendo como tarefa máxima o Portugal grande, acima de tudo e de todos, unicamente instrumento do Santíssimo. Henrique pensou e Salazar deu-lhe a dimensão institucional, manteve-o contra todos os ventos, incluindo os ventos que nasceram da Revolução Francesa, e construiu uma "programática" que, mesmo batida pela ciência, manteve os portugueses num transe coletivo por meio século.

Salazar era o defensor de um projeto de Deus que havia sido danificado pelo liberalismo (em que a independência do Brasil é também marca) e pelo republicanismo jacobino. Se se quiser ler bem o papel do ditador poder-se-á afirmar que ele encerra dois séculos de ausência de destino quando, em 1940, assume o sonho do mundo português que parte do orgulhosamente sós para a retroação da autoimagem de gente grande.

Mas há uma leitura imagética que atravessa um dos símbolos pátrios – a Bandeira. Os republicanos assumem o verde e o vermelho como determinantes da leitura positivista. Salazar refaz o sentido dessas cores e a dimensão dos símbolos centrais e recua até à dinastia de Avis. Verde e vermelho no pavilhão de D. João I; verde com uma cruz branca e vermelha na restauração e o verde e vermelho da república, reinventados pelo Estado Novo, e que determinariam os símbolos relevantes do fascismo(?) português.

É assinalável a similitude do pavilhão de D. João I com o pavilhão da Mocidade Portuguesa. É relevante a propaganda que António Ferro criou e de onde saiu a imagem das crianças segurando na bandeira nacional verde e rubra e na bandeira inicial de Afonso Henriques, mas ao centro se situava o pavilhão de Avis que também seria o guião da organização juvenil salazarista[369].

[369] Livro de Leitura da 3ª Classe, de Barros Ferreira, edição rememorativa de 2008, Editora Educação Nacional. Ver em: https://tinyurl.com/y2sc4859 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

A cruz atravessou, até tarde, os símbolos pátrios. É também ela que liga as três dinastias. Cruz azul sobre o branco com Afonso Henriques; cruz das quinas no pavilhão de D. João I, cruz vermelha e branca da restauração e novamente cruz das quinas azuis na bandeira pós 1910. Este sentido de fé agregado ao simbolismo pátrio poderia dizer da imensa predisposição lusitana para se levar a consagrar a crença profunda que aqui habita.

Do empório inicial que se foi construindo na descida da costa de África, ao ente a que se chamou Império Constitucional e num tempo em que o processo de autodeterminação dos povos se oferecia em aceleração, os sinais políticos do multifacetado Império Português consagram um conjunto de dez marcas que importa referenciar.

A primeira marca é a que se prende com a força política dos monarcas. De D. Duarte a D. Carlos o que se pode retirar é a fragilidade do aparato real, das estruturas militares e burocráticas. Só no reinado de D. João II, pela ação do próprio monarca, de D. Manuel I, pela ambição de um estado normativo, e de D. José, pela delegação no chefe do governo, se encontram as linhas essenciais de uma governação minimamente organizada. Poder-se-á olhar a ação de D. Manuel I com as ordenações que consagraram uma outra matriz administrativa e judiciária no Portugal da metrópole, poder-se-á reparar em alguns elementos do reinado e D. João V como referentes de uma incipiente abertura cultural, mas a verdade é que a maior parte dos reinados do longo tempo do Império se não revelaram significantes.

A segunda marca é a do desequilíbrio financeiro. Olhados os ciclos longos poder-se-á confirmar que Portugal teve um permanente desequilíbrio das finanças reais até ao século XX, uma elevada corrupção e uma incapacidade de multiplicar as receitas do ultramar promovendo o fomento.

A terceira marca é a que respeita à permanente fragilidade externa. Revelou-se entre 1580 e 1640 por integração no incomensurável poderio dos Filipes, mas também se foi revelando a cada tempo pela necessidade de fazer face às ameaças. Da aliança diplomática com Inglaterra passou Portugal a uma dependência sistémica que vem até ao Estado Novo.

A quarta marca é a da ausência de visão estratégica para o desenvolvimento. Tráfico negreiro na costa oeste de África; especiarias e produtos de reduzido valor mercantil no Oriente; privatização do território brasileiro que provocou o nascimento do

coronelismo; entrega dos grandes investimentos em infraestruturas e fraco rendimento das concessões agrícolas, minerais e energéticas na África do último quartel do século XIX ao segundo do século seguinte.

A quinta marca é o fim da partição dos mares. O Tratado de Tordesilhas não poderia garantir a exclusividade a Espanha e Portugal. Se a União Ibérica elimina o conceito de *Mare Clausum*, Hugo Grotius, em 1609, inicia o questionamento do mar fechado, não tardando o seu total abrimento.

A sexta marca revelou-se na carência de Império Português para que todos os territórios que o integravam conseguissem sobreviver unidos durante a incorporação no império das Espanhas. Em seis décadas quase se extinguiram as praças e feitorias orientais; neste período o Brasil viu aumentar o território que veio a consolidar por efeito das bandeiras e do não conflito com os restantes territórios da América espanhola, e África observava uma mera "operação mineira" até ao segundo quartel do século XX.

A sétima marca é a excecional colonização do colonizador. A transferência do aparato real de Lisboa para o Brasil parece demonstrar a falta de capacidade para a construção de pontes diplomáticas, uma ausência de valor facial da dinastia dos Bragança e uma ineptidão para a resposta e resistência sustentadas perante as Invasões Francesas. O exílio em Inglaterra seria o mais natural e mais relevante; a fuga terá sido o que mais interessou aos ingleses que assumiram, de forma completa, o território português enquanto protetorado sem custos na sua reputação internacional.

A oitava é a que envolve o Padroado. As incumbências financeiras com a envangelização implicaram sobremaneira. Sustentar as obras, viabilizar os seminários e financiar a construção de templos foram as opções que nunca deixaram de estar nas incumbências de cada reinado. Esta circunstância levou a uma dimensão restrita da educação e a uma reduzida oferta de formação superior à qual só acediam reduzidíssimos núcleos e que só se ministrava, no universo das ciências, em Coimbra.

A nona liga-se à relevância de Portugal na Conferência de Berlim e na colonização posterior de África. O princípio da ocupação efetiva parecia impraticável para um pequeno país com menos de cinco milhões de almas, despido de recursos financeiros e de reduzidas elites. Foi também por aqui que faliu a tentativa de ligar Angola a Moçambique, afouteza que se fez *pusch*.

A décima é a do império caricato condenado pela Organização das Nações Unidas, abandonado pela Santa Sé, insensível à implicação das ciências sociais na relação com os povos africanos e ao nascimento de novas forças de diálogo norte-sul. A crescente obrigação de democratização do regime e, por essa via, de extinção dos conflitos armados que se asseveravam em elevados custos humanos e financeiros, foi um caminho que o Estado Novo nunca considerou plausível.

Por fim, o império normativo e que encaixa na saída da Caverna de Platão.

Analisados os tratados relevantes entre Portugal e Espanha, não se vislumbrou neles qualquer propensão imperial sustentada de Portugal ao longo dos séculos.

Verifica-se uma primeira tentativa bélica de criar condições para a união de reinos com D. Fernando e uma segunda tentativa diplomática organizada por D. Manuel I para seu filho. Do lado de Espanha essa predisposição é permanente e vem até ao liberalismo. Da análise dos tratados verificou-se a existência, durante um período historicamente relevante, do império de influência de João de Gante, Duque de Lencaster, regente em Inglaterra, negociador de interesses com França, pretendente ao trono de Castela, pai de duas rainhas ibéricas. Está-se em presença de uma figura relevantíssima da política europeia do século XIV e que carece de uma investigação pós-doutoral.

Na leitura das Constituições não se encontra uma perspetiva imperial dos textos entre 1822 e 1933. A lei magna de 1822 viria a ajudar à independência do Brasil, a Carta Constitucional seguinte confirmava o que já atrás se disse – a colonização do colonizador. D. Pedro I do Brasil afiançava-se Imperador do Brasil e Rei de Portugal, homologando mesmo a Carta em território brasileiro.

É relevante a Constituição de 1933 e o Acto Colonial, desse mesmo ano, e que refunda o anterior de 1930. Aqui sim, há, pela primeira vez, uma estrutura imperial, uma organização política, uma determinação dos direitos dos povos. Porém, pode dizer-se que, mesmo permitindo que todas as peças do xadrez institucional se encaixem, se tratou de um império caricato. Num período em que se assistia a uma nova configuração internacional, em que nascia, pela primeira vez, um impulso para a integração das nações do mundo, em que Espanha já se limitava a uma sombra do que havia sido e Inglaterra iniciava um processo de transferência de poder em partes do território na sua dependência, Portugal encontrava, na força da fé e numa dita superioridade do génio lusitano, as

ferramentas constitucionais para a demonstração de uma especificidade que não lhe era reconhecida e de uma exemplaridade na colonização que não era confirmada.

O Império Português, nas suas diversas abordagens, confirmou aquilo que, em termos de tática militar, se pode designar por ação retardadora, uma retirada sob pressão inimiga. O império da Índia foi substituído pelos império inglês e holandês. O império do Brasil caiu como caíram as grandes colónias inglesas e espanholas, desde os Estados Unidos da América às repúblicas bolivarianas, pela formação de novas elites coloniais que pretenderam alcançar o poder. Finalmente África. Aqui nunca se considerou império, mas uma herança e uma contingência. Territórios de soberania concedida em Berlim como complemento da estratégia inglesa e alemã, territórios que acabaram degradados à condição de províncias e que começaram a degenerar quando o desenvolvimento das relações de troca entre o norte industrial e colonial e o sul fornecedor de matérias-primas já dispensava a administração direta em África e a situação política resultante da Segunda Grande Guerra abria as portas aos novos impérios dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

4. Sobre o aparecimento de novos mitos

A longa abordagem sobre o mito nas suas diversas consagrações e leituras leva esta tese a novo campos de investigação.

Já atrás se referiam os movimentos conservadores e tradicionalistas brasileiros que se afirmam, no tempo de hoje, na reconstrução da imagem de um país nascido do ato inaugural de Cabral em 1500. Mas não são os únicos a consagrar novas especificidades portuguesas na Aventura Marítima.

Em Portugal estão de regresso os movimentos neo-salazaristas e os grupos da "nova portugalidade" que também querem consagrar as especificidades já ultrapassadas pela historiografia mais recente e relativas à aventura.

A primeira dessas especificidades é a que resulta na existência de um conceito estratégico que terá atravessado o longo período de presença ultramarina. Por isso, deve avaliar-se esta reivindicação à luz da ciência e partindo da historiografia consolidada.

A segunda é a que instiga a história, que assume um revisionismo provocador perante a realidade confirmada. A análise das práticas de terrorismo e de crime organizado, bem como a autoria fundacional do normativo da pirataria devem ser aqui refletidas.

A terceira é a que coloca Portugal no centro do novo mundo, a que consagra os portugueses como "pioneiros da globalização". Esta menos marcada ideologicamente, mas, na perspetiva desta investigação, aparentemente voluntarista.

Toda a investigação realizada, indicou os mitos que com cada uma das especificidades interagem. Mas não se pretende encerrar cada um dos pontos, antes abrir caminhos para novas leituras e outras abordagens.

4.1. Sobre o Conceito Estratégico

Nascido em 1450, Dom Francisco de Almeida era filho do 1º conde de Abrantes, cuja esposa era dama da rainha D. Isabel. Seus pais pertenciam à corte de D. Afonso V (1438-1481), rei pelo qual D. Francisco se bateu em armas na Batalha de Toro (Castela), em 1476, dando início à sua experiência militar reconhecida a partir daí. Na década seguinte, serve os Reis Católicos na expulsão dos últimos mouros da Península Ibérica. Com o repentino impedimento de Tristão da Cunha, escolhido de D. Manuel I para ocupar o cargo de primeiro vice-rei da Índia, embarca em sua substituição a 25 de março de 1505 rumo ao Oriente.

O regimento que Almeida recebeu do rei ordenava que ele erguesse fortalezas na costa indiana, cuja função era armazenar as mercadorias sob forte proteção militar. Além da construção de fortalezas, havia o papel de mediar o contacto entre Portugal e os potentados locais, com o cuidado de avaliar as situações distintas em cada Estado, e também função de chefe militar das armadas que permaneceriam no Oriente. Este documento delegava ainda em D. Francisco de Almeida amplos poderes de decisão (Hespanha, 2001).[370]

Inicia-se a abordagem do estudo de um Conceito Estratégico e dos mitos políticos que lhe estarão associados, com o enquadramento do Regimento que D. Manuel I fez entregar a D. Francisco e que o afirmou Vice-Rei. Terá ele os condimentos de uma estratégia afirmada? Mais à frente se verá!

Ao avaliarem-se as linhas estratégicas da Aventura Marítima interessa, como ato prévio, encontrar os momentos históricos de inserção internacional de Portugal.

O modelo fundador é o que trás Portugal até ao início da Aventura Marítima. Encontrava-se em equilíbrio com outras unidades políticas e territoriais de dimensão compatível – Aragão, Navarra, Leão e Castela. Durante toda a Idade Média foi com estes territórios, entre alianças e desconfianças, que se afirmou o processo de relações externas português.

[370] Ver em: https://tinyurl.com/8t79hyr7 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

O modelo clássico estende-se ao longo de cinco séculos, só terminando com a Revolução de 25 de abril de 1974. Durante este período tudo se modifica na relação do território luso com os seus universos de implicação geopolítica. A agregação das Espanhas, a vitória cristã sobre o Islão, a circulação de pessoas e mercadorias e, ainda, a realidade social e a situação de falência, sempre emergente, ao nível dos recursos da coroa, determinam a base e a pertinência dos contextos internos.

Por último, o modelo contemporâneo, mais recente e ainda insuficiente para uma análise sumarenta na profundidade da história. Este modelo, que muitos investigadores indicam como modelo democrático, é o que faz Portugal galgar as Espanhas e o obriga a voltar para a geografia nativa de onde nunca se deveria ter ausentado (Teixeira, 2011: pág. 282).

O suporte da ciência política e das relações internacionais é relevante para o caminho que interessa seguir nesta investigação sobre uma parte determinante da História Marítima lusa. Porque não basta questionar sem enquadrar, não basta abrir portas e encontrar respostas sem uma clara visão teórica, ou teológica[371].

A questão que aqui se coloca é simples – Portugal teve, em algum tempo da sua Aventura Marítima, um Conceito Estratégico[372] tipificado, mesmo que de natureza informal e nunca assumido pelas crónicas? E este país encontra linhas de ação que lhe permitam afirmar a resposta positiva à pergunta precedente?

Em anterior tempo afirmaram-se três elementos que atravessam a sustentação desta posição. O primeiro, de discussão profunda e questionamento imediato, é o que se prende com a (in)existência de uma matriz única que possa consagrar-se como Descobrimentos. Daí o afirmar-se que, com exceção do período que vai entre 1481 e

[371] Já atrás indicamos o sentido desta palavra ao longo do texto.
[372] Carl von Clausewitz, considerado como o primeiro grande teórico da Estratégia e um dos grandes cientistas da arte da guerra, considera no seu livro *Da guerra*, (pp: 199 – 249) que a estratégia é o uso de todos os recursos disponíveis para atingir o propósito da guerra. O estratega deve definir uma meta para todo o aspeto operativo da guerra, que deverá estar de acordo com o seu propósito. Por outras palavras, ele esboçará o plano de guerra, e o propósito determinará a série de ações pretendidas para o atingir; irá conceber cada campanha e, dentro dessas campanhas, decidir como realizar cada alocação de recursos. Clausewitz vem em nossa defesa quando indica os elementos da estratégia. Fatores morais, superioridade das forças, surpresa, dissimulação, concentração de forças, unidade de comando, reserva estratégica e economia da força são elementos que também ponderamos nesta tese.
Como que analisando, provavelmente sem nunca o ter estudado, as campanhas de Albuquerque no oriente, Clausewitz escreve: "Um príncipe ou um general pode demonstrar melhor o seu génio administrando uma campanha de uma maneira que se adeque exatamente aos seus propósitos e aos seus recursos, não fazendo demais nem de menos. Mas os efeitos do génio não se revelam tanto em formas de ação inusitadas quanto ao êxito final. O que deveremos admirar é a precisa confirmação de pressupostos táticos e a harmonia existente em toda a atividade, que se mostram evidentes no êxito final." Esta apreciação é a que nos fará entrar no elencar do terrorismo e crime organizado a tratar no capítulo seguinte. Ver em: https://tinyurl.com/y3hjkle6 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

1495, como se pode comprovar pelos critérios bem determinados por Silva Ribeiro (2017, pp: 22 - 31), toda a gesta se revestiu de uma aventura com enquadramentos e enumerações muito particulares.

O segundo, o de que se nega uma visão messiânica da aventura, uma quase obrigação mítica dos avanços. Não há aqui nada que não resulte de convicções ou necessidades pessoais, há muito pouco de obrigação gregária.

O terceiro, aquele em que se funda parte deste texto, é o que resulta da comparação na forma de fazer entre Espanha e Portugal perante o que se passou a conhecer. Como sempre aconteceu, o país foi cedendo quase sempre às opções espanholas, também inglesas e holandesas, no controle dos mares.

Ao inventariarem-se as linhas estratégicas da Aventura Marítima portuguesa está a deixar-se bem claro que os portugueses só foram verdadeiramente sábios, organizados e profundos num curto período dos cinco séculos de vida ultramarina. E, *pour cause*, é sobre esse tempo impressionante que a investigação se queda.

4.1.1. Os fundamentos

"Há, na parte mais ocidental da Ibéria, um povo muito estranho: não se governa nem se deixa governar!" Por certo haverá quem afirme que esta consideração terá sido pronunciada por Júlio César, o excelso imperador, mas muitos se inclinam para a probabilidade de ter saído da caligrafia por um general romano, em serviço na Península, numa imprópria nota de campo.

O General Galba, que permaneceria um dos primeiros governadores romanos no extremo ocidental, século III a. C., referir-se-ia aos lusitanos como uma tribo guerreira que habitava uma parte do atual território nacional. Não se teria apresentado fácil, às legiões romanas, o domínio os tais lusitanos, que terão oferecido rara resistência. Até hoje garante-se e idolatra-se um dos seus líderes: Viriato.

A incorporação do simbólico, que se protege na consideração acima despendida, serve para a leitura de toda a história. Mas serve, em especial, para a análise dos fundamentos da Aventura Marítima, que Portugal empreendeu em três tempos, que

remunera muito do imaginário pátrio e faz crer que o país terá sido, em séculos idos, relevante.

Esse imaginário coletivo é constituído por uma mescla de descomunais e apertados feitos numa relação bipolar que leva da depressão à euforia, sendo que o mau nunca é tão mau quanto se imagina e o bom não se revela excelente como se acredita. Vasco Pulido Valente é bem provocador, mas não deixa de ser totalmente claro quando afirma que os "(…) portugueses precisam de sinais de uma importância e de uma grandeza que a realidade lhes nega. E porque sofrem dia a dia, com a realidade, qualquer pequena distinção lhes serve para se evadirem dela (…)".

Quando se olha de um ponto que se parece com a leitura imagética do "ovo de Colombo" está-se, exatamente, a acreditar que o simples pode ser visto como algo de complexo, que o menor, mas nunca antes conseguido, pode servir de afirmação e de apelo em antigas e recentes técnicas de vendas.

"Convenhamos que apesar de sua simplicidade e facilidade, você não descobriu a solução, fui apenas eu quem removeu a dificuldade. O mesmo ocorreu com a descoberta do Novo Mundo. Tudo que é natural parece fácil, após conhecido ou encontrado. A dificuldade está em ser o inventor, o primeiro a conhecer ou a demonstrar." Terá sido assim que Cristóvão Colombo surpreendeu os convidados do Cardeal Mendonza no hipotético banquete comemorativo do achamento das Américas, perante o ovo que se não sentava e o abalo do *partner* de circunstância.

Os feitos históricos, para se afirmarem, devem ter uma leitura assente em serviços mínimos de realidade, em conceitos básicos de sabedoria. É, aliás, esse o objetivo, consagrar uma leitura sobre uma possível visão estratégica da Aventura Marítima que se sufrague em critérios que, desde Sun Tzu (500 a. C.), são obrigatórios.

Mas o que vem a ser a Estratégia que importa para o ponderoso questionamento desta tese? Uma referência básica leva ao momento paternal do conceito, mais, encaminha ao derivar da palavra.

Se *strategia* é o conjunto das habilidades e das qualidades do *strategós* (general) perante a *stratéia* (expedição) e fazendo seguir o *stratós* (exército). O que se pode concluir, em sequência da proclamação, é que se está em presença de uma quase divindade, circunstâncias intrínsecas a um ser único, que consagra o poder intemporal de

congregar, de dar sentido e fazer morrer por um bem maior (Serra, Torres & Torres, 2012).

Ora, retomando a abordagem inicial sobre o Regimento que D. Manuel entregou a Francisco de Almeida, poderemos dizer que a partir da definição de Serra, Torres & Torres, haveria uma estratégia a seguir pelo primeiro Vice-Rei da India. Mas será assim?

O Século XX fez aportar, com mais acuidade, a ciência da estratégia. Essa ciência, em mistura muito bem conseguida da psicologia, da sociologia e da antropologia, perante as realidades do *grosso* humano, foi sempre acompanhada de um conhecimento empírico da geografia e da história a que acediam e acedem os líderes em combate real ou virtual.

É exatamente por isso, que se desaconselha a totalização das decisões tomadas ao longo dos séculos XIV, XV e XVI nos registos contemporâneos. Apesar de tudo, há elementos relevantes que devem ser observados. Os primeiros, que são prévios – a determinação de objetivos; a adoção de linhas de ação; e a alocação dos recursos necessários. Os segundos, os que se prendem com as interconexões das estruturas de autoridade e de comunicação; e com os fluxos de informação e de dados através das mesmas opções de autoridade (Chandler; 1962).

D. Manuel I perde aqui a consideração de estrategista. Em boa verdade o que ele determinou foi uma carta de missão que, a partir da chegada, Almeida haveria de cumprir.[373]

É precisamente desse sentido que resulta o presente *point de vue, :* a estratégia é a arte de conceber em plano amplo; a tática é o saber da execução, são ambas a ligação do espírito que pensa aos braços que agem. (Castex, 1939, pág. 4)

Recue-se um pouco atrás. A Aventura Marítima importa ser analisada, previamente, sob o ponto de vista da existência de um Objetivo Nacional. Esse objetivo, que se pode considerar de permanente, assentava em palavra simples – ser viável (Carvalho, 1989, pág. 73). O ser viável era, tão só, sobreviver, manter-se, enquanto espaço, com o mínimo de autodeterminação, de poder decidir as básicas coisas da vida, um destino que se apresentasse separado de outros poderes temporais ou intemporais.

[373] Trata-se da determinação da operação, do encontro da missão da organização, dos feitos a concretizar, da indicação de cumprimento dos conceitos estratégicos anteriores. Refere-se ainda aos objetivos a atingir, numerando-os em concreto e a sua implicação no objetivo geral/universal.

E é perante esse Objetivo Nacional Permanente que interessa avaliar a Aventura e promover o seu enquadramento. Carvalho[374] considera que se está em presença de um Objetivo Nacional Permanente conjuntural. Seja o que for esta consideração, sempre se pode avocar a História Moderna para refletir nas estruturas e nas conjunturas o sustento de uma leitura sistémica.

Desvie-se um pouco o olhar para se socorrer esta investigação com as ciências naturais. Estrutura é tão só a distribuição e ordem das partes num sistema; segregação e organização sequencial de uma obra. É exatamente aqui que se pode enquadrar a Aventura Marítima – há nela uma organização sequencial de uma obra, mas não parece haver um sistema que congregue uma leitura única do caminho (Castro & Lessa, 1969, pág. 23).

Terá alguma razão Virgílio de Carvalho quando consagra o "conjuntural permanente". Apesar de haver uma linha de ação para a "saída" que se revela permanente a partir de D. João I até D. João III, ela não é de molde a criar um sistema único, revela-se com improviso e com opções divergentes, com a avanços e recuos. A opção pelo Mediterrâneo, intercalada com a opção pelos longos mares, não dá permissão para a consagração de uma consideração definitiva do tal Objetivo Nacional Permanente.

Apesar de tudo, regressando à História Moderna, com os olhos de Braudel, e se se reparar nos vários ritmos da evolução histórica, a Aventura portuguesa, como também aconteceu com a espanhola, vem a ser importante para a consagração da transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. Bem se reconhece no abandono do agrário-feudal para as fundações do capitalismo; na evolução de uma estrutura social encerrada para uma progressiva abertura; na implosão do Estado feudatário e, por essa via, localizado, para a centralização régia. Todos estes circunstancialismos se afirmam com a construção do modelo eurocêntrico, que virá a perdurar até ao século XX, e para o qual Portugal e Espanha deram enorme contributo (Santos, 2011, pp: 305 - 310).

Já se desenvolveu a visão pouco triunfal da Aventura Marítima. Ela será o resultado de impulsos que só no reinado de D. João II poderão ter sido minimizados e melhor ponderados para uma ação criteriosa?

[374] Ver ainda : https://tinyurl.com/rn8p7bh8 - último acesso em 13 de outubro de 2022

Há, porém, uma questão que se deve colocar, nesta leitura da estratégia seguida, que é a de se saber se se conseguirão identificar os fatores anímicos e materiais que terão permitido vencer as obrigatórias oposições perante o desconhecido. Por razões várias, nos reinados de D. Afonso V, D. Manuel I e D. João III esses fatores anímicos parecem muito pálidos.

José Adelino Maltez, socorrendo-se do Repositório Português de Ciência Política, ajuda a olhar os Descobrimentos pelos olhos da *Fórmula de Cline*.[375]

Segundo Ray S. Cline, o poder de um povo, o poder apercebido de um povo (PN), é igual ao fator material (FM), que soma os elementos geográfico (G), económico (E) e militar (M), e se multiplica pelo fator anímico (FA) que agrega a qualidade da estratégia (S) à determinação do mesmo povo (D).

$$PN = FM\ (G+E+M) \times FA\ (S+D)$$

O mar, enquanto elemento único de salvação, era presente, político e estratégico, desde a fundação da nacionalidade. Era o único elemento que autorizava inviolabilidade territorial a oeste e pela sua realidade de Atlântico indomável, também pela sua aparente pobreza de recursos pesqueiros, não interessava a forças de ataque externas. A geografia obrigava a ganhar espaço vital, a alargar, até onde fosse possível, as condições de sobrevivência como já se disse.

O fator económico pode ver-se em dois campos. Desde logo a necessidade de ganhar mercados e territórios. Sim, havia interesse da burguesia doméstica no comércio e havia razão na nobreza ociosa, principalmente na nobreza criada pela dinastia de Avis, de não se ficar pelo terrado original. O poderio militar que guarnecia o país não era significativo nem se mostrava apto para novas realidades. Vale observar as primeiras incursões em África e o insucesso de que se revestiram no encontro dos povos nativos.

E se o fator material poderia dizer que o balanço poderia ser mínimo para o sucesso e máximo para o insucesso, não menos altivos estariam os portugueses perante o fator anímico. A qualidade da estratégia só se revelou bem-sucedida na primeira operação mediterrânea e teve o seu ponto alto no curto reinado de D. João II, enquanto que a determinação de um povo não merece uma quantificação sugestiva porque se não revela

[375] Ver em: https://tinyurl.com/y3gbfdfr , último acesso em 13 de outubro de 2022.

dos interesses coletivos, mas dos interesses individuais de cada um dos capitães que se lançaram no desconhecido.

Se uma outra apreciação do poder marítimo começa com a chegada à Índia de Vasco da Gama, em 1498, ela só se concretiza com Fernão de Magalhães numa leitura integral do globo. Também aqui se refere a separação entre os povos de aventura. Os feitos portugueses foram muito mais de donatários que governaram as possessões e fizeram alianças com todos os que lhes permitiam enriquecer pessoalmente.

Nas realizações espanholas, porque se haviam separado bem os direitos da coroa e os ganhos dos mercenários, tiveram sempre uma outra leitura da presença, uma marca colonial congénita que se fez com uma visão imperial. Portugal sempre se contraditou, talvez por indestreza ou minifúndio das ideias.

Quando se olha para as invasões e ocupações repara-se que elas absorveram as leituras básicas de Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque. O que os separou foi, essencialmente, a interdependência na alocação das forças em terra e no mar. Albuquerque consagrou a forte presença em terra para melhor garantir os mares; para Almeida bastava um único e forte apoio em terra.

A visão de Albuquerque ditou muito do esforço em recursos materiais e humanos. Se ainda hoje se estudam estas duas opções é sempre bom considerar que Albuquerque foi instituidor da insuportabilidade das possessões. Portugal não tinha qualquer condição para consagrar uma presença pulverizada.

4.1.2. O enquadramento histórico da estratégia marítima

A atividade orientada, em ambiente hostil, e lançando mão de todos os meios e recursos (forças) para a conquista de unidades políticas disputadas é a base da estratégia. Unidades políticas, objetivos, meios, ambiente e ação são, assim, os elementos centrais da estratégia (Martins, 1984, pág. 111).

Nas unidades políticas consagram-se as coletividades políticas organizadas e que têm vontade coletiva autónoma. Elas revelaram-se nos Tratados de Alcáçovas e de Tordesilhas e nas Bulas concedidas pela Santa Sé. Mas, apesar de se tentar encontrar sempre uma linha bondosa na Aventura, não é percetível a consideração do

reconhecimento, enquanto unidades políticas, aos povos locais que os navegadores encontraram.

Na determinação dos objetivos encontram-se as políticas, o sentido das coisas. Se na feitura da guerra, que sempre se mostra perante ganhos e perdas presentes ou futuras, as políticas são as bases da diplomacia prévia ou as matrizes que desembocam no confronto. Na Aventura Marítima os objetivos eram bem mais difusos. Ninguém pode determinar o que fazer perante o desconhecido, nem pode avaliar os impactos do resultado que se quer atingir perante os danos no sistema vigente. Os objetivos, como elemento relevante da guerra e da paz, da diplomacia ou da ação armada, devem afirmar-se cabais, universais, entendíveis, para que se negue o insucesso.

Se os meios são, como sempre foram, elemento básico à ação diária de qualquer atividade, eles não deixam de ser essenciais na descoberta e concretização de grandes empreitadas. Portugal era uma parte de mar, era uma parte de floresta e era uma parte de aventura. Ter os meios necessários não era evidente, mas ter os mínimos era consensual.

Uma análise das missões marítimas entre Portugal e Espanha permite indicar a "minimidade" nas forças e até no saber de Portugal. Claro, como sempre, pode encontrar-se a salvação de um coletivo quando se eleva o desempenho feliz de um excelso ator.

Não há estratégia sem ambiente hostil, dizem. É verdadeira a afirmação na guerra clássica, convencional. Ora, a Aventura Marítima não era nada convencional, era vanguardista. Assim, poder-se-á dizer que a saída de águas antes conhecidas era mais do que um ambiente hostil, era a absoluta crença no desconhecido. Como se pode acreditar no desconhecido? Só com um elemento que esteve sempre presente, até ao século XX e nas representações bélicas, a fé.

O estudo do conceito estratégico subjacente à Aventura Marítima não se afigura fácil. Só no século XVIII, após a constituição da Academia das Ciências de Lisboa (1779) é que se iniciou a sistematização dos recursos documentais. Frei Francisco de S. Luís, mais tarde Cardeal Saraiva (1766-1845), haveria mesmo de considerar, em *Indice Chronologico das Navegações*, que aquando das suas investigações muito pouco restava. Terá sido natural o "(…) prudente e cauteloso segredo, em que os nossos príncipes, ao princípio, reservavam àquelas memórias e relações (…)" (pág. 48).

Uma nota relativa a este marcante repositório, a base central dos posteriores estudos historiográficos. Saraiva consagra, aqui e pela primeira vez, a ideia de uma presença portuguesa nos "países ultramarinos". O que quererá dizer com esta proposição? A verdade é que o conceito de colonialismo é mais tardio. A verdade é que Portugal era o conjunto de dois reinos e estes países se assumiam já, em Saraiva, uma visão multipolar do reino (ou império) português.

Jaime Cortesão deixou a sugestão de que a Aventura Marítima se baseou muito no sigilo[376]. J.P. Oliveira e Costa partilha, em certa medida, esta posição de Cortesão. Encontram razões para isso nas preocupações de sempre dos reinos mais pequenos em relação às forças dominadoras. O sigilo consistia, portanto, numa vigilância estreita da produção historiográfica, da cartografia, existindo uma cartografia oficial, para o grande público, e uma cartografia secreta[377], essa sim, mostrando o avanço dos conhecimentos, da construção de navios, particularmente da caravela, dos roteiros, dos instrumentos de navegação, de tudo o que revelasse superioridade tecnológica (Domingues, 1992).

Acontece que a política do sigilo, sustentação para a inexistência de suportes documentais relevantes e necessários a uma profunda análise da Aventura Marítima, é colocada em causa[378].

Não fazia sentido ocultar a ocupação do território pela necessidade do reconhecimento da soberania; não havia qualquer vantagem em praticar o segredo depois da consagração universal das bulas de Nicolau V e Calisto III; havia inúmeros relatos de tráfico de informação ao serviço de Espanha e de outras potências europeias, mesmo no círculo mais restrito da corte. Mas o que importa reter, com mais afinco, é a realidade da época – o documento histórico era o que remetia para a memória os grandes feitos, os grandes reis e senhores, eliminando quase tudo o que de político, social e instrumental se

[376] Um olhar sobre a forma de abordagem da *teoria do sigilo*, desenvolvida pela historiografia ao longo de uma parte muito considerável dos últimos dois séculos, deve levar a que esta se assuma triangulação com a *propaganda* e com as *informações*. Quando Quintero (1990, pp: 54-57) nos fala das crónicas e as insere num espaço próprio de propaganda, está a autorizar novas abordagens das fontes primárias. É também Quintero que introduz os milagres, os atos litúrgicos e a sua ligação com as grandes conquistas reais, como elementos relevantes da propaganda. Guerreiro (Lisboa, 2017) desenvolve o estudo das informações e, com essas ferramentas se poderão ver como a análise PEST (política, económica, social e tecnológica) esteve presente em vários tempos na Aventura Marítima, em especial no que se refere às condições estruturais da missão, à cultura, à ação diplomática, aos recursos de guerra e a consciência do equilíbrio de forças. Esta triangulação (ou a falta dela) foi nítida nas missões no norte de África e no Oriente e fez-se central na ação política e militar de Afonso de Albuquerque.

[377] Interessa uma nota sobre as famílias Reinel, Homem e Teixeira Albernaz, cartógrafos que marcaram os séculos XV e XVI na corte portuguesa e são referências da nossa Aventura Marítima.

[378] É igualmente Contente Domingues (2018, pág. 25) quem regressa à política do sigilo referindo Cortesão. Agora questionada por Duarte Leite e seguindo as primeiras leituras de Damião Peres. No que se refere à construção naval a política de sigilo era tão só a ausência de alfabetização, a impossibilidade prática de passar para a letra de forma o conhecimento. Tal não impediu a ida para outros países do conhecimento português da construção naval.

evidenciasse (Peres, 1939, pp: 17 - 21). Nesse sentido vai, também, Serrão (1998, pp: 14 - 15) quando consagra uma outra opção que seria a "incompleta cobertura de informação que rodeava os factos".

Regresse-se agora aos elementos centrais da Aventura Marítima, prévios à estratégia concretizada.

Identificamos cinco vetores que enformam a perspetiva régia. O primeiro, o da centralização da decisão. D. João II, ainda como príncipe herdeiro, afirma o primado da coroa para embarcar e impede os particulares de armarem novos navios. A empreitada assume, assim, um novo cariz de interesse de Estado e reformata a relação dos aventureiros com a nação.

O segundo, o da implacabilidade da ação. Os navegadores com pavilhão português, autorizados pelo rei, tinham como incumbência expulsar das águas consideradas privativas todos os que se aventurassem. Essa ordem exterminava as tentações, porque não comportava prisioneiros e determinava o afogamento compulsivo dos sobreviventes – uma vacina.

O terceiro vetor era o da limitação temporal das doações e das concessões. O rei assumia a titularidade absoluta do invadido e capturado, das rotas e dos lugares, só o cedendo através de ónus ou de determinação temporal.

O quarto vetor, o da "enumeração dos resgates"[379]. Tratava-se, tão só, de determinar quais os produtos que estavam vedados ao comércio dos particulares, as formas de comerciar e os parceiros protegidos. Vê-se, pela carta régia de 19 de outubro de 1479, por exemplo, uma primeira definição de condicionamento estadual em que Portugal foi, por tempos históricos vários, useiro (Costa, 1979, pág. 21).[380]

O quinto e último vetor, o comércio negreiro. O incremento comercial intercontinental da escravatura, apesar de ter sido inicialmente propriedade do Infante D. Henrique, assume, com D. João II, uma importância nos negócios do Estado e na relação deste com os subpoderes do reino.

[379] Enumeração dos resgates – conceito do comércio internacional já em desuso.
[380] Em *Monumenta Missionária Africana* (1963, pp: 21-22) o Padre António Brásio dá a conhecer uma pouco estudada bula papal *Sedes Apostólica*, de 1505. Nela se concede ao rei português autorização para comerciar com todos os infiéis sem qualquer condição intemporal que fosse imposta em complemento. Pode ver-se por esta bula que a Santa Sé não implica com as orientações gerais da coroa desde que assumidas as obrigações gerais do padroado.

Acarreta pois, consideradas estas linhas de rumo que sobressaem da ação de D. João II, questionar sobre o caminho desde o início da dinastia de Avis. O que aconteceu até à assunção clara e assumida de uma nova linha de rumo nacional?

De D. João I a D. João II os reinados foram sofrendo de instabilidade. O reinado de D. Afonso V dita alguma fragilidade da coroa, crise que já se vinha verificando no final do tempo de D. Duarte. Não parece haver comprovações que possibilitem infirmar que não estivemos sempre longe de qualquer objetivo estratégico nacional e permanente. D. Manuel I viria a ser o posterior monarca e inquinaria a visão do interesse nacional, permitindo denegação da decisão real nos territórios longínquos. Albuquerque negou-se por exemplo, na consagração elementos que se identifiquem com o Conceito Estratégico.

Por tudo isto, interessa situar a estratégia entre 1481 e 1495, como o único período em que Portugal pode dizer que seguiu os padrões ancestrais do Conceito desenvolvido.

4.1.3. Os elementos do conceito estratégico joanino

Um conceito estratégico afirma-se na diretiva central que orienta a Estratégia da Nação. Esta encarna as atividades em que um país se vai envolver perante um objetivo ou uma disputa. Golbery do Couto e Silva vai mais longe e consagra que a primeira e grande questão que importa colocar é: "o que tem de se fazer?" para se consagrar, com sucesso, o objetivo determinado (Fernandes, 2013, pág. 226).

A resposta a dar a este quesito, no caso da Aventura Marítima, deve ser clara – ganhar espaço vital, ocupar as forças mais dinâmicas e trazer riqueza para Portugal[381].

As avaliações de conjuntura assentam, sempre, na leitura, ao momento, dos fatores políticos, psicossociais, económicos e militares. Se no reinado de D. Duarte não parece visível essa análise integrada, fruto da pulverização dos interesses, da decisão e da ação,

[381] Em *A Expansão Portuguesa à Luz da Psicologia Social* (1965, pág. 20), Beckert d'Assumpção escreveu sobre a realidade psicológica agregada à nossa ida pelos mares: "A motivação que realmente engendrou a nossa Expansão no Mundo é a da auto-asserção que, segundo McDougall, é instintiva no desejo de auto-afirmação, de obter posição de relevo na comunidade, de conseguir superioridade, o que Alfred Adler classificou não como um instinto, mas como o instinto. Ora, essa motivação é mais conforme tanto com a maioria ciclotímica do nosso povo como com a acção exercida pelo nosso povo na sua expansão pelo Mundo, e é natural que essa motivação tenha sido grandemente influenciada pela vizinha Espanha, que, nesse caso, sempre na história representou para nós 'um parente mais velho com o dedo indicador apontado para um ser mais fraco'. É daí que provém a nossa motivação como povo, daí a nossa reação como nação. Isto ligado ao nosso temperamento ciclotímico. Pedaço arrancado na Península Ibérica, tivemos que demonstrar a nós próprios que não éramos um pedaço, mas um todo".

o mesmo acontecendo nos reinados posteriores a D. Manuel I, já se encontram no curto e intenso reinado de D. João II os sinais de cumprimento dos pressupostos indicados.

Poder-se-á perguntar se houve, em algum tempo, interesses estratégicos comuns com Espanha que tivessem permitido o desenvolvimento do conceito nacional. A resposta é positiva. Se o primeiro tempo da aventura provocava acertos, implicando o espaço vital espanhol no Norte de África (tal circunstância vem de D. João I até D. Afonso V e o mesmo se volta a afirmar com D. João III e D. Sebastião), o tempo de decisões de D. João II (e ainda regressivamente com D. Manuel I) afirmava um interesse análogo com a visão de conjuntura dos Reis Católicos[382].

Numa observação presente das circunstâncias internas da Aventura Marítima, que se afigurou determinante, importa consagrar três linhas de averiguação. Elas são – 1. Exercer a soberania, neutralizar ameaças e riscos à segurança nacional; 2. Responder às vulnerabilidades nacionais; 3. Valorizar os recursos e as oportunidades nacionais.[383] Com Francisco de Almeida tal não se conseguiria.

As aventuras marítimas tiveram como elemento central o *geobloqueio* que se afirmava com a unicidade da vizinhança a leste. A posição de Portugal estava, esteve sempre, até à consagração da política internacional moderna, ameaçada no contexto europeu e, depois, internacional. Era, pois, essencial abrir novas frentes que possibilitassem comerciar, mercantilizar para que não se mantivesse a situação de pobreza extrema em que os portugueses viviam.

O insucesso Mediterrâneo impõe novas linhas que caminham pela costa africana e abrem novas portas. Não haveria uma ideia do que fazer, como incorporar ganhos e equilibrar perdas. Mas a aventura dos longos mares assumiria uma outra obrigação. Espanha nunca se ficou pelo cumprimento total do Tratado de Alcáçovas. Promoveu a pirataria, adquiriu bens que eram do universo português, invadiu, com olheiros marítimos, o espaço que ia sendo desbravado.

A consolidação da defesa de Portugal era, portanto, cada vez mais dependente do sucesso da bravura marítima, da capacidade de encontrar novos territórios. Os marinheiros portugueses simbolizavam uma espécie de furão com um preço elevado em

[382] Esta realidade confirma-se pelo Tratado de Tordesilhas e pela carta de D. Manuel aos Reis Católicos a propósito da chegada de Pedro Alvares Cabral ao Brasil.
[383] Ver em: https://tinyurl.com/y4vjyv4a , último acesso em 13 de outubro de 2022.

recursos e vidas, a que Espanha sempre voltaria até muito tarde, espiando e traficando, na sua visão imperial dos Habsburgo.

Quando se olha para uma obrigação que uma nação se autoimpõe, a da valorização da informação estratégica, reparamos que ela só é nítida no tempo de comandamento de D. João II. Esta matéria, afirmada pela linha da gestão difusa da informação, como já acima se referiu, pode rechear o dever de não partilha da conhecimento sensível. É por isso que se considera que a prévia leitura do Tratado de Tordesilhas pode ser o resultado, raramente consagrado mas cada vez mais validado, de missões exploratórias ao espaço marítimo do que viria a ser o Brasil[384].

D. João II, no seu curto reinado, não cedeu na afirmação interna de uma adequação das políticas de segurança e defesa ao ambiente estratégico. Insere-se nesta visão a centralização do poder com a afirmação do prestígio da coroa; a eliminação dos opositores que punham em causa a conspeção estratégica única e a captura dos seus bens; e a imposição de regras de comércio que lhe permitiram melhorar temporariamente os cofres nacionais e avançar com a empreitada marítima. A decapitação do Duque de Bragança, prévia à dinastia que mais tarde se afirmaria, a eliminação do Duque de Viseu, irmão da rainha, e ainda do Bispo de Évora permitiria a paz interna pelo medo e posicionamento para o exterior nas grandes navegações.

O exercício da soberania e a eliminação dos riscos que se colocavam à segurança nacional eram a base para a resposta às vulnerabilidades nacionais. O Príncipe Perfeito afirmou-se, como dissemos, no reequilibrar das contas, desmotivando a consagração de "herdeiro de estradas" com que se havia feito rei em 1481. A determinação de uma autonomia de abastecimento que, por troca de produtos, permitisse sustentar melhor as cidades portuguesas, era uma das razões de fundo para a aventura.

O comércio de escravos viria a ser, também, determinante na garantia de mão de obra para as atividades da metrópole, e a participação de cientistas e académicos estrangeiros nesse conceito estratégico, ainda informal na concretização, mas já bem

[384] Em *O Processo Estratégico na Marinha*, (2017, pág. 59), António Silva Ribeiro vai ao encontro da prática de D. João II quando escreve sobre a necessidade de vencer a estrutura, inovar nos procedimentos, situar a organização nos diversos contextos, convencer/impor a clareza de um processo. Também como escreve Oliveira Ribeiro (2017, pg. i) e olhando em zoom do fim da Guerra Colonial para o reinado de D. João II, "o processo de transformação incorporou e foi também influenciado pelo *virar da história* que, ao longo deste período se verificou na frente externa, num quadro de permanente e acelerada mudança, exigindo continuadas adaptações na organização e emprego das forças militares."

tipificado na aspiração real, acabam por fomentar um relativo enriquecimento, financeiro e intelectual, das elites.

Mas o recuo ao último quartel do século XV diz bem da permanência de certos elementos na visão de país e de mundo que os portugueses foram assumindo. A valorização dos recursos e das oportunidades nacionais, opção em D. João II, mas não antecedida ou validada posteriormente, assentava no mar, na fé e na língua portuguesa. Ganhar territórios e riquezas era fundamental, mas conhecer era mais relevante, era mesmo uma imposição histórica assumida pela coroa. O mar era a salvação porque era a porta de saída, porque era suficientemente grande para todos caberem para que se pudessem dividir interesses e resultados. As leituras intangíveis da fé e da língua, que atrás desenvolvemos, colocaram-se em sequência. A fé era básica para a certificação da cúria; a língua, na sua dimensão ulterior, foi o resultado da partilha de interesses entre as governações locais e os agentes missionários.

Olhando para todas as opções de D. João II podemos dizer que seguiu "(…) a arte de combinação dos fatores de decisão, usando, para cada um deles, a parte subjetiva e a parte objetiva dos critérios de adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade, que são a essência do cálculo estratégico (…)". E mais, este rei terá sido o único a consagrar a outra visão da estratégia enquanto "arte da coação e da anti-coação, da persuasão e da imposição, do respeito e da violação." (Ribeiro, 2017, pp: 26 - 27).

Confirma-se, pois, a existência de um conceito estratégico com todas as suas componentes, com todos os seus enquadramentos internos e externos, com os seus objetivos que, fruto da dimensão política do líder, do seu comandamento interno e da vontade de sair, permitiram catorze anos de ação política e de governação centralizadora e visionária, anos que se revelaram no período cimeiro na Aventura Marítima (Graça, 2008, pp: 87 - 96).

4.1.4. Término

De 1336, ainda com D. Afonso IV e quando se passaram a registar cartograficamente as Canárias, até 1662, quando David Melgueiro promoveu a primeira travessia de passagem do Nordeste, partindo de Tanegashima ao serviço da marinha

holandesa, há inúmeras considerações sobre a forma como os portugueses se lançaram na Aventura Marítima.

A verdade é que em todos os tempos, com exceção do curto período situado entre 1481 e 1495, as opções estratégicas não verificaram uma unidade, uma determinação cimeira e elementos concordantes com o planeamento que se impõe nesta análise.

Há vários fatores que implicam essa ausência. Desde logo, a circunstância de se verificar uma quase permanente ausência de comando. D. João I, D. João II e, por arrastamento, D. Manuel I, foram os únicos monarcas a determinar uma unidade nas linhas de rumo.

Com D. João I, quase tudo se situou na visão mediterrânica. E essa foi difícil. Com D. Manuel I, quase tudo resultava das opções anteriores, iniciando-se a desgraduação política do poder real, muito atormentado pela importância que os titulares das terras orientais ganharam na visão ultramarina, e antecipa-se um processo de regresso aos caminhos da África mediterrânea inicialmente seguidos. É por isso que, em reinados imediatos, se retorna ao mar interior que separa a Europa do Sul e a África do Norte e é, também por isso, que se dá como praticamente finda a aventura.

O reinado de D. João II assume quase todos os requisitos de um Conceito Estratégico informal. Nele se podem identificar as linhas de ação estratégica que visam o exercício de soberania, a neutralização das cominações e a eliminação das ameaças à segurança nacional. Também nele se indicam as identificações das vulnerabilidades nacionais e a resposta às necessidades básicas das pessoas e do país no contexto ibérico e universal.

Por fim, é bem visível a valorização dos recursos e das oportunidades nacionais, já não numa perspetiva leviana ou insustentável, mas assente nos usos dos bens internos, da utilização da inteligência própria ou recrutada e da afirmação da língua numa partilha de serviços com os agentes do Deus cristão de Roma.

Retomando a questão inicial, a de saber se com D. Manuel I teria existido um Conceito Estratégico relativo ao ir pelos mares, não se pode encontrar validação. Mas não desmerece este tempo do soberano que se fez o mais respeitado político até ao final da dinastia de Avis, consagrando um novo território pátrio e novas formas de organização económica e social.

4.2. Sobre a Bonomia Portuguesa

" O fim tardio do colonialismo (1974-1975), a fortíssima ideologização da questão perante a rejeição da comunidade internacional, a premência delirante da Expansão portuguesa e a sua identificação como pilar da nação, permitem compreender as dificuldades de organização de um discurso científico e historiográfico liberto da ideologia colonial, que se manteve surdo à recuperação da voz autónoma do Outro, recusando ou dissolvendo-a na história dos descobrimentos e da Expansão portuguesa. Desmontar a articulação existente entre a ideologia e as produções científicas de um longo tempo colonial constitui um passo importante para uma renovação do conhecimento sobre as sociedades colonizadas que se reconstruiram com a independência, bem como uma condição indispensável para assegurar a mudança da escrita da história portuguesa."[385] Abre-se esta abordagem da bonomia portuguesa com esta citação de Isabel Castro Henriques, porque ela nos diz, com grandeza, o caminho que deveremos seguir.

Os lusitanos foram pelo mundo, arrotearam terras e mares com a sua pequenez e com a arte dos exíguos. Mas na sua ação poder-se-á encontrar o relevo da impolítica olhando pelo tempo em que ocorreu? Os fatores centrais do crime e do terrorismo, organizados ou autorizados pela Coroa, estão presentes ao longo do tempo? E que tipologia assumiram as entradas e a presença?

Olhando cada período conseguir-se-á encontrar lugar para a religião, enquanto elemento invasor e desmerecedor de realidades locais, no encontro dos portugueses com outros povos? Estará a investigação autorizada a retroagir numa profunda desqualificação dos valores e das culturas de outros, por que parece assumir-se, em alguns tempos, uma visão liofilizada das conexões entre civilizações?

É esta a primeira linha de questionamento quando se fala dos conflitos religiosos, do terrorismo, do crime organizado e da pirataria que durante a segunda metade do

[385] Ver em *Colonialismo e História*, 2015, Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa - https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7815/1/WP132.pdf , último acesso em 13 de outubro de 2022

segundo milénio estiveram presentes na vida dos diversos continentes e se revelaram na Aventura Marítima.

Uma outra linha de questionamento deve ser a realidade social estruturada e nativa e o valor que poderia ter aquando da chegada dos portugueses. Haveria unidades políticas, a cada tempo, que deveriam ter sido reconhecidas? O que se pode dizer dos tráficos diversos que os portugueses desenvolveram?

Portugal tem vindo a assinalar, fruto de uma visão redutora imposta por uma certa perspetiva histórico-política, o facto de se ter assumido como um dos primeiros Estados a abolir a escravatura, aliás, como aconteceu também com a pena de morte. O que raramente se diz é que Portugal foi edificador de um sistema de negócio intercontinental de tráfico de seres humanos e de espécies exóticas, consideração que atravessou esta investigação. E mais, Portugal foi o celeiro abundante da arte da pirataria, autorizada e incentivada por nobres, por comerciantes e por "fora-da-lei", formada a partir de um manual escrito por um mestre-corsário português.

No enquadramento inicial desta análise, partiu-se de Arlindo Caldeira (2018, pág. 24) que escreve: "Mas a dimensão dessa tragédia social, que indigna e envergonha a todos, não pode servir para alimentar algumas ideias feitas que lançam toda a responsabilidade sobre os países europeus e as suas companhias de comércio (por lhes ter cabido a iniciativa do transporte) e pretenderem fazer dos africanos vítimas passivas de um sistema iníquo totalmente impulsionado do exterior."

Esta conspeção parece nascer no campo da *anti-história*. Em primeiro lugar porque durante mais de um século o tráfico negreiro não estava dependente de companhias,[386] mesmo que utilizasse e até se financiasse através de mercadores presentes na corte lisboeta; depois, porque não se deve justificar uma ação, uma visão, com outra ação e com outra visão.

Mas a verdade é que quando se aborda a questão da bonomia portuguesa, que parece ser uma caraterística reconhecida, há sempre quem aconselhe uma leitura cuidada sobre a escravatura em que Portugal foi agente comercial. Convém, logo de início, deixar

[386] Em *Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History",* (2009, pág. 41), Russel-Wood escreve: "O Tráfico de escravos angolano não era estático ou monolítico, mas suscetível à mudança. Capitães de navios ajustavam-se às condições na África que afetavam a oferta e a procura, por exemplo, doença ou guerra, e mostravam perspicácia e imaginação para conseguirem um carregamento.

claro que os portugueses não criaram a escravatura. Esta sempre existiu (existe), encontrava-se endémica nos territórios africanos onde pararam caravelas e naus.

Porém, há inquietações que interessa analisar e para as quais se pondera uma resposta e uma linha de pensamento que poderá ser inquisidora da normalidade e até da moralidade históricas.

Importa, nesta introdução, fazer um alerta. Os mitos, que agora se analisam nesta leitura da bonomia portuguesa, atravessam-se em muitas das abordagens anteriores. Quando se fala do Brasil, na perspetiva do que foi encontrado, na leitura contrastante entre as considerações dos jesuítas e a história de Ventura do Salvador, está-se a construir um caminho de análise que questiona a bonomia portuguesa tantas vezes proclamada.

A captura de recursos, a incompreensão da forte relação entre o indígena (termo só por si motivo de uma possível contestação) e a natureza, a depreciação de culturas mais ricas, pela história, como as que foram encontradas no Oriente, estarão ausentes da abordagem curta que se segue, porque se se abrisse a porta a todo o manancial de dados que se recolheu durante a investigação, encontrar-se-ia o caminho para uma outra tese.

4.2.1. As tipologias de relação

Na pesquisa não se encontrou nenhuma publicação sobre História de Portugal em que se analisasse, de forma sustentada a ação dos portugueses nos territórios que foram sendo ocupados na sequência da Aventura Marítima dos séculos XV e XVI, ação essa vista na perspetiva de quem já lá estava. Não são poucas as referências de autores que estudam o Oriente sobre essa visão de Portugal, muitas vezes saudosista e nostálgica, mas uma leitura sociológica/antropológica não se encontrou.

Trata-se, tão só, de uma consequência das regras de investigação que os historiadores foram seguindo ao longo das épocas e em especial no século XIX e primeira metade do século XX. A ausência de história comparada e uma progressiva especialização e territorialização não ajudam. Seguiu-se em triangulação da produção científica brasileira, espanhola e portuguesa numa tentativa de encontrar o equilíbrio.

A ida dos portugueses parece estar recheada de atropelos, de menorização das culturas indígenas e de segregação absoluta. Ninguém, no tempo que se vive, parece

desconhecer tudo o que enformou cada uma das estratégias de conquista. A visão que aqui está é da militância política hodierna, influenciada por escolas históricas relevantes (Xavier, 2021)[387] e pelo reavivar dos populismos de extrema-direita que se vão alastrando no mundo ocidental (Ribeiro, 2013)[388][389].

Porém, em Portugal, a opinião de Xavier e ao dia de hoje esbarra num sentimento que é partilhado por uma larga maioria dos portugueses e de todos os quadrantes – não são racistas[390].

A esta leitura estão agregados três universos de portugueses: os que fizeram a sua instrução primária até aos finais da década de 1970 e que receberam as implicações de um ser português universal, grupo a que se poderia chamar de catequizados pelo salazarismo; a maior parte dos militares que fizeram a guerra colonial e que assumem a reflexão interior da desnecessidade do conflito, mas afirmam a excecionalidade na relação com os povos africanos, grupo que se apelidaria de racismo envergonhado; e os portugueses que voltaram das antigas províncias ultramarinas que elevam a relação com pretos e mulatos a patamares de igualdade não verificados, grupo que se consideraria de racismo vivenciado.

Olhando os grupos referidos, encontra-se um universo muito vasto de pessoas que, na sua visão simplista, pretende incluir Portugal no estreito campo das potências colonizadoras bondosas. Tal advém, ainda, do facto de ter havido, por parte de ingleses, holandeses, franceses, belgas e alemães, uma dimensão de terror que poderá não se ter verificado, com as mesmas balizas, no universo português. Mas não é historicamente possível considerar a benignidade da ação evangelizadora e colonial portuguesa.

Twain (2019) diz o que releva logo no prefácio da sua obra: “Há muitas coisas anedóticas no mundo, entre elas a ideia do homem branco de que é menos selvagem do que os outros salvagens (…)”. A consideração de que “(…) todos os homens brancos nascem livres e iguais (…)”, não sendo verdadeira na sua essência, é ainda menos verdadeira na relação com os restantes humanos.

---

[387] Xavier, Ângela Barreto, 2021, Naturais e Estrangeiros no Portugal dos séculos XVI e XVII. Ver em: https://tinyurl.com/54tp4s6b , último acesso em 13 de outubro de 2022

[388] Ribeiro, Mithá, 2013. Ver em: https://tinyurl.com/2s4xwasr , último acesso em 13 de outubro de 2022.

[389] Ângela Barreto Xavier e Mithá Ribeiro são professores de História em universidades portuguesas.

[390] Para uma leitura sobre a realidade ver em: https://tinyurl.com/y4acas7t , último acesso em 13 de outubro de 2022.

Nada de mais pertinente para o estudo dos mitos em torno da Bonomia Portuguesa. É relevante assinalar que os portugueses nascidos na metrópole e que foram para os antigos territórios de bandeira, em especial para África, situavam a sua instrução e a sua cultura em níveis muito insuficientes, mas a elitização que assumiam advinha, unicamente, da cor a pele.

Regresse-se agora à escravatura na leitura do negócio. Quando, em 1446, os portugueses chegam à Guiné engajam e ampliam, como já se esclareceu, um dos mais antigos tráficos da história universal – o comércio de escravos. Deram-lhe uma dimensão intercontinental, que submeteria mais de quatro milhões de negros ao transito marítimo[391] e que levaria à criação de uma nova realidade nos continentes americanos[392].

Curto (2019, pág. 35) socorre-se de Giovanni Botero para não ser ostensivo na confirmação da primazia portuguesa no novo negócio. Também antecipa a discussão hodierna sobre o papel dos portugueses num sistema económico estruturado onde diversas partes intervinham, desde "os povos da Guiné" que se afiançavam fornecedores primários, aos intermediários (portugueses) e aos beneficiários finais (portugueses e outros).

Esse negócio, que nasceria logo nas primeiras descidas pela costa de África, acentuar-se-ia a partir de 1482, com a chegada ao estuário do Rio Congo e a posterior invasão do reino Ngola. O tráfico, em franco desenvolvimento, assentaria em S. Tomé como primeiro trapiche, merecendo, a partir de 1544, e na feitoria de Quelimane, um outro bazar de carne humana (Rodrigues, 2000).

Uma desconstrução simplista do processo de "industrialização" da escravatura segrega a atividade do processo económico. A verdade é que ele é central. Engels (1975, pp: 8 - 11) diz bem de como muitos portugueses foram carrascos e desmiolados na forma de usar a mercadoria humana. No início o da mera mercancia enquanto produto, depois, já por outros, uma relação entre a força de trabalho e a produção de bens. Para esta fase, no Brasil e com a realidade política conhecida, a escravatura foi sempre mais um

[391] Na base de dados https://slavevoyages.org/ podemos encontrar indicadores que nos levem a outra dimensão do negócio negreiro ao longo dos séculos. A consulta permite o conhecimento por período temporal, por área territorial e por origem.

[392] Em *O Direito Sobre Si Mesmo* (2019, pág. 12), Miguel Bandeira Jerónimo & José Pedro Monteiro abrem com uma estatística terrível que implica a forma desumana como se tem feito o debate nos últimos anos. Podemos encontrar os seguintes registos – Escravos embarcados – 10.563.705; Escravos desembarcados – 9.113.356; 21% desses escravos eram crianças; Viagens que chegaram ao seu destino – 337.352; Viagens que partiram dos territórios considerados portugueses – 301.114.

empreendimento em que Portugal, enquanto país, assumia o estigma histórico e os interesses particulares usavam o resultado económico da atividade.

A fraca presença portuguesa nos territórios africanos de bandeira e hoje integrados nos países da CPLP - Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique – levava a que alguns destes territórios servissem, até ao início do século XIX, de entreposto. Assim, se se olhar para a ocupação territorial, não se identifica avanço significativo no espaço interior nem uma garantia de fronteira consolidada. Por isso, para além do tráfico de seres humanos, só havia uma preocupação com a arrecadação de tributos e o abastecimento de víveres às embarcações que aportavam.

Curto (2019, pág. 40) diz mesmo do acordo feito entre a coroa unida, em 1601, e João Rodrigues Coutinho, aquando das suas investidas pelo interior angolano, em que este não reivindicava doações do tesouro régio e assim garantia a não intromissão nos negócios que assentavam numa militarizada intervenção que resultaria numa apreciação do território com os recursos advindos do tráfico negreiro. Assistia-se, pois, a uma implicação biunívoca que ampliava o potencial de afirmação territorial de Angola e abria, ainda mais, o campo de recrutamento de mão de obra subjugada.

Moçambique foi o primeiro território africano a receber colonos brancos, em percentagem significativa homiziados, que chegavam para ocupar terras e para promover a agricultura, circunstância que haveria de se confirmar em Angola, S. Tomé e também no Brasil (Marques, 2006).

Há, apesar de tudo, em todo o processo de andança e de conquista territorial, uma marca central – a parceria assumida pela astúcia na relação com o outro. Se na primeira aventura, ainda no Mediterrâneo, Portugal se conformou com a sua existência nativa para avançar, em todo o restante percurso houve sempre uma gestão de expectativas, quase sempre dissimulada, como "arte de guerra".

Há historiadores que afirmam que a fundamental marca, mostrada aos indígenas na primeira abordagem, seria a "mão aberta". Uma oferta de cortesia, sem ostensão. Uma atitude que permitisse aceitação, enfim *amistuosidade*. É também essa a leitura que se pode retirar da apreciação que Maria Raquel Costa faz quando estuda o papel do intérprete na conquista e expansão portuguesa no Brasil (2019, pp: 16 - 25)

Em África e no Oriente, nunca deixou de existir, no universo da presença portuguesa, uma especial intuição para os interesses em presença, lidando com tribos, reinos, califados, senhorios e outro tipo de comandamento *societal*. Nisso os portugueses foram e são engenhosos e aparentemente consequentes. Resulta deste comportamento ancestral e aqui visto com bonomia, a militância presente da "nova direita" portuguesa que reivindica a bondade e a excecionalidade lusitânica.

Intrigou, no entanto, o que alguns dos historiadores, que desenvolveram a sua investigação na transição da ditadura salazarista para a democracia, dizem sobre o sentido especial da aventura – a cristianização. Porém, da mesma investigação retira-se uma conclusão imediata: se os portugueses se consagrassem, como objetivo primeiro, no processo de conversão de almas, não teria sido fácil o encontro de parceiros no Oriente. Pelo menos aqui a grande dimensão da política portuguesa terá sido sempre a mercantil.

Na América do Sul e em África tal processo de cristianização, mesmo que tardio, viria a mostrar-se relativamente consequente em séculos seguintes. Poder-se-á afirmar, porque também resulta da análise feita à evolução do número de cristãos e católicos existentes nas Américas, que está aqui, como em alguns territórios da Ásia (Filipinas) e da Oceânia, a sustentação missionária católica do século XXI[393].

A muito do argumentário político sobre o passado, enquanto comunidade com uma memória histórica, falta, ainda e verdadeiramente, sustentação. A cronística e a literatura não ajudam muito, *Os Lusíadas* e Luiz de Camões afiguraram-se mesmo castradores de questionamentos.

Poder-se-á, porém, rever o que outros despercebem. Haverá "(…) o que quer que seja de nobre na confiança dos guerreiros portugueses no seu Deus e na crença de que, por todos os meios, o mesmo Deus espalharia o cristianismo em todo o Oriente (…)[394].

[393] A revista Exame publicou, em 22 de julho de 2013, um estudo de Beatriz Olivon sobre os "católicos no mundo". No último século o seu número teria passado de 291 milhões para 1,1 bilião. Em 1910 a Europa tinha perto de 60% dos católicos a que se seguia a América Latina com 24%. Tais indicadores passariam, em 2010, para 24% na Europa e 40% na América Latina e Caribe. A presença dos católicos na América do Norte particamente não sofreria alteração, mas na Ásia-Pacífico subiria de 5 para 12% e na África subsaariana cresceria de 1% para 16%. O Brasil passaria a ser o país do mundo com mais católicos. Ver em: https://exame.com/mundo/onde-estao-os-catolicos-do-mundo/, último acesso em 13 de outubro de 2022.

[394] Em *Sobre a Religião e a sua Relação com a Razão, a Liberdade e a Violência*, (2019) Rémi Brague debruça-se sobre a *História ou histórias* (pp:165-167) para nos alertar para o facto de termos cuidado com os livros e documentos, até com vestígios. Nas questões da religião e na violência com que esta é sempre assumida, A imaginação e o simbólico dos documentos escritos pelos religiosos, indicam-nos uma parte ínfima do passado. E mais, as Escrituras são sempre ferramentas de um tempo, mas os pastores, que levam a mensagem, tardavam em fazê-las compressíveis. Por isso se terá autorizado Maquiavel quando diz: "Quem ler a Bíblia de forma sensata verá que Moisés, querendo que as suas leis e as suas instituições se perpetuassem, foi obrigado a matar um número infinito de pessoas, que, movidas exclusivamente pela inveja, se opunham aos seus desígnios." (pág. 169). Estas referências servem para uma ponderação

Tal intuito é grandioso, embora pareça insensato aos olhos de quem viu, por exemplo, com que dificuldade a Inglaterra, com a sua expressiva estrutura social e organização burocrática, procedeu para tentar instalar o seu poder na Índia, abandonando até o proselitismo e protegendo as religiões locais (Stephens, 2017, pág.138).

Henry Stephens, que assume uma visão razoável dos feitos portugueses, não consegue encontrar mais do que um elemento de comparação com a presença britânica – a referência de um ser longínquo. Isto porque, para ele, nunca se fez sentir a religião que não fosse através de uma excentricidade permitida ou de uma aleivosia combatida.

Porém, talvez seja relevante repensar o que antes se havia citado. Os portugueses conquistaram Goa por duas vezes e no mesmo ano; conquistaram Damão a pedido do Marajá de Cambaia; conquistaram Diu; conquistaram Malaca. Ou seja, a conquista não foi elemento menor da presença no Oriente e o grande objetivo foi sempre encontrar, nas crenças locais, os aliados para afastar os muçulmanos, por vezes usando até outros muçulmanos. O grande problema foi a consequência do esforço empreendido, os ganhos a prazo com esse esforço[395].

Monteiro (2017, pp: 238 - 239) diz bem da inconsistência das investidas lusas entre 1506 e 1509. Invasão desmedida, ausência de leitura sobre a retaguarda, desatenção à construção de defesas, inconsistência das relações bilaterais, tudo demonstrava que "(…) a presença portuguesa em mares orientais começava a ver-se contestada por contendores de peso (…)" e que o governo de D. Francisco de Almeida se aproximava de um ponto sem retorno nas derrotas.

É também Monteiro (pp: 248 - 249) quem afirma que em 1515 o processo de conquista no Oriente entrava numa fase de recesso. A perda da autoridade de Albuquerque, assente em negação do bom governo determinado pela coroa, a ausência de forças com enquadramento orgânico e treino, a dependência das esquadras anuais do reino, encontrava-se o reino numa ilusão de um passado recente que se foi esvaindo até

avisada da nossa perspetiva sobre a bonomia portuguesa ao longo de todo o período que vai da conquista de Ceuta à independência de Timor.

[395] Em *Um espião nas descobertas*, (2009), Cristina Malhão Pereira desenvolve um conjunto de teorias que a afastam da História e que só a consagram no romance histórico. Porém, não deixa de assinalar corretamente a circunstância em que se desenvolvia a relação triangular entre hindus, mouros e portugueses. Para os primeiros o interesse era o comércio e não a guerra, para os segundos era as duas coisas e para os portugueses somava-se ainda a consagração de uma fé. Por isso considera: "As guerras por mar são assuntos dos mercadores e não dizem respeito aos prestigiados reis" (pág. 236). Albuquerque viria a questionar esta visão ideal.

ao final do século XVI[396]. Poder-se-á dizer que a opção guerreira, assumida por Albuquerque nas suas várias vestes, se asseverou desonrosa no bem fazer a guerra e também se verificou de levante[397] nas consequências que assumiu.

A historiografia revela, ainda, uma certa determinação de "ser superior" dos navegadores portugueses do período inicial de quinhentos. Seriam cavaleiros das Ordens Religiosas Militares lusas, Cristo, Aviz ou Santiago. Seriam elegidos com critério, sem mancha e com provas dadas. Deveriam ser padrão na lealdade ao Rei, devotos e artífices mínimos de diplomacia. Mas não eram exatamente isso todos os que se tinham aventurado em Ceuta e em Tânger perante o combate ao infiel? O que se poderia considerar "cadastro limpo" perante novas gentes e num território longínquo onde o sufrágio real se confirmava ausente?

Estas considerações históricas, a verificação das missões de cada um dos principais protagonistas da aventura, esbarram na realidade conhecida e não se compadecem com uma leitura sistemática dos feitos (Ferreira & Dias, 2017).

Quando, em 27 de novembro de 1095, o papa Urbano II identificou o que seria o grande feito – expulsar os muçulmanos de Jerusalém, terra a mais de 3 mil quilómetros de distância, estava a descobrir o novo espírito de "cruzada". Em 1099, Jerusalém caía com o sangue dos infiéis e Godofredo de Bouillon é escolhido governante da cidade.

No século seguinte consagrava-se a cristianização de uma parte muito significativa dos territórios concomitantes sem que se tivesse impedido o regresso de Jerusalém ao universo muçulmano em 1187. A terceira cruzada, impelida por Gregório VIII, voltaria a subjugar uma parte da Palestina criando um novo, mas menor, reino que ainda conseguiria viver por um século.

As cruzadas do século XIII viriam a terminar com a retirada das fortificações que restavam do Império Latino na Síria e na Palestina, fazendo com que todas as incursões, que promoveram a aliança entre a espada e a cruz ao longo destes três séculos nos territórios africano e asiático conviventes com o Mediterrâneo, viessem a desgraduar a autoridade e a elevação cristãs (Grimberg, 1967).

[396] Monteiro considera que com Lopo Soares de Albergaria estavam estabilizadas as bases gerais do Estado Português da India. A verdade é que, como próprio bem refere, as décadas seguintes, até à União Ibérica, não permitiram fixar portugueses nos territórios nem estruturar uma política de alianças e de acordos comerciais que se revelasse positiva.
[397] Aqui consideramos "levante" a perspetiva medieval do saque e destruição posteriores a uma batalha.

Esta releitura sobre as cruzadas, que por terra se afirmavam mais promissoras pela gestão mais previsível dos recursos e pela observação mais imediata da posição do inimigo, é reverente para se consagrar a perspetiva da "cristianização" do oriente, em especial nos territórios das Arábias Pétrea, Desértica e Feliz, pelos portugueses (Bergmann, 2009, pág. 25).

Dez anos após Bartolomeu Dias ter dobrado o Cabo das Agulhas, Vasco da Gama chega à Índia abrindo as rotas comerciais. Mas haveria outros europeus em campo. Em 1502, "(…) a República de Veneza enviou um emissário ao sultão do Cairo a precavê-lo contra o perigo que os navegadores portugueses representavam para a sua posição comercial (…)". Mas só a partir de 1517, quando os otomanos conquistaram o Egipto, é que se iniciou a tarefa progressiva de inquietar os ocupantes lusitanos presentes nos territórios de bandeira (Lopes, sd, pág. 12).

A produção histórico-linguística portuguesa assenta, como se pode constatar das provocações de Oliveira Martins a leitura José Mattoso, numa leitura menor dos avanços na fé e um assinalar de alguns elementos comerciais. Faz sentido que assim seja porque, como já se assinalou, a presença portuguesa era muito baseada na pequena gestão de interesses com e entre muçulmanos. É também decorrente desta permanente e desestruturada negociação que se antecipam as razões do falhanço das investidas.

Na primeira metade do século XVI autorizavam-se já diferenças significativas entre o cristão e o católico. Por isso, com D. Manuel I, Roma, atenta e desconfiada, inicia um processo de reponderação do interesse estratégico da coroa portuguesa, resultado de um estreitar de laços de amizade com o Negus da Abissínia, um cristão-copta (Pennec, 1993, pp: 146 – 147; 1994, pp: 142 – 145).

O rei português, macromaníaco e pouco esclarecido do mundo em que vivia, para além de inserir, no seu "cristianismo", os coptas, os nestorianos e os sírio-malabares, foi longe na afirmação da sua bonomia eclesial, entregando à corte de Lalibela uma tipografia completa que nunca mais deixaria de imprimir o que Negus da Abisínia quisesse. Roma negou seguir e compreender o monarca português. Em boa verdade, a capacidade de multiplicar a menagem sempre foi um dos combates, por oposição, da Igreja de Roma no século seguinte à invenção de Gutenberg (Vilhena, 2001, pág. 643).

O processo brasileiro de intrusão foi bem diferente. Desde logo se assumiu uma realidade para-humana dos seres encontrados, uma desconsideração pelos nativos

errantes e “primitivos”. Este novo Brasil dividiu-se em dois – os aventureiros (com a ajuda de poucos nobres que ocupavam a salvaguarda da bandeira) e os clérigos que levaram a fé e promoveram a *culturização.*

“A colonização portuguesa no Brasil teve como principais caraterísticas: civilizar, exterminar, explorar, povoar, conquistar e dominar.” (Carvalho, 2017, pág. 1). Esta leitura diz bem do pretensiosismo que se assume na leitura social dos feitos portugueses. Encontrou-se o Brasil e invadiu-se. Tal implicou a expugnação do território e o progressivo morticínio dos indígenas.

Para além do interesse mercantil e da mineração, releva, no que à América portuguesa importa, o processo de aculturação e de construção da religião católica romana. Se no Oriente havia profunda concorrência na relação com Deus, em África e no Brasil essa concorrência era verdadeiramente desgraduada. A pergunta que se pode fazer é então simples – o que levou a que os jesuítas se lançassem nos mares, promovessem a “criação” em terras de Vera Cruz e negassem o mesmo primado aos territórios africanos? A resposta é simples – o poder!

“A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé” (Raymundo, 1998, pág. 43).

O domínio avassalador ditaria a expulsão da Companhia, em 1759, de todas as colónias, mas o poder, a influência e, principalmente, a mercantilização do ensino e do mando estavam há muito enraizados no território brasileiro. Foi, aliás, a Companhia de Jesus quem, em tempos de contra-reforma, assegurou o interesse da lusitanidade brasileira. Sem jesuítas, sentados nas cadeiras da influência terrena, o reino mais ocidental da Europa não teria vencido o enorme dilema que se colocou sobre o seu papel na ordem internacional em meados do século XVI - ficar ou partir. (Sousa & Cavalcante, 2016, pág. 162).

E o que fez com que os jesuítas tivessem garantido, por séculos, o português como língua? A resposta mostra-se pela sua ambição de autonomia relativamente a Roma, pela negação do uso de outras línguas de potências europeias relevantes e pela construção de uma ferramenta de ligação única com os indígenas e com os negros que aportavam.

Por isso, a Companhia de Jesus construiu uma língua que é mais cantada, mais sorridente, menos árida. Uma língua que integrou fonemas dos que já lá estavam e dos que chegaram, um processo que se alargou a todas as diásporas que nos últimos dois séculos ajudaram a construir o novo Brasil independente.

Poder-se-á perguntar se a construção do falar brasileiro é uma conquista ou um infortúnio para o mundo de hoje. O olhar lusitano, continuando numa análise autocentrada das idas, dirá que o português enquanto quinta língua do mundo é uma conquista. Já atrás sobre a matéria se discorreu, mas importa relevar a perda imensa que se verificou no património linguístico universal com o desaparecimento dos idiomas nativos. Essa perda não pode desmerecer numa atenção, mesmo que possa afigurar-se enviesamento da produção historiográfica. Não houve, também neste âmbito, o da língua, qualquer bonomia portuguesa, o que também se não verificou nos universos de outras potências europeias.

4.2.2. A intrusão

O desenvolvimento das ciências sociais veio criar um conjunto de questões morais que atravessaram a visão que se pode ter dos tempos passados. Deve a análise contemporânea dos feitos observar unicamente esses mesmos feitos com os olhos e as circunstâncias do tempo em que ocorreram? Ou deve, esse estudo, construir um modelo que, não deixando de se certificar da realidade de cada tempo, se funde também nos princípios e nas balizas dos tempos seguintes?

Não é fácil a resposta a esta questão, porque a investigação foi beber à sociologia e à antropologia. Optou-se, pois, por uma visão histórica que se assegure da realidade social e política do tempo, mas não se deixou de ponderar a consistência dos seguintes. Ou seja, tentou-se encontrar um compromisso entre Serrão e Bonifácio nas proclamações que já atrás se indicaram.

É importante, tal enunciação, para se encontrar uma linha que traga a investigação do início do segundo milénio ao início do terceiro milénio.

As guerras baseadas na fé podem ter uma razão quando promovidas pelos cristãos contra os muçulmanos, como se verificou durante séculos em África e na Ásia, mas

podem perder todo o sentido quando, por este tempo de hoje, com diversas formulações, se desenvolvem partindo do universo muçulmano contra a cultura judaico-cristã a que se submeteu o mundo Ocidental?

Não se encontraram razões boas para qualquer uma das circunstâncias. A intrusão, pelo comércio e pela fé, em qualquer tempo histórico, foi um processo que, a partir do século XVI, se sagrou profundamente nefasto para a construção de um planeta harmonioso.

Negam-se, pois, as conceções de um passado ontológico, como por exemplo as que indicavam que a história é "(…) uma narração inteligível de um passado definitivamente esgotado (…)" (Callot, 1962, pág. 32) e " (…) ganha-se um passado enquanto construção e reinterpretação constante, com um futuro sempre em descoberta e que vai construindo e consolidando o conhecimento sobre o |mesmo| passado" (Le Goff, 1990, pág. 19).

A leitura compassiva de que a presença portuguesa em quase todos os continentes se fez sem grandes constrangimentos e imperiosidades não pode habilitar a uma opção definitiva para elevação pátria. Assumiram-se dimensões que implicaram os povos, mas a soberba em que os portugueses se tiveram (em que se tiveram posteriormente todas as potências colonizadoras europeias) ao longo de quatro séculos, parece suportar muitos dos estigmas e enquistamentos que hoje se vivem e que implicam, sobremaneira, na construção da tal harmonia falada.

Perante tais vindicações, para que se possa entender melhor o que se denomina de intrusão, importa reter as formas de chegada e de presença, pelo menos nos séculos imediatos à acomodação inicial da bandeira das quinas.

"Alguém, numa apreciação comparativa das atitudes coloniais de ingleses e de portuguesas perante o homem africano, sintetizou o comportamento dos primeiros na seguinte frase: Eleva-te, mas não te aproximes; e dos segundos na expressão: Aproxima-te, mas não te eleves" (Spínola, 1974, pág. 161). António de Spínola, general do Exército português, encontrou, como atrás já se havia referido, as considerações certas para determinar o que foi, ao longo de séculos, a colonização em África e no Brasil. Em África não estaria desconhecedor do facto, já aqui referido, de se estar no continente de onde partiram os muitos milhares de escravos que dariam força e forma ao Brasil e que, por

decorrência da ausência de fronteiras e do alastramento do negócio, se foram mercando, posteriormente, por todo o continente americano e, em parte, pela Europa.

Em certa medida, está também aqui, em "Portugal e o Futuro", uma parte da herança que os colonizadores deixaram nos territórios que se liberaram ao longo do século XX, a incapacidade de continuarem a influenciar a política de cada um dos novos países e a afirmação de uma linha de contacto partilhada nas relações internacionais.

Como se assinalou atrás, os colonizadores do norte da Europa assumiram uma posição de força e de convencimento muito mais determinante quando se compara com o comportamento português. Talvez por isso, à data da descolonização de cada território desses países, se encontrasse uma elite nativa capaz de assumir o processo político. Com Portugal tal nunca aconteceu até à Revolução de Abril de 1974, apesar da invocação da capacidade de criar o mestiço e as referências à Casa dos Estudantes do Império.[398]

E o que foi essa atitude de força, a medir, na comparação entre potências colonizadoras? Interessa ter em conta dois ângulos de leitura – o primeiro ângulo é o que se liga ao poderio militar; o segundo o que se refere à força elaborada (diplomacia) de se impor.

Pelos inícios do ano 1586, estando em Cochim o humanista Filipo Sassetti, escreveu ao seu amigo Davanzati comentando a atitude dos portugueses no Oriente. Dizia que a identificação usada era *battiplajas*, já assinalada atrás, mas tal referência indicava o sempre presente espírito de negócio pequeno, típico do quem se limitava a compras e vendas entre pontos de contacto, entre fortalezas costeiras, e a enviar mercadorias para a Europa que só enriqueciam os financeiros do Norte (Sassetti, 1995, pág. 165).

Olhe-se agora, a partir de Schneider (1975, pp: 45 - 48), para o acerto da ação oriental dos portugueses. Apostando na desunião dos povos vizinhos; na superioridade dos efetivos (neste caso efetivos com maior capacidade de fogo); e na resistência das praças-fortes, Portugal poderia afirmar-se e construir-se como potência. Acontece que faltavam outras três condições para que se cumprisse a matriz *schneideriana*: ferramentas de governação e capacitação diplomática; disponibilidade para a renovação do dispositivo; e fiabilidade dos aliados. E encarando a forma atípica de intervenção, podem

[398] Ver em *Casa dos Estudantes do Império*, 2017, de Helder Martins, Lisboa, Editorial Caminho.

encontrar-se quatro tipologias de força em todo o processo de incursão territorial na África Mediterrânea, na África Atlântica, na Ásia e na América.

No Mediterrâneo consagra-se uma estratégia de conquista, assente em luta armada marítima e terreste que se afirmou, em períodos diversos, contra o infiel, assente no espírito de cruzada, com objetivos de política interna e externa e olhando sempre o papel de Espanha na competição pelos mercados do Norte de Africa.

Na descida da costa africana, pelo Atlântico, e na subida pelo Índico o registo foi de prospeção em novos territórios, assente na invasão e apoderamento de bens e recursos, não se identificando uma religião conhecida (ou revelando-se múltipla), nem uma organização social entendível. O objeto central era o da afirmação territorial no litoral, a garantia de abastecimento para as rotas, mas sem grande preocupação nem incentivo, e ainda a cristianização.

A chegada aos territórios asiáticos é desconexa, de formatação e gestão variáveis, com uma nítida opção pela presença através da invasão, terrorismo e diplomacia arcaica, assumindo a realidade esdrúxula na relação com maometanos, cristãos não católicos e cultos de naturezas e formatações oscilantes. A cristianização, assumida na relação com os locais e pouco entendida por Roma, não chega para uma garantia de asseveração religiosa em nenhum dos espaços onde o comércio se fazia em sentidos também variáveis e sem um controle consolidado da coroa portuguesa.

Por fim as Américas. Há aqui uma outra realidade que consagra a tipologia de prospeção. Os novos territórios estavam assinalados, mas não inseridos na ordem internacional. A forma de consagração da presença foi, tanto por portugueses como por espanhóis, a invasão. Não se consagrava uma religião conhecida que incluísse todos os aglomerados de indígenas e as prioridades foram a garantia da presença da bandeira e a remessa de recursos naturais em sentido único e lucrativo para a metrópole.

Assumindo uma síntese de várias entradas fica este quadro resumo da leitura portuguesa no que à Aventura Marítima diz respeito.

Ilustração nº 15
Tipologias de intrusão nos territórios

Territórios	Registo Histórico	Tipologia de força	Religião nativa	Objetivos
África/Mediterrâneo	Conquista	Luta armada	Islão	Geopolítico, cristianização e comércio
África/Atlântico	Prospeção	Invasão	Manifestação plural	Território e comércio
Ásia	Conquista	Luta Armada	Manifestação plural	Cristianização e comércio
América do Sul	Prospeção	Invasão	Não reconhecida	Território, cristianização e exploração de recursos

Fonte: Elaborado pelo autor, outubro de 2020, a partir de Hernâni Carvalho (2016).

Nesta investigação não se encontrou, quanto ao Império, observação sistematizada da ação militar articulada com um sistema de informações. A teoria do sigilo poderia servir (ainda serve) para justificar a ausência desses elementos centrais para as navegações e para as conquistas.

Assume-se que a realidade das missões, no mar ou em terra, não assentava em informações prévias e validadas. Daí a dimensão dos danos e do impacto das operações e daí o efeito geral das consequências.

Andrew (2018, pp: 166 - 170) diz que o avanço dos portugueses nos mares, que impôs uma forte perda da importância mercantil e simbólica de cidades como Veneza, não resultou do acesso e controlo das informações e dos sistemas de espionagem como acontecia noutros países europeus. Ou seja, a afirmação de Portugal no novo mundo comercial era assente em resposta não fundada, porque os italianos, acompanhados dos ingleses e dos espanhóis, mantiveram a liderança no domínio da espionagem diplomática e política durante todo o Renascimento.[399]

Não desenvolvendo a questão das informações na sua investigação, Matos (2015) indica caminhos de onde se poderão retirar outras conclusões. Portugal teria informações

[399] Em *Portugal e o Segredo de Colombo* (2019, pp: 332-338), Manuel da Silva Rosa indica a existência de uma espécie de central de espionagem portuguesa que teria sido determinante para a política de D. João II e D. Manuel I. Rosa cita a professora Manuela Mendonça em *As Relações Externas de Portugal nos Finais da Idade Média* na referência a missões europeias de um citado Perestrello que haveria de circular pela Europa. Acontece que olhando as missivas de tal Perestrello não se pode identificar duas caraterísticas que são essenciais à espionagem: uma linha de raciocínio entre comunicações que conceda a evolução da investigação; caraterísticas comuns que possam indicar a existência de códigos a decifrar.

que foi sempre usando nas navegações no Indico e, posteriormente, no tráfego no Mar da China. É por isso que importa continuar a avaliar esse universo, o que se sabia pelos sistemas de espionagem na primeira metade do século XVI.

4.2.3. Terrorismo e Crime Organizado

"Nosso Senhor fez grandes coisas por nós, porque queria que realizássemos um feito tão magnífico que ultrapassasse até o que rogámos (…) Incendiei a cidade e matei toda a gente. Os nossos homens passaram quatro dias a matar (…) onde conseguimos entrar não poupámos a vida a um único muçulmano. Obrigámo-los a ir para as mesquitas e incendiámo-las. Ordenei que nem os camponeses (hindus) nem os brâmanes fossem mortos. Estimamos que o número de homens e mulheres muçulmanos mortos seja de seis mil. Foi, meu senhor, um feito muito bom." (Crowley, 2016, pág. 285)

Esta é a descrição que Albuquerque fez ao rei sem se desculpar. Esta é a consagração máxima do terrorismo em que assentou a intrusão em alguns dos territórios onde chegou. E numa outra passagem da apreciação enviada ao rei, afirmaria ainda: "Não deixei uma única lápide ou edifício islâmico de pé."

É a partir destes relatos que se entronca a ação daquele e dos seus homens na perspetiva de Schilling (2020) quando faz recuar ao domínio romano do reino de Israel, à ação indiscriminada sobre os zelotes que tentavam proteger a tradição judaica, em especial sobre o setor mais radical, os sicários. Também é Schilling quem leva a análise, já no século XVIII, à Índia sob domínio inglês, na ação sanguinária prosseguida que provocou a criação das brigadas *Thugs*.[400]

Terrorismo, mas estará esta tese ancorada numa errada visão teleológica para que se encontrem, nos séculos XV e XVI, os fundamentos do conceito?

Procópio (2001, pág. 75) diz: "O Terrorismo usado tradicionalmente nas guerras é fenomenologia antiga na história da humanidade, anterior ao aparecimento dos Estados nacionais nos séculos XV e XVI. Na falta da ordem e do estado de justiça, a Antiguidade viu o terror como instrumento de barganha e até de esperanças."

[400] Edmund Burke, analisando a Revolução Francesa e no seu escrito *Letters on a Regicide Peace*, a criar o conceito moderno de terrorismo.

Mas é Casimiro (2019) quem enquadra o conceito. Fala-se "(…) da prática ou a ameaça de prática de atos de grande violência cometidos para intimidar a população, grupos determinados da população ou o poder político, com vista a provocar mudanças (…) ou a conquistar mais poder (…)" e ainda: "Pode ter fins políticos, religiosos ou ideológicos." (pág. 30).

Seguindo Casimiro e aplicando as matrizes de análise de Moniz (2019, pp: 58 - 77) há um identificador que elege as características definidoras do terrorismo.

Em primeiro lugar, sempre no topo das considerações, a violência e a força. Estes elementos não são, só por si, exclusivos. Na maior parte dos tráficos, como acontecia no tráfico de seres humanos ou posteriormente de animais exóticos, a força e a violência estiveram sempre presentes. Depois as razões e os alvos. As razões de sempre foram políticas, posteriormente religiosas e políticas e o alvo nunca deixou de ser a população, organizada ou indiscriminada, visando o património ou a vida humana. O medo é o elemento que serve de fio condutor. Ele garante auditório e impõe as medidas posteriores de ação. O medo associado à dor que consagrava sempre uma espécie de demónio no interior do corpo (Andrade, 2015, pág. 16).

Há ainda a ameaça ou, como habitualmente se consagra, (Schmid, 2004, pág. 375 - 384) a coerção. Em todos os tempos, os povos viveram em ameaça permanente de grupos, países ou alianças. Essa ameaça provoca duas vias de ponderação: a primeira, a necessária preparação da resposta; a segunda, a da ação preventiva ou corretiva. Este fio de ataque, verificado através da intervenção de exércitos autónomos, de linhas avançadas de guerrilha, de estruturação de arsenais de Estado, esteve sempre presente em todos os tempos e também na Aventura Marítima.

Seguindo a linha mais recente de identificação do objeto, poder-se-á encontrar seis universos de ação. Três deles existem há muitos milhares de anos e revelam-se em tempos históricos mais instáveis. Os restantes, posteriores às inovações políticas sequentes à Revolução Francesa, oferecem uma leitura ideológica que se destina aos movimentos de massas. Estes três últimos são os que se consagram como resultantes de movimentos anarquistas, de esquerda e de direita.

Mas os primeiros, mais antigos, estavam sempre inscritos na ação concreta das expedições marítimas portuguesas. Eram nacionalistas, porque afirmavam uma estrutura de ideias e uma organização baseada no poder absoluto do monarca; eram patrocinados

temporalmente porque outorgados por bula papal; e eram religiosos, porque a aliança entre Coroa e Papado tinha como ponto máximo a irmandade do poder temporal com o intemporal.

Nas dimensões que Victoroff[401] consagrou, o terrorismo que se verificou em toda a Aventura Marítima foi grupal. Nos territórios do Mediterrâneo assumiu a forma de terrorismo de Estado, porque se perpetrou perante unidades políticas definidas. O mesmo acontecia nos territórios do Oriente. Já nos territórios da África atlântica e em parte do Oriente esse terrorismo afirmou-se pré-Estado, porque não haveria de encontrar uma ação consequente dos nativos e uma estrutura política organizada.

A aventura, assumida agora como elemento central de uma ação terrorista prolongada e em larga escala, teve um estatuto militar, teve uma vocação espiritual, assumiu uma motivação comercial e financeira, garantiu um patrocinador e revelou uma habilitação para a salvação da alma.

Mas verificar-se-iam as outras condições que pudessem confirmar as características diversas do terrorismo? A resposta só pode ser positiva. Desde logo a metodologia de intrusão. Bombardeamentos, homicídios, raptos e tomada de reféns, envenenamentos, violações, tráficos. Todas estas características estão bem marcadas na aventura lusitana.

Wilkinson (1978, pág. 21) revela a síntese do que esteve na base da aventura e à qual não se poderá deixar de inserir a ação terrorista. "O que distingue fundamentalmente o terrorismo de outras formas de violência organizada não é simplesmente a sua crueldade, mas os seus traços característicos de amoralismo e antinomianismo. Os terroristas não só professam uma total indiferença pelos códigos morais existentes como, sobretudo, pedem isenção de tais obrigações (…)". E mais escreve: "Querer é poder; o terror pode ser sempre justificado como sendo a caraterística inerente aos fortes; e considerações de natureza cristã ou judaica tais como misericórdia, compaixão e consciência devem ficar na história aliadas aos nomes dos fracos."

A leitura de Wilkinson é a eleição de uma profunda esquizofrenia no comportamento dos invasores. Por um lado, a consideração de uma religião onde a compaixão se afirma matriz; do outro a negação dessa matriz para a obtenção de um bem

[401] Ver *Psychology of Terrorism*, New York, 2009.

terreno. A luta armada na Irlanda entre cristãos afirmou esse princípio dual até ao final do século XX; a existência de grupos radicais islâmicos, neste início do século XXI comprova o quão vivo está o diteísmo.

Encontrando, em toda a aventura, as características que consagram uma visão teleológica do terrorismo, interessa agora verificar se se esteve em presença, durante todo o tempo das idas, de uma incessante atitude de crime organizado.

Olhando como critério central o comportamento desviante que tivesse depreciado ou tivesse posto em risco as determinações reais existentes, e esse comportamento tivesse sido assumido por um grupo estruturado e com unidade comando, as práticas adotadas durante toda a presença nos territórios ultramarinos revestiram, sempre, elementos de crime organizado abundante mesmo na ótica da ordem interna. Confirma-se tal perspetiva nas missões de Albuquerque, na ação prolongada dos bandeirantes e na subjugação e eliminação de reis e sovas africanos[402].

Martins (2010, pp: 63 – 66) escreve: "As ligações entre |conceitos de| guerrilha, terrorismo e crime organizado não são, de modo algum, uma novidade. Pelo contrário, a História mostra que foram sempre comuns. Para além da similitude e dos métodos (…) estas ligações têm-se verificado de várias formas, através de acordos, quer tácitos, quer expressos, visando fornecimento e aquisição de materiais ou serviços, ou cooperação (…) e a exploração de determinados 'mercados ilícitos' ".

A avaliação de Martins atravessa os três elementos que aqui se analisam: terrorismo, crime organizado e pirataria. E leva à permanência deles ao longo dos séculos de presença dos portugueses no Oriente, no Brasil e em África.

Há três razões para que assim tenha sido. A primeira colocou-se no facto de qualquer determinação real não ser obrigação de cumprimento. Em todas as administrações se confirmou uma dose incomensurável de abuso do poder, de perseguição, de utilização indevida de bem público, de corrupção, de invasão de propriedade, de eliminação do princípio fundador da dignidade com as caraterísticas do tempo.

[402] Em *O Poder africano*, 1973, Maria Cecília Spina Forjaz encaixa a realidade da estrutura do poder africano com a nova realidade da afirmação do africanismo. Diz-nos também da luta entre marxistas europeus e marxistas africanos para explicar as razões que impedem uma matriz única de análise de ambos os lados nas ciências sociais.

A segunda razão advinha do facto de se estar perante seres de índole repugnante. Com exceção do almirantado, todos os restantes embarcados e posteriores homens de ocupação eram para morrer, nenhum futuro ou destino se lhes apresentava. A terceira e última razão, porque havia uma justificação para o roubo, a chacina, a ocupação – a salvação da alma e a promoção da fé.

Quando, no *Sermão da Montanha*, se propõe uma opção pela "não-resistência", oferecendo a outra face ou consagrando o princípio ético de "não matarás", mesmo que ela seja interpretada por um certo anarquismo cristão, está-se a confrontar a ação militar pela fé com os evangelhos e assim a desautorizar a santificação dessa mesma ação militar.

Olhe-se agora e por último, para a pirataria em que os portugueses foram visionários.

Tal como hoje, a pirataria é um universo muito peculiar de crime organizado. A sua realidade específica, com uma estrutura interna bem determinada, desprovida de tutela e de orientação estratégica de um Estado, sempre foi a outra parte das aventuras.

Houve, quase sempre, uma comunhão de objetivos, de valores e de partilha de direitos que fez com que só em caso de desautorização à estrutura mandatada pela coroa se sentisse a sentença fatal. Mesmo essa era destinada aos mais básicos da arte, havendo a permissão de vida e a reintegração dos nobres e dos sabedores da arte de marear (Pelúcia, 2010).

Os portugueses foram pioneiros no tráfico intercontinental de seres humanos e na sua empresarialização. Os portugueses foram também os primeiros ocidentais a implicar as comunidades orientais observando todas as determinações que se encontram nas ações terroristas. E foram também os portugueses os pais da arte da pirataria[403].

Não é cabal a investigação sobre a vida de Fuas Roupinho que, ao serviço de Afonso Henriques teria iniciado a construção de uma incipiente armada. As referências de Mattoso são meramente identificativas. Mas é conhecida a sua ação corsária no

[403] Em *A Guerra Secreta* (2019), Max Hastings fala-nos da dissimulação como elemento central da ação terrorista e das opções de Estado. A R&A, antes de Yalta, elaborou um relatório em que afirmava que " (…) no que aos fatores económicos respeita, no final da guerra a Rússia não terá nem recursos nem inclinação para embarcar numa política externa aventureira que, na opinião dos líderes soviéticos, possa envolver a URSS num conflito ou numa perigosa corrida armamentista com as potências ocidentais." Tratava-se de pura contrainformação. Foi este o comportamento dual que Albuquerque assumiu no seu consulado oriental. Não se conclui se decorria de uma visão meramente ingénua ou mitómana ou de uma construção mais elaborada da ação política. Porém, o termo das suas investidas disse muito da fragilidade em que suportava a informação que dirigia a D. Manuel I.

Mediterrâneo e mesmo a sua morte ao largo da costa algarvia. Também não é cabal a verificação da ação de Manuel Pessanha, contratado em 1317 pelo rei D. Dinis. Pessanha era, antes, um corsário reconhecido nos mares do Norte.

Pedro de Ataíde revelou-se no período pós-henriquino, época em que os portugueses eram considerados os maiores corsários da cristandade. Ataíde era um verdadeiro terror dos mares e por isso referenciado como "O inferno".

A "Esquadra do Estreito" promovida pelos homens de D. Manuel I, é o outro lado da moeda. Portugal tinha por sua conta corsários contratados diretamente e desenvolvia agora uma estrutura militar-naval para impedir o corso de outros povos e interesses. É também no início do século XVI que se desenvolvem as maiores investidas corsárias no Oriente. Sob a ordem de Simão de Andrade, abrigavam a visão sanguinária que Albuquerque havia deixado. Dessas muitas investidas, com especial dimensão nos mares da China, deixou Fernão Mendes Pinto, em *A Peregrinação*, relatos vários. (Pelúcia, 2010)

Bartolomeu Português terá sido o autor do primeiro Código da Pirataria. Este código veio a determinar os elementos centrais da organização da atividade, as linhas de comando, as formas de abordagem, a relação com as autoridades locais, os níveis de poder dos diversos intervenientes na navegação. Foi tudo isso que Alexandre Olivier Exquemelin registou na obra *Buccaneeers of America* publicada em 1678.

Mas o facto de ter sido um português a elaborar o primeiro código confirma a relevância corsária portuguesa no Mediterrâneo, no Atlântico e no Índico? A pirataria assumiu sempre uma vertente dual, como acontece hoje com as forças policiais nas ditaduras – entre a legalidade e a clandestinidade. Portugal teve mesmo, independentemente das embarcações e homens contratados ou por conta, grande relevo no corso a partir do século XVI.

Os portugueses no mar não foram só nos navios registados. Foram em muitas outras embarcações, serviram outros reinos, consagraram traições. Sabe-se que Colombo viu negada a sua ambição pelo rei português; sabe-se que Magalhães foi sentenciado pelo monarca que o obrigará a mudar para Sevilha. Há no tempo da aventura uma liberdade autorizada pela ambição.

4.2.4. Término

A ordem internacional saída da II Guerra Mundial veio fazer acreditar que o concerto das nações poderia impedir novas realidades bélicas, novos eventos com danos significativos em pessoas e bens.

Tal não se verificou de todo. Em primeiro lugar porque as profundas mudanças ideológicas que atravessaram partes da Europa e da Ásia, também em África e na América do Sul, negaram ao século XX a sua consagração como o século da paz. A guerra convencional existiu em frentes médias, mas a não convencional foi muito danosa em largas frentes.

Morreram mais seres humanos nas purgas estalinista e maoista que na segunda grande guerra, terão expirado mais africanos nas lutas pela independência e nas guerras civis seguintes do que em todo o período colonial[404]. A História, mesmo a que se afirma, por agora, numa visão moderna, evita consagrar os profundos períodos de "guerra" vividos desde 1945. Há, contudo, uma consideração que não pode deixar de ser tida em conta quando se fala das perdas humanas – os humanos que ao longo de vinte séculos pereceram na imposição do cristianismo são proporcionalmente mais que os que resultaram de todas as guerras e purgas do século XX[405].

A abordagem que se faz da Aventura Marítima e das *visitâncias* em largos terrados, fica sempre aquém da inquirição devida sobre os modelos de intrusão, sobre as práticas criminosas e sobre a menorização das populações locais.

Portugal afirmou-se em registos históricos que se situaram entre a prospeção, na costa atlântica de África e nas Américas, e a conquista, na África mediterrânica e no Oriente. Portugal oscilou entre a invasão e a luta armada para consagrar a bandeira; identificou o infiel na África próxima e no Oriente e tentou vencê-lo nunca conseguindo; consagrou uma fé na África negra e nas Américas através de uma aliança temporal e operacional com Roma. Os objetivos foram, também, o da consideração de um novo espaço vital, a promoção da cristandade, mesmo com leituras atípicas perante as

[404] Ver Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de setembro de 2019, sobre a importância da memória europeia para o futuro da Europa – https://tinyurl.com/y52bddxo, último acesso em 13 de outubro de 2020.
[405] Referências iniciais da luta pela afirmação do cristianismo em: *A Igreja que conquistou um império: História da ascensão do Cristianismo no Império Romano*, Tese de Ticiano Saulo Scavazza Castoldi, 2014, UNIVATES, pp: 32 – 44). Ver: https://www.univates.br/bdu/handle/10737/625, último acesso 13 de outubro de 2020.

religiosidades locais e, principalmente o *mercadejado* como tentativa de enriquecer o reino, o que em poucos momentos aconteceu[406].

A presença de Portugal em África e na Ásia assinala-se em permanentes atos de terrorismo tipificados quando olhadas as unidades políticas pré-existentes, mas sempre negados pela visão eurocêntrica que se assumia no mundo e nas armas. Portugal ampliou e *empresarializou* os tráficos de seres humanos, o que marca uma das suas páginas mais negras[407], foi líder na arte da pirataria e na sua normatização enquanto elemento necessário ao prolongamento da rede comercial.

Em todo o tempo, durante três séculos, o crime organizado foi suportado pela corte portuguesa, foi sustento de imensos aventureiros, sem que algum dia essa circunstância se tivesse infirmado. Também aqui Portugal foi o que, no imaginário português, se nega ser – cruel.

Para juntar à presente enunciação, que tem como objetivo abrir novos campos de estudo, interessa recuperar o conceito ideológico de luso-tropicalismo. Poder-se-á considerar que terá morrido com a descolonização, que terá submergido pela abertura dos estudos sociais em democracia. É um erro. O luso-tropicalismo mantém-se vivo e é usado, a cada dia, como ferramenta ideológica. (Almeida, 2022).[408] [409]

Como se poderá analisar a aplicação do "síndrome de Estocolmo"[410] às novas relações entre pessoas, famílias, que sofreram com o colonialismo. Está-se em presença, em Portugal e em muitas partes da Europa, de um novo discurso que reflete a justificação de uma pobreza extrema dos países africanos com a ausência do homem branco.

Interessará continuar a olhar para a bonomia na perspetiva dos mitos que a formatam? Esse destino não deixará de ser seguido, o presente capitulo afiança a obrigação de abordagens posteriores.

---

[406] Em *Al-Qaeda* (2007), Karen J. Greenberg explica muito bem quais a razões que impediram, ao longo do último milénio, uma derrota do infiel, uma capitulação dos povos árabes que Portugal entendeu dever promover em África e no Oriente. Para esta especialista em segurança, o grande problema está na consagração única de "islão", a atribuição de uma unidade inexistente.

[407] Impõe a decência que se reflita nesta peça de investigação a circunstância de continuarmos a esconder ao mundo o tráfico de escravos que em muitas partes do globo se desenvolve. O Diário de Notícias dava nota, em 20 de novembro de 2017, da constatação, por parte do Secretário-Geral das Nações Unidas da venda de escravos africanos a 400 dólares, na Líbia, em pleno século XXI. Ver em: https://tinyurl.com/y4tmrwqo , último acesso em 13 de outubro de 2022.

[408] Miguel Vale de Almeida, 2022, *O estranho caso da sobrevivência do luso-tropicalismo*. Ver em: https://tinyurl.com/ymhenvym, último acesso em 12 de outubro de 2022

[409] João Pedro Sousa, 2020, *Luso-tropicalismo e o mito da portugalidade*. Ver em: https://tinyurl.com/27hkrwku , último acesso em 13 de outubro de 2022.

[410] Ver em https://www.telavita.com.br/blog/sindrome-de-estocolmo/

4.3. Sobre Portugal pioneiro da Globalização

Como Portugal criou o primeiro Império Global (2016) é o título de um dos mais referentes livros de Roger Crowley. Nele se consagra uma leitura muito própria sobre a ida pelos mares dos portugueses de quinhentos.

Crowley não afirma a *globalização* em título enquanto património da Aventura, antes se retrai no *global*[411]. E faz bem. Porque se há alguns apontamentos de *globalização*, muito poucos, outros há que não se anteciparam, existindo outros que a extravasam, formas prévias e distintas do conceito neoliberal que o século XX consagrou como libertinagem económica e tecnológica, desnecessidade dos Estados e da regulação entre eles (Freire, 2007)[412].

Apesar da precaução de Crowley, há autores que assumem outros caminhos. Rodrigues & Devezas (2011) expandem-se na consagração de certo pioneirismo português[413] para essa tal globalização. Agora já não se embai, antes se afirma, recorrendo a Nye (2002)[414] em que aquela significa "(…) redes de interdependência a nível de distâncias intercontinentais (…)".

Se por aqui se seguisse, haveria de se recuar muito em tempo cronológico e histórico para encontrar em povos da Europa, África e Ásia, tal pioneirismo[415]. É, aliás

---

[411] O filósofo canadiano Herbert Marshall McLuhan criou o conceito de "aldeia global" ainda na década de 1970. Para ele, o desenvolvimento da tecnologia levaria à pequenez do globo, a uma integração entre todos os habitantes de uma única aldeia. A comunicação de massas, a virtualização da presença e da comunicação entre pessoas, a transmissão em direto dos acontecimentos consagraria uma "globalidade de ideias". Mesmo tendo falecido antes do aparecimento da *internet*, a consagração de "aldeia global" confirmou-se para além da sua existência e faz ponderar o "mito da primeira globalização" que acima tratamos.

[412] André, 2007, *A narrativa neoliberal sobre a globalização*, Público de 16 de junho – em www.publico.pt, último acesso de 13 de outubro de 2022.

[413] Para uma melhor leitura da importância da Aventura Marítima portuguesa deveremos considerar o número de navios enviados para a Ásia por sete países europeus entre 1500 e 1800. Entre 1500 e 1599, foram enviados 770 navios, destes 65 eram dos Países Baixos (só na década de 1590) e os restantes 705 eram portugueses, uma média de 7 navios por ano. Entre 1600 e 1700, o número de navios ascendeu a 3161 e desses só 371 eram portugueses; e entre 1701 e 1800 o número voltou a crescer atingindo 6661, sendo destes 196 portugueses. Fonte: *Portugal 1500-1800*, dados extraídos de Vitorino Magalhães Godinho, via Buijin & Gaastra (1993), pp 7, 17, 178 e 183. Por aqui se pode ver a progressiva decadência de Portugal no comércio internacional quando comparado com um território de dimensão semelhante como era os Países Baixos.

[414] Ver *Globalism Versus Globalization* in The Globalist – Rethinking globalization – abril 15, 2002 – último acesso em 14.06.2019 – www.theglobalist.com

[415] "Em 1500 a população da Ásia era cinco vezes maior que a da Europa Ocidental. A população indiana, só por si, era o dobro da população da Europa Ocidental. A região constituía, por isso, um vasto mercado, com uma rede de comerciantes a operar entre a África Oriental e as Índias, entre estas e a Indonésia." Maddison, A, (2001), *Léconomie*

Modelsky (2014)[416] quem garante discordância sobre esta vanguarda ibérica quando reporta diversos precursores desde o século VIII a.C..

Importa olhar os conceitos para confirmar as recentes inserções historiográficas.

4.3.1. Os conceitos

A ciência política e a teoria das relações internacionais têm vindo a eleger, como já atrás se indicou, uma dança quase perfeita entre quatro consagrações teleológicas que terão assumido, nas duas últimas décadas, o debate. Existe mundialismo enquanto teoria relevante? O que está na base do conceito de mundialização? O que querem dizer os investigadores com globalismo? Que conceito é esse, que se entrega a paixões e ódios, a movimentos radicais e a apaixonados defensores que se elegeu como globalização?

Mundialismo, enquanto ente de análise pela ciência política carente de graduação, quase não vai além do juízo de "visão universal unitária". Transpondo para a leitura histórica os habituais conceitos das relações internacionais, sempre se dirá que o conjunto de ideias e atos que exprimem a solidariedade das populações do globo com o objetivo de se consagrar a presença de ferramentas jurídicas e de instituições multilaterais é o princípio do mundialismo.[417] Mas este carece sempre de validação das partes na sua perfeita autonomia.

Ora, olhando a realidade do processo que levou e desenvolveu a Aventura Marítima só se poderá considerar que o conhecimento dos territórios é infraestrutural, mas insuficiente para tal consagração mundialista.

---

mondiale: une perspective millénaire, Centre de Développement de l'Organisation de Coopération et de Développement Economiques (OCDE), Paris, 2001.

[416] Ver *Globalizations*, 2014 – Vol 11. Nº 4, 435-446 – últimos acessos em 22.07.2019 – http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2014.951199 e https://www.tandfonline.com/toc/rglo20/11/4 último acesso em 13 de outubro de 2022

[417] As leituras mundialista e globalista são, frequentemente, confundidas, no universo da esquerda e da direita protecionistas. Há, contudo, uma marca que não se pode negar à formatação inicial da proposição mundialista - a da criação de uma "autoridade federal mundial" capaz de resolver, por decisão maioritária, os grandes problemas da humanidade. Estas ideias, muito em voga no debate seguinte à Guerra Civil Europeia de 1914/1918, veio a ser profundamente limitada na constituição da Organização das Nações Unidas.

Outra relevância obtém o conceito de mundialização. Há quem considere que mundialização é a consagração de uma prática ancestral de vida, a crescente aproximação de conviver e de pensar (Fontes, 2005, pp: 110 - 121).

Porém, essa noção, que não merece contestação em Michalet (2003), leva a um conceito sociológico que não tem entrado na consideração da ciência política e da ciência económica, que se elimina no uso da história e vai longe quando é oscilante entre a manifestação do horror económico e a realização de uma promessa de felicidade para a humanidade, encerrando definitivamente a marcha da mesma história.

Menos iludido se pode reconhecer o conceito de mundialização em Godinho (1971) quando, ao indicar elementos primordiais dessa mundialização, se fica pela prévia, mas substantiva, consideração de *sistema-mundo*[418]. Ora, não se tratava aqui e ainda de uma previsão de influências sociais ou económicas, mas de uma leitura que partia da supremacia dos aventureiros sobre territórios já vividos e agora assinalados de forma metódica, pela cultura europeia, sob o mesmo sistema teórico, o mesmo complexo histórico-geográfico (pp: 129 - 141). Este *sistema-mundo* de Godinho deve, pois, assumir, nesta leitura entre conceitos e entre usos filológicos e ideológicos, a posição central[419].[420]

Em boa verdade, mesmo partindo de um conceito que é identificado novamente em Godinho (1963, I, pág. 11), de forma muito abstrata e ainda não consolidada, esta mundialização pode considerar-se como equivalente à de Spencer na invasão das culturas, na imposição permanente de modos de vida, na supremacia progressiva de uma língua ou de uma religião a cada tempo e nas afirmações darwinistas das existências.

---

[418] O *sistema-mundo* de Godinho ganha dimensão em Wallerstein que o confirma. A juntar a essa consideração, Braudel é de opinião que este *sistema-mundo* é, também economia-mundo e a fase de nascimento do capitalismo. Não seguimos pela mesma consideração, uma vez que as portas abertas pelos mares não concederam uma nova etapa de circulação de capitais, circunstância que só se verificaria com holandeses e ingleses a partir do século XVII.

[419] Immanuel Wallerstein, na Comunicação ao colóquio *Le Portugal et le Monde: Lectures de l'Ouvre* de Vitorino *Magalhães Godinho",* Paris 12-13 de dezembro de 2003, recupera uma consideração de Godinho em que diz: "Modernidade ou medievalidade dos séculos XV e XVI: qualificações demasiado globais, de flagrante imprecisão, para nos servirem de ferramenta na análise da expansão europeia que então se processa. Pense-se o que se pensar dessa controvérsia sempre em aberto, alguns factos são incontestáveis: ao desenrolar do fio dos anos a carta do globo é desenhada, o homem aprende a situar-se no espaço, a sua maneira de sentir e de entender as próprias relações humanas é impregnada pelo número, ao mesmo tempo pela consciência da mudança: a pouco e pouco cria-se um critério para distinguir o fantástico do real e o impossível do possível; transformam-se, em complexidade contraditória, motivações e ideais; a produção dos bens multiplica-se, o mercado à escala do mundo torna-se o vector dominante da evolução económica, forma-se o Estado burocrático e centralizado de matriz mercantilista" (1963, I: 11). Está aqui o essencial da argumentação que se desenvolveu. Há um elo que se garante, uma continuação de um processo que se incrementa, mas não se pode ver neles a determinação central de uma marca a que muitos apelidam de "pioneirismo".

[420] Nega-se aqui a visão de Machado (2018, pág. 107) quando considera que "um *sistema-mundo* não é o sistema do mundo, mas um sistema que é um mundo pode ser localizado numa área menor do globo inteiro, sendo que as regras das unidades da realidade social constrangem os indivíduos." No caso da consideração ideológica de Godinho, o seu *sistema-mundo* era, igualmente, o novo sistema do mundo.

A sagração do Homem como elemento constituinte de corpo e alma, de ação e razão, de profunda inquietação enquanto realização e de eterna exaltação da curiosidade e da ambição, provoca, pois, há centenas de milhar de anos, um processo contínuo de mundialização.

O Homem não se ficou. Claro que em muitas regiões do globo terrestre ele se limitou às existências e implicações geográficas e geopolíticas, com a obrigação permanente de se salvar perante a natureza. Claro que entre o primeiro espaço africano e a realidade atual ele viveu tempos de confronto e tempos de progresso.

Se na Eurásia as evolutivas culturas se afirmaram em guerras sucessivas por território e por recursos, se nos continentes africano e americano, também na Oceânia em tempos mais próximos, as comunidades se alargavam e se consolidavam no saber em processo de crescimento interno, a verdade é que a história consagra impérios improváveis que só desapareceram pela ação da natureza ou pela visão animalesca de invasores.

Quando se olham os impérios Maia ou Inca pode afirmar-se que os modelos de mundialização avançavam dentro de cada espaço terrestre, só sujeitos a improbabilidades da natureza. Ou seja, a mundialização era um fenómeno conhecido em cada espaço territorial segregado, não havendo uma só mundialização, mas várias mundializações em concomitância (Hoggarth, Breitenbach, Culleton, Ebert & Douglas, 2016, pp: 25 - 42).

Mais nítida é essa mundialização em dois tempos relevantes e sequentes e que se implicam na Aventura Marítima ibérica. A entrada progressiva das armadas lusa e espanhola nos territórios do Atlântico e do Índico, bem como a investida naval no Oriente e, concomitantemente, a arremetida das esquadras espanholas nos territórios americanos, fez com que se iniciasse um processo lento de enredamento de culturas que nunca haveria de terminar, mesmo que desgraduado entre as partes. Essa influência foi bilateral, no início, e multilateral em tempo ulterior. Isto porque as entidades políticas europeias mais relevantes, Inglaterra, França e Holanda, driblaram e ampliaram o caminho de lusos e castelhanos, consagrando o seu espaço e elevando o seu registo cultural (Guedes, 2015, pp: 130 - 175). Continuando a seguir Godinho, deve concluir-se que os *sistemas-mundo* se sucederam e se sucedem em permanência como elementos implicantes mas não excludentes da mundialização.

Mas haverá um processo de globalização? Ou de globalismo? Por agora definam-se os conceitos para, mais à frente, se retirar o ponto de mira.

O globalismo aparece, na sociologia política, consagrando uma espécie de generalização de todas as particularidades que se revêm no âmbito local ou nacional e partindo da exacerbação dos modelos sociais, políticos, culturais e económicos predominantes que se aconselham entre si e se repartem, nos acessos a esse novo mundo, também entre si (Ianni, 2001, pp: 35 - 45). Olhando a teoria das relações internacionais, esse mesmo globalismo não deveria ser totalitário, não deveria excluir, mas incluir, assumindo e incorporando todas as manifestações de pensamento social, uma visão idílica ou mesmo bíblica.

Porém, tal não acontece, nunca aconteceu, e essas manifestações, quando se anunciam de forma livre, o que é raro, não se resguardam de maneira a se salvaguardarem, são modificadas e transformadas pela progressiva configuração integral, uma implicação/influência que, de forma explícita ou implícita, se afirma no interior dos povos com a complacência das estruturas de poder (Vigevani, Veiga & Mariano, 1994, pág. 6).

O globalismo, afirmado enquanto ideologia, seria, pois, um passo maior do que o mero processo de globalização, uma vez que consideraria que esta segunda se reduz à leitura meramente económica (Beck, 1999, pp: 25 - 29). Mas também seria, nas tentativas de o consagrar, uma configuração histórica, uma totalidade complexa, contraditória, problemática e desafogada que se certificaria heterogénea, simultaneamente integrada e aberta. Parece, assim, "(…) uma nebulosa, ou uma constelação, atravessada por movimentos surpreendentes; de tal modo que desafia as categorias e as interpretações que pareciam consolidadas (…)" (Ianni, 1999, pág. 131).

Nesta realidade estão, talvez sempre tenham estado, em presença três processos que se entrelaçam e chocam. O imperialismo que se afirma sob o ponto de vista militar, económico e tecnológico, o nacionalismo que reage contra as circunstâncias que promovem vastos universos de excluídos e o regionalismo que tenta encontrar formatações de decisão mais integradoras e menos potenciadoras de conflitos. Estas implicações nunca se encontram, nunca contribuem para a unicidade do conceito, negam a consolidação das visões globalistas e as reprimem em ciclos políticos e históricos cada vez mais curtos.

Nesse sentido, há hoje quem considere que existirá uma outra diferença, que se afirmará enorme, entre globalismo e globalização. Enquanto que o primeiro se afirmaria numa tentativa de governar o mundo com regras e com uma visão unitária (obsessão vinda dos neomarxistas), a segunda (opção dos neoliberais) elimina essas regras e essa visão, tornando desnecessários governos e organizações supranacionais autorizadas (Polleit, 2017, pág. 3).

Ponderando os elementos referidos, visionando os filmes das aventuras pelos mares, nada aconselha pois, a que se possa usar globalismo como taipa frontal enquadradora das aventuras quinhentistas.

Fixe-se a análise, por último, na mais comum das considerações. A globalização diz assumir-se numa pré-construção operativa da mundialização e do globalismo (Netto, 2004, pág. 1). Parece ser incorreta essa leitura, mas aparenta ter-se certificado monopolizadora na quase universalidade dos escritos e também na historiografia.

A globalização vem sendo consagrada como um conjunto de processos em cujo andamento os Estados nacionais veem a sua soberania, a sua identidade, as suas redes de comunicação, as suas estruturas de poder e as suas orientações estratégicas sofrer a interferência cruzada e determinante de atores transnacionais (Beck, 2003, pág. 30).

Tentando escorar essa visão, Vries (2017) vem oferecer uma leitura dual e imaginativa da globalização quando a consagra numa perspetiva *soft* em que o contacto, interação e troca reduzem barreiras anteriormente existentes na perspetiva da intensificação do mundo como um todo; e numa leitura *hard* em que se confirma a convergência intercontinental por imposição de preços e características de bens e serviços.

Ora, seguindo Beck e sustentando a leitura *hard* de Vries, está-se perante uma eleição absoluta da progressiva desnecessidade dos Estados, a sua crescente eliminação, a desgraduação das regras internas e da regulação. E reconfirmando Vries poder-se-ão encontrar duas visões e perceções, uma que se desenvolve a cada tempo – a da integração social – e outra a que é muito posterior à aventura – a da convergência intercontinental.

O que se pode dizer do conceito, encarando o dia de hoje e fazendo uma aplicação retroativa compaginável com a historiografia, à época das aventuras marítimas? O que de

identificativo se pode encontrar que convença a academia de que Portugal e Espanha formataram a primeira globalização?

A linha de rumo está presente na afirmação ou negação do Estado nacional perante o universo em que se integra. Os partidários da globalização entendem que a integração económica transnacional resolve sempre os desequilíbrios, promove o desenvolvimento e, por essa via, se afirma o crescimento económico com a criação de mais riqueza e a progressiva eliminação da pobreza (Guiddens, 2000, pág. 18). Assim, partindo daí, a Aventura Marítima não se pode enquadrar nunca numa leitura consequente e absoluta do conceito de globalização. Nem sequer uma consagração *kitsch* a aclamaria aos olhos da ciência política moderna.

Mais circunjacente estaria do conceito já desenvolvido de globalismo, enquanto processo político apesar de tudo implicador das partes, mas menos usufrutuário da coisa mercantil em que o mundo hiperglobalizado já se viu imerso. Qualquer leitura seria sempre permitida com benevolência, porque os processos sociais se revelavam e revelam muito lentos, as visões do Homem se consagravam e consagram na opção eurocêntrica. (Conrad, 2019, pp: 83 – 87)

Quando se quer levar a uma aceitação da aventura como marca primeira da globalização, está a certificar-se uma leitura definitiva do acontecido. Porém, a globalização não é um processo irreversível, encontra a cada tempo recuos. É desses recuos que Adriano Moreira[421] fala quando alerta para o erro de se assumirem conceitos políticos e ideológicos nas ciências históricas. Para Moreira o pós segunda guerra mundial levou a uma retração da mundialização e acorrentou economicamente a globalização. E, no atual tempo, o fechamento das economias e a emergência dos populismos que abraçam os nacionalismos comprovam que a desglobalização pode estar em marcha.

Seguindo esta leitura de Moreira poder-se-á confirmar o desempenho *ioió* da tal integração económica, do protecionismo e da abertura, não irreversibilidade da globalização.

[421] Ver *A desglobalização*, texto da autoria de Adriano Moreira publicado na edição do Diário de Notícias de 12 de maio de 2019 – www.dn.pt, último acesso em 13 de outubro de 2022.

4.3.2. Os primeiros elementos de um novo *sistema-mundo*

A Aventura Marítima portuguesa desenvolve-se nos séculos XIV, XV e XVI, no que se refere ao registo de territórios ainda não inscritos, de forma consolidada, no mapa-mundo de criação e leitura europeias. Das Canárias, onde se esqueceram os guanches, passando pelo Mediterrâneo do sucesso e do insucesso, ao Cabo Bojador em 1434, a Cabo Verde em 1444, do Congo em 1482 ao Cabo das Agulhas em 1487, a chegada à Índia em 1498 e, por fim, o marco oficial, hoje já não exato, da terra de Vera Cruz em 1500, assinalam, com muitas paragens posteriores e anteriores de confirmação e de contraversão, os tempos em que a bandeira lusa se seguraria em terrados exteriores com simbolismo.

O ir pelos mares espanhol tem, também, outros tempos e outros modos, numa atitude clara de reflexo entre cada uma das proposições aventureiras.

Já Portugal tinha ligado o Atlântico ao Índico quando Cristóvão Colombo embarca na caravela Santa Maria e no final de 1492 (ou princípios de 1493 dependendo das histórias) chega às Antilhas que rebatizou de San Salvador. Nos três anos seguintes desce as Américas Centrais e, quando os portugueses chegam ao Brasil, Colombo inicia a sua entrada na América do Sul (Matos, 2015, pp: 125 - 145).

Os pragmatismos português e espanhol agregados à Aventura Marítima fixam as expedições em quatro universos: garantir a presença e a segurança, comerciar, cristianizar e colonizar. Não se pode dizer que Portugal não tenha sido protagonista de incrementos, mas, mesmo assim, Espanha foi mais longe na consagração do saber sobre o universo, implicando, decisivamente, na eliminação de culturas antigas.

Envolvida uma parte do reino no conhecimento de outras terras e outros povos, logo se apresentariam novos agentes de navegação para afirmarem o simbolismo dos feitos e a glorificação histórica intemporal das Espanhas.[422]

Terá sido esse um dos grandes objetivos da expedição de Fernão de Magalhães. A viagem de circunavegação já não reunia os propósitos primeiros de Colombo, muito longe estavam as subjetivas opções do Infante D. Henrique. Tratava-se, tão só, de afirmar o

[422] Ver uma parte da dimensão histórica da Aventura Marítima das Espanhas em *Instituicion Colombina* em: http://www.icolombina.es/colombina/ , último acesso em 13 de outubro de 2022.

poder e consagrar a história dos homens e dos feitos que se transportariam para a imortalidade. O que se ia apresentando como muito provável desde Pitágoras, acabaria por se quedar cabal no dia 8 de setembro de 1522 – a terra era, realmente, redonda (Silva, 2009, pág. 21).

Este é o elemento simbólico, talvez único, que se revela útil aos juízos de mundialismo, de mundialização, de globalismo ou de globalização, de todas em conjunto.

O feito não seria nunca pacífico. A Igreja de Roma não cederia completamente no primado da terra plana, mas o que Espanha conseguiria, com Carlos V, seria muito maior do que qualquer outra consagração teológica (Zamora, 2019).

O primeiro tempo de epístolas dos novos mares assume-se entre Portugal e Espanha no Tratado de Alcáçovas em 1479[423]. Aparentemente, em leitura muito simples e despida dos artefactos da negociação diplomática, Portugal é o grande vencedor. Espanha reconhece a pertença lusa de todo o Atlântico da Madeira, Açores, Guiné e Cabo Verde, um alastramento do poder real português ao espaço africano. A coroa portuguesa aceita garantir a ligação entre o Mediterrâneo o Atlântico, concedendo a bandeira espanhola às Canárias (Costa, 1999, pp: 39 - 71).

Mas, neste acordo bipartido há uma mensagem subliminar – Espanha não entrega a Portugal o poder total de navegar, assume-se como candidata à aventura, como reserva, como parte na captura de um território que se estima, mas que se desconhece em profundidade. Esta garantia de partilha, mesmo antes de Colombo se fazer ao mundo, é a prova de que não é necessário ter parte para se ambicionar ter uma parte grande, é só fundamental a consagração da aptidão simbólica da força, da ameaça e da necessidade previsível de estabilidade do outro para se prosseguir com a empreitada interna (Radulet, 1989, pp: 13 - 25).

O Tratado de Alcáçovas, como já atrás se analisou desenvolvidamente, é o primeiro elemento de construção de uma nova ordem mundial pré-colonial ou, como diz Godinho e já acima se referiu, o primeiro elemento de um novo *sistema-mundo*. É, por isso, relevante que se afirme como central, na consagração de uma inicial visão planetária, agora já não só estimada no território conhecido e de acesso terrestre. Trata-se de uma

[423] Poderá parecer que, pela terceira vez, se está a tentar elaborar sobre os tratados repetindo conceitos. Nada de mais errado. Fala-se deles enquanto elementos de vinculação jurídica e, também, enquanto verificadores da existência de um império português. Regressam agora para sustentar Godinho na visão da "propriedade" dos mares perante a sua consideração histórica sobre o "sistema-mundo".

leitura visionária de tudo o que os mares podem conceder, mas não deixa de ser o elemento fundador.

O tempo pós Alcáçovas, em especial depois de Colombo regressar com os primeiros feitos, não assegura que Espanha e Portugal se entendam sobre as partilhas futuras. Os conquistadores castelhanos haviam iniciado a descida territorial americana fixando-se abaixo do paralelo traçado a sul das Canárias. Ora, os novos territórios seriam portugueses pelo tratado e Espanha deveria entregá-los.

Se Espanha queria mais território, se Colombo havia proposto viajar até à Índia pelas Américas, haveria de existir, a sul, terra que importasse e disso D. João II trataria de averiguar antes de negociar, de novo, com Espanha.

O Tratado de Tordesilhas, em 1494, assumiria uma nova divisão dos mares. Agora já não na horizontal, sim na vertical. Não adivinharia fácil o entendimento que obrigaria o Papa Alexandre VI a intermediar a negociação[424]. A divisão do mundo em dois semi-hemisférios passaria por uma linha imaginária certificada a custo a 370 léguas a ocidente da Ilha de Santo Antão, arquipélago de Cabo Verde.

Os tempos seguintes não resultam em confirmação absoluta do tratado. Se ainda importava fazer viagem, porque só em 1500 haveria quinas oficiais em solo americano, se as esquadras espanholas ainda haveriam de continuar a descer e a subir depois de Colombo, era, porém, muito difícil concretizar um acordo com base territorial quando o esforço espanhol já era superior ao português, quando o Oriente e África se asseguravam cometentes esmagadores dos recursos no reino luso.

D. Manuel I, haveria de reivindicar e, pela bula "*Ea, quae pro bono pacis*" resolver em 1506, a aclaração dos limites. E não há século seguinte em que não se tenha interpretado Tordesilhas como um momento/ato para assegurar a paz e não o determinar firme da convivência nos mares. O tratado parece ter sido feito mais para evitar momentaneamente um conflito entre as duas coroas, do que para estabelecer regras para

[424] Em *Dicionário da Expansão Portuguesa*, (pp: 997 – 1003) Carlos Baptista Valentim afirma que os dois reinos entenderam ser desnecessária a autoridade da Santa Sé para mediar conflitos que resultassem a aplicação do tratado. Essa consideração, questionada por tantos, deve ser deixada em ponderação pela sua impossibilidade de aplicação. A ambos os reinos interessava a "tutela espiritual" de Roma e, por isso, D. Manuel I sempre entendeu garantir, mesmo que com pouco resultado, a intervenção corrente dos Papas no processo de garantia territorial que nasceu em Tordesilhas. No mesmo texto, Valentim considera que o Tratado tem "(…) sido escalpelizado pela historiografia, mediante diferentes leituras e modelos interpretativos (…) materializando-se uma vasta bibliografia que… é incapaz de responder à profusão de questões que o assunto suscita (…)". Uma dessas abordagens é a que sufraga Tordesilhas como marco essencial do Direito Internacional e do Direito do Mar, análise que se desenvolveu em capítulo anterior e que Valentim esquece no Dicionário indicado.

o futuro (Pimenta, 1934, pp: 156 - 157). Parecia que ninguém tinha fé na sua execução e que os negociadores procuravam apenas chegar a uma fórmula com a qual dessem o negócio como arrumado (Almeida, 2000, pp: 185 - 199).

Independentemente do valor facial do Tratado de Tordesilhas, ele não deixa de ser a primeira peça de uma nascente ordem internacional como se analisou atrás no universo dos incrementos técnico-jurídicos. Com ele nasce o conceito, profusamente afirmado e debatido, do *Mare Clausum*[425].

O conceito de *Mare Liberum* assentava e assenta na defesa do direito natural, de que todas as unidades políticas reconhecidas são livres de circular e de explorar. Ora, o *Mare Liberum,* é a outra face da mesma moeda em que *Mare Clausum* se afirma, ambos nascem da mesma realidade, ambos são descendentes diretos de Tordesilhas (Marcocci, 2012, pp: 335 - 360).

Perante a imposição irreversível do mar aberto que outras forças obrigavam, Serafim de Freitas, a pedido da coroa portuguesa, ainda esboça o princípio da justa posse do mar a quem o havia descoberto, mas a intensificação do comércio internacional pelos oceanos, a necessidade de cada reino ibérico se centrar na consolidação dos territórios que havia confirmado noutros continentes, não concederia grande margem de manobra (Freitas, 1983).

Tordesilhas, o *Mare Clausum* e a sua antítese *Mare Liberum* podem ser, em boa leitura, marcos fundadores e centrais de todos os universos que hoje se consagram nas mais completas leituras sobre o planeta, mas só mesmo a imposição do *Mare Liberum* é contribuinte da visão liberal que está na base de qualquer um dos conceitos examinados e em especial do conceito de globalização. É também aqui que submerge, quase em definitivo, a proclamação do pioneirismo português dessa mesma (?) globalização.

4.3.3. A Aventura Marítima enquanto elo integrador

Na parte inicial do estudo sobre a primeira globalização integrando o universo dos mitos em torno dos Descobrimentos, reconfirmou-se que o globalismo, afirmado

[425] Sobre esta matéria o autor já discorreu também no capítulo sobre As Verdades e sobre o Império Normativo, ponderações que interessa ter presentes no enquadramento do presente capítulo.

enquanto ideologia, seria um passo maior do que o mero processo de globalização, uma vez que consideraria que esta se reduz à leitura meramente económica (Beck, 1999, pp: 25 - 29). Mas seria também uma configuração histórica, uma totalidade intrincada, contraditória, hermética e comum que se certificaria heterogénea, simultaneamente integrada e aberta. Seria a tal nebulosa atravessada por movimentos surpreendentes, de tal modo que desafiaria as categorias e as interpretações que pareciam consolidadas (Ianni, 1996, pág. 131).

Verifiquem-se agora os elementos que têm levado à "democratização" do conceito de globalização na Aventura Marítima.

Em *As Lições dos Descobrimentos*, dando-se Portugal como pioneiro da globalização, afirma-se que há uma espécie de ADN do ser português. Esse ADN verifica-se no intento estratégico, na vocação universalista, na gestão empírica do conhecimento, num olhar especial e, em certa medida, fora da caixa de modo a surpreender, na intuição para gerir informação assimétrica, no pragmatismo, no espírito crítico associado a uma certa "manha" e no improviso assumido como desenrascanço, o mito do povo escolhido (Rodrigues & Devezas, 2013).

Tais características podem ser, como já se referiu, elementos centrais de uma predisposição para a inquietude, aptidões para a aventura que se vem estudando, mas não se afirmam centrais, longe disso, para uma ontologia da globalização. Mais, estas caraterísticas só são exclusivas dos portugueses se se tiver uma visão provinciana do seu papel no mundo. Em boa verdade elas estão presentes em muitos dos povos que fizeram os diversos tempos da História, e ainda estão.

A globalização confirma-se numa transformação significativa de territórios e povos com base em dois elementos substantivos: o primeiro é o primado do económico sobre os restantes; o segundo é a ausência de regras estaduais que limitem o primado anterior, como Lenine bem consagrava, antecipadamente e visionariamente, em *L'Imperialisme, Stade Supréme du Capitalisme* (Moreira, 2015, pág. 2).

Ora, a Aventura Marítima portuguesa não se impõe no primado do económico, mas é a tal constelação onde interagem diversos elementos que não só o económico. E se se olhar bem cada um dos tempos em que se desenvolveram as novas investidas marítimas, se se avaliarem todas as implicações nas finanças do reino e na consagração

de um aumento de riqueza coletiva, não se poderá dizer que o primado do económico tenha sido consequente. Ingleses e holandeses revelaram-se mais substantivos.

As diversas tentativas de encaixar o processo da aventura numa ideia, a de globalização, mais do que num conceito histórico, não param de surpreender. Ao contrário do que Franco & Fiolhais (2016) dizem, não houve uma busca pela globalização no mundo "pós-descobrimento", nem sequer se verificou, até aos finais do século XX, esse processo de globalização porque a invasão e o colonialismo se consagravam na posse, na negação da realidade local e na aculturação. Ora, o processo a que se vai dando a designação de globalização inicia-se com a Revolução Industrial e avança lentamente até ao processo imparável de autodeterminação dos povos que se verificou nos destroços da Guerra Mundial de 1939/1945.

Quando se afirmava a inicial necessidade de fazer alastrar o espaço vital não se conformava a investigação com uma atitude meramente comercial, mas sim com uma visão de soberania pré-vestefaliana, uma imposição do poder absoluto do monarca outorgante. Essa circunstância assumia a não-aceitação pela cedência de poder a níveis superiores, com exceção do poder intemporal, e, por isso, sendo Portugal uma ínfima parte da Europa velha, só poderia consagrar uma carta de alforria marítima. A globalização não concederia o poder localizado e não permitiria a leitura micro dos interesses como se comprova em *O Império Português* (Russell-Wood, 2017). Assim, para uma certeza dos conceitos, deve restringir-se, quase em absoluto, a etiqueta globalização nas aventuras marítimas.

Mas pode considerar-se que há uma matriz arcaica de globalismo no caminho seguido por Portugal e por Espanha nas aventuras?

Tal pode ser dissecado, mas com muitas reservas. A consideração de uma visão imperial viria a provocar, em todos os universos, processos nacionalistas de revolta e asseguraria inovações regionalistas de sobrevivência. Estas são, como já se referiu, as balizas/implicações do globalismo.

O imperialismo determinava a emanação de poder da metrópole para os novos territórios, a determinação das regras de convivência e a supremacia cultural e religiosa, a imposição de tributos a arrecadar e a remeter. Mas a resposta nacionalista verificava-se em cada espaço e em cada tempo pela articulação na revolta dos indígenas, na obrigação

de negociar com os poderes locais, até na consideração de estruturas autónomas e informais de justiça.

Claro que a presença portuguesa nos mundos novos é bem diferente da espanhola. Os emissários castelhanos eliminaram comunidades antigas e estruturadas, impérios pré-colonização consolidados. Neste sentido, se se afirmar que Espanha esteve mais próxima de um "globalismo predador" na sua conquista, do que Portugal algum dia considerou, não será uma fantasmagórica consideração.

Por fim o regional. O tal globalismo português, mesmo que incipiente, não deixaria de se inteirar da realidade local. Por isso, não terá sido meramente "mineiro" na relação entre civilizações. Houve, tanto nos portugueses como nos espanhóis, mas mais nos primeiros, uma *miscelanização* genética e um pronunciamento de enredamento cultural. Houve uma permissão pelas realidades localizadas que, quando se comparam com outras potências colonizadoras em tempos seguintes, foram mais visíveis.

Este incipiente globalismo luso é, pois, a consagração adequada para uma visão histórica da Aventura Marítima dos séculos XV e XVI. Antecipou novas realidades, desde logo a circulação de pessoas e bens. Mas negou as visões económica ou tecnológica alargadas ao todo global que os neoliberais acabaram por impor no último século.

4.3.4. Término

Não importa o ponto de onde se parte na análise das Aventuras Marítimas ibéricas e sempre se encontra a mesma marca genética – elas consagraram uma outra dimensão universal.

Afirmaram-se na consolidação de um novo olhar sobre a realidade terrestre, geraram uma outra ordem europeia e mundial, iniciaram artefactos de direito internacional que ainda hoje determinam as nações.

Os Tratados de Alcáçovas e de Tordesilhas, como já se afirmou profusamente, são as peças relevantes de certificação territorial do desconhecido, são a consagração do direito internacional do mar na sua visão de propriedade ou de liberdade. Primeiro *calusum*, depois *liberum*, mas sempre amplamente luso e castelhano.

É, aliás, a primeira opção pela clausura dos mares que desaconselha a preferência pelo conceito de globalização quando se trata do pioneirismo dos portugueses e espanhóis na descida pelo Atlântico e na penetração dos outros mares. Há um pioneirismo instrumental, já atrás trabalhado, que se constata nas novas portas do direito internacional. Tal vem a ser confirmado com a imposição de outros navegadores e de outras opções pelo comércio internacional que se fortaleceriam em novas rotas e em novos processos de navegar, implicar e comerciar.

Olhando, porém, os conceitos que importam para a historiografia e para a classificação dos feitos ibéricos em quinhentos, a aventura ainda não é, porém, mundialista porque não tem presente uma unicidade de objetivos para a comunidade humana; não é inserta num processo de mundialização porque ainda não consagra a conexão significativa de culturas, de visões ou de genéticas; não é, não pode ser, marca de uma primeira globalização porque esta se afirma de forma grave na componente económica e na vertente tecnológica que são partes provavelmente menores, do processo da mesma aventura mas que limitariam o acesso ao conhecimento, à navegação e à permeabilização do direito estadual a todos os Estados não ibéricos.

O mais próximo dos conceitos que se podem usar na investigação histórica, socorrendo-se o autor da origem inicial dos juízos, é o de uma consagração globalista, mesmo que de um globalismo arcaico, porque se iniciou com a afirmação de uma leitura imperialista nas imposições sobre os territórios, se verificou na criação progressiva de nacionalismos e de reação interna ao processo de captura e se poderá confirmar em regionalismos que, não raro, foram úteis ao processo colonial entre comunidades indígenas.

Porém, a elaboração da história não pode negar o seu efeito de grandiosidade. Identifica-se essa tendência no subconsciente de quem escreve história usando conceitos económicos ou advindos da ciência política. E por isso se deve contraditar o conceito de globalização para a aventura, conceito cada vez mais empregado sem um sentido que mereça esse uso.

A história enquanto narrativa, com um papel essencial na aproximação do seu estudo e do resultado da investigação, só pode ser aceite com muitos cuidados pelos que desta ciência fazem matriz. Não é acertado que o processo histórico e a consideração dos factos se produzam a partir da necessidade, vencida pela mais recente historiografia, de

fazer hiperbolizar uma realidade importante, mas sem que se consagre de forma descomedida. A grandiosidade de um mito em presença.

Recusadas, quase em absoluto, as considerações ontológicas que historiadores/romancistas recentes transpuseram para o simbólico da aventura, não encontra a presente tese a consideração irrecusável de uma marca que não desmereça para além do globalismo arcaico que atrás se indicou?

Godinho, como se foi dizendo, ao consagrar o seu *sistema-mundo* disse o bastante para o que a história e a geografia haveriam de necessitar[426]. A base territorial, a articulação de funções e de circulações, o cruzamento de poderes e a ausência deles, tudo isso é consentido numa leitura infraestrutural desse *sistema-mundo* e é bastante para uma dignidade dos feitos que não careça de um novo mito: o do pioneirismo da globalização.

Uma nota final e ecuménica. O tempo é o fator mais relevante de toda a ciência. Talvez por isso se deva olhar para as novas considerações políticas e sociais que caraterizam, nesta conjuntura, o processo de desglobalização.

Quanto Walden Bello, em 2002, olhou do ponto de vista da ciência económica para a assimilação dos mercados, estava a considerar que não haveria irreversibilidade nos processos de integração. Ora, olhando a conjuntura, essa visão deve questionar todos os que se *abarbataram* do conceito económico de globalização para o transpor para outras ciências, incluindo a História.

Inúmeros cientistas sociais consideram hoje que a globalização chegou a um ponto de fadiga[427] impondo, portanto, a limitação do enquadramento ontológico de um só sentido que está longe de ser autorizada pela historiografia.

Se a globalização parecia concentrar-se na criação de uma nova ordem mundial, parecendo ser a base de uma implicação da economia nas relações internacionais e na autonomia dos povos, a desglobalização, nascida da grande crise de 2008 e da pandemia Covid em 2019, parece querer impor um regresso ao protecionismo e ao fechamento.

---

[426] O *sistema-mundo* de Godinho, que aqui se dá como conceito relevante, incorpora também o conceito de "desencravamento" que Ferdinand Braudel elegeu. Mas é subsidiário da leitura de Russel Wood de que "o mundo entrou em movimento" com a progressiva integração do planeta Terra.

[427] O Embaixador Sérgio Amaral, em intervenção no ENAEX 2016, considerou os processos de isolacionismo e protecionismo representados pelo Brexit e pela política Trump como os pontos maiores da reversibilidade da globalização tal se conheceu nos últimos 30 anos. Ver em www.portogente.com.br , último acesso em 13 de outubro de 2022.

Conrad (pág. 142) escreve: “O objetivo declarado de uma inteira falange de historiadores universais, transnacionais e globais é escrever “histórias para uma era menos nacional”. Esse reservatório que a moderna disciplina da história tem tomado por garantido – o Estado-nação – deve ser deixado para trás; e mais do que isso: o desafio está em libertar-se de todas as unidades espaciais estabelecidas, incluindo os impérios, as religiões e as civilizações. Também aqui os historiadores precisam de reinventar a roda.” O uso do conceito de globalização para se referirem as aventuras marítimas de quinhentos é uma das escadas do processo a que Conrad se refere. Em boa verdade não carecemos de mais do que *sistema-mundo*.

E é igualmente Conrad (pp: 65 – 69) quem desenvolve o que se deve entender, por fim, como *sistema-mundo*. Diz: “O conceito de *sistema-mundo* é, muitas vezes, mal interpretado. Em primeiro lugar, Wallerstein distingue duas formas diferentes de *sistemas-mundo*, nomeadamente as *economias-mundo* e os *impérios-mundo*. Estes últimos encontram-se orientados para a integração política de territórios extensos, ao passo que as primeiras se baseiam na integração de mercados. No entanto, uma *economia-mundo* não é necessariamente uma estrutura de mercado em vias de abarcar o planeta inteiro.”

Godinho e Wallerstein pensavam e diziam o mesmo. O Império português pode ter integrado um *sistema-mun*do na segunda formulação, *economia-mundo*, mas mesmo essa integração foi ténue e temporária.

Conclusão

A presente tese assumiu, desde cedo, uma ambição que a cada dia se confirmou mais exigente, mais implicadora de textos já publicados, de leituras já produzidas, de revolvimentos em documentos que seriam pertinentes para um termo que cumprisse a originalidade obrigatória da obra.

Logo no início da revisão bibliográfica, depois de estudados os autores hodiernos mais relevantes, os que haviam sido influenciados, direta ou indiretamente, pelo Estado Novo e os cronistas mais importantes, escolheu-se uma comensuração ampla da investigação, em que se tentou demonstrar a pertinência da dimensão do tema escolhido e exigindo-se a identificação de um significado histórico e político para o conjunto de fenómenos analisados.

Não se preferiu só uma dimensão nacional, mas partiu-se do nacional europeu para o total de uma Aventura Marítima realizada em quinhentos, implicando o temporal e o intemporal e, recuando à fundação, olhando oito séculos de História.

Não sabemos, como Fernando Rosas também não sabe, de onde vem o sobressalto intelectivo que marca o obreiro, um certo entendimento inquieto da insurreição histórico-política que entrecruza as comunidades do Ocidente desde a segunda parte de novecentos. A mundivisão, que também marca a tese, imprime ao presente e transporta para o futuro interrogações que parecem estar a levar a um questionamento cultural e social, a um carreiro para assombrações que ajuizaríamos já enterradas pelo progresso.

Foram as leituras da história e do tempo político de ontem e de hoje que abriram a porta para a pesquisa com um duplo objetivo: assumir a investigação histórica com todos os critérios de verdade e identidade (1); contribuir politicamente para o entendimento do que foi Portugal e o que são os portugueses, questionando certezas, lutando a cada dia contra uma possível compelação de anacronismo histórico ou de revisionismo (2).

Com precauções, não se permitiu que o receio tolhesse o obreiro. A história passada, estudada hoje, é sempre vista a partir de marcações culturais de quem a escreve no tempo em que vive. Não seguiu o autor o atrevimento de olhar o tempo que passou a

partir dos conceitos do passado porque seria insuportável uma edificação ideológica erigida a partir do presente.

Existe, nesta tese, a afirmação de uma dimensão inquestionável das navegações portuguesas, dimensão essa também (in)questionável a cada tempo. Cinco perguntas que se colocaram atrás de cada um dos mitos identificados a cada capítulo. São elas: Pode dizer-se que as grandes navegações, não sendo mera serendipidade, se revelaram em Os Descobrimentos, ou devem os portugueses de hoje, despidos da visão eurocêntrica, afirmar outros descobrimentos? (1); o império de cada português é um só, real, assumido pela existência perene de um aparato burocrático, de um respeito pelo simbolismo régio, de uma determinação militar centralizada e operante? (2); as grandes navegações, e a presença da bandeira portuguesa ao longo de cinco séculos em quatro continentes, revelaram, tendo em conta o pensamento militar secular, desde Sun Tzu até aos grandes estrategistas contemporâneos, um conceito estratégico? (3); a consagração de uma teoria "para-antropológica esdrúxula", que deu pelo nome de luso-tropicalismo e assumindo a bonomia portuguesa, faz sentido? (4); as viagens dos navegadores portugueses assumem-se no pioneirismo da globalização, ou enformam um qualquer outro conceito que não se agregue à visão ultraliberal que se vulgarizou no último quartel do século XX? (5).

A comensuração inquestionável de que atrás se falou, ou verdades que sobrevieram da presença portuguesa no mundo, consagram-se em torno da língua, o elemento mais relevante da ação imperial e colonial e que hoje se afirma, oficialmente, em territórios de quatro continentes; da religião, que garantiu o alastramento de uma ideia de mundo e de homem também em quatro continentes; e da permeabilização de culturas, circunstância que a sociologia não pode rejeitar mesmo que considere que se possa ter tratado de uma perda para os povos invadidos, como se não se tivessem verificado, também, ganhos relevantes e perenes.

E nessas verdades, datadas e invioláveis, interessou demonstrar a relevância dos portugueses na sustentação de uma ciência que só haveria de nascer do positivismo: a geografia (certificando o que já se tinha intuído e abrindo *urbi et orbi* o conhecimento dos territórios e dos homens); importou confirmar os incrementos náuticos que foram dos portos portugueses pelo mundo, não numa perspetiva provinciana de um qualquer processo de inovação revolucionário, mas na de uma "arte" relevante que transformou caravelas, naus e galeões, fez nascer instrumentos e desenvolveu a cartografia; por último, a relevância dos tratados do mar, fechado mas mesmo assim global, que se podem afirmar como inaugurais no direito do mar.

O questionamento sobre as grandes navegações, sem qualquer visão eurocêntrica, andou sempre em torno do significado de descobrimento.

Na filologia não há autor que não esteja de acordo em que o significado literal de descobrir é revelar, donde descobrimento é sempre equivalente a revelação. Mas descobrir não se expressa unicamente num depois de se achar por acaso. Sempre se viu como consequência de uma certa valentia dedicada à procura de um lugar desconfiado em tom intuído e desacertado.

Do lado da investigação, o caminho foi dar a um porto que contém três entradas de mar. A primeira é a que faz abandonar a soberba europeia e se confirma na antropologia para saber que o Homem adveio de África e foi caminhando por todo o globo. Este descobrimento é o primordial porque se divulga no igual humano, tudo o resto é conhecimento agregado, mas só para uma parte do conjunto.

A segunda entrada de mar é a que diz que para onde foram os portugueses já lá se encontrava gente, com a sua organização e com a sua matriz civilizacional. O selvagem só existiu porque se levou uma visão (que a História de hoje, implicada pela Antropologia e pela Sociologia, parece não considerar a mais relevante) que se impôs à lei da bala, que denegou justiça, mesmo a divina, a quem já lá se encontrava.

A terceira entrada é a que infirma a consideração de descobrimento oficial. Trata-se de uma criação semântica já tardia, mas que se mantém em vigor em muita da produção historiográfica recente. Não há, nunca houve, outorga oficial na perspetiva da igualdade dos povos. E mesmo que antes de Westfália os Estados se acanhassem na sua leitura temporal perante as Igrejas, depois da afirmação dos mesmos Estados, mantendo a Igreja Católica, Apostólica, Romana a tutela sobre os povos do sul da Europa, tal não poderia ser validado pelos restantes povos europeus nem pelos de qualquer outra parte do mundo.

A pesquisa sobre o Império português inicia por um império imaginário de cada português, passa por um outro, real, assumido pela existência perene de um aparato burocrático, de um respeito pelo *senhor absoluto*, de uma determinação militar centralizada e operante, para terminar nas consequências económicas desse império.

No dia 22 de abril de 1995, na sequência de uma sondagem[428] da Universidade Católica sobre o processo de independência das antigas colónias portuguesas, o *Público* considerava que um em cada três portugueses tinha saudades do Império.

[428] Universidade Católica / Público (1995) *Vinte anos de independências: e podia ter sido de outra maneira?*, Público, 22 de abril de 1995, destacável de 4 p. – Universo: Maiores de 18 anos residentes no continente. Amostra: 1506 indivíduos. Intervalo de confiança: 95%. Margem de erro: 3.5.%.

Havia, nessa preconização, um reflexo do que tinha acontecido depois da revolução de 25 de abril de 1974 relativamente à guerra colonial e ao processo de autodeterminação dos povos africanos e de Timor. Mas o que de mais relevante se mostrava no inquérito de opinião, era o facto de ter passado de 10%, em 1978, para mais de 30%, em 1995, o número de plangentes do Império Português.

Outra abordagem do *Público* foi a que se prendia com as perdas implicadas pelo processo de descolonização. Para 87,3% dos inquiridos, Portugal ficou a perder no plano económico; para 71,7% na área da cultura; para 63% na área da política, e para 58,6% no plano diplomático.

Há muitas leituras que são efluentes de um grande caudal imperial e é esse caudal que leva aos desfechos que se podem retirar dos inquéritos acima indicados: saudades do entre designado – Império; sensação relevante de perda em várias áreas que vai da metade da população no que respeita à presença multilateral, até aproximadamente quatro quintos no que se refere à componente económica.

Nesta tese analisa-se, com este pano de fundo, o Império em três âmbitos: o império metafisico e da fé (1); o império normativo que advém dos Tratados e das Constituições (2); e o império económico e social com as suas consequências políticas.

Pode dizer-se hoje, com verdade agostiniana, que o autêntico quinto império é o da imprecisão que colocou Portugal fora das grandes rotas do desenvolvimento europeu e das escolas do pensamento, e é também o da incipiente organização política e social, da insuficiente valorização da ciência e da tecnologia. O quinto império é, se se quiser, o império dos emigrantes que se espalharam pelas américas e europas, de uma diáspora que nunca se afirmou verdadeiramente por onde passou.

Portugal não encontrou, até bem tarde, pensadores que tivessem a dupla dimensão de influenciar o país e o espaço em que este se inseria. Terá tido personalidades referência nas letras, na teologia, até nas leis, mas os mais memorados terão sido os desenvolvimentistas. Para as elites importou mais uma certa erudição intelectual francesa e uma aceitação confortável da integração de Portugal na área de influência do império inglês.

Os indivíduos e os povos têm uma missão no mundo. A dos portugueses parece ser, mais do que qualquer outro povo, uma visão/ilusão judaica, a de povo eleito, do

Jeová, o Deus que está sempre para chegar e da busca da terra prometida. Esta é marca que se desejou confirmar na abordagem do império da fé.

Esse império da fé constituiu uma formulação no domínio da satisfação do ego geral, mas sem uma base autêntica. Em primeiro lugar, não é possível, nunca foi verificada, a alteração de valores construídos em milénios de civilização por conversão. A China tinha o seu sistema de valores e visões do mundo e manteve-os - o confucionismo. Assim como o Japão com o taoismo, a Índia com o Induísmo. Isto é, nas sociedades com sistemas de crença tão ou mais elaborados do que o dos europeus não houve nenhum império da fé dos cristãos através dos portugueses. O Padroado do Oriente não foi só um império da fé: terá sido, no seu aspeto mais pertinente, uma organização de *missionarização* para facilitar empreendimentos (pouco conseguidos em alguns territórios), como viria a ser também a organização missionária para África – Acordo Missionário.

E também essa conversão se não verificou, cabalmente nos séculos iniciais, nas culturas "índias" quer da América do Norte, quer do Sul. O que se verificou nas américas foi um processo de sincretização de visões do mundo entre culturas locais, europeias e africanas. Nas américas, o império da fé foi, em grande medida, o império dos dominadores, no "subsolo" continuaram a existir as fés indígenas e o mesmo aconteceu em África.

A dedicação a Maria Santíssima, que vem de Ourique até Fátima, sustentou a perspetiva de um império que sempre foi validado pelo episcopado português; a ambição de querer que um Império português se seguisse aos antigos impérios, dos assírios aos persas, dos gregos aos romanos revelou-se convivente da História, assumindo-se em D. Sebastião desaparecido em combate, na perda e recuperação da independência com D. João IV, e na relação do providencialismo que passou a ser uma constante com o império do Espírito Santo enquanto garante de um império de língua e cultura relevantes.

Olhando as determinantes políticas que estiveram presentes a cada tempo, pode dizer-se que Portugal tem, até ao século XX: 1. Um problema demográfico grave, 2. Elites comerciais e políticas pouco significativas e com pouca mundividência; 3. A permanente dependência do financiamento externo (só vencido em três décadas nos reinados de D. João II e D. Manuel I, e de duas décadas, no reinado de D. João V); 4. A ausência de uma

perspetiva de fomento adequada a cada tempo; 5. Uma reduzida presença na política internacional.

A perda da independência (1580) aparece ainda como período de diminuído estudo no âmbito da histografia comparada, mas sempre se poderá considerar que a saída da família real e de todo o aparato régio para o Brasil, aquando das Invasões Francesas, expôs a fragilidade da política nacional e assumiu a originalidade de um colonizado "sequestrar" o colonizador. Trata-se de um período relevantíssimo da História de Portugal que importaria colocar em novas linhas de investigação.

Os tratados no espaço ibérico, na relação deste com França, Inglaterra e Países Baixos, demonstram bem que, para além das tentativas de D. Fernando e de D. Manuel I para a criação de um poder ibérico único, com alastramento europeu, liderado por Portugal, nunca terá existido uma sustentada visão imperial. Tais reclamações sucumbiram por razões internas e externas.

As Constituições de 1822 a 1911 mostram a ausência de um sentir império na monárquica e na republicana e a construção de um império normativo tardio e já fora da realidade, só se verificaria com a Constituição de 1933. Salazar mandou elaborar essa carta magna com base na originalidade do povo português e na sua obrigação divina confirmando o simbólico do "povo escolhido" que até hoje ocupa certos discursos históricos e políticos.

Não raro se ouve que inúmeros portugueses continuam a cogitar que, depois dos heroicos séculos XV e XVI, a História de Portugal terá sido a de uma constante declinação. Mas não raros são os pensadores que entendem que Portugal nunca se afirmou como potência apesar de uma vasta plêiade de portugueses pensarem que o foi, ou têm lembranças de o terem vivido. Estamos em presença de um labirinto de saudade muito especial. Não se pode encontrar melhor síntese para o império imaginário português. A saudade de Eduardo Lourenço entranhou-se como a Coca-Cola de Pessoa. Tarda em se libertar.

Haverá um consenso na academia de que D. João II possa ter sido a chave para o corolário positivo da estratégia da Expansão e um grande sabedor das coisas da *Intelligence*? Esta questão remete para uma meditação profunda sobre as viagens e sobre as presenças dos portugueses ao longo de cinco séculos e em quatro continentes.

A avaliação que foi feita comporta uma resposta positiva no que se refere ao reinado do Príncipe Perfeito, ou do Maquiavel das Descobertas como também o apelidam, mas não confirma, em todas as dimensões que Cline determina, outro tempo onde isso se tenha autenticado. As iluminadíssimas cartas de missão de D. Manuel I não reúnem, em si, leituras estratégicas sustentadas.

As investidas portuguesas assumiram uma perspetiva de *ioiô* entre o eterno retorno ao Norte de África e o avanço pelos mares. A dinastia de Avis, a que iniciou o caminho e o terminou, começou em Ceuta e findou em Alcácer Quibir.

Depois de 1530, já no Braisl, a opção medial é a exploração dos recursos com reduzidas políticas de rendimento ou de fomento. Tal caminho, analisando os resultados positivos para as finanças do reino, só se alcançaria em curtos períodos (primeira metade do século XVI e também nos segundo e terceiro quartéis do século XVIII).

A existência de um Objetivo Nacional Permanente, que não se nega pela sua singeleza - ser viável - não sustenta um Conceito Estratégico também permanente. Sobre esse conceito haveria de se identificar um conjuntural permanente, o tal oscilante que se trabalhou no respetivo capítulo.

Cline, na construção do conceito, pode levar a que se considere que faltava aos portugueses a consciência do seu poder; a avaliação das suas capacidades na ponderação dos recursos materiais e humanos, no conhecimento geográfico; e na identificação da capacidade militar em que se junta a estratégia à determinação do mesmo povo e ao fator anímico dos homens das expedições.

Afirma-se assim, que só em Ceuta, na inaugural das partidas e quase de forma impercetível, e no reinado de D. João II, na leitura universal dos critérios, se consagraram as exigências ontológicas do Conceito Estratégico.

A história e a política dos últimos dois séculos, até bem tarde e já na democracia de Abril, consagraram um invasor bonzinho, um colonizador criterioso. Colocou-se a pergunta sobre o facto de os portugueses terem sido um "estranho" que se instalou e fez diferente de outros povos que conquistaram e colonizaram.

A segunda Guerra Mundial implicou de forma determinante no processo de emancipação dos povos e isso comportou inesperadas consequências para a historiografia. Nas jovens pátrias, que conquistaram a independência pela luta intransigente e por vezes armada, verificou-se a falta de uma memória coletiva. A afirmação de um sentido político e social em oposição aos colonizadores, a quem

entregaram todos os males passados e cuja herança era preciso desfazer para se soltarem de um tempo longo de submissão.

Porém, tal atitude, que se compreende, não tem razão de ser. A desvaliação, nos estudos europeus, das comunidades de outros continentes e dos processos de colonização, não faz muito pela emancipação, antes a contraria.

Olhando o confronto indicado e por séculos, tenta esta tese olhar a qualidade da intrusão, revista em padrões semelhantes aos das outras potências; confirma-se a tipificação de terrorismo de Estado ou autorizado pelo Estado; avalia-se a existência de crime organizado por parte de capitães e governadores; reivindica-se a normatização da pirataria como marca lusa. Não se elege a responsabilidade dos portugueses pela escravatura, porque essa é tão velha quanto a organização das sociedades.

Quando a academia nos dá a conhecer o inicio do colonato do Limpopo, atenta nos portugueses analfabetos e desprotegidos que ali foram colocados por Salazar. Identifica-os como "brancos do mato" e não lhe concede mais, em termos de realidade pessoal, do que era concedido aos indígenas e com uma desvantagem – os nativos conheciam o território. É natural que com este tipo de colonização se não afirmasse a intolerância inglesa, mas tratava-se de um inferno que se transpunha dos negros autóctones aos brancos homiziados.

A permeabilização entre invasor e invadido é ancestral. Não seriam os portugueses diferentes. Espanhóis fizeram o mesmo nas américas e no oriente. Mas pode subsumir-se essa conexão na desgraduação quando se afirma a tipologia da relação que já atrás se indicou – os ingleses diziam aos nativos: cresce, mas não te aproximes; os portugueses sempre disseram: aproxima-te, mas não cresças.

Para além de uma opção "mineira" dos recursos naturais em cada território, a invasão e colonização feita pelos portugueses não fez crescer até bem tarde, salvo na identificação de criaturas exóticas que são hoje usadas para generalizações, os povos que encontrou.

Não poucos foram os intelectuais a enquadrar o que se queria quando a investigação se abalançou nos estudos das viagens, se elas se assumem no pioneirismo da globalização ou enformam um qualquer outro conceito que não se agregue à visão ultraliberal que se vulgarizou no último quartel do século XX. Olhou-se a ciência política para confirmar ou infirmar.

Globalização é conceito recente. Não há retroação possível ao período que vai de Ceuta ao Brasil. Porque não se recheia dos condimentos tecnológicos e comerciais

globais, porque não desfez o direito ao *eu* dos Estados. Mas também não foi mundialização, porque não se alastrou o conceito de civilizações interpenetráveis e promovidas a uma situação de igualdade no conhecimento, nas crenças, na lei, na moral, nos costumes, nos hábitos e aptidões; ou menos ainda de mundialismo, porque não existiam à altura, tardaram a existir, ideais de solidariedade entre povos assumindo-se esses ideais em ferramentas jurídicas e em instituições multilaterais; pouco no conceito de globalismo, também já tardio e nunca concretizado, que se revê na generalização de todas as particularidades existentes num âmbito nacional específico para o global e a implicação de modelos sociais, políticos culturais e económicos predominantes que se aconselham (impõem) entre si.

Conclui-se que a consagração de um *sistema-mundo*, porque infraestrutural a partir do conhecimento do globo, mas não concorrente para a integração de povos e de civilizações porque não desmerecia "o outro".

Esta tese parte de uma análise sobre as verdades e sobre os mitos. Nada se opõe a que a primeira (verdade) seja mais árida, sem condescendência para a melhor narrativa. Mas procurou-se encontrar as verdades que fazem História e mitos que se ligam à História através da sua permanente reinvenção.

Iniciou-se com a consideração do que seria, para a História de hoje, a Aventura Marítima, marca central que faz ponderar os Descobrimentos enquanto imposição e o Império enquanto ente consumado.

A configuração mais comum de que se reveste a aventura é o rompimento com o contexto geral. A aventura tem um sentido próprio e um fim e esta aventura dos portugueses também teve um sentido próprio e um fim. Esse fim não se ficou nas fontes primárias e na bibliografia que são o rio da história. Foi implicado por todas as outras ciências sociais, e é, talvez, esse o temor que acompanha o autor na submissão deste texto a sufrágio.

Porém, olhamos sempre a perspetiva de que os historiadores se podem estar a desconsiderar. Nada obriga a que se limite qualquer investigação às duas centenas de gerações em que foram gerados documentos escritos. Se ampliarmos a leitura para envolver a arqueologia, a genética e a linguística conseguimos muito mais história, bastante, na verdade, para retroagirmos cinco centenas de linhagens.

No termo do longo caminho ainda se pode dizer que importa o nascer de uma outra história, a história algorítmica, advinda de bases de dados que autorizem a promoção das interconexões em cada período, que desenterre todos os tempos já referenciados. E

com esta outra história tecnológica e virtual talvez se possa identificar, ainda melhor, o que foi Portugal e o são os portugueses.

De todo o trabalho que se construiu há a verificação de que, do ponto de vista universitário, os estadistas e a comunidade em geral não utilizam de forma correta as conceções históricos e ideológicos. O que constata no universo público, no que implica com a História, parece ter pouco valor facial. Os académicos construtores da história hodierna são personalidades com ascendência escassa sobre a conformação do passado pela sociedade. Toda a investigação que se desenvolveu para esta tese bebeu desta aparente distância entre historiadores e portugueses. Mas em vez de limitar só provocou o incitamento.

Esta é uma tese aberta. Aberta para o futuro numa perspetiva de se continuar a estudar os campos incompletos. Aberta, porque se quer questionadora das consciências.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Manuscritas

D. MARIA I, 1785, *Proíbe o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil de 5 de janeiro*, Arquivo Nacional do Brasil, Conjunto documental, Cartas, provisões e alvarás (1750-1786), Códice 439, folhas 27 a 28.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Arquivo de Salazar*, Lisboa, AOS/CO/PC-2D-Pasta 8 – Anexo XI.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, *Arquivo de Salazar*, Lisboa, AOS/CP- 138 – Pasta 10 – Anexo XII.

Fontes Impressas

AGOSTINHO Sto., 2009, *El libre albedrío*, Trd. de Evaristo Seijas, Col. Obras completas de San Agustín. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos.

AMEAL, João, 1942, *História de Portugal – das origens até 1940*, Porto, Livraria Tavares Martins.

ANSELMO, Manuel, 1961, *Discurso a Portugal*, Lisboa, Editorial Organizações.

BANDARRA, Gonçalo Annes, 2008, *Profecias de Bandarra*, Lisboa, Veja.

BRÁSIO, Padre António, 1963, *Monumenta Misionária Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

CALISTO III, *Bula Inter Caetera*, 1456, Lisboa, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 11/1739.

CAMÕES, Luis Vaz de, 2000, Os *Lusíadas*, 2000, Lisboa, Instituto Camões.

Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, de 29 de abril de 1826, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 128/1900.

Cartas do Iapan nas quaes se trata da chegada á quellas partes dos fidalgos Iapões que ca vierão, da muita Christandade que se fez no tempo da perseguição do tyrano, das guerras que ouue, & de como Quambacudono se acabou de fazer senhor absoluto dos 66. Reynos que ha no lapão, & de outras cousas tocantes ás partes da índia, & ao grão Mogor , 1593, Lisboa.

Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreuerão dos Reynos de lapão & China aos da mesma Companhia da In dia, & Europa, des do anno de 1549. ate o de 1580 [...] Nellas se conta o principio, socesso, & bondade da Christandade daquellas partes, & vários costumes, & falsos ritos da gentilidade, 1593, Lisboa.

Constituição Política da Monarchia Portugueza, de 23 de setembro 1822, Aquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 128/1900.

Constituição Política da Monarchia Portugueza, de 4 de abril de 1838, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 128/1900.

Constituição Política da República Portuguesa, de 19 de março de 1933, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 279/1900 (5852-5862).

Constituição Política da República Portuguesa, de 21 de agosto de 1911, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 54/11.

CASTRO, José Ferreira Borges de, 1856-1858, ed., *Colleção de tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente, vol. II*, Lisboa, Imprensa Nacional.

CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves, 1943, *Vinte anos de Coimbra*, Lisboa, Edições Gama.

CHORÃO, Maria José Mexia Biggotte, 1999, *Doações e forais das capitanias do Brasil (1534/1536)*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

COELHO, António Borges, ed., 2007, *Fernão Lopes – Crónicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I*, (comentários de) Lisboa. Campo das Letras.

DIÁRIO DE NOTICIAS, 1932, *Notícias Ilustrado de Natal*, Lisboa, ver em: Arquivo - DN – último acesso em 13 de outubro de 2022.

FARO, Jorge, 1965, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*: *subsídios documentais*, Lisboa, INE.

GALVÃO, António, 1731, *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos*, Lisboa, Officina Ferreiriana.

GOES, Damião, 1567, *Chronica do Principe D. Ioan, Rei que foi destes regnos segundo do nome, em que sumariamente se trattan as contas (…) Ioam terceiro do nome*, Lisboa.

_____, 1749, *Chronica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manoel*, Lisboa.

LAS CASAS, Bartolomeu, 1996, *Brevíssima relação da destruição das Índias (1552)*. Lisboa, Antígona.

LOPES, Fernão, 1949, *Crónica de D. João I, Segundo o códice inédito CIII/1-10 da Biblioteca Pública de Évora confrontado com o texto impresso em 1644 e versões quinhentistas da mesma em depósito nas bibliotecas da Universidade de Coimbra e Municipal do Porto*, Porto, Livraria Civilização.

_____, 1965, *Crónica de D. Pedro I, Segundo o Códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Porto, Livraria Civilização.

MARTINS, J. P. Oliveira, 1893, *A vida de Nun'Alvares. História do estabelecimento da dynastia de Aviz*, 4ªa Edição Lisboa, Livraria António Maria Pereira.

MELO, D. Francisco Manuel de, 2017, *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Funchal, Imprensa Académica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, 2011, *Programa e Metas Curriculares de Português, Ensino Secundário*, Lisboa, ver em: https://www.dge.mec.pt/portugues-ch - último acesso em 13 de outubro de 2022.

NICOLAU V, *Bula Romanus Pontifex*, 1455, Lisboa, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 11/1739.

Os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista, Documentos, s.d., Edições Maria da Fonte (versão de circulação clandestina), ver em: https://tinyurl.com/ksy4d248 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

PESSOA, Fernando, 1972, *Mensagem*, Lisboa, Ática.

PINA, Rui de, 1950, *Crónica de El-Rey D. João II*, Coimbra: Atlântida.

REAL ACADEMIA DE LA HISTÓRIA, 2019, *Informe de la Real Academia de la Historia sobre la Primera Circunnavegación a la tierra*, Madrid, ver em: https://tinyurl.com/3brrvhre , último acesso em 13 de outubro de 2022.

SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Discursos 1928-1934, vol. I*, Coimbra, Coimbra Editora.

_____, 1945, *Discursos e Notas Políticas, vol. II, 1935-37*, Coimbra, Editora Coimbra.

SALVADOR, Frei Vicente do, 2010, *História do Brasil*, Brasília, Senado Federal,

Sessão de 21 de janeiro de 1892 da Câmara dos Senhores Deputados, nº 10, 1892, Cortes Portuguezas, ver em: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd - último acesso em 13 de outubro de 2022.

SOARES, Mário, 1974, *Portugal Amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia.

SISTO VI, *Bula Aeterni Regis*, 1481, Lisboa, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 11/1739.

SPÍNOLA, António de, 1974, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia.

The Whole Booke of Psalmes Faithfully Translated into English Metre: Whereunto is Prefixed a Discourse Declaring not Only the Lawfullness, but Also the Necessity of the Heavenly Ordinance of Singing Scripture Psalmes in the Churches of God, 1640, manuscrito, ver em: https://www.wdl.org/pt/item/3600/ , último acesso em 13 de outubro de 2022.

TELLES, Balthazar, s.d., *Chronica da Companhia de Iesu na provincia de Portugal; e do que fizeram nas conquistas d'este reyno, os religiosos, que na mesma provincia entraram, nos anno em que viveo S. Ignacio de Loyola, nosso fundador*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645-1647.

Tratado de Alcáçovas, 1479, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 162/94.

Tratado de Alcañices, 1297, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta Cota 2/1846 (i).

Tratado de Alcoutim, 1371, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 2/1846 (i).

Tratado de Avillon, 1411, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 2/1846 (i).

Tratado de Badajoz, 1267, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 2/1846 (i).

Tratado de Badajoz, 1801, Arquivo Histórico da Assembleia de República, Biblioteca Passos Manoel, Pasta 4/1856.

Tratado de Fontainebleau, 1807, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 4/1856.

Tratado de Lisboa, 1668, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 4/1856.

Tratado de Madrid, 1750, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 4/1856.

Tratado de Medina d'el Campo, 1423, Arquivo Histórico da Assembleia da República - Biblioteca Passos Manoel, pasta 2/1846 (i).

Tratado de Methuen, 1703, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, Pasta 4/1856.

Tratado de Salvaterra de Magos, 1383, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 2/1846 (i).

Tratado de Santo Ildefonso, 1777, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 4/1856.

Tratado de Tordesilhas,1494, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 162/94.

Tratado de Tui, 1137, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 162/94.

Tratado de Utrecht, 1713, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 4/1856.

Tratado de Versalhes, 1919, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 70/19.

Tratado de Windsor, 1386, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 3/1730.

Tratado de Zamora, 1143, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 162/94.

Tratado de Zaragoza, 1529, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 11/1739.

Tratado do Pardo, 1761, Arquivo Histórico da Assembleia da República, Biblioteca Passos Manoel, pasta 4/1856.

VIEIRA, Padre António, 1953, *História do Futuro*, Lisboa, Sá da Costa.

———, 2013, *Cartas da Missão e Cartas da Prisão, vol. II*, Lisboa, Círculo de Leitores.

———, 2013, *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, Lisboa, Ática.

XAVIER, Francisco. *Avisi particolari delle Indie di Portugallo riceuuti in questi doi anni del. 1551. & 1552 da li Reuerendi Padri de la cõpagnia de Iesu, doue fra molte cose mirabili, si uede delle Paesi, delle genti, & costumi loro & la grande cõuersione [sic] di molti populi, che cominciano a riceuere il lume della sãta fedee e Relligione [sic] Christiana*. Roma: Valerio Dorico, & Luigi Fratelli Bressani alle spese de M. Batista di Rofi Genouese, 1552.

ZURARA, Gomes Eanes de, s.d., *Crónica da Tomada de Ceuta*, Lisboa, Editorial Escol.

Bibliografia

Legislação

Decreto nº 18.570, de 8 de julho, Aprova o Acto Colonial, 1930, Diário do Governo, 1ª Série, nº 156.

Decreto nº 19.605 de 16 de abril, Estabelece novas bases para o concurso dos livros a adotar nos liceus, 1931, Diário do Governo, 1ª Série, nº 88.

Decreto nº 21.103 de 15 de abril, Respeita ao Compêndio de História Pátria para o ensino secundário e técnico, 1932, Diário do Governo, 1ª Série, nº 89.

Decreto-Lei nº 391/86, de 22 de novembro, Cria a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1986, Diário da República, 1ª Série, nº 270.

Bibliografia Geral

ABBAGNAMO, Nicola, 2000, *Dicionário de Filosofia*, São Paulo, Brasil, Martins Fontes.

ABREU, Sérgio Elias Santos de, 2000, *A participação popular na Revolução de 1383 em Portugal*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ABULAFIA, David, 2021, *El Descubrimiento de la Humanidad*, Barcelona, Crítica.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon & ROBINSON, James A., 2001, "The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation", in *The American Economic Review*, *vol. 5*.

AFONSO, A. Martins, 1970, *História da Civilização*, Porto, Porto Editora.

AFONSO, Aniceto, 2008, *Grande Guerra: Angola Moçambique e Flandres – 1914-1918*, Lisboa Academia Portuguesa da História.

ALBUQUERQUE, Luís & VIEIRA, Alberto, 1987, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo da Madeira.

ALBUQUERQUE, Luis, 1985, "Escola de Sagres" in: *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, Porto, Figueirinhas.

————, 1987, *Navegadores, Viajantes e Aventureiros, Séculos XV e XVI*, Lisboa, Círculo de Leitores.

————, 1989, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Europa-América.

————, 1991, *Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores.

————, 2002, *Estudos de História dos Descobrimentos e Cartografia Antiga: homenagem do Instituto de Investigação Científica Tropical*, *vol. 2*, Lisboa, IICT.

ALBUQUERQUE, Martim de, 1988, *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisboa, INCM.

ALEXANDRE, Valentim, 2004, "O Império Português (1825-1890): ideologia e economia", *Análise Social*, *vol. XXXVIII (169)*, Lisboa, ICS.

————, 2008, *A Questão Colonial no Parlamento* – 1821-1910, Lisboa, Assembleia da República.

ALMEIDA, Ana Carolina, 2010, "Pensando o Fim da Idade Média: A longa Idade Média de Le Goff e Colonização da América de Baschet", in *Revista Tempo de Conquista*, *V. 7*., ver em: http://revistatempodeconquista.com.br/RTC-7.php , último acesso em 13 de outubro de 2022.

ALMEIDA, Fortunato, 2000, *História de Portugal II*, Lisboa, Civilização Editora.

ALMEIDA, José Carlos, 2004, *Memória e Identidade Nacional. As comemorações Públicas, as Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação*, Lisboa, CES.

————, 2005, *Celebrar Portugal. A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas e Identidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, 2018, *A Obsessão da Portugalidade*, Lisboa, Quetzal.

————, 2018, *O Século dos Prodígios*: *A Ciência no Portugal da Expansão*, Lisboa, Quetzal.

ALVAREZ, Fernando Bouza, 2000, *Portugal no tempo dos Filipes*, Lisboa, Cosmos.

ÁLVAREZ, Manuel Fernández, 1999, *Carlos V, El César y El Hombre*, Madrid, Espasa Calpe.

ALVES, José Carlos Moreira, 1991, *Direito Romano*, Rio de janeiro, Forense.

AMARAL, Diogo Freitas do, 1994, *A tentativa falhada de um Acordo Portugal-EUA sobre o futuro do Ultramar Português*, Coimbra, Coimbra Editora.

ANDERSON, Benedict, 1983, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, New York, Verso.

ANDRADE, Abrahão Costa, 2014, *Si mesmo como História*, São Paulo, Edições Loyola.

ANDREW, Christopher, 2018, *O Mundo Secreto – Uma História de Espionagem*, Lisboa, D. Quixote.

ANTIER, Jean-Jacques, 2007, *O Segredo da Índia – Viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Esfera dos Livros.

ANTUNES, Padre Manuel, 2017, *Portugal, a Europa e a Globalização*, Lisboa,

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, 1986, "O Dono da casa: Notas sobre a imagem do poder no "Mito Vargas"", in: *Religião e Sociedade*, 13/2, julho.

ARAÙJO. Ana Cristina, 2001, "Cultos da Realeza e Cerimoniais de Estado no Tempo de D. Manuel I", *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães, vol. IV*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.

ARENZ, Karl Heinz, 2012, "Entre supressão e consolidação: os aldeamentos jesuíticos na Amazónia portuguesa, 1661-1693", in: *Políticas e Estratégias Administrativas no Mundo Atlântico*, Recife, Editora Universitária.

ARMSTRONG, Karen, 2006, *Uma pequena História do Mito*, Lisboa, Editorial Teorema.

ATHAYDE, Mara Bilk de, 2015, *Mito, Arquétipos e Estereótipos em Ponciá Venãncio de Conceição Evaristo*, Dissertação de Mestrado, Curitiba, Brasil, Centro Universitário de Campos de Andrade.

AZEVEDO, Dermi, 2004, "A Igreja Católica e seu papel político no Brasil", in: *Estudos Avançados, vol. 18 nº 52*, São Paulo.

BANZA, Ana Paula & GONÇALVES, Maria Filomena, 2018, *Roteiro de História da Língua Portuguesa*, Évora, Universidade de Évora/UNESCO.

BARBOSA, David Sampaio, 1995, "Padroado Português: privilégio ou serviço (século XIX)?", *Didaskalia nº XXV*, Revista Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

BARBOSA, Pedro Gomes, 1985, "Missionarismo", in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal, 2 vols*., Lisboa, Publicações Alfa.

BARREIROS, António José, 1976, *História da Literatura Portuguesa, Séculos XII-XVIII*, Braga, Pax.

BARRETO, Luís Filipe, 1987, "Introdução à Peregrinação de Fernão Mendes Pinto", in: *A Abertura ao Mundo – Estudos de História dos Descobrimentos Europues, vol. I*, org. Francisco Contente Domingues & Luis Filipe Barreto, Lisboa, Editorial Presença.

————, 1988, *Portugal: Pioneiro do diálogo Norte/Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

BARRIO, José & FULLAT, Octavio, s.d., *Filosofia Eidos*, Barcelona, Editorial Vicens-Vives.

BARROS, José d'Assunção, 2006, "Império e papado na Idade Média: reflexões historiográficas sobre realidade em conflito", in: *Revista de Educação e Letras da Universidade Luterana do Brasil* , Textura, ver em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra - último acesso em 13 de outubro de 2022.

————, 2010, "Escolas Históricas: Discussão de um conceito a partir de dois exemplos principais: A "Escola Histórica Alemã" e a "Escola dos Annales*""*, in: *Revista Esboços*, v. 17, nº 24, Florianópolis, Brasil.

————, 2013, *O Tempo dos Historiadores*, Rio de Janeiro, Vozes.

BARROS, Manuel Sérgio da Costa Ferreira de Monteiro de, 2011, *O últimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL.

BARTHES, Roland, 2018, *Mitologias*, Lisboa, Edições 70.

BASCHET, Jérôme, 2006, *A Civilização Feudal: Do ano mil à conquista da América*. São Paulo, Globo.

BAUAD, Fabrício Pedroso & LIMA, Rodrigo Ferreira, 2014, "Os Descobrimentos e o Processo de Modernização do Conhecimento Geográfico", *Caderno Prudente de Geografia, nº 36, vol. 1*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Brasil.

BEAUCHAMP, Alphonse de, 1834, *Historia do Brazil desde o seu descobrimento em 1500 até ao presente*, Lisboa, Officina de J.M. de Campos.

BAUER, Wolfgang, 2013, *História de La Filosofia China*, Barcelona, Herder.

BEBIANO, Rui, 2002, "A história como poética", in José d'Encarnação (ccord.), in: *As oficinas da Histórias*, Lisboa, Colibri.

BECK, Ulrich, 1999, *O que é a globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização*. São Paulo, Paz e terra.

BELO, Wladen, 2008, *Desglobalization: ideas for a new world economy*, London, Zed Books.

BENJAMIM, Walter, 1987, *Obras Escolhidas, vol. I, Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Brasiliense, ver em: http://www.antivalor.kit.net/textos/frankfurt/benjamim_01.htm - último acesso em 13 de outubro de 2022.

BERNARDINI, Aurora Fornoni, 2006, *Mitopoéticas: da Rússia às Américas*, São Paulo, Humanitas.

BESSELAAR, José Van Der, 1986, "As trovas do Bandarra", in: *Revista ICALP, vol. 4, Março*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada, 2018, *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70.

BETHENCOURT, Francisco, 2015, *Racismos: Das Cruzadas ao Século XX*, Lisboa, Temas e Debates.

BIRMINGHAM, David, 2018, *A concise History of Portugal*, Cambridge, University Press.

BIVAR, Maria de Fátima, 1975, *Ensino primário e ideologia*, Lisboa, Colecção Educação e Ensino, Seara Nova.

BLANKE, F., 1962, "Mission und Kolonialpolitik", in *Europa und der Kolonialismus*. ed. M. Silberschmidt. Zurique, Artemis.

BLOCKMANS, Wim & DUBOIS, Henri, 1997, *Le temps des crises (XIVème et XVème siècles)*, in *Histoire des Populations de L'Europe*, *vol. 1*, Fayard, Paris.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco, 1983, *Dicionário de Política*, Brasília, Universidade de Brasília.

BOGLE, David, 2017, *100 Yers of the PhD in the UK, League of European Research Universities (LERU) Doctoral Studies Policy Group*, ver em: https://tinyurl.com/y6lj6bfm - último acesso em 13 de outubro de 2022.

BOMBASSARO, Luiz Carlos, 1993, *As fronteiras da Espistemologia*, Petrópolis, Vozes.

BONAZZI, Marisa & ECO, Humberto, 2004, *Mentiras que parecem verdades*, São Paulo, Summus Editorial.

BONIFACE, Pascal (dir.), 1997, *Dicionário de Relações Internacionais*. Lisboa, Plátano.

BONIFÁCIO, Maria Fátima, 1993, "O abençoado retorno da velha história", in: *Análise Social, vol. XXVIII, 122*, Lisboa, ICSUL e FCSH, Universidade Nova.

BOORSTIN, Daniel, 1994, *Os descobridores – De como o homem procurou conhecer-se a si mesmo e ao mundo*, Lisboa, Gradiva.

BORTOLUCI, José Henrique, 2008, "Formas e Categorias do Pensar Eurocêntrico", in: *Revista Eletrónica de Ciências Sociais, Ano 2, vol. 5, Dez.*, ver em: https://tinyurl.com/yahk37ud - último acesso em 13 de outubro de 2022.

BOSI, Alfredo, 2005, *Caminhos entre a literatura e a história*, São Paulo, Estudos Avançados 19.

BOTELHO, JJ Teixeira, 1945, *Como se organizava uma expedição às colónias no século XVII*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

BOUZA, Alvarez F., 1987, *Portugal en la Monarquia Hispánica (1580-1640). Filipe II, las Cortes de Tomar y la Génsis del Portugal Católico*, Tese de Doutoramento, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Geografia e História.

BOXER, Charles R., 1969, *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70.

BOXER, Charles Ralph & AZEVEDO, Carlos de, 1960, *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa, 1593-1729*. 1959. Londres, Hollis and Carter.

BRAGUE, Rémi, 2019, *Sobre a Religião e a sua Relação com a Razão, a Liberdade e a Violência*, Parede, Lucerna.

BRANDÃO, Frei António, 1945, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Porto, Livraria Civilização.

BRANDT, Cleri Aparecida & MIALHE, José Luis, 2013, "A educação na Alemanha nazista e seu papel na modulação de ideias e comportamentos", in: *Historia de La Educacion, vol. 14*, Buenos Aires.

BRÁSIO, Padre António, 1973, *História e missiologia. Inéditos e espersos*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.

BRAZÃO, Eduardo, 1938, *Relações Externas de Portugal. Reinado de D. João V*, Lisboa, Civilização.

BRONOWSKI, J. & MAZLISCH, Bruce, 1960, *A Tradição Intelectual do Ocidente*, Lisboa, Edições 70.

BROOKE-HITCHING, Edward, 2019, *O Atlas Dourado*, Lisboa, Bertrand Editora.

BROTTON, Jerry, 2019, *História do Mundo em 12 Mapas*, Lisboa, Edições 70.

BRUSCOLI, Francesco Guidi, 2013, *Bartolomeu Marchionni: um mercador-banqueiro florentino em Lisboa (séculos XV-XVI)*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas 'Alberto Benveniste' da Universidade de Lisboa, ver em: - https://tinyurl.com/yyytuq3a - último acesso em 13 de outubro de 2022.

BUENO, Eduardo, 2016, *A Viagem do Descobrimento*, Rio de Janeiro, GMT Editores.

BUSSOTTI, Luca & NHAUELEQUE, Laura António, 2018, "A invenção de uma tradição: as fontes entre afrocentristas e seus críticos", in: *Revista História, vol. 37*, São Paulo, ver em: https://tinyurl.com/y7n7hczg , último acesso em 13 de outubro de 2022.

CABRAL, Manuel Villaverde, 1981, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Biblioteca de História.

CAETANO, Marcello, 1963, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Lisboa, Ática.

CALAFATE, Pedro, 2016, *Portugal, um Perfil Histórico*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, 2018, "Os Tráficos Africanos", in: *Visão História nº 49, outubro.* Lisboa.

CALLOT, Emile, 1962, *Ambiguités et antonomies de l´histoire et de sa philosophie*, Riviére, Paris.

CAMPBELL, Joseph, *El Héroe de las Mil Caras*, México, Fondo de Cultura Económica.

CAMPOS, Luis & CANAVEZES, Sara, 2007, *Introdução à Globalização*, Lisboa, Instituto Bento de Jesus Caraça.

CAMPOS, Nuno Silva, 2008, *D. Pedro de Meneses – o primeiro capitão de Ceuta*, Lisboa, Sete Caminhos.

CARDINA, Miguel, 2010, *Margem de certa maneira: O maoismo em Portugal: 1964-1974*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.

CARMO, Leonor. 2020. "Os Algoritmos como Ferramentas de Perpetuação do Racismo*"* Lisboa, *Palimpsesto Digital* , Lisboa, ver em: https://tinyurl.com/yc77cy6h , último acesso em 13 de outubro de 2022.

CARRETEIRO, João Paulo & CARVALHEIRA, Rui, 2018, *Os Inventores do Mundo*, Lisboa, Matéria Prima.

CARVALHAIS, Isabel Estrada, 2019, "Nacionalismo: Back to basics", in: *Revista de Relações Internacionais nº 19,* Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Mova de Lisboa.

CARVALHO, António Carlos, 2017, *Os sonhos proféticos de Bandarra*, Trancoso, Câmara Municipal de Trancoso.

CARVALHO, Cidália Viegas de, 2014, *Memória e Mito dos Descobrimentos na Literatura do Século XX*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Hernâni, 2016, *Terroristas – Como aderem, como nos olham e como agem entre nós*, Lisboa, Matéria Prima.

CARVALHO, Joaquim Barradas de, 1979, *Da História Crónica à História Ciência*, Lisboa, Livros Horizonte.

————, ed., 1991, *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CARVALHO, Virgílio de, 1989, *A estratégia no tempo dos Descobrimentos*, Revista Nação e Defesa, Lisboa, IDM.

CASSIRER, Ernest, 1994, *A Filosofia do Iluminismo*, Campinas, Unicamp.

————, 2003, *O Mito do Estado*, São Paulo, Codex.

CASTELUCCI, Jeane do Santos Morais, 2013, *O Género narrativa de Aventura no Processo de Letramento*, Paraná, UENP.

CASTEX, Raoul, 1939, *Théories Strategiques*, Newport; Naval War College.

CASTRO, Aníbal Pinto, 1997, *António Vieira, uma síntese do barroco luso-brasileiro*, Lisboa, Edições CTT.

CASTRO, Armando de, 1977, *Portugal na Europa do seu tempo*, Lisboa, Seara Nova.

————, 1981, *História Económica de Portugal, vol. II*, Lisboa, Caminho.

————, 1990, "Fraquezas económicas estruturais da expansão ultramarina portuguesa, Séculos XV/XVI", in: *Descobrimentos e Expansão, Ler História nº 19*, Lisboa.

CASTRO, Paula, 2003, "O Descobrimento do Brasil na Imprensa Portuguesa: Uma vontade de futuro", in: *Revista de Psicologia, 17, nº 2*, Lisboa.

CASTRO, Zilia Osório, 2002, *Portugal e Brasil – Debates Parlamentares 1821/1836*, Lisboa, Assembleia da República.

CASULO, José Carlos, 2004, *Teixeira de Pascoaes: 1877-1952*, Lisboa, Estratégias Criativas.

CATROGA, Fernando, 2008, "Pátria, Nação e Nacionalismo", in: *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em Africa*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

CHANDLER, Alfred, 1962, *Strategy and struture*, Cambridge, MIT Press.

CINTRA, Jorge Pimentel, 2017, "Os limites das capitanias hereditárias do sul e o conceito de território", in: *Anais do Museu Paulista, vol. 25, nº 2*, São Paulo, Brasil.

CLARO, João V., 1943, *A aliança inglesa – História e fim de um Mito*, Lausanne, Liberta.

COELHO, António Borges, 1980, *Os Lusíadas – Antologia Temática e Texto Crítico*, Lisboa, Caminho.

————, 2013, "Na Esfera do Mundo" in *História de Portugal, vol. IV*, Lisboa, Caminho.

COELHO, José Maria dos Santos, 2015, *Adriano Moreira e o Império Português*, Tese de Doutoramento, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luis de Carvalho, 1999, *A génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medievo*, Lisboa, Universidade Autónoma Editora.

CONDE, Camilo J. Cela & Ayala, Francisco J. 2013, *Evolucion Humana, El caminho hacia nuestra espécie*, Madrid, Alianza Editorial.

CONRAD, Sebastian, 2019, *O que é a história global?*, Lisboa, Edições 70.

CORDEIRO, Luciano, 1881, *Viagens, explorações e conquistas dos Portugueses, 1620-1629. Produções, comércio e governo do Congo e Angola*, Lisboa.

CORTÁZAR, Fernando Garcia de, 2020, *Y cuando digo España*, Arzalia Ediciones.

CORTESÃO, Armando, 1973, "O descobrimento do Porto Santo e da Madeira e o Infante D. Henrique", in: *Revista da Universidade e Coimbra, vol. XXIII*, Coimbra.

————, 1973, *O Mistério de Vasco da Gama*, Coimbra, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

CORTESÃO, Jaime, 1984, *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.

CORTESÃO, Jaime, 2016, *Os Descobrimentos Portugueses*, *vol. III*, Lisboa, INCM / Aletheia.

COSTA, António Domingues Sousa, 1960, *O infante D. Henrique na expansão portuguesa*, Braga, Editorial Franciscana.

COSTA, Avelino de Jesus, 1990, "Bula da Cruzada, *Sane Chariss*", in: *Dicionário de História de Portugal vol. II*, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas.

COSTA, Gomes da, 1920, *A Grande Batalha do CEP: A Batalha de La Lys*, Lisboa, Livraria Popular.

————, 1925, *Portugal na Guerra: A Guerra nas Colónias*, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil.

COSTA, João Paulo Oliveira e & LACERDA, Teresa, 2007, A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII), Lisboa, ACIME.

COSTA, João Paulo Oliveira e, 1998, *O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luis Cerqueira*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.

————, 1999, "D. Afonso V e o Atlântico – a base do projeto expansionista de D. João II", *Mare Liberum nº 17*, Lisboa.

————, 1999, "Os Jesuítas no Japão, 1549-1598", in: *O Japão e o Cristianismo no Século XVI. Ensaios de história lusonipónica*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

————, 2000, *História Religiosa de Portugal*, *vol. II*, Lisboa, Círculo de Leitores.

————, 2007, *D. Manuel I*, Lisboa, Temas e Debates.

————, 2013, *Mare Nostrum, Em Busca da Honra e Riqueza*, Lisboa, Temas e Debates.

COSTA, João Paulo Oliveira e,; RODRIGUES, José Damião & OLIVEIRA, Pedro Aires, 2014, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, Esfera dos Livros.

COSTA, Júlio de Almeida, 1989, *História do Direito Português*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro & MIRANDA, Susana Munch, 2010, *História Económica de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela & SOUSA, Rita Martins de, 2013, *O Ouro do Brasil*, Lisboa, INCM.

COSTA, Manuel Fernandes, 1979, "As Navegações Atlânticas no Século XV", in: *Biblioteca Breve, vol. 30*, Lisboa, Instituto da Cultura Portuguesa.

————, 1979, *O descobrimento da América e o Tratado de Tordesilhas*, Lisboa, Instituto da Cultura Portuguesa.

COUTO, Jorge, 2018, *"O Achamento da Terra de Vera Cruz"*, in: *Visão História nº 50, dezembro*, Lisboa.

COX, Brian, 2020, *Universo Humano, A Nossa Origem, Destino e Lugar no Mundo*, Porto Salvo, Desassossego.

CROWLEY, Roger, 2016, *Conquistadores – Como Portugal criou o primeiro Império Global*, Lisboa, Editorial Presença.

CRUZ, Duarte Ivo, 2013, *Portugal na Conferência de Berlim*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, Almedina.

CRUZ, Manuel Braga da, 1982, "O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo", in: *Análise Social, vol. XVIII (70)*, Lisboa.

————, 1998, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio.

————, 2003, "O Padroado Português no Oriente", in: *Didaskalia nº XXXIII*, Revista da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, 1998, *Os "fumos da India" – Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos.

————, 2001, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

CUNHA, Norberto Ferreira da, 1998, "A Declaração Universal dos Direitos do Homem, Luzes e sombras da sua recepção em Portugal em 1948*", Revista Philosophica nº 12 – Novembro*, Lisboa.

CURTO, Diogo Ramada, 2013, *Para que serve a história?*, Lisboa, Tinta da China,

————, 2016, *Estudos Sobre a Globalização*, Lisboa, Edições 70.

————, 2019, "Os Portugueses e o Tráfico de Escravos*"*, in: *O Direito Sobre Si Mesmo*, coord. de Miguel Bandeira Jerónimo & José Pedro Monteiro, Lisboa, Assembleia da República.

D'ASSUMPÇÃO, Beckert, 1965, "A Expansão Portuguesa à luz da Psicologia Social", *Revista Ultramar nº 19, vol. V.*, Lisboa.

DÁLIO, Ray, 2022, *Principios para enfrentarse al Nuevo Ordem Mundial*, Barcelona, Deusto.

DANTAS, Júlio, 1921, "Os Livros em Portugal na Idade Média. A livraria do Infante Santo", in: *Anais das Bibliotecas e Arquivos 2*, Lisboa.

————, 1973, *Pátria Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sam Carlos.

DÁVILA, Maria Barreto, 2016, *Governar o Atlântico: A Infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

DIAS, José Sebastião da Silva, 1982, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, Presença.

DIAS, Paulo M. & JESUS, Roger Lee de, 2022, *Atualizar a História*, Lisboa, Desassossego.

DIAS, Pedro, 1998, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822), Volumes O Espaço do Índico e O Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores.

DIAZ-MONTEXANO, Georgeos, 2020, *Atlântida Histórica, Anexus*, e-book, Amazon – adquirido em 12 de março.

DISNEY, Anthony R., 1978, *A Decadência do "Império" da Pimenta: Comércio Português na India no Início do Século XVII*, Lisboa, Edições 70.

————, 2019, *A História de Portugal e do Império Português*, Lisboa, Clube do Autor.

DOMINGUES, Francisco Contente (coord.), 2016, *Dicionário da Expansão Portuguesa*, *2 vol*., Lisboa, Círculo de Leitores.

————, 2000, *O Livro da Fábrica das Naos de Fernando Oliveira e a arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVIII*, Lisboa, Universidade de Lisboa.

————, 1990, "Colombo e a política do sigilo na historiografia portuguesa", in: *Revista Mare Liberum, vol. I*, Lisboa.

————, 1990, *Colombo e a Política do Sigilo na Historiografia Portuguesa*, Roma, Societá Geografica Italina.

————, 1996, "Horizontes Mentais dos Homens do Mar no Século XVI – A arte náutica portuguesa e a ciência moderna", in: *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, Lisboa, Edições Colibri.

————, 2012, *A Travessia do Mar Oceano*. *A Viagem ao Brasil de Duarte Pacheco Pereira em 1498*, Lisboa, Tribuna.

————, 2013, *O Poder do Estado no Mar e a História*, Lisboa, Academia de Marinha.

————, 2018, *Caravelas, Naus e Galeões: Séculos XV e XVI*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

DORÉ, André, 2002, "Cristãos na India no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos", in: *Revista Brasileira de História, v. 22, nº 44*, São Paulo, Brasil.

————, 2009, "Antes de existir o Brasil: os portugueses na Índia entre estratégias da Coroa e táticas individuais", in: *Revista Brasileira de História nº 28, 1*, São Paulo, Brasil.

DÓRIA, António Álvaro, 1945, *O Problema do Descobrimento da Madeira*, Guimarães.

DREYER-EIMBCKE, Oswald, 1992, *O descobrimento da Terra: história e histórias da Aventura cartográfica*, São Paulo, Melhoramentos.

DUARTE, António Paulo, 2016, "Pensar Estrategicamente Portugal: a Inserção Internacional das Pequenas Potências e a Primeira Guerra Mundial", in: *Nação e Defesa nº 145*, Lisboa.

DUSSEL, Enrique, 1994, *1492: el encubrimient del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*, La Paz, Plural Editores.

DUTRA, Diego Pimentel de Souza, 2013, *A cultura dos descobrimentos em Portugal: Um estudo da relação entre a sabedoria do mar e o conhecimento académico na Renascença*, Niterói, Universidade Federal Fluminense.

ELIADE, Mircea, 1949, *Le Mythe de L'Éternel Retour,* Paris, Gallimard.

————, 1986/1989, *Aspectos do Mito*, Lisboa, Edições 70.

————, 1996, *Imagens e Símbolos*, São Paulo, Martins Fontes.

————, 1999, *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Edições 79.

————, 2016, *O sagrado e o profano*, Lisboa, Relógio de Água.

ELLIOTT, John Huxtable, 1970, *The Old Wold and The New*, Cambridge, Cambridge University Press.

————, 1989, *Spain and its Wold, 1500-1700*, Selected Essays, Yale, Yale University Press.

Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo Americana, Barcelona, José Espasa Editor, 1927.

ENGELS, Friedrich, 1975, *O Papel da Violência na História*, Póvoa do Varzim, Coleção Pensamento.

ERDMANN, Carl, 1935, *O papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa*, Coimbra, Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.

ESTEVÃO, Nuno, 2000, "Os meios católicos perante a Guerra Colonial: Reconfigurações da questão religiosa em Portugal", in: *Lusitânia Sacra, 2ª Série, nº 12*, Lisboa.

EUSTÁQUIO, Francisco de Sousa; FURTADO, Teresa Pinto; MARTINS, Rui Constantino & COELHO, Rui Humberto, 2017, *O Legado das Ordens do Templo e de Cristo em Portugal*, Sintra, Zéfiro.

FABIAN, Johannes, 2014, *Time & The Order*, Columbia, University Press.

FARINHA, António Dias, 1990, *Portugal e Marrocos no século XV*, Tese de doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

————, 1994, "O Conceito de 'Império Português'", in *História de Portugal vol. 5, Os Descobrimentos*, dir. João Medina, Lisboa, Ediclube.

FAUVELLE, François-Xavier, 2020, *A Ideologia Afrocentrista à Conquista da História*, Lisboa, Guerra e Paz.

FAWCETT, Bill, 2014, *Condenados a Repetir a História*, Lisboa, Clube do Autor.

FEIO, Gonçalo, 2007, "Militares Estrangeiros em Portugal no Século XVI: Elementos para a Compreensão do Fenómeno", in: *Lusíada História nº 4*, Lisboa.

FERNANDES, Dina Amorim, s.d., *E Depois de Tânger? O Cativeiro do Infante D. Fernando: A Construção da Imagem de um Santo*, Porto, Faculdade de Letras.

FERRÃO, José E. Mendes, 1998, *A aventura das plantas e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Chaves Ferreira.

FERREIRA, Diogo & DIAS, Paulo, 2017, *A Vida e os Feitos dos Navegadores e Descobridores* ao Serviço de Portugal, Lisboa, Versa de Kapa.

FERREIRA, Guilherme Barbosa, 2015, *A (R)Evolução do Direito Marítimo*, Rio de Janeiro, Escola de Magistratura do Estado.

FERREIRA, João José Brandão, 2002, *A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português: da Conferência de Berlim à Descolonização*, Lisboa, Hugin.

FERREIRA, José Medeiros, 1992, *Portugal na Conferência de Paz: Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal.

————, 2011, *Os Açores na Política Internacional*, Lisboa, Tinta da China.

FERREIRA, Marieta de Moraes & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de, 2019, *Dicionário de Ensino de História*, Rio de Janeiro, FGV Editores.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa, 1981, "Barcos de Pesca de Portugal", in: *Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXVIII.* , Coimbra, Universidade de Coimbra.

FINO, Carlos Alberto Gonçalves, 2019, *Raízes do estranhamento: a (in)comunicação Portugal-Brasil*, Tese de Doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

FONSECA, Henrique Quirino da, 1937, "A arquitetura naval no tempo dos Descobrimentos", in: *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, v.2, Lisboa, Ática.

FONSECA, Luís Adão da, 1986, *O essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

————, 2001, "Viagem entre o Ocidente e o Oriente", in *Memória de Portugal, o Milénio Português*, dir. de Roberto Carneiro e cd. científica de Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Círculo e Leitores.

————————, 2005, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

————————, 2014, "Alguns aspectos das Relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV, 1449-1456", in: *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, ver em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8551/2/3314.pdf, último acesso em 13 de outubro de 2022.

FONTES, João Luís Inglês, 1995, "Cruzada e Expansão: A Bula *Sane Charissimus"*, in: *Lusitânia Sacra, 2ª Série, 7*, Lisboa.

FONTES, Vitor José de Oliveira, 2013, *O Potencial Didático dos Mitos e das Lendas na Educação Histórica*, Porto, Universidade do Porto.

FOSSE, Eustache de la, 1992, *Crónica de uma Viagem à Costa da Mina no Ano de 1480*, Lisboa, Documenta Histórica.

FRAGA, Luis Manuel Alves de, 1985, *Portugal na Grande Guerra, Razões Económicas de Beligerância*, Lisboa, Separata da Revista Militar.

FRANÇA, Limongi, 1977, *Enciclopédia do Direito*, São Paulo, Saraiva.

FRANCO, José Eduardo & FIOLHAIS, Carlos, 2016, *Jesuítas, construtores da globalização*, Lisboa, CTT.

FRANCO, José Eduardo, 1999, "Teologia e Utopia em António Vieira", in: *Lusitânia Sacra nº 11*, Lisboa.

————————, 2000, *O mito Portugal: A primeira História de Portugal e a junção política*, Lisboa, Roma Editora.

————————, 2013, "Vieira e a possibilidade de um Mundo Novo: Quinto Império como projeto de cidadania do futuro", in: *Revista Lusófona de Ciência das Religiões, vol. V*, Lisboa, Religião & Ofensa.

FRANKFURT, Harry G., 2017, *Sobre a Verdade*, Lisboa, Gradiva.

FREITAS, Rogério Alves, 2013, *Complexo Mítico da Nova Identidade Portuguesa de Matriz Republicana: Refundação de Portugal/Reconversão Mítica*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

FREYRE, Gilberto, 1940, *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, J. Olímpio.

————————, 1947, *Interpretação do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Olímpio.

————————, 1968, *Como e Porque Sou e Não Sou Sociólogo*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

FUKUYAMA, Francis, 2022, *Liberalismo e os seus descontentes*, Lisboa, D. Quixote.

GABRIEL, Sofia, 2016, "Phylogeography of "Rattus norvegicus" in the South Atlantic Ocean, Diversity, *Selected Papers* from The ISLAND BIOLOGY", *An International Conference on Island Evolution, Ecology, and Conservation (18-22 July 2016)*, ver em: http://www.mdpi.com/1424-2818/8/4/32. , último acesso em 13 de outubro de 2022.

————————, "PRDM9 Diversity at Fine Geographical Scale Reveals Contrasting Evolutionary Patterns and Functional Constraints in Natural Populations oh House Mice. Molecular Biology and Evolution", in*: Oxford Academic, Molecular Biology and Evolution, vol. 36, 8, Agosto 2019*, ver em: http://dx.doi.org/10.1093/molbev/msz091. – último acesso em 13 de outubro de 2022.

GALLO, Alfonso Garcia, 1958, "Las Bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansion portuguesa e castellana en Africa e Indias", in *Anuário de Historia del Derecho Español XXVIII*, Madrid, Instituto Nacional de Estudios Juridicos.

GALVÃO, Duarte, 1995, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

GALVÃO, Henrique, 1937, *Angola: Para uma nova política*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.

————, 1975, *Carta Aberta ao Dr. Salazar*, Lisboa, Arcádia.

GALVÃO, Letícia de Oliveira, 2017, "O Herói Português: Da Ascensão Histórica ao Firmamento do Mito Como Produtor de Identidade Nacional", in: *Anais do XXVI Congresso Internacional da ABRAPLIP*, ver em: https://tinyurl.com/yd2vwbfg , último acesso em 13 de outubro de 2022.

GALVÃO, Patrícia, 1950, *Verdade & Liberdade*, e.a., São Paulo.

GARCIA, José Luís Lima, 2011, *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar*, Coimbra, Faculdade de Letras, Tese de Doutoramento.

GARCIA, José Manuel, 1983, *Viagens dos Descobrimentos*, Lisboa, Editorial Presença.

————, 1994, *Ao encontro dos Descobrimentos: Temas da História da Expansão*, Lisboa, Editorial Presença.

————, 2015, *Os últimos Grandes Descobrimentos no Oriente*, Vila do Conde, Verso da História.

————, 2015, *Relações de Cristóvão Colombo com D. João II*, *Memórias 2013*, Lisboa, Academia da Marinha.

————, José Manuel, 2020, *Pedro Álvares Cabral e a Primeira Viagem aos Quatro Cantos do Mundo*, Lisboa, Temas e Debates.

GIDEL, Gilbert, s.d., *Le Droit International Public de la Mer*, Paris, Sirey.

GIL, Juan, 2017, *Mitos y Utopías del Descubrimiento, 1. Colón y su tiempo*, Sevilha, Athenaica.

GINZBURG, Carlo, 1998, *À distance, Neuf essais sur le point de vue en histoire*, Paris, Editions Gallimard.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1945, *Documentos sobre a expansão portuguesa*, *vol. I*, Gleba, Lisboa.

————, 1963, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, *vol. I a IV*, Lisboa, Editorial Presença.

————, 1971, "Razão e História – Introdução a um Problema", in: *Ensaios IV*, *Humanismo Científico de Reflexão Filosófica*, Lisboa, Sá da Costa.

————, 1990, *Mito e mercadoria. Utopia e prática de navegar, Séculos XIII-XVIII*. Lisboa, DIFEL, 1990.

————, 2000, *Le devisement du monde: De la pluralité des espaces à l'espace global de lá humanité, XVème-XVIIIème siècles*, Lisboa, Instituto Camões.

————, 2018, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote.

GOMES, Alessandro Martins & ROCHA, Roberto Barroso da, 2016, " Descobrimento/achamento, encontro/contacto e invasão/conquista: a visão dos

índios na descoberta da América Portuguesa", in: *Revista Identidade vol. 21, nº 1*, ver em: https://tinyurl.com/ybflkhmq , último acesso em 13 de outubro de 2022.

GOVERNO PORTUGUÊS, 2014, *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1960, Lisboa, Portugal Enciclopédia.

GRILO, Márcia, 2011, "História e Ideologia no Estado Novo – A revisão integralista do passado nacional", in: *Revista Promontoria, Ano 9, nº 9*, Faro, Universidade do Algarve.

GRIMBERG, Carl, 1967, *História Universal*, *vol. 7 e 9*, Lisboa, Europa-América.

GUARACY, Thales, 2022, *A conquista do Brasil*, Lisboa, Planeta.

GUEDES, Maria Helena, 2015, *Os grandes Descobrimentos*, Lisboa, Clube dos Autores.

GUERREIRO, Inácio & ALBUQUERQUE, Luís, 1986, "Cartografia antiga da Madeira: séculos XIV-XV" , in: *I Colóquio Internacional de História da Madeira, vol. 1*, Funchal.

GUERREIRO, Manuel Viegas, 1985, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha Lida por um Etnógrafo*, Belmonte, Comemorações do Dia da Comunidade Luso-Brasleira.

GUERREIRO, Rúben, 2017, *A evolução das Informações em Portugal: da diatura à democracia*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCSP/UL.

GUEVARA, Gisela, 2016, *Relações entre Portugal e a Alemanha em Torno de África: Finais do Século XIX e início do Século XX*, Lisboa, Instituto Diplomático.

GUIDDENS, Anthony, 2000, *O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*, Rio de Janeiro, Record.

GUIDI-BRUSCOLI, 2013, *Bartolomeo Marchionni: Um mercador- banqueiro floretino em Lisboa (Séculos XV-XVI)*, in *Le nove son tante buone, che dir non se pò – Lisboa dos Italianos: História de Arte (sécs. XIV-XVIII)*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Universidade de Lisboa.

GUIMARÃES, Angela, 1984, *Uma Corrente do Colonialismo Português*, Porto, Livros Horizonte.

GUIMARÃES, Rui Dias, sd, *Linguagem do Sebastianismo e Messianismo em Bandarra e Fernando Pessoa*, Vila Real, UTAD, ver em: https://tinyurl.com/y8z9kvhh , último acesso em 13 de outubro de 2022.

GUINOTE, Paulo J. A., 1999, *Vasco da Gama e a Índia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

HANSEN, Valerie, 2020, Ano 1000 – *O Verdadeiro Início da Globalização*, Lisboa, Ideias de Ler.

HARARI, Yuval Noah, 2018, *Sapiens: História Breve da Humanidade*, Lisboa, 20/20 Editora.

————, 2020, *Homo Deus – História Breve do Amanhã*, Amadora, 20/20 Editora.

HASTINGS, Max, 2019, *A Guerra Secreta*, Lisboa, Sábado.

HEGEL, Georg, 2004, *A Razão na História*, São Paulo, Centauro.

————, 1953, *Lecciones sobre la filosofia de la história universal*, Madrid, Occidente.

HENRIQUES, Isabel Castro (org), 2002, *Escravatura e transformações culturais: África, Brasil e Caraíbas*, Évora, Universidade de Évora.

————, 2020, *A Descolonização da História*, Lisboa, Caleidoscópio.

HERCULANO, Alexandre, 1896, *Opúsculos*, *vol. III*, Lisboa, Bertrand Editora.

————, 2007, *História de Portugal*, *vol. II*, Lisboa, Bertrand Editora.

HESPANHA, António Manuel, 2012, "O Constitucionalismo Monárquico Português. Breve Síntese", in: *História Constitucional nº 13* , Lisboa, ver em: www.historiaconstitucional.com , último acesso em 13 de outubro de 2022.

————, 2019, *Filhos da Terra – Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.

HOBSBAWM, Eric, 1998, *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras.

————, 1988, *A Era dos Impérios*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

————, 1991, *Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade*, São Paulo, Paz e Terra.

————, 1997, *Escritos sobre a História*, Lisboa, Antropos.

HOFFER, Eric, 2007, *Do fanatismo: O Verdadeiro Crente e a Natureza dos Movimentos de Massas*, Lisboa, Guerra e Paz.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.), 1979, *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*, São Paulo, DIFEL.

HORTA, Jose Augusto Nunes da Silva, 1986, "A imagem do africano pelos Portugueses: o horizonte referencial das representações anteriores aos contactos dos seculos XV e XVI", in: *Primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História, Universidade de Lisboa.

HOURANI, Albert, 1991, *Uma História dos povos árabes*, Lisboa, Companhia das Letras.

HUIZINGA, Johan, 1924, *O Declínio da Idade Média*, Rio de Janeiro, Ulisseia.

IANNI, Octávio, 1999, *A era do globalismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

————, 2001, *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

AA VV, 2009, *Bíblia Sagrada*, Coimbra, Paulus.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA, 2005, *Catecismo da Igreja Católica*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

JAMES, Lawrence, 2018, *Império ao Sol: a Luta pelo Domínio de África*, Porto Salvo, Desassossego.

JAMES, Paul & STEGER, Manfred B., 2014, *A Genealogy of 'Globalization': The Career of a* Concept, Globalizations, ver em: https://tinyurl.com/28d4fhpx, ultimo acesso em 13 de outubro de 2022.

JENKINS, Keith, 2001, *História Repensada*, São Paulo, Contexto.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira & MONTEIRO, José Pedro, 2019, *O Direito Sobre Si Mesmo*, Lisboa, Assembleia da República.

JOÃO, Maria Isabel, 1999, "História e Ficção, O Infante D. Henrique em Oliveira Martins", in: *Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXVIII*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

————, 2005, "Discursos sobre Memória e Identidade, a propósito do V Centenário do Descobrimento dos Açores", in: *Boletim do Núcleo Cultural da Horta, nº 14*, Horta, Açores.

————, 2017, *Comemorações e identidade nacional: o caso português*, Cáceres, Universidade da Estremadura.

JOHNSON, Charles, 2005, *História Geral dos Piratas*, Lisboa, Cavalo de Ferro.

JÚNIOR, Hilário Franco, 2001, *A Idade Média: O Nascimento do Ocidente*, São Paulo, Brasiliense.

KAHN, Sigmund Ulrich, 1972, "As Capitanias Hereditárias, o Governo-geral, O Estado do Brasil – Administração e Direito Quinhentistas", in: *Revista de Ciência Política, vol. 6, nº 2, abril/junho*, Rio de Janeiro.

KEDROSKY, David & PALMA, Nuno, 2021, *The Cross of Gold: Brazilian treasure and the decline of Portugal*, Warwick, Economic and Social Research Council, ver em: https://tinyurl.com/2p8w8kjx , último acesso em 13 de outubro de 2022.

KENNY, Anthony, 2011, *Ascensão da Filosofia Moderna*, Gradiva, Lisboa.

KI-ZERBO, J., 2010, *História de África, I: Metodologia e pré-história de África*, Brasília, UNESCO.

KUMAR, Krishan, 2017, *Visões Imperiais, Cinco Impérios que Mudaram o Mundo*, Lisboa, Edições 70.

KUPER, Adam, 1988, *The Invention of Primitive Society*, New York, Routledge.

LAINS, Pedro, 1995, *A Economia Portuguesa no Século XX – Crescimento Económico e Comércio Livre*, Lisboa, Imprensa Nacional.

LANGER, Johnni, 1998, "Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista", in: *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº 9*, Porto Alegre, Brasil.

————, 2000, *Ruínas e Mito: A Arqueologia no Brasil Império*, Tese de Doutoramento em História, Curitiba, Universidade Federal do Paraná.

LANGUE, Frédérique, 2000, *Salvador Bernabeu Albert, Lá aventura de lo imposible. Expediciones marítimas españolas,* Madrid, Lunwerg editores.

LAPA, Rodrigues, 1972, *Historiadores Quinhentistas*, Lisboa, Garcia & Carvalho.

LASCELLES, Christopher, 2018, *Uma Breve História do Mundo,* Lisboa, Alma dos Livros.

LE GOFF, 1990, *História e memória*, Campinas, UNICAMP.

————, 2014, *A História deve ser dividida em pedaços?,* São Paulo, Editora UNESP.

LEAL, Alfredo, 1917, *Os Painéis do Infante*, Lisboa, Livraria Castro e Silva.

LEAL, Francisco Cunha, 1961, *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, Lisboa, Livraria Petrony.

LEÃO, Diogo, 2018, *Uma evocação política da participação portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*, Lisboa, Assembleia da República.

LEITE, João Gabriel Ayello, 2015, *Competição, Instituições e o Declínio do Império Português na Ásia*, Brasília, Universidade de Brasília.

LEITE, José Guilherme Reis, 2001, "A Historiografia Açoriana na 1ª Metade do Século XX – uma tentativa de compreensão", in: *Arquipélago História, 2ª Série, V*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

LEONIDIO, Adalmir, 2003, Os Vencidos da Vida: Literatura e Pessimismo em Portugal no Século XIX, in: *Via Atlântica nº 6*, Rio de Janeiro, Universidade Rural do Rio de Janeiro.

LEVI, Joseph Abraham, 2008, "A missionação em África nos séculos XVI-XVII – análise de uma atitude", in: *Revista Lusófona de Ciência das Religiões, ano VII – nº 13/14*, Lisboa.

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1981, *Míto e Significado*, Lisboa, Edições 70.

————, 2009, *A estrutura dos Mitos*, Antropologia Estrutural, São Paulo, Cosac Naify.

LIMA, Douglas Mota Xavier de, 2016, *A Diplomacia Portuguesa no Reinado de D. Afonso V (1448-1481)*, Tese de Doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense.

LIMA, Silvani Lopes Lima, 2006, *História, Mito e Identidade em 'O Conquistador' de Almeida Faria*, Rio Grande do Sul, UFST.

LOUÇÃO, Paulo Alexandre, 2002, *A Alma Secreta de Portugal*, Lisboa, Esquilo.

LOURENÇO, António Apolinário, 2015, "D. Sebastião e Alcácer Quibir em duas comédias espanholas do Siglo de Oro: La Tragedia del Rey Don Sebastián y del Principe de Marruecos, de Lope de Vega, e Comédia Famosa del Rey Dom Sebastián, de Luis Vélez de Guevara", in: *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

LOURENÇO, Eduardo, 1976, *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

————, 2009, "Da Identidade Europeia como Labirinto", in: *Finisterra nº 80*, Lisboa, Fundação Res Publica.

————, 2018, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva.

LUÍS, Alexandre António da Costa, 2013, *O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de Obediência dirigida a Inocêncio VII em 1485*, Covilhã, Lusosofia press.

LUÍS, Washington, 2004, *Na Capitania de São Vicente*, Brasília, Edição do Senado Federal.

MACGILLIVRAY, Alex, 2006, *A brief history of Globalization*, Penguin, Constable & Robinson.

MACHADO, Victor de Sá, 2001, *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Lisboa, D. Quixote.

MADDISON, Angus, 2001, *The World economy. A Millennial Perspective*, Paris, OCDE.

MADEIRA, José, 2000, *Camões Contra a Expansão e o Império*, Lisboa, Fenda.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1997, "O Reconhecimento do Brasil", in: *História da Expansão Portuguesa, vol. 1*, Lisboa, Círculo de Leitores.

————, 1998, "Os limites da Expansão Asiática", in: *História da Expansão Portuguesa, 2º vol*. Lisboa, Círculo de Leitores.

————, 1998, *The Portuguese in the 16th Century. Areas and Products*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

MAGALHÂES, José Calvet de, 1990, *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América.

————, 1996, *Portugal e as Nações Unidas. Questão Colonial (1955-1974)*, Lisboa, IEEI.

MAGALHÃES, Pedro T., 2013, "Império: Notas sobre o alcance de um conceito", in: *Relações Internacionais nº 39*, Lisboa, Universidade Nova.

MAIA, Cristina; RIBEIRO, Cláudia Pinto & AFONSO, Isabel, 2017, *Viva a História – 8º Ano*, Porto, Porto Editora.

MALERBA, Jurandir, 2000, *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821).* Lisboa, Companhia das Letras.

MANDUCO, Alessandro, 2005, "História e Quinto Império", in: *Revista TOPOI, vol. 6 – nº 11*, Rio de Janeiro, Brasil.

MARCOCCI, Giuseppe, 2012, *A consciência de um Império – Portugal e o seu mundo (Seculos XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MARCUSE, Herbert, 1978, *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARKS, Robert B., 2015, *O Mundo Global – A História da Época Moderna*, Lisboa, Clube do Autor.

MARQUES, A H de Oliveira, 2000, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV, vol. IV*, Lisboa, Editorial Presença.

————, 1980, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, Lisboa.

————, 1983, *História de Portugal ,vol. I*, Lisboa, Palas Editores.

————, 1987, "Portugal na Crise dos séculos XIV e XV", in*: Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *vol. IV*, Lisboa.

————, 1998, "A Expansão Quatrocentista", in: *Nova História da Expansão Portuguesa*, *vol. II*, Lisboa, Editorial Estampa.

MARQUES, Guida, 2011, "As ressonâncias da Restauração da Baía (1625) e a inserção da América portuguesa na União Ibérica", in: *Governo, Política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos territórios ultramarinos*, dir. Santiago Martinez Hernández, Lisboa, CHAM.

MARQUES, J.M. da Silva, 1988, *Descobrimentos portugueses*, *vol. I*, Lisboa, INIC.

MARQUES, João Francisco, 1989, *A Paranética Portuguesa e a Restauração 1640-1668*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro Histórico da Universidade do Porto.

MARQUES, João Pedro, 2017, *Escravatura, perguntas e respostas*, Lisboa, Guerra & Paz.

————, 2020, *Combates pela Verdade – Portugal e os Escravos*, Lisboa, Guerra & Paz.

MARQUES, Ricardo, 2012, *Os Fantasmas do Rovuma: A Epopeia dos Soldados Portugueses em África na I Guerra Mundial*, Lisboa, Oficina do Livro.

MARR, Andrew, 2014, *História do Mundo*, Alfragide, Texto Editores.

MARTIN, Hervé & BOURDÉ, Guy, 2012, *As Escolas Históricas*, Lisboa, Europa-América.

MARTINEZ, Pedro Soares, 2010, *História Diplomática de Portugal*, Coimbra, Almedina.

MARTINS, Adolfo Silveira, 1996, *Fontes para o estudo da Arqueologia Naval em Portugal do século XII a meados do século XVI*, Lisboa, Academia de Marinha.

MARTINS, J.P. Oliveira, 1908, *História de Portugal*, Lisboa, Livraria Editora.

————, 1923, *O Príncipe Perfeito*, Lisboa, Livraria Editora.

————, 1992, *Política e Economia Nacional*, Lisboa, Guimarães Editores.

MARTINS, Manuel Gonçalves, 1990, "O Padroado Português do Oriente e os Factores Exógenos*"*, in: *Revista Nação e Defesa nº 53, Janeiro/Março*, Lisboa.

MARTINS, Raúl François Carneiro, 2010, *Acerca de "Terrorismo" e de "Terrorismos",* Lisboa, IDN, ver em: https://tinyurl.com/yxuzbbuw , último acesso em 13 de outubro de 2022.

MARZOWER, Mark, 2017, *Governar o Mundo: História de uma ideia: de 1815 aos nossos dias*, Lisboa, Edições 70.

MATA, Sérgio da, 2011,"Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal", in: *História da Historiografia, nº 6/março*, Ouro Preto, Brasil, ver em: https://tinyurl.com/46k3u95f, último acesso em 13 de outubro de 2022.

MATOS, Jorge Semedo de, 2005, "O corso berberesco nos Séculos XVI e XVII e a sua acção sobre o comércio atlântico português", in: *Memórias da Academia de Marinha, Vol. 35,* Academia de Marinha, Lisboa.

————, 2015, *As viagens de Colombo e a náutica portuguesa de quinhentos*, Lisboa, Academia da Marinha, ver em: https://tinyurl.com/bdeppesv , último acesso em 13 de outubro de 2022.

————, 2015, "Ceuta e o Estreito: Vantagens táticas e estratégia naval, no Século XV", in: *Actas do XIV Simpósio de História Marítima - 2015*, Academia de Marinha, Lisboa.

————, 2017, "Portugal e Aragão no tempo de D. Dinis: Entre o Mediterrâneo e o Atlântico", in: *Actas do XV Simpósio de História Marítima – 2017*, Academia de Marinha, Lisboa.

————, 2018, *Roteiros e Rotas Portuguesas do Oriente nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro Cientifico e Cultural de Macau e Fundação Jorge Alvares.

MATOS, Sérgio Campos & FREITAS, Joana Gaspar de Freitas, 2004, *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte.

MATOS, Sérgio Campos, 1990, *História, Mitologia, imaginário nacional: a História no curso dos liceus (1895 – 1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.

————, 2008, *Consciência Histórica e Nacionalismo* (Portugal – séculos XIX e XX), Lisboa, Livros Horizonte.

————, 2018, "Historiografia, historiadores e memória nacional na 1 República portuguesa", in: *Análise Social LIII, 3º*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

MATTOSO, António G., 1944, *História da Civilização*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

————, 1950, *Compêndio de História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

MATTOSO, José, 1987, "As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio", in: *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa.

————, 1988, *A escrita da história – teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa.

————, 2006, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores.

————, 2013, *Poderes Invisíveis, O Imaginário Medieval*, Lisboa, Temas & Debates.

MAURÍCIO, Carlos, 2011, "A Guerra Colonial e a Descolonização vistas pelas Sondagens de Opinião, 1973 – 2004", in: *Revista Nação e Defesa nº 130 – 5ª Série*, Lisboa.

MBEMBE, Achille, 2017, *Políticas de Inimizade*, Lisboa, Antígona.

MEDINA, João, 2004, *História de Portugal, Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Lisboa, Ediclube.

MELLO, Evaldo Cabral de, 2002, *Um Imenso Portugal – História e Historiografia*, São Paulo, Editora 34.

MENDONÇA, Henrique Lopes de, 1892, *Estudos sobre Navios Portugueses nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.

MENDONÇA, Manuela, 1994, *Relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Colibri.

————————, 1998, "D. Dinis e a Fronteira Sul: O Tratado de Badajoz", in: *Revista da Universidade de Lisboa vol. 5, nº 2,* Lisboa.

————————, 2006, *Introdução à História Medieval de Portugal*, Lisboa, OPSIS.

MENESES, Filipe Ribeiro de, 2010, *Salazar – Uma Biografia Política*, Lisboa, D. Quixote.

————————, 2015, *A Grande Guerra de Afonso Costa*, Lisboa, D. Quixote.

MENZIES, Gavin, 2004, *1421- O Ano em que a China Descobriu o Mundo*, Lisboa, Dom Quixote.

MERÊA, Paulo, 1924, "Os jurisconsultos portugueses e a doutrina do Mare Clausum", in: *Revista de História nº 49*, Lisboa.

MESQUITA, José Manuel Zenhas, 2017, *O abastecimento alimentar de Ceuta, 1415-1458*, Porto, Universidade do Porto.

MICHALET, Charles Albert, 2003, *Que é a mundialização*, São Paulo, Loyola.

MONICA, Maria Filomena, 2020, *O meu país – Notas sobre o nacionalismo*, Lisboa, Relógio d'Água.

MONIZ, Paulo, 2019, "Terrorismo e Violência Política: Como Combater o Ciberterrorismo e a Radicalização", in: *Revista Nação e Defesa nº 152*, Lisboa.

MONTEIRO, João Gouveia, 2017, "Luzes e Sombras na Operação Militar da Tomada de Ceuta, em 1415", in: *Actas do XXIV Colóquio de História Militar-Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta – Portugal e Criação do Primeiro Sistema Mundial*, coord. Francisco Contente Domingues , Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.

MONTEIRO, John M., 1994, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, São Paulo, Verbo.

MONTEIRO, Saturnino, 1994, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa, vol. VI*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

MORAES, António Carlos Robert, 1987, *Geografia: pequena história crítica*, São Paulo, HUCITEC.

MOREIRA, Adriano, 1994, "Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494", In: *Revista Nação e Defesa nº 70,* Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.

————————, 2015, *A função da Europa no globalismo*, Lisboa, Academia das Ciências.

MOREIRA, Filipe Alves, 2008, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas.

MOREIRA, Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva, 2009, *A campanha militar de Tânger (1433-1437)*, Porto, Faculdade de Letras, Universidade de Porto.

MOREIRA, Vital & DOMINGUES José, 2020, *História Constitucional Portuguesa, vol. 1*, Lisboa, Assembleia da República.

————————, 2018, *Os projetos da Constituição Portuguesa de 1822,* Lisboa, Universidade Lusíada.

————————, 2019, "A 'Causa do Brasil' no Congresso Constituinte de 1821-1822", in: *História JN, Jornal de Notícias, nº22,* Porto.

MORENO, Diogo Campos, 1955, *O livro que dá razão ao Brasil*, Recife, Arquivo Público Estadual.

MORENO, Humberto Baquero, 1961, *Situação moral da nobreza em Portugal, in Subsídios para o estudo da sociedade medieval portuguesa. Moralidade e costumes*, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

MORISON, Samuel E., 1994, *Cristóvão Colombo, Almirante do mar Oceano*, Lisboa, Editorial Notícias.

MORRIS, Ian, 2014, *O Domínio do Ocidente*, Lisboa, Bertrand Editora.

MURCHO, Desidério, 2011, *Filosofia em Direto*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

NABUCO, Joaquim, 1999, *O Abolicionismo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

NEAL, Larry & CAMERON, Rondo, 2019, *História Económica do Mundo: Do Paleolítico ao Presente*, Forte da Casa, Escolar Editora.

NETTO, José Apostolo, 2004, "Globalismo e terrorismo: O fim do Outro na História", in: *Revista Espaço Académico nº 35*, ver em: www.espacoacademico.com.br , último acesso em 13 de outubro de 2022.

NEVES, Gonçalo Filipe Machado, *Comemorações Históricas do Estado Novo. O Porto como cenário (1940-1970)*, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

NEVES, João L. César das, 1994, "O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global", in: *Análise Social vol. XXIX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

NEVES, João Manuel Lopes Pires, 2012, "O Exercício da Soberania no Mar e o Direito Internacional", in: *Revista Militar nº 2529*, Lisboa.

NOGUEIRA, Franco, 1963, *Les Nations Unies et Le Portugal*, Paris, Fayard.

———————, 1986, *Salazar IV – O Ataque 1945-1958*, Coimbra, Civilização.

NORONHA, Eduardo de, 1934, *Mousinho de Albuquerque – o militar, o colonial, o administrador*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

NOVA, Cristiane, 2000, "A "História" diante os desafios imagéticos", in: *Projeto História (21)*, São Paulo, Brasil.

O'MALLEY, John W., 2004, *Os primeiros jesuítas*, São Leopoldo, Editora Unisinos.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de, 2005, "A ideia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional do Brasil (Portugal- Brasil 1772-1824)", in: *Revista Tempo nº 18*, Rio de Janeiro, Instituto de História, ver em www.historia.uff.br , último acesso em 13 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Fernando, 2006, *História de Portugal*, Lisboa, Roma Editora.

OLIVEIRA, Francisco Roque de, 2003, "Os portugueses e a Ásia marítima, c 1500/c 1640: Contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no oriente. 2ª parte: O Estado português da India", in: *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, ver em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-152.htm, último acesso em 13 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de, 2013, "Política Linguística e Internacionalização: A Língua Portuguesa no Mundo Globalizado do Século XXI", in: *O Português do Século XXI, Cenários Geopolíticos e Sociolinguísticos*, São Paulo, Parábola.

OLIVEIRA, Humberto Nuno de, 1996, "A Viagem de "Circum-Navegação", o Tratado de Saragoça e a Partilha do Oriente", in: *Actas do Curso de Verão – Os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Universidade Lusíada.

OLIVEIRA, Humberto, 2012, *A evolução da Imagem Cartográfica dos Açores (Séculos XIII-XV e XV-XVIII)*, Porto, ver em: https://tinyurl.com/y55azevh, último acesso em 13 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Ricardo de, 2010, "As metamorfoses do Império da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII", in: *Vária História, vol. 26 nº 43, Belo Horizonte*, ver em: https://tinyurl.com/ydxhhayu, último acesso em 13 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Sarah Luna de, 2014, *A exploração simbólica do Brasil em defesa do Império Lusitano: Uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1960)*, Tese de doutoramento em História, Coimbra, Universidade de Coimbra.

PAIS, João Miguel Pereira Correia, 2014, *A Luz na Pintura de Representação. Mito, Representação e Luz na Prática Pictórica (1550-1650)*, Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa.

PAIVA, José Pedro, 2006, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

PASSOS, John dos, 2017, *Portugal Uma História de Conquista*, Lisboa, Clube do Autor.

PAULO, Heloísa de Jesus, 1996, "Salazar: A elaboração de uma imagem", in: *Revista de História das Ideias nº 18*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias.

PÉCORA, Alcir, 1994, *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de António Vieira*, São Paulo, EDUSP.

PEDREIRA, Jorge M. 1998, "As consequências económicas do Império: Portugal (1415-1822)", in: *Análise Social, vol. XXXII*, ICS. Lisboa.

————, 2019, "A Economia e o Império em Era de Abolições", in: *O Direito Sobre Si Mesmo*, coord. de Miguel Bandeira Jerónimo & José Pedro Monteiro, Lisboa, Assembleia da República.

PEETERS, Marguerite A., 2015, *A Globalização da Revolução Cultural Ocidental*, Lisboa, Princípia.

PELÙCIA, Alexandra, 2010, *Corsários e piratas portugueses. Aventureiros nos Mares da Ásia*, Lisboa, Esfera dos Livros.

PEREIRA, Carlos Santos, 2000, "Fátima na cruzada do século", in: *História nº 29*, Lisboa.

PEREIRA, Dulce, 2009, "O português e os crioulos: políticas de língua", in: *Nação e Identidades, Portugal, os Portugueses e os outros*, Lisboa, Caleidoscópio.

PEREIRA, José Manuel Malhão, 2005, "Aspetos Náuticos das Viagens de Zheng He", Lisboa, in: *VII Colóquio Internacional sobre a China*, ver em: https://tinyurl.com/y83dj9co, último acesso em 13 de outubro de 2022.

PEREIRA, Paulo, 2006, *Lugares Mágicos de Portugal: Paraísos perdidos e Terras Prometidas*, Lisboa, Temas e Debates.

PERES, Damião, 1939, "Política do sigilo", in: *História da Expansão Portuguesa no Mundo, vol. II*, Lisboa.

————, 1954, *História de Portugal- 1º Suplemento*, Porto, Portucalense Editora.

————, 1983, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente.

PÉREZ-REVERTE, Arturo, 2020, *Uma História de Espanha*, Alfragide, Edições ASA.

PESSOA, Fernando, 2019, *Livro do Desassossego*, Lisboa, Assírio & Alvim.

PETRI, Rolf, 2019, *Breve História da Ideologia Ocidental – Um Relato Crítico*, Lisboa, Temas e Debates.

PHILLIPS, Tom, 2019, *Humanos*, Lisboa, Objectiva.

PIMENTA, Alfredo, 1934, *Elementos de História de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

PIMENTEL, Manuel Cândido, 2008, "O Mito nas suas raízes culturais", in: *Portugal: percursos de interculturalidade*, Universidade Católica, ver em: https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13608, último acesso em 13 de outubro de 2022.

PINA, Rui de-, 1977, *Crónicas*, Porto, Lello &Irmão.

PINHEIRO, Fernando, 2018, *Gualdim Pais, O Fronteiro de Deus*, Guimarães, Opera Omnia.

PINTO, António Costa, 2016, "Lições comparativas sobre duas globalizações", in: *Estudos Sobre Globalização*, Lisboa, Edições 70.

PINTO, Jaime Nogueira, 2009, *Nuno Álvares Pereira*, Lisboa, Esfera dos Livros.

————, 2014, Portugal: *Ascensão e Queda: Ideias Políticas de Uma Nação Singular*, Alfragide, Dom Quixote.

PINTO, Virgílio Noya, 1979, *Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

PINTO, Vítor Manuel Inácio, 2015, *De Tratado em Tratado até ao casamento final. O casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

PLATÃO, 2005, *Timeu*, Lisboa, Instituto Piaget.

POLLEIT, Thorsten, 2017, *A diferença básica entre globalismo e globalização econômica: um é o oposto do outro*, Brasil, Instituto Mises, ver em: www.mises.org.br, acesso em 13 de outubro de 2022.

PRADA, Valentim Vazquez, 1994, *II História Económica Mundial*, Porto, Civilização Editora.

PRADO, Edilaine Cristina do, s.d., *O Pacto Colonial e a Colonização do Brasil*, ver em: https://tinyurl.com/5dv5daa3 , último acesso em 13 de outubro de 2022.

PROCÓPIO, Argemiro, 2001, "Terrorismo e relações internacionais", in: *Revista Brasileira de Política Internacional nº 44*, Brasilia, ver em: https://doi.org/10.1590/S0034-73292001000200004, último acesso em 13 de outubro de 2022.

PROENÇA, Maria Cândida, 2008, *A Questão Colonial no Parlamento, 1910-1926*, Lisboa, Assembleia da República.

PROENÇA, Maria Cândida; VIDIGAL, Luís & COSTA, Fernando, 2020, *Os Descobrimentos no imaginário juvenil (1850 – 1950)*, Lisboa, Colecção Outras Margens.

QUADROS, António, 2020, *Portugal, Razão e Mistério*, Lisboa, Alma dos Livros.

RADULET, Carmen M, s.d., *Os Descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas*, Lisboa, Alfa.

RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva, 1930-1939, *Inscripções e Tradições da América Prehistorica Especialmente do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e & MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2009, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.

RAMPINELLI, Wladir José, 2007, "O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal", in: *Lutas Sociais 17/18*, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, São Paulo, Companhia das Letras, ver em: https://revistas.pucsp.br, último acesso em 13 de outubro de 2022.

RANKE, Leopold von, 1979, *As Grandes Potências*, São Paulo, Ática.

————, 2014, *Universal History*, Cambrige, University Press.

RAPHAEL, Ray, 2006, *Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos: a Verdadeira história da independência norte-americana*, Rio de Janeiro, Civilização.

RÊGO, Pedro, 1998, *Relações entre Mito e Ciência*, Antropológicas, Porto, Edição Espacial.

RETO, Luis, 2012, *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto.

REYNAERT, François, 2018, *A Grande História do Mundo*, Lisboa, Clube do Autor.

REZEK, José Francisco, 1984, *Direito dos Tratados*, Rio de Janeiro, Forense.

RIBEIRO, António Silva, 1993, *Cartografia Náutica Portuguesa dos Séculos XV a XVII*, Lisboa, Instituto Hidrográfico.

————, 2011, "Os Navios e Técnicas Náuticas Atlânticas nos Séculos XV e XVI: Os Pilares da Estratégia 3C", in: *Revista Militar nº 2515/2516*, Lisboa

————, 2017, *O Essencial ao Processo Estratégico – Teoria Geral da Estratégia*, Coimbra, Almedina.

————, 2017, *O Processo Estratégico na Marinha*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.

RIBEIRO, Darcy, 1995, *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

RIBEIRO, José Manuel Delgado Félix, 2012, *Os Estados Unidos da América, a Globalização e o 'Mundo do Pacífico'*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova.

RIBEIRO, Margarida Calafate, 2004, *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Edições Afrontamento.

RIBEIRO, Nuno; JOAQUINITO, Anabela; PIMENTA, Fernando & HRISTOV, Romeo, 2013, *Estudo Histórico Arqueológico sobre as Construções Piramidais existentes no Concelho da Madalena*, Madalena, Ilha do Pico, Câmara Municipal.

RIBEIRO, Nuno; JOAQUINITO, Anabela; RODRIGUES, António Félix & AZEVÊDO, Maria Teresa, 2017, "Arqueologia e Arte Rupestre na Macronésia, novos contributos", in: *Revista Techne, 3 (1),* ver em: www.revistatechne.com.br., último acesso em 13 de outubro de 2022.

RICUPERO, Rodrigo, 2016, "O Brasil e Filipe IV: uma aproximação, in O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668), Novas Interpretações", in: *História Diversa vol. II*, São Paulo, Humanitas.

ROCHA, Edgar, 1977, "Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias", in: *Análise Social, vol. XIII*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

ROCHA, Rui, 1998, *A viagem dos sabores*, Lisboa, Edições Inapa.

ROCHMAN, Alexandre Ratner, 1999, *The assessment of power in International Relations*, São Paulo, Brasil.

RODRIGUES, António Simões, 2000, *História de Portugal em números*, Lisboa, Temas e Debates.

RODRIGUES, Francisco, S.J., 1927, *Os Jesuítas Portugueses na África Oriental: 1560 a 1759-1890 a 1910*. Porto, Tipografia Porto Medico.

RODRIGUES, Jorge Nascimento & DEVEZAS, Talasseno, 2011, *Portugal – O Pioneiro da Globalização*, Lisboa, Centro Atlântico.

————, 2013, *As lições dos Descobrimentos*, Vila Nova de Famalicão, Centro Atlântico.

RODRIGUES, Jorge Nascimento, 2012, *Portugal na Bancarrota*, Lisboa, Edições Centro Atlântico.

RODRIGUES, Luis Barbosa, 2018, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Lisboa, Quid Juris.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord., 2009, *História da População Portuguesa*, Porto, CEPESE.

ROLLO, Maria Fernanda, 2004, *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 1950*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

————, 2014, *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Assembleia da República.

ROSA, Manuel da Silva, 2019, *Portugal e o Segredo de Colombo*, Lisboa, Alma dos Livros.

ROSAS, Fernando, 1994, "Estado Novo e o desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária", in: *Análise Social vol. XXIX, 4º*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa,

————, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*, Lisboa, Estampa.

————, 1995, "Estado Novo, Império e Ideologia Imperial", Coimbra, in: *Revista de História das Ideias, vol. 17*, Lisboa, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

————, 2016, *História e Memória*, Lisboa, Tinta da China.

————, 2018, *História a história – África*, Lisboa, Tinta da China.

ROSAS, Fernando, MACHUQUEIRO, Mário & OLIVEIRA, Pedro Aires, 2017, O *Adeus ao Império*, Lisboa, Nova Veja.

ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco; LOPES, João Teixeira Lopes; PENICHE, Andrea; TRINDADE, Luís & CARDINA, Miguel, 2020, *O Século XX*, Lisboa, Tinta da China.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes, 2009, *Política Internacional e Desenvolvimento Económico: As oirigens da dependência de Portugal perante a Inglaterra*, Campinas, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

RUGE, Sophus, 1881-1883, *História da Época dos Descobrimentos*, Paris, Aillaud & Bertrand.

RUIZ, Enrique Martínez, 2020, *Filipe II*, Madrid, La Esfera de los Libros.

RUSSEL, Peter E., 2000, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

RUSSELL-WOOD, A.J.R, 1998, "Os portugueses fora do Império", in: *História da Expansão Portuguesa*, dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *vol. 1*, Lisboa, Temas e Debates.

————————, 2009, "Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History"", in: *Revista História, vol. 28, nº 1,* São Paulo.

————————, 2017, *O Império português – 1415/1808 O mundo em movimento*, Lisboa, Clube do Autor.

SÁ, Celso Pereira de; OLIVEIRA, Denize Cristina & PRADO, Lívia Antunes, 2003, "As memórias colectivas do descobrimento do Brasil: Imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira", in: *Revista de Psicologia, vol. XVII (2),* ver em: http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v17i2.448 , último acesso em 13 de outubro de 2022.

SALES, Mariana Osue Ide, 2009, *O Império do Quinto Afonso de Portugal (1448-1481),* Tese de Doutoramento, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

SAMARA, Alice, 1998, "O impacte económico e social da I Guerra em Portugal", in: *Portugal e a Guerra*, UNL, Lisboa, Edições Colibri.

SAMPSON, Robert D., 2003, *John L. O'Sullivan and His Times*, Canterbury, The Kent State University Press.

SANTARÉM, Visconde, 1842, *Quadro elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o início da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Paris, Casa J.P. Aillaud.

SANTOS, Alessandra Soares, 2011, "O tempo e a história em torno de Fernand Braudel", *in: História e Historiografia, nº 7,* Ouro Preto, Brasil.

SANTOS, Boaventura Sousa, org., 2001, *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Edições Afrontamento.

————————, 1987, *Um discurso sobre Ciências*, Porto, Afrontamento.

SANTOS, Luis Aguiar, 2001, "A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação", in: *Análise Social, vol. XXXVI (158-158)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

SANTOS, Milton, 2002, *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, São Paulo, Contexto.

SANTOS, Pedro Marta, 2020, *Heróis de Portugal – Viagem Emotiva pela Nossa História*, Lisboa, Guerra & Paz.

SARAIVA, António José, 1982, *A Cultura em Portugal, Teoria e História*, I, Gradiva, Lisboa.

————————, 1996, *O Crepúsculo da Idade Média*, Lisboa, Gradiva.

SARAIVA, Cardeal, 1841, *Indice Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimentos e Conquistas dos Portuguezes nos Paizes Ultramarinos desde o Princípio do Seculo XV*, Lisboa, Imprensa Nacional.

————————, s.d., "Indice Chronologico das Navegações. Viagens, Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses nos Paízes Ultramarinos desde o Princípio do Século XV", in: *Obras Completas, vol. V, 1812-1856*, Lisboa, Imprensa Nacional.

————————, 1875, *Obras Completas V*, Lisboa.

SARAIVA, José Hermano, 1948, *Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da expansão portuguesa no Norte de Africa*, Lisboa, Ethnos 3.

SASSETTI, Filipo, 1995, *Lettere dall'India (1583-1588). A cura di Adele Dei*., Roma, Salerno Editrice.

SCHAMNE, José Luis, 2019, *Histórias na História: Contribuições de Frei Vicente do Salvador para a Literatura Brasileira*, Ponta Grossa, UEPG.

SCHILLING, Voltaire, 2020, "As origens do terrorismo na História", in: *Terra Educação*, ver em: https://tinyurl.com/y2gp53vz, último acesso em 13 de outubro de 2022.

SCHMIDT, Ródi Jair, 2010, *Cenas da constituição de um mito político*, Curitiba, Universidade Federal do Parana.

SCHNEIDER, Fernand, 1975, *História das Doutrinas Militares*, Lisboa, Bertrand.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, 2020, *Sobre o Autoritarismo Brasileiro – Uma breve história de cinco séculos*, Lisboa, Objectiva.

SCHWENNHAGEN, Ludwig, s.d., *Fenícios no Brasil – Antiga História do Brasil de 110 aC a 1500 dC*, Rio de Janeiro, Editora Catedra.

SEGATO, Rita Laura, 2015, *La Crítica de la Colonialidad en Ocho Ensayos*, Buenos Aires, Prometeo Libros.

SELVAGEM, Carlos, 1931, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional.

SENA, Jorge, 1963, "Os painéis ditos de "Nuno Gonçalves"", in: *Revista da História v. 26, nº 54*, Universidade de São Paulo, Brasil.

SÉRGIO, António, 1979, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa.

————, 1981, *Ensaios IV*, Lisboa, Sá da Costa Editora.

————, 1984, *Uma Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte.

SERRA, Fernando A. Ribeiro; TORRES, Maria Cândida S; TORRES, Alexandre Pavan & FERREIRA, Manuel Portugal, 2012, *Administração Estratégica -Conceitos, Roteiro Prático e Estudos de caso*, São Paulo, Brasil, Editora Insular.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1986, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo.

————, 1994, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri.

————, 1997, "O Tratado de Alcanices visto de Portugal", in: *Congresso Histórico Luso-Espanhol*, Lisboa , Universidade Católica Portuguesa.

————, 1998, "Contexto histórico", *in: História e Antologia da Literatura Portuguesa – Século XV*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

————, 1999, "A Construção do Mundo Lusíada: Os Caminhos do Futuro", in: *A Essência e o Destino de Portugal*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

————, 1980, *História de Portugal, vol. II*, Lisboa, Editorial Verbo.

SERRÃO, Joel, 1979, *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional – Fernando Pessoa*, Lisboa, Ática.

————, 1981, *O carácter social da Revolução de 1383*, Lisboa Livros Horizonte.

SILVA, Ademir Luiz da, 2011, "Tomar dos Templários: A sede portuguesa da Ordem dos Templários", in: *Revista Mosaico, v. 4, nº1*, Goiás, Brasil.

SILVA, Agostinho da, 1997, *Do Agostinho em Torno do Pessoa*, Lisboa, Ulmeiro.

————, 1994, *Ir à India sem abandonar Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim.

SILVA, André, 2008, *Os estados africanos nos séculos XVI e XVII: desenvolvimento desigual na África Ocidental*, Porto Alegre, Editora UFRGS.

SILVA, António Duarte, 2019, *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de História Contemporânea.

SILVA, Diógenes Henrique C. Veras da, 2016, *La Literatura sobre Fenicios en el Territorio Brasileño: Orígenes y Razones*, Tese de Doutoramento, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, ver em: https://tinyurl.com/y9g455rm, último acesso em 13 de outubro de 2022.

SILVA, Gaspar Pereira da, 1843, *Fontes Próximas do Direito Commercial Portuguez*, Porto, Typographia Commercial Portuense.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique, 2009, *Dicionário de Conceitos Históricos*, São Paulo, Editora Contexto.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 2010, "A carta-relatório de Pêro Vaz de Caminha", in: *Revista Ide, vol. 33, nº 50*, São Paulo, Brasil.

SILVA, Óscar Gomes da, 2003, *Civilizações e Especiarias – Goa, Damão e Diu, o passado e o presente*, Lisboa, Editorial Estampa.

SIMMEL, Georg, 2019, *Filosofia da Aventura*, Lisboa, Relógio de Água.

SIMMS, Brendan, 2020, *Europa: A luta pela supremacia*, Lisboa, Edições 70.

SIMÕES, Ascenso, 2018, *Terra Plana, Breviário das Religiões no Mundo*, Lisboa, Capitalbooks.

SIMÕES, Paulo Olavo, 2018, "'Portugalidade', a inimiga persistente da lusofonia", in: *Revista História - Jornal de Notícias nº 12*, Porto.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato, 1998, *A Constituição de 1822 – Uma Filosofia Política intempestiva*, in: *Philosophica nº 11*, Lisboa.

SOUROUJON, Gastón, 2013, *Mito político, rito y utopia. Limites conceptuales y zonas grises*, in: *Fragamentos de Filosofia nº 11*, Santa Fé, Argentina.

SOUSA, António, 2006, *Diálogos com Agostinho da Silva – O Império acabou. E agora?*, Lisboa, Casa das Letras.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses & CAVALCANTE, Maria Juraci Maia, 2016, *Os Jesuítas no Brasil: entre a Colónia e a República*, Brasília DF, Unesco.

SOUSA, Marcelo Rebelo de, 2018, *Comunicação de Ano Novo do Presidente da República*, Lisboa, Palácio de Belém, ver em: https://tinyurl.com/2kdurk9w, último acesso em 13 de outubro de 2022.

SOUSA, Vitor Manuel Fernandes Oliveira de, 2015, *Da 'portugalidade' à lusofonia*, Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho.

————, 1946, *O Descobrimento do Brasil – Estudo Crítico*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

STEENSGAARD, Niels, 1973, *The Asian Trade Revolution of The Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*, Chicago, The University of Chicago Press.

STELLA, Roseli Santaella, 2000, *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Filipes (1580-1640)*, São Paulo, Unibero.

STEPHENS, Henry Morse, 2017, *Portugal – A História de uma Nação*, Lisboa, Alma dos Livros.

SUANZES-CARPEGNA, Joaquin Varela, 2010, "O Constitucionalismo Espanhol e Português Durante a Primeira Metade do Século IXI, Um estudo Comparado", in: *Revista História Constitucional nº 11*, ver em: www.historiaconstitucional.com, último acesso em 13 de outubro de 2022.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, 1993, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700*, London, Pearson Education.

————, 2006, "Sobre comparaciones y conexiones: notas sobre el estúdio de los imperios ibéricos de Ultramar, 1490-1640", in; *Europa, América y el mundo: tiempos históricos,* 2006, Fundación Rafael – Fundacion Carolina, Colegio Libre de Emeritos, Marcial Pons, Madrid – Barcelona.

————, 2007, "Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Idebrian Overseas Empires, 1500-1640", in*: American Historical Review, vol 112, nº 5* – The University of Chicago Press, Oxford.

————, 1998, *Carreer and Legend of Vasco da Gama*, Cambridge, Cambridge University Press.

TEIXEIRA, José, 2008, "A imagem do Infante", in: *Revista Arte e Teoria nº 11*, Lisboa.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1990, *O Ultimato Inglês – Política Externa e Política Interna em Portugal – 1890*, Lisboa, Alfa.

————, 1998, *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (Sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Colibri.

————, 2015, *Heróis do Mar – História dos Símbolos Nacionais,* Lisboa, Esfera dos Livros.

————, 2016, "Interesse nacional e globalização: o caso português entre a teoria e a história", in: *Estudos Sobre Globalização*, Lisboa, Edições 70.

————, *Política Externa – As relações internacionais em mudança*, 2011, Coimbra, Universidade de Coimbra.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente & MONTEIRO, João Gouveia, 2017, *História Militar de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.

TELMO, António, 1995, "Do Encoberto: Mito Sebástico", in: *As Linhas Míticas do Pensamento Português*, Lisboa, Fundação Lusíada.

TELO, António José & PIRES, Nuno Lemos, 2018, *A Grande Guerra em África*, Lisboa, Gradiva.

TENREIRO, António, 2020, *Itinerário da Índia por terra a este Reino de Portugal*, Lisboa, Livros de Bordo.

THOMAZ, Luis Filipe F. R., 1987, "Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos Descobrimentos", in: *Studia nº 47*, Braga.

————, 1993, *Descobrimentos e evangelização – da cruzada à missão pacífica,* UCP, Braga.

————, 1994, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel.

————, 1994, *O Projecto Imperial Joanino (Tentativa de Interpretação Global da Política Ultramarina de João II),* in *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha, DIFEL.

————, 2018, *O Drama de Fernão de Magalhães e a Volta ao Mundo Sem Querer*, Lisboa, Gradiva.

————, 2021, *A Expansão Portuguesa – um prisma de muitas faces,* Lisboa, Gradiva.

TOCQUEVILLE, Alexis de, 1990, *De la Democracie en Amérique, vol. 2*, Vrin, Paris.

TORGAL, Luís Reis, 1989, *História e ideologia*, Coimbra, Minerva.

————, 2014, *História, que História?,* Lisboa, Temas & Debates.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado & CATROGA, Fernando, 1998, "História da História em Portugal, sécs. XIX – XX", in: *A História através da História, vol. I e II*, Lisboa, Temas e Debates.

TORRES, Flausino, 1970, *Portugal, uma Perspetiva da sua História*, Porto, Afrontamento.

UNAMUNO, Miguel de, 2012, *Portugal, Povo de Suicidas*, Lisboa, Letra Livre.

URIBE, Jorge & SPULVEDA, Pedro, 2012, *Sebastianismo e Quinto Império: o nacionalismo pessoano à luz de um novo corpus*, ver em: https://tinyurl.com/y5telope, último acesso em 13 de outubro de 2022.

VALLADARES, Rafael, 1999, *La Rebelion de Portugal 1640-1680. Guerra, conflicto y poderes en la monarquia hispânica*, Valladolid, Junta de Castilla-Leon.

————, 2006, *História Atlântica y ruptura ibérica, 1620-1680*, Valladolid, Editorial Crítica.

VARELA, Raquel, *Breve História da Europa*, Lisboa, Bertrand Editora.

VARGAS, Héctor Mendoza & GARCIA, João Carlos, 2007, "A história da cartografia nos países ibero-americanos", in: *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, ver em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/235, último acesso em 13 de outubro de 2022.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, 1854, *História Geral do Brazil*, vol. 1, Rio de Janeiro, Laemmert.

VASCONCELOS, Pedro, 2016, "De redes a territórios: O Império colonial português", in: *Revista de Geografia e Ordenamento do Território nº 10*, Porto, ver em: http://dx.doi.org/10.17127/got/2016.10.002, último acesso em 13 de outubro de 2022.

VEHLING, Arno, 1992, "Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões", in: *Revista de Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas, ver em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1943 acesso em 13 de outubro de 2022.

VENTURA, Margarida Garcez, 1992, *O Messias de Lisboa, Um estudo da mitologia política (1883-1415)*, Lisboa, Cosmos.

VERLINDEN, Charles, 1955, *L'esclavage dans l'Europe médievale, I: Péninsule Iberique – France*, Bruges, De Tempel.

VICTOROFF, Jeff, 2005, "The mind of the terrorista: A review and critique of psychological approaches", in: *The Journal of Conflit Resolution*, ver em: https://tinyurl.com/y8lexua8 - último acesso em 13 de outubro de 2022.

VIEIRA, Alberto, coord., 2001, *História da Autonomia da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Educação.

————, 2015, "O (Re)Descobrimento / (Re)Conhecimento da Madeira – Em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões", in: *Cadernos CEHA nº 6*, Funchal.

VIEIRA, João Pedro, 2017, *História do Dinheiro*, Lisboa, Academia das Ciências.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo C.& MARIANO, Karina Lilia P., 1994, "Realismo versus globalismo nas relações internacionais", in: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política nº 34*, São Paulo, Brasil.

VILHENA, Maria da Conceição, 2001, "O Preste João: mito, literatura e história", in: *Arquipélago, História, 2ª série, V*, Universidade dos Açores, ver em:

https://core.ac.uk/download/pdf/61433906.pdf , ultimo acesso em 13 de outubro de 2022.

VINCENT-SMITH, John, 1975, *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte.

VRIES, Jan de, 2007, *The limits of globalization in the early modern world*, Universidade da Califórnia, Berkeley, ver em: https://tinyurl.com/y4jpjgrm , último acesso em 13 de outubro de 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel, 1990, *O Sistema Mundial Moderno, vol. 1*, Porto, Afrontamento.

WANG, Ailin, 2017, *Seda e Rota da Seda na história e cultura sino-portuguesa*, Tese de Mestrado, Aveiro, Universidade de Aveiro.

WEBER, Max, 2004, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Companhia das Letras.

WELSCH, Wolfgang, 1995, *Razão: a crítica contemporânea da razão e o conceito de razão transversal*, Frankfurt, Suhrkamp.

WIGAL, Donald, 2000, *Historic Maritime - Maps 1290-1699*, New York, Parkstone Press.

WILCKEN, Patrick, 2017, *Império à Deriva – A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*, Porto, Texto Editora.

WILKINSON, Paul, 1978, *O terrorismo político*, Aveiro, Estúdios Cor.

WILLEKE, Frei Venâncio, 1967, "Frei Vicente Salvador, O pai da história do Brasil", in: *Revista do IHGB, vol. 277*, Rio de Janeiro.

WILSON, Edward O., 2018, *Homo Creator*, Lisboa, Clube do Autor.

XAVIER, Ângela Barreto, 2000, "Tendências na historiografia da Expansão Portuguesa", in: *Penélope, nº 22*, Lisboa, Universidade Nova.

ZAMORA, Isidoro Jiménez, 2019, *Isabel de Portugal, Gobernadora. El Poder a la Sombra de Carlos V*, Madrid, Sintesis.

ZHILIANG, Wu, 2004, "O papel que Macau tem desempenhado na História Moderna e Contemporânea da China", Macau, in: *Revista Administração nº 63, vol. XVII*, Macau.

ZWART, Pim de & ZANDEN, Jan Luiten van, 2018, *The Origins of Globalization*, Cambridge, Cambridge University.